UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

TANIELE CRISTINA RUI

Corpos Abjetos:
etnografia em cenários de uso e comércio de crack

ORIENTADORA: HELOÍSA ANDRÉ PONTES

CO-ORIENTADORA: SIMONE MIZIARA FRANGELLA

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Doutor em Antropologia Social.

Este exemplar corresponde à versão final da tese defendida pela aluna Taniele Cristina Rui, orientada pela Profa. Dra. Heloisa André Pontes e co-orientada pela Dra. Simone Miziara. Frangella.

_____

Campinas,

2012

Taniele Cristina Rui

Corpos Abjetos:

etnografia em cenários de uso e comércio de crack

Campinas

2012

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

TANIELE CRISTINA RUI

Corpos Abjetos:
etnografia em cenários de uso e comércio de crack

Orientadora: Heloisa André Pontes

Co-orientadora: Simone Miziara Frangella

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Doutor em Antropologia Social.

Campinas,

2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
CECÍLIA MARIA JORGE NICOLAU – CRB8/3387 – BIBLIOTECA DO IFCH
UNICAMP

Rui, Taniele, 1982-

R858c Corpos abjetos: etnografia em cenários de uso e comércio de crack / Taniele Cristina Rui. - - Campinas, SP : [s. n.], 2012.

Orientador: Heloisa Andre Pontes.
Co-orientador: Simone Miziara Frangella.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Antropologia urbana. 2. Crack (Droga). 3. Drogas – Aspectos sociais. 4. Corpo. 5. Brasil – Política social.
I. Pontes, Heloisa Andre, 1959- II. Frangella, Simone Miziara.
III. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. IV.Título.

Informação para Biblioteca Digital
Título em Inglês: Abject bodies: ethnography on crack use
Palavras-chave em inglês:
Urban anthropology
Crack (Drug)
Drugs – Social aspects
Body
Brazil – Social policy
Área de concentração: Antropologia
Titulação: Doutor em Antropologia Social
Banca examinadora:
Heloisa Andre Pontes [Orientador]
Alba Maria Zaluar
Gabriel de Santis Feltran
Maria Filomena Gregori
Ronaldo Romulo Machado de Almeida
Data da defesa: 23-05-2012
Programa de Pós-Graduação: Antropologia Social

TANIELE CRISTINA RUI

Corpos Abjetos: *etnografia em cenários de uso e comércio de crack*

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do grau de Doutor em Antropologia Social sob orientação da Profa. Dra. Heloisa André Pontes e co-orientação da Profa. Dra. Simone Miziara Frangella

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora no dia 23 de maio de 2012.

Comissão Julgadora:

Titulares:

Profa. Dra. Heloisa André Pontes – (UNICAMP) - (Presidente)

Profa. Dra. Alba Maria Zaluar (UERJ)

Prof. Dr. Gabriel de Santis Feltran (UFSCAR)

Profa. Dra. Maria Filomena Gregori (UNICAMP)

Prof. Dr. Ronaldo Rômulo Machado de Almeida (UNICAMP)

Suplentes

Prof. Dr. Heitor Frugoli Júnior (UFPE)
Profa. Dra. Silvana Barbosa Rubino (UNICAMP)
Prof. Dr. Julio Assis Simões (USP)

(...)
Fumo até quase não sentir mais que a brasa e a cinza em
[minha boca.
O fumo faz mal aos meus pulmões comidos pelas algas.
O fumo é amargo e abjeto. Fumo abençoado, que és
[amargo e abjeto!
(...)

(Manuel Bandeira, Noturno da Mosela)

RESUMO

Nesta tese, parte-se da figura do *nóia,* apreendida por mim como uma categoria, a um só tempo, de acusação e de assunção que agrupa apenas um segmento muito particular dos usuários de crack: aqueles que, por uma série de circunstâncias sociais e individuais, desenvolveram com a substância uma relação extrema e radical, produto e produtora de uma corporalidade em que ganha destaque a abjeção. Se da perspectiva das interações concretas trata-se de uma categoria bastante plástica; é instigante o fato de que tal plasticidade some quando se fala publicamente do uso de crack: imediatamente é essa figura que emerge e justifica todo o aparato repressivo, assistencial, religioso, midiático, sanitário e moral. Portanto, é o corpo do *nóia* que radicaliza a alteridade, na medida em que materializa um tipo social fundado a partir da exclusão. Uma vez nessa condição, evoca limites corporais, sociais, espaciais, simbólicos e morais, bem como impulsiona a criação de gestões assistenciais e policialescas que visam tanto recuperá-lo quanto eliminá-lo. Considerando a permeabilidade das fronteiras corporais e suas conexões com processos sociais e simbólicos, o objetivo central da tese é, portanto, mostrar empiricamente (a partir da etnografia realizada entre os anos de 2008-2010 nas cidades de Campinas e de São Paulo) a potencialidade deste definhamento corporal e da produção desses corpos abjetos. Argumento que tais corpos se constituem na necessária interface com a substância, os espaços de uso, as redes de solidariedade e prestação mútua, os objetos necessários para o consumo, os atores sociais envolvidos no comércio, no consumo e na prevenção de danos decorrentes desse abuso e as políticas urbanísticas, assistenciais, sanitárias e repressivas. Menos que focar nas experiências dos usuários, mas tendo-as em conta, os corpos abjetos aqui em destaque serão observados porque produzem gestões, territorialidades e alteridades.

ABSTRACT

The focus of this thesis is the *noia,* an endemic category of accusation and assumption that comprehends a particular segment of crack users: the ones that, because of several different social and individual circumstances, have kept a radical relationship with the substance – that results in an abject body. If in the domain of the concrete interaction, *noia* is a plastic category, such plasticity becomes very diffused in the public talks about crack. Around the abject body many agents and practices are created concerning the repression, assistance, religion, media, public health and moral judgment. Thus, the body of the *noia* radicalizes the otherness, because it creates a social type that is founded from the exclusion – that produces corporeal, social, spatial and symbolic borders. It also promotes the formation of welfare and repressive policies. Considering the permeability of corporal boundaries and its connection with social and symbolic processes, the main purpose of this thesis is to describe the potentiality of these abject bodies, through the ethnography carried out in the period of 2008-2010 in Campinas and São Paulo cities. I propose that these bodies are built from the interface with several factors: substance, drug scenes, networks of solidarity, artifacts, dealers, harm reduction workers and the public policies. The emphasis is not on the users' experiences, but on how these abject bodies produce managements, territorialities and otherness.

AGRADECIMENTOS

Faço parte de uma geração para qual a tese de doutorado, longe de coroar a maturidade intelectual, é condição *sine qua non* para os primeiros passos na área acadêmica. Não é novidade que isso implica, por vezes, que muitos aprendizes de antropólogo, como eu, vão da graduação direto para o mestrado, onde realizam uma espécie de estágio autoral para alcançar, enfim, o doutorado. Igualmente, há pouca novidade no fato de que muitos, também como eu, realizam todo o processo de formação na mesma Universidade. Na Unicamp, fiquei 11 anos, mais de um terço da minha vida.

Embora pudesse fazer uma exaustiva crítica desse processo, ao rememorar minha experiência me sinto obrigada, quando quase ninguém o faz, a lançar um olhar generoso ao momento histórico que me foi dado. E ofereço esta tese em agradecimento à decada que passei no IFCH, à formação que recebi, aos muitos que encontrei nesse caminho. Agradeço pela pessoa que me tornei hoje. Parafraseando Décio de Almeida Prado, em depoimento que me foi um dia apresentado por Heloísa Pontes, também a mim a universidade deu tudo – ou quase tudo: amigos, marido, ganha-pão, interesses intelectuais, métodos de pensar... .Em troca, nunca consegui separar o meu trabalho de questões sociais que eu julgava importantes.

Para não correr o risco de esquecer pessoas com as quais convivi ao longo desse tempo, agradeço mais diretamente àquelas que estiveram presentes nessa última etapa da minha formação, não sem antes registrar meu agradecimento à FAPESP pelo estímulo material que possibilitou com que eu me dedicasse exclusivamente a esse trabalho ao longo de quatro anos, bem como ao meu parecerista anônimo, que incentivou todos os passos da pesquisa e que trouxe, ao final, o entusiasmo que me permitiu, de vez, "focar no crack". Ainda agradeço aos funcionários do IFCH, que tornaram o dia-a-dia mais leve; sobretudo Maria José Rizolla, da secretaria do PPGAS-Unicamp e Benê, do xerox.

Sou mais que grata a Heloísa Pontes, minha eterna orientadora, que me acompanha desde a graduação e que soube generosamente observar o meu parco aprendizado dos meandros institucionais e acadêmicos. Além disso, soube respeitar decisões e escolhas analíticas de uma iniciante, as quais depois eu mesma vim a rejeitar. Soube ainda me dizer, quando foi preciso, com maestria e delicadeza, "não vai por aí". Com ela aprendi que um bom trabalho é fruto de muita disciplina, que "o real é sempre relacional" e que o mundo social é tão interessante, justamente por ser confuso e complexo. Heloísa sempre acreditou no meu trabalho e, com sua insistência em brilhar e ficar de pé em meio aos redemoinhos da vida, me deu também um grande exemplo. Uma vida toda é pouca para lhe agradecer devidamente.

À Simone Frangella, agradeço o interesse por mim e pelas minhas questões antes mesmo de se tornar oficialmente co-orientadora desse trabalho. Ao tempo que passamos em Lisboa devo o argumento da tese. Nossas conversas, regadas a boas guloseimas no café do ICS e a almoços em Ribeirão Preto, permaneceram comigo durante toda a escrita. Com anos de boa convivência, creio que posso dizer que somos, além de parceiras intelectuais, também amigas.

Aos professores do PPGAS-Unicamp, agradeço a minha formação. Guita Grin Debert, Nádia Farage, Mauro Almeida, Rita Morelli, Amnéris Maroni, Omar Ribeiro Thomás, Bela Feldman-Bianco ofereceram cursos preciosos, que foram e serão lembrados na minha vez de ser professora. Suely Kofes e Ronaldo Almeida me presentearam, ainda no comecinho desse trabalho, com o importante ensinamento de que a caminhada da pesquisa é sujeita a muitas quedas. Devo aos dois o estímulo para fazer melhor. Suely foi também bastante cuidadosa na leitura do capítulo I e forneceu comentários valiosos. Ao Ronaldo, agradeço o interesse nas minhas ideias, desde quando eu ainda não conseguia formulá-las, e por acompanhar, discretamente, os meus rumos. Sou grata também pelos comentários que fez a um esboço de síntese da parte 2 durante a 35ª ANPOCS. Maria Filomena Gregori merece uma menção especial. Acompanha e se interessa por tudo o que eu faço desde sempre. Observando-a aprendi que o professor é também aquele que nos faz ter vontade de seguir. Inspirarei-me em suas leituras atentas, generosas e excitantes quando tiver que argüir. Deixo registrado que sua fala, durante o exame de qualificação, divide esse trabalho em antes e depois.

Gabriel Feltran também esteve presente na banca de qualificação. Agradeço a ele a leitura, o incentivo e o entusiasmo que demonstrou com o trabalho desde então. Mais que tudo, agradeço a imensa sutileza que teve ao me falar, de outro jeito, *"você sabe mais, pode dizer"*. Esse seu sutil "pode dizer" me deu confiança para fazê-lo. Muito obrigada, Gabs.

Ronaldo, Bibia e Gabriel compõem a banca, junto com Alba Zaluar, pioneira dos estudos de antropologia urbana, referência obrigatória, com quem só tenho o que aprender. Silvana Rubino, Heitor Frugoli Jr e Julio Simões, importantes para muitas das reflexões contidas nesse trabalho, são membros suplentes desta banca. Ter os sete como avaliadores é, mais que uma responsabilidade, um privilégio. Agradeço, ainda, *in memoriam*, a Gilberto Velho, que fez parte da minha banca de mestrado, ocasião em que teceu pontuações que, de certa forma, seguiram orientando esta pesquisa.

A certeza da qualidade da formação que recebi veio no contato com pesquisadores de outros cantos e com outras instituições. Agradeço ao Professor João de Pina Cabral por viabilizar meu estágio no ICS-Lisboa. Philippe Bourgois foi extremamente atencioso ao me contar sua experiência de pesquisa – naquele domingo aprendi muito sobre a antropologia norte-americana e sobre trabalho de

campo. Ao Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Psicoativos (NEIP), sobretudo a Beatriz Labate, Maurício Fiore e Julio Simões, sou grata pela boa receptividade e pelos instigantes debates virtuais. À Heloísa Pontes sou agradecida por me adentrar no grupo de estudos sobre história intelectual que se reune na USP e com o qual tive a inesquecível oportunidade de aprender mais com ótimos professores e pesquisadores. O respeito e a assertividade das leituras de Sérgio Miceli, Lilia Schwarcz, Heloísa Buarque de Almeida, Esther Hamburguer e da própria Helô Pontes marcaram profundamente o meu modo de abordar um texto. Agradeço também a Ronaldo Almeida pelo convite para participar das reuniões de seu grupo de estudos no CEBRAP, instituição na qual pude estreitar laços e dialogar com pesquisadores supercompetentes, entre eles Ana Paula Galdeano, Izabel George, Yumi Garcia, Juliana Carlos, Inácio Dias Andrade, Maurício Fiore, Gabriel Feltran, Daniel De Lucca, Paulo Malvasi, Fabio Mallart Moreira. A esses, agradeço os comentários que fizeram à versão parcial da tese – o que contribuiu significativamente para seu formato final. Rubens Adorno e Maria Penha Vasconcelos me receberam gentilmente na Faculdade de Saúde Pública da USP e lá, numa equipe de pesquisa, que contava também com Selma Silva, Daniel De Lucca, Bruno Ramos Gomes e Thiago Calil, partilhamos interesses empíricos de estudo.

Ao longo dos anos de doutorado tive a oportunidade de apresentar partes distintas deste trabalho em congressos, seminários e encontros diversos, ocasiões nas quais pude conhecer e dialogar com comentários e questões elaborados por muitos estudiosos. Todos eles foram de fundamental relevância para a (re)organização do material apresentado. Agradeço, assim, a Janirza Lima, Neuza Gusmão, Rosana Pinheiro Machado, Antônio Rafael Barbosa, Karina Biondi, Brígida Renoldi, Salvador Maldonado, Adalton Marques, Mariana Martinez, Carolina Grillo, Marcia Grisoldi, Attiliana Casagrande, Marcelo Mercante, Jardel Loeck, Neiva Vieira, Cibele Rizek, Liniker Batista e Natasha Neri por atiçarem a interlocução conjunta. Sou grata, ainda, a Karina Fasson, pela disponibilização do seu texto que, merecidamente, foi premiado pela SENAD.

Os companheiros que fiz ao longo de todo esse tempo me deixaram a certeza de que a melhor parte do trabalho acadêmico é o diálogo espontâneo, franco, interessado, permeado de boas risadas. Paula Leonel Ferreira, Giovana Feijão, Bárbara Castro, Glaucia Destro, Talita Castro, Carolina Bottosso, Flavia Slompo, Luiz Gustavo Freitas Rossi, Daniela Araujo Silva, Christiano Tambascia, Felipe Bier Nogueira, Sabrina Finamori, Graziele Rosseto, Laura Santonieri, Paulo Dalgalarrondo, Ana Laura Lobato, Fabiana Andrade, Larissa Nadai, Junia Mortimer, Nadja Murta, Karin Blikstad, Flavia Melo, Perla Fragoso, Ana Paula Galdeano, Fabiana Mendes, Guilhermo Aderaldo; pessoas muito queridas e com as quais vivi bons momentos nesses anos de doutorado.

Mariana Chaguri é sempre parte de quem sou. Luís Felipe Sobral foi uma grande inspiração intelectual, além de ótimo companheiro de viagens. Com ele, as idas até São Paulo eram muito mais agradáveis. Liliana Sanjurjo foi uma bela confidente de tese e de "cosas de damitas" ao longo do doutorado. Diego Marques, Desirée Lemos de Azevedo e a querida Cecília me deram a regalia da amizade e coloriram minha vida mais recente. Com eles aprendi que a política pode ser vivida de uma forma muito intensa, que o carnaval é uma das minhas festas favoritas e que esses cariocas são, de fato, "violentamente amorosos".

Alguns estiveram bem perto dos meus escritos. Magda Ribeiro, Delcides Marques e Cristiane Spadacio (grande amiga) leram o texto de qualificação e foram meus primeiros "avaliadores". No correr do texto, as sugestões de Cris para o cap. II e de Magda para o cap. VI tornaram o trabalho mais consistente. Quero levar essa parceria de trabalho e essa amizade por muito tempo. Néger Borges, de linda trajetória, teceu pontuações brilhantes. Maurício Fiore leu a primeira versão do cap. II, indicou textos, corrigiu e opinou muito acertadamente, mesmo cheio de afazeres. Daniel Carvalho Rocha, ao ler esse mesmo capítulo, me encheu de entusiasmo. Rubens Adorno, Maria Penha Vasconcelos, Selma Silva, Thiago Calil e Bruno Ramos Gomes contribuíram imensamente com seus comentários à parte I da tese e, mais que tudo, com seus incentivos.

Patrícia Gimeno, cúmplice de vida, tocou a campainha de casa um dia antes de eu entregar o texto da qualificação trazendo motivação, simplesmente porque achava que é isso que um amigo tem que fazer; minha maior e principal leitora seguiu assim até o fim, sempre com e-mails e conversas empolgadíssimos, que só me fizeram querer continuar; sua filha Luiza muito me alegrou.

Daniel De Lucca foi incrível e permitiu com que eu me achegasse junto às suas ideias tão encantadoras e inspiradoras. Trabalhamos juntos, trocamos textos e no meio disso inventamos um mundo em comum.

Aos companheiros de outros cantos, um agradecimento mais que especial. Rafael Cintra me mostrou como levar a vida mais normal possível e gostar dela. Thaís Cavalari me ofereceu palavras de luz. Ricardo Sangiovani: "nós sempre teremos Lisboa". À Dalva Bueno agradeço o meu inglês e a compreensão de um ano tão difícil e decisivo. Ainda, agradeço imensamente a Vinícius C. Brunette, quem, em Londres, me lembrou do poema de Manoel Bandeira, que serve de epígrafe a essa tese.

Aos meus alunos, com os quais aprendi bem mais que ensinei, agradeço o prazer da convivência.

A concretização de toda a pesquisa de campo só foi possível com o "sim" dos Programas de Redução de Danos ao meu louco pedido de acompanhá-los nos

seus lugares de trabalho. Ao Programa de Redução de Danos de Campinas e à ONG *É de Lei* agradeço por me concederem participar do cotidiano caótico e difícil das suas práticas profissionais, assim como dos seus esforços por um mundo menos cruel. À Valdete e Bruno, agradeço por confiarem nas minhas (boas) intenções; à Josi e Lígia agradeço por, mesmo sem entender, me deixar estar. Neger, Suzy, Herval, Marcelo, Edson, Thika, Igor e Camila são os meus grandes guias, com os quais discuti muitas das hipóteses da pesquisa e com os quais troquei muitas confidências. Serei eternamente grata a todos vocês. Agradeço também aos demais redutores com os quais convivi e enfatizo a minha admiração pelo trabalho que realizam.

Aos meus pais, sou grata pela vida; mais que tudo, pela liberdade. Souberam, como ninguém, lidar com a ausência dessa filha que, como se não bastasse isso, ainda insiste em trilhar caminhos tão inesperados. Obrigada por me amarem, mesmo assim. Minha bela irmã, Simone, sempre me surpreende com seus silenciosos atos de coragem. Tenho por ela a mais profunda admiração.

Agradeço imensamente ao meu querido Leo, com quem divido a casa, a cama, o dinheiro, o extraordinário e o cotidiano. Por tudo o que construímos juntos. Ele me ensinou a ser, a um só tempo, responsável nas minhas críticas e confiante na minha capacidade. Fundamental nos últimos meses de escrita, junto a ele me convenço, a cada dia, que viver em dois é muito melhor.

É quase que vã minha tentativa de agradecer a todos os usuários de crack, traficantes de drogas, meninos e meninas que perambulam pelas ruas que, sabendo ou não, foram observados ao longo dessa pesquisa. É impossível mensurar o quanto ganhei diante do quase nada que dei. A insistência na vida "apesar de" é o grande mistério. Esse texto expressa um desejo de ventos menos hostis.

Ao fim, esta tese ainda me brindou com um sentimento novo: o amor pelas grandes cidades. Agradeço a isso também.

SUMÁRIO

Introdução 1
Organização da tese 11

Parte 1: Entre a Antropologia, a Saúde e a Política

I. Das instituições aos cenários de uso: percurso da pesquisa e os contornos da etnografia 19
1.Negociações 30
2.Fontes e Relações 37
3.Colcha de retalhos 46

II. Redução de Danos: transformações institucionais e disputas terapêuticas 55
1. Transformações Institucionais dos PRDs 63
2. Programas de Redução de Danos *e* Comunidades Terapêuticas: uma visada comparativa 78

Parte 2: Fronteiras, espaços e usos do crack

"Ao rés do chão, com passos" 107

III. A famosa boca do Paranapanema 119
1. Dia de vacina 127

2. *Ideias* do PCC 143
3. Trocas e dívidas, ou uma economia 153

IV. "Cimento não cura crack": enfrentamentos urbanos 167
1. O prédio da Vila Industrial 169
2. "A" terra do crack 184
2.1 Vigiar e Cuidar 198
2.2 Usos 216

Escritas e teorias 231

Parte 3: Sobre pessoas, substância, corpos e coisas

V. Alteridades Corporais 245
1. "Nessa situação": variações do termo *nóia* 249
2. Marcados pela rua e pelo crack 262
3. Tópico Inoportuno 283

VI. Não é (só) um cachimbo, à guisa de síntese 297
1. Cenas de uso 301
2. Quando os cachimbos podem transmitr doenças 303
3. Construção do vínculo, fronteira da humanidade 311
4. Apreensão policial 314

Remate 317

Introdução

> *"As pessoas que trabalham sobre o corpo, a cultura cotidiana, a produção do desejo não se interessam geralmente pelo Estado; aqueles que decifram as políticas de justiça, tipicamente, não se preocupam nunca com a marginalidade urbana ou com a política social; os especialistas em questões penais não prestam atenção nem ao corpo nem às políticas de Estado que não envolvem oficialmente a luta contra o crime. O meu argumento é que não podemos separar o corpo, o Estado social ou penal e a marginalidade urbana. É necessário captá-los em conjunto, nas suas imbricações mútuas".*
>
> *(Loic Wacquant, 2008)*

Em junho de 2009[1], o jornal *Folha de S.Paulo* apresentou a história de I[2]. Com 34 anos, ela teria nas mãos um velho exemplar, de quase dez anos, da revista Contigo, para a qual aponta com *"gestos nervosos"*[3] uma foto de desfile da São Paulo Fashion Week. Olhando para a jornalista, também mulher, I mostra uma das modelos e diz *"sou eu"*. Rapidamente, na frase seguinte, a jornalista corrige o verbo: *"Era. I fuma crack"* e segue a descrição:

> A mulher desgrenhada de rosto cinza-escovado tem feridas purulentas espalhadas pelas pernas e pés. Prostitui-se em hotéis imundos e até debaixo de árvores da praça Princesa Isabel, centro de São Paulo (R$ 5 o programa). É HIV positivo.

No momento seguinte, outros espectadores do que se passa com I aparecem. São os policiais militares que montam guarda na praça onde I e cerca de duzentos usuários de crack concentram-se todas as tardes. Espectadores privilegiados, diz o jornal, os policiais *"conhecem bem esse tipo de decadência"*.

---

[1] Cf. Folha de S. Paulo, 26/06/2009. "Nas ruas do centro de São Paulo, tragada custa R$1".
[2] Inicial grafada dessa forma na reportagem original.
[3] Ao longo da tese farei uso dos seguintes critérios gráficos: 1) termos êmicos ou estrangeirismos serão apresentados em itálicos, sem aspas; 2) expressões, conceitos, categorias e frases de outros aparecerão em itálico e entre aspas (como no caso desta reportagem, a referência ao autor estará sempre indicada); 3) em negrito, palavras ou períodos que considerei importante destacar; 4) expressões minhas sem grifo especial e entre aspas indicam problematização, coloquialidade, suspeita ou ironia.

Exemplo de *"decadência"* seria também a gerente de uma agência bancária do bairro da Aclimação, *"fluente em japonês"* e elegante, segundo registro da foto tirada um ano antes, que a família teria levado aos policiais pedindo para encontrá-la: a "foto de antes do crack". No dia em que a acharam, a família ainda tentou e pagou uma internação em uma clínica de tratamento a dependentes químicos. Mas a elegante gerente de agência bancária teria fugido e voltado para a praça. E ninguém mais a procurou.

A matéria então os nomeia: *"os nóia, como são chamados os usuários da droga"*, sem dinheiro para comprar a pedra inteira no valor de dez reais, pagam um real pela tragada em um cachimbo já preparado. A jornalista narra ainda que o policial, apontando para as fezes humanas espalhadas pela calçada, comenta:

> Eles perdem todos os traços de humanidade. Defecam na frente de todo mundo; fazem sexo em qualquer lugar. E, se você reclama, atacam de forma repulsiva. Escarram em você, abrem suas feridas, vomitam em você.

Os pedreiros que trabalham na reforma de um antigo hotel na rua Conselheiro Nébias, bem perto dali, teriam inventado um expediente *"anti-nóia"*: chuveiros que, instalados nas marquises do prédio, molham a calçada de tempos em tempos para impedir que os "*crackeiros"* acampem no local com seus *"maus hábitos"*. Segundo a reportagem, mesmo com tal expediente, cerca de vinte pessoas fumavam seus cachimbos bem debaixo desses chuveiros, em *"tom desafiador"*. A frase do comerciante que todos os dias é obrigado a *"atravessar a nuvem dos nóias"* termina o texto: *"eles não são doentes, eles são a doença em pessoa"*.

*

Recém completando duas décadas de ingresso no Brasil[4], notadamente no estado de São Paulo, o crack chega à maioridade desafiando as políticas de

[4] Muito popular nos Estados Unidos desde meados da década de 80, Marcos Uchoa (1996), em importante registro jornalístico, data o aparecimento da droga na cidade de São Paulo entre os anos de 1987 e 1990. O primeiro registro de crack do Denarc (Departamento de Investigações sobre Narcóticos) em São Paulo parece ser de junho de 1990, segundo dados do jornal *Folha de S.Paulo*. As informações não são contraditórias, pois a apreensão frequentemente ocorre em período posterior à entrada do produto no mercado. Em Campinas, a data supostamente inaugural é maio de 1992 (Cf. Folha de S.Paulo, 15/05/1992, "Campinas registra primeiro caso de crack"). A data é, por exemplo, anterior à entrada da droga na cidade de Belo Horizonte, que segundo Sapori (2010)

saúde, de segurança pública, urbanísticas e assistenciais. Mistura barata de cocaína com bicarbonato de sódio, água e uma série de outras substâncias desconhecidas[5], cujo aquecimento resulta em pequenos grãos com altos "poderes" de promover dependência, a droga figura como um dos principais problemas das cidades contemporâneas[6]. É de se notar, contudo, que o crack não é uma droga nova, mas uma nova forma de administração da cocaína: fumada ao invés de cheirada ou injetada – o que o faz ser considerado mais capaz de causar consumo compulsivo devido à facilidade de uso e à rápida absorção[7].

Tendo estendido-se a todas as classes sociais[8] e faixas etárias, os jornais fartam-se em enunciar trajetórias pessoais e dramas familiares nos quais a droga atua como protagonista detonadora dos conflitos, responsável pela ruptura de laços afetivos e sociais. Por causa do crack, dizem as notícias, perde-se o controle, o caráter[9], a vergonha e a dignidade; até a alma se perde um pouco[10]. Para fugir do "vício" e de seu poder destruidor, mesmo a cadeia parece estar se tornando um lugar melhor[11]. O Primeiro Comando da Capital (PCC)[12] o extinguiu

---

teria ocorrido em 1995. Chamam a atenção também os relatos de uma certa resistência à entrada da droga na cidade do Rio de Janeiro (nomeada por Uchoa de "mistério carioca"; cf. também Barbosa, 1998:27-28), o que parece só ter acontecido em 2000.

[5] A ilegalidade do produto dificulta o conhecimento das substâncias que o compõem ao mesmo tempo em que facilita a arbitrariedade na mistura. Relatos de que a queima do produto tem o cheiro de *"pneu ou plástico queimado"* apontam para a existência de ingredientes como a querosene ou a gasolina em sua composição. Ao longo de 2011 noticiou-se a emergência de uma droga nomeada *oxi*, considerada mais potente porque feita a partir de pasta base de cocaína misturada a querosene, de aspecto amarelado e soltando uma *"fumaça preta".* Pela minha experiência como pesquisadora, essa droga vem, há pelo menos cinco anos, sendo também consumida/vendida como crack, que, provavelmente, em sua forma pura, jamais tenha existido.

[6] Vale dizer que o crack chegou também à zona rural; Cf, por ex., Folha de S.Paulo, 14/10/2007, "Droga urbana, crack chega aos canaviais de São Paulo".

[7] De acordo com o documento *Usuários de Substâncias Psicoativas: abordagem, diagnóstico e tratamento* (2003) produzido pela *Associação Médica Brasileira*, *Conselho Federal* e *Conselhos Estaduais de Medicina*, com o intuito de estabelecer as diretrizes para o diagnóstico e tratamento desses usuários, a cocaína cheirada leva cerca de dois a três minutos para iniciar a ação e os efeitos duram por volta de trinta a quarenta e cinco minutos, ao passo que na forma fumada a ação tem início depois de oito a dez segundos e os efeitos duram de cinco a dez minutos. Para se ter uma idéia, na cocaína injetada a ação se inicia em cerca de trinta a quarenta e cinco segundos e os efeitos duram de dez a vinte minutos. Ainda de acordo com esse documento (p.96), *"quanto mais rápido o início da ação, quanto maior a sua intensidade e quanto menor a sua duração, maior será a chance de o indivíduo evoluir para situações de uso nocivo e dependência".*

[8] De que é exemplo a reportagem "Moradora de bairro nobre de SP diz que começou a usar crack aos 12 anos". Cf. Folha de S.Paulo- 27/07/2008. É importante que se diga que, desde o livro de Marcos Uchoa (1996), já se fala sobre a extensão do consumo de crack aos membros das camadas médias e altas de São Paulo.

[9] Cf. Folha de S.Paulo, 04/05/2003"Perdi o caráter, a droga fala mais".

[10] Cf. Folha de S.Paulo, 15/01/2005, "Até a alma eu perdi um pouco".

[11] Cf. Folha de S.Paulo, 01/09/2004, "A cadeia me fez alguém melhor".

de quase todos os presídios paulistas[13]. Cerca de cinco mil jovens de igrejas evangélicas realizaram *"caminhada contra o crack"*[14]. Sem-tetos impediram usuários da droga de ocupar prédio junto com o movimento no centro de São Paulo[15]. A letra de rap canta: *"o crack foi mais forte que as boas palavras; conselho de mães, irmãos e amigos não lhe valeram nada, ele não nos escutou, fracassou e o apoio não bastou e o crack superou, dominou seu cérebro"*[16]. O Ministério da Saúde lançou uma inédita campanha com o slogan: *"nunca experimente o crack. Ele causa dependência e mata"*[17]. Frente ao impacto do *"mal que devasta"*[18], expressões como *"párias de São Paulo"* começam a ser utilizadas[19].

Olhando para essas representações e reações impressiona o nexo estabelecido entre os efeito**s**[20] reais que a substância pode acarretar e a imediata rejeição dela e de seus usuários. Minha tarefa aqui não é desconstruir esse nexo, mas problematizá-lo. De antemão, afirmo reconhecer, como Eduardo Vargas (2001, 2006) e Emilie Gomart (2002a), que uma boa abordagem das drogas em ciências sociais implica em levar a sério seus múltiplos efeitos sobre o organismo humano. Ainda assim, evocá-los como **única** explicação impede, em muitos momentos, que reflitamos a partir de outros ângulos. Bombardeados pelos relatos de perda da autonomia individual e da sujeição total dos usuários aos tantos

---

[12] Nome de um coletivo de presos, cuja formação, segundo Karina Biondi (2009), só pode ser entendida no contexto de medidas políticas executadas pelo governo estadual paulista após o que ficou conhecido como *Massacre do Carandiru*, em 1992; entre elas o alto crescimento da população carcerária do Estado de São Paulo e a construção de presídios nas cidades do interior ou em regiões mais afastadas da grande São Paulo.

[13]Cf. nota na coluna de Élio Gaspari, no jornal Folha de S. Paulo, 15/07/2007, com o subtítulo "Ordem do PCC". Cf. também Biondi (2011) e mais informações no capítulo III.

[14] Cf. Record Notícias, 31/01/2011 "Jovens fazem caminhada contra o crack em São Paulo", em:http://noticias.r7.com/videos/jovens-fazem-caminhada-contra-o-crack-em-são paulo/idmedia/ba94c973fe8886d235407b9deb3307c4.html (Acesso em 15/02/2011 às 10:11hs)

[15] Cf. Folha de S.Paulo, 27/03/2007 "Famílias sem teto invadem prédio abandonado na região central de São Paulo".

[16] "Lembranças", grupo Consciência Humana. Agradeço a Rafael Silveira Cintra por me indicar essa música.

[17] Cf. http://portal.saude.gov.br/, acessado em 18/05/2010, às 18:09hs.

[18] Cf. Correio Popular, 07/11/2004 "Crack faz parte da vida de 80% das crianças que moram nas ruas"

[19] Cf. Folha de S.Paulo, 30/03/2005, "Párias de São Paulo" (Coluna de Gilberto Dimenstein).

[20] O grifo do "s" implica o reconhecimento da pluralidade de efeitos possíveis quando da interação com as substâncias. O exercício empírico de Emilie Gomart (2002a), ao descrever seis efeitos da metadona, é iluminador. Se é ponto indiscutível que as interpretações sobre uma substância variam, Gomart ardilosamente pergunta se não é o caso de observar que os próprios efeitos e, por conseguinte, também a substância pode variar.

"poderes" do crack, deixamos de pensar sobre o que esses usos geram em termos de produção de corpos e de valoração moral. O *"materialismo médico"*[21] (Douglas, 1966) precisa, pois, ser complexificado.

Ao fazer um levantamento do modo como estudiosos da religião comparada interpretavam ritos antigos e regras alimentares, Mary Douglas (1966) se mostra surpresa e é bastante crítica ao *"materialismo médico"* presente em tais interpretações que se revezavam ora em afirmar *"que mesmo o mais exótico dos ritos antigos tem uma boa base higiênica"* (op.cit: 43), ora em dizer justamente o contrário e separar *"nossas boas ideias sobre higiene das fantasias errôneas dos primitivos".* Para a autora, ambas as assertivas são infrutíferas porque falham em confrontar os ritos e regras às nossas ideias de higiene e de sujeira. E nos dá um exemplo que é, a um só tempo, descritivo e analítico:

> A prática judaica e islâmica de evitar a carne de porco se explica devido aos perigos de se comer esse tipo de carne em dias quentes. É verdade que pode haver uma maravilhosa correspondência entre o evitar uma doença contagiosa e uma evitação ritual. Os atos de lavar e separar que servem a um fim prático podem ser aptos a expressar temas religiosos ao mesmo tempo. Assim, afirmou-se que suas regras de lavar-se antes de comer deram aos judeus imunidade por ocasião das pragas. **Mas, apontar os benefícios de ações rituais é uma coisa, e outra coisa é se satisfazer com o uso desses subprodutos como uma explicação suficiente.** Mesmo que algumas regras dietéticas de Moisés fossem higienicamente benéficas, é uma lástima tratá-lo mais como um esclarecido administrador da saúde pública que como um líder espiritual (op.cit:44, grifos meus)

A antropóloga segue argumentando que recusar o *"materialismo médico"* na explicação de crenças religiosas não significa dizer que elas não possam conter alguma dimensão profilática – o que nos faria cair na visão oposta de concluir que o ritual primitivo nada tem em comum com nossas ideias de limpeza e em explicações do tipo: *"nossas práticas são solidamente baseadas em higiene, as deles são simbólicas; nós matamos germes, eles afastam os espíritos" (*op.cit*:47).* De forma ainda mais interessante, Mary Douglas nos convida a reconhecer, a partir do caso dos havik brâmanes, que a relação entre nossos ritos simbólicos e

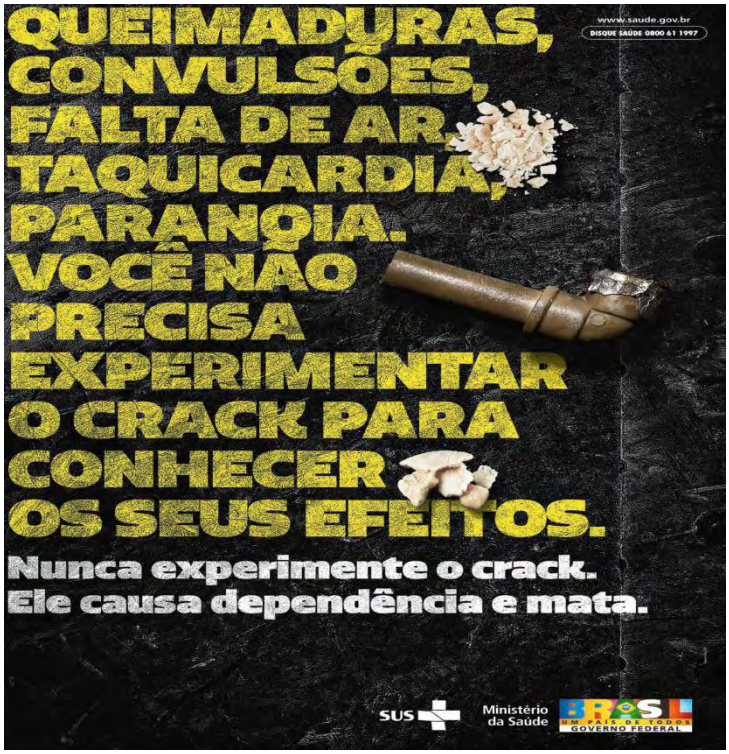
[21] Mary Douglas não nos apresenta um conceito do que seja o "materialismo médico"; procede apenas por indicação. Em suas palavras, *"Basta de materialismo médico, um termo inventado por William James para a tendência de explicar a experiência religiosa dessa maneira: por exemplo, uma visão ou um sonho é explicado como relacionado com drogas ou indigestão"* (op.cit:46)

nossa higiene é, algumas vezes, *"estranhamente estreita"*. O mesmo valeria para as nossas ideias de sujeira: elas também expressam sistemas simbólicos. Assim, antes, portanto, de pensar qualquer poluição alhures, devemos, *"numa posição de penitência e humildade"*, re-examinar as nossas próprias ideias sobre a sujeira, frequentemente dominadas pelo conhecimento de organismos patogênicos[22]. Ao abstrair patogenia e higiene de nossa noção de sujeira, revela a autora, *"estaremos diante da velha definição de sujeira como um tópico inoportuno"*. Tal abordagem exige que apreendamos a sujeira não como um acontecimento único e isolado, mas como um subproduto de uma ordenação e classificação sistemática de coisas. Sendo uma ideia que está em relação, nosso comportamento ante a poluição é a reação que condena qualquer objeto capaz de confundir ou de contradizer classificações ideais.

Voltemos agora à reportagem do jornal. Ao falar dos usuários de crack e daquilo que parece caracterizá-los, enfatiza-se tanto a descrição de traços e posturas corporais (I *era* modelo, tinha *"gestos nervosos"*, o rosto cinza-escovado e feridas purulentas espalhadas pelas pernas e pés; a agente bancária que falava japonês *era* elegante) quanto os atos "incomuns" que realizam (perder o emprego; prostituir-se em hotéis imundos e *"até debaixo de árvores",* cobrar cinco reais pelo programa sexual; pagar um real pela tragada em um cachimbo já preparado; defecar na frente de todo mundo e deixar fezes humanas espalhadas pela calçada; fazer sexo em qualquer lugar; atacar os reclamantes de forma repulsiva: escarrando, abrindo suas feridas e vomitando em cima destes; fumando em tom desafiador debaixo de um chuveiro criado para afastá-los). Transformações e atos que os fazem, nessa visão, perder *"todos os traços de humanidade",* tornar-se *"a doença em pessoa".* Chama-se atenção para aspectos corporais depreciados

[22] Note-se, como já observou Foucault, que o conhecimento dos organismos patogênicos não se deve a uma coincidência ou a algo dado no pensamento ocidental, mas remonta ao início do século XIX, fruto de um processo histórico que envolveu *"uma reorganização do campo hospitalar, uma nova definição do estatuto do doente na sociedade e a instauração de uma determinada relação entre a assistência e a experiência, o socorro e o saber"* (Foucault, 2004:216). Envolveu também trazer para a linguagem, na correlação entre aquilo que o médico via e o que o paciente enunciava, o desvelamento dos sintomas, e, por fim, um método de conhecimento científico que se baseava na possibilidade de abrir os cadáveres. Ainda, Elias (1994:122-123) mostra como a *"delicadeza de sentimentos"* e o *"patamar de embaraço"* são anteriores às *"razões higiênicas"* que justificam, por exemplo, a adoção do garfo, as louças e os talheres individuais. É apenas num determinado momento histórico que tal conduta passa a ser reconhecida como *"higienicamente correta"* e, justificada desse modo, passará a ser mais consistente e eficaz.

bem como para posturas sociais e morais supostamente condenáveis; aspectos esses que parecem estar bem longe dos efeitos do crack explicitados no cartaz oficial da Campanha Nacional do Ministério da Saúde:



De acordo com Leite (1999), somam-se a esses efeitos hipertensão, taquipnéia (respiração acelerada), hipertermia (aumento da temperatura corpórea), pupilas dilatadas, tensão muscular, tremores e sudorese intensa. Nessa literatura médica, descreve-se que:

> embora os primeiros episódios de consumo sejam marcados por euforia, sensação de bem-estar e desejo por repetir o uso, a continuidade do consumo resulta em ansiedade, hostilidade e depressão extrema (...) Continuando o uso, em doses mais altas, surgem ilusões perceptivas (visuais e auditivas) e finalmente a psicose cocaínica, extrema hipervigilância, delírios paranóides e alucinações. Nesta condição foram descritos tanto homicídios quanto suicídios. (Leite, 1999:27)

Vistos em conjunto, a matéria de jornal, o cartaz do Ministério da Saúde e os efeitos descritos na literatura médica parecem nos mostrar que, semelhante ao

caso dos brâmanes estudados por Mary Douglas, também aqui estamos diante de uma situação em que percepções simbólicas e morais, de higiene e de sujeira, bem como de conhecimentos da patogenia encontram-se numa relação *"estranhamente estreita"*. Supostamente submetidos aos "poderes devastadores" da substância, os usuários de crack escapam às nossas noções de higiene, de asseio corporal, de cuidado com a saúde e com a estética; logo também, às nossas noções de sujeira e de desmazelo corporal; eles invertem radicalmente as nossas concepções de autonomia individual e, acima de tudo, nos questionam acerca dos limites da experiência humana.

Até mesmo para esta pesquisadora, o crack desafia a análise. Junto a serviços que fazem o trabalho de redução de danos nas cidades de Campinas-SP e de São Paulo, inúmeras vezes estive em contato com usuários dessa droga, participando de suas conversas, presenciando sua preparação e consumo, nos seus próprios contextos de uso. Pega de surpresa pelo cenário mais amplo de excesso de informações e propagandas contrárias ao crack, acabei optando por direcionar a minha observação para tal fenômeno. Especificamente o ofício de antropóloga tornava essa opção bastante delicada: se, de um lado, eu duvidava de um suposto consenso em torno do "mal" que o uso contínuo de crack acarreta; de outro, me obrigava a levar tal consenso em conta, a escutar o que ele queria dizer e a também tomá-lo como objeto de análise.

Ao espreitar o que era dito sobre o crack, fui percebendo que se falava também das nossas próprias noções de zelo corporal, construídas ao longo de um processo histórico e civilizador (Elias, 1994) no qual a própria modernidade foi caracterizada pela entrada do corpo na política (Foucault, 1988), pela sua transformação em mercadoria (Scheper-Hughes & Biehl, 2000), pela sua liberação física e sexual, pela grande presença do corpo na publicidade, na moda, no culto da higiene, da dieta, da juventude, dos cuidados e dos prazeres (Featherstone, 1991; Turner, 1991; Le Breton, 2000; Giddens,1993; 2002); e pela ideia de que o corpo pode ser construído, fabricado e de que as identidades podem ser alteradas e permutadas (Haraway, 2000; Butller, 2003). Ou seja, pelo avesso, tais noções eram constantemente reforçadas.

Contudo, durante a pesquisa de campo, tomando contato com as histórias dos usuários, com seus modos de obtenção da substância, com suas formas de utilizá-la num determinado espaço e com suas redes de solidariedade, me vi diante de técnicas de uso da droga e de modos de gerir um estado corporal, considerado por muitos de degradação extrema, que me fizeram, a cada dia, duvidar de qualquer afirmativa mais apressada acerca dessa condição.

Nesse processo, a figura do *nóia* tomou uma dimensão não prevista e ganhou centralidade na investigação, concentrando o meu enfoque. Pois, ao contrário do que mostra a matéria do jornal que, a partir dessa nomeação, generaliza e homogeneíza a experiência dos usuários, bem como as distintas possibilidades de uso, a pesquisa empírica revela que trata-se de uma categoria, a um só tempo, de acusação e de assunção que agrupa abstratamente apenas um segmento muito particular de usuários: aqueles que, por uma série de circunstâncias sociais e individuais, desenvolveram com a substância uma relação extrema e radical, produto e produtora de uma corporalidade em que ganha destaque a abjeção. Se da perspectiva das interações concretas trata-se de uma categoria bastante plástica, quase inalcançável; é instigante o fato de que tal plasticidade some quando se fala publicamente do uso de crack: imediatamente é essa figura que emerge e justifica todo o aparato repressivo, assistencial, religioso, midiático e sanitário. Tal como imaginada, ela evoca limites corporais, sociais, espaciais, simbólicos e morais; impulsiona a criação de gestões que visam tanto recuperação quanto eliminação; e também centraliza o investimento dos inúmeros dispositivos políticos que passaram a lidar diretamente com a questão.

Portanto, é o corpo imaginado do *nóia* que radicaliza a alteridade, na medida em que constitui, de diversos modos, um tipo social fundado a partir da exclusão[23]. Este suposto orienta toda a tese.

Levando em conta a teoria social recente acerca da corporalidade[24], há aqui o desafio metodológico e teórico de evitar dualismos tais como corpo/mente,

[23] Exclusão aqui é principalmente um *"problema teórico"* (Zaluar, 1997), isto é, termo derivado de toda uma longa tradição dos estudos de sistemas simbólicos que percebem que qualquer classificação produz a exclusão. Ou seja, exclusão é, portanto, um traço constitutivo da própria classificação. Como já mostrou Alba Zaluar (1997), há diferenças, mas também correlações (ambas nem sempre claras), entre isso e o *"problema prático-político"* da exclusão como uma manifestação de injustiça, que se revela quando pessoas são sistematicamente excluídas dos chamados *"direitos de cidadania"*, isto é, dos serviços, benesses e garantias oferecidos pelo Estado.

natural/cultural, além do desafio de descrever **empiricamente** este corpo, nas suas imbricações como superfície sobre a qual se inscrevem constrangimentos sociais e mecanismos de poder e dominação, no momento mesmo em que, como agente, dialoga com eles e os desafia. Em outras palavras, sem supor anterioridade ou qualquer tipo de explicação causal entre corpo e mundo social, entre corpo e pessoa; mas percebendo-o a partir das suas conexões mútuas. Em suma, atentando para a permeabilidade das fronteiras corporais e suas conexões com processos sociais e simbólicos, o objetivo central da tese é, portanto, mostrar empiricamente a potencialidade deste definhamento corporal, ou seja, o quanto ele produz.

Cabe ainda uma palavra sobre o abjeto. Inspirada por Julia Kristeva (1982), proponho que tais corpos causam abjeção menos pela falta de limpeza ou pela possibilidade de transmissão de fluidos/doenças e mais porque perturbam ficções de identidade, sistema e ordem; porque não respeitam fronteiras, posições e regras; em suma, porque são ambíguos. Tais corpos estão às margens, no sentido proposto por Veena Das e Deborah Poole (2008), ocupando brechas nos espaços entre a lei e a disciplina e, nesse sentido, expressando tanto perigo quanto poder (Douglas, 1966). Tal condição é, por exemplo, inversamente simétrica à rotina de remodelagem corporal e moral descrita por Loic Wacquant (2002) para o caso do boxe[25], que conduz os seus participantes ao ascetismo.

---

[24] Refiro-me aqui a abordagens propostas por Csordas (2004, 2008), Butler (2003), Vargas (2001), Viveiros de Castro (2002), Silva (2004), Frangella (2009). A perspectiva de Csordas, por sua vez, está amparada num diálogo com Pierre Bourdieu e Merleau-Ponty e atualiza discussões iniciadas por Mauss (2003b), Mary Douglas (1978, 2004), Michel Foucault (2004, 2009) e Pierre Clastres (2003). Devo notar ainda que o interesse em tal debate é decorrente de minha participação em reuniões e discussões promovidas no PAGU entre 2004 e 2008, no âmbito do projeto temático *Fapesp "gênero e corporalidades"*, coordenado por Mariza Corrêa e integrado por uma equipe de pesquisadores, dentre eles Guita Grin Debert, Maria Filomena Gregori, Julio Simões, Heloísa Pontes e Adriana Piscitelli, que reuniu alunos em momentos diversos de formação.

[25] Como mostrou Heloísa Pontes (2002), o gym (a sala de boxe) merece a atenção de Wacquant por ser, a um só tempo, um lugar que transmite uma competência esportiva **e que possui uma função extra-pugilística**: como uma *"escola de moralidade"*, o gym isola os seus participantes da rua e desempenha o papel de protegê-los das inseguranças do gueto e das pressões da vida cotidiana. À maneira de um santuário, ele oferece proteção e é um lugar onde se pode abstrair da miséria de uma existência ordinária e das más sortes reservadas aos jovens nascidos e abandonados num espaço também abandonado. Um equivalente para o gym, no caso brasileiro atual, parecem ser as ONGs que oferecem atividades artísticas, esportivas e/ou educacionais aos jovens moradores de bairros populares e aos que estão em situação de rua.

De Judith Butler (2002a; 2002b) partilho a ideia do abjeto como aquele cuja vida não é considerada legítima e, portanto, que é quase impossível de se materializar.

Diferentemente da etnografia realizada por Simone Frangella (2009) que se dedicou a mostrar como os *moradores de rua*, com seus corpos e passos, vivenciam e, em alguma medida, resistem à força motriz que visa extingui-los do espaço público, a minha tese caminha em outro sentido: menos que focar nas experiências dos usuários ou em suas biografias, os corpos abjetos aqui em destaque serão observados porque produzem gestões, territorialidades[26] e alteridades. Com isso, sugiro que tais corpos se constituem nas relações com a substância, os espaços de uso, as redes de solidariedade e prestação mútua, os objetos necessários para o consumo, os atores sociais envolvidos no comércio, no consumo e na prevenção de danos decorrentes desse abuso, as distintas corporalidades produzidas a partir do uso de outras substâncias e as políticas urbanísticas, sanitárias e repressivas. E que, uma vez constituídos, põem a nu uma série de relações específicas que envolve e emaranha saberes, ações, classificações e espaços urbanos.

Espero, com isso, contribuir com uma reflexão acerca dessas relações, que ficariam perdidas, ou quando muito somente anunciadas, se o olhar estivesse exclusivamente restrito à experiência do uso, ao seu tratamento ou à sua repressão.

Organização da tese

Toda a etnografia será composta pelas informações colhidas ao longo de vinte e sete meses de pesquisa de campo (entre agosto de 2008 e dezembro de 2010) em cenários variados de uso e comércio de crack nas cidades de Campinas e de São Paulo, bem como da coleta de materiais de imprensa acerca do assunto. A problemática que orienta esta tese, como escrito, foi decorrente do próprio andamento da pesquisa. Jamais entendi o campo como um lugar onde se prova

[26] Parto da observação de Antônio A. Arantes (1994), para quem territorialidade denota mais uma qualidade que um território substantivo. O uso do termo objetiva, assim, flexibilizar os espaços sociais descritos.

hipóteses; ao contrário, busquei produzir todas as minhas reflexões no confronto entre as teorias acadêmicas e aquilo que vi, ouvi e senti. Os antropólogos sabemos que em nossa ciência muita tinta já foi gasta para mostrar que os "dados" não existem em separado da forma subjetiva e interpessoal com que o pesquisador os acessa.

Também sabemos que os textos só são relevantes **quando** nos fazem ver mais, não menos. Por isso, não há nas páginas seguintes um autor ou uma teoria que sustente todo o trabalho. Há muitos, que iluminaram diferentes aspectos dele. A despeito do caráter novidadeiro e atual do crack, que se reflete na escassa bibliografia específica dedicada ao assunto, creio que, além das questões sobre corporalidade já expostas, outras proposições da tese ainda retomam temáticas bastante caras às ciências sociais. Entre elas, desigualdade social, violência e marginalidade urbanas, políticas sociais e de saúde, gentrificação, cultura material. Há ainda um diálogo com estudos que atualizam discussões sobre pobrezas, periferias/centralidades urbanas, organização do tráfico de drogas, segurança pública, sistema prisional, além da tênue fronteira entre o legal e o ilegal, o lícito e o ilícito. Sem me estender em cada um desses debates, eles serão evocados no correr da própria discussão, na medida em que forem necessários ao argumento.

Dividi a tese em três partes que, por sua vez, se subdividem em seis capítulos, além da introdução e das considerações finais (as quais nomeei "remate").

A primeira parte é composta de dois capítulos (I e II), cujo intuito é oferecer ao leitor o histórico da minha entrada teórica e empírica em campo e o das políticas de redução de danos, que eu acompanhei. No primeiro capítulo apresento a minha trajetória de pesquisa até chegar aos programas de redução de danos (PRDs) das cidades de Campinas e de São Paulo, bem como as distintas negociações empreendidas em cada um deles. Reflito também sobre as possibilidades e os impasses da entrada institucional e as consequentes implicações no modo como fui percebida pelos usuários de crack. Pensado como um capítulo metodológico, ele também estabelece os contornos da minha investigação e seu alcance. Na sequência, ofereço um histórico das ações de redução de danos (sua ligação com a política de enfrentamento à aids no começo

dos anos 1990) e suas transformações desde então. Argumento que a ascensão vertiginosa do consumo e do discurso público sobre o crack influenciou significativamente as recentes políticas de saúde pública específicas sobre drogas no país. Viso também mostrar como os PRDs se situam na *"trama institucional"* (Gregori & Silva, 2000) da atenção e tratamento à dependência química. Nesse aspecto, considerei relevante fazer uma comparação com o discurso abstêmico das *comunidades terapêuticas,* estudado por mim no mestrado. Trata-se, com isso, de colocar em perspectiva modelos concorrentes de terapêuticas destinadas a essa *população*.

A segunda parte, composta por dois capítulos (III e IV) acrescidos de introdução e de considerações parciais, descreve espaços de uso visitados e algumas das fronteiras físicas e simbólicas que eles denotam. Enfrentando o desafio de convergir territorialidade, sociabilidade e corporalidade abjeta, evoco três cenários específicos – a linha do Paranapanema, o prédio da Vila Industrial e o espaço público da "cracolândia" – para concluir que, embora criem espacialidades visualmente semelhantes, compostas dos mesmos signos e materiais, cada um desses espaços implica diferentes interações. A linha do Paranapanema, localizada num bairro de intenso comércio de maconha, crack e cocaína, permite observar a relação entre usuários de crack e traficantes[27]. O prédio, localizado em um bairro tradicional da cidade de Campinas, mostra, especificamente, a relação entre esses usuários, moradores do bairro, projeto

[27] Aqui é preciso duas observações: **1.** Como já mostrou Carolina Grillo (2008), a utilização do termo traficante, longe de ser dada, deve considerar a atribuição e normatização de uma classificação penal, mesmo quando muitos dos indivíduos envolvidos nesse tráfico não tenham passado por processos legais de incriminação ou sequer sejam assim acusados pelas demais pessoas com as quais se relacionam. No entanto, *"o uso dessa categoria se justifica pelo possível enquadramento das práticas desses atores no que constitui o crime de tráfico de entorpecentes e pela ampla consciência que eles têm de que devem encobrir suas atividades para não sofrerem as sanções prescritas em lei" (Grillo, 2008:4).* **2.** Também não se pode ignorar que, por detrás do termo genérico de traficante está uma estrutura bem mais complexa de divisão de trabalho, funções e posições sociais. Apenas em um ponto de venda no varejo (uma *boca*, uma *biqueira*), por exemplo, há pelo menos quatro posições, hierárquicas, mas com relativo grau de trânsito entre uma e outra e de ramificação: o *patrão*, os *gerentes*, os *vendedores* e os *olheiros.* Isto, sem considerar, o transporte, a endolação, a compra de proteção policial e a garantia de segurança a cada um desses ocupantes; isto também sem considerar, o transporte, a compra e a venda no atacado, que certamente nos remeteriam a ligações bem mais perigosas. Para informações, sugiro, no caso de São Paulo, o trabalho de Daniel Hirata (2010: 254-257) e, no caso do Rio de Janeiro, o trabalho de Antonio C. Rafael Barbosa (1998: 86-90).

modelo da gestão municipal e uma operação policial que acabou por desocupá-lo. Essa situação revela numa micro-escala tensões que se dão cotidianamente no espaço público da "cracolândia", para onde migram centenas de usuários, traficantes, jornalistas, pesquisadores, policiais, instituições religiosas, assistenciais e serviços médicos. Também para esse espaço, voltam-se interesses políticos e imobiliários, repressivos e humanitários, compondo uma dinâmica caótica, de muito difícil compreensão. Ao etnografar esses três espaços, digo que tais usuários são abjetos de tipos muito distintos de relações.

A terceira parte, composta de dois capítulos (V e VI), analisa, a partir fundamentalmente de observações etnográficas, casos em que os usuários refletem sobre o próprio corpo e indicam vários empregos do termo *nóia.* Como se verá, desta perspectiva, há diferentes combinações de inscrições corporais que, por sua vez, afastam ou aproximam os sujeitos da (auto) rotulação de *nóia*. Nesse mesmo capítulo, mostro ainda a dificuldade de sustentar esta corporalidade fora dos espaços de uso, bem como as ambiguidades e confusões dessa aparição. Na sequência, faço um experimento analítico: utilizo a estratégia metodológica de seguir os cachimbos, os objetos mediadores do consumo de crack. Através deles, também se nota como à medida que as pessoas se tornam semelhantes às coisas, essas é que adquirem nome, demarcam distintos usos e passam a ser objeto de políticas de saúde pública e da repressão policial – o que é um outro modo de sintetizar pontos abordados no estudo.

*

Convidando à leitura, ainda observo que, enquanto escrevia esta tese, muitos acontecimentos se sucederam: o crack ganhou ainda mais notabilidade pública, as disputas por terapêuticas, bem como os debates em torno da *internação compulsória* se acirraram e, principalmente, no início de 2012, quando o texto estava quase concluído, um dos cenários onde fiz a pesquisa, a "cracolândia" paulistana, foi alvo de violenta operação policial que visou não o cuidado dos usuários, mas a retomada de um espaço da cidade. Muito meditei sobre adicionar (ou não) esse último acontecimento à reflexão. Acompanhei todo o noticiário, recebi ligações de jornalistas para avaliar o que se passou (concordei

em falar, desde que meu nome não fosse divulgado), paralisei a escrita por todo o mês de janeiro e sozinha, em silêncio, chorei.

Decidi, ao fim, não discorrer, neste trabalho, acerca desta que foi chamada pela polícia e governo paulistas de *Operação Sufoco*. O nome não poderia ser mais revelador. Com uma breve busca no dicionário, vê-se que os sinônimos para sufocar são: dificultar a respiração, reprimir, causar profunda impressão, impedir de manifestar-se, provocar mal estar físico e emocional, matar por asfixia.

Ao não falar sobre tal operação, escolhi preservar a historicidade da minha pesquisa de campo e não cometer, precipitadamente, o perigoso erro de olhar o passado à luz dos acontecimentos presentes[28]. Recusei fazer do conhecimento antropológico uma espécie de versão erudita do jornalismo. Refutei antepor a análise ao que ainda não se sabe o desfecho. Contive a tentação de, como autora, querer ter "a" palavra sobre o que se passou. Aceitei que esta tese é, como é um livro para Foucault (1972), um *"pequeno objeto manejável",* que só se faz em relação às coisas sobre ele ditas e aos eventos dos quais é sempre prisioneiro.

Mais que tudo, ao respeitar a temporalidade da pesquisa, eu fiz diferente do que fez a polícia, o governador e o prefeito: não tentei matar por asfixia e à força a "cracolândia". Nessas páginas, ela e os outros lugares de uso que visitei respiram, vivem. Os usuários de crack e os que estão ao redor deles manifestam seus pontos de vista. Se, ao longo da leitura, permanecerem possíveis mal-estares, esses não foram relatados para causar impressão, e sim para que o leitor vislumbre a dificuldade de sustentar uma existência em meio a tantas tentativas discursivas e práticas que visam sua eliminação.

[28] Como bem me lembrou, em conversa, o colega Luiz Gustavo Freitas Rossi.

Parte 1

Entre a Antropologia, a Saúde e a Política

Fotografia: É de Lei/SP

"Situar-nos. Um negócio enervante que só é bem-sucedido parcialmente: eis no que consiste a pesquisa etnográfica como experiência pessoal. Tentar formular a base na qual se imagina, sempre excessivamente, estar- se situado: eis no que consiste o texto antropológico como empreendimento científico" .
(Clifford Geertz, A interpretação das Culturas)

I. Das instituições aos cenários de uso: percurso de pesquisa e os contornos da etnografia

A temática das drogas[29] tem me interessado desde 2005, quando, para a dissertação de mestrado (Rui, 2007), tentei mapear e descrever distintos discursos sobre drogas produzidos e permitidos em três cenários sociais e simbólicos bastante distintos: em uma *comunidade terapêutica (CT)*[30] destinada

[29] De origem etimológica incerta e em meio aos vários significados atribuídos à palavra drogas, há uma relativa concordância de que droga se refere a qualquer substância que, em contato com os corpos vivos, altera o modo de funcionamento de seu sistema nervoso. No entanto, não se pode perder de vista que esta definição, aparentemente objetiva, é recortada por juízos de valor. No que se refere à atribuição de sentidos da palavra, Vargas (2001) mostra que há uma visada terapêutica que serve de base para a restrição do vocábulo como uma classe específica de substâncias. Ou seja, uma restrição fundada em critérios medicamentosos que faz com que algumas substâncias sejam classificadas como alimentos, medicamentos, drogas (no sentido mais estrito), venenos. Contudo, apenas o recorte médico não basta; é preciso também lembrar que a ilegalidade e a criminalização de determinadas substâncias (entre elas, maconha, cocaína, crack, alucinógenos, opióides, etc) contribuíram significativamente para que estas se tornassem alvo de debate público, perseguição policial e julgamento moral. Isto posto, pode-se dizer, portanto, que os processos de medicalização e criminalização configuram a base da restrição do vocábulo, tal como o compreendemos hoje. Entende-se por drogas justamente aquelas substâncias que, ao longo do século XX, foram consideradas como tal. A esse duplo processo, Vargas deu o nome de *"dispositivo da droga"* num sentido muito próximo ao que Foucault estabeleceu para o *"dispositivo da sexualidade": "problema de repressão e de incitação, a 'droga', (...) não existiu desde sempre, sendo invenção social recente. De fato, mais do que se apropriar da experiência do consumo de 'drogas', o que as sociedades contemporâneas parecem ter feito foi criar literalmente o próprio fenômeno das 'drogas'"* (Vargas, 2001:211), produzindo-as em laboratório e em escala industrial, medicalizando e criminalizando as experiências de consumo. Assim, nenhum outro termo parece ser tão amplamente empregado como droga, termo capaz de representar por si só todo o debate contemporâneo e que é empregado universalmente (Fiore, 2006). Diante disso, faz-se necessário problematizar a própria noção de drogas. No entanto, não é possível abandoná-la. A utilização do termo substâncias psicoativas, de um lado, é eficaz no sentido de combater os juízos de valor agregados, mas, de outro, continua mantendo uma forte carga medicalizante – a mesma carga que justamente contribuiu para a restrição do vocábulo. Além disso, como atentou Felipe Bier Nogueira depois de leitura a um texto meu, o termo psicoativo remete necessariamente a algo que age sobre a mente em detrimento do corpo – o que, para os propósitos dessa pesquisa, torna a sua utilização problemática. Desse modo, ao invés de recusar o termo, penso que a preocupação das ciências sociais é entender como esta palavra – que ganhou significação inteligível apenas através de um conceito médico-legal – alimenta julgamentos morais que, de acordo com o contexto em que é concebida e vivenciada, pode ganhar significações muito díspares. Nesse sentido, a palavra atua como um termo aberto e polissêmico, na medida em que é ele que origina as mais diversas concepções, representações, embates e disputas classificatórias entre os grupos, bem como mostra um complexo sistema de relações, redes sociais e interações individuais, cujos significados são extremamente instigantes. Daí reside a minha insistência em utilizá-lo, a despeito de sua generalidade e imprecisão.

[30] De acordo com a Resolução da Anvisa, RDC n. 101, de 30 de maio de 2001, à qual estão submetidas, as *comunidades terapêuticas* definem-se como *"serviços de atenção a pessoas com transtornos decorrentes do uso ou abuso de substâncias psicoativas, segundo modelo psicossocial".* Também se submetem ao Capítulo II da Nova Lei de Drogas (Lei 11.343, de 23 de agosto de 2006) e ao estatuto da *Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas* (Febract), sediada em Campinas-

ao tratamento de dependentes químicos, entre *meninos e meninas de rua*[31] e entre estudantes universitários[32]. Em termos práticos, a escolha por tais cenários remeteu-se à minha experiência anterior como educadora social de rua e a uma visita que tive de fazer a um desses meninos internado em uma CT. Os estudantes universitários, abarcados posteriormente, figuravam distintivamente nesta *"comparação elucidativa"*[33] (Cardoso de Oliveira, 2006) – que, numa perspectiva teórica inspirada pela leitura dos trabalhos de Gilberto Velho (1998) e de Eduardo Vargas (2001), visava articular concepções específicas de drogas a determinados marcadores sociais e experiências corporais.

Já no doutorado e visando dar continuidade à pesquisa anterior, fiz uma segunda incursão a campo com *meninos de rua* durante todo o segundo semestre de 2008, a partir do contato com instituições que oferecem educação de rua e serviços de pernoite protegido, bem como participei de reuniões do *conselho municipal dos direitos das crianças e adolescentes* (CMDCA) e atuei na

---

SP. Para mais informações, consultar: www.febract.org.br e para saber detalhes do tratamento, cf. Rui, 2010. Volto a falar desse modelo de tratamento no capítulo II.

[31] Na ocasião, utilizei, como Gregori (2000:15), a expressão *"meninos de rua"* partindo da idéia de que ela nomeia e identifica um segmento populacional que *"mais do que a mera familiaridade ou o convívio esporádico com a rua, faz dela o lugar que ordena seu cotidiano, suas relações e sua identidade"*. Todavia, é preciso atentar para a dificuldade de classificação que ecoa na própria bibliografia sobre o tema, assim como na política de atendimento a essa população. Termos como *"menores", "menores carentes", "delinqüentes", "menores abandonados", "meninos de rua", "meninos na rua", "crianças e adolescentes em situação de rua"* são alguns exemplos históricos de tentativa de agrupamento desse segmento. Para um apanhado das distintas formas de nomear essa condição/situação no Brasil, ver: Ferreira, 1979; Luppi, 1981; Arruda, 1983; Violante, 1985; Frangella, 1996; Graciani, 1997; Silva & Milito, 1998; Adorno, 1998; Vianna, 1999; Gregori, 2000; Malfitano, 2008.

[32] Um resumo do modo como esses grupos foram analisados pode ser encontrado em Rui, 2006.

[33] Ao escrever um texto em homenagem aos 20 anos do livro de Roberto Da Matta, *Carnavais, Malandros e Heróis,* Roberto Cardoso de Oliveira (2006) opta por falar de uma das dimensões que considera a *"mais bonita e provocante do livro"*: a questão da comparação como *"estratégia nuclear"* do argumento. Todavia, antes de explorar o uso da comparação no livro em tela, o autor discorre acerca das diversas acepções que a questão da comparação teve na antropologia. Recorrendo aos trabalhos de Oscar Lewis, ele mostra como, num primeiro momento, a comparação esteve ligada à natureza científica e ao caráter experimental da disciplina, configurando-se propriamente um *"método"*. Posteriormente, o próprio Lewis teria notado que *"o método da comparação é unicamente um dos aspectos da comparação, sendo outros aspectos relevantes os propósitos ou objetivos, o conteúdo e a localização no espaço das entidades comparadas"* (Lewis apud C. Oliveira, 2006:205) – o que teria aberto um caminho para pensar a comparação sem que ela tivesse uma necessária ligação com a cientificidade. Nesse sentido, a importância do livro de Roberto Da Matta residiria no fato de ele ter trabalhado com a questão da *"comparação elucidativa"*, ou seja, aquela que não busca qualquer forma de generalização, leis e regularidades que visem uma teoria geral ou o desvendamento de sistemas simbólicos, nem estão submetidas a qualquer método. Positivamente, ela tem como característica o exercício da *"compreensão de sentido"* e privilegia a *"experiência vivida"* do pesquisador nos contextos culturais postos em comparação, enfim, ela compara *"mundos de vida"* com seus respectivos e diferentes horizontes semânticos para fim de elucidá-los reciprocamente.

capacitação de um abrigo feminino destinado a esse público; percebi nesse momento a dificuldade em observar a prática do consumo de drogas e o fato de que estava sobremaneira reduzida aos discursos que os meninos e as meninas – e em alguma medida, os educadores – elaboravam sobre as substâncias consumidas. Embora limitadas para aquilo que eu me propunha a investigar, as narrativas me permitiram o acesso às concepções que eles tinham a respeito dessas substâncias e me possibilitaram, à época, tecer algumas hipóteses, sobretudo com relação à existência de uma hierarquia entre as drogas e os consumidores e de uma divisão etária do consumo. Isto porque os adolescentes que tinham menos de 18 anos normalmente eram os encarregados de buscar e repassar as drogas, principalmente crack e maconha, e eram também os que as consumiam em maior quantidade. De alguma forma, isso me levava a pensar numa certa partição das tarefas que poderia estar, de um lado, relacionada à maioridade penal e, de outro, a um conhecimento prático adquirido ao longo do tempo de estada na rua. Com relação à classificação feita entre as substâncias, via-se, a partir das suas falas, que *"maconha não dá nada"*, *"é só pra curtir"*, enquanto que o *"crack detona"*, *"deixa só o pó"* – o que me fazia pensar num saber concreto acerca desse uso e num cálculo de qual substância, em qual quantidade, em qual ocasião seria ou não utilizada[34]. É preciso dizer ainda que, entre os quase sessenta meninos e meninas com os quais tive contato, não conheci nenhum que não fizesse ou não tivesse feito uso de substâncias ilícitas – o que não significa dizer que todos consumiam as mesmas drogas, nem que todos mantinham a mesma relação com elas. Porém, esse dado era importante não para estabelecer uma relação direta entre a passagem pelas ruas e o consumo de substâncias, mas para perguntar qual a relação que esse uso tem com toda a infinidade de atividades que esses meninos e meninas realizam diariamente.

Ou seja, se essa experiência de pesquisa foi interessante para me fazer pensar acerca das classificações entre as drogas no universo da rua, ela também me instigou a procurar um modo de estar mais próxima dessas práticas. Foi só aí

[34] De que é ilustrativo o episódio vivido por um casal de namorados adolescentes que viviam nas ruas. A mãe da menina tentou se reaproximar da filha e convidou-a, junto com o namorado, para passar um final de semana em sua casa. Preparando-se para a ida, a menina comprou quantidade de maconha suficiente para o namorado consumir no sábado e no domingo. *"Assim"*, disse-me ela, *"ele não fuma crack na frente da minha família"*.

que a possibilidade de fazer campo junto ao programa de redução de danos da cidade de Campinas começou a tomar corpo e a ganhar centralidade na investigação. Futuramente, quando decidi dedicar mais atenção ao fenômeno do crack, considerei que o trabalho de campo na região que ficou conhecida como "cracolândia", em São Paulo, era de suma relevância para o melhor entendimento da questão. Não demorou para eu notar a necessidade de refletir também acerca desses programas de redução de danos que mediaram a pesquisa, na medida em que eles são parte inseparável do universo pesquisado.

Essa trajetória explicita o fato de que meu objetivo inicial não foi estudar o programa ou a política de redução de danos em si, tal como fizeram outros autores[35], nem o uso do crack especificamente. Inicialmente, interessava-me sobretudo aquilo que o seu próprio modo de atuar permitia: o contato mais próximo com usuários de drogas, nos seus próprios contextos de uso. Para mim, estar com os redutores em *campo*[36] significava a possibilidade de uma situação de pesquisa bastante privilegiada que me permitiria responder questões deixadas pelo meu estudo anterior (mais preocupado com as concepções sobre drogas e mais focado nos discursos dos usuários) e, de alguma maneira, poder contribuir empírica e metodologicamente com o que, no caminho, percebi ser uma lacuna na literatura nacional em ciências sociais dedicada ao tema: o estudo do consumo abusivo de crack, a partir da observação em locais de uso e venda dessa substância.

Entre os estudos etnográficos urbanos realizados por cientistas sociais brasileiros notam-se distintas ênfases de pesquisa. Parte da bibliografia voltou sua atenção para a observação do consumo sob o prisma dos aspectos prazerosos e de sociabilidade que marcam a experiência (Velho, 1998; MacRae e

[35] Cf. Domanico, 2006; Fiore, 2006 (cap.5); Silva, 2008; Mello, 2008; Gomart (2002) cf. ainda, o capítulo II desta tese.

[36] O termo *campo* é utilizado também pelas equipes de redução de danos para separar e classificar os seus lugares de atuação. Assim, fiz a minha pesquisa antropológica de campo com pessoas que tinham a sua própria definição de campo. De modo específico, trata-se de uma tradução do termo inglês *outreach,* que esteve na base dos primeiros programas de redução de danos na Holanda e na Inglaterra. De modo mais ampliado, nas últimas três décadas, a saúde pública mundial tem sido marcada pela renovação de seus objetos e de suas práticas, através do que Didier Fassin (1998) chamou de "*inscrição territorial urbana*". Para o autor, o encontro entre saúde pública e *"espaço local"* aparece como um ponto de análise fecundo para entender as transformações da questão social contemporânea.

Simões,2000; Vargas,2001) ou dos contextos festivos (Abreu, 2005; Almeida & Eugênio, 2005; Coutinho; 2005; Teixeira, 2006). Tais estudos enfocam os aspectos sócio-culturais presentes na interação com as substâncias, mais especificamente, derivando de Howard Becker a apreensão do uso de drogas como uma carreira que se faz no contato com outros usuários, um aprendizado que passa por uma redefinição de seus efeitos como algo agradável e ampliam a análise para o caráter diacrítico que marca um *"estilo de vida"*, uma *"visão de mundo"* (Velho, 1998), bem como para a possibilidade de um uso controlado que se dá a partir do convívio com *"rodas de fumo"* (Macrae & Simões, 2000). Numa outra perspectiva teórica, aponta-se para o fato de que o uso de substâncias também se liga a meios específicos para a produção de determinados tipos de pessoas: aquelas que, como postula Vargas (2001), privilegiam a intensidade dos instantes, em detrimento de uma vida em extensão. Frequentemente tais estudos são feitos tendo por base a experiência de indivíduos pertencentes às chamadas camadas médias e altas; utiliza-se principalmente uma metodologia baseada em redes, que parte de grupos cuja experiência social é bastante próxima a do pesquisador, ou ainda a observação participante que, como mostra Maurício Fiore (2008), é implícita ou velada, mas pouco problematizada.

O realce no estudo do consumo a partir de grupos que fazem uso *recreativo*, *controlado* ou *não abusivo* de substâncias visa questionar as idéias simplistas de que todo usuário de drogas é (ou pode se tornar) um dependente químico e de que o uso de drogas pode vir a se constituir um problema para qualquer pessoa que experimente alguma substância, independente da sua trajetória de uso. Tais estudos mostram a heterogeneidade de modos de se relacionar com as substâncias, de classificá-las e dialogam fundamentalmente com modelos médicos de pesquisa, questionam o diagnóstico generalizante acerca desse uso, assim como a autoridade do campo da medicina em falar sobre o assunto. MacRae & Vidal (2006) expressam claramente o debate no qual a questão está situada. Para eles,

> continua-se a dar mais valor a pesquisas que privilegiam a abordagem da epidemiologia clínica, como aquelas que apresentam a prevalência de dependência na população usando como instrumento diagnóstico nove questões dispostas em um questionário fechado (...). Assim, essas

> pesquisas têm se desviado da abordagem dos fatores socioculturais que plasmam o uso de drogas, buscando, por meio do modelo de causalidade biomédico, relações entre o agente patogênico (droga) e o organismo enfermo (usuário de droga). Dessa maneira, além de deixar de considerar a plenitude do contexto sociocultural em que se dá o uso, procede-se à realização de diagnósticos generalizantes sem nenhum contato ou exame pessoal com os indivíduos rotulados clinicamente. (MacRae & Vidal, 2006: 648)

Assim, os estudos voltados às muitas formas de usos *controlados* e *recreativos* enfocam sua discussão na crítica às generalizações de um modelo médico de pesquisa apressado em conferir diagnósticos e "destinos". Ou seja, tais estudos se edificaram na oposição a outra área do conhecimento: as chamadas ciências da saúde, principalmente a medicina e, mais que tudo, opondo-se ao seu foco na dependência química (talvez por isso mesmo haja, nessa literatura, lacunas no que diz respeito ao consumo *abusivo* de substâncias). Para tanto, orientam suas investigações focando os modos como os indivíduos usam as substâncias à luz dos aspectos sócioculturais presentes na experiência.

Apenas pondero que levar a sério o que se chama de contexto sociocultural supõe considerar relações desiguais e mais ou menos hierárquicas presentes na sociedade brasileira, do mesmo modo que implica ter em conta a proximidade (ou não) com as muitas formas de violência aí envolvidas. Pois não se pode esquecer que tanto o tráfico quanto o consumo de drogas estão encapsulados por uma política proibicionista atravessada por desigualdades sociais – o que impõe fronteiras significativas entre os grupos e implica distintos tratamentos jurídicos, díspares negociações com policiais[37], e, ainda, diferentes aproximações com o

[37] No Brasil está vigente a Lei n.11.343/06, sancionada em 2006. Seguindo tendências internacionais, essa Lei teve como principal mudança em relação à anterior a instituição de penas mais brandas para usuários e mais duras para traficantes. A despeito do seu caráter aparentemente liberalizante (posto que extinguiu a pena de prisão para usuários), a Lei ainda considera o uso como *crime* e mantem todos os procedimentos legais para seu tratamento. Ou seja, usuários de drogas surpreendidos devem ser direcionados à delegacia mais próxima, assinar termo circunstanciado e comprometer-se a comparecer em audiências judiciais. Os efeitos práticos desta nova lei foram tema de interessante artigo de Grillo, Policarpo e Veríssimo (2011). Os autores notaram, a partir de pesquisa realizada na cidade do Rio de Janeiro, que está em curso uma queda nos registros de ocorrência por flagrante de usos de droga e um aumento nos casos registrados como tráfico. A hipótese dos autores é a de que o abrandamento para a pena de usuários teria sido acompanhado de um descaso do judiciário em tratar a questão, por a considerarem agora fora da competência da justiça criminal. Contudo, eles mostram como a diminuição dos processos legais parece ter aumentado o poder de policiais em negociar os flagrantes de consumo de drogas (por exemplo, pedindo suborno para usuários com maior poder aquisitivo e agindo com mais violência frente aos usuários mais pobres). Como notam os autores, a grande negociação em jogo não é apenas registrar ou não o flagrante, mas tipificá-lo em tráfico ou uso. A barganha é, então, sobre o

chamado *"mundo do crime"*[38]. No que diz respeito ao modo como essa desigualdade se apresenta em relação ao consumo, o trabalho de Gabriel Feltran é iluminador:

> nos circuitos de classe média e de elite, é muito comum que o consumo de drogas ilícitas esteja em boa parte desvinculado, como relação social, do tráfico profissional. Assim, o consumo não passa pela vinculação com a violência que o caracteriza internamente, ou em suas relações com a polícia. A moça publicitária que trabalha na Berrini quer fumar um baseado no final de semana, compra alguns gramas de seu amigo, que não vive disso, mas que comprou um pouco de outro amigo para dividir com conhecidos. Esse tem o contato de alguém que conseguiu uma boa quantidade, fez um telefonema e recebeu um pouco em casa, ou passou de carro rapidamente por alguma biqueira. Quem enviou a encomenda, ou quem trabalha na biqueira, sim faz algum dinheiro com o tráfico. E quem os chefia faz um pouco mais. E assim por diante. O que importa é que, nestes casos, a distribuição passa por tantas etapas antes de acessar o consumidor final, tão capilares, que aquele que acende o "baseado" já está bem distante, no plano das relações sociais, daquele indivíduo imerso na sociabilidade violenta[39] do "mundo do crime". O consumo, nestas circunstâncias, isola-se do circuito direto do tráfico de drogas, dos interesses que o disputam e da violência que o cerca. Isolado deste circuito, ainda que simbolicamente, o consumo é despojado da carga de violência que caracteriza o tráfico.
>
> Não é assim, definitivamente, que a droga ilícita é percebida nos bairros das periferias, onde ela é igualmente consumida. Até porque não são os mesmos circuitos que operam sua distribuição. Não é, tampouco, da mesma forma que se vivencia, nestes bairros, a experiência ampla que conforma o universo de relações com o "mundo das drogas". Ali, se um adolescente fuma maconha nos finais de semana, é quase certo que suas relações sociais vão passar diretamente por pessoas que vivem, ou obtém parte significativa da sua renda, do tráfico de drogas. Mais do que isso, é quase certo que estas relações sociais estarão marcadas pela violência – dos traficantes, dos indivíduos vinculados a eles, que participam de outras atividades criminosas, de dependentes e, principalmente, da polícia. Em suma, se um adolescente fuma maconha, por exemplo, é quase certo que em algumas esferas da sua vida ele passa a se relacionar com o "mundo do

---

tipo penal. Ainda, contribui para tal a própria ausência de critérios objetivos na Lei para distinguir esses crimes. Não é difícil então concluir que a polícia, de posse do poder de classificar, opera a partir de estereótipos. Ainda para mais comentários críticos sobre a nova lei de drogas, recomendo o texto de Maria Lucia Karan (in Labate et al, 2008). E, para pensar alternativas legais ao paradigma proibicionista, sugiro o texto opinativo de Fiore (2012).

[38] Tráfico de drogas, furtos, roubos, assaltos e sequestros são as atividades qualificadas como criminosas, que compõem o "*mundo do crime*", mas não o esgotam. Como mostra Feltran, *"não se está no crime apenas quem pratica crimes; também compartilha com essa sociabilidade quem se relaciona diretamente com ele" (Feltran, 2011:66)*, ou seja, *"uma pessoa envolvida, muita gente envolvida"*. Mais que isso, para o autor, o *"mundo do crime"* inclui uma forma de vida, bem como códigos e concepções de mundo que disputam espaço com outros, isto é, é um domínio da vida social com o qual os moradores das periferias, nos anos 1990 em diante, tem, inevitavelmente, que lidar.

[39] Para saber mais sobre o conceito de sociabilidade violenta, cf. Machado da Silva (2008).

> crime". Nas periferias, por isso, é praticamente a mesma coisa dizer "o mundo das drogas", ou "o mundo do crime", ou "a violência". (Feltran, 2008: 120-121)

Já entre os autores que optaram pelo estudo empírico do tráfico de drogas, também há variações de abordagem. Alba Zaluar (2000), com seu pioneiro *A máquina e a revolta,* apreende o tema em meio a um quadro mais amplo de aumento da violência urbana e, por conseguinte, de exposição midiática que visa criminalizar a pobreza. Em meio a essa proliferação de discursos, a antropóloga mostra que, quando vistas de bem perto, as categorias *bandido*, *trabalhador*, *malandro* e mesmo *policiais*, longe de se mostrarem estanques ou indicarem tipos sociais e morais específicos – como querem os noticiários –, são, na verdade, cotidianamente formuladas a partir de oposições e misturas de representações, valores e condições objetivas que constituem toda uma vida social local. Também o trabalho de Daniel Hirata (2010) inova ao abordar o tráfico de drogas à luz de sua correlação com outros tantos ilegalismos populares que, desde há muito, compõem o rol de ação das populações mais pobres para encontrar meios de *"sobreviver na adversidade"*. O estudo de Antonio Rafael Barbosa (1998), por sua vez, considera que as temáticas da violência e da criminalidade urbanas não recobrem de todo o fenômeno do tráfico de drogas. Com isso, o autor propõe que uma etnografia do tráfico de drogas precisa, antes de tudo, relativizar o que é o crime e a violência (ao invés de tomá-los como dados) e concentrar-se na busca de perspectivas metodológicas e descritivas que se orientem fundamentalmente pela escuta do que os atores sociais têm a dizer.

Também com relação ao estudo do tráfico não se pode naturalizar importantes diferenças e desigualdades sociais, mesmo que se admita sua difusão na cidade. Carolina Grillo (2008a, 2008b), pesquisando jovens cariocas de classe média que fazem parte das redes de tráfico de drogas *"da pista"* (em contraposição aos *"do morro"*), revela que *"o repúdio ao emprego da violência"* é, nas falas de seus entrevistados, um dos principais elementos diacríticos do tipo de atividade no qual se engajam – o que, segundo ela, só é possível mediante a condução de negociações marcadas sob a égide da *"amizade"*, pela existência de redes relacionais *"pulverizadas"* possibilitadas porque ocorrem sem uma demarcação territorial. As formas de auto-reconhecimento também são

significativas e revelam distinções hierárquicas muito relevantes. Como mostra a autora,

> os indivíduos estudados não aceitam a categoria "traficante" para designá-los, apesar de se reconhecerem enquanto praticantes de atividades comerciais classificáveis como tráfico de entorpecentes. A rejeição desse rótulo se dá pela associação midiática da palavra "traficante" com o "bandido do morro", do qual eles fazem questão de se distinguir. Os comerciantes de drogas que operam no "asfalto" são beneficiados em relação aos seus equivalentes pobres, por se privilegiarem da possibilidade de não se submeter aos processos da "sujeição criminal" (MISSE, 1999). (...)
> Os traficantes que estudei incorporam talvez um estigma que os desacredita junto àqueles que tomam conhecimento de suas práticas. Porém, lhes é reservada a possibilidade de abandono desse rótulo, oportunidade essa que não se quer sacrificar através da posse de armas e da identificação com práticas violentas que lhes arrancariam da classe dos tão somente "passadores de drogas". Em um artigo no *Jornal do Brasil*, o desembargador Siro Darlan[40] comenta sobre a facilidade com que João Guilherme Estrela[41], ex-traficante de drogas de classe média, teve a sua "regeneração" publicamente aceita, ao passo que Tuchinha, ex-traficante "do morro", jamais deixou de ser percebido como um "bandido", apesar do empenho devotado nessa empreitada. O repúdio ao emprego da força até mesmo para a cobrança dos débitos envolve, portanto, um cálculo de custo e benefício que lhes é acessível, dadas as circunstâncias privilegiadas sob as quais praticam o tráfico de drogas. A desigualdade que persiste na sociedade brasileira reproduz-se também no narcomercado. (Grillo, 2008b:145-146)

Desse modo, diante de um mesmo marco legal, a desigualdade presente na sociedade brasileira é fator constitutivo e de suma relevância para apreender distintas possibilidades de concepção das substâncias, do seu consumo, do seu tráfico, bem como do rótulo impetrado a seus participantes (inclusive antes e após qualquer tipificação penal). Mais que isso, ela implica e resulta em modos variados de aproximação com os diversos níveis de violência aí envolvidos.

Diante dessa brevíssima revisão bibliográfica (parcial, como todas as revisões), expresso o desafio que me proponho enfrentar: falar do consumo abusivo de crack a partir do já aprendido, isto é, sem, de um lado, recair em

[40] O artigo ao qual Grillo faz referência é: DARLAN, Ciro, "Meu nome não é Tuchinha", Jornal do Brasil, 10/02/2008.
[41] Cuja história foi amplamente divulgada através do livro e filme homônimos *Meu nome não é Johnny*.

diagnósticos depreciativos ou generalizantes, considerando a pluralidade de experiências; e de outro lado, tendo em conta os efeitos reais dos privilégios sociais. Em outras palavras: uma vez inserida em tal campo de discussão e visando contribuir com ele, a opção por estudar o consumo abusivo de crack a partir de locais de uso e comércio visa acionar analiticamente (e a um só tempo) desigualdades e heterogeneidades das experiências de consumo. Portanto, objetiva levar bastante a sério o que genericamente é chamado de "contexto sociocultural".

Ainda assim, reconheço a especificidade da minha investigação. Entre muitas possibilidades de uso e de experiências com drogas, certamente eu estou olhando para a mais extrema delas, no duplo sentido de uso intenso da substância e de um tipo de experiência realizada apenas por uma pequena parcela dentre todos os usuários de drogas[42] – o que me impede de generalizar o que se passa aí e concomitantemente me deixa ciente de que é a partir deste lugar que falarei do assunto. Com todos os riscos políticos e analíticos envolvidos nesta opção, acredito que ao menos ela tem a vantagem de trazer tais temáticas para o debate antropológico. Ressalto ainda que, mesmo trabalhando com pessoas que, em sua maioria, largaram tudo o que possuíam (família, trabalho, casa, bens) para consumir crack, não utilizarei os termos dependente ou viciado (apenas quando eles falam assim de si mesmos). Em todo o texto escreverei usuários e consumidores, porque os considero menos estigmatizantes.

Em suma, tal percurso de pesquisa, inicialmente entre meninos e meninas que habitam as ruas e, posteriormente, nos lugares de atuação da equipe de redução de danos, ambos na cidade de Campinas, assim como na região conhecida como "cracolândia" em São Paulo me possibilitou uma apreensão do tema das drogas que se deu de maneira inversa à tentada anteriormente. Dessa vez, foi no local do consumo que encontrei os consumidores e só então tentei

[42] O documento do Ministério da Saúde que estabelece diretrizes para a atenção ao uso de drogas apresenta dados da Organização Mundial de Saúde que mostram que cerca de 10% das populações dos centros urbanos que já usaram drogas consomem **abusivamente** substâncias psicoativas, independentemente de idade, sexo, nível de instrução e poder aquisitivo. De acordo com esse documento, salvo variações sem repercussão epidemiológica significativa, esta realidade encontra equivalência em território brasileiro. (Documento *A Política do Ministério da Saúde para atenção integral a usuários de álcool e outras drogas,* Ministério da Saúde, Brasília-DF, 2004, p.5).

estabelecer algumas relações entre esse uso e as múltiplas possibilidades de experiências, corporalidades e dessemelhanças sociais. Ou seja, o próprio andamento da pesquisa empírica me fez deixar de perguntar qual a relação que grupos específicos mantêm com as drogas, imaginando que esta especificidade resultasse em interações e experimentações distintas, mas, fazendo o movimento inverso, a partir dos consumidores, tentei alargar as possibilidades empíricas e, quiçá, interpretativas; isto é, a partir do ato do consumo percorri os distintos grupos e corpos. Com isso, não descartei nenhum grupo, mas ampliei-os e os fiz aparecer a partir de envolvimentos concretos com as substâncias.

Como qualquer mudança de ordem metodológica consistente, a guinada do ponto de partida da observação também implicou em novos desafios no modo de olhar, reinterpretar e reconstituir a "realidade", bem como colocou novas questões a serem apresentadas ao longo do estudo e percorridas durante toda a tese. Entre elas, não pude escapar de meditar acerca da própria dinâmica de obtenção dos dados e, igualmente, do meu lugar de análise.

Julgo então ser importante explicitar a delicada negociação junto à equipe de redução de danos da cidade de Campinas, contrastada à relativamente fácil aceitação junto à entidade paulistana; tal inserção é inseparável da estratégia metodológica utilizada nesta pesquisa e, no limite, da própria produção dos "dados" etnográficos. Importante dizer que, embora eu tenha experenciado de forma bastante particular e íntima os constrangimentos, limites e possibilidades que serão descritos na sequência, surpreendi-me ao ler a semelhança entre a minha vivência e as investidas de Luciane Raupp (2011: 113-128) no seu trabalho de campo, cujas questões e metodologia (não os resultados) em muitos aspectos se aproximam dos meus. A incrível similaridade na condução das negociações, assim como nos aspectos positivos e negativos dessa inserção em campo, apontam para um *modus operandi* desses programas.

1. Negociações

Em agosto de 2008 fiz o meu primeiro contato com o então programa de redução de danos[43] da cidade de Campinas. Fui até o prédio do *centro de referência e aconselhamento às DSTs/Aids* (CR)[44] e me apresentei à coordenadora deste como interessada em fazer pesquisa junto ao *redução*. Esta me disse que qualquer estudo realizado no local deveria passar pela aprovação do *centro de educação dos trabalhadores de saúde (CETS)* – órgão responsável pelas pesquisas no município e, em seguida, me levou à pequena sala do PRD, a última do prédio. Nela estava apenas a psicóloga do programa. Apresentei-me como interessada em fazer pesquisa e ela me pediu para que eu esperasse um pouco. Foi até à sala da assistente social que estava começando a trabalhar no CR naquela semana e buscou-a para que ela ouvisse a apresentação junto comigo. Nesse dia, a psicóloga discursou sobre a metodologia do trabalho que faziam, a partir de uma apresentação em *power-point*, me mostrou o kit de redução de danos para usuários de drogas injetáveis (composto de duas camisinhas, duas seringas com agulhas, dois pequenos frascos de água, dois recipientes para a diluição da droga e gases, arrumados no interior de uma embalagem preta semelhante às caixas de óculos) e me deu dois folders que distribuíam aos usuários acessados. Como eu estava bastante interessada, conversamos muito. Depois de umas três horas, deixei o local.

Saí, assim, em direção ao próximo passo: a negociação junto ao *CETS*. Para eles, eu deveria apresentar o projeto de pesquisa e uma carta ao secretário de saúde da cidade explicitando meus objetivos com o trabalho. Pediram-me ainda o parecer do comitê de ética da universidade. Expliquei que esse não era um

[43] Um ano depois, em agosto de 2009, o **programa** de redução de danos passou a ser um **núcleo** de redução de danos. Já ao fim da pesquisa de campo (outubro de 2010) ele se tornou um **núcleo de prevenção.** Como toda luta política é também uma luta pelas palavras e, portanto, uma luta classificatória (Bourdieu, 2000), a mudança da nomenclatura é fruto de divergências entre grupos, bem como de disputas por projetos e visibilidade no interior deste centro. O termo final indica uma progressiva descaracterização do projeto – o que será melhor explicado no cap. II.

[44] O programa de redução de danos era um programa do centro de referência de DST/AIDS do município de Campinas, organizado historicamente desse modo em função do programa de troca de seringas (PTS) para conter a epidemia de aids entre usuários de drogas injetáveis. Para mais detalhes, cf. cap.II.

procedimento comum aos trabalhos de antropologia, todavia tinha a bolsa de doutorado da *fapesp* que me garantia a seriedade do trabalho. Começava aqui o primeiro desafio de realizar pesquisa numa zona de fronteiras: comunicar as diferenças da pesquisa antropológica em relação às pesquisas na área de saúde – o que parece estar se tornando cada vez mais comum em estudos dessa natureza[45]. Na carta que tive que enviar ao secretário de saúde da cidade, tentei descrever, ao máximo e sinteticamente, a importância do trabalho de campo para a antropologia, ressaltando a potencialidade deste método e, sobretudo, o fato de que ele permitia a não realização de *"entrevistas estruturadas"* e a ocultação dos nomes das pessoas encontradas. Ao fim da carta, como parte de um protocolo político, enfatizei a colaboração do secretário para "enfrentar com mais recursos alguns dos dilemas centrais da sociedade brasileira". Três meses depois, a autorização do órgão responsável estava dada.

Passei também por quatro longas conversas com a coordenadora do programa de redução de danos, espaçadas ao logo de quatro meses, para conseguir fazer de fato a pesquisa. Em todas essas conversas, ela me mostrou seus anseios, medos e desconfianças. Temia que a minha presença pudesse quebrar o *vínculo* estabelecido entre os usuários de drogas acessados pelo PRD e os redutores, uma vez que tal *vínculo* garantia a eficácia do trabalho. Uma das exigências que me fez era nunca ir a campo sozinha, mesmo que ficasse conhecida das pessoas. Como eu tinha sido adentrada neste universo através dessa equipe, se qualquer coisa acontecesse comigo, era o nome do programa que

[45] O texto de Edward MacRae & Vidal (2006), já citado, aborda os dilemas da imposição de um modelo biomédico de pesquisa social para antropólogos que pesquisam usuários de substâncias psicoativas. A partir das idéias de Roberto Cardoso de Oliveira, MacRae & Vidal argumentam que há uma diferença entre pesquisas realizadas **em** seres humanos (caso da área biomédica) e **com** seres humanos (a situação da antropologia). Nas pesquisas **em** seres humanos, a relação com os sujeitos, objetos das pesquisas, teria como paradigma uma situação de intervenção em que as pessoas seriam colocadas na situação de cobaias. Nesse caso, procedimentos como a obtenção de consentimento informado do sujeito da pesquisa seriam exigências legítimas e da maior importância. Já no caso de pesquisa **com** seres humanos, o sujeito do estudo não é cobaia ou objeto de intervenção e sim ator ou sujeito de interlocução. Além disso, no trabalho de campo antropológico, o próprio objeto de pesquisa é negociado: tanto no plano da interação com os atores, como no plano da construção ou definição do problema pesquisado pelo antropólogo. De forma ainda mais contundente, Bourgois e Schonberg, que também tiveram que pedir aos usuários de heroína por eles pesquisados a assinatura de um termo de consentimento, criticam: *"esse certificado oficial de 'proteção dos seres humanos' salvaguarda as instituições mais que a dignidade ou os interesses dos sujeitos pesquisados. Mais importante que isso, os usuários não querem ser tratados como segredo público ou objetos de vergonha. Eles lutam por respeito e sentem que suas histórias precisam ser contadas"* (Bourgois & Schonberg, 2009:9).

estava em jogo. Ao fim dessas conversas, mais próximas, elaboramos uma carta sobre o modo como a pesquisa aconteceria, lida durante uma reunião da equipe e na qual eu me comprometia a, entre outras coisas, não utilizar gravador durante as atividades de campo, não revelar nomes, não aplicar questionários, não prejudicar o *vínculo* existente entre redutores e usuários e, sobretudo, não afetar a legitimidade do programa e a "atuação da política pública de enfrentamento à epidemia de aids". Na ocasião, firmamos que, inicialmente, eu acompanharia apenas um campo de atuação do programa a ser escolhido por ela, o Paranapanema/São Fernando, localizado na região sudeste da cidade e participaria das reuniões semanais da equipe, que aconteciam às quintas-feiras. Tratar-se-ia de um teste, uma primeira experiência para que, aos poucos, os usuários de drogas fossem consultados sobre a minha participação e para que eu fosse me inteirando do trabalho da equipe antes de conhecer os seus outros campos de atuação.

Para enfim começar as atividades, eu tive ainda que passar por uma conversa com toda a equipe do Programa, composta na época por oito pessoas: a coordenadora, efermeira; uma psicóloga, uma médica e cinco redutores. Conheci todos nessa conversa, onde minha participação foi bastante questionada:

> – O que você quer com a pesquisa?, perguntaram eles.
> – Eu ainda não sei, respondi [o que naquele momento era a mais pura verdade]. Tenho muito interesse em fazer uma pesquisa junto aos usuários de drogas atendidos pelo programa, conhecer o trabalho de vocês e poder contribuir de alguma forma.

Um dos redutores que havia sido DJ em um espaço cultural disse que teve a experiência com alguns alunos de antropologia que iam fazer pesquisa no local e ficavam num canto, apenas anotando o que acontecia em um caderninho, argumentando que tinham que ficar calados para não interferir no que observavam. Perguntou-me se eu faria o mesmo. Respondi que essa era uma possibilidade da prática profissional que poderia ter correspondência com determinados propósitos de pesquisa, mas que, no caso da inserção que eu almejava, tal quietude não se fazia necessária. Ao contrário, deixei claro que, para mim, era importante interagir o máximo possível tanto com os profissionais de redução de danos quanto com os atores sociais por eles acessados.

Questionaram ainda se eu tinha preconceito e qual seria minha reação ao ver pessoas usando drogas na minha frente. Respondi que estava preparada para tal. De modo geral, percebi que os fatos de eu ter feito uma pesquisa anterior com o tema, de eu reconhecer a importância do trabalho deles e de eu afirmar que não tomaria uma atitude de contemplação em campo foram importantes para que eles aprovassem a minha presença no local. Ainda uma frase, de um redutor que, com exceção de ter dito isso, ficou quieto durante toda a conversa, pode revelar um fator decisivo para que a equipe me aceitasse: *"é uma menina, não entendo essa preocupação toda"*. A conjunção de ser mulher e jovem me dava um aspecto inofensivo, que não deve ser desconsiderado em contextos como esses, marcados pela desconfiança.

Finalmente, em fevereiro de 2009, consegui ir pela primeira vez a campo, depois de sete meses negociando. Participei das atividades dessa equipe regularmente até dezembro do mesmo ano.

Entre janeiro e abril de 2010 realizei um curto estágio doutoral no Instituto das Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e fiquei mais próxima da co-orientadora desta tese, Simone M. Frangella. Em Lisboa, entre outras atividades, aproveitei o tempo para organizar as experiências de campo. Li cuidadosamente os três cadernos que tinha escrito e fiquei surpresa com a quantidade de informações sobre o uso de crack que acumulara. Foi ali que o objetivo central do trabalho começou a se delinear. Voltei ao Brasil decidida a focar minha atenção em tal fenômeno. Em Lisboa, pois, experimentei a importância prática e teórica do distanciamento, fundamental para que eu pudesse continuar a olhar.

Em maio de 2010 voltei a participar das atividades do PRD, visitando nas segundas-feiras o bairro do São Fernando e lá permaneci até outubro. Assim, no total, passei quinze meses em contato com esse programa. Concomitante a essa atividade, em junho de 2010, fiz o contato com a entidade *É de Lei*, que realiza semelhante trabalho de redução de danos na região que ficou conhecida como "cracolândia" em São Paulo. O contato e a aproximação com essa equipe foram muito mais fáceis e, antes de iniciar o campo, tive apenas duas conversas: uma com o presidente da ONG, psicólogo e então mestrando em saúde pública na USP e que já sabia das minhas intenções de pesquisa; outra com um dos redutores responsável pela *ida a campo* que, prontamente, aceitou a minha participação.

Creio que a diferença no modo como a negociação foi feita explica-se pelo *background* que acumulei em Campinas, pelo fato de que conheci o presidente da ONG no momento da minha filiação como correspondente do *núcleo de estudos interdisciplinares sobre psicoativos (NEIP)*[46], pela proximidade maior que essa equipe estabelece com jornalistas e pesquisadores e, acima de tudo, pela diferença significativa como estão organizados e situados os dois programas: mais estruturado e com mais recursos, o PRD de Campinas recebe recursos públicos, atua em diversos pontos da cidade e é parte integrante dos serviços da secretaria de saúde municipal[47], ao passo que a entidade paulistana recebe verbas que variam anualmente, através de participação e concorrência em editais públicos. A frase de um redutor do PRD de Campinas resume a diferença entre os Programas: *"a gente tem mais dinheiro e estrutura, eles têm mais liberdade".* Foi esta liberdade que facilitou a minha inserção nessa que é a principal (ou a mais conhecida) territorialidade de uso de crack do país. A pesquisa no local estendeu-se até dezembro de 2010, totalizando seis meses de investigação.

No que diz respeito às dificuldades de realização desse estudo junto ao PRD/Campinas, devo confessar que os desencontros e a forma extremamente burocratizada com que tudo foi conduzido me levaram a questionar a possibilidade de ir por outras vias, deixar de negociar, mas não era tão simples

[46] Aglutinando pesquisadores que têm em comum a crítica ao modelo proibicionista e basicamente existindo na sua face virtual (em um site onde os pesquisadores divulgam seu trabalho – www.neip.info e num ativo grupo de e-mails onde notícias, opiniões, projetos de pesquisa e bibliografias específicas são sugeridos e discutidos), trata-se de um espaço que propicia trocas acadêmicas bastante interessantes. Quando mandei ao Neip um e-mail informando os meus interesses de pesquisa, o presidente da ONG me escreveu falando do trabalho que realizavam e parabenizando a minha iniciativa, o que acabou facilitando a aproximação.

[47] Vale notar que a cidade de Campinas é referência importante no campo da saúde pública no Brasil, sobretudo depois que Gastão Campos, professor da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp, que já havia sido assessor de planejamento da Secretaria Estadual de Saúde (SP), assumiu a Secretaria de Saúde municipal (2001-2003) e introduziu o Paidéia, conceito retirado de sua tese de livre-docência, baseado num modelo de atendimento clínico crítico ao modelo biomédico e à atenção exclusivamente hospitalar (cf. Campos & Amaral,2007). Na ocasião, projetos de extensão desenvolvidos no interior da Unicamp como o LACES (Laboratório de Comunicação e Educação em Saúde) foram implementados para envolver trabalhadores da rede pública de saúde e pacientes nas idéias que estavam sendo discutidas na universidade, com o objetivo de que elas chegassem à rede de saúde. Depois da experiência, Campos assumiu a Secretaria executiva do Ministério da Saúde. Nesse sentido, como me disse Cristiane Spadacio em comunicação virtual, a organização do SUS na cidade é mais do que uma política que foi introduzida a partir de diretrizes federais, mas foi elaborada por profissionais que participaram da sua construção. Tal característica torna a cidade sede de implementação de muitos projetos, como é o caso deste de Redução de Danos e, mais recentemente, como um dos primeiros municípios a receber a verba federal do Plano Emergencial de Álcool e Drogas, que resultou, além da contratação de novos profissionais, da criação de uma *"escola de redutores".*

assim. Como este programa me dava a possibilidade de acessar os usuários de drogas em contexto de uso, ou ia com ele ou então perderia essa oportunidade. Dada a especificidade e a periculosidade envolvidas na pesquisa que pretendia realizar, ir a campo sozinha era algo que não estava cogitado – aqui o fato de eu ser uma *menina* poderia realmente me colocar em situações complicadas. Além disso, a entrada institucional me protegeu – o que não aconteceu a Phillipe Bourgois e Jeff Schonberg (2009), assim como a muitos jornalistas – de participar do que esses autores chamaram da *"economia moral dos usuários compulsivos"*[48].

Toda a negociação delicada com a primeira equipe de redução de danos, somada ao fato de que estive o tempo todo junto a esses profissionais, me deixou uma reflexão: no contexto contemporâneo, ao antropólogo é exigida uma complexa habilidade para lidar com uma população de tão difícil acesso. Sem as instituições legitimadas para fazer tal contato, o ato da pesquisa torna-se quase inviável. E, uma vez nessas instituições, é necessário seguir os seus modos de organização – o que implica em acompanhar as atividades da equipe, ficar restrita aos seus horários, estar com eles em todo o trabalho de campo e, sobretudo, tomar cuidado para, em nenhum momento, complicar a ação do grupo; nesse caso vale dizer que algumas perguntas jamais puderam ser feitas. Ali não era o espaço onde eu poderia levantar "dados" sobre a trajetória social desses usuários; não convinha perguntar como começaram a usar drogas, nem indagar sobre família, escola, trabalho ou passagem pelo sistema criminal. Se isso acontecesse

[48] Ao narrar o modo como conseguiram fazer uma foto-etnografia com *homeless* usuários de heroína em São Francisco, nos Estados Unidos, Bourgois e Schonberg (2009:6) relatam o quanto se irritaram com os constantes pedidos de favor que ouviram. Explicitamente mostram a preocupação que tiveram em *"comprar amizades"* ("*buying friendship"*) para obter dados de pesquisa. Tiveram que participar dessa *"economia moral"* para evitar serem vistos como antissociais e mesquinhos. Como toda negociação e entrada em campo sempre tem seus prós e contras, os autores (que com o tempo viram que não havia nada de substancialmente distinto do modo como os *homeless* extorquiam dinheiro dos seus pares com maior poder aquisitivo) julgaram importante estar imersos na lógica do tirar proveito para reconhecer quando dar, quando ajudar, quando dizer não e quando ficar com raiva. Com isso, viram o quanto as pessoas estudadas eram desesperadas por dinheiro. Ainda assim, os autores ressaltam que nunca foram roubados. Durante a pesquisa, na sede da ONG *É de Lei*, presenciei a ligação telefônica de uma jornalista da rede record que queria fazer entrevistas com usuários de crack para uma matéria que seria levada ao ar naquele dia. Os usuários indagavam quanto receberiam para falar. Os funcionários da ONG, por sua vez, discutiam se deviam ou não fazer a mediação, já que a jornalista não demonstrara interesse em conhecer o trabalho deles. Tive de ir embora antes de saber como – e se – o acordo foi conduzido. Também na "cracolândia", obtive de um usuário com quem desenvolvi uma relação mais próxima, a informação de que ele teria recebido dinheiro para facilitar o acesso de importantes veículos/órgãos de notícias ao local.

teria que partir deles próprios. Em termos práticos, eu estava restrita aos horários, trajetos e formas de interação das equipes.

Aos olhos do cientista social, e sobretudo dos antropólogos, tal envolvimento pode parecer superficial, na medida em que nubla um conhecimento mais detalhado das trajetórias individuais. A diferença na natureza da atividade profissional, inicialmente, poderia ser uma resposta satisfatória. Especializados em levar informações de saúde, os redutores não precisariam compreender os dilemas cotidianos enfrentados pelos usuários de crack ou a trajetória pessoal e social que os conduziu até ali para realizarem o seu trabalho – o que, do ponto de vista contrário, significaria que os usuários de crack não precisariam contar suas trágicas histórias para terem acesso ao direito de obter informações de saúde. Satisfatória, contudo, não significa suficiente. De forma ainda mais complexa, o que pareceria ao antropólogo falta de elementos para a compreensão é traduzido pelos redutores de danos como respeito à privacidade dos usuários e uma forma de não dar prosseguimento à longa história de violação e de interferência pública que marca a vida dessas pessoas. Ao invés de perseguirem os usuários com perguntas, ao contrário, com uma proposta política bastante progressista, ao longo das idas sucessivas, tais profissionais têm como objetivo estabelecer uma relação de confiança nomeada de *vínculo* até um nível em que os próprios usuários se sintam à vontade para falar sobre sua vida pregressa. Consideram esse o principal diferencial do trabalho que realizam. Ou seja, é a convivência marcada pela extensão das visitas que vai possibilitando a apreensão de fragmentos biográficos e da trajetória de uso. A rotina semanal é de extrema importância nesse propósito, pois, como me revelou em entrevista um redutor:

> Tem caso de a pessoa não querer conversar, a gente tem que respeitar. Por isso é que a gente vai sempre no mesmo horário, no mesmo dia, porque de repente a pessoa não quer conversar hoje, pode conversar amanhã, o mês que vem, o ano que vem, e a gente tá sempre fazendo esse trabalho de formiguinha, tem que respeitar. [Entrevista 4]

Tal entrada também pode parecer, a muitos antropólogos, cômoda, posto que sempre mediada por instituições. Quanto a isso, só posso argumentar que se os redutores podiam organizar meus passos e minhas interações, eles não

podiam orientar nem o meu olhar, nem os meus pensamentos. Também nunca é demais lembrar que, em situações como essa, complexas relações de poder estão envolvidas. Comparada aos redutores, eu tinha a vantagem do acúmulo de leituras sobre o trabalho que realizavam e sobre os espaços visitados, ou seja, eu tinha me preparado intelectualmente para estar com eles, para o modo como seria receberia, para a imagem que poderia passar aos usuários e, também, para ver coisas diferentes das que eles viam. Nesse sentido, essa pesquisa não foi nada *"acidental"* (Zaluar, 2009). Eles, por sua vez, eram detentores do poder de me recusarem informação ou de impedir meu acesso a esses espaços a qualquer momento. E muitas vezes de fato fui repreendida pela minha postura em *campo*, porque estava sendo avaliada como redutora; não como antropóloga. Em inúmeras situações, deslizes meus na função de redutora eram ironizados – o que parecia lhes dar algum prazer.

Se, num primeiro momento, tudo isso me pareceu limitar a análise, posteriormente, pude ver essas restrições e jogos de poder como parte inseparável da própria dinâmica de elaboração dos "dados": como fazer uma antropologia dos usos extremos de drogas tendo que me limitar ao cronograma das visitas dos redutores, às suas passagens pelos locais de consumo, às falas e práticas possíveis e escassas nessa condição foi a pergunta que mais me inquietou ao longo da pesquisa.

Cabe a mim, agora e ao longo de toda a tese, mostrar o que **só essa entrada** e a metodologia nela implicada, assim como minhas estratégias para superá-la, foram capazes de revelar sobre o uso abusivo de crack.

2. Fontes e Relações

Para driblar o que, apenas inicialmente, me pareceu prejudicar a coleta de dados etnográficos ou o íntimo contato com os sujeitos estudados, enquanto negociava com o PRD e ainda durante todo o primeiro semestre de 2009, além de estar toda terça-feira, pontualmente às 15hs, devidamente vestida (camiseta, calça comprida e tênis), na sede do PRD, pronta para ir de ônibus com dois redutores de danos ao campo do Paranapanema/São Fernando, eu permaneci, através das instituições de atendimento, em contato com os *meninos e meninas de rua*,

muitos dos quais re-encontrei nos locais de consumo. Também frequentei semanalmente as reuniões da equipe de RD, comecei a fazer levantamentos de materiais de imprensa e li biografias de usuários de crack. Assim permaneci seis meses, até agosto de 2009, quando o programa de redução de danos passou por mudanças que implicaram num maior controle da prefeitura sobre os seus gastos, ocasionando um atraso no repasse de verbas.

Depois de duas semanas sem dinheiro para o transporte, a equipe se reorganizou com o intuito de cumprir o itinerário apenas dos *campos* passíveis de serem feitos a pé, localizados na região mais central da cidade. Diante desse novo cenário, e já mais próxima da equipe, fui convidada a ir a outros pontos de atuação. Tinha passado no teste. Contente por ter desenvolvido uma relação de empatia e confiança, comecei então a ir ao PRD todos os dias, já que não estava mais restrita em termos de horário e de espaço. Dividimos a semana entre circular pelas regiões do *terminal central*, do *mercadão*, da antiga rodoviária, das ruas de prostituição próximas à *estação cultura* e em idas a galpões e prédios abandonados ocupados pelos usuários de drogas. Quando o problema do repasse de verba foi solucionado, voltamos a ir ao São Fernando e aos bairros periféricos da cidade, mas eu já podia ir até o PRD e participar de qualquer atividade sempre que quisesse. De agosto a dezembro de 2009 passei a maior parte das minhas tardes (de 14 às 19hs) na sede do programa e andando pelos lugares de consumo de drogas na cidade com os redutores. Acabei, assim, conhecendo todos os seus campos de atuação.

Ao longo desse processo, tive acesso também a alguns relatórios de circulação interna, folders de outros PRDs trazidos de congressos específicos e dados estatísticos por eles produzidos. Entre agosto de 2009 a julho de 2010, realizei entrevistas com todos os oito membros da equipe, acompanhei as filmagens de um filme informativo do Ministério da Saúde[49], presenciei a saída da coordenadora do programa e a entrada de outras duas, um doloroso problema familiar de um membro da equipe que o obrigou a se afastar das atividades durante todo o segundo semestre daquele ano, a saída de dois redutores de danos, a contratação de outros dez devido a um incentivo do *plano emergencial de*

[49] "Histórias posithivas: uso de álcool e outras drogas", em: http://www.youtube.com/watch?v=O2O2-yD8XM. Último acesso 16/01/2011, às 08:23hs.

álcool e drogas[50], lançado pelo ministério da saúde na sua tentativa de ganhar a batalha que vem travando contra o crack. Acompanhei, ainda, grande parte das aulas de capacitação desses novos redutores e participei de reuniões da *rede municipal de álcool e drogas*. De minha parte, retribuía redigindo os diários de campo das nossas visitas e fazendo a contagem dos materiais distribuídos.

Juntos, passamos bons momentos nos lanches da tarde que compartilhávamos, dividimos muitas angústias pessoais e profissionais nos trajetos realizados de ônibus e a pé, passamos por lojas, farmácias, bancos, bancas de jornais, camelôs, lojas de eletrônicos, supermercados, que nos iam mostrando, a mim e aos redutores, os nossos gostos pessoais e, de alguma forma, o nosso modo de gastar o próprio dinheiro. Nessas andanças, conversávamos sobre comida, sobre filmes que assistíamos, sobre redução de danos, sobre alguns dos usuários atendidos. Como muitos dos redutores moravam nos próprios bairros em que fazíamos as atividades de prevenção, frequentemente também me contavam histórias dos seus vizinhos. Nessa troca de histórias, eles acabaram também acompanhando acontecimentos que se passavam comigo, ouviram minhas dúvidas, ironizavam a quantidade de perguntas que eu fazia – o que parecia sempre me dar um aspecto ingênuo –, acompanharam o processo de eu me tornar também (e por que não?) uma redutora de danos, o meu medo em algumas situações da pesquisa, aguardaram a minha volta do estágio na Universidade de Lisboa, ficaram receosos quando eu decidi fazer também pesquisa na cidade de São Paulo (eu os abandonaria? estava interessada em comparar os programas?) e mesmo quando a equipe ficou maior e tiveram que reorganizar a divisão dos redutores, o meu lugar no campo do São Fernando ficou reservado. Era eu quem ia e isto estava decidido.

O mesmo vale para a relação que desenvolvi com a entidade paulistana e seus profissionais. Com eles, descobri caminhos inusitados do centro de São Paulo, que se tornou cenário e protagonista de grande parte dessa investigação. Nessa *"retórica da caminhada"*, a *"arte de moldar percursos"* (De Certeau,1994), adquiri uma infinita capacidade de combinar trajetos entre as ruas 24 de maio e a Dino Bueno e Helvetia, que poderia passar pela Av. São João ou pela Rio

[50] Mais especificamente, *"Plano Emergencial de ampliação do acesso ao tratamento e prevenção em Álcool e outras Drogas"* (PEAD 2009-2011). Mais informações no cap.II.

Branco, pela Duque de Caxias ou pela Praça Princesa Isabel. Do alto, a "cracolândia" desta pesquisa podia ser demarcada pelo espaço entre o cristo da escola/igreja do *Sagrado Coração* e o relógio da *estação Julio Prestes*. Enquanto nos dirigíamos para o local, eu e os redutores frequentemente discutíamos sobre falhas da política assistencial, violência policial, cobertura midiática da questão das drogas, legislação referente ao assunto e também nos debatíamos perguntando se a redução de danos era uma política de saúde ou um movimento social. Partilhando uma mesma faixa etária e uma mesma experiência educacional, também conversamos sobre viagens, programação cultural, interesses pessoais e profissionais.

Dentro daquilo que me era possível, tentei ajudar a equipe. Em todas as idas à "cracolândia" me comportei como uma redutora de danos, ofereci materiais de prevenção e convidei os usuários a "passar uma tarde para tomar café com a gente". Ao voltarmos, contava a quantidade de material distribuído e deixava as mochilas preparadas para a próxima atividade. A equipe passou a contar comigo nas quartas-feiras para cobrir a escala dos campos.

O meu interesse em participar do cotidiano do *É de Lei* deveu-se também ao fato de que, diferentemente do trabalho realizado em Campinas, dedicado a percorrer cerca de vinte e sete pontos de uso de drogas na cidade, a ONG paulistana realiza um trabalho pontual na região conhecida como "cracolândia" e é também um espaço de convivência para usuários de drogas – diga-se de passagem, o primeiro do país a desenvolver tal proposta. Sua sede está localizada no quarto andar de uma galeria na rua 24 de maio, mais conhecida como *galeria do reggae*. Fazem, assim, um trabalho externo de ida à "cracolândia" e um trabalho interno de acolher os usuários que a procuram para os mais diversos fins: feitura de documentos, acolhida em albergues, oferta de emprego, participação nas atividades educativas e culturais oferecidas (de que são exemplos as oficinas de vídeo e de fotografia), ou apenas para "dar um tempo" na vida conturbada da rua. Ali, tive uma experiência mais intensa com esses usuários – o que me possibilitou um acesso maior às suas histórias e ao seu cotidiano. Foi junto a eles que me dei conta da importância dos documentos na vida ordinária. Se no meu cotidiano eu não preciso mostrar o RG ou CPF em cada lugar que vou, para eles, contudo, a posse de tais documentos era garantia de

uma noite abrigado e, mesmo em contexto de democracia política, era uma proteção contra a violência policial. Contudo, os que procuram a ONG estão num movimento significativamente diverso daqueles que estão usando crack diariamente. Mesmo que a maioria ainda se encontre em condição de rua e usem drogas, buscam dormir em locais protegidos, procuram as instituições (ao invés de serem procurados por elas), se esforçam para evitar o contato constante ou abusivo com drogas e álcool, cuidam da higiene e da aparência física e tentam refazer laços familiares e sociais, dos quais o mais almejado é o trabalho regular.

Embora o meu ingresso na instituição não tenha implicado um grande tempo de negociação, também ali uma espécie de troca foi estabelecida. Fui convidada a expor para os funcionários e para os frequentadores do local, chamados de *conviventes,* os meus anseios de pesquisa, numa atividade que o *É de Lei* intitula *Chá de Lírio*. Nesse dia fiquei desapontada com o modo como os *conviventes* se referiram aos usuários de crack. Li para eles a matéria de jornal que inicia esta tese como um modo de incitar uma conversa, imaginando receber elementos para contestá-la. Eles, porém, concordaram com as descrições e me disseram: *"se você passar a noite lá, vai ver que é assim mesmo ou pior. No crack ninguém tem dignidade"*. Muito difícil de contestar, não pude deixar de observar suas falas com certo espanto. Um desprezo que já havia percebido da parte dos noticiários de jornais, dos moradores dos bairros visitados junto ao PRD/Campinas, dos vendedores da droga, dos policiais, mas, que agora, era mostrado por quem ou há pouco se encontrara na mesma condição ou que tinha muitos amigos nela. Não me lembro de outro momento na pesquisa em que me senti tão desconfortável[51]. Foi a partir dessa conversa que comecei a observar que os usuários de crack marcam fronteiras significativas em diversos grupos sociais. Em inúmeras situações, eles figuram como o "limite daquilo que não sou", a alteridade radical, a experiência humana extrema. Num ímpeto essencializante e generalizante, quase compartilhei com Simmel(2005: 578) a constatação de que *"o homem é um ser que faz distinções"* e de que, na cidade grande, tais distinções se tornam especialmente relevantes.

[51] Caderno de Campo, 30/08/2010.

Portanto, acompanhei o deslocamento das equipes de redução de danos e ampliei o máximo que pude (nos limites de minhas capacidades pessoais) as fontes de dados e informações, bem como busquei adensar a qualidade da interação. O próprio modo de atuar dos Programas de Redução de Danos me fez tomar a decisão metodológica de trocar a intensidade da convivência pela extensão das visitas e pelo acompanhamento mais sistemático ao longo do tempo. Se, de um lado, a condição do encontro me impedia de conversar mais demoradamente com as pessoas e de conhecer mais detalhadamente suas histórias de vida; por outro lado, foram esses repetidos encontros que me fizeram atentar para a especificidade de atuação desses programas, para os espaços de uso, para os corpos, para as interações e distintos modos de envolvimento com as substâncias, para os objetos mediadores do consumo, para as acusações de outros usuários, para a violência policial. E, mais importante, eles me permitiram constatar a gerência das pessoas em administrar o uso de crack de forma a manter um estado corporal frágil durante bastante tempo sem, necessariamente, descambar para o estágio final: a morte. As pessoas que faleceram durante a pesquisa foram vítimas de assassinatos, provocados por desacordos entre eles mesmos; nenhuma morreu em decorrência do uso.

Acima de tudo, tais visitas repetidas me confirmaram empiricamente aquilo que estudiosos do assunto já observavam e que, depois, vieram a se constituir como importantes pontos de partida para a análise: 1) não é possível isolar o consumo de crack do uso de outras substâncias como maconha, cocaína, bebidas alcoólicas e, acima de tudo, cigarros; 2) qualquer que seja o tipo de envolvimento com o crack, ele é sempre situacional; variável ao longo das distintas trajetórias individuais e do histórico de encontros com redes de sociabilidade específicas; e, por fim, 3)o uso de crack revela apenas uma face da mesma pessoa que pode ser considerada por outros serviços de atenção como "morador(a) de rua", "menino(a) de rua", "travesti", "profissional do sexo"[52], entre inúmeras outras identidades contingenciais e políticas; trata-se de fenômeno bastante recorrente, apreendido por Nesthor Perlongher (2008) como *"contatos entre as marginalidades"*. Em casos que não cabem nas caixas classificatórias

[52] Para as relações entre a chamada "baixa prostituição feminina" e o consumo de crack, cf. o trabalho de Selma Silva (2000).

das gestões estatais, tal uso deve ser apreendido como compondo pequena expressão de tudo aquilo que uma pessoa é.

Desse modo, na pesquisa, tentei preencher as possíveis lacunas indo a vários lugares de consumo de drogas. Não, porém, para compará-los. Todos os cenários visitados me lançaram luz um ao outro. Todas as histórias ouvidas só ganharam inteligibilidade junto com as demais. Especificamente no Paranapanema/São Fernando pude vislumbrar trajetórias de usos e acompanhá-las ao longo do tempo, assim como a interação entre usuários, traficantes e moradores do bairro; na sede do *É de Lei* tive a oportunidade de entrar em contato com usuários num momento significativamente diverso de suas trajetórias; na "cracolândia" pude observar a gestão social e policialesca, bem como a forte cobertura midiática do que é percebido como "problema do crack". Vendo retrospectivamente, creio que consegui um material razoável que me permitiu lançar algumas hipóteses e problemas ao tema estudado, embora reconheça que, como qualquer outra investigação, também essa abordagem possui os seus enquadramentos. Todavia, certa da capacidade de interação e do estabelecimento de laços, não vejo aqui um problema metodológico.

Não podemos ainda esquecer que, num processo acumulativo de análises e técnicas de pesquisa, muitos estudos que tomaram por tema a criminalidade e a marginalidade urbanas foram criticados por, ao focarem em um bairro, acabar espacializando um conjunto de problemas que afeta igualmente outros bairros e que são também oriundos de questões mais amplas relacionadas a políticas sociais e econômicas, bem como a processos complexos de fabricação e manutenção das desigualdades. Ou seja, criticou-se que, por vezes, perdeu-se de vista o fato de que as relações locais estão sempre conectadas a fenômenos cujas recorrências estão para muito além delas – o que implica nexos, continuidades e disputas que percorrem todo o tecido urbano[53].

[53] Cf. Bourgois (2003[1995]); Wacquant (1996). No caso brasileiro, esta crítica esteve direcionada também aos chamados *"estudos de comunidade"*, ver Alvito in Zaluar e Alvito (2004 [1998]); cf. ainda Frugolli Jr (2005); Telles e Hirata (2007) e a resenha de Salla (2010) ao livro *Espírito Santo.* Saindo dos "muros acadêmicos" tal crítica parece estar presente também no cinema brasileiro contemporâneo, como mostra o interessante artigo de Esther Hamburguer (2007) acerca do instigante dilema da *"política da representação"*, onde se faz notar a crítica que o filme *"Falcão: meninos do tráfico"* produzido por MV Bill e Celso Athayde (ainda que reduzido visualmente à complexidade do que foi escrito em livro anterior *Cabeça de porco,* assinado também com Luís Eduardo Soares), lança ao aclamado *"Cidade de Deus"*, produzido por Fernando Meirelles – o que,

No que diz respeito à teoria antropológica mais geral, também discute-se bastante acerca de novas fronteiras que não se confundem – se é que, para além do desejo dos antropólogos, algum dia se confundiram – com as antigas delimitações do social e do cultural, o que coloca a dificuldade metodológica de como escolher e delimitar os objetos empíricos. Com relação a esta pesquisa, o fenômeno do crack tem, como é notório, uma abrangência que transborda os lugares por mim visitados. Tentei todo o tempo confrontar o que se diz e o que se escreve sobre o tema com aquilo que me era dado observar empiricamente.

De minha parte, considero que a boa etnografia é aquela que explicita tanto os seus contornos quanto as suas virtudes e aquela que vê nesses contornos o espaço delimitado para uma exploração máxima. Portanto, ainda que restrita em termos daquilo que uma pessoa é capaz de pesquisar num determinado período de tempo e espaço, proponho aqui o desafio de relacionar e diferenciar os contextos de uso de drogas por mim visitados com as muitas falas veiculadas sobre o assunto a fim de elaborar uma reflexão sobre o processo social de construção, manutenção e acusação da corporalidade abjeta.

Por fim, depois de todo o trabalho de campo realizado e já no momento da escrita, lancei um olhar retrospectivo aos dados acumulados durante o mestrado e, mais longe ainda, às reflexões iniciadas na graduação. Considero importante ressaltar sobre esse período o meu envolvimento durante quatro anos com o grupo de extensão *ManoaMano* que, no ato mesmo de realizar trabalho de arte-educação com crianças e adolescentes em situação de rua, foi fundamental para minha formação política e pedagógica no campo dos direitos da infância e da adolescência. Pesquisas anteriores sobre políticas de segurança pública (mais

---

estranhamente, não passou pela crítica ao livro de Paulo Lins ou à abordagem de Alba Zaluar (2000), que é anterior a ambos. Tratava-se de uma disputa feita no plano cinematográfico. Nas palavras da autora, *"Falcão pode ser lido como a resposta de moradores da Cidade de Deus ao filme de ficção que captou e expressou a saga dos meninos do tráfico para o mundo. É como se o filme de moradores do conjunto habitacional [Falcão] expressasse um todo — periferias urbanas do Brasil — com o qual a parte — Cidade de Deus — se sentiu confundida"* (op.cit:118). Cf, também, a interessante escuta que Patrícia Gimeno (2009) lançou às músicas de rappers paulistanos e que a permitiu mostrar como, nas letras, partindo do bordão de que *"periferia é periferia em qualquer lugar"*, eles tentam criar a representação da periferia como *"comunidade imaginada"*. A antropóloga nota que, se por um lado, o discurso político de uma igualdade de condições aproxima os rappers dos moradores desses territórios e os autoriza a falar sobre o local, por outro, é esse mesmo discurso que os impede de sair dos limites desses territórios e que os torna alvo dileto da repressão policial e midiática.

notadamente, a criação das guardas municipais[54] e o acompanhamento de um curso preparatório da Polícia Militar[55]), bem como o estudo de jovens em situação de liberdade assistida da então *FEBEM*[56] completam minhas experiências profissionais. Faço essa referência porque considero que tanto o fato de eu ter trabalhado como *educadora de rua*, quanto as pesquisas acadêmicas que fiz em torno de temas convergentes acumularam-se e me garantiram certa destreza para circular pelos espaços observados nessa pesquisa, isto é, uma habilidade adquirida ao longo de uma trajetória social, individual e profissional.

Mais uma vez, enfatizo que o tema central, o consumo de crack, acabou se impondo durante o trabalho: não só porque tive mais contato com usuários dessa substância devido ao acompanhamento das atividades dos programas de redução de danos, mas também, e sobretudo, porque durante a pesquisa o crack acabou ganhando uma notoriedade inesperada. Nos jornais impressos, na televisão, nas políticas urbanas e de saúde, entre os traficantes, onde eu olhasse parecia só ver falar do crack. Portanto, é do embate entre as minhas experiências pessoais, o contexto histórico da suposta "epidemia do crack" e, acima de tudo, o meu aprendizado enquanto antropóloga que resulta este trabalho.

O que se segue é uma reflexão sobre a minha relação com os usuários de crack e suas histórias, bem como alguns dilemas éticos aí envolvidos. Só com esse item é que se completa o pensamento sobre como a metodologia utilizada interferiu na coleta e análise do material que será apresentado; sobretudo em sua escrita.

---

[54] Pesquisa financiada pelo PIBIC-CNPq, sob orientação do Prof. Dr. Eliézer Rizzo de Oliveira.

[55] Pesquisa financiada pela Fapesp, sob orientação da Prof. Dra. Heloísa Pontes, que acabou resultando na monografia de conclusão de curso *Polícia de verdade: só na prática?,* defendida na Unicamp em abril de 2005.

[56] Fui assistente de pesquisa de Ekua Yankah no estudo *AIDS e vulnerabilidades na FEBEM*, financiado pela London School of Tropical Medicine em parceria com a Faculdade de Saúde Pública da USP. Utilizo a expressão FEBEM porque este era o seu nome à época. A partir da Lei Estadual 12.469/06, publicada em 23/12/2006, a *FEBEM* passou a receber o nome de *Fundação Centro de Atendimento Sócio-Educativo ao Adolescente (Fundação CASA).* A mudança de nomenclatura faz parte da ampla reformulação da política de atendimento da instituição. Para mais informações sobre a história institucional, ver Rizzini (1995), Marcílio (1998), Passetti (1999) e Moreira (2011).

3. Colcha de Retalhos

Ao longo da experiência de campo, o fato de passarmos pelos mesmos lugares semanalmente fez de nós personagens estimados daqueles cenários. Com a seqüência das visitas, vi, por exemplo, no bairro São Fernando (o lugar que por ter sido inicialmente ofertado foi o que mais visitei) o mato crescendo ou sendo aparado, o lixo aumentando e diminuindo, modificações estéticas nos *mocós*, agrupamentos novos, trilhas sendo feitas e desfeitas. Na "cracolândia", acompanhei o processo de demolição de um quarteirão inteiro, as infrutíferas tentativas de fechar o acesso aos prédios abandonados com tijolos que eram sempre quebrados pelos usuários, a constante movimentação deles a cada vez que a polícia chegava num jogo incansável de "gato e rato". Tantas vezes nos dirigindo aos mesmos locais, acabávamos por sentir se eles estavam tranqüilos, divertidos, tensos e acabávamos nos adaptando a estes "espíritos".

Em conversas frequentemente rápidas e fugidias que dependiam da disposição das pessoas, os usuários escutavam dicas de prevenção à saúde e aos danos decorrentes do uso de drogas, tiravam dúvidas sobre o uso correto de determinados materiais, pediam encaminhamento para instituições de tratamento e também comentavam sobre os ferimentos, os conhecidos, a polícia, a qualidade da substância utilizada e, em alguns momentos, falavam de si mesmos. O acompanhamento ao longo do tempo me permitiu observar sumiços e retornos, fases de emagrecimento e de engorda e, sobretudo, foi esse tempo que me possibilitou identificar quando uma pessoa estava sob o efeito do crack. A percepção se dava pela comparação de seu comportamento sem usar a substância. Dada a condição da interação, uma grande dose de paciência teve de ser ativada: apenas o decorrer das visitas é que me permitia esclarecer dúvidas, fazer uma pergunta de cada vez, respeitar o fato de que muitas vezes não queriam conversar ou agüentar a ansiedade quando não os via naquela semana.

Também no principal ponto de venda de drogas visitado, a cada ida, observava as relações em jogo, ia percebendo quando estavam sendo feitas as negociações, quando a nossa aproximação não era bem-vinda – o que me fez desenvolver um conhecimento sensível para encontrar o modo certo de adentrar naquele espaço e de iniciar uma conversa. Acabei presenciando várias cenas e

discussões, mas nenhuma que me colocasse em uma situação de risco, embora estivesse ciente dessa possibilidade[57]. No caminhar pelo restante dos bairros, as pessoas nos cumprimentavam, paravam, pediam camisinhas; outras vinham nos contar casos acontecidos durante a semana. Na "cracolândia", cerca de quatro crianças filhas de uma família de ciganos que viviam num dos prédios do local pulavam em nossos colos e nos pediam as manteigas de cacau, destinadas aos usuários, como se pedissem um brinquedo. Com muitos moradores e comerciantes próximos aos locais de uso conversei sobre o clima, os campeonatos de futebol, as crianças que nasciam, os carros e motos, novos e velhos. Vi erguerem e retirarem faixas saudando o prefeito pela construção do posto de saúde e barracas de festa junina. Em época de eleição, tais locais eram destinos de muitos concorrentes a cargos políticos. As visitas espaçadas permitiam, e de algum modo alimentavam, as "fofocas". Estando no limiar da posição de conhecidos, mas visitantes, sempre fomos tratados com respeito e em troca, acho, passávamos a imagem de pessoas com as quais eles podiam contar.

Como já escrito, interrompi a pesquisa apenas entre janeiro e meados de abril de 2010, quando fui estudar no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Na volta, logo retomei os encontros com os redutores do PRD/Campinas. Os dois responsáveis pelo campo do Paranapanema me disseram que Fernanda, uma usuária de crack das que mais encontramos lá, perguntara muitas vezes por mim durante esse afastamento. Tal fala era reveladora de que uma relação próxima tinha sido estabelecida.

Em um dos meus retornos ao campo, caminhamos em direção a um *mocó* onde estavam quatro homens e duas mulheres. De costas, Fernanda estava agachada revirando um saco de roupas doadas. Quando me viu, levantou, saiu correndo, gritou e me deu um abraço muito apertado. *"Nossa"*, disse ela, *"que saudade que eu tava de você! Queria te contar um monte de coisa. Eu desenvolvi por você um carinho tão forte que não sinto por ninguém"*. Fiquei bastante emocionada, sobretudo porque me lembrei da forma ríspida como ela me tratara

[57] Em entrevista, um redutor de danos relatou: "*a galera tem ficar muito esperto, trocar maior idéia, mas ficar muito atento, então teve um momento [no Paranapanema] que chegou polícia sacando arma e a galera da quebrada também sacando arma e ia ter uma troca de tiro e a galera catou, abriu um barraco e colocou os nego [os dois redutores] pra dentro. Então você precisa ficar muito esperto e muito atento pra não ficar no meio de um fogo cruzado que é possível de acontecer".* [Entrevista 4]

no nosso primeiro encontro[58]. Também a abracei e retribuí dizendo que sentia falta dela – o que era verdade. A presença de Fernanda naquele lugar sempre me provocou reflexões. Muito bonita, bastante magra, alta, jovem, branca com cabelos escuros enrolados na altura do ombro, sardas no rosto e com uma força incomum em meio a tantos homens, ela se destacava. Nesse dia, ela estava suja, com uma blusa curta, shorts de jeans e chinelos. O rosto, contudo, estava muito bem maquiado. Elogiei. Olhei para Raquel, a outra mulher na roda, tão bem vestida e igualmente bem maquiada. Mais uma vez elogiei, ao que Raquel me respondeu: *"obrigada, é que a gente tá indo pro corre"*. Foi então que descobri que, naquele saco de roupas doadas, Fernanda procurava alguma que lhe pudesse fazer apresentável e acabou escolhendo um vestido curto preto. Foi assim também que descobri que as duas, além de consumirem crack, se prostituem[59]. Quando saímos, os redutores me revelaram que, no período que fiquei ausente, correu o comentário de que Fernanda ficara grávida e perdera o bebê.

A cada semana uma *descobertazinha*. O caderno de campo, nesse sentido, foi fundamental. Ele me permitiu anotar cada fato observado e, ao fim, é só através dele que consegui tecer uma colcha com os retalhos coletados. Muitas das histórias que serão apresentadas foram frutos desses constantes encontros. Nenhuma delas me foi narrada linearmente, nem num mesmo dia. Em grande medida, coube a mim o exercício de dar coerência a elas, e nos casos em que os próprios "dados" eram incompletos, eu me aventurei em tecer trajetórias ficcionais organizadas a partir de tudo o que eu vivenciei. São **ficcionais** no

[58] Em nosso primeiro encontro, eu fui em direção à Fernanda e, como parte do trabalho de redução de danos, ofereci preservativos. Ela se recusou de maneira bastante agressiva e me respondeu: *"eu não gosto de pinto"*. Na hora, eu contive a minha aparente surpresa diante da rispidez dela e disse: *"tudo bem, mas eu acho bom você ficar com eles, caso alguém que você conheça precise"*. Os redutores depois me orientaram a, em caso de tal situação se repetir, dizer como se deve usar o preservativo na prática do sexo oral entre mulheres. Na pesquisa, as duas situações de confronto explícito envolveram mulheres. Além dessa, na minha primeira ida à região da cracolândia, em São Paulo, em um momento deixei de ver um dos redutores e comecei a procurá-lo – o que me fez olhar fixamente para o lugar onde eu o tinha visto pela última vez. De repente, uma menina de cerca de dezoito anos grita para mim, em tom agressivo: *"O que foi? O que tá olhando? Perdeu alguma coisa?"*. Eu logo tratei de pedir desculpas e dizer que estava procurando um amigo. Sendo um espaço majoritariamente masculino, as mulheres se destacam pela agressividade. Ainda assim, foi com Fernanda que desenvolvi uma relação mais intensa afetivamente. Eu sempre a abraçava, perguntava pela semana que passou, dizia querer que ela ficasse bem. Ela, por sua vez, sempre que me via saía correndo de onde estivesse e vinha me falar. Ela já chegou a dizer que quando me via, sentia um conforto e que, diante da minha presença, a *"Fernanda ruim"* ia embora. Não poucas vezes voltei para casa refletindo sobre essa interação e alguns dos dilemas éticos e existenciais que ela acarreta.

[59] Caderno de Campo, 03/05/2010.

sentido tantas vezes proposto por Geertz, isto é, **de que foram construídas por esta antropóloga**, **não de que são falsas**.

A opção por essa forma narrativa ainda está de acordo com um aspecto ético, por mim bastante prezado: guardar sigilo sobre as identidades pessoais. Com o firme propósito de evitar que a descrição recaia em aspectos individuais que podem tanto diminuir em demasia modos de interação que, ao longo da pesquisa, percebi serem recorrentes, quanto ferir a privacidade dos envolvidos, optei por fazer uso de uma liberdade descritiva e expressiva, também analítica, que concentrará muitas das minhas observações em personagens estratégicos. Trata-se fundamentalmente de uma forma de dar visibilidade ao que me instiga pela relação que tem possibilidade de expansão empírica e interpretativa; e não pela biografia particularizada, que, no caso de um estudo como esse, só circunscreve e delata.

Muitas pessoas como Fernanda, com as quais desenvolvi uma proximidade respeitosa, me permitiram observar um aspecto bastante delicado de suas vidas e de suas trajetórias corporais sem jamais questionarem a minha participação. O relato do que se passou no **primeiro dia** da minha ida à "cracolândia", em São Paulo, parece dar conta de como a minha presença foi percebida por muitos:

> Antes de irmos para a atividade de campo, os redutores do *É de Lei* me emprestaram uma camiseta amarela da ONG para vestir (...) Assim que chegamos numa das ruas próximas ao "pentágono do crack"[60] vimos um casal discutindo. Ambos deviam ter por volta de vinte anos. Logo que nos viram e sem que eu tivesse tempo de me apresentar, o jovem disse à namorada: *"fique conversando com a tia.* ***Ela vem aqui todos os dias****"*. Ao se achegar perto de mim, ela, que estava no local também pela primeira vez, contou que veio buscar o namorado porque tinham combinado de ele se internar para tratamento naquele dia. Ele afirmou que iria, mas que antes precisava receber um dinheiro que lhe deviam. Esse era o motivo da briga: ela queria sair dali e ele precisava resolver a pendência. Ele me pediu para que ficasse perto dela enquanto ia atrás do dinheiro.[61] (grifos meus)

[60] A partir de dados etnográficos, leituras de notícias da mídia impressa e de etnografias anteriores, Frúgolli Jr e Spaggiari (2010) mostram que uma das delimitações espaciais da "cracolândia" lembra a forma um pentágono, formado basicamente pelas Av. Duque de Caxias, Rio Branco, Ipiranga, Cásper Líbero e Rua Mauá. Nesse texto, os autores apresentam uma visualização aérea da mesma; cf. também o capítulo IV da tese.

[61] Caderno de campo, 02/07/2010. Esse episódio será retomado no cap. IV.

Misto de agente de saúde, educadora social, redutora de danos e psicóloga, eu materializava um personagem com o qual eles já estavam acostumados a conviver e, de alguma forma, a confiar. Junto com a equipe de Redução de Danos, e agindo como uma, o meu papel de pesquisadora, para muitas das pessoas observadas, se diluiu. Diferentemente de muitos grupos estudados pelos antropólogos, os usuários de crack não reivindicam uma identidade política ou cultural, não são testemunhas ou sobreviventes de um grande "evento crítico" e não se organizam a ponto de exigir dos pesquisadores fidelidade à sua causa nem um compromisso ético e legal na fala pública sobre eles. Para eles eu era alguém que tinha sobretudo a vantagem de não estar identificada com os órgãos repressivos e que corria o risco de ir aos lugares onde eles estavam; esses dois atributos me faziam ser respeitada – o que não significa que eu não tenha passado por "maus bocados". Ainda assim, essa "pele" nunca me deixou numa situação propriamente sentida como confortável. Inúmeras vezes questionei a relevância da pesquisa, a eficácia da entrada institucional e os limites éticos de até onde eu poderia ir para obter conhecimento antropológico.

Essas angústias se multiplicaram, pois, como aconteceu com esse casal, muitos apenas passaram por mim, outros não vi mais que duas vezes, da maioria não consegui saber o nome. Eles circulavam muito e eu também. Mais importante que isso, o fato a ser destacado é que como muitas pessoas de projetos sociais que passam pelas suas vidas, que iniciam um relacionamento e logo o interrompem, também eu tive que ir embora para escrever um texto e para dar prosseguimento às minhas ambições acadêmicas[62]. Espero, contudo, que os momentos amistosos partilhados durante o trabalho de campo, que o respeito mútuo constituinte de toda a nossa relação e que o fato de eu tornar tal interação pública possam servir de reparação a essa ruptura. Se como querem muitos defensores da etnografia, a prática profissional deve ser guiada pela experiência empírica, reflexiva, afetiva e textual do contato, creio que não se pode voltar dela apresentando aos leitores apenas "os dados objetivos" encontrados. Se grande parte da honestidade intelectual do antropólogo é medida pela sua reflexão sobre

[62] Quando voltei de Lisboa, já na primeira ida ao Paranapanema, uma das usuárias que eu sempre via, contou ter sentido minha falta e se mostrou bastante amistosa quando me viu, dizendo: *"fiquei feliz de saber que você tava lá. Isso é progresso, sinal de que a vida tá andando pra frente e não pra trás que nem a nossa"* (Caderno de campo, 22/04/2010)

a entrada em campo, penso que o mesmo deve valer no que diz respeito à sua saída.

Tornar explícito os fatos de que não puder rever muitas pessoas, nem explicar para elas o que de fato eu estava fazendo ali não me exime do encargo afetivo e autoral. É ainda preciso considerar que de bem poucos, daqueles que ficavam com grande freqüência, ganhei a esfera da intimidade e o privilégio de poder apreender, num nível intuitivo e emocional, que aquilo que mais amplamente é percebido como "o problema do crack" ganha em complexidade quando se entra em contato com a trajetória de perdas sociais, materiais e morais que marca muitas das suas vidas pregressas. Com relação a esses, sou grata por falarem comigo, por me escolherem para dividir seus segredos e por me tratarem com tanto carinho e cuidado. Em grande medida, esses intricados processos de envolvimento, distanciamento e de produção de conhecimento estão refletidos nos propósitos da tese.

Finalmente e já para seguir, é mister refletir que quanto mais entrava em contato com suas histórias, mais compreendia a íntima relação, inspiradora da bela análise de Taussig (1993), entre o terror e as narrativas fantásticas, de que é apenas exemplo o enredo formal dos fatos vividos por Maria: uma menina que viu a mãe matar o pai aos cinco anos, os irmãos do pai matarem a mãe na sequência, sendo rejeitada pelas tias maternas que só abrigaram as suas irmãs menores. Essa mesma menina é acolhida por uma vizinha, estuprada pelo marido desta aos oito, chega a um abrigo aos nove anos, onde fica até os treze, quando foge e vai morar na rua. Lá encontra um namorado que de fato gosta dela mas que, contudo, só sabe demonstrar esse amor através da violência (a menina é sempre vista com marcas roxas pelo corpo). Logo que ele é preso, ela se envolve com outro rapaz que começa a explorá-la sexualmente e a obter vantagens financeiras negociando-a para outros homens. Maria só tem quinze anos e seria vista por muitos apenas como uma "viciada em crack".

"Fantásticas sim", já diria Taussig, *"é sua própria autenticidade que as torna fantásticas"* (Taussig, 1993:51). E é por assim o serem, argumenta o antropólogo, que em tais narrativas existe um quê de sinistro e excessivo, que pode gerar no leitor tanto ceticismo quanto horror. Provavelmente o leitor desta tese oscilará entre os dois pólos. Também aqui o ceticismo e o horror fazem parte

da recepção dessas narrativas. Uma forma de superar tal oscilação seria ir atrás de todos os meandros que estruturam esse enredo, procurando de forma enlouquecedora as pessoas e instituições que servem de personagens e cenários à história de Maria, com o intuito de contestar sua própria versão de si mesma.

Mas, seguindo Taussig, tal tarefa caberia bem mais na pena de *"um historiador meticuloso"*, que se apega a muitas histórias e fragmentos apenas para apartar a *"verdade da ficção, a realidade da distorção e o fato do mito"*: é o campo da tabulação, tipologização e cruzamento de dados. Não esperem isso de mim.

Longe de assim proceder, o próprio Taussig nos oferece outra via, que é a mesma que ofereço ao leitor dessa tese: *"a alternativa é ouvir essas histórias não como uma ficção ou como sinais disfarçados da verdade, mas como algo real"* (Taussig, 1993:87)

Reais e fantásticas. Construídas e organizadas ao longo de mais de dois anos e meio de pesquisa, seguindo os passos e os percursos dos Programas de Redução de Danos pelas cidades de Campinas e de São Paulo, entre os anos de 2008 e 2010. Embora eu não tenha ficado em nenhum momento sozinha durante os trajetos de pesquisa, a transformação das narrativas, das andanças e dos encontros em análise e descrição etnográfica é de minha inteira responsabilidade.

*

Uma vez explicitadas a trajetória de pesquisa e a entrada em campo (também a saída), faz-se necessário, ainda, oferecer mais informações sobre os programas de redução de danos a partir dos quais realizei as observações. As perguntas que orientam o próximo capítulo são: qual o contexto histórico que possibilitou o surgimento de tais programas e quais as transformações sofridas desde então? Como eles se organizam na prática de trabalho? Como eles se posicionam com relação a outros modelos de tratamento para a dependência química? Quais estratégias de prevenção desenvolveram com relação ao crack? O que sustenta a circulação desses profissionais em cenários de uso e comércio de drogas?

Considero que responder a elas é relevante, primeiro, para tomar distância do "pensamento institucional" e, como já alertou Didier Fassin (1998), para evitar pôr muita atenção no discurso performativo das instituições e dos profissionais, sem, claro, negligenciar a eficácia desse enunciado. Depois para que o leitor vislumbre modelos de atenção cujas especificidades merecem ser olhadas com mais vagar em um cenário de disputas políticas através de terapêuticas. Trata-se, com isso, de saber que mudanças de fato estão sendo operadas.

Para tanto, recorro às origens das práticas de *redução de danos*, as remonto aos *programas de trocas de seringas* durante a epidemia de AIDS e apresento suas transformações desde então. Na sequência, proponho uma comparação entre esse atendimento e o das *comunidades terapêuticas*, estudado por mim ao longo do mestrado. Ao abordar as transformações internas e as disputas externas que constituem a RD, o intuito é mostrar como se dá, no cotidiano do trabalho, o desenvolvimento de proposições que parecem nortear cada vez mais o discurso progressista sobre o uso e abuso de drogas. Ou seja, se mais amplamente se fala e se defende *redução de danos*, resta, de uma perspectiva empírica, saber o que ela é e o que faz.

II. Redução de Danos:
transformações institucionais e disputas terapêuticas.

o novo paradigma no campo do uso de drogas,
o conceito de redução de danos, implica em
conviver com as limitações de nossas terapêuticas
e nossas políticas sociais, mas situar-se no campo
oposto ao da inércia e do fatalismo.
(Francisco I. Bastos,
Ruína e Reconstrução)

Estamos entre duas trincheiras. De um lado,
o Programa Nacional de Aids, que diz que não tem
mais uso de droga injetável e não quer bancar o Redução.
De outro, as Comunidades Terapêuticas,
que acham o nosso trabalho ineficaz.
(Fala de um redutor,
Caderno de campo, 27/10/2009).

Antes mesmo da constatação de que o HIV pudesse ser transmitido pelo uso compartilhado de seringas entre pessoas que injetam drogas, há registros de que associações de usuários de heroína iniciaram a troca de tais objetos para conter a difusão das hepatites virais (B e C) nesse segmento (Verster in Bastos, 1998). Mas foi num contexto de alerta crescente com relação à aids que os *programas de trocas de seringas* se espalharam por todo o globo desde o fim dos anos 1980, visando o combate à epidemia, e se constituíram na face mais visível de uma reorientação do enfoque de tratamento político e sanitário da questão das drogas. Encampados por iniciativas governamentais, de membros da sociedade civil ou de ativistas no campo da saúde pública, **tais ações estão na base dos atuais programas de redução de danos**, que, de acordo com a realidade social e política dos países e cidades em que foram implementados, receberam as mais diversas adaptações, resistências e transformações[63].

[63] Nas coletâneas organizadas por Mesquita e Bastos (1994) e por Bastos, Mesquita e Marques (1998), diversos textos escritos por executores de Programas de Trocas de Seringas e de Redução de Danos foram traduzidos e compilados. Dentre eles, destacam-se os textos de Stimson sobre a experiência do Reino Unido, o de Wodak sobre a Austrália, o de Lurie sobre os Estados Unidos e o de Verster sobre a Holanda. Para o caso de estratégias desenvolvidas na região de Mersey, na Inglaterra, ver O'Hare. E, para saber sobre a especificidade de tais experiências nos então chamados

No caso brasileiro, a cidade de Santos-SP (cujo porto traz, a um só tempo, recursos econômicos e infecções) constou um dos maiores índices de contaminação do HIV entre usuários de drogas injetáveis (especialmente cocaína) no país (63%[64]) e foi a primeira a tentar implantar o projeto, que, incipiente e de difícil aceitação, foi inviabilizado por promotores públicos[65]. A epidemia de aids, contudo, continuou a se alastrar. No Brasil, de acordo com documento do Ministério da Saúde, a síndrome esteve associada em quase 25% dos casos ao uso de drogas injetáveis[66]. Nos primeiros anos da década de 1990, recursos disponíveis para a prevenção da aids vindos de doações do *programa das nações unidas sobre drogas e crime* e de empréstimos do Banco Mundial ao Ministério da Saúde exclusivamente com tal finalidade[67] somaram-se às pressões de ativistas na área que estavam circulando por congressos internacionais de *harm reduction* e possibilitaram um novo cenário para a implantação de projetos de trocas de seringas no país. As cidades de Salvador-BA e Porto Alegre-RS[68] iniciaram os primeiros grandes programas de intervenção junto a usuários de drogas injetáveis, tornando-se escolas para todos os que se seguiram.

Especificamente no caso paulista, em 1997, o governador Mario Covas promulgou lei[69] que autorizava a Secretaria do Estado a promover programas de distribuição de seringas com o objetivo de prevenir a epidemia do HIV/Aids. Tal lei estabeleceu que, por meio de convênios, a secretaria estadual poderia executar a proposta em conjunto com ONGs, universidades e secretarias municipais de saúde e que o Estado garantiria anonimato aos usuários que procurassem os

---

"países em desenvolvimento" – o que era uma questão na época dado que os programas de redução de danos foram idealizados por "países desenvolvidos", cf. Woodak, Fisher e Crofts.

[64] De acordo com Telles, in Mesquita e Bastos, 1994. O estudo recebeu financiamento e incentivo da Organização Mundial de Saúde (OMS).

[65] Para detalhes da proibição do Ministério Público e do projeto santista, ver Bueno in Bastos (1998).

[66] Cf. documento *A Política do Ministério da Saúde para atenção integral a usuários de álcool e outras drogas,* Brasília, 2004. Para números mais específicos, cf. documento do Ministério da Saúde, publicado em 2001, intitulado *Projeto AJUDE-Brasil: Avaliação Epidemiológica dos Usuários de Drogas Injetáveis dos Projetos de Redução de Danos (PRD) apoiados pela CN-DST/AIDS.* Tal levantamento refere-se ao período de 1980 a 02/09/2000 e vale apenas para os casos notificados.

[67] Para mais informações sobre o empréstimo e a insistência internacional em elaborar planos específicos para conter a epidemia de AIDS entre usuários de drogas injetáveis, ver Mesquita in Mesquita e Bastos (1994).

[68] O Programa de Redução de Danos de Porto Alegre serviu de mediador à pesquisa de mestrado de Fernanda Piccolo (2001), desenvolvida na UFRGS, sob orientação de Daniela R. Knauth. De uma perspectiva antropológica, trata-se da principal referência sobre as trajetórias de usuários de drogas injetáveis no contexto da epidemia de AIDS.

[69] Lei 9758/97, de autoria do deputado estadual Paulo Teixeira, do PT.

serviços. Nesse contexto, os dois programas aqui estudados foram criados: a ONG *É de Lei* é fundada em 1998, inicialmente em parceria com a Universidade de São Paulo, depois atuando autonomamente e em 2000 o *centro de referência municipal de DST/Aids* de Campinas inicia a implantação de seu programa de redução de danos. A despeito dessa lei, contudo, não se pode ignorar, como já mostraram Michel Misse e Joana Vargas (2010), que durante muito tempo e, de alguma forma até hoje, a distribuição de seringas podia ser vista como apologia ou incitamento ao uso, de acordo com o código penal, cuja lei específica sobre drogas só foi alterada em 2006. Nesse conflito, muitos redutores de danos foram processados ou solicitados a prestar esclarecimento por suas ações.

Se inicialmente os programas de redução de danos surgem no país como uma resposta **pragmática**[70] à devastadora epidemia de aids, integrando os esforços que fizeram da iniciativa brasileira, nas palavras de João Biehl (2004), *"the most welcome success history"*[71], posteriormente vão aumentando suas ações que passam a incluir também prevenção aos outros tipos de administração de drogas, bem como às doenças sexualmente transmissíveis, hepatites virais e tuberculose (doenças que, diferentemente da aids, não mobilizam tantas pessoas e recursos necessários ao seu controle). Localmente, metodologias específicas de trabalho são criadas e a maior difusão desses programas os coloca na briga por espaço e legitimidade da confusa *trama institucional* [72] (Gregori & Silva, 2000) das entidades voltadas à prevenção e ao tratamento do uso de drogas, dentre as quais se destacam as clínicas públicas e privadas para o tratamento da dependência

[70] A justificativa pragmática recebeu a atenção de Fiore. Para ele, *"a ênfase na defesa do pragmatismo poderia ser explicada, ao que tudo indica, como uma* ***estratégia argumentativa*** *empregada pelos médicos vinculados à Redução de Danos* ***para a construção de um discurso que os proteja das críticas e interdições com que são recebidos no debate público****, posto que, num contexto de 'guerra às drogas', são freqüentes as acusações de simpatia ou excessiva tolerância com relação ao seu uso"* (Fiore, 2006:104, grifos meus). Para o autor, o pragmatismo envolveria, ainda, uma disputa pela eficiência dos diversos tipos de tratamento.

[71] Como mostrou o antropólogo João Biehl (2004), o programa brasileiro de aids, que serviu de modelo mundial, combinou prevenção com livre distribuição de terapias anti-retrovirais. O autor vê essa história como um importante exemplo de ativismo médico internacional, capaz de mudar a percepção de que é impossível economicamente considerar a intervenção no curso das epidemias ao mesmo tempo em que chama a atenção para os possíveis modos nos quais a biotecnologia pode ser integrada às políticas públicas e contribuir para um avanço político e humano. A história foi tão bem sucedida, segundo o antropólogo porque, no caso da aids, o Estado e os movimentos sociais praticamente se fundiram.

[72] Gregori &Silva (2000), estudando as políticas destinadas às crianças e adolescentes em situação de rua, propõem a noção de *trama institucional* para pensar a rede formada por diversas instituições e atores cujos conflitos na prática diária (sobretudo disputas por recursos, poder e legitimidade) impedem soluções mais efetivas.

química, *comunidades terapêuticas*, grupos de *narcóticos anônimos*, consultas terapêuticas (psicológicas e psiquiátricas) de atendimento familiar ou individual, bem como grupos religiosos de apoio a dependentes. Em jogo estão também as atividades de tratamento e prevenção de caráter público ou privado.

Se em alguma medida esse histórico pode ser compartilhado, para muitos dos seus defensores, contudo, restringir a redução de danos a um conjunto pragmático de estratégias que visam minimizar os danos causados pelo uso de diferentes drogas, sem necessariamente exigir a abstinência, pode significar uma "*tendência à instrumentalização*" (Domanico, 2006), que transformaria a prática numa mera distribuição de *insumos*[73], esvaziando sua dimensão política num contexto de luta pelos direitos humanos e de cidadania. E, como já notou Maurício Fiore (2006), também para muitos dos seus defensores, a despeito de sua cronologia e de seus recentes elos históricos, a "filosofia" da redução de danos (isto é, aquilo que se entende por princípios políticos e ético-humanitários que norteiam a prática) não deve ser buscada apenas em políticas pontuais como esta da troca de seringas. Tão longe quanto se possa ir no tempo, Fiore apresenta as idéias de Abrams e Lewis, para os quais o princípio de redução de danos já havia sido delineado, mais de dois milênios atrás, por Hipócrates e estava baseado na *"regra primordial do ofício médico: primum non nocere – primeiramente não cause danos"* (Fiore, 2006:101)[74].

Numa área de interface entre a saúde pública, a psicologia e as ciências sociais e fruto da luta de muitos ativistas, os seus entusiastas consideram a redução de danos uma das mais progressistas políticas de prevenção ao uso e abuso de drogas, sobretudo porque não exige a brusca interrupção do uso e porque o entende como um direito individual, visando, para tanto, oferecer opções que prezam por usos menos arriscados. Nos dizeres de Siqueira (2006)[75], tais programas se pretendem voltados

---

[73] Termo êmico que é atribuído ao conjunto de materiais disponibilizados pelos programas de redução de danos, entre eles manteiga de cacau, camisinhas, folders, piteiras, kit para uso de drogas injetáveis, kit para uso de cocaína cheirada, etc.

[74] Outro elo/marco histórico apontado por O'Hare (in Mesquita e Bastos, 1994), Fiore (2006) e Domanico (2006) é a política britânica originada com o *relatório rollerston* em 1926, que propunha o uso controlado de opiáceos para pessoas dependentes deles.

[75] Domiciano Siqueira foi coordenador do programa de redução de danos de Porto Alegre, fundador e presidente da *associação brasileira de redutores de danos* (ABORDA) por quatro gestões, hoje atua como consultor do Ministério da saúde na área de drogas e aids e oferece palestras e capacitações

> àqueles que não estão incluídos entre os 'chamados pela prevenção' (não usar drogas nunca) e nem àqueles que de forma parecida não se 'incluem' entre os que procuram (ou aceitam) o 'tratamento' (parar de usar drogas para sempre); mas àqueles que estão entre os que 'usam drogas' porque 'não podem, não querem, ou não conseguem' parar de usá-las, e nem por isso deveriam perder seus direitos ou devam ser por eles (os direitos) esquecidos. (Siqueira, 2006:9-10)

Como também já mostrou Fiore (2006), o conceito de RD é bastante controverso. De um lado, porque cria pontos de cisão no interior de grupos profissionais autorizados a falar publicamente sobre o assunto (como os médicos, objetos de seu estudo), de outro, porque, dada a polissemia que a expressão redução de danos representa, defini-la, de antemão, implica em assumir posicionamentos a respeito da questão das drogas como um todo. Os profissionais que atuam na área criticam a extensão do termo, como a psicóloga do PRD/Campinas:

> Nós do RD somos considerados até um pouco chatos. Porque a gente tem que tomar cuidado pra isso também. É muito comum quando a gente recebe pessoas pra capacitação e elas falarem "ah, mas a gente já usa a ótica [de Redução de Danos], a gente já usa a ótica". Não tem importância usar a ótica desde que você saiba o objetivo pelo qual aquela ótica foi criada. Então, quando o conceito de redução de danos foi criado ele não foi criado pra diabetes, pra hipertensão, pra isso e aquilo. Ele foi criado como uma forma de lidar com pessoas que fazem uso de drogas. O conceito é esse: prevenir e minimizar danos, agravos, antes era à saúde, mas agora o conceito é mais amplo, podem ser agravos de ordem social, que são muitos, decorrentes do uso de drogas, sem necessariamente exigir a abstinência. Esse é o conceito de redução de danos! Então como é que se aplica isso para a diabetes? De que droga se está falando? Então tá, pegou um pedaço do conceito que é minimizar danos à saúde. Olha que pobre quando você reduz isso! E aí serve pra tudo: se eu comer um hambúrguer menos gorduroso, eu tô trazendo menos riscos pra minha saúde. Então a gente brinca mesmo. Isso não somos só nós. Os movimentos de redução de danos brincam: daqui há pouco vão falar que estamos fazendo redução de danos pra hambúrguer. E com isso deixa a ótica e o objeto dela de lado. (Entrevista 5)

---

sobre o tema para prefeituras. Tive a oportunidade de assistir uma capacitação sua para os profissionais que trabalhavam em abrigos na prefeitura de Campinas. Na ocasião, tentava-se mobilizá-los para instituir propostas de redução de danos nesses espaços. Para mais informações, consultar http://domicianosiqueira.blogspot.com/, acessado em 02/02/2011, às 9:17hs

Lidar com as controvérsias envolvidas tanto na conceituação e na historicização da redução de danos quanto nas suas aplicabilidades práticas seria uma tarefa inglória e envolveria outro (bem mais árduo) trabalho. Tampouco seria desejável apreender os PRDs observados em termos de sua eficácia. Mais de acordo com propósitos da minha pesquisa, proponho outra via: ao invés de recusar o histórico que para muitos dos seus defensores implica em instrumentalizar o conceito de redução de danos (ou seja, remontá-lo ao *pragmatismo* dos programas de troca de seringas durante a epidemia de aids), eu o considero extremamente útil para compreender as transformações, sobretudo institucionais, de tais programas na atualidade.

Como notou Foucault (1990), entender um *acontecimento* não significa admitir que ele possa ser explicativo de uma série de fenômenos e sim que *"existe todo um escalonamento de tipos de acontecimentos diferentes que não têm o mesmo alcance, a mesma amplitude cronológica, nem a mesma capacidade de produzir efeitos"* (Foucault, 1990:5). Assim, embora as origens "filosóficas" do conceito de redução de danos possam ser buscadas na gênese da própria história da medicina, não foi sempre que esses princípios e ideias adquiriram tamanha visibilidade, continuidade e desdobramento como o tiveram no curso da epidemia de aids e depois dela.

Com isso, inicio esse capítulo argumentando que ter em perspectiva tal histórico, assim como as disputas travadas entre os modelos de atendimento a usuários de drogas (tanto no plano conceitual quanto prático), é especialmente relevante para os meus interesses, de uma via, porque, como buscarei mostrar, a diminuição do uso em sua forma injetável e o advento do crack provocaram reorientações na ênfase de tais programas e, no caso do PRD/Campinas, chegou mesmo a ser um fator que contribuiu para sua descaracterização; de outra, porque considero que, em termos históricos, se há algo de novo nas propostas de redução de danos é o fato de que elas apontam para um outro modo de o Estado entrar em contato com uma população que, ao longo de toda a história brasileira, fora fundamentalmente vista ora como um problema legal ou policial (Misse e Vargas, 2010), ora sob um viés moral. Isto significa dizer, concordando com Didier Fassin (1998), que com tais políticas a questão do abuso de drogas, para além de ser apenas pensada como um problema de segurança pública, de clínica

psiquiátrica ou de "desvio individual", se torna também um "negócio de saúde pública".

Pegando de empréstimo as reflexões do autor, do ponto de vista analítico o mais interessante é ter em mente que colocar a questão que estava situada no âmbito da segurança para o âmbito da saúde (apenas pensando nos pólos extremos) implica uma dupla transformação, tanto de poder quanto de retórica: há que se transformar o antes "delinquente" em "paciente" e se chocar com a lógica individual da abstinência, propondo um princípio de prevenção coletiva ordenada pelo poder público. Dito de outro modo, há que se traduzir o "desvio" e a "dependência" em risco sanitário, inscrevendo-os no espaço público como um objeto de política. Ainda assim, falar que o uso de drogas é uma questão de saúde pública demanda explicação. Afinal, o que é saúde pública?

Também seguindo os ensinamentos de Fassin (op.cit), ao invés de definir "saúde pública" (que nem deveria ser pensada no singular), deveríamos rejeitar uma concepção reificada e pré-existente dela; e voltar o olhar para a sua produção, bem como para as suas configurações múltiplas e mutantes. Isto significa assumir que a saúde pública não existe em si, mas de acordo com o processo pelo qual ela se define e se expressa, menos como uma operação intelectual e mais como uma operação prática de situações. Por tudo isso é que Fassin postula que se deve, teórica e metodologicamente, observar cenas locais, a fim de mostrar modos particulares de *invenção da saúde pública.*

Diante do exposto e sem perder de vista o fato de que minha relação com tais programas é, como propõe Fassin, fundamentalmente empírica, sigo dois caminhos, neste capítulo: 1) apresento uma nova reorientação e inserção institucional desses programas que, em âmbito governamental, deixam cada vez mais de obter financiamento do programa nacional de aids e passam a estar incluídos nas ações de saúde mental; e, em âmbito não governamental, tentam várias formas de angariar fundos para manter de pé seus objetivos; 2) coloco em perspectiva, a partir da experiência de campo, as diferenças entre tais programas e as *comunidades terapêuticas*, com o intuito de mostrar um embate pela terapêutica, entendimento e atuação diante da questão.

Antes de prosseguir, esclareço que não ignoro o fato de que todas as intervenções exploradas na sequência só podem ser inteligíveis nos quadros

daquilo que Michel Foucault (2005) chamou de *biopolítica:* a entrada de fenômenos próprios à vida do indivíduo e da espécie humana no campo das técnicas de poder e de saber, cujos efeitos são tanto disciplinares quanto regulamentadores. Sabendo que, para Foucault, o poder, mais que reprimir também produz, uma leitura adensada da *biopolítica* supõe assumir que melhorias na saúde e na duração da vida individual e coletiva podem ser também apreendidas como um aspecto da expansão dos direitos de cidadania nas sociedades contemporâneas, concorrendo para seu efeito discursivo e político mais característico: a valorização e a defesa da vida. O lado reverso desse mesmo processo é que há uma crescente responsabilização dos indivíduos, que são chamados a cooperarem para a longa duração da vida individual e coletiva.

Isto significa dizer que, no caso das propostas de redução de danos, há que se estar atento para o fato de que os usuários de drogas por elas acessados não estão simplesmente tendo seus corpos observados para serem policiados, disciplinados ou regulamentados; há aí *"um significado técnico de inclusão"* (Biehl, 2004:124). Todavia, é também importante reconhecer que tais programas operam nos limites de um discurso de classe média comprometido com a educação de pessoas racionais, livres e responsáveis para escolherem sobre sua saúde (Bourgois & Schonberg, 2009:106-111).

Como alguém acostumada (ou treinada) a refletir mais que tomar partido, julguei necessário fazer tal ressalva porque ao longo dessa pesquisa fui percebendo e experenciando o fato nada óbvio de que políticas e propostas terapêuticas não são todas iguais: elas merecem ser entendidas a partir das diferenças que as constituem e distinguem. Doravante e já para seguir, enfatizo que, ao observar tais programas, o tempo todo estive diante e me esforcei em considerar a ambigüidade da saúde e de valorização da vida como poder regulador e disciplinar, erigido a partir de ideias de um grupo específico, mas igualmente como um direito.

1. Transformações institucionais dos PRDs

O decréscimo da epidemia de aids entre usuários de drogas injetáveis, a dificuldade de encontrar tais usuários nos campos de atuação e o aumento do uso de cocaína fumada (o crack), num cenário recente de disputas por modelos de tratamento e intervenção pública na questão das drogas, trouxeram mudanças significativas nas formas de atuar dos PRDs, assim como nas suas fontes financiadoras e, sobretudo, na sua inserção institucional. Nesse processo, o interessante é que se num primeiro momento a epidemia de aids abriu portas (ainda que pragmáticas) para a atual consolidação dos programas de redução de danos; mais recentemente o alarde causado em torno do consumo do crack parece ter acelerado a implantação ou a efetivação de políticas de saúde pública específicas aos usuários de drogas. Isto porque, embora as diretrizes da política do Ministério da saúde sobre o tema datem de 2004[76], somente a partir de 2009, diante de ampla exposição midiática sobre o crack, é que o governo federal anunciou planos de ação mais efetivos (o *plano de ampliação ao tratamento e prevenção ao álcool e drogas* e o *plano de enfrentamento ao crack e outras drogas*[77]), liberando um montante de dinheiro público especificamente à área.

Pouco se sabe sobre as razões do aparente aumento do uso de crack contrastado à diminuição do uso de drogas injetáveis no país. A hipótese de que os usuários de drogas injetáveis, receosos com a possível contaminação de seus apetrechos, teriam migrado para o uso de crack já foi levantada por alguns pesquisadores, como Fernandez (1997). Especula-se também a possibilidade de a troca ter sido pela cocaína aspirada (que não carrega o peso e o estigma da seringa) – o que aponta, portanto, para desenvolvimentos paralelos. Em campo, ouvi de um ex-usuário de droga injetável outra "explicação": para ele, a razão de

[76] A íntegra do texto pode ser encontrada em http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/A%20politica.pdf, último acesso em 08/07/2011 às 10:36hs.

[77] Para mais informações sobre os planos, cf. http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/plano_tratamento_alcool.pdf e http://www.brasil.gov.br/enfrentandoocrack/publicacoes/plano-integrado-de-enfrentamento-ao-crack-e-outras-drogas/view, último acesso em 08/07/2011, às 10:01hs. Para uma sistematização das outras principais políticas, diretrizes e portarias para álcool e drogas, no âmbito do ministério da saúde e após a implantação do SUS, em 1990, até 2008 (quando do término do estudo), conferir o trabalho de Pereira (2009:44-48), que foca nas diretrizes de 2004 e sua recepção nos centros de atenção psicossocial para álcool e drogas (CAPSad).

sua parada residia no fato de que a qualidade da cocaína estava muito ruim, em suas palavras, *"não dava mais barato. Eu injetava e em vez de ter uma viagem boa, exotérica, ficava com o corpo todo dolorido"*. De todo modo, seja em função da eficácia das políticas de prevenção à aids, da migração para uma forma de uso considerada menos estigmatizante, seja, ainda, em função da piora da qualidade da droga, não creio ser profícuo, no caso desse estudo, indagar as razões dessa mudança. Considero mais interessante pensar sobre os seus efeitos.

Em âmbito institucional e internamente às discussões dos executores de programas de redução de danos, as mudanças ocorridas nas cenas de uso passaram por reavaliações contextuais e provocaram disputas. Em 1998, escrevia Mesquita: *"o crack é o mais novo 'argumento' de quem insiste em minimizar o papel do uso de drogas injetáveis"* (Mesquita in Bastos,1998:104). Para os defensores dos programas de redução de danos alocados em centros de referências às DSTs/Aids e cuja atenção prioritária se voltava aos usuários de drogas injetáveis, deslocar o enfoque para o uso de crack era uma maneira de justificar o não investimento de recursos nesses programas. Em parte, esse tipo de argumento ainda permanece, e me foi lembrado durante entrevista com a psicóloga do PRD/Campinas:

> O comitê de redução de danos [de São Paulo] fala sobre crack no mínimo há cinco anos. No mínimo e, aliás, vem dali também o que eu vejo como uma tentativa de desmantelamento dos programas de redução de danos, tá? Porque o crack não tem diretamente ligação com a aids. (Entrevista 5)

Em sua tese de doutorado, Andrea Domanico (2006) analisou o processo de implantação e desenvolvimento das estratégias de redução de danos associados ao uso de crack, a partir do estudo dos cinco projetos-pilotos desenvolvidos no país, financiados pelo programa nacional de DST/Aids do ministério da saúde. Segundo a autora (que é também parte dessa história, pois foi uma das fundadoras do *É de Lei)*, tais projetos surgiram para contemplar a aflição de vários trabalhadores dos programas que viam, nas atividades de campo, um crescente número de usuários de crack. De início, conta ela, para justificar as atividades, tentou-se estabelecer uma relação entre o uso de crack e vulnerabilidade desses usuários às doenças sexualmente transmissíveis e à aids.

Atribuía-se à grande intoxicação do uso de drogas, à *fissura* e à comercialização do sexo em troca da droga, a justificativa de práticas sexuais sem camisinha. Desse modo, programas de intervenção junto a usuários de crack poderiam receber recursos vindos da aids.

Domanico (2006) também relata as dificuldades que tiveram de ser superadas para implementar projetos para usuários de crack, sobretudo no que diz respeito à obtenção de financiamento e à falta de estudos epidemiológicos que comprovassem os riscos a que eles estavam expostos. Em suas palavras:

> Alguns assessores, seguindo a epidemiologia clássica, defendiam que as ações preventivas deveriam ser desenvolvidas somente junto a **populações investigadas** anteriormente e que apresentassem exposição comprovada aos riscos. Os assessores que discordaram do financiamento desses projetos-piloto demonstraram publicamente suas opiniões, em reuniões e eventos, argumentando que eram desnecessários tais projetos, uma vez que a transmissão por uso injetável era comprovada e a transmissão indireta (sexo desprotegido) a que os **"craqueiros"** estavam expostos era de mesma natureza daquela apresentada por grande parte da **população**. Para eles, a intervenção junto a **usuários de crack** deveria se limitar às intervenções dirigidas à **população em geral**. "Por que temos que fazer **ações específicas para os 'craqueiros'**? (...) Dar camisinha pra quê? Pra eles trocarem por droga?" Esse foi o discurso de um Assessor Técnico do Programa Nacional para algumas ONG/aids numa reunião em Brasília na qual se discutia a cota de preservativos a ser distribuída nas intervenções de rua para cada **população** (Domanico, 2006:98, grifos meus).

Estudos posteriores vieram confirmar o grande número de usuários de crack com aids, hepatites, sífilis e tuberculose. De uma perspectiva empírica também afirmo que não é incomum constatar esse "dado" – o que, em certa medida, justifica a intervenção. Mas o que chama atenção no texto de Domanico, para além das disputas travadas em torno da distribuição (e eficácia) dos destinos dos recursos públicos, é justamente a disputa que ocorre no campo das estatísticas, as mesmas que, como já mostrou Foucault (2005), mediaram a constituição, no século XVIII, da *"doença como fenômeno de população"*[78]. Quando é que os usuários de crack passam a compor uma *população*? Por quais processos estatísticos eles começam a se diferenciar da *"população em geral"?*

[78] Para Foucault (2005), é a *"doença como fenômeno de população"* que introduz uma medicina com função de higiene pública, com organismos de coordenação dos tratamentos médicos, de centralização da informação, de normalização do saber e que adquire também o aspecto de campanha do aprendizado da higiene e de medicalização da população.

Quando é que os usuários de drogas injetáveis deixam de ser estaticamente relevantes?

Mais uma vez, responder tais questões me obrigaria a fazer outra investigação. Porém, partindo do fato de que no Brasil essas coisas vem acontecendo (os usuários de crack se distanciaram da *população em geral,* estão se tornando *uma população*[79] e os usuários de drogas injetáveis deixaram de ser estaticamente relevantes), os números tiveram conseqüências na estruturação dos programas de redução de danos que recebiam financiamentos do programa nacional de aids. O caso de Campinas e de São Paulo, nesse sentido, não é apenas local. A fala da psicóloga do PRD, que tinha bastante clareza desse processo, esclarece:

> a gente acha que tem um movimento que vem lá do Ministério [da saúde] (...)que é de não dar mais ênfase para os programas de redução de danos porque [o número de] UDI[80] caiu muito na epidemiologia. Atualmente 7% de pessoas vieram para o COAS[81] por conta de drogas injetável, então não é um número significativo, **não a ponto de justificar um programa de redução de danos dentro de um programa de AIDS**, por isso está indo mais para a saúde mental. (Entrevista 5, grifos meus)

Quando comecei esse estudo, o folder distribuído pelo PRD/Campinas ainda explicitava essa relação drogas injetáveis-aids, bem como os propósitos específicos do programa. Nele, o laço vermelho conhecido como símbolo da campanha contra a aids é complementado por uma seringa:

[79] Nesse sentido, pesquisa quantitativa que vem sendo conduzida pela *Fiocruz,* com financiamento do Ministério da saúde, para contabilizar o número nacional de usuários de crack é importante para refletir acerca não apenas de informações mais concretas sobre a abrangência do fenômeno no país, mas sobretudo para a sua própria produção.
[80] Sigla para *Usuário de Droga Injetável.*
[81] Sigla para *Centro de Orientação e Aconselhamento Sorológico.*

Ao longo da pesquisa, acompanhei o processo de descaracterização do programa. A equipe que, em 2008, era composta por uma coordenadora (formada em enfermagem), duas *técnicas* (uma psicóloga e uma médica) e cinco redutores, já no primeiro trimestre de 2009 perdeu sua coordenadora; concursada pela prefeitura, ela pediu transferência para outra unidade de saúde. As razões dessa saída nunca ficaram de todo esclarecidas. Em um e-mail que me enviou deu mostras de um cansaço político: *"são nove anos de coordenação e de trabalho junto a esta política contra hegemônica. O ser humano tem limites e chegou o meu momento"*.

Em meados de junho de 2009, todo o programa municipal de aids passou por uma reestruturação no repasse de verbas, que agora não viriam mais diretamente do governo federal ou estadual, mas teriam que passar pela autorização/fiscalização/avaliação do poder municipal. O programa, com isso, deixou de fazer atividades de campo que dependiam de verbas de transporte e, por quase dois meses, esteve limitado às atividades no centro da cidade. No fim do ano um redutor foi demitido e outro pediu transferência. Também nesse período ocorreu a primeira mudança de nomenclatura: o **programa** de redução de danos passou a ser um **núcleo** de redução de danos, o que, em alguma medida, implicava numa menor visibilidade e numa submissão a um programa maior.

O início de 2010 foi marcado por um incentivo ao trabalho. Recebendo dinheiro do *plano de ampliação a prevenção e tratamento ao uso de álcool e outras drogas*, cerca de dez novos redutores foram contratados: quatro trabalhariam

neste programa, agora chamado núcleo, e outros seis seriam alocados no interior de *centros de atenção psicossocial para álcool e drogas* (CAPSad), o que marcava o início das atividades municipais de redução de danos nesses centros. Se, num primeiro momento, essa contratação parecia servir tanto de estímulo quanto de reconhecimento do trabalho e da "filosofia" de redução de danos (mais em consonância com os documentos do governo federal), o que ocorreu na prática foi que esse programa, no qual fiz a maior parte de minhas observações, acabou, no segundo semestre de 2010, vendo seu trabalho e sua "população alvo" assumir os contornos de "população geral".

Tal mudança veio, mais uma vez, seguida de uma nova nomenclatura. O antigo *programa de redução de danos* e depois *núcleo de redução de danos* se tornou, no segundo semestre de 2010, um *núcleo de prevenção* e as ações mais estritamente chamadas de redução de danos foram sendo encaminhadas ao CAPSad; mudança essa que começou a se efetivar em fevereiro de 2011, quando os redutores com os quais trabalhei passaram a ser agentes de prevenção às DSTs/Aids, deixando o trabalho de redução de danos a usuários de drogas exclusivamente para os redutores dos CAPSad[82]. Mais uma vez, a disputa conceitual (e, em alguma medida, a ampliação da ótica de trabalho) implicava em disputa por alocações institucionais.

A ida desse trabalho para os CAPSad está de acordo com o documento da política do Ministério da saúde sobre álcool e drogas. Apenas para fins de entendimento, trago ao leitor um pouco do seu texto. Trata-se de um documento importante que explicita as diretrizes do Ministério da saúde, mas que, sobretudo, reconhece o *"atraso histórico"* do *sistema único de saúde* (SUS) em se posicionar diante da questão, assumindo que

> no vácuo de propostas concretas, e na ausência do estabelecimento de uma clara política de saúde voltada para este segmento, surgiram no Brasil

[82] Durante a pesquisa, tive a oportunidade de participar ao longo de um dia inteiro (das 8:30 às 18hs – horário de funcionamento do serviço) das atividades de um CAPSad em Campinas. Ali participei de um *"grupo de caminhada"*, conversei e almocei com os funcionários do local, assisti TV junto com pessoas que estavam passando pelo tratamento, estive presente na *"oficina de culinária"* que preparou os pães de queijo que foram oferecidos na *"exposição de fotografia"* produzida por pacientes e, finalmente, acompanhei o atendimento de um homem que chegou visivelmente embriagado para pedir tratamento.

> diversas 'alternativas de atenção' de caráter total, fechado e tendo como único objetivo a ser alcançado a abstinência (MS, 2004).

A crítica parece se dirigir às *comunidades terapêuticas,* cujo modelo de atendimento será detalhado ainda nesse capítulo. O documento reconhece também a falha na *"elaboração pregressa de políticas fragmentadas"*, *"além do desenvolvimento de ações de redução de danos adstritas ao controle da epidemia de AIDS, não explorando as suas possibilidades para a prevenção e a assistência"*[83]. Ao longo do texto, aponta-se para a necessidade de estruturação e fortalecimento de uma rede de assistência às pessoas ***"que apresentem problemas*** *decorrentes do uso de álcool e outras drogas"* – o que deve ser feito em *"espaços extra-hospitalares de atenção psicossocial especializada"* que, por sua vez, devem fazer *"uso deliberado e eficaz da lógica ampliada de redução de danos"*, *"de acordo com os princípios da Reforma Psiquiátrica"*. Com isso, o documento argumenta:

> Trata-se aqui de afirmar que o consumo de álcool e outras drogas é um grave problema de saúde pública. Dentro de uma perspectiva de saúde pública, o planejamento de programas deve contemplar grandes parcelas da população, de uma forma que a abstinência não seja a única meta viável e possível aos usuários. (...)
> A abstinência não pode ser, então, o único objetivo a ser alcançado. (...)Aqui a abordagem da redução de danos nos oferece um caminho promissor. E por quê? Porque reconhece cada usuário em suas singularidades, traça com ele estratégias que estão voltadas não para a abstinência como objetivo a ser alcançado, mas para a defesa de sua vida. (MS, 2004)

Sabendo que, na prática, como já mostrou parcialmente o estudo de Pereira (2009), os serviços podem tanto se desentender sobre o conceito de redução de danos quanto reproduzir apenas parcialmente as estratégias descritas

[83] Nesse mesmo documento, apresentam-se números específicos: *"Desde 1994, o Ministério da Saúde assume a redução de danos como importante estratégia de saúde pública para a prevenção das DST/AIDS e hepatites entre usuários de drogas injetáveis por meio de uma cooperação com o Programa das Nações Unidas para o Controle Internacional de Drogas e Crime – UNODC, constituindo-se o primeiro projeto de redução de danos apoiado por este organismo internacional. Atualmente, o Ministério da Saúde fornece suporte a 160 projetos de redução de danos, oferecendo acesso a 84.000 UDIs, representando uma cobertura de 10% para esta população específica. Existem no País cerca de 11 leis estaduais e municipais de redução de danos, 02 associações nacionais de redutores de danos e 16 associações estaduais/municipais de redução de danos". (...) "Pode-se medir a efetividade das ações de RD por meio do seu impacto econômico. A prevenção dirigida a UDI por meio de um projeto de redução de danos custa em torno de U$ 29,00/ano, ao passo que o tratamento de uma pessoa com AIDS pelo SUS custa em torno de U$ 4.000,00/ano" (MS, 2004)*

na política do Ministério da saúde. Sabendo também que pode haver discordâncias quanto ao que o mesmo Ministério entende como "saúde pública" e que há repasses de recursos públicos para *comunidades terapêuticas;* ainda assim considero que tal documento não pode ser desprezado. O que importa nele é que o Ministério da saúde se posiciona diante de uma questão que fora fundamentalmente tratada de modo privado, assistencial, policial, legal ou justificada pela epidemia de aids e, ao fazê-lo, elege os CAPSad como os serviços públicos mais especializados nesse tipo de atenção.

Ao menos textualmente, tais políticas não exigem a abstinência como fim último a ser alcançado; ao contrário, "para a defesa da vida", escrevem que será usada a abordagem de redução de danos. Nesse movimento, muitos dos avanços, princípios e até reformulações mais amplas e gerais do *sistema único de saúde* brasileiro (que, por sua vez, atualiza plataformas globais das novas políticas sociais[84]) são aplicados e reavaliados nas práticas e nas propostas desse trabalho, entre eles e só para citar alguns exemplos que serão detalhados mais adiante, a chamada intersetorialidade, o trabalho em rede, o mapeamento e a regionalização do atendimento, a municipalização dos recursos e, também, a atuação em "territórios" específicos.

No que diz respeito aos meus anseios, esse curto e breve histórico (que se visto com mais detalhe envolve muitas nuances, bem como maiores disputas) é relevante para termos em mente como, no âmbito das políticas governamentais, os ideais de redução de danos foram deixando de estar restritos às políticas mais *pragmáticas* de combate a doenças específicas (como o caso da aids) e, saindo daí, passaram a ganhar e pleitear no debate público o estatuto e a fala oficial da política sanitária sobre drogas, bem como a compor, inclusive em termos institucionais, um conjunto de ações que, no atual momento, estão a cargo das pastas de saúde mental.

Cabe lembrar que não estamos mais diante daquilo que ocorre no **calor** das epidemias infecciosas, em que vírus e bactérias assolam a humanidade,

[84] Políticas essas que, como já notou Cefai (2010:72), só são entendidas num quadro mais amplo de transformação das intervenções sociais a partir da década de 1980, a saber: acompanhamento personalizado ao invés de burocrático; injunção à autonomia e apelo à responsabilização dentro de um projeto biográfico; gestão dos riscos da precariedade mais do que reintegração ao corpo social; atendimento a pessoas vulneráveis em vez de usuários anônimos; dispositivos flexíveis e territorializados no lugar de instituições sociais anônimas e centralizadas.

afetando indiscriminadamente setores distintos da população e em que, portanto, as ações estatais (mais ou menos autoritárias) se justificam de modo pragmático, visando contê-las – histórias essas que, com exemplos diversos (bem ou mal sucedidos), já nos foram várias vezes contadas[85]. No caso do uso abusivo de crack, não há consenso sobre seu caráter epidêmico. Mais importante, é preciso ter em conta que se trata de um fenômeno que envolve uma série de outros engajamentos e vulnerabilidades que, como propus com Mary Douglas, não se reduzem ao "materialismo médico", embora o integre: ele envolve ainda fatores sociais, econômicos, políticos, morais, policialescos, legais, urbanísticos e fundamentalmente, mas não só, a disposição individual. Por tudo isso, é inquietante perceber e questionar em que medida a "saúde pública" vem se tornando uma das linguagens mais autorizadas (e até mesmo progressista) para se pensar a "vida social" (Fassin,1998).

Além disso, chama atenção, no âmbito das políticas de saúde, a escolha justamente da saúde mental para o lugar principal de recepção das ideias de redução de danos, bem como da "tarefa" de implementá-las nesse novo momento histórico. Com isso, em parte, e em período bastante recente, a questão do uso abusivo de drogas (e suas propostas terapêuticas) vai se misturar e ter como base esforços advindos da reforma psiquiátrica realizada no Brasil, ocorrida em meados dos anos 1980 e cuja maior característica e relevância foi a luta pelo fim dos manicômios e criação dos CAPS, embora ainda seja bastante ambígua quanto ao *"receituário desregulado de drogas psiquiátricas entre as populações urbanas pobres"* (Biehl, 2008) – o que vem gerando questionamentos de que o fim da contenção física teria sido substituído por um novo modelo de gestão, baseado na contenção química[86].

Contudo, de uma perspectiva histórica ainda mais longínqua, o tratamento do uso abusivo de álcool e outras drogas a cargo da saúde mental

[85] A literatura sobre as epidemias infecciosas é bastante ampla e não é possível sintetizá-la aqui. Alguns textos, contudo, foram uma descoberta deliciosa ao longo da pesquisa. Entre eles, destaco o de Chalhoub (2006) sobre a Febre Amarela, o de Carrara (1996) sobre a Sífilis, a reflexão de Foucault (1978) sobre a lepra no primeiro capítulo da História da Loucura, o de Biehl (2004) sobre a AIDS.

[86] Segundo João Biehl (2008), baseado em pesquisas a outras bibliografias, dados do Datasus sobre os serviços de saúde mental, entre 1995 e 2005, mostram que a distribuição de psicotrópicos cresceu de 0,1% para 15,5%, sendo que 75% dos gastos com medicamentos neste período foram com novas drogas antipsicóticas.

parece só retomar, num contexto político inteiramente novo (utilizando os ideais de redução de danos e os avanços da reforma psiquiátrica em seu discurso), a velha roupagem de classificação e exclusão narrada por Foucault (1978). Logo nas primeiras páginas de seu *História da Loucura*, refletindo acerca do desaparecimento da lepra em fins da idade média (que se deu menos em função das práticas médicas obscuras e mais como um resultado espontâneo da segregação dos leprosos e do fim das cruzadas, que findaram também contato com os focos orientais de infecção), o autor revela sua ambição maior:

> Desaparecida a lepra, apagado (ou quase) o leproso da memória, essas estruturas permanecerão. **Freqüentemente nos mesmos locais, os jogos da exclusão serão retomados**, estranhamente semelhantes aos primeiros, dois ou três séculos mais tarde. Pobres, vagabundos, presidiários e "cabeças alienadas" assumirão o papel abandonado pelo lazarento, e veremos que salvação se espera dessa exclusão, para eles e para aqueles que os excluem. Com um sentido inteiramente novo, e numa cultura bem diferente, as formas subsistirão — essencialmente, essa forma maior de uma partilha rigorosa que é a exclusão social. (Foucault, 1978: 10, grifos meus).

Antes de seguir os jogos de exclusão social que parecem subsistir aos séculos nos mesmos locais, o autor volta atrás e diz: *"mas não nos antecipemos"*; há uma história toda a se percorrer, com nuances que merecem ser observadas detalhadamente. Também eu seguirei o seu aviso e não me precipitarei. Paro aqui, apenas narrando o processo que vi se desenrolar durante a etnografia. Não tive pernas para acompanhar a atual recepção das idéias de redução de danos pelos CAPSad, nem todas as controvérsias aí envolvidas. Fica a sugestão para pesquisas futuras.

*

Também o *É de Lei*, que viveu seu auge no momento de maior investimento do programa nacional de aids, teve que se adaptar às mudanças ocorridas nas cenas de uso. Entre 2007 e 2008 a ONG passou por uma grave crise financeira, pois o dinheiro provindo dessa fonte minguou significativamente e quase ocasionou seu fechamento. Sobre esse período de crise, o atual presidente da ONG, em entrevista, me narrou o ocorrido de que escreveram um projeto de

trabalho com redução de danos no final de 2007, prevendo a chegada do dinheiro no começo de 2008. A verba, porém, só chegou ao final de março de 2009. Desse modo,

> a gente ficou um ano e meio sem projeto pro PRD. Então a gente tinha o projeto de hepatite de seis meses, tinha um projeto do RODA Brasil pra mapear os projetos de redução de danos de todo o Brasil[87] (...), e depois, com um pouco do dinheiro desse projeto a gente conseguiu usar pra manter a sede, pra manter a convivência, mas a coisa foi ficando insustentável. E aí a gente falava: "tem que fazer mais projeto". O É de lei tinha feito dez anos em 2008, mas a coisa tava tão assim que a gente não conseguia nem pensar numa festa, num evento, daí a gente fez em março de 2009 um evento de dez anos. A gente tava exatamente querendo fazer um evento pra discutir passado, presente e futuro da redução de danos. Então a gente fez um evento que era um evento comemorativo de dez anos, daí na mesma semana que teve o evento, a gente fez uma reunião, eu e os outros três da equipe, numa salinha que só tinha a gente e que a gente tava abrindo três dias por semana só pra não deixar fechar, então a gente tinha falado: "se a verba não chegar em um mês a gente vai fechar". E daí a gente tinha até começado a planejar: "ah, vai fechar? O que a gente vai fazer? O que a gente vai fazer com os bens? Vai doar? Como a gente fecha uma instituição? Vale à pena fechar o CNPJ? Ou deixa parado e depois retoma?" Então, a gente entrou nessas discussões. Daí a gente fez o evento de dez anos e quinze dias depois chegou a verba que a gente tava esperando há um ano e meio. E daí, frente a tudo isso, a gente falou: "não dá pra ficar desse jeito. Tem que ir atrás de mais dinheiro" (Entrevista 8)

Nesse entremeio, tentou-se até fazer uma parceria com uma grande seguradora que realiza trabalho social na "cracolândia", que não foi adiante porque *"não era bonito pra eles ajudar um trabalho como o nosso, principalmente na perspectiva de redução de danos, com um pessoal em situação de rua, que faz uso de crack"*. Havia outros projetos, sobretudo com crianças e sem uma fala política, que agradavam mais o propósito filantrópico coorporativo. Depois dessa experiência, a ONG chegou a cogitar deixar o trabalho com adultos, começar outro com crianças. Desistiu rapidamente da idéia, segundo o presidente porque *"o É de Lei é redução de danos"*. Seguiu-se a tentativa de articular parcerias com outras áreas, *"de uma forma que não estivesse só ligada à troca de seringas, de uma forma que não parecesse incentivo ao usuário"*.

[87] O mapeamento completo pode ser consultado em http://www.abordabrasil.org/ (seção de projetos); último acesso em 18/07/2011 às 10:30hs.

A escassez e a demora do recurso marcam uma importante mudança no modo de angariar fundos da ONG, nas palavras do presidente, *"teve esse momento de a gente quase morrer, quase fechar mesmo e depois esse de a gente pensar como se tornar atraente, como fazer sentido".* Antes, mais dependente do programa nacional de aids, agora vem ampliando suas redes. A ONG passa então por uma reestruturação, as funções ficam mais divididas, o presidente se afasta do cotidiano do serviço pra conseguir fazer o trabalho burocrático de escrita de projetos, busca por outras fontes financiadoras, presença em reuniões promovidas pela secretaria de saúde, visando maior representação política.

Participando de editais públicos, o *É de Lei* frequentemente evoca as pesquisas sobre a "alta vulnerabilidade" dos usuários de crack e segue recebendo dinheiro do programa de aids, que ainda financia (mas em menor quantidade) o PRD. Nos últimos três anos (2009-2011), a ONG ampliou suas ações e concorreu em editais de prevenção à tuberculose junto ao programa nacional de controle da tuberculose, para o qual teve que *"mudar"* textualmente o público-alvo a ser atendido: moradores de rua, *"mesmo que seja usuário de crack", "porque a incidência [de tuberculose] nos primeiros"*, segundo as estatísticas, *"é maior"*; e conseguiu dinheiro também para a prevenção de hepatites e para a produção de um kit para usuários de cocaína cheirada, do Programa Nacional de Hepatites Virais. A fragmentação da política de saúde e o alvo no combate a enfermidades específicas, que longe de apenas se restringirem a esse caso particular constituem traço característico do modelo biomédico, foram criticados pelo presidente da ONG que, em entrevista, censurou a pouca atenção dada a esse público, ao mesmo tempo em que revelou estar aí a chave estratégica para a conquista de recurso:

> Desde que vem reduzindo o dinheiro, a gente foca [nos editais] ainda mais nas doenças. Porque já vimos que eles não querem cuidar muito das pessoas, dos usuários de crack, mas as doenças eles querem reduzir. As doenças acabam fazendo eles olharem mais pra essas pessoas porque elas são transmissoras. (Entrevista 8)

Mais recentemente, a ONG vem atuando em festas eletrônicas e estendeu os pedidos não apenas ao ministério da saúde, mas também junto ao ministério da cultura, *"numa perspectiva intersetorial"* – realizando, por exemplo, oficinas de

fotografia e vídeo. A aproximação da ONG com o ministério da cultura deve-se ao contato com um léxico antropológico de transformação daquilo que poderia ser visto como *"cultura da rua"* ou *"cultura do uso de drogas"* em *"bens culturais"*. Nesse sentido, considero que o livro *Drogas e Cultura: novas perspectivas (2008),* organizado e escrito por cientistas das áreas humanas e sociais, em sua maioria antropólogos, com financiamento e incentivo do ministério da cultura, além de apresentação escrita por Gilberto Gil e Juca Ferreira[88], abriu portas para que as ONGs começassem a formular esta relação e a incorporassem na extensão dos seus pedidos de recursos. Nas palavras do Presidente do *É de Lei*:

> a gente escreveu um projeto, pensando a rua como uma cultura de rua, pensando o uso de drogas como uma cultura em torno do uso de drogas, em como transformar essa cultura em bens culturais, pensar nas oficinas de vídeo, as exibições como uma forma de eles se apropriarem da cultura deles e transformarem isso em produção de bens culturais. Então eu fui articulando esse tipo de coisa. E passou. Tá indo (Entrevista 8)

Além de um PRD, o É de Lei conta agora com um "ponto de cultura", que vem recebendo verbas e que tem tido um bom envolvimento dos *conviventes,* que trazem ideias para os filmes que produzem[89]. Em um deles, já exibido, vê-se um dos usuários que se deixou filmar e interpretou a si mesmo fumando crack. Segundo o presidente, esse tipo de atividade e essa ampliação devem ser vistos positivamente:

> eu acho que é uma coisa que ajuda eles a pensar, além de produzir, deles aprenderem com isso. Essas atividades, pra mim, é pensar em redução de danos de uma forma bem ampla. E eu não acho que descaracteriza [a proposta]. Tem tanto uma coisa do É de lei de buscar grana quanto que a gente foi vendo que o nosso trabalho não tinha sentido se não tivesse uma articulação. Exatamente por conta do uso de crack ter uma vulnerabilidade ligada com outras etapas da vida da pessoa se a gente não ajudasse a

[88] Em apresentação ao livro, Gil e Ferreira, respectivamente então Ministro da Cultura e Secretário Executivo do Ministério da Cultura, expressam: *"O Ministério da Cultura (MinC) vem defendendo a incorporação da compreensão 'antropológica' das substâncias psicoativas, uma abordagem mais voltada para a atenção aos comportamentos e aos bens simbólicos despertados pelos usos culturais das drogas. (...) Estamos no terreno das culturas; todas elas partem da enorme diversidade de práticas, representações, símbolos e artes que habitam o Brasil. Para o bem e para o mal, as 'drogas' são e estão na cultura. Ou melhor, nas culturas e, portanto, não podem ser entendidas fora delas"* (Gil e Ferreira, in Labate et. AL, 2008:10-11).

[89] Vídeos produzidos nessas oficinas podem ser vistos em: http://www.youtube.com/watch?v=GAqkM3dMfnM e http://vimeo.com/33393471; último acesso em 20/06/2012 às 11:11hs.

> cuidar dessas outras questões, a gente foi vendo que a gente não ia conseguir cuidar. Eu gosto do jeito que a gente faz. Porque é bem calcado na realidade, nas coisas que a gente vai enfrentando. (Entrevista 8)

A própria experiência empírica e reflexiva o teria feito iniciar contato com outras áreas. A expectativa é expandir ainda mais essas fontes, pois a verba segue sendo insuficiente para todas as atividades da ONG, se esgota em um ou dois anos e não pode ser gasta para cobrir despesas de infra-estrutura, como aluguel, telefone, luz e possíveis reformas; nem despesas administrativas como gastos com correio e cartório. Os arranjos matemáticos são inúmeros e vão desde a diminuição dos salários dos funcionários à compra de lanches mais baratos. A precariedade das condições de trabalho ao menos trouxe uma certeza aos funcionários da ONG: *"nós sabemos lidar com usuários de crack"* e esse saber também foi capitalizado, visando melhorias internas. Mais recentemente, os funcionários vêm conseguindo dinheiro a partir da venda de aulas e cursos de capacitação sobre redução de danos voltadas ao uso de crack. O objetivo principal é levar a discussão de redução de danos para outras secretarias e outros serviços de atenção, que em grande medida desconhecem as propostas de redução de danos e possuem pouco tato para lidar com esses usuários.

De um a outro folder, nota-se a ampliação das ações envolvidas:

Em suma, de uma perspectiva não governamental a mudança de foco de usuários de drogas injetáveis para usuários de crack implicou que esta ONG (uma das mais conhecidas e respeitadas nacionalmente, é importante dizer) tivesse que ampliar as suas fontes financiadoras para conseguir sobreviver. Essa ampliação abrangeu a diversificação das pastas do Ministério da saúde, a aproximação com o Ministério da cultura e a venda de aulas sobre redução de danos. Ainda assim, o ganho é bastante instável e envolve cotidianamente os mais diversos malabarismos econômicos.

Já da perspectiva governamental (caso do PRD/Campinas), mais bem estruturada, o que houve foi um redirecionamento da pasta responsável pela elaboração de tais políticas: as propostas de redução de danos foram deixando de estar ligadas aos programas de aids e passaram a ser financiadas, elaboradas e desenvolvidas pela saúde mental, mais especificamente nos CAPSad[90].

Em ambos os casos, notam-se rupturas importantes e novas formas de organização e gestão, que merecem ser observadas por outros estudos. Por ora, o relevante é enfatizar que, embora tendo uma origem histórica cujos pontos se tocam, esses dois programas não são homogêneos. As distintas transformações pelas quais cada um deles passou, por sua vez, refletem múltiplas possibilidades

[90] Não é o caso aqui de detalhar, mas cabe dizer que, sobretudo nos países europeus, ainda há um foco grande na prevenção ao HIV/Aids, em razão do uso de heroína injetável. Muitos programas de redução de danos, como o *check-in* que eu visitei em Lisboa, se direcionam também para o trabalho com jovens freqüentadores de festas eletrônicas e consumidores de drogas sintéticas como o ecstasy e o LSD.

de atuação dadas por leituras divergentes do que significa redução de danos, bem como pelos *lócus* institucionais e jogos de forças políticas que os envolvem.

Tais possibilidades, porém, não são de todo abertas. Embora existam diferenças significativas internas aos programas de redução de danos, é preciso ter em conta que muitas das suas ideias e práticas compõem um cenário mais amplo de disputa por intervenção e terapêutica do abuso de drogas e se fundamentam, principalmente e de modo mais radical, na oposição aos modelos de internação fechada e de busca pela abstinência, que estão na base do tratamento proposto pelas *comunidades terapêuticas,* presentes no Brasil há mais tempo, pelo menos desde o fim da década de 1970. Tendo isso no horizonte, penso que lançar mão de uma visada contrastiva sobre esses dois modelos pode nos auxiliar ainda mais a compreender o que os programas de redução de danos propõem e realizam, além do modo como se confrontam.

Ainda que existam inúmeras outras formas de tratamento da dependência química, esse modelo chama atenção e foi aqui escolhido pelo seu contraste mais radical com as propostas de RD e principalmente porque ele é frequentemente referido por muitos usuários e seus familiares, mesmo por uma série de equipamentos públicos e matérias jornalísticas, que desejam intervenção rápida e parada repentina no consumo contínuo de substância. Não sem contradição, para muitas pessoas que vivenciam (de dentro ou de perto) situações extremas de quase-morte, devido ao uso excessivo ou a acertos decorrentes do mercado das drogas, "sumir" do mundo por seis meses parece ser a melhor solução. Para descrever tal proposta, recupero pesquisas anteriores e depois sigo adiante.

2. Programas de Redução de Danos e *Comunidades Terapêuticas:* uma visada comparativa

Entre janeiro e abril de 2006, fiz pesquisa de campo intensiva no interior de uma das primeiras e mais bem organizadas *comunidade terapêutica* do país, localizada na cidade de Campinas–SP, próxima às margens da Rodovia D. Pedro I. Lá retornei semanalmente entre março e junho de 2009 para a capacitação de recém-egressos do tratamento que agora trabalhariam como funcionários de um novo projeto da instituição: um abrigo feminino especializado para meninas *em*

situação de rua. As reflexões mais substanciais sobre seu funcionamento e sobre a inconstância presente no cotidiano da instituição já foram feitas em Rui, 2006, 2007 e 2010 e não buscarei repeti-las aqui. Todavia, creio ser necessário lembrar ao leitor desta tese algumas considerações sobre o plano de tratamento oferecido no local, sobretudo porque, como dito acima, ele difere e se situa em pólo oposto ao das ações propostas e defendidas pelos Programas de Redução de Danos. Trata-se, pois, de iluminar os PRDs também pelo seu contraste.

A *Comunidade Terapêutica (CT)* que eu pesquisei é uma instituição que funciona por meio de recursos públicos e privados e que, de acordo com o seu *Manual de Orientação para residentes e familiares,* se atribui a missão de *"proporcionar ao ser humano oportunidades para viver com dignidade, livre dos transtornos decorrentes do uso de drogas lícitas*[91] *e ilícitas"*. Para tanto, utiliza-se da metodologia dos *Doze passos*, característica de muitas irmandades anônimas[92]. No espaço, de maneira geral, não há uso de medicamentos; apenas a administração de remédios receitados pelos médicos particulares dos que recebem o tratamento, chamados de *residentes.* Os funcionários são, em sua maioria, psicólogos, assistentes sociais, *ex-residentes* e um significativo número de voluntários.

O período mínimo de internação é de seis meses, mas há "liberdade" para abandoná-lo a qualquer momento. A visita ocorre apenas uma vez por mês. Embora todos devam receber o mesmo tratamento, se nota uma separação bastante clara entre homens e mulheres, alocados espacialmente em lados opostos no *complexo urbano*. A maior parte de suas atividades são realizadas em horários distintos, exceto as atividades na capela.

A rotina pode ser resumida da seguinte forma: acordam às 5:30, arrumam a cama, tomam café, vão à capela para a primeira oração do dia. Durante a manhã, os homens participam de reuniões e as mulheres trabalham na limpeza

[91] Mais especificamente, o álcool. Os cigarros são oferecidos em número limitado ao longo do dia, com horários previamente estipulados – normalmente no intervalo das atividades diárias. Não é difícil perceber como eles se tornam "moedas" de negociação e compra de silêncios, amizades e chantagens. Não é difícil constatar também que a instituição partilha das definições valorativas de drogas lícitas e ilícitas, sem as problematizar muito, embora exista certo consenso de que o ideal é ficar também sem cigarro.

[92] Para uma descrição dos Alcóolicos Anônimos, ver Campos, 2005; 2009. Para saber sobre os Narcóticos Anônimos, ver Loek,2006. Para análise dos *Sex Addicts Anonymous,* ver Giddens,1995. Para análise das Famílias Anonimas, ver Frois (2007).

do local (*laborterapia*), almoçam. Durante a tarde, o inverso: as mulheres participam de reuniões e os homens limpam o local. Lancham. Entre 17 e 18hs retornam à capela. Jantam. Participam de mais alguma reunião e têm de dormir entre 21:30 e 22hs. Não é permitido assistir TV, nem ouvir rádio. Não têm acesso à internet, não podem usar telefones sem autorização[93]. Após o período mínimo de internação (seis meses, mas podem ficar mais se não se sentirem seguros para voltar ao convívio exterior à instituição – ou se não tiverem para onde ir), os psicólogos traçam-lhes planos de vida a serem seguidos com o intuito de *evitar a recaída*. Entre esses planos, estão atividades cotidianas que, numa perspectiva mais hegemônica, correspondem ao ideal de uma vida estável: estudo, trabalho, ciclo de sociabilidade, vida familiar, engajamento em atividade esportiva ou religiosa.

Nesta CT estão internadas pessoas cuja trajetória de uso de drogas envolve em maior ou menor grau o uso de diversas substâncias, sendo a cocaína, o crack e a maconha as substâncias *de preferência* mais citadas. Formalmente, a metodologia de tratamento ignora as diferenças materiais e simbólicas entre as substâncias em favor da ideia de perda do controle. Ou seja, mais que o uso de uma ou outra substância, o que parece estar em questão é o fato de que, uma vez *adicta*[94], a pessoa que entra em contato com droga desenvolve uma compulsão que a leva inexoravelmente ao vício. Isto significa que, ainda que esta seja uma instituição voltada para o tratamento de drogas, a temática das drogas em si é muito pouco trabalhada e raramente se fala dos efeitos fisiológicos delas sobre os corpos dos indivíduos. O que parece nortear tal fato é uma visão da instituição sobre as trajetórias com as drogas que se daria a partir de uma escalada que

[93] Para Goffman (1961:44), *"uma das formas mais eficientes para perturbar a 'economia' de ação de uma pessoa é a obrigação de pedir permissão ou instrumentos para atividades secundárias que a pessoa pode executar sozinha no mundo externo, -- por exemplo, fumar, barbear-se, ir ao banheiro, telefonar, gastar dinheiro, colocar cartas no correio"*.

[94] É preciso aqui lembrar, como mostra McDonald (1994:2, tradução livre), que a invenção da *adicção* data do século XIX, desenvolvida inicialmente nos EUA, ligada à noção protestante de auto-controle: *"'adictos' supostamente tinham uma doença do Mal, incapazes que eram de controlar a si mesmos, submetidos que estavam aos poderes do álcool. Essa noção de um estado de adicção, inventada para o álcool, somente setenta anos depois foi aplicada para o ópio e mais tarde abrangeu o entendimento de todas as drogas, imbuíndo-as com uma autônoma capacidade de promover o mal."* Com a fundação dos Alcóolicos Anônimos, em 1930, a discussão se modifica: a fonte do mal não é a substância, mas está ligada à vulnerabilidade de alguns indivíduos.

envolve invariavelmente, ao iniciar o uso de uma substância, partir para a experimentação de outras e, logo, chegar ao "vício". Em suma, no interior da CT, droga é concebida mais como um problema da "mente" do que do "corpo". Por isso, recorrem, sobretudo, às mudanças nos comportamentos e nas atitudes como terapêuticas mais eficazes para abstinência das substâncias.

Apesar dessas distintas origens sociais e de diferentes trajetórias de envolvimento com drogas (guardando as ressalvas da divisão entre os sexos), no dia-a-dia da CT não há qualquer indício de trato diferenciado para um ou outro tipo de público. Todos os *residentes* participam das mesmas atividades, dormem no mesmo alojamento, comem a mesma comida. Aqueles que têm mais recursos financeiros são incentivados a comprar igual marca de cigarro e a utilizar vestimentas mais simples.

A tentativa de anulação de desigualdades sociais anteriores à internação, a meu ver, envolve a tentativa de criação de uma identificação que, no interior da *comunidade,* é considerada a mais importante: ali estariam (ou deveriam estar) todos *dispostos a se recuperar*. Ou seja, independentemente das trajetórias sociais e individuais de engajamento com as substâncias, ali seriam apenas *adictos em recuperação* que, em algum momento, falharam nas suas escolhas. O termo *adicto* passa a ser, assim, um atributo que confere ao *residente* durante o período de tratamento uma condição especial. Torna-se, pois, um estigma no seu sentido goffmaniano de *"linguagem de relações"* (Goffman, 1963) a partir do qual se estrutura o programa de tratamento e se pretende interferir na autonomia individual.

De maneira geral, há um elo discursivo, tecido pela CT, entre drogas, criminalidade, descontrole e autodestruição. A CT se dispõe a, por meio da sua metodologia de ênfase nas atividades de oração, de trabalho e de sessões contínuas de reuniões grupais, romper com esses elos, na medida em que existe um esforço institucional para tentar mostrar que as trajetórias de envolvimento com drogas são, no fundo, todas iguais – o que permite unificá-los na mesma condição de *adictos* e oferecer-lhes um mesmo modelo de tratamento, qual seja, a aprendizagem e o cumprimento dos *Doze Passos.* Descritos na sequência, paremos um pouco neles então:

> **1)**admitir a impotência perante as drogas e que perdeu o controle da própria vida; **2)**acreditar que um Poder Superior pode devolver a sanidade; **3)**Entregar a vontade e a vida aos cuidados de um Poder Superior; **4)**Fazer um minucioso e destemido inventário moral de si mesmo; **5)**admitir para esse Poder Superior, para si mesmo e para os outros a natureza exata dos seus defeitos; **6)**Ficar pronto para que um Poder Superior remova todos esses defeitos de caráter; **7)**Humildemente, pedir a um Poder Superior para que Ele remova essas imperfeições; **8)**Fazer uma relação de todas as pessoas que prejudicou e se dispor a fazer reparação a todas elas; **9)** Fazer reparação direta a essas pessoas, exceto quando fazê-lo implica em se prejudicar ou prejudicar as outras pessoas; **10)** Continuar a fazer o inventário pessoal e, quando estiver errado, admitir prontamente; **11)**Procurar, através da prece e da meditação, melhorar o contato consciente com um Poder Superior, rogando apenas o conhecimento de Sua vontade e força para realizar essa vontade; **12)**Tendo tido um despertar espiritual, por meio destes passos, levar esta mensagem a outras pessoas e praticar esses princípios em todas as atividades.

Durante as reuniões, os passos são explicados aos *residentes* um a um, em ocasiões específicas. Para análise, considero, porém, mais proveitoso observá-los no seu conjunto: como se pode notar, há um revezamento entre práticas e posturas que, no limite, são bastante subjetivas – o que, se em alguma medida prescinde da disposição individual e da vontade, também permite um maior grau de discordância, fingimento, manipulação e cálculo estratégico. Também aqui acho que vale à pena relevar aquilo que, num primeiro momento, chama bastante atenção: a recorrência à palavra *Poder Superior,* que veio substituir a palavra *Deus* numa tentativa de dar ao estabelecimento um caráter mais ecumênico (ou mesmo disfarçar o viés religioso do tratamento). É preciso cuidado quanto a isso, sobretudo se tivermos em conta tanto o fato de que historicamente as instituições que se atribuem o caráter de religiosas estão bastante intricadas aos serviços de assistência social, quanto as transformações do que é o religioso no mundo contemporâneo[95].

Entretanto, no contexto do tratamento, essa evocação é bastante funcional porque visa ressaltar o reconhecimento de que o indivíduo perdeu o controle sobre si mesmo e, acima de tudo, de que precisa recorrer a uma

[95] Como já sugeriu Ronaldo Almeida (2007), ao invés de tentar definir o que é ou não religioso em termos ontológicos, devemos pensar na articulação do movimento tanto de expansão quanto de retração da religião e na transformação do que seja o religioso no mundo contemporâneo, inclusive face às disputas públicas, que são sempre políticas.

instância superior, ou a algo mais poderoso que ele próprio para conseguir reestruturar sua vida.

Dos passos, o primeiro é o mais importante e aquele que dá base para os demais acontecerem. Embora as reuniões tendam a ter uma sequência, observei freqüentemente um retorno à explicação desse primeiro passo. Segundo os educadores, *estar no programa* ou *entrar no tratamento* implica em dar este primeiro passo. No decorrer das reuniões, a volta constante ao primeiro passo se mostra relevante porque muitos internos não conseguem admitir tal fato. Alguns dizem claramente: *"não sei se perdi o controle"*. E são justamente as idéias de impotência ante a substância e de descontrole que os funcionários tentam fazer com que os *residentes* internalizem para que o tratamento tenha êxito e para que eles entendam as regras do local sem maiores problemas. Por isso, rememorar as experiências dolorosas é tão importante, uma vez que há bastante resistência em aceitar a perda de controle e o fato de que têm que viver absolutamente sem drogas, *no caminho da sanidade*. Segundo os trabalhadores do local, é por ser tão difícil admitir a perda de controle que é grande o número de desistências, de *recaídas*, de infração às regras institucionais, e de confusões internas.

A ênfase na lembrança das experiências de dor e de sofrimento é bastante significativa no cotidiano da CT, pois é essa memória que permite aos *residentes* entender a importância dos *Doze Passos*, sobretudo do primeiro e, para os funcionários, representa o grande indicativo de que se perdeu o controle em relação às drogas. Trata-se de evocar o que internamente chamam de *intolerável limiar da dor*: o ponto final de destruição, de dor física, moral, de dignidade e de ética que torna possível *aceitar o programa*. Só com a dor é possível aceitar que o controle da vida foi perdido e que há a necessidade de ajuda. Nesse sentido, o cronograma de reuniões visa fazer os internos perceberem a falta de controle e, portanto, sua condição de *adictos,* tanto para conseguirem se adequar às normas de funcionamento do local quanto para realizar bem o tratamento, sem *advertências, educativas* e prolongamento no tempo.

Ao invés de considerar que essas narrativas apenas revelem situações extremas do uso de drogas, prefiro pensar que elas só são compreensíveis – e até mesmo possíveis – quando se observa mais atentamente o contexto institucional da *comunidade* e o formato das reuniões que incentiva e promove uma forma

específica de selecionar fatos de uma trajetória com drogas que, não obstante o rumo tomado, nem sempre foi dolorosa. As experiências de prazer, assim como os fatores de sociabilidade e de pertencimento a um grupo ou o reconhecimento de um "estilo de vida" são esquecidos, melhor dizendo, são propositadamente esquecidos. Isto ocorre porque há uma *sugestão* de que não se deve falar da vida na *ativa*, quando se usava drogas. Mas a regra é que não se deve falar desse uso fora das reuniões. Durante as reuniões, por sua vez, ocorre um movimento inverso: tal fala é incentivada e até mesmo orientada no sentido de estabelecer uma seqüência narrativa que resgate a lembrança dos aspectos negativos da experiência. A partir desta lembrança é que o tratamento tem êxito, que as idéias de *doença* e de *adicção* se concretizam e que se almeja a possibilidade de viver sem drogas. De alguma maneira, a *recuperação* se dá através das palavras, da lembrança de determinados fatos e do comprometimento por parte dos *adictos* de que esses atos não mais acontecerão.

É bem verdade que, ao observar e analisar o cotidiano de tais CTs, não se pode, contudo, ignorar a possibilidade de agência individual, tanto no que se refere aos momentos críticos da trajetória de uso de alguns dos *residentes* que os impele a acolher o tratamento, quanto com relação às discordâncias e insatisfações que eles muitas vezes manifestam. Em texto anterior (Rui, 2010) tentei relacionar as normas prescritivas do tratamento às insatisfações individuais e argumentei, à luz do caso de um interno, que a margem de manobra individual encontra brechas dadas pela própria CT, isto é, nos espaços entre a tentativa formal de unificação das trajetórias na categoria de *adictos* (que pode ser recusada pelos indivíduos), na própria natureza subjetiva dos *doze passos* (que abre espaços para manipulações) e na forma específica de condução de uma memória da experiência passada com drogas (que seleciona apenas os seus aspectos dolorosos).

*

Como se observa, o modelo de tratamento proposto pelas *comunidades terapêuticas* está, em seu princípio, baseado no afastamento dos usuários de drogas do seu entorno social. Durante um tempo mínimo de seis meses, eles passam pelo tratamento e convivem exclusivamente com pessoas que vivenciaram

situações semelhantes e que igualmente buscam retrilhar os rumos das suas vidas. Não é muito difícil, portanto, constatar que a primeira crítica dos PRDs a esse modelo reside na internação e na criação artificial de comportamentos e rotinas praticamente impossíveis de serem sustentados fora da CT, no "mundo real". De seu lado, os PRDs consideram que a ida aos cenários de uso implica em admitir e reconhecer que a mesma rede de solidariedade e constrangimento componente do consumo de drogas pode ser igualmente eficiente na disseminação de informações à saúde e na desaprovação dos comportamentos arriscados. Assim, se a CT opta por tirar o usuário dos locais de consumo, a RD faz o inverso: se dirige para lá.

O tipo de tratamento proposto pelas CTs recebe, ainda, as mais diversas críticas: pelo excesso de disciplinarização, pela homogeneização da terapêutica (que não levaria em conta diversidades individuais e sociais, nem as distintas trajetórias de experimentação das substâncias), pelo viés "religioso" da atuação, pela falta de um corpo profissional mais especializado, por partir do princípio de que qualquer uso pode ser nocivo, por ter como foco principal a abstinência e, mais uma vez, pelo fechamento interno, considerado por muitos críticos mais prejudicial que o próprio "vício"[96]. Vale dizer ainda que os PRDs também se

[96] Em 2011, críticas ainda mais contundentes foram registradas pela Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia, que realizou inspeção em 68 locais de internação para usuários de drogas (aos quais se referem como *"unidades de privação de liberdade"*), em 25 unidades da federação. Diz o relatório: *"De forma acintosa ou sutil, esta prática social tem como pilar a banalização dos direitos dos internos. Exemplificando a afirmativa, registramos: interceptação e violação de correspondências, violência física, castigos, torturas, exposição a situações de humilhação, imposição de credo, exigência de exames clínicos, como o anti-HIV − exigência esta inconstitucional −, intimidações, desrespeito à orientação sexual, revista vexatória de familiares, violação de privacidade, entre outras, são ocorrências registradas em todos os lugares. Percebe-se que a adoção dessas estratégias, no conjunto ou em parte, compõe o leque das opções terapêuticas adotadas por tais práticas sociais.(...) Nos lugares onde a estrutura física não é precária, a violação de direitos, contudo, não está ausente. Esta se revela na disciplina, na imposição de normas e regras, na ruptura total dos laços afetivos e sociais ou, ainda, no impedimento de qualquer forma de comunicação com o mundo externo. (...) Outro termo da díade que norteia a prática dessas instituições, o trabalho − forçado, não remunerado, sem sentido e perspectiva −, recebe aqui, como nos hospícios, a mesma nomeação: laborterapia. Na prática, é nada mais nada menos que a realização de tarefas cotidianas de manutenção da estrutura física da instituição, como lavar, passar, cozinhar, etc. O trabalho assume, nesta proposta de tratamento, a mesma adjetivação dada pelo manicômio e pelas prisões, o caráter de puro imperativo moral. Trabalha-se para combater o ócio, para limitar a liberdade e submeter à ordem. Mas, também, trabalha-se para gerar lucro para outrem, trabalha-se sem direito a remuneração ou a qualquer forma de proteção. A laborterapia, neste caso, assume caráter análogo ao trabalho escravo. (...) Ninguém, seja portador de sofrimento mental, usuário de álcool e outras drogas, seja o homem de razão que não faça uso de qualquer aditivo, pode ter o direito ao trabalho reduzido à condição de tratamento. Trabalho é direito e, como tal, deve ser respeitado.Caso contrário, é violação de direitos, não tratamento" (190-194).* Para mais detalhes, cf a

opõem à idéia de *perda de controle* enfatizada já no primeiro passo do tratamento proposto pelas *comunidades terapêuticas* e, sobretudo, reconhecem a possibilidade de se viver bem usando drogas – o que abre para a possibilidade de pensar o uso de um ponto de vista em que a experiência possa ser concebida como prazerosa (e não só perigosa).

Os Programas de Redução de Danos apostam num modelo de atenção menos drástico e, de acordo com seus defensores, mais respeitoso aos usuários de drogas. Para eles, todo consumidor merece obter informações detalhadas sobre os riscos à saúde a que estão acometidos de acordo com a potencialidade e especificidade da droga que desejarem utilizar. Nesse sentido, chama atenção nas sedes de tais programas o excesso de cartazes e folhetos explicativos dos mais diversos tipos e sobre as mais diversas substâncias que estão ou pregados às paredes ou em locais acessíveis, prontos para serem distribuídos a qualquer pessoa interessada. Tais manuais pretendem oferecer dicas de usos menos danosos e mais adequados aos ideais de uma vida saudável, privilegiando, com isso, a extensão da vida e apostando na capacidade individual de gerir o próprio corpo e, consequentemente, o próprio consumo de drogas. É de notar, assim, um interessante paralelo entre tais folders e os manuais observados em *sex-shops* que foram objetos de análise de Gregori (2010), nos quais se vê uma tentativa de ensinar técnicas de exercício sexual. Tal como os manuais de ginásticas, eles seriam fruto de uma mesma tradição: a de moldar o corpo pelas técnicas e dicas de desempenho adequado. Nesses manuais, como mostra Gregori, a pornografia perde sua conotação de obscenidade e adquire um sentido de saúde e de fortalecimento do eu. Os manuais e seus conteúdos merecem, pois, atenção.

A capa de uma das mini-cartilhas do PRD/Campinas, além de informações referentes ao uso de camisinha (que persiste, como já escrito, baseado na idéia de que o uso de droga, ao alterar a percepção, facilitaria o sexo desprotegido), já indica seus propósitos de promover a correta utilização das substâncias e dos

---

íntegra do documento Relatório da 4ª Inspeção Nacional de Direitos Humanos: locais de internação para usuários de drogas. Conselho Federal de Psicologia, Brasília-DF, 2011. Íntegra do documento, disponível em: http://drogasecidadania.cfp.org.br/relatorio-da-4%c2%aa-inspecao-nacional-de-direitos-humanos-locais-de-internacao-para-usuarios-de-drogas/, acesso em 02/04/2012, às 08:55hs.

objetos de maneira a evitar possíveis doenças e atingir o objetivo desejado com o ato: ficar *só com o barato* – o que é reforçado também pela ilustração psicodélica.

Dentro deste folder, estão as orientações específicas sobre a melhor forma de consumir as substâncias e em quais materiais. Vê-se uma orientação específica ao não compartilhamento de recipientes para o uso, no caso do crack, cachimbos e latas; no caso de cocaína, canudos, uma vez que tais recipientes, ao serem compartilhados, promovem a transmissão de doenças como hepatites B e C e herpes.

Especificamente com relação ao crack, cada vez mais é desincentivado o uso de latas para fumar a droga porque elas ampliariam a superfície de contato com o redor da boca, aumentando as queimaduras e facilitando a inalação do alumínio desprendido com o calor. Além disso, não sabendo a proveniência da lata esta poderia transmitir leptospirose. A ONG *É de Lei* há muito distribui piteiras de silicone de uso individual para serem anexadas aos cachimbos. Elas possibilitam que, em caso de compartilhamento desses objetos, cada usuário utilize a sua própria. Além disso, o silicone é um material mais resistente ao calor, o que dificulta as queimaduras. Essa mesma ONG também distribui manteigas de cacau para serem usadas tanto para evitar a rachadura dos lábios, quanto para hidratá-los e acelerar a cicatrização. Em ambos os programas, ouvi redutores aconselharem o uso de crack no cigarro, misturado com maconha (o chamado *mesclado*) com o objetivo de diminuir a quantidade de crack fumada.

Por fim, e o que parece ser bem difícil, ainda aconselham os usuários a não fumarem as cinzas que ficam no cachimbo, a chamada *bôrra* ou *tocha*.

Voltarei na parte 3 a comentar especificamente a interação entre PRDs e usuários na tentativa de promover um uso correto dos cachimbos. Por agora, acho relevante avaliar que as propostas focadas na saúde singularizam a atividade desses PRDs. Há aqui uma diferença significativa entre esta proposta e a das *CTs* que, considerando a dependência química um problema de auto-disciplina, pouca atenção devota às especificidades de cada substância. Na medida em que seu objetivo último é a abstinência, também evitam falar sobre o uso. Já entre os PRDs, há a tentativa de produção de um uso higiênico e saudável de drogas, que, ironicamente, parece ir na contramão das condições sociais em que se encontram tais usuários, bem como do envolvimento que estabelecem com as substâncias, como já criticaram Bourgois & Schonberg (2009). Tornarei a esse tópico mais adiante.

Em *campo*, os redutores entram nas rodas de uso, oferecem os folders e os insumos e, numa linguagem mais popular, repetem as informações. Para realizar o trabalho, usam camisetas e mochilas específicas que identificam os programas. A roupa utilizada para a atividade é tanto um modo de identificação como de distinção e proteção. Em alguma medida, ela diz aos usuários o intuito do programa e, logo, que não se está ali nem como outro usuário nem como alguém que poderia denunciá-los. Em caso de revista policial, idealmente ajuda a distinguir e proteger os redutores de possíveis abusos.

A ida a *campo* justifica-se porque tais programas consideram que os usuários de crack e de outras drogas constituem uma *população* muito difícil de ser acessada pelos canais tradicionais dos serviços de saúde. Aqueles que ali chegam constituir-se-iam apenas uma pequena parcela de pessoas, de sorte que há tanto uma preocupação no que se refere às suas sedes, quanto com relação aos locais em que farão intervenção[97].

O Programa Redução de Danos da cidade de Campinas, como já escrito, localizava-se no interior do Centro de Referência às DSTs/Aids, próximo a uma

[97] O que é diferente, por exemplo, do caso francês em que o programa EGO possui uma sede para onde os usuários de drogas se dirigem quando vão buscar seus kits. Para mais informações, ver Mello (2008).

das principais avenidas da cidade, a av. Moraes Sales e ao terminal de ônibus central. A sede da ONG *É de lei* também está localizada no centro de São Paulo, na rua 24 de maio, no quarto andar da Galeria Presidente, mais conhecida como *galeria do reggae.* Em comum, ambos os programas possuem suas sedes nos centros das cidades. Mas ao contrário do PRD de Campinas, que não tem um espaço destinado aos usuários, o *É de Lei* tornou-se conhecido nacionalmente por oferecer esse tipo de serviço. Contudo, como já escrito no capítulo anterior, o público que freqüenta a sede é significativamente diverso daquele encontrado na "cracolândia". A própria localização no quarto andar também contribui para isso: os usuários com um uso mais extremo sentem-se acuados em romper com todos os obstáculos materiais e simbólicos que os afastam do local.

Considero ainda interessante relatar que já na primeira vez que entrei na sala do PRD, enquanto negociava a minha participação, chamou-me atenção um grande mapa emoldurado da cidade de Campinas pregado na parede de frente para a porta. Nele, alfinetes com cabeças de cores diferentes estavam fixados. Aproximando-me, observei que eles compunham uma espécie de legenda das áreas na cidade que já tinham sido contatadas pelo PRD (através de serviços de saúde próximos), das áreas que o PRD já realizara um mapeamento e das áreas (cerca de 27) em que ele fazia de fato uma intervenção e, semanalmente, realizava o trabalho de prevenção. Os cinco redutores se revezavam em duplas para ir a esses locais, havendo, para isso, uma programação semanal. Chama a atenção também, ao observar esse mapa, a quantidade de alfinetes pregados na região central da cidade, nos bairros mais periféricos e naqueles mal-afamados e conhecidos pelo comércio de drogas. Inúmeras vezes questionei essa divisão, ao que obtive como resposta o exemplo que se segue:

> A ideia é expandir pro município todo, porque tem uso de drogas no município todo. A gente faz escolhas e opções por questão de Saúde pública. Claro que tem uso de drogas problemático no Cambuí[98], só que a gente acredita que eles têm mais acessos em termos de cidadania e de acesso a recursos de saúde para dar conta do uso que eles fazem e os bairros mais afastados têm menos possibilidade disso. (Entrevista 5)

[98] Um dos mais tradicionais bairros da cidade, considerado de classe média alta.

A descrição de alguns locais visitados será feita na próxima parte. Nesse momento, vale a pena chamar atenção para o fato de que, somada à "filosofia" do programa que já foi explicitada ao longo desse capítulo, outro diferencial das atividades de redução de danos consiste exatamente nesse *trabalho de campo,* dizendo novamente, a ida a determinados locais característicos de consumo de drogas, com o intuito de levar informação e promover usos menos arriscados das substâncias. Não se pode perder de vista, entretanto, de uma perspectiva mais focada na estruturação desses programas, que a ida a esses locais supõe uma considerável intervenção em um momento bastante privado daqueles que estão fazendo uso de substâncias. Ao irem até os locais de consumo de drogas, os PRDs adentram numa tênue fronteira traçada entre, de um lado, a promoção de direitos e o acesso aos serviços de saúde e, de outro, a invasão da privacidade pessoal e da liberdade individual de escolher o próprio modo de uso de drogas, bem como o melhor lugar para fazê-lo.

No entanto, e de modo ainda mais complexo, é mister levar em conta que, uma vez optando pelo contato direto com essa população, os próprios redutores também passam a estar em uma posição ambígua, ficando igualmente sujeitos aos diversos tipos de violência e vulnerabilidade a que estão expostos esses usuários. Ou seja, se é verdade que ao irem aos locais de uso eles podem "atrapalhar" um momento bastante íntimo da vida das pessoas atendidas, também o é o fato de que, ao fazê-lo, acabam se submetendo, durante o horário de trabalho, às mesmas condições desses usuários. Assim como esses últimos, os redutores são constantemente revistados por policiais, chamados a prestar esclarecimentos sobre o trabalho que realizam e não raramente se vêem em meio a ameaças e brigas. Dessa maneira, na ponta de atuação dos Programas, redutores e usuários estão à mercê do fluxo de constrangimentos, medos, desconfianças, amizades, solidariedades e apoios que configuram o cotidiano em locais extremos de usos também extremos de substâncias[99].

[99] Em alguma medida, eu também acabei partilhando dessa condição. Não poucas vezes durante a pesquisa tive a sensação de que um conflito iminente poderia acontecer; não poucas vezes deixei de temer inclusive pela minha própria vida, voltando para casa com uma estranha sensação de agradecimento por estar bem. Não poucas vezes também me senti tão à vontade em espaços à primeira vista bastante hostis.

O recrutamento desses profissionais é, assim, ponto importante para observação. Dos cinco redutores que atuavam no primeiro ano de pesquisa de campo em Campinas (2009), dois deles (assumidamentes *gay* e travesti) foram contratados em função da militância anterior em ONGs empenhadas em promover o direito à diversidade sexual, dois (um dj, outro b-boy)porque eram participantes de movimentos hip-hop e um conseguia boa entrada porque também assumia seu uso de drogas. Todos eles moravam em periferias – o que facilitava o trânsito. Em 2010, foram contratadas duas redutoras (assumidamentes lésbica e travesti) também com experiência em militância pela causa da diversidade sexual, um que havia sido seminarista, mas que tinha experiência como arte-educador e um estudante do curso técnico de enfermagem. A equipe menor da ONG *É de Lei* contava, em 2010, com três redutores (dois formados e uma cursando psicologia na PUC-SP), um redutor que havia morado na rua e duas estagiárias do curso de Serviço Social, da PUC-SP.

Mesmo tendo sido cuidadosamente selecionados, ainda assim é praxe dos serviços a realização do trabalho em dupla, pois,

> quando você tá em campo tem que olhar pra tudo. Tudo. Tem que ter uma visão global. Não pode ficar muito parado numa coisa só porque muitas coisas podem estar acontecendo ao mesmo tempo. Pode estar tendo uma discussão ali e sair um tiro. Pode estar tendo movimentação estranha por causa da polícia, pode ter movimentação estranha por causa dos traficantes, pode estar tendo movimentação estranha por causa dos próprios usuários. Tem que estar sempre esperto com tudo ao mesmo tempo. E você tem que dar ao mesmo tempo uma atenção praquela pessoa que você tá atendendo ali no momento. Então é por isso que sempre é feito em duas pessoas, em parceria. Porque quando um fala, o outro sempre está atento no que está passando ao redor. Se tem uma coisa estranha, o seu parceiro gentilmente dá um toque, você dá uma cortada ali e diz "ah, a gente vai continuar na semana que vem" e vai pra outro lugar. Então, a gente tem que estar sempre fazendo parceria por causa disso: pra uma pessoa dar atenção total ao usuário, enquanto outra pessoa dá atenção total pro campo. (Entrevista 1)

O contato contínuo é o que mais se presa. Num dia em que chegamos já perto do escurecer, os redutores do PRD/Campinas queriam ir até um espaço de consumo em que não havia iluminação, em meio a um matagal. Receosa, eu demonstrei hesitação e disse que seria melhor não ir até lá naquele horário. Um

dos redutores retrucou insistindo que não havia problema. Eu o questionei: "você acha que é um lugar tranqüilo pra ir à noite?" e ele me respondeu:

> A questão não é essa. A questão é que se eles nos virem lá nesse horário vão passar a respeitar mais nosso trabalho e ver que estamos do lado deles, afinal, estamos lá num horário não muito usual, trabalhando depois do expediente normal. Isso aconteceu uma outra vez, quando fizemos campo e estava chovendo. Depois que nos viram debaixo da chuva, eles passaram a contar coisas mais pessoais sobre a vida deles. Enfim, é um jeito de aumentar o **vínculo**. Por isso acho que vale à pena ir até lá.

A fala do redutor é muito mais interessante do que foi a minha pergunta. Não se trata de levar em conta a segurança pessoal. Estar sujeito às mesmas adversidades é fator importante para conseguir a proximidade e conquistar a confiança dos usuários, vale dizer, é de suma relevância para estreitar o que chamam de *vínculo*, noção que, na sequência, será observada com mais detalhes.

*

Já durante as negociações com o PRD/Campinas a palavra *vínculo* começou a despertar minha atenção. Era por um receio de que minha presença atrapalhasse a relação de *vínculo* estabelecida entre redutores e usuários que, internamente, se questionaram quanto à minha participação. O *vínculo* era algo conquistado a duras penas, ao longo de sucessivas idas ao mesmo local e depois de uma série de "testes" informais que garantiam aos redutores o privilégio e a relativa segurança de circular por determinados lugares. Temia-se, por exemplo, que uma escorregada de minha parte (uma fala atravessada, uma pergunta indelicada, um olhar reprovador, etc) prejudicasse essa frágil interação que, embora de um ponto de vista mais local pudesse ser considerada amistosa, não deixava de passar sempre por provações.

Há que se considerar que esta não é uma noção restrita ao cotidiano dos PRDs, ao contrário, *vínculo* é um vocábulo bastante presente em muitas ações políticas contemporâneas de trabalho social (Cefai, 2010), como é o caso, por exemplo, das propostas junto a crianças e adolescentes. Tal noção já recebeu a atenção de Gabriel Feltran (2010) no seu estudo sobre o CEDECA-Sapopemba e,

mais especificamente, para entender o fluxo de atendimento, bem como a relação entre educadores sociais e os *adolescentes em conflito com a lei*[100]. Feltran mostra que a idéia de *vínculo* é a primeira de uma tríade (junto com *encaminhamento* e *rede de proteção*) que tenta elevar as representações do *"jovem favelado"* a do *"sujeito de direitos".* De característica ao mesmo tempo pessoal e profissional, o *vínculo* supõe idealmente uma relação desigual: na perspectiva do educador, teria conteúdos *técnicos*, que o permitiria manter um *"distanciamento profissional"* na relação com o atendido; na perspectiva do adolescente, estaria imerso em significações de *confiança pessoal* que o incitariam a se engajar nas atividades propostas. Assim, do ponto de vista do educador, trata-se de uma idéia que é pessoal e profissional. Pessoal porque é afetiva e profissional porque requer distanciamento. Por sua vez, do ponto de vista do adolescente, o *vínculo* seria uma relação de confiança estritamente pessoal: é a partir desta relação afetiva que ele se engaja nas atividades que lhe proporcionarão o acesso ao universo dos direitos; tratar-se ia, pois, do *"primeiro passo do adolescente favelado rumo ao mundo público do direito".*

É difícil, no caso da minha pesquisa, dizer como os usuários de drogas acessados pelos PRDs entendem essa aproximação. Por se tratar de serviços focados na saúde, é muito comum que seus profissionais sejam solicitados para sanar dúvidas ou problemas referentes a esse aspecto. Muitos ao verem as equipes mostram machucados e relatam dores, em alguns casos confundem o trabalho, pedindo comida ou encaminhamento para tratamento. Falando sobre tais aspectos, falam também de si, acabam contando histórias do local, refletem sobre a própria condição corporal, sobre o uso de drogas que fazem. Essa interação é entendida como propiciadora do *vínculo.* Para muitos dos redutores, no cotidiano duro do ofício, o que sustenta o trabalho é essa noção, que os tira da condição de meros "doadores de *insumos*", sentida por eles como frustração[101]. Radicalizando, em entrevista, o presidente da *ONG É de Lei,* acredita que é nessa

[100] Nas palavras do próprio autor, trata-se daquele indivíduo que, tendo cometido infrações à lei e sido detido pela polícia, já foi julgado, condenado e encaminhado oficialmente pela justiça para o cumprimento de uma *medida socioeducativa* (Feltran, 2010).

[101] De que é exemplo um relato produzido por uma redutora do PRD/Campinas: *"é lamentável ver que ao chegarmos para acessar os UDs* [usuários de drogas]*, nem esperam chegarmos direito e de longe já falam: 'hoje eu não quero, meu estoque tá cheio'. Isso me incomoda porque somos vistos apenas como agente de prevenção que distribui camisinhas. E de camisinhas eles estão cheios!"* (Relato de 21/08/2007).

relação de *vínculo* que se encontra o ganho substantivo do trabalho, e não na distribuição de insumos, por ele considerada bem menos eficaz:

> se pensar o que é redução de danos na nossa ação de distribuir piteiras, seringas, distribuir as coisas, se pensar na não transmissão de doenças, numa concepção de saúde, nosso trabalho é ineficaz. Se pensar na realidade daquelas pessoas, eles não usam piteira o tempo todo, eles compartilham manteiga de cacau, os caras alugam cachimbo, usam o cachimbo um do outro, emprestam pra poder usar depois, eu acho que tem um monte de coisa que, pro tamanho das nossas pernas, a gente não consegue fazer esse tipo de prevenção. Mas acho que tem um outro aspecto que dá pra colocar como redução de danos, que é o acolhimento dos usuários, encaminhá-los até o centro de convivência (...)tem também o nosso contato com a realidade deles, de a gente poder dialogar com outros serviços. Então acho também que tem uma questão que é política, mas que não é política macro, que é a dessa micropolítica com outros serviços, albergues, serviços de rua. A gente começou a ser chamado por todo mundo pra tentar entender como trabalhar com usuários de crack, como estar com eles e que, apesar de ser pouco o contato que a gente tem, é muito maior que o contato de outros serviços. [Temos a] prática de fazer acontecer o atendimento, fazer com que ele vá ao serviço, que ele trate de uma situação específica e também um conhecimento grande da dinâmica, de como a coisa funciona (...): por que eles estão lá, como eles estão, de que forma eles se cuidam, se eles se cuidam, e a partir disso a gente ajuda outros serviços a devidamente acolhê-los. Pra mim a redução de danos é tipo um paradigma de relação, uma ética na relação, uma perspectiva que você vai lidar com a pessoa, olhá-la e lidar com os problemas dela. Pra mim, essa perspectiva tá embasada muito nisso, no respeito ao usuário, em dar valor àquilo que ele tá falando, naquilo que ele tá vivendo. Não impor as coisas, respeitar os direitos humanos, mas acho que é uma coisa de respeitá-lo e lidar com coisas muito práticas. Então pra mim, por enquanto, esse é o fundamento da redução de danos. (Entrevista 8)

Todavia, o conteúdo afetivo do *vínculo* na relação entre redutor e usuário, fruto de um lento processo de aproximação, de uma tentativa de compreensão e que resulta na confirmação empírica de um trabalho de prevenção visto como bem-sucedido, não se estende à relação entre redutores e os considerados traficantes de drogas. Nesse caso, a desconfiança marca definitivamente a interação e, da parte dos redutores, deve inclusive ser mantida. Em algumas entrevistas questionei os membros da equipe sobre a relação com o tráfico e as respostas eram estranhamente semelhantes às duas apresentadas na sequência[102]:

[102] As informações sobre a relação com o tráfico de drogas referem-se mais aos dados obtidos junto ao PRD/Campinas, que realiza trabalho em regiões de comércio bastante intenso. O que se passa na "cracolândia", como veremos na próxima parte, envolve outros engajamentos.

> A gente acessa traficante como se fosse usuário, né? O tráfico não é visto como tráfico, tá? A gente tenta sempre dissociar do serviço. O núcleo de redução de danos não tem nada a ver com o tráfico, eles ficam no lugar deles e a gente fica no nosso. A gente trabalha na nossa visão de saúde, e se eles quiserem traficar que trafiquem longe. Se os traficantes são usuários, vão ser atendidos como usuários, vai ser a mesma informação de saúde que é passada pro usuário que eles tão vendendo a droga. [Entrevista 1]

> Nós sempre temos uma coisa, nós fazemos trabalho de prevenção à saúde. Em campo, quem usa droga é nosso cliente. Quem não usa, a gente também passa informação de prevenção pra tentar informar alguma coisa que a pessoa precisa. Folder, informação. Porque de repente a pessoa não usa droga, mas conhece alguém que usa. Claro que, quando se vai a campo, a gente começa a perceber que alguém é do tráfico ou não, do "movimento" como eles preferem dizer e nós vamos tratá-lo igual a qualquer outro cliente nosso. Ele não vai ter nenhum privilégio por isso e também não vai ser desmerecido por isso porque isso é um problema da polícia. Não sou eu, profissional de saúde, que vou me preocupar com o comércio dele, mas também não posso ser refém disso. Então, assim, a diretriz que a gente traça nas nossas reuniões é assim: **começou a dar na cara que tá rolando comércio, não é ali que o redutor tem que ficar**. Local de comércio não é local de falar sobre uso de drogas. Vai pra outro campo, vai pra outro lugar. [Entrevista 5, grifos meus]

Chama a atenção o fato de a equipe, no discurso, mostrar uma distância na relação com traficantes e consumidores e entre eles que, na prática, é muito difícil de ser observada. No cotidiano do trabalho, as separações são mais tênues e confusas e, não poucas vezes, os redutores adentram no espaço de venda. O que é mais interessante, no entanto, é que quando falam comigo e entre si identificam com clareza os vendedores. Mas, no momento da interação, tudo se passa de forma bastante lateral, obscura e um tanto quanto cifrada. Nesse sentido, considerei importante observar não só o que se diz, mas também aquilo que não é dito no que tange ao envolvimento com a venda de substâncias ilegais, bem como sobre as possíveis intrigas entre os envolvidos nesse comércio.

Comecemos por um diálogo travado entre o redutor de danos e um adolescente de cerca de 17 anos, que fica em uma das esquinas do bairro e trabalha como *olheiro*[103]:

[103] Também chamados de *campanas*, os *olheiros* têm a função de observar o movimento do bairro e avisar a aproximação de pessoas suspeitas, sobretudo de policiais à paisana. Se posicionam em locais estratégicos e, no caso desse bairro, gritam uma palavra já combinada em caso de

> — e aí, cadê a Maria?, perguntou o redutor.
> — Ah, ela sumiu daqui.
> — Mas sumiu, sumiu ou....
> —Ah! Ela foi.... deu mancada, né? Ela provoca.
> —Ah.....É..... Bom, firmeza, vamo aí[104].

As reticências equivalem, no texto, ao que foi o silêncio, na fala. Nada foi dito nesse espaço. Apenas subtendido. Tratava-se de um código partilhado tanto pelo redutor quanto pelo adolescente, embora não explicitado. Poucos dias depois, em frente a um bar situado em outro bairro, notei uma semelhante articulação discursiva, desta vez entre três pessoas que conversavam sendo observadas por nós:

> — Tá lá no Tijolo?
> — É. Tá lá. Tem um pouco no meu bolso também.
> Ao escutar a conversa, um terceiro comenta, reprovando:
> —É, a quebrada tá tranqüila pra vocês segurarem as coisas assim no bolso, né?[105]

Ao contrário de parecer uma falta de informação, considero mais proveitoso pensar que é a sugestão de posições, bem como a possível suspeita nunca confirmada explicitamente de quais seriam as pessoas respeitadas no local, as relações que envolvem a necessidade de *sumir* do bairro ou o lugar onde se guarda a droga que permitem o êxito do trabalho de Redução de Danos. Em muitos momentos, é essa negociação e um suposto desentendimento de códigos que garantem também a possibilidade de circulação no local e, no limite, a possibilidade de atitudes que não seriam permitidas se os redutores tivessem informações mais completas.

Outros acontecimentos também apontam para o fato de que a relação de confiança entre vendedores e redutores precisa ser analisada sob outro aspecto, como mostra a narração do seguinte episódio:

---

estranheza. É o último posto funcional de uma *boca,* portanto, recebem menos. Mais informações podem ser encontradas em Hirata (2010: 254-257).

[104] Caderno de Campo, 22/09/2009.

[105] Caderno de Campo, 01/10/2009.

> Paramos para vacinar as pessoas em frente a um dos principais pontos de distribuição de drogas do local, já na parte do bairro com melhor infra-estrutura. Enquanto as pessoas tomavam vacina, um menino de cerca de 14 anos seguiu fazendo as negociações usuais: acenava para os carros que passavam e entregava-lhes pequenos papelotes, em troca de dinheiro. Víamos isso no momento mesmo em que as vacinas eram aplicadas. Quando saímos, já umas quatro casas adiante, percebemos que tínhamos esquecido a caixa térmica das vacinas. Era uma dessas caixas grandes e visualmente muito bonita, vermelha e branca. Um dos redutores voltou para pegar. Quando olhei, vi cerca de doze pessoas em torno daquela caixa. Ninguém nos avisou que a esquecêramos.[106]

Esse exemplo, entre tantas outras situações semelhantes, me fez atentar para o fato de que mesmo a equipe passou por situações que indicavam que era preciso observar a questão do *vínculo,* sobretudo na relação com os traficantes, a partir de outro ângulo. Não apenas porque podíamos de fato ser "passados para trás", mas sobretudo pelo quê podíamos ver. Em termos mais concretos: podíamos presenciar as transações do comércio de drogas, mas não seríamos avisados caso esquecêssemos algo? Qual era a noção de confiança que estava em jogo? Ou seja, em nenhum momento nos foi impedido de observar tanto o consumo de substâncias e suas rodas, quanto as negociações subjacentes a elas. Ainda assim, isso parece não significar propriamente uma interação próxima, não a ponto de impedir o jogo do levar vantagem sobre o nosso esquecimento.

Em alguns momentos, a presença dos redutores de danos nos locais pode até ser benéfica aos participantes do tráfico de drogas. Certa vez, estávamos próximo a um lugar de venda numa favela e homens jogavam baralho quando uma menina passou correndo e falou: *"a força tá subindo a favela"*. Logo eu fiquei apreensiva e quis sair. O redutor se mostrava bastante tranqüilo. Um dos homens brincou: *"a força tá subindo? Que bom, agora a favela vai ficar iluminada"*, o que foi seguido de risos por todos. Ficamos mais algum tempo e a polícia acabou não aparecendo, pelo menos enquanto eu estava ali. Na saída, o redutor me contou o episódio de um encontro com a polícia, nas mesmas condições. Eles acabaram, de certa forma, protegendo os traficantes de uma investida. Os redutores teriam seguido o trabalho, ofereceram camisinhas aos policiais e mostraram a ação que desenvolviam na região[107].

---

[106] Caderno de Campo, 10/03/2009.
[107] Caderno de Campo, 18/05/2010.

Numa das aulas da nova equipe de Redução de Danos sobre legislação brasileira e implicações no *trabalho de campo*[108] foi abordado o tema da nova lei de drogas, com o objetivo de iniciar uma conversa sobre o modo de o programa interagir com o tráfico. A psicóloga que deu o curso apresentou os paradoxos da legislação atual, as continuidades e as descontinuidades com a lei anterior e destacou seu ponto mais problemático: a arbitrariedade policial na decisão de quem será tipificado como usuário ou como traficante. Os próprios redutores perceberam isso e fizeram referências a casos de familiares e de conhecidos para ilustrar as ciladas da nova lei. Depois de fazer uma apresentação em power-point, a psicóloga ofereceu três histórias para grupos diferentes. Primeiro era preciso lê-las em silêncio, discuti-las em um grupo menor e depois compartilhar a conclusão com todos.

A primeira história, e a que me interessa aqui, era de L., de vinte e cinco anos que tinha recém-saído da prisão. Durante uma conversa com a redutora ele teria comentado sobre o *movimento* e diante da demonstração de interesse dela, ele teria se oferecido para trazer à redutora a *cartilha do PCC*. O objetivo da psicóloga com essa história, baseada em uma situação real de campo já ocorrida anteriormente, era promover o debate sobre como um redutor de danos deve agir em casos como esse.

Ao mostrar para toda a classe o que foi discutido, o grupo menor teria concordado que o correto a fazer era tentar, em dupla, um jeito de sair daquela situação, desconversar, ir embora. Um dos redutores em formação ouviu e falou: *"não sei se estou sendo um pouco ingênuo, mas acho que esse poderia ser um modo de conquistar um vínculo com essa pessoa".* Outro ponderou que talvez fosse importante aceitar a oferta com o objetivo de saber o que está envolvido, onde eles estão pisando. Eu ainda disse que como pesquisadora acharia essa uma ótima oportunidade para entender muitas coisas que acontecem em campo, mas como redutora tenderia a pensar em quê isso melhoraria o meu trabalho. Iniciou-se então uma discussão efervescente. De um lado, pessoas achando que aquela era uma situação *surreal* e negando veementemente a possibilidade de ter relações com o tráfico; de outro, pessoas que não viam problemas em observar tal cartilha.

[108] Caderno de Campo, 07/06/2010.

Um dos redutores mais antigos tomou a palavra e disse: *"para o trabalho em saúde é indiferente saber se essas pessoas estão ou não envolvidas com o PCC"* e enfatizou: *"o nosso trabalho é fazer prevenção para os* ***usuários*** *de drogas"*. A psicóloga que coordenava a oficina então se pronunciou:

> o Programa de Redução de Danos já é estigmatizado, muita gente já reclama de fazer políticas mais respeitosas para usuários de drogas, imaginem se nesse dia, pra piorar, a polícia aparece na cena? Imaginem qual seria a manchete do jornal na manhã seguinte? "Redutor de danos é pego com cartilha do PCC".

Iniciou-se mais uma sessão de discussão. Outra redutora mais antiga falou: *"por isso é sempre bom, ao ver uma boca, passar rápido, sair de perto"*. E o outro redutor que também já trabalha ali há mais tempo ainda disse: *"uma coisa é a curiosidade pessoal; outra é a postura que se pode ter em campo"*. Ao fim, a psicóloga ainda aproveitou os ânimos envolvidos no debate para mostrar que, mais que tudo, essas situações que parecem frias e com soluções prontas no "papel", quando vividas, envolvem muitos dilemas emocionais e profissionais.

Esse episódio mais uma vez reforça o fato de que a manutenção de um discurso que separa o trabalho que será realizado com usuários e traficantes, longe de ser um desconhecimento, é mais que tudo uma estratégia dessa política de prevenção: o nome do programa e sua boa consecução, num cenário de disputa por modelos de atendimento, estão em jogo. A interação amistosa na prática, somada à não confirmação de que se está diante de um ponto de venda de drogas e à tentativa de não transmitir essa prática para os novos redutores, parecem fazer parte de um espaço de negociação de sentidos compartilhados, mas jamais acordado formalmente que, em grande medida, lembra o fenômeno de burla, descrito por Pontes (2004) para o campo teatral. No teatro, ao ver, por exemplo, uma atriz como Cacilda Becker no auge de sua maturidade etária interpretar um menino como *pega-fogo,* o público não está sendo enganado, tampouco os atores estão agindo de má-fé; não se trata de mentira, manipulação ou invenção. Trata-se, antes, de um pacto subentendido, nunca explicitado, que ocorre apenas no ato da interação artística.

Em alguma medida penso que a ideia da interação teatral pode ser bastante útil para pensar a relação que a equipe de redução de danos desenvolve

com os comerciantes de drogas: a equipe do PRD age como se não soubesse que um local é um ponto de venda de drogas, os traficantes agem como se também soubessem que a equipe não sabe, e ao mesmo tempo todos têm perfeita ciência do que se passa. Não é sempre verdade, então, como se fala comumente, que os agentes estatais têm que pedir autorização para o tráfico para poder circular nesses territórios. O caso desse programa indica que parte essencial do trabalho é burlar esse conhecimento e nunca confirmá-lo explicitamente no momento da interação; é assim, e não pedindo consentimento, que o PRD desenvolve trabalho nessas regiões[109].

Destarte, se com os usuários há um esforço em construir uma relação afetuosa, propiciadora do *vínculo;* com os considerados traficantes os PRDs agem a partir do mecanismo de burla. Tal separação só é possível uma vez que operam a partir de concepções ideais desses dois tipos de personagens que, se existem em separado na imaginação, muito dificilmente se mantêm assim na prática. O relativismo que marca a prática de tais programas para com os usuários não se estende para a relação com os traficantes.

Tendo isso em vista, não se pode desconsiderar o fato não menos relevante de que tanto o *vínculo* quanto a *burla* produzem efeitos produtivos. Situações como a vacinação em um espaço de venda de drogas provavelmente não aconteceriam se ambos explicitassem um ao outro o que ocorre ali. Provavelmente, nem o PRD realizaria trabalho no local, nem os usuários, nem os traficantes, nem nenhuma das pessoas que ali estavam teriam se beneficiado dessas informações. Agindo como se não soubessem onde estavam – o que, do outro lado, podia ser apreendido como ingenuidade, mas nunca como má-fé – os redutores levaram a cabo seus objetivos e os usuários entraram em contato com informações de saúde. Atuando assim, os redutores conseguem circular por espaços delimitados e segregados a grupos sociais específicos.

---

[109] Nesse sentido, me parece que esse tipo de burla, ou seja, a atuação performática que ocorre apenas no ato da interação entre PRD e traficantes, é bem diferente do que Machado da Silva (2008: 45) entende como uma adesão à *sociabilidade violenta,* que, levando a ameaça pessoal ao paroximo, gera medo nos atores que não estão ativamente integrados nela e cuja consequência é *"o desenvolvimento de uma desconfiança generalizada, cujo resultado é uma tácita 'lei do silêncio' mais perniciosa do que se costuma pensar. Não se trata apenas de manter as aparências e esconder dos 'de fora' os aspectos menos abonadores da vida local, mas da incomunicabilidade e do esgarçamento das tradicionais relações de vizinhança produzidos pelo medo e pela desconfiança"* (idem).

*

Em suma, fortemente baseados nas atividades de campo, os PRDs, em contínuo contato com os espaços de uso e comércio de drogas, tentam se diferenciar tanto das abordagens tradicionais de tratamento que se apresentam a esses usuários, quanto visam estabelecer com eles uma relação afetuosa que encontra concretude na idéia de *vínculo,* idéia esta que, no discurso, não se estende aos traficantes. Mas, reforçando, mesmo essa distinção só ganha sentido político num cenário de disputas por modelo de tratamento e intervenção marcado mais amplamente pela "guerra às drogas".

Além disso, uma vez que tanto os traficantes quanto os usuários de crack constituem *populações* que podem ser alvos de atenção da segurança pública e da assistência social, o modelo de atendimento proposto pelas políticas que têm como base o conceito ampliado de redução de danos acaba por receber críticas de inúmeros outros setores sociais, até dos focados na saúde, com os quais têm de dialogar e manter relações ora de enfentamento, ora de cooperação. Lançando o olhar sobre uma trama bem vasta, portanto, não se pode perder de vista o fato de que as proposições de redução de danos são extremamente questionadas e, em inúmeros momentos e por diversos atores, consideradas ineficazes.

Para sintetizar esta seção do capítulo, retomo as principais diferenças entre os PRDs e as CTs (aqui observadas com menos detalhes porque importam pelo contraste).

Com um modelo de tratamento já mais estabelecido e conhecido, as CTs apostam em tirar os usuários do seu espaço de consumo e, durante seis meses, oferecem-lhes um suposto retorno a uma rotina disciplinar e a uma sociabilidade que teriam sido perdidas durante o envolvimento com drogas. Focando nos aspectos dolorosos da experiência e em fazer o usuário reconhecer a perda de controle do uso, o tratamento está baseado em palavras de incentivo e auxílio, bem como no consolo espiritual em um *poder superior*. De maneira oposta, os PRDs se dirigem aos espaços de consumo e ali tentam oferecer informações e materiais visando à promoção de usos menos arriscados de substâncias. Atentos para as especificidades de cada droga, não exigem a interrupção do consumo.

Tais programas recebem críticas das CTs por supostamente ignorarem o alto grau de sofrimento envolvido nas experiências extremas de consumo e por parecer incentivar o uso. Criticadas pelo tratamento religioso, as CTs acusam os PRDs de serem extremamente condescendentes com o tráfico de drogas. Ambos os programas, visando fugir das críticas, evocam estratégias retóricas: as CTs tentam se afastar do uso da palavra *Deus* e os PRDs insistem na separação entre usuários e traficantes, reforçando que o trabalho destina-se somente aos primeiros. Mais uma vez, é preciso lembrar que críticas e acusações fazem parte dos conflitos diários da prática do atendimento e compõem o campo de forças e disputas por recursos, poder e legitimidade das *tramas institucionais* (Gregori &Silva, 2000). Não raro, soluções mais efetivas se perdem ou são impossibilitadas diante de tantos desacordos.

Para além de divergências, é preciso que se diga, há algumas continuidades entre os programas. Por vezes, em alguns casos, os PRDs encaminham usuários para tratamento em CTs. Por vezes, as CTs reconhecem que para determinados indivíduos é possível um tratamento que não objetive a abstinência. Casos mais circunscritos, que são permeados por conflitos, não serão recuperados aqui. São temáticas para outros textos. De maneira ainda mais paradoxal, o ponto instigante é que o governo federal vem financiando ambas as propostas de intervenção, embora sua política de saúde esteja fundamentalmente baseada em propostas de redução de danos.

Com isso, finalizo o movimento por mim traçado ao longo de todo este capítulo que pretendeu esboçar um modelo de atenção (a redução de danos) fundado na oposição aos tratamentos que focam na abstinência, e que teve espaço no país apenas após os anos 1990, incitado por ações pragmáticas de combate à aids. Meu principal argumento é o de que o crescimento do consumo de crack e a alta repercussão midiática que lhe acompanha nesses últimos anos só fizeram acentuar as transformações internas desses programas e suas críticas à internação como única forma de lidar com o uso abusivo de drogas.

De um lado, observadas internamente, essas transformações parecem modificar as intenções iniciais de tais programas, tornar pouco eficaz suas ações, limitar suas atividades a ponto de, como no caso do PRD/Campinas, implicar praticamente o seu fim. De outro, é mister considerar, seguindo Emilie Gomart

(2002b), o fato não menos relevante de que tais ideias convenceram práticas de saúde oficiais (materializadas na política de atenção a álcool e drogas do Ministério da saúde) e, mesmo circunscritas a realidades locais e espaços institucionais, as expandiram para muito além deles, tomando parte no jogo público de embate sobre o que fazer diante do consumo abusivo de crack e outras drogas, embora pouco tenha a – ou queira, ou possa – dizer sobre o seu tráfico.

*

Até aqui contextualizei a proposta política e o trabalho realizado por dois programas que, na prática, aplicam e atualizam as plataformas de redução de danos (nas suas versões governamental e não governamental) – tendo em contraste o exemplo das *comunidades terapêuticas*. Com isso, objetivei fornecer sólo histórico aos PRDs, mediadores desta pesquisa, e mostrar como a ampla exposição em torno do crack contribuiu para o acirramento das disputas públicas acerca dos modelos de tratamento.

Na sequência, já introduzindo a segunda parte desta tese, etnografo os trajetos percorridos em conjunto com essas equipes, visando, mormente, apresentar as semelhanças e as diferenças observadas nos cenários de uso. Hora, então, de sair de vez de uma discussão focada na esfera institucional e caminhar pelas cidades.

Parte 2

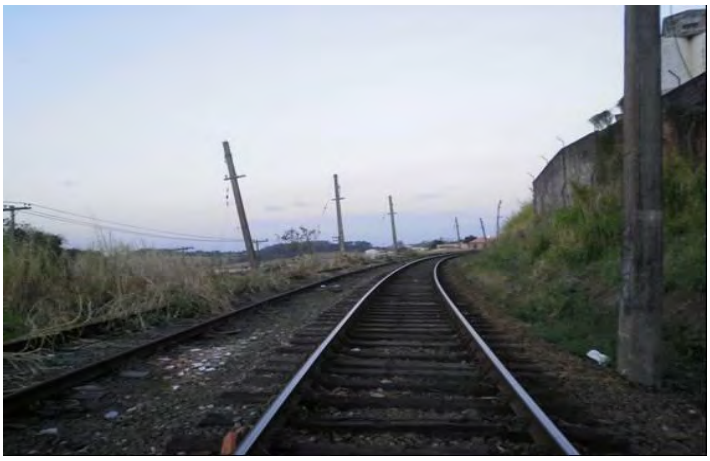
Fronteiras, Espaços e Usos do crack

Desprezo era um lugarejo.

Acho que lugar desprezado é mais triste do que abandonado.

(Manoel de Barros, Desprezo)

"AO RÉS DO CHÃO, COM PASSOS"[110]



Fotografia: Neger Borges

Descemos da Kombi branca da secretaria de saúde. Eu, dois redutores de danos, uma médica e uma enfermeira. Era dia de vacinação contra tétano e também seria dada a primeira, das três doses necessárias, da vacina contra hepatite B aos usuários de drogas atendidos pelo PRD. Era meu primeiro dia de pesquisa e eu estava vestida tal qual a equipe havia me orientado em conversa na semana anterior (com uma camiseta não decotada, calça comprida e tênis). Caminhamos por uma trilha feita pelos passantes e chegamos à linha de trem. Ao longo dessa linha e de suas duas margens se iniciava o *campo* do Paranapanema.

Assim que comecei a andar pela linha, com passos que eram combinados com os espaços dos trilhos de ferro, minhas pernas tremeram. Entendi porque tinha de ir de tênis, embora as pessoas que cruzaram comigo depois estivessem descalças ou calçando chinelos. Aos pés, além dos trilhos, pedras e muito lixo. Nas duas margens da linha, o mato estava grande. Seguíamos os cinco pelo meio. Algumas passadas e comecei a ver os primeiros *mocós*: as pessoas abriam caminhos por entre o mato, colocavam fogo em algumas partes para diminuí-lo e faziam dali um lugar para o consumo de crack, maconha e cocaína. Era uma

[110] Expressão de Michel De Certeau (1994).

terça-feira, mais ou menos quatro horas da tarde. Alguns *mocós* estavam vazios. Fui em direção a um deles para melhor observar: muitos plásticos verdes e pretos recortados em formato quadrado pequeno, palitos de fósforo, isqueiros, restos de alimentos, roupas, cobertores, cartões telefônicos, alguns tocos de madeira, latas de alumínio grandes, latas de refrigerante, excreções humanas e sacolas plásticas despedaçadas. Além desses elementos comuns, cada um dos que fui vendo na sequência era organizado de um jeito. Um tinha compensados de madeira forrando o chão, evitando o contato direto com a terra. Em outro, cobertores foram amarrados entre dois galhos de árvore, buscando fugir do insistente sol de fevereiro. Passamos por uns três ou quatro vazios antes de eu ver alguém.

Quando vi as primeiras quatro pessoas acocoradas, em roda, com cachimbos na mão, eu não soube como me comportar. Fiquei um pouco envergonhada, como que não querendo olhar. Achava que eu não tinha o direito de vê-las. Acabei por tentar me adequar ao modo como elas próprias se comportavam. Algumas nos cumprimentaram, recusaram a vacina e seguiram o que estavam fazendo. Outras viraram as costas para continuar o seu uso; para essas, os redutores não ofereceram vacina. Houve ainda aquelas que se mostraram receptivas, nos chamaram para ir até os seus *mocós* e enfatizaram a importância daquele trabalho: *"só vocês mesmo para se preocupar com a gente e para vir nesse lugar"*. Essas começaram a chamar os amigos que passavam para tomar vacina também.

Logo já estávamos numa roda de doze pessoas. E começamos então a ter conversas divertidas que giravam em torno do medo que alguns demonstravam diante da injeção. Enquanto um tomava a vacina, o restante prestava atenção na sua feição quando do contato da agulha com o braço. Aqueles que demonstravam dor, logo recebiam piadas irônicas dos outros. O clima começou a ficar descontraído. De minha parte, ajudei segurando um saco preto de descarte dos algodões sujos e uma caixa especial onde eram depositadas as seringas e as agulhas utilizadas.

Terminando o trajeto da linha de trem, embaixo de uma ponte, entramos por uma viela no bairro. Nas ruas seguintes à linha, as casas são auto-construídas, algumas de madeira, outras de tijolos ainda no reboque; o acesso para as ruas principais é feito mediante uma escada. Olhando para cima, vê-se o

emaranhado de fios que levam a energia elétrica para essas casas. Ruas de cimento colocado pelos próprios moradores, uma parte pequena ainda de terra; muitas crianças brincando. Andando por esse pedaço do bairro, tem-se a certeza de estar, como escreveu Tereza Caldeira (1984), no *"local de moradia das camadas mais pobres da população"*[111]. Passamos pelas escadas, pelos canos que são colocados por fora das casas e andamos até as ruas mais largas; asfalto e iluminação pública começaram a aparecer. Andávamos e parávamos sempre que alguém queria tomar vacina ou conversar com os redutores. Um jovem negro veio nos contar que a polícia matara seu irmão na semana passada. Seguimos por duas praças, por cerca de quatro igrejas evangélicas de tipos, formatos e nomeações distintas, quatro bares, um depósito de materiais recicláveis, por pelo menos (que eu consegui identificar) cinco pontos de venda de drogas, alocados em esquinas estratégicas e pegamos a perua, que nos esperava na segunda praça. Ao fim do bairro, uma faixa já desgastada estava estendida com os dizeres: *"Alfavela*[112]*: é simples, mas não é fácil. É de coração. Apoio: Família (2000-2008)".*

O trajeto todo durou quase três horas. Na contagem do redução de danos foram vacinadas 57 pessoas, todas elas classificadas como usuárias de drogas.

Assim que chegamos na sede do programa, fui orientada a também me vacinar contra hepatite B. Soube ali que esta vacina, na idade adulta, era oferecida gratuitamente apenas a grupos específicos, entre eles usuários de drogas e profissionais da saúde. No meu caso, a justificativa era de que eu estaria

[111] Diz a autora, descrevendo o *"Jardim das Camélias"* no início dos anos 80: *"As ruas irregulares e esburacadas que foram abertas sem um plano prévio são preenchidas por essas casas construídas através de um processo de bricolage que lhes confere um aspecto sempre precário. Elas compõem, junto com a marca da ausência de serviços – falta de iluminação pública e asfalto, esgoto correndo a céu aberto – um cenário imediatamente identificável: trata-se do local de moradia das camadas mais pobres da população"* (Caldeira, 1984: 26). Nesse momento, a utilização deste excerto tem um caráter apenas descritivo. É preciso, porém, atentar para o fato de que, nessas três décadas, houve mudanças significativas tanto nas "periferias" e nos estudos sobre ela, quanto, e inclusive, na possibilidade de pensá-las como uma situação em relação a supostas "centralidades", portanto, variável também de acordo com possibilidades de acesso a recursos econômicos e sociais. A própria Tereza Caldeira em *Cidade de Muros* atentou para tais mudanças. Em suas palavras, "*a não ser que a oposição centro-periferia seja revista e a maneira pela qual se concebe a incorporação da desigualdade social no espaço urbano seja modificada, não será possível entender os presentes desafios da cidade"* (Caldeira, 2000:2011). Ainda para o caso de São Paulo, recomendo os textos de Gabriel Feltran e também os artigos de Frúgoli Jr. (2005) e de Almeida, D'Andrea e De Lucca (2008).

[112] Possivelmente uma ironia bem-humorada aos condomínios de luxo Alphaville.

em constante contato com uma *população vulnerável*. Neste dia, também eu tomei a primeira dose.[113]

*

O estudo de uma área *"pobre e degradada"*, que *"para o resto da cidade é uma área misteriosa, arriscada e deprimente"* (Whyte, 2005[1943]:19) ou *"de um bairro de pobres cujo nome permanecia nas manchetes dos jornais como um dos focos da violência urbana, um antro de marginais e de bandidos"* (Zaluar, 2000:9) é um tema clássico e atual, que esteve na base da própria constituição da chamada antropologia urbana (no seu movimento de aproximação e distinção dos estudos da sociologia urbana), sobretudo se, tal como fez Frugoli Jr. (2005), seguirmos um percurso intelectual que nos remete à *"Escola de Chicago"*[114] e à (re)configuração desse campo de pesquisa no Brasil.

Diferentemente desses estudos, porém, eu não tinha a pretensão inicial de pesquisar um bairro, um conjunto de bairros nem mesmo uma área urbana específica; o meu interesse, como indicado no primeiro capítulo, era pesquisar usuários de drogas nos seus próprios contextos de uso. A maneira que julguei mais apropriada, de acordo com proposições teóricas e empíricas já explicitadas, foi acompanhar os programas de redução de danos, cujo trabalho implica em caminhar na direção dos usuários. Durante seis meses, percorri exclusivamente este trajeto do Paranapanema, de antemão já traçado pela equipe: seguíamos pela linha de trem, adentrávamos no bairro pelas vielas da *favela*[115], passávamos pela

[113] Caderno de Campo, 03/02/2009.

[114] Howard Becker, em conferência proferida no programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional e publicada na revista *Mana* (1996), pede aos seus ouvintes, baseado no trabalho de Guillermard, para que cuidem em diferenciar o termo *escola* em dois: *escola de pensamento e escola de atividade.* O primeiro caracterizado pelo fato de que alguém decide que um determinado grupo de pessoas estava *"fazendo a mesma coisa, pensando da mesma maneira e que suas idéias eram semelhantes"* (op.cit;179). O segundo como pessoas que trabalham juntas, mas não necessariamente compartilham a mesma teoria. É como uma *escola de atividade* que ele prefere ver a Escola de Chicago, embora reconheça que o tempo e circunstâncias conjunturais que acabaram por descentralizar os pesquisadores desta cidade possibilitaram a posterior apreensão desta como uma *escola de pensamento.*

[115] O termo "favela" aqui, para além de sua referência a um tipo precário de habitação e de aglomeração urbana, recebe conotações simbólicas e implica relações de hierarquização e depreciação. Nesse sentido, vale à pena conferir o texto de Marcelin (1999) que, opondo-se ao que ele chama de *"concepções miserabilistas"* das classes populares, isto é, às visões que as consideram incapazes de produzir um mundo e habitá-lo simbolicamente, mostra como no contexto das habitações populares do recôncavo baiano, ainda que as "casas" traduzam na forma concreta as normas ecológicas e arquiteturais que governam o modo de habitar essas periferias, *"nem o*

parte onde estão as casas com melhor infra-estrutura e pegávamos o ônibus ao final do percurso (a perua Kombi, a médica e a enfermeira só comparecem em dias de vacinação – três vezes ao ano).

Como também já mencionado, a constante interação com essa equipe somada às mudanças no repasse de verba me levou a participar de seus outros campos de atuação. A partir daí, becos, praças públicas, cantos de rua, espaços cavados em meio a terra em toda a extensão de linhas de trem, viadutos, beira de córregos e construções abandonadas passaram a fazer parte do meu cotidiano de pesquisa em Campinas. Igualmente na "cracolândia", em meio ao centro de São Paulo, os usuários de crack conviviam com a demolição de quarteirões inteiros, ficavam ao lado dos escombros, ocupavam prédios que literalmente caíam aos pedaços, enfim, coexistiam com grande quantidade de dejeto humano e urbano.

Inicialmente, fazer uma investigação em tais espaços exigiu de mim – o que já exigia dos redutores – um esforço físico e uma certa habilidade de andar por trilhas, pedras, alguns relevos e subir em construções inacabadas que não tinham uma "porta" de entrada rente ao chão. Muitas vezes me dirigindo a tais locais, comecei a notar que eles eram compostos por uma instigante repetição dos mesmos objetos. Além de materiais de demolição que nunca foram retirados, havia também centenas de papéis que embrulham o crack, palitos de fósforo, isqueiros, restos de alimentos e de roupas, cobertores, cartões telefônicos usados para a separação das porções de crack[116] ou cocaína, alguns tocos de madeira que usam para sentar, chapas de alumínio que servem de apoio para preparar e separar a droga, latas de refrigerante e embalagens de iogurte usadas como cachimbo, garrafas, excreções humanas. A repetição desses materiais, definitivamente, re-orientou minha forma de caminhar pelas cidades: passei a andar de cabeça baixa, procurando tais elementos, em busca de pistas de onde os usuários pudessem estar[117]. De maneira inconsciente, reproduzi os gestos que,

---

tamanho, nem a antiguidade, nem mesmo a decoração da fachada parecem ser suficientes para dar conta das significações sócio-culturais das representações locais".

[116] Antes vendido sobre a forma de pedra, o crack agora é comercializado também em forma de farelo, com a pedra já bastante macerada. Essa segunda forma permite que a droga seja comercializada também em pequenas porções. O preço da pedra é 5 ou 10 reais, dependendo o tamanho, e um farelo pode ser comprado por um valor que varia entre 50 centavos e dois reais. Falarei mais sobre isso ao longo desta parte.

[117] Tive essa mesma atitude ao visitar o bairro do Casal Ventoso, em Lisboa, mal-afamado como um dos principais pontos de comércio e uso de heroína na cidade e que já recebeu atenção analítica de

na acepção de Ginzburg (1989), talvez sejam os mais antigos da história intelectual: observar resíduos, dados marginais, pormenores considerados sem importância e triviais.

Buscando falar com pessoas, em incontáveis visitas o que mais me marcava era a repetição desta paisagem[118]. Paisagem igualmente semelhante já chamara até a atenção de Richard Sennet que, em seu belo ensaio sobre *Carne e Pedra,* ou melhor, sobre cidade e corpo, dedicou uma especial atenção à *"desdentada Rivington Street* (em Nova York)*, cujas construções abandonadas servem de esconderijo aos viciados, que ali praticam sua roleta-russa"* (Sennet, 2008:359). Também Taussig (1995) teceu reflexões sobre esse *"mundo dos mendigos[119]",* no qual o *"terror encontra a perfeição"*: *"esparramados em cima dos montículos de lixo da cidade"*, envoltos por "*vidros quebrados, latas de sardinha, abas de chapéu de palha, pedaços de papel, couro, trapos, louça quebrada, livros encharcados, colarinhos, casca de ovo, excremento e inumeráveis manchas de escuridão*". Segundo Taussig, são esses entulhos, *"signos espalhados da cidade"*, que põem a nu a arbitrariedade do poder (Taussig, 1995:28).

São ainda *pórticos*, no linguajar conceitual de Magnani:

> espaços, marcos e vazios na paisagem urbana, que configuram passagem. Lugares que já não pertencem à mancha de cá, mas ainda não se situam na de lá; escapam aos sistemas de classificação de uma e outra e, como tal, apresentam a 'maldição dos vazios fronteiriços'. Terra de ninguém, lugar de perigo, preferido por figuras *liminares* e para a realização de rituais mágicos

---

Miguel Chaves (1999). Notei muitas embalagens de um suporte de alumínio, uma espécie de base que, depois vim a saber, servia como recipiente onde era feita a diluição da droga, antes de ser sugada pela seringa e injetada no corpo do usuário. Agradeço, sobretudo, a Vitor S. Ferreira por me guiar pelas ruas do bairro e a Simone Frangella e seu companheiro Cris, que me acompanharam nessa ida.

[118] Uso os termos de Sharon Zukin (2000), para quem paisagem é uma construção material mas também uma representação simbólica das relações sociais e espaciais: ela é uma *"poderosa expressão das restrições estruturais de uma cidade".*

[119] Já no capítulo I alertei o leitor para a dificuldade em tentar estabelecer distinções entre os usuários de crack e os moradores de rua, por exemplo, que também se encaixariam na idéia de "mendigo". Mostrarei no cap. V que essa aproximação remete-se sobretudo a um tipo de situação de rua: aquela que, a partir do corpo, traz um efeito visual para a cidade e, por sua vez, implicações para essa população (Frangela, 2009). No momento, faço essa referência direta porque o próprio Taussig tem uma visão bastante alargada daqueles que comporiam esse "mundo dos mendigos": *"eles são desajustados, aleijados, cegos, idiotas, anões, retorcidos, deformados. Não conseguem falar, andar e enxergar bem"* (Taussig, 1993:28). Cabe notar, ainda, um processo histórico bastante complexo, datado sobretudo do fim dos anos 1970 até hoje, que culminou na transformação do "mendigo" em "população de rua", portanto, "sujeito de direitos". Processo esse que foi descrito e detalhado por Frangella (2009, cap.2) e Daniel De Lucca (2007, 2010).

> – muitas vezes, lugares sombrios que é preciso cruzar rapidamente, sem olhar para os lados. (Magnani, 2002:23)

Como mostram as observações de Sennet, Taussig e de Magnani, a ocupação de tais espaços não é propriamente uma novidade empírica, na medida em que parece compor tanto a paisagem e o cotidiano das grandes cidades[120] quanto um cenário mítico de terror e arbitrariedade política. Ainda assim – ou justamente por isso, no caso da minha pesquisa, não imaginei que esse pudesse ser um "dado" a passar despercebido em termos analíticos.

Pelo seu afastamento e, em alguma medida, isolamento, tornam-se tipos de espaço que garantem a possibilidade de privacidade no uso de crack – o que faz com que muitos usuários da droga sigam para eles apenas para consumir a substância, voltando depois para os seus afazeres ou para os lugares que consideram mais significativos. A fala de um usuário, colhida na linha do Paranapanema, é relevante para compreendermos a relação que tais pessoas podem estabelecer com o local:

> Eu acordo e já fico louco, arrumo cinco reais e já venho comprar uma pedra e uso uma, duas horas, depende de quantas pessoas estão aqui pra dividir. Aí tenho que sair para a rua pra arrumar mais dinheiro, limpo as calçadas das pessoas que moram aqui perto, tiro a grama que cresce no cimento (nesse momento mostra suas mãos sujas, calejadas e ásperas) e elas me ajudam, dão um, dois reais e eu vou juntando. E quando eu volto pra cá eu não paro mais. Fico aqui até meu corpo não agüentar. Dois, três dias diretos. Sem comer, sem beber, sem dormir. Daí paro, dou um tempo, volto para a minha laje, durmo dois dias seguidos, como e depois venho para cá de novo[121].

O estado descrito no qual se fica usando crack *"dois, três dias diretos, sem comer, sem beber e sem dormir"* é chamado pelos usuários da droga de

---

[120] Mike Davis recupera os escritos de Henry George, já no final do século XIX, para servir como uma de suas epígrafes à crítica de Los Angeles, *"cidade de quartzo"*. Diz George: *é uma verdade universal que, onde o valor da terra é mais alto, a civilização exibe o luxo mais grandioso ao lado da miséria mais lamentável. Para ver seres humanos na condição mais abjeta, mais indefesa e sem esperança, deve-se ir não aos campos onde há cercas... mas às grandes cidades. (apud Davis, 1993:93).* Mesmo Robert Park, em texto célebre de 1916 com *"sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano"*, discorreu sobre as *"regiões morais"* exemplificadas pelas *"zonas dos vícios encontradas na maioria das cidades"*. Para ele, *"devemos aceitar essas 'regiões morais' (...)* ***como parte da vida natural, se não normal****, de uma cidade*" (Park, 1967:72, grifos meus).

[121] Caderno de Campo, 05/05/2009.

hibernação[122]. Quando fiz pesquisa junto aos meninos e meninas em situação de rua, era muito comum, ao perguntar sobre algum deles que não via há um tempo, obter como resposta: *"ele está hibernado, tia, já já ele volta"*. Na região da "cracolândia", relatos semelhantes de que *"faz cinco dias que eu não durmo"* eram igualmente frequentes. Em alguma medida, penso que esse estado contínuo de *hibernar* e "voltar a si" pode ser indicativo da gestão que fazem sobre esse uso, uma vez que o "voltar a si" parece indicar um cálculo e um reconhecimento do estado corporal e da fragilidade física. É também uma forma pela qual o usuário de crack reconhece os riscos a que se expõe quando em contato direto e intenso com a substância – o que abordarei no capítulo V. Nesse sentido, pela sua própria especificidade espacial, a linha de trem, por exemplo, torna-se um lugar que propicia tal estado de *hibernação*. Afastada do centro da cidade, bem como dos olhares dos transeuntes e dos policiais, os usuários da droga têm ali como um local em que podem usar o crack e experenciá-lo na sua forma mais extrema e radical, nesse contínuo movimento de *hibernar*, dar um tempo, se cuidar e voltar a *hibernar*.

Também chama atenção na fala desse usuário a separação entre a linha de trem (onde *hiberna*) e a sua laje, no caso dele a laje de um supermercado não muito distante dali (para onde volta quando quer se cuidar). Conhecido do proprietário, ele fica no local e, nos dias em que dorme lá, oferece "segurança". Esta laje é a sua referência de morada: é para onde volta depois de ter consumido crack em demasia. Nota-se, pois, que o movimento de interrupção do uso implica um afastamento do espaço de consumo. Ou seja, ainda que alguns usuários passem, por exemplo, pela linha de trem apenas para comprar drogas ou para um consumo rápido, o local permite também aos usuários contínuos da substância estabelecerem-se aí durante muitas horas dos seus dias sem ser, contudo, um lugar eminentemente de moradia. Por sua vez, tal constatação não impede que muitas pessoas, em determinado momento de sua trajetória de uso, fiquem ali a maior parte de seu tempo. Mas o que interessa é que, uma vez se estabelecendo com freqüência nesse espaço, acabam por se inserir em redes de

[122] Gabriel Feltran, em comunicação pessoal, também notou a existência da variação *invernação*.

relações e de prestações sociais infinitas e desenvolvem aproximações provisórias fundamentais para a sobrevivência física.

Especialmente no que tange às atividades que se ligam aos mercados ilícitos o fenômeno da territorialização não é nenhum pouco banal. Como já mostrou Michel Misse (2007), é verdade que as redes sociais que interligam mercados legais e ilegais não necessariamente adquirem contornos espaciais; sabe-se que elas percorrem completamente todo o conjunto do tecido social, econômico, político tanto local quanto global. Contudo, diz Misse, quando algum contorno espacial se desenha, quando uma territorialização pode ser identificada, a questão parece ganhar uma dimensão política completamente diferente daquela que existe de forma pulverizada. O autor nos fala ainda que, se por um lado, essa territorialização reforça estereótipos e estigmatiza importantes segmentos sociais do espaço urbano, por outro ela cria novas redes de sociabilidade que emergem das relações de poder que demarcam esses territórios.

Para abarcar tais espaços na complexidade que os encerra, não optei nem por uma versão específica de antropólogo, nem por uma concepção estrita da antropologia, entre a pesquisa **das** cidades ou **nas** cidades, entre um olhar panorâmico ou um olhar de perto e de dentro – discussão que, ao fim, só parece indicar uma tomada de partido analítica e ignorar aquilo que desde Simmel (1983) já aprendemos, isto é, que as relações espaciais são produto, condição e símbolo das relações humanas[123]. Desse modo, considero mais interessante entender a dinâmica de tais espaços na interação deles com os usuários de crack e com outros atores urbanos.

Pois, assim como os corpos desses usuários, também tais espaços tornam-se abjetos, imitam e propulsionam a ambigüidade: locais onde consumidores da droga podem encontrar abrigo e proteção durante o uso, também oferecem perigo para eles e para os que por ali passam; são alvos de violência e promotores dela. Os usuários estão lá ora porque foram expulsos de outros lugares, ora porque os tomaram como refúgio, espécie, portanto, de degredo e auto-degredo.

[123] Como o próprio Magnani já assinalou: *"E como é de praxe, ao término de cada artigo, livro ou coletânea* [no meu caso, tese] *voltados para questões urbanas, surge a famosa dicotomia, 'antropologia na ou da cidade' (às vezes com inescapável obrigação de filiar-se a uma ou outra dessas alternativas) -- quem sabe não se poderia arriscar e ...ficar com as duas?"* (Magnani, 2005:203)

Seguindo meus propósitos, julguei não ser conveniente perguntar sobre os motivos que fizeram os usuários de crack se dirigirem para tais espaços, pela simples razão de que os motivos que os levaram para lá não são os mesmos que os fizeram permanecer. Avaliei ser mais proveitoso indagar como, com quem e de que modo eles estabelecem relações estando ali, pois, uma vez em tais espaços, não há como ignorar o fato de que têm que criar e contar com aproximações conjunturais, necessárias, no limite, para a manutenção da vida.

De modo ainda mais abstruso, o exame de tais espaços carrega o desafio de enfrentar, a despeito da semelhança visual dos materiais e dos lugares, as diversas territorialidades que cada um deles especifica – o que nos tira da semelhança das abstrações formais e nos devolve ao emaranhado das interações concretas. Visando perseguir tal desafio, organizei esta segunda parte da tese de modo a apresentar ao leitor, nos capítulos subseqüentes, três cenários de uso: a linha de trem do Paranapanema; o prédio da Vila Industrial (ambos na cidade de Campinas); e o espaço público conhecido como "cracolândia".

A escolha por tais espaços correspondeu mais aos meus escopos interpretativos que propriamente a um critério comparativo, balizado pela igual quantidade de material empírico. Os três espaços são muito distintos nesse aspecto. Passei cerca de quinze meses indo ao Paranapanema, seis meses indo à "cracolândia" e apenas em um único dia visitei o prédio da Vila Industrial. Igualmente, as informações e estudos sobre esses espaços não se equivalem: quase nada encontrei sobre os dois primeiros, uma vez que, diferentemente da capital paulista, a cidade de Campinas e os dois bairros em tela pouca atração exercem. Desse modo, muito do que descobri sobre eles se deve aos jornais locais. O contrário pode ser dito sobre a "cracolândia": junto com investimentos midiáticos, imobiliários, políticos e sanitários, há paralelos investimentos acadêmicos. Ainda, a opção pelos cenários narrados não se resume aos locais visitados. Fui em pelo menos mais quinze. Descrever todos é tarefa da ordem do impossível.

O objetivo da escolha desses três é, portanto, outro e, lembrando o já escrito, incorre numa tentativa de interpretação. A partir da descrição das distintas interações que mais marcadamente caracteriza cada um deles, pretendo colocar em relevo três territorialidades de uso de crack, visando argumentar que,

embora criem paisagens aparentemente semelhantes, um olhar mais aguçado nos permite concluir, de outra via, que **faz diferença** consumir crack e produzir tal territorialidade numa linha de trem próxima a um bairro de intenso comércio de drogas em consonância com as orientações do PCC, numa construção abandonada em um bairro residencial, ou num local público tal como o é a "cracolândia". Meu argumento é o de que, uma vez se estabelecendo nesses locais, os usuários de crack evocam limites em interações específicas, que envolvem níveis distintos e diferenciados de violência física e simbólica, gestão social e policial, segregação espacial e moral. Em suma, a razão de tal escolha é mostrar que cada um desses territórios torna tais usuários abjetos de um tipo de relação.

Elaborando considerações parciais, exporei ainda nesta parte a ambição de escrita que me foi narrada por dois usuários. Eles são Neno e José Wilson, cujas origens sociais diferem significativamente das de outros usuários de crack. O primeiro, no Paranapanema, e o segundo, na "cracolândia", me revelaram o desejo de escrever um livro sobre a vivência em cenários como esse. Seus interesses nos indicam como "problemas sociais" se tornam curiosamente "problemas humanos" (Epele, 2010) e fornecem um imaginário narrativo que dá o que pensar.

*

Antes de entrar nas descrições que enfrentam as hipóteses mencionadas, é preciso ainda salientar que tais locais, longe de se configurarem apenas espaços de observação, me ofereceram sobretudo os parâmetros da interação. Em duas ocasiões, enquanto caminhava por outros espaços da cidade de Campinas, encontrei os usuários de crack com os quais estabelecia contato ao longo das visitas. Na primeira vez, eles não me cumprimentaram. Na segunda, eu tentei a aproximação, saudando a pessoa pelo nome. Ela, especificamente, veio me perguntar de onde eu a conhecia e respondi, *"da linha de trem. Do programa de redução de danos, lembra?"* Em troca, ouvi apenas *"ah!"*. Ela demonstrou certo constrangimento e saiu andando. Não gostava de ser reconhecida por aquilo. O contrário também se passou. Muitos adolescentes e adultos, os quais já conhecia

anteriormente, através de instituições assistenciais, ficaram muito desconfortáveis ao me verem nesses espaços de usos. Pessoas que frequentavam o *É de Lei,* assim que me viam na "cracolândia", tentavam justificar por que estavam ali. Na primeira oportunidade, logo vinham pedir desculpas por estarem *"naquela situação".* Tais encontros me fizeram atentar para o fato não menos relevante de que também nossa relação era espacialmente marcada. Tratava-se, portanto, de uma interação que só era possível – desejável (ou não) – naquele contexto de uso[124].

Já para seguir, previno os que lêem de que muitos nomes de pessoas e de lugares aparecerão no desenrolar dos dois capítulos subsequentes. Mais que configurarem uma generalização, o intuito é oferecer um vislumbre da heterogeneidade de tipos sociais que compõem o cotidiano desses espaços e, também, indicar as questões surgidas ao longo dessa curiosa sucessão de pessoas e paisagens.

[124] Situação semelhante aconteceu quando fomos em um ponto de prostituição conhecido na cidade, onde conversamos muito com uma das mulheres que fazia programa. Ali ela era muito elogiada pelas outras por não usar drogas e por ter a *"cabeça no lugar".* Na semana seguinte, a encontrei em um supermercado com a filha. Ela também não me cumprimentou.

III. A famosa boca do Paranapanema [125]

"A linha é um lugar onde se descarta tudo"
(fala de um redutor,
caderno de campo 22/04/2010)

O *campo* que os redutores de danos me apresentaram como Paranapanema, descrito já na abertura desta parte, compreende três cenários geográficos bastante distintos: a linha de trem, a parte de casas auto-construídas, apreendida como *favela* e que corresponde ao bairro Santa Eudóxia e, ainda, um segundo bairro – o Jardim São Fernando, onde estão as residências com melhor infra-estrutura. Na sequência, está o bairro do Paranapanema, o qual não compõe mais o itinerário da equipe, embora seu nome permaneça identificando o *campo*. Trata-se de uma região assim nomeada e agrupada pelo mapa de atuação da secretaria de saúde municipal e que está localizada na parte sudeste da cidade de Campinas, numa área de ocupação que seguiu ao sul o traçado dos trilhos das estradas de ferro construídas no município desde meados do século XIX.

Tal traçado merece atenção, pois ele acabou por constituir, de acordo com Silvana Rubino (2006), uma divisão espacial e histórica bastante reveladora da cidade, que está construída a partir *"dos dois lados da linha do trem"*. Nas palavras da antropóloga, a estrada de ferro dividiu Campinas entre o *"antes"* e o *"depois"* – desenhando também *"uma clivagem no espaço – social e geográfico –, constituindo duas paisagens distintas e dois sítios de representação, ao que os dados parecem indicar, duradouras"* (Rubino, 2006:73). Em seu texto, Rubino apresenta os mapas de 1878 e de 1900 que apontam para uma cidade que cresceu e recebeu investimento apenas de *"um lado da linha do trem"*, no seu sentido norte. *"Do lado de lá"* do trilho (sul) inicialmente ficavam três cemitérios (mapa de 1878) e, posteriormente (mapa de 1900), os três cemitérios deram lugar a uma rua, um plano de arruamento e algumas *"instituições novas"* (um edifício de *"imigração"* e os chamados

[125] Título inspirado na fala de um redutor de danos, que será transcrita ao longo do capítulo.

programas insalubres: hospitais para varíolas e hanseníase, matadouro e curtume[126])[127].

Uma simples vista panorâmica sobre essa linha de trem já reforçaria a hipótese de Rubino acerca da clivagem espacial duradoura, pois se no percurso narrado sai-se dela para entrar em uma área de *favela,* o outro lado está protegido/cercado por uma encosta, em que se vê uma fábrica abandonada, três torres de um condomínio vertical e uma igreja que oferece suas costas para apreciação. Nesse mesmo lado, um olhar ainda mais atento nota os letreiros de uma das sedes da Unip, universidade particular que vem ganhando muito dinheiro no Estado, bem como do hipermercado Extra, exatamente o mesmo que marca a *"segunda geração"* desse tipo de empreendimento do grupo Pão de Açúcar[128]. Observando *"os dois lados da linha de trem"* ainda se corrobora as proposições de Oliveira (2000) e Zukin (2000) de que nem mesmo as paisagens são vazias ou esvaziadas de conflitos.

Mas, em si, a linha também precisa ser analisada. Alguém que passasse os olhos pelos jornais atuais veria que ela acabou concentrando usuários e comerciantes de drogas e se tornou um "problema de segurança", de que é exemplo a reportagem abaixo:

> A Prefeitura de Campinas intimou a América Latina Logística (ALL), concessionária responsável pela malha férrea paulista, a limpar imediatamente a área do entorno dos trilhos, colocar barreiras para impedir o acesso de pessoas ao local e garantir a conservação e a vigilância da malha. O pedido, em caráter de urgência, é para as áreas do pátio central ferroviário e dos trilhos urbanos, especialmente na região central, **que estão abandonados e servem de abrigos para marginais, traficantes e usuários de drogas**. A solicitação foi feita pela

[126] Na época maior centro de produção cafeeira do estado de São Paulo e disputando a primazia econômica e populacional com o município de São Paulo, a cidade de Campinas, de acordo com o trabalho de Bisneto (2009), em 1889 e durante toda a década de 1890, teria enfrentado uma grande epidemia de febre amarela que dizimou cerca de 70% de sua população e fez com que incipientes empresas, comércios e indústrias se transferissem para São Paulo.

[127] Trecho de um box do jornal Correio Popular também corrobora essa narrativa de divisão: *"E os trilhos literalmente separaram a cidade. A Campinas que se espalhou à frente da estação era planejada, centro de negócios, tradicional. A de trás passou a ser reduto de gente humilde, que deixava o campo para procurar trabalho" (CP, "Trilhos segregavam bairro da região central da cidade", 04/09/2011)*

[128] No site do Extra, encontra-se o seguinte texto: *"Em novembro deste mesmo ano (1990) é inaugurado o Extra Abolição em Campinas, que construído especialmente para este fim marca uma 2ª geração de hipermercados".*
In: http://www.extra.com.br/Atendimento/Institucional.aspx, acessado em 30/06/2011, às 12:11hs.

> Secretaria de Cooperação nos Assunto de Segurança Pública nesta terça (15/02)[129]. (grifos meus)

O espaço que, numa primeira impressão, amedronta e afasta muitos moradores da cidade, quando observado de perto, revela outras formas de regulação e outros tipos de personagens urbanos: como zona de passagem, por ali transitam pessoas bem vestidas, recém-saídas do trabalho, algumas para comprar drogas ou usá-las com conhecidos, outras que a utilizam como um atalho para chegar até a própria casa; como espaço aberto e sem tráfego de veículos, algumas crianças dos bairros próximos usam-no para soltar pipas, brincar de estilingue com os pássaros ou de pega-pega pelos trilhos do trem. Como local de moradia, aos poucos, algumas famílias foram construindo barracos na própria margem, passando a ocupá-la. Em um ano e meio, os três barracos que ali estavam viram erguer outros cinco. Também viram o surgimento de um pequeno quiosque-bar e de um barraco criado especialmente para ser ocupado por usuários de crack.

Essa linha é permeada por uma série de outras relações de evitação e de pertencimento. No interior do bairro, dizer que alguém foi visto **parado** *lá* é motivo para gozação e desavenças. É *lá* também que muitos moradores jogam os lixos de suas casas. Nunca presenciei a polícia andando pelos trilhos, ainda que ela seja presença constante no bairro e nas margens da linha. Isso não a impede, contudo, de atuar no local. Um usuário de crack me relatou que uma noite escutou dois policiais parando o carro próximo à margem. Um deles saltou e jogou uma bomba na direção de alguns *mocós.* O usuário contou só ter se "salvado" porque seu ouvido fica aguçado quando consome crack e, ao escutar a conversa e a aproximação, correu para não ser alvejado. Disse ainda que outro usuário, na *nóia,* teria ido em direção à bomba – o que lhe teria ocasionado perda da audição.

Também não presenciei, além de nós do PRD, outros agentes de intervenção social ou grupos religiosos. Em alguma medida era essa "exclusividade" que imbuía os redutores de respeito. Como passávamos por essa linha sempre entre quatro e seis da tarde (o horário em que os que ali ficam consideram de circulação mais intensa, exceto o final de semana), pude notar que a circulação aumenta na segunda semana do mês (quando há mais movimentação de dinheiro, por causa dos pagamentos) e é bastante escassa

[129] Correio Popular, 16/02/2011, *Prefeitura intima ALL a limpar área férrea*.

na última semana – mesmo o mercado de drogas acompanha o tempo da produção e da remuneração do trabalho regular[130].

Uma parcela significativa de pessoas, contudo e de fato, fica grande parte do seu dia ali, nos *mocós* cavados em meio ao mato, consumindo crack. Os usuários mais freqüentes se agrupam de acordo com a afinidade conjuntural e tentam formas de se apropriar do espaço.

Como já dito, de um dos lados desta linha de trem há uma encosta – o que possibilita que os *mocós* sejam construídos não apenas nas margens, mas também acima. Num dos dias em que chegamos à linha, avistei um homem andando na nossa frente, de camiseta vermelha. De longe eu observava a sua caminhada. De repente, ele subiu a encosta e sumiu diante dos meus olhos. Chegando perto de onde o observei entrando, eu me virei e procurei muito atentamente a sua camiseta vermelha. Não consegui vê-lo. Fiquei assustada com aquilo. *"Como alguém pode sumir assim?"*, pensei. *"Quantas pessoas estariam naquele lugar, escondidas em meio ao mato sempre crescente e que eu nunca avistara?"*. Numa outra ocasião em que fomos em direção a um desses *mocós*, nos surpreendemos com um grande buraco cavado ao lado de uma tábua de madeira, cujo tamanho era exato para cobri-lo. Um perfeito esconderijo. Diante dessas observações, com o decorrer da pesquisa, passei a apreender a linha de trem, sobretudo para esses usuários, como um lugar que propicia o uso intenso da droga, isolamento dos transeuntes e, também, esconderijo e proteção.

Mesmo que muitas pessoas não sejam avistadas pela equipe, na contagem do redução de danos até setembro de 2009 estavam registradas como atendidas no local 104 pessoas; tal número é subestimado porque se limita à memória dos redutores e à lembrança dos nomes (por sinal, um bem raro e valorado na extensão da linha) de alguns usuários mais frequentes.

É importante ressaltar que toda esta região não é uma área periférica, por oposição ao centro. Para quem está na zona central da cidade, chega-se ao local em quinze minutos de ônibus ou depois de uma caminhada de quarenta minutos. Ainda que parte do bairro seja de ocupação/habitação precária, pensando nos termos daquilo que Almeida, D'Andrea e De Lucca (2008)

[130] Inicialmente essa relação parecia não fazer sentido, dado que esses usuários não tinham trabalho fixo, portanto a idéia de mês, a meu ver, não tinha o mesmo estatuto para eles e para quem está empregado, até que um dos redutores me disse: *"eles não trabalham, mas dependem de quem trabalha. Se roubam ou se pedem, não importa. O que interessa é que quanto menos dinheiro circula, menos eles conseguem; e vice-versa."* (caderno de campo, 24/03/2009)

chamam de *"situações periféricas"*, trata-se de uma área bastante privilegiada: possui fácil acesso a recursos materiais, transportes e serviços públicos, tais como escolas e postos de saúde, e é relativamente bem coberta por programas sociais. Ainda assim, sofre com os diversos tipos de violência que constituem o dia-a-dia em bairros mais pobres.

O tráfico de drogas chegou lá muito antes desse programa de redução de danos. Mais de dez anos atrás a região já era considerada, na *"geografia do tráfico"* da cidade, um dos cinco lugares de maior movimentação desse comércio[131]. Durante a convivência com os *meninos de rua*, ouvi muita menção à região como sendo o principal ponto onde eles compravam e consumiam maconha, cocaína e crack. Pela sua proximidade com o centro, era comum ao longo da convivência com eles nos semáforos presenciar o constante trânsito entre a linha e o sinal. Iam até lá e voltavam muitas vezes ao longo do dia.

Frequentemente evocado por quem tem familiaridade com o *"circuito"* (Magnani, 2002) das drogas, o Paranapanema me foi assim descrito por um redutor:

> o Paranapanema já é famoso pela *boca*[132] dele, como que chama lá, o cotovelo, uma área do Paranapanema onde tem uma *boca*. Então muita gente sai de outros bairros e vai lá. Tá faltando maconha ali, então vai buscar onde? no Paranapanema; tá faltando cocaína aqui no centro, então vai buscar onde? no Paranapanema; ah não tem mais crack no centro, então vai buscar onde? no Paranapanema. Então o

[131] Segundo informações do delegado Ricardo Lima, em entrevista à Folha de S. Paulo, em 23/10/1998, os outros quatro bairros da *"geografia do tráfico"* em Campinas eram: Jardim Oziel (região sul); Vila Boa Vista (região norte); Jardim Itatinga (região sul); e DICs (região sudoeste). Levantamento realizado pela *secretaria de segurança pública de São Paulo*, divulgado pela *EPTV Campinas*, nota que a apreensão de drogas na cidade aumentou 16,85% de 2010 para 2011, totalizando neste último ano 1019 casos de apreensão e 3342 flagrantes de tráfico de drogas. Em 2010 (ano da pesquisa de campo), a apreensão foi mais recorrente nos seguintes bairros: Jardim Guanabara, **Jardim Santa Eudóxia**, Vila Brandina, Jardim São Marcos e Jardim Oziel. Em 2011, nos bairros: DICs, Vila Padre Anchieta, Campos Elíseos e Vila Rica. Também no Aeroporto de Viracopos. Mantiveram-se constante de um ano a outro somente dois bairros: **Jardim São Fernando** e Vila Rica. Para mais informações, cf. Ocorrência de Tráfico de entorpecentes aumentam 16, 85%, disponível em: http://eptv.globo.com/campinas/noticias/NOT,1,1,391607,Ocorrencias+de+trafico+de+entorpecentes+aumenta+1685+na+regiao.aspx, último acesso em 03/02/2012, às 11:02. Os grifos são meus.

[132] Utilizo a linguagem do redutor de danos, também morador de periferia, para se referir ao ponto de venda de drogas. É interessante chamar a atenção para o modo como N. Perlongher (2008) interpreta *boca,* num plano semântico: *"Boca é um lugar de emissão de fluxos, que se associa ('boca de fumo', 'boca de ouro', etc) a qualquer forma de 'ilegalismo'". (Perlongher, 2008:81).* Também em sua etnografia, Paulo Malvasi apresenta outras nomenclaturas e estabelece uma classificação entre elas. Nas suas palavras, "Lojinha *é um dos nomes dados aos pontos de venda de drogas(...), estes são chamados também de* boca *ou* biqueira *– ou ainda de* shopinho *– dependendo do contexto e do local.* Lojinha *e* shopinho *são denominações mais recentes.* Biqueira *é termo que tem sido mais usado nas conversas entre os comerciantes – e* boca *o que representa os aspectos mais violentos do 'mundo do crime'"* (Malvasi, 2012: 79).

> Paranapanema, na verdade é mais o Santa Eudóxia, é a área da *boca*. (...) [Entrevista 1]

Especificamente, o bairro do São Fernando também ganhou o noticiário nacional por ser o local de nascimento de Wanderson Nilton de Paula Lima, o Andinho, *"o maior seqüestrador do Estado"*[133], atualmente preso em uma penitenciária de segurança máxima no interior de São Paulo, pelos seus assumidos crimes de seqüestro e, de modo um tanto quanto controverso, por suspeita de estar envolvido na morte do ex-prefeito de Campinas, Antônio da Costa Santos, do Partido dos Trabalhadores[134]. Após ser detido, em fevereiro de 2002, Andinho deu uma entrevista ao programa Fantástico da TV Globo, usando um colete da polícia civil para reforçar sua tese de que age em conjunto com policiais corruptos. Na ocasião, o jornal Folha de S.Paulo veiculou, em seu caderno Cotidiano, uma coluna assinada por Marilene Felinto, *"Monstro e Andinho"*, que, relembrando as teorias deterministas do fim do século XIX e início do século XX, deu destaque ao seu bairro de nascimento, tomando-o por *favela* (justo ele que urbanisticamente é o mais bem estruturado):

---

[133] Modo como reportagem do jornal O Estado de S. Paulo de 31/12/2002, no caderno de retrospectiva do ano, se refere a Andinho, na matéria PCC banca atentados e racha: denúncias de Geleião permitiram à polícia desvendar a estrutura da facção. Diz a reportagem: "*Em maio, o PCC sofreu outro golpe: escutas levaram à identificação de 41 dos seus cabeças. A PM levou 25 deles para a penitenciária de Presidente Bernardes (...)A reação ao cerco do governo dividiu o PCC. Geleião planejava ataques mais ousados e ameaças a autoridades. (...) O criminoso delatou, então, 16 integrantes do segundo esquadrão do PCC, desmantelando a facção. Apontou ainda como financiador da organização* ***o maior seqüestrador do Estado****, Wanderson Nilton de Paula Lima, o Andinho, preso em 25 de fevereiro."* (grifo meu). Como mostram os trabalhos de Biondi (2009) e Marques (2009), Geleião teria participado da fundação do PCC mas, por volta de 2002, teve suas atitudes arbitrárias de imposição questionadas pelos outros presos – fato este que, segundo os autores, marca uma mudança no PCC e uma recusa a qualquer idéia de liderança ou de mando. Biondi relata ainda que o depoimento de Geleião confirmando um organograma do PCC implicou na transferência de onze pessoas para o recém-criado presídio de segurança máxima de Presidente Bernardes. Para mais informações, cf. entrevista de Biondi, Nunes, Marques e Feltran à Manso (2009).

[134] De acordo com matéria Após 6 anos, viúva de Toninho do PT não fala de Lula, de 08/09/2007, publicada no site do jornal O Estado de S.Paulo, *"os promotores do Ministério Público de Campinas, Ricardo Silvares e Fernando Vianna,* ***atribuem a autoria do assassinato à quadrilha de Wanderson de Paula Lima, o Andinho, que está preso****.* ***Ele, no entanto, assume diversos crimes, mas não esse.*** *(...) A apuração dos promotores aponta que Toninho do PT teria sido morto por ter atrapalhado uma fuga dos bandidos no trânsito. Entretanto, o monitoramento do celular de um integrante da quadrilha revelou que Andinho estava a 77 km do local do crime no momento da morte e a arma do crime nunca foi localizada. A família de Toninho sempre contestou a versão apresentada pelo MP e pela polícia, que chegou a cogitar, prematuramente, uma tentativa de assalto - versão desmentida posteriormente"*. A viúva do prefeito insiste na tese de crime político. (http://www.estadao.com.br/noticias/geral,apos-6-anos-viuva-de-toninho-do-pt-nao-faladelula,48474,0.html), consultado em 12/03/2009, às 10:15hs, com grifos meus. Para mais informações sobre o caso, ver o excelente documentário ECOS-um tiro e perguntas sem respostas, disponível em www.vimeo.com/12028306; último acesso em 03/05/2011, às 08:07hs.

> Neste exato momento (...) na favela do São Fernando, em Campinas - como em milhares de outras Brasil afora, continua a "minhocar, a fervilhar, a crescer um mundo, uma coisa viva, uma geração" que parece "brotar espontânea, ali mesmo, daquele lameiro e multiplicar-se como larvas no esterco". A descrição é de Aluísio de Azevedo em "O Cortiço", de 1890, mas perfeita para hoje.
> (...)No esterco da favela do São Fernando é que foi gestada a coisa viva chamada Andinho, um dos mais desumanos marginais já apresentados ao telespectador pela TV. Identificação verdadeira: Wanderson de Paula Lima, 23. Última cena que dirigiu: a libertação das irmãs Sônia Zabani e Roseana Batagin, sequestradas em Americana (SP) e encontradas amordaçadas e amarradas feito bichos em um matagal do interior. Foi nos últimos dez anos que Andinho virou bandido de alta periculosidade, sequestrador de primeira linha, apoiado inclusive por policiais. (...)"Ele não conhece o outro lado da sociedade. A sociedade dele é o crime", disse um delegado sobre o sequestrador Andinho. **Ou seja, Andinho é um monstro porque formou-se na monstruosidade,** oprimido por muitos gêneros de violência.
> (...)E a coisa continua a se reproduzir, viva, no esterco. (grifos meus) [135]

Desse modo, andando constantemente pelo local, notam-se divisões bastante instigantes quanto ao espaço, às ocupações, às etapas do comércio de droga, aos locais de consumo. Especificamente com relação à economia local de drogas, são três os principais pontos de venda, cuja ramificação do comércio é pulverizada e facilmente observada em várias esquinas dos bairros e também num ponto específico da linha de trem. Exclusivamente nesta última se concentram os usuários de crack. Ou seja, o consumo do crack se restringe à linha de trem; enquanto nas ruas da *favela* e do bairro se vê a venda de maconha, cocaína e crack e o consumo explícito apenas de maconha (o de cocaína é mais difícil de ser observado, sobretudo porque a sua aspiração é rápida e inodora). Os usuários de crack caminham pelas ruas do bairro e frequentemente trabalham como *olheiros*, mas nunca presenciei o ato do uso – ou alguma situação que parecesse indicá-lo, nesse local. Haveria então algo de específico no consumo de crack que justifica o seu afastamento espacial,

[135] Cf: Folha de S.Paulo, 05/03/2002. Não é meu interesse aqui analisar as relações entre mídia e violência (para isso, cf. os trabalhos de Hamburguer, 2007; Aderaldo, 2008 e Carlos, 2011), ainda que o caso de Andinho mereça reflexão. Em janeiro de 2010, ele foi acusado de mandar explodir uma granada contra o prédio da Rede Anhanguera de Comunicações, um dia depois de o jornal *Correio Popular* ter noticiado sua cerimônia de casamento, prevista para acontecer em fevereiro, no interior do presídio. Acusado de assumir a autoria do atentado, ele teria dito que o jornal *"falava demais sobre a sua vida"*. Em julho de 2010, o programa Fantástico da TV Globo fez uma grande reportagem mostrando como Andinho teria armado uma emboscada para a jornalista que noticiou o seu casamento, além de seguir organizando as transações do mercado de drogas em Campinas, mesmo preso. Seu caso, em alguma medida, lembra o do traficante Marcinho VP que, ao ser preso, teria dito aos repórteres que cobriam a sua prisão: *"eu sou o mito que vocês criaram"*; essa frase foi utilizada por Esther Hamburguer (2007) para pensar, na esteira do trabalho de Debort, o espetáculo na abordagem da mídia sobre a violência.

mesmo entre aqueles que, de alguma forma, convivem com o mercado de drogas?

Se debruçando sobre "*as ruas e os becos, os cantos e os esconderijos, as esquinas e os escadões onde a droga é usada, vendida, comprada e passada*" na cidade do Porto, em Portugal, Luís Fernandes e Marta Pinto (2006) elaboraram um texto em que dedicam especial atenção ao exame dos chamados *"territórios psicotrópicos"* que, na definição dos autores, são *"espaços intersticiais que formam o elo final de uma engenharia de distribuição das drogas"*. Nesse texto, os autores estabelecem três tipos de *"zonas de trabalho psicotrópicas": "pontos de mercado", "pontos de consumo" e "zonas de aquisição de fundos"*; zonas estas que, segundo eles, não são rígidas nem obrigatoriamente exclusivas, em alguns pontos se desenvolvem concomitantemente, embora haja uma tendência de os "*pontos de mercado"* serem exclusivamente balizados por essa atividade. Ainda assim, ao se deterem sobre tais espaços – o que também só foi possível mediante o acompanhamento da movimentação das equipes de redução de danos nesta cidade, o ponto destacado por eles foi precisamente que:

> A territorialidade das atividades psicotrópicas cria, pois, divisões claras nos espaços urbanos e esta segregação pode ser fina até o extremo de, por exemplo, distinguir as zonas de consumo cheirado das de consumo injetado – a discriminação que os que cheiram heroína e cocaína têm para com os que se "picam" corresponde, nesses casos, a uma segregação espacial. (Fernandes & Pinto, 2006: 149)[136]

A constante passagem pelo circuito já definido pela equipe de redução de danos nesse conjunto de bairros me fez chegar à semelhante observação: uma *"segregação fina"* entre os espaços de consumo de crack e entre os espaços de comércio de substâncias. Longe de estar apenas ligada à divisão prática das etapas da venda e do uso, penso que esta separação também encontra base na depreciação dos usuários de crack, justificada a partir da leitura moral de seus corpos e de suas atitudes – o que pretendo desenvolver na sequência. Chegamos ao ponto em que às fronteiras espaciais se somam as fronteiras simbólicas.

Para adentrar nessa seara espinhosa, opto por fazer aquilo que, desde o que ficou conhecido como *Escola de Manchester*, os antropólogos tanto

[136] Tradução minha das expressões de Fernandes & Pinto (2006), publicadas em espanhol.

apreciam: conto uma situação vivida em campo e, a partir dela, movendo-me para trás e para diante, contextualizo o acontecido, sacando dele as principais conseqüências analíticas.

1. Dia de vacina

Enquanto íamos em direção ao ponto de venda de drogas para realizar a vacinação contra tétano e hepatites B, um dos redutores, na viela ainda perto da linha, viu dois meninos usuários de crack passarem por ali, mas o outro redutor já tinha descido e estava perto da *biqueira*. Eu estava bem no meio. O redutor de trás gritou dizendo que os meninos queriam tomar vacina, o da frente pediu para eles descerem, assim a aplicação seria feita em todos de uma vez. Os meninos, que inicialmente aceitaram ser vacinados, agora já andavam com passos titubeantes e estavam visivelmente desconfortáveis. Não queriam descer, mas diante da insistência do redutor, tentavam ir. Quando estavam perto do local onde ocorre a venda de drogas, deram um passo atrás e voltaram. Definitivamente, não iam ficar lá. Um deles olhou pra mim e explicitou: *"se o Chico ver essa aglomeração aqui, vai ter rolo, vai sobrar pra gente. Não vou descer não"*. Percebendo a situação, o redutor que estava embaixo voltou, junto com a enfermeira. Eu também fiquei sem saber o que fazer porque vi que estávamos atrapalhando alguma coisa, tumultuando. Esse mesmo menino logo veio perto de mim.

Era Roger, que estava com o dedão infeccionado semanas antes. Ao meu lado o tempo todo, contou do pé. Pela segunda vez falou da mentira que ele e o amigo haviam inventado para convencerem a ambulância a buscá-lo no local. No hospital, disse ter retirado muito pus do seu dedo, comentou do quanto gostou da estadia na enfermaria: *"Fiquei lá três dias, foi tão bom. Não usei droga, comi, tomei banho, as pessoas conversaram comigo, cuidaram de mim, eu dormi bem, assisti televisão."* Entretida com a conversa e observando seu pé já desinchado, não percebi que todo o pessoal que estava embaixo, no local de venda, tinha subido um pouco, cerca de trinta metros ou quatro barracos. Ao meu ouvido, Roger pediu para que ele e seu *colega* (que eu não conhecia) fossem vacinados primeiro e mais uma vez repetiu que não podiam ficar ali. Intercedi junto à enfermeira, que prontamente os imunizou; Roger se despediu de mim e logo tratou de voltar para a linha, com o colega.

Os demais, moradores do bairro e trabalhadores do comércio de drogas, conversavam em frente à casa de Chico; um a um iam sendo vacinados. Brincavam sobre a vacina, ao mesmo tempo em que pareciam muito interessados. Diziam ser importante o trabalho, zoavam uns com os outros, falavam da relação com a injeção, enfim, o clima estava descontraído. Apenas dois ou três ficavam olhando para os lados, levemente incomodados. Estávamos em dezoito pessoas. À vontade, eu já estava sentada no chão, participando da conversa. De repente, Chico chega. De longe, não vê nem a mim nem aos redutores. Começa a gritar: *"Que confusão é essa aqui? Tava olhando de longe. Ia dar uns tiros pra dispersar."* Nesse momento, ele me vê. Disfarça e brinca: *"ah tinha que ser vocês, né? Desculpa, mas hoje não tô bom não. Preciso tomar vacina é pra raiva".* Aos poucos vai se soltando e o ambiente, não sem contradição, começa a ficar tenso. Ele conversa com mais dois, um imediatamente sai. Visivelmente inquietos, começam a perguntar se vai demorar muito pra terminar.

Mas o estoque de vacina acaba antes de todas as pessoas serem imunizadas. Um redutor e a enfermeira saem e vão até a perua da prefeitura, distante cerca de cinco quarteirões, preparar mais doses. Eu fico no local; já um pouco apreensiva. Para que eu veja, Chico começa a destratar outro usuário de crack que está ao seu lado, dizendo: *"não sei porque você ainda está vivo, não presta pra nada. Eu pago meu INSS, 80 reais, pra sustentar marginal que nem você"*. E voltando-se para mim diz: *"é verdade, esse homem não morre! Já quase foi morto três vezes e tá aí"*. Puxando-o pela blusa, leva-o para perto de onde eu estava e aponta a cicatriz que ele tinha na testa. Começa a bater com os punhos fechados, tentando mostrar o quanto o local era duro, dizendo *"aqui só tem metal, não tem cabeça não"*. Pegou uma caneta, continuou a bater, como se martelasse, sempre enfatizando que não doía. O homem, sem graça, depois que Chico já estava conversando com outras pessoas, chegou perto e, quase ao meu ouvido, disse: *"essa cicatriz é de apanhar da polícia, tive de fazer uma cirurgia para corrigir uma rachadura na testa."* Logo em seguida, bem constrangido, saiu.

"Foram fabricar a vacina?", Chico começou a perguntar. O redutor e a enfermeira, sem saber o que se passara nesse ínterim, voltaram e seguiram o trabalho no seu próprio tempo. Ofereceram a vacina a Chico que em princípio

rejeitou, mas depois aceitou. Antes de sair nos despedimos de todos e Chico, olhando fixamente para mim, me pediu *"desculpa por qualquer coisa"*[137].

*

O episódio narrado acima interessa porque, a partir do ocorrido nesse "dia de vacina", encontro solo empírico para descrever uma relação bastante cotidiana nesse conjunto de bairros marcado pela gestão dos traficantes de drogas, qual seja, o modo como estes e os **usuários de crack que ficam rotineiramente na linha, por eles chamados de *nóias,*** interagem. Além disso, o mesmo fato abre espaço também para adentrar nas redes de solidariedade e constrangimento que envolvem os usuários de crack entre si. Tais interações serão aqui chamadas de internas, quando específicas aos consumidores de crack, e de externas quando os coloca em contato com os traficantes.

Visando persegui-las e objetivá-las, me concentrarei sobretudo em Roger e Chico, respectivamente usuário de crack e traficante de drogas, relevantes principalmente pela posição que ocupam nesse intercâmbio e não necessariamente pelas suas biografias individuais. Seguindo o propósito de preservar a identidade pessoal, já anunciado no primeiro capítulo, utilizei o recurso de construir trajetórias ficcionais de modo a botar em relevo uma relação. No caso que me interessa aqui, situações vivenciadas por outros usuários de crack nessa linha serão narradas como vividas por Roger. O mesmo vale no que diz respeito a Chico, que aqui congrega as observações mais amplas que realizei sobre os *patrões* do tráfico, donos de *biqueiras.*

Outros personagens obviamente serão elencados, porque as interações implicam múltiplos atores. A relação da equipe de redução de danos com os usuários e com os traficantes já foi abordada no capítulo anterior. Para não incorrer em repetições, ela será evocada somente se indispensável para o entendimento.

Comecemos por Roger. Cerca de um mês antes ao "dia de vacina"[138], enquanto passávamos pela linha, fomos chamados por um adolescente, que estava acompanhado de mais dois. De longe, a posição deles era a de um

[137] Caderno de Campo, 06/10/2009.
[138] Caderno de Campo, 01/09/2009.

triângulo: um atrás e dois lado a lado, mais à frente. O que nos chamara era o mais novo deles, sentado à direita e o motivo era o pé de Roger, sentado atrás, com as mãos abraçando os joelhos e as costas bem curvadas, lembrando a posição fetal. O que estava à esquerda permaneceu calado, inicialmente terminando o preparo de seu cachimbo de crack, depois acendendo-o. O adolescente à direita disse: "*Olha só. Olha o pé do Roger, meu amigo, tem como fazer alguma coisa? Faz dois dias que o pé dele tá assim, eu tô falando pra ele ir no hospital, mas ele não quer*".

Ao olharmos o pé de Roger, descalço, vimos o dedão esquerdo bastante inchado, com pus cobrindo toda a sua extensão. Um dos redutores comenta que pode ser uma infecção e o orienta a ir até o pronto socorro para fazer a drenagem correta do machucado, tomar antibiótico e ver se a infecção não se espalhou. Roger nos fala que está há dois dias sem dormir de tanta dor que vem sentindo. Sem saber o que fazer, diz que *"deu um tempo"* no crack, resolveu fumar só maconha porque, segundo ele, ajuda a controlar a dor. Ao escutar-nos e vendo que também não podíamos fazer muito, o mais novo promete levá-lo até o pronto socorro.

Duas semanas depois, nos contaram que inventaram uma mentira. Ligaram para o serviço de ambulância móvel e, como sabiam que não seriam atendidos se falassem onde estavam, nem se contassem dos pés infectados, inventaram que Roger havia sido picado por uma cobra. A ambulância veio e, para conter a infecção, o menino acabou ficando três dias internado em um hospital.

Além dessa situação de parceria entre Roger e seus amigos da mesma idade, o menino ainda era protegido por Seu João, que tem mais de cinqüenta anos, dez deles passados em uma penitenciária, agora vive nas ruas e fuma crack constantemente. Seu João lhe guardava um grande afeto e mostrava-se zeloso do menino tanto nos momentos que envolviam um prejuízo corporal quanto naqueles que abarcavam possibilidade de agressão física. Ele e Seu João eram frequentemente vistos partilhando crack no mesmo *mocó*. A relação entre os dois já tinha sido revelada antes desse "dia de vacina", quando, certa vez, Seu João foi escolhido para fazer o teste do spray labial à base de calêndula, a fim de verificar sua capacidade de cicatrização. Na semana seguinte à entrega do spray, ele veio nos falar:

> Salve, rapaziada! Eu queria fazer uma pergunta: sabe aquele spray que vocês me deram? Será que eu posso dar pro Roger também, aquele menino que vive aqui? É que ele tá com a boca toda machucada, eu tô meio preocupado. O spray pode ajudar a sarar? A boca dele tá toda estourada! O menino tá dando muito trabalho, ele não pensa. Sabe o que ele fez esses dias? O pessoal pediu pra ele comprar *pedra* e ele não trouxe de volta. Foi pra não sei onde e usou tudo sozinho. O pessoal queria tudo bater nele, mas eu não deixei e pedi pra eles não baterem no menino porque ele é *de menor*. Fico preocupado porque ele não pode continuar fazendo isso. Vai que ele faz isso num dia que eu não tô aqui. Nem sei o que pode acontecer. Se vocês trombarem com ele por aí, por favor, dá uns toque[139].

Roger, que então tinha dezesseis anos, além de ser usuário de crack, poderia também ser apreendido como um *menino de rua* que deixou de acessar as instituições localizadas no centro da cidade e destinadas a atendê-lo, restando-lhe ter a linha (e as relações ali estabelecidas) como fonte, talvez a mais importante, de referência e proteção. Ele não era um morador dos bairros próximos. Ao contrário, desde os dez anos, circula entre abrigos municipais e a *Fundação Casa*. Uma vez me contou ter chegado ao local depois de um período recluso. Também me contou, confirmando a narrativa de Seu João, que, nos seus primeiros meses ali na linha, *vacilou* muito. Safou-se de sofrer conseqüências sérias porque Seu João sempre o protegia e o orientava a melhor *proceder*[140]. Com o tempo ele foi aprendendo a bobear menos.

Na fala de Seu João nota-se um *continuum* que liga, na mesma sentença, a preocupação com os machucados na boca do menino e a sua manutenção física, que poderia ser ameaçada em decorrência do *vacilo* de usar a droga que não era dele. Sem a presença do seu protetor, provavelmente Roger, nessa ocasião, levaria uma surra e aprenderia pela dor a não usar a droga dos outros. Com Seu João ali, o menino foi orientado a *proceder* de outra maneira, de modo a evitar que tal situação se repita.

---

139 Caderno de Campo, 30/06/2009.

140 A palavra *proceder*, que já recebeu atenção de Adalton Marques (2009), é um léxico que tem ampla utilização nas periferias paulistas e envolve, de modo geral, a referência a um modo correto (ou esperado) de ação. Pesquisando acerca de unidades prisionais no Estado de São Paulo, o antropólogo se deparou com um complexo conjunto de regras organizador de parte significativa da experiência cotidiana dos presos que estava compactado nessa categoria nativa *proceder*. Tal categoria perpassava, por exemplo, desde os modos de se portar durante os dias de visita, quanto de utilizar o banheiro e higienizar as celas. Analisando-a, percebeu que *tal palavra não é tomada pelos prisioneiros para indicar uma ação, antes, utilizam-na como atributo do sujeito. Mas não só isso, utilizam-na, também, como um substantivo. Desse modo, nunca é dito "ele procede", mas sim, "ele tem proceder" ou "o proceder" (Marques, 2009:14-15).*

Tais falas e acontecimentos me faziam atentar para a importância do estabelecimento de redes de proteção e convívio que, no limite, eram a garantia da própria sobrevivência física das pessoas no local. Desse modo, o ajuntamento em *mocós* específicos, assim como as fases de retorno e sumiço começaram a chamar minha atenção, na medida em que me faziam perceber quem se relacionava com quem e, portanto, quem poderia contar com quem em caso de alguma adversidade, do mesmo modo que me possibilitava perceber quem estabelecia uma relação mais intensa com a linha de trem.

Vale advertir que essas posições não são sempre fixas. O mesmo Seu João, que atuava como protetor e, de alguma forma, orientador de Roger, de repente deixou de ser visto na linha de trem, pois a relação de proteção que mantinha com Roger não se estendia igualmente a outros usuários, sobretudo mulheres. Não há explicação mais convincente para seu sumiço do que a causa explicitada por Fernanda (já apresentada no capítulo I) que, um dia, interrompendo a conversa dos redutores de danos com outros usuários, perguntou:

> Vocês conhecem o Seu João? Ele tomou uma surra do pessoal e saiu fugido daqui. Bem feito! Sabe o que ele fez? Tentou me comer. Eu não deixei. Daí ele começou a gritar que eu tinha aids, que ninguém aqui me queria porque eu tinha aids, daí o pessoal ficou com raiva dele e pegou ele de pau[141].

Por ironia do "destino", o protetor de Roger envolveu-se em brigas maiores e foi expulso do local. O homem deixou de freqüentar a linha de trem depois de seis meses de encontros contínuos. Após a fala de Fernanda, de fato, vimos Seu João ali apenas mais uma vez, com aspecto de banho tomado, roupas limpas, barba feita, dizendo que estava "dando um tempo" do crack. Sem ele por perto, Roger ficava cada vez mais com seus colegas da mesma idade e precisava estar bastante atento, pois não tinha mais alguém como Seu João para interceder em caso de alguma falta sua.

As aproximações são, assim, conjunturais, situacionais, e estão baseadas na afinidade mútua. Não há entre esses usuários uma igualdade de condições que agregue a todos, nem um agrupamento fixo. Como mostra o que se passou com Seu João, a mesma pessoa pode se deslocar da posição de protetor (como agia com Roger) para a de perpetrador (como atuou com Fernanda) de uma violência, o que, por sua vez, depende dos contratos

[141] Caderno de Campo, 15/09/2009.

informais e fugazes pactuados – reforçando, assim, a afirmação de Bourgois e Schonberg, segundo a qual a *"adicção sobre condições de extrema pobreza (...) cria um espaço moralmente ambíguo que borra as fronteiras entre vítimas e perpetradores*[142]*"* (Bourgois & Schonberg, 2009:20).

Há, então, que se atentar para algo que está longe de ser uma observação banal e que precisa ser problematizado: o fato de que, nesse cenário, poucas vezes vi pessoas consumindo crack sozinhas. Tratava-se fundamentalmente de uma atividade coletiva – o que, obviamente, não significava que essas junções fossem só amistosas, tampouco que elas implicassem obrigações nas prestações de favores, mas representavam um indício de que alianças parciais eram necessárias. Ainda assim, mesmo que tais aproximações fossem essenciais para a proteção em caso de alguma disputa ou perigo, um quê de desconfiança devia ser mantido.

Diante de tais observações, considero que esses instantâneos contratos de ajuda mútua são importantes para discutir com argumentos que vêem o crack como detonador de laços sociais – formulados algumas vezes, a meu ver de forma apressada, até por cientistas sociais (como por ex. Epele, 2011), que dão excessivo crédito a uma fala bastante recorrente nesses contextos: *"tá todo mundo junto, mas é cada um por si"*. Suas práticas em tais cenários, contudo, questionam essa locução comum. Como pude notar nos contextos de uso, tais laços, ainda que fugazes e sempre abertos a reavaliações, são fundamentais para a sobrevivência física desses usuários.

Ainda para corroborar essa hipótese e refletir sobre a importância dos espaços e das relações sociais no ato do consumo, considero relevante trazer para a análise a trajetória espacial de outra usuária de crack, Vivian, que durante um tempo teve um envolvimento amoroso/afetivo com Roger.

Ela já era acompanhada por um dos serviços de atendimento à criança e adolescente em situação de rua que eu fizera pesquisa anteriormente. Magra, branca, cabelos loiros, tendo dezenove anos, aparecia poucas vezes nas oficinas de arte, mas se destacava pela destreza em tecer rimas rápidas e poemas espontâneos. A nossa relação foi bastante mediada por essa habilidade. Sempre que eu a via na linha de trem perguntava se ela estava escrevendo. Sem responder afirmativamente, ela já rebatia com rima. Em

[142] Tradução livre minha.

muitas delas falava sobre Roger, a quem se referia como *"meu grande amor"*, assim como sobre a importância das amizades e sobre os dois bebês que já tivera e que haviam sido encaminhados para adoção[143]. Um deles era de Roger.

Num dos dias em que a encontrei, ela me revelou estar com medo: teria um câncer na cabeça e a operação para a retirada do tumor estava marcada para o dia 12 de julho de 2009. Tentei acalmá-la, disse que a operação era necessária. Ouvindo seu relato junto comigo, um dos redutores ficou preocupado, perguntou se ela contara ao médico que fumava crack, ela disse que sim e emendou: *"o crack pra mim é tipo um remédio, ele faz passar a dor"*. Nesse dia perguntei o seu nome completo e o hospital onde seria internada, prometendo visitá-la. No dia combinado, eu fui até lá. Procurei por Vivian, mas a recepcionista, depois de uma busca no computador, afirmou que ninguém com esse nome estava no hospital.

Não tive notícias dela por um mês, quando, num galpão abandonado no centro da cidade, uma das usuárias me indagou: *"você conhece a Vivian?"*. Eu respondi afirmativamente e ela, sem falar, apenas se limitou a fazer com a mão direita o gesto de um revólver sendo disparado. Sem saber ao certo o que tal gesto significava eu perguntei: *"ela morreu?"*. Monossilábica, a menina, balançando a cabeça para cima e para baixo, respondeu: *"seis tiros"*. A minha vontade era saber mais, perguntar pelos detalhes, mas a situação e o lugar onde eu estava não permitiam que mais perguntas fossem feitas. Um homem que ouvia a nossa conversa (embora estivesse o tempo todo olhando para o outro lado) logo tratou de desmentir e disse que tinha visto Vivian na noite anterior, *"num* [carro] *Celta"*.

Muitas vezes perguntei por Vivian para Roger; a pergunta sempre o deixava um pouco irritado, e ele alternou em dizer que ela era *vacilona,* que ela estava presa, que ela estava em tratamento, que ela tinha voltado a morar na casa da mãe, que ela não usava mais droga. Contudo, o passar dos dias e a

[143] Philippe Bourgois (2003), em *In search of respect*, dedicou um capítulo especial (cap.7) à temática das usuárias de crack que ficaram grávidas; muitas delas, assim como Vivian, encaminharam suas crianças para adoção. Aqui no Brasil, reportagem do jornal *O Estado de S.Paulo*, que ouviu servidores do poder judiciário, abordou que, assim como ocorreu no início da epidemia de aids, muitos dos pretendentes à adoção já põem como condição para aceitar crianças que a mãe não tenha histórico de envolvimento com crack. Para mais informações, cf. http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,interessados-em-adotar-rejeitam-filhos-do-crack,746671,0.htm; último acesso em 03/11/2011, às 21:03hs.

constante ida ao Paranapanema sem vê-la iam confirmando a possibilidade de ela ter sido morta.

Em junho de 2010, quase um ano depois, na viela próxima à linha, já na entrada para a favela, eu a vi novamente. Numa reação impulsiva, eu a abracei muito forte e disse: *"você tá viva! você tá viva!"; e*la, também me abraçando, falou: *"já me mataram um monte de vez, né? Mas estou viva, sim, só não sei até quando".* Me mostrou a barriga, estava grávida novamente e também disse que com este filho ela não poderia ficar. Sem muitas palavras, sintetizou: *"vai ficar com alguém que eu sei que pode cuidar"*. Atrás dela estava Roger, a quem se referia como o pai da criança; os dois me falaram que voltaram a namorar. Pareciam contentes.

Eu queria perguntar mais, queria saber onde ela estava durante esse tempo, o que lhe havia acontecido, como reataram o namoro. Olhei em torno e só então vi que ela e Roger eram os últimos de uma espécie de fila e que cerca de sete homens estavam à sua frente. Filas como essa eram formadas em duas situações: ou a droga acabara de chegar e esperavam para comprá-la; ou aguardavam o recebimento por algum trabalho realizado nesse comércio. Os redutores pararam e ficaram ao meu lado observando a conversa que eu travara com os dois. Perguntei a Vivian sobre o câncer. Ela disse que ainda estava nela e abaixou a cabeça como se mostrasse um ferimento. Disse que tinha desistido de se tratar e, mais uma vez, repetiu que estava usando crack para não sentir dor. Eu falei que tinha ido ao hospital, ela contou ter ficado com medo e, na última hora, decidiu não operar. Eu continuava querendo prosseguir na conversa, mas a quietude dos homens que estavam à frente na fila contrastava com a forma efusiva com que eu me comunicava com ela e com Roger. Os redutores também me chamaram. Tinha que seguir. Apenas a abracei e, mais uma vez, disse: *"que bom te ver viva!"*. Antes de sair, Vivian me chamou e fez um gesto com as mãos mandando beijos. Roger igualmente acenou[144]. Enquanto seguíamos, um traficante deu um grito e chamou as pessoas da fila. Elas começaram a caminhar aleatoriamente e outro homem gritou, ainda mais alto: *"já disse que é em fila!"*, a qual foi logo refeita.

O retorno de Vivian e a retomada do namoro depois de cerca de um ano sem freqüentar o local apontam para a relevância do espaço na trajetória de uso e de sociabilidade desses usuários. A questão aqui não é remontar os

[144] Caderno de Campo, 10/06/2010.

motivos que a fizeram sair por um tempo desse *"circuito"*: todas as suposições elencadas por Roger poderiam ou não acontecer no espaço de um ano. Porém, para entender a importância das relações que se dão entre os usuários nessa linha de trem, acredito ser mais interessante pensar o movimento que fez Vivian voltar: além do crack, Roger era, de alguma forma, um elo que a ligava ao local. Esse tipo de interação só pode ocorrer com pessoas que passam a estar ali frequentemente; não com aquelas que vêem a linha como simples zona de passagem ou de comércio[145].

Ao estudar usuários de heroína em Lisboa, a partir de entrevistas gravadas no interior de um programa de tratamento a dependentes químicos, Luís Vasconcelos (2003) utilizou o termo *"itinerário de uso"* para pensar o envolvimento com a substância, uma vez que lhe chamaram atenção as várias *"paragens"* narradas pelos usuários ao longo da experiência com a droga. O autor percebeu que o ato de usar heroína não era contínuo mas, ao contrário, envolvia as pausas, isto é, a busca por tratamento, volta para a família ou, em alguns casos, passagem pelo sistema prisional e o retorno ao uso. Essa retomada do consumo, contudo, não significava que as doses subsequentes ocorriam em maior quantidade; mais que isso, indicava que a continuidade do consumo de heroína estava imiscuída num complexo de relações sociais desenvolvidas nos locais onde ela era consumida, trocada ou vendida. O mesmo pode ser dito com relação ao uso de crack e, especificamente, nessa linha de trem: embora o uso não se dê num processo contínuo, é nesse (e com esse) lugar que os usuários mais freqüentes da droga estabelecem laços afetivos e sociais, de cuidado e proteção, mas também de confronto e evitação quando querem interromper o consumo ou quando precisam se afastar de alguma encrenca que provocaram.

Esses usuários mais constantes, que mantêm uma relação afetiva e de sociabilidade com o espaço de consumo e venda de drogas, materializada por sua vez no uso constante e numa corporalidade específica, precisam ser observados com atenção. E é entre eles que, internamente, relações são criadas, mantidas, reavaliadas, rompidas. Externamente, eles começam a

[145] O caso de Mauri, um jovem que passara quatro anos preso e que voltara a freqüentar a linha, também chamou minha atenção. No seu retorno à "rua", ficou feliz de ver um dos redutores e os dois conversaram amistosamente sobre como era a linha *"naquela época"*. Mauri ainda se lembrou da ajuda do redutor que o teria convencido a ir a um pronto socorro para resolver *"aquela doença"*. O redutor depois me contou que se tratava de alguma *doença sexualmente transmissível (DST).*

desenvolver um saber sobre as interações locais, bem como um modo correto de *proceder* com aqueles que por ali passam, com os traficantes de drogas, com os moradores dos bairros. Roger era um desses, como Vivian, como Fernanda, como Seu João. Embora entre si se diferenciassem e mantivessem interações calcadas num complicado cálculo de aproximação, de cuidado e/ou de desconfiança, era por contraste, pelas suas condições corporais, pelo uso intenso da substância e pelo tempo em que se estabeleciam na linha de trem que eram notados pelos que participavam da rede ligada ao comércio de drogas, para os quais eles eram vistos pelo que representavam: um *nóia*; tipo social e urbano fundado na alteridade corporal que, neste local, é, como se verá, passível de ser congregado, por baixo, na estrutura do tráfico de drogas.

A trajetória de Roger dá mostras de como isso ocorre. Ele consumia em média cerca de oito pedras de crack por dia. Para bancar o alto consumo, tinha, entre outras formas de conseguir dinheiro, um posto eventual como *olheiro* numa das praças do bairro, trabalhando cerca de uma ou duas vezes por semana[146]. Eu o vi na função em várias ocasiões. Quando isso acontecia, ele quase sempre me pedia desculpas por não poder conversar, estava em *"horário de trabalho"*. Dizia que na próxima semana estaria na linha, onde podia falar. Ao longo de todo esse movimento, relacionamento e aprendizado, ele acabou desenvolvendo um conhecimento sobre o local, sendo relativamente *considerado* entre os outros usuários de crack; alguns moradores do bairro lhe forneciam comida e Roger tentava, a todo custo, evitar ter ou causar problemas com os gerentes da *boca* para a qual trabalhava. Ali no posto, ele sabia que não poderia falhar. Na mesma proporção que criava, mantinha e, algumas vezes, rompia relações afetivas e de interesse nesse conjunto de bairros, seu corpo definhava: emagrecia e empardecia; a cor da terra da linha era a mesma de suas roupas, os dois dentes da frente tinham a marca do desgaste característica do uso rotineiro de crack, assim como era "denunciado" pelos seus dedos amarelados, espessos e rachados. Os seus pés, sempre descalços, eram vítimas de todas as infecções que podiam brotar da linha e das ruas do bairro.

[146] Importante dizer que o emprego de determinados *noias* como *olheiros* é um arranjo bastante local e, neste caso, sem dúvida está ligado à boa conceituação de Roger. Outros pesquisadores (como Batista, 2011 e Malvasi, em comunicação pessoal) apontam esse emprego apenas quando da necessidade de quitar uma dívida.

Brevemente descrita aqui, sua trajetória permite também observar que o consumo continuado de crack em cenários de comércio de drogas implica um aprendizado sobre as interações locais, bem como uma maneira correta de *proceder* com aqueles que por ali passam, com os traficantes de drogas, com os moradores dos bairros. É preciso cuidar o tempo todo das próprias ações porque elas estão sob observação constante, sobretudo dos *gerentes* e *donos* de *bocas*, que exercem sobre pessoas como Roger uma vigilância e gestão. Os moradores do bairro que, diferentemente de Roger, usavam o crack **ocasionalmente,** ou mesmo usuários que só passavam para comprar a droga, não tinham o consumo vigiado e regulado. Logo, não precisavam também prestar muita atenção aos próprios atos.

Agora já podemos voltar ao "dia de vacina" e refletir acerca das interações por mim chamadas de externas.

Como se nota na descrição, Roger ficou visualmente apreensivo por ter que se dirigir até o ponto de venda de drogas, onde a vacinação ocorreria. Ele tentou de fato continuar a ida até lá, mas algo mais forte o fez refletir e voltar. Já sabia que aquela quantidade de pessoas no local não agradaria Chico. Precisava sair logo. Conversara comigo e me contara novamente sua ida ao hospital ciente de que naquele local era importante ficar ao meu lado: de alguma forma, eu lhe oferecia um aval (ou uma desculpa) para a sua estada ali.

Mais que tudo, Roger já tinha aprendido que o lugar onde ocorre venda de drogas não pode concentrar grande quantidade de pessoas. "Dá bandeira", chama atenção de policiais militares, sobretudo daqueles que realizam operações fora de sua área de referência, e, pior, de policiais civis (Hirata, 2010: 269-274). Também impede que possíveis compradores se aproximem. Ele já estava aprendendo que em situações como essa, se algo acontecesse, iria "sobrar" para ele, como sobrou para o usuário que insistiu em ficar ali, e foi objeto de ridicularização de Chico: um *nóia* sempre recebe a culpa, um *nóia* sempre "paga o pato".

Ouvi inúmeras vezes de traficantes que *nóia* atrapalha muito a dinâmica de um ponto de venda: como nunca tem muito dinheiro, insiste em comprar uma pedra de cada vez, o que o faz ir até a *biqueira* e voltar muitas vezes ao longo de um mesmo dia. Apenas com sua constante movimentação já

"delata" onde se compra droga. Para evitar esse constante trânsito, especificamente nessa linha de trem, um *vendedor*[147] foi alocado para se situar numa posição bastante estratégica e fornecer crack aos usuários que ali estão. Desse modo, ficou acertado que eles não mais adentrariam no bairro para comprar a droga. Outra decisão foi a de não vender a pedra "picada", apenas inteira, no valor de cinco ou dez reais, dependendo do tamanho, e não aceitar o pagamento em moedas, somente em notas de papel. Também, mesmo que realizem algum trabalho para a *biqueira,* como Roger, não podem comprar droga nem em horário de trabalho, nem de outro *vendedor* que não o da linha.

Tal decisão foi tomada por Chico, que é o dono dessa *biqueira*, o *patrão*. Ele tem cerca de sessenta anos e se orgulha de ser um dos primeiros moradores do bairro, tendo estabelecido lá o primeiro barraco, *"quando o mato ainda era grande"*, no começo dos anos setenta, e ajudado na construção de outros tantos. Nesse período, veio migrando do nordeste para trabalhar na companhia de trem. Encarrilhava trilhos e chegou a fazer curso de maquinista. Diz ter perdido o emprego quando, responsável pelo transporte, fez colidir cerca de sete vagões. Me contou que, na ocasião, tinha cheirado cocaína antes de pegar no batente.

A postura agressiva que teve no dia da vacinação era inédita até então, ele nunca se comportara de tal modo perto de mim. Pelo contrário, era sempre muito solícito e gentil, conversava bastante, sempre me perguntava do Santos, meu time de futebol. Também era muito simpático com os redutores, que sabiam de sua influência no local, mas não tinham muita clareza do que ela significava, como mostra um relato interno do PRD:

> Estão mexendo na área e o Chico disse novamente que o trem bala vai passar por lá, vão desapropriar o pessoal ali. O Chico acha bom porque é progresso para a região. Percebo que nesse momento o zoinho acende um cigarro [de maconha] e após algumas tragadas o Chico manda ele apagar. O mesmo obedece. Ainda não sei qual a relação de poder que ele tem ali na comunidade, mas as pessoas e os UDs [usuários de drogas] o respeitam muito, ou o temem? (Relato de campo escrito por um redutor em 28.04.2009)

[147] O termo aqui é êmico e refere-se às pessoas que entram em contato direto com os consumidores. Mais informações, ver Hirata (2010: 254-257).

De fato, Chico era uma figura muito respeitada (também temida) no local. Sua importância ligava-se não apenas à articulação do comércio de drogas; ele era um dos moradores mais velhos do entorno e, como já escrito, teria contribuído com trabalho manual na construção de muitos barracos. Não poucas vezes ao longo desse estudo, o vi fazendo massa de cimento, descarregando pisos ou recebendo madeiramento. Alguns desses materiais, trocados por drogas.

Ele também se esforçava em garantir alguns parâmetros morais a esse comércio, tentando evitar que negociações de drogas fossem feitas, por exemplo, na frente de mulheres e de crianças. Se comportando de acordo com que o que se espera de um *patrão* (cf. Hirata, 2010), contava histórias e estava frequentemente cercado por moradores, participantes do tráfico de drogas e por muitos adolescentes; tinha um papagaio que gostava de maconha (muitas vezes ele soprou fumaça da erva no bico do papagaio na minha frente). Situações que exigiam uma ação mais agressiva, e até mesmo violenta, eram deixadas a cargo de seus *gerentes*. Agia apenas em circunstâncias críticas, como a desencadeada no "dia de vacina".

Ele já passou quinze anos preso por acusações sucessivas de tráfico de drogas. Durante a pesquisa, tinha um trabalho regular em um conjunto de edifícios num bairro de classe média da cidade, onde realizava pequenos reparos de manutenção e ganhava cerca de 1.200 reais; queria ver um jeito de ser mandado embora, para não abrir mão dos direitos trabalhistas. Depois de um tempo, pediu demissão e, sem muita explicação, recebemos a notícia de que ele foi passar cerca de dois meses na sua cidade natal. Três dias no ônibus pra ir; mais três para retornar. Sua mulher nos disse que ele tinha ido *"ver uns documentos"*.

Na volta, nos contou que passava o dia pescando, perto do mar, junto com seus familiares. Estava bastante queimado do sol, animado, contando causos. Entre eles, que fazia a festa da molecada de lá. Levava-os para tomar sorvete quase todas as tardes. Seus parentes achavam que ele devia de estar rico, mesmo quando a fatura dava sempre quatro reais. Também teriam ficado surpresos ao vê-lo com notas de cem reais, das quais duvidavam da existência. Perguntei se ele não teve vontade de ficar lá "de vez". Ele disse que ainda fará isso, mas que precisa antes estudar seu *"moleque"*, que agora está com dezoito anos.

No período em que Chico ficou ausente ouvi inúmeras vezes o comentário de que *"a linha estava largada"*. Nesse tempo, apenas víamos o *vendedor*, frequentemente com alguns colegas, estrategicamente alocado. Quem quer que estivesse nesse posto seguia à risca as orientações e mantinha parcas e apenas indispensáveis relações com os usuários de crack. Estes também passavam muito rapidamente para comprar a *pedra* e já sabiam ser objetos de comentários depreciativos quando saíam. Como pude notar muitas vezes, em toda a interação, é visível o descaso para com esses usuários, inúmeras vezes travestido de humor.

Ao fim da pesquisa, estava sendo construído um barraco que passou a ser usado apenas pelos usuários de crack. Segundo eles, fora erguido a mando de Chico que tinha o intuito de organizar ainda mais a circulação e evitar o uso de crack na frente das pessoas que passam pela linha. O barraco foi construído e fez-se necessário sobretudo depois que algumas famílias começaram a habitar o local. Alguns usuários rapidamente ocuparam o barraco, nomeando-o de *craco*, alegando ser bom porque também se protegiam das gozações e impediam que outros vissem sua *situação*. Era um modo de se resguardarem da visão que os outros faziam sobre eles. Aqueles que insistiam em ficar em *mocós* abertos incitaram sérios conflitos.

Chico, então, para além de ser importante pelo conhecimento do local, pela sua ocupação histórica e por gerir as atividades da venda de drogas nesse ponto, também tentava oferecer parâmetros morais ao comércio e organizar a circulação dos usuários de crack. Entre os principais efeitos dessas ações, destaca-se a divisão espacial que restringe o uso de crack à linha de trem, e a organização de sua venda: *pedra* inteira, notas de papel, *"nada de moedinhas de sinal"*. De seu turno e para não *"sobrar pra eles"*, tais usuários evitavam tanto o consumo de crack no interior dos bairros quanto o contato além do necessário com a *boca* (como o fez Roger no dia de vacina). Frequentemente juntavam o dinheiro para comprar uma quantidade significativa da droga e diminuir a própria circulação.

Mesmo que, como ocorreu com Roger, seja possível, provável até, conseguir o posto de *olheiro*, já que esta é a mais baixa posição e também a menos remunerada, essa relativa "ascensão" não impede que sobre eles se centre mais atenção. Isto é, o tempo no local e um bom *proceder* podem garantir o privilégio de uma interação mínima, limitada, é verdade, ao

momento do intercâmbio e do pagamento, quiçá do trabalho, mas não os protege das observações depreciativas (*"você tá feião, hein?"*), do escárnio ouvido ao *fim do turno* (*"E aí nóia? Agora vai descansar fumando todas?"*), menos ainda da comparação (*"eu até já fumei crack, mas não sou como você"*).

*

Até aqui, a descrição dessa interação, numa perspectiva bem pequena e cotidiana, pretendeu colocar em relevo um arranjo local desse consumo e um modo de relacionamento jocoso em que se destaca a demarcação espacial que baliza a tensa interação entre traficantes e os usuários de crack sob os quais recai o rótulo pejorativo de *nóias*. Se casos como o de Roger, que era relativamente bem *considerado,* geravam piadas, havia ainda uma parcela desses usuários que nem isso conseguiam. Sob eles a ridicularização beirava a violência física.

Assim, explicitando as relações externas e internas envolvidas, pretendi evidenciar o modo como ocorre a divisão espacial entre os usuários de crack que ficam na linha (local onde se relacionam e mantêm relações bastante próximas com aqueles que mais se identificam), mas tentam, de muitos modos, e para que não "sobre pra eles", evitar tanto o consumo de crack nos bairros quanto o contato além do necessário com o ponto de venda. Traficantes e *nóias* interagem o mínimo possível, limitando-se aos momentos de compra e venda, que são frequentemente seguidos de alguma piada, violência, provação ou humilhação[148].

Os redutores de danos presenciam essas situações e também refletem sobre elas, como mostra essa entrevista:

> Eu acho que o tráfico de drogas é uma coisa muito ambígua, né? Dependendo do lugar você fica até meio assim porque eles tratam usuário muito mal, o usuário de crack é muito marginalizado pelos próprios vendedores. Então você fica meio chateado quando você tá trabalhando lá e vê eles tratando as pessoas como se fossem lixos e pensa: porque tão tratando o cara como se fosse lixo, se eles vivem do cara? Então é uma coisa assim, tá explorando o cara ao máximo, sabe

[148] Posto que há uma generalizada semelhança de preço e funcionamento 24hs, esse tipo de tratamento, segundo Liniker Batista (2011), é inclusive um dos fatores que influi decisamente na hora de escolher uma *biqueira* para compra de drogas, além da qualidade do produto e da facilidade de acesso. Ele narra que alguns de seus interlocutores (jovens moradores de periferia) se recusavam a comprar com os *"moleques da AP"* porque *"eles são muito folgados, tratam a gente que nem viciado"* (Batista, 2011: 35).

> que o cara é viciado nesse negócio, nessa bosta, né? E tá aproveitando, né? Já tá ganhando dinheiro do cara, não precisa tratar ele mal, não precisa tratar ele que nem um lixo, muitas vezes eles tratam que nem lixo, então você fica meio assim, né? [Entrevista 1]

As ações dos traficantes demandam, pois, mais comentários. Para pesquisadores interessados no estudo do tráfico de drogas tem ficado cada vez mais clara a importância do crack: tratar-se-ia de uma substância que, diferentemente da maconha e da cocaína, é vendida diariamente. Ou, como bem me ressaltou, em comunicação virtual, o pesquisador Paulo Malvasi: *"todas as substâncias são mais vendidas na medida em que o fim de semana chega ou em período de pagamento (quinto dia útil). Mas o crack vende de forma mais perene e por isso se torna capital de giro para o tráfico"*.

Se não há como ignorar tal importância, ainda assim a segregação e o modo de (mal)tratamento, observado pelo redutor, sugerem que há classificações sociais e morais nesse universo de consumo e venda de substâncias ilegais que se traduzem, inclusive, nas distintas formas de ocupar e transitar pelo espaço. Os fundamentos valorativos que orientam tais classificações serão abordados a seguir, a partir dos textos de Karina Biondi (2010, 2011 e in Manso, 2009). Como se verá, embora não sejam autoexplicativas, há uma instigante confluência entre as práticas descritas acima e as *ideias* do PCC sobre o consumo de drogas.

2. *Ideias* do PCC

Num dia de pesquisa, vi um dos redutores cochichando no ouvido do homem responsável pela venda de crack na linha de trem. Quando nos afastamos, perguntei ao redutor o que eles conversaram. Ele me disse que queria saber o valor da *pedra* e, ao obter como resposta a cifra de cinco ou dez reais, dependendo do tamanho, o mesmo valor, segundo ele, normalmente cobrado em outros locais da cidade, comentou:

> Que interessante, não? Agora eles já ficam perto de onde as pessoas usam. Quem compra não precisa se deslocar muito, como era antes. E como é o mesmo preço, não muda muito. Daí é melhor comprar onde tá mais perto. É o PCC se organizando. Antes os drogados iam até eles, hoje são eles quem vão[149].

[149] Caderno de Campo, 18/03/2009.

Foi a primeira vez que ouvi explicitamente uma referência ao PCC na região, embora a faixa estendida no fim do bairro, assinada pelo termo *família*[150], já indicasse essa presença. O redutor via no deslocamento de um *vendedor* até a linha um sinal de organização do PCC; para ele, a compra de crack ali mesmo facilita o intercâmbio e a vida dos seus usuários, é *"mais perto"*. Todavia, como venho argumentando, acredito que essa junção entre novos ordenamentos do mercado de drogas e a espacialização sobretudo do consumo de crack precisa ser observada para além da logística prática da menor distância. O problema aqui é o de articular valores morais aos modos de tratamento, bem como à circulação, segmentação e demarcação espacial desse consumo.

Antes de prosseguir, muito cuidado. Referências verbais ao PCC vem sendo relatadas mesmo em locais onde este coletivo não está presente concretamente. Este instigante fenômeno, inclusive, originou o questionamento de Biondi (2010) sobre a localização do PCC. Explicitando os primeiros problemas metodológicos de sua pesquisa, a antropóloga diz que escutava falar dele desde a sua primeira incursão a campo, em um *centro de detenção provisória (CDP)* que não era considerado um núcleo de comando. Se ali não era *o* local do PCC, ela também não podia afirmar que ele não estava localizado naquele CDP. A autora relata ainda que depois de um diálogo com um interlocutor sobre a presença do PCC nas FEBEMs teria obtido como reposta que não existe PCC-mirim, ainda que eles respondam ao *comando*. O fato, diz Biondi, é que ele poderia estar presente mesmo onde ele está ausente[151].

Feita essa ressalva e já concluída a pesquisa, posso afirmar que, discursiva e materialmente, assim como ocorre em outros bairros do estado de São Paulo[152], também o PCC está no conjunto de bairros em tela. Embora

---

[150] Biondi (2010) afirma que o PCC é uma coletividade também chamada de *Comando, Partido, Quinze, Família,* ressaltando que o último termo é mais recente e que só teria aparecido em seu trabalho de campo em 2007.

[151] Ancorada em teorias contemporâneas, sobretudo dos filósofos Deleuze e Guatarri, Biondi desenvolve as noções de imanência e transcendência para pensar o caso do PCC. De um lado, ela opera com um PCC-superior (que não deve ser confundido com hierarquia do tipo piramidal) relatado pelos seus interlocutores e cuja localização é inalcançável, de outro, ela tenta visualizar nas práticas concretas e locais as suas "atualizações".

[152] Nos estudos sobre "periferias" no Estado de São Paulo já não se pode mais ignorar a presença do PCC como instância local de regulação de atividades ligadas ao *"mundo do crime"*, assim como de conflitos entre os moradores. Muitos estudos apontam essa presença. Cf, por

ganhe novos contornos a partir de dinâmicas locais, o meu ponto não é reificar essa presença, pois, como já mostrou a autora (in Manso, 2009), o PCC é um fenômeno muito mais amplo e múltiplo que a soma de seus membros e que suas atualizações. A partir da formulação de Adalton Marques (in Manso, 2009) que percebe o PCC como um *"conjunto singular de enunciados"* e do fato indiscutível de que as *ideias* do PCC circulam por essa linha de trem, importa-me bem mais **iluminar** os fenômenos do que foi percebido pelo redutor como "tratar muito mal", assim como a circulação, separação e demarcação tanto espaciais quanto simbólicas entre participantes do tráfico de drogas e usuários de crack considerados *nóias*, que são aqui objetos de minha atenção. Ou seja, se no item anterior eu descrevi a interação cotidiana e local de usuários de crack e traficantes de drogas, a partir de agora eu viso mostrar como esta interação está em *sintonia* com as *ideias* do PCC sobre o consumo de drogas. Sublinho, também com Marques (in Manso, 2009), que *"correr junto"*, *"estar na mesma caminhada"* ou *"estar na sintonia"*, *"nada tem a ver com obediência a ordens"*. O que me interessa é mostrar, no âmbito das *ideias,* a correlação entre delimitação espacial e valoração moral.

Para levar a cabo essa tentativa, convoco principalmente um texto de Karina Biondi (2011) apresentado em Seminário na Faculdade de Saúde Pública da USP[153], que versa acerca de *ideias* do PCC sobre a questão do consumo e o comércio de substâncias ilegais, mais especificamente crack e cocaína. Nele, Biondi discorre acerca de uma *ideia* que, como escrito na introdução, teve grande alcance no universo prisional: o fim da circulação e consumo de crack nas cadeias e, depois, tenta pensar a extensão de tal *ideia* fora dos presídios, nas *quebradas*. Não é demais notar, outra vez, que trazer as reflexões da antropóloga sobre tais *ideias* não significa que elas sejam o único fator explicativo das segregações espaciais observadas nessa linha de trem e nesse conjunto de bairros (o rap, por exemplo, há tempos também valora negativamente o consumo de crack[154]). Destaco que são *ideias* e como

exemplo, Biondi (2011), Feltran (2008b, 2010b), Cruz (2009), Hirata (2010), Batista (2011), Malvasi (2012).

[153] Trata-se do Seminário "*Tráficos, violência urbana e o consumo de psicoativos: a contribuição etnográfica na compreensão das questões contemporâneas de interesse da saúde pública*", promovido pela Faculdade de Saúde Pública da USP em novembro de 2010; o texto foi disponibilizado no sítio: http://coletivodar.org/2011/03/cartas-na-mesa-consumo-de-drogas-na-politica-do-pcc/; ultimo acesso realizado em 02/08/2011, às 14:52hs.

[154] Como mostrou Patrícia Gimeno (2009), analisando letras de rap, a cocaína e o crack, não a maconha, são responsáveis pela transformação dos "*sangue bom*" em "viciados". Analisando a música *Cocaína,* do rapper Sabotage, a antropóloga mostra que, *"ao se tornarem viciados, os*

tais elas importam porque circulam, porque têm a potencialidade de serem reavaliadas na prática e porque podem iluminar uma série de eventos; por isso merecem atenção.

Detenhamo-nos agora no texto já referido. Biondi mostra que a extinção do crack nos presídios não ocorreu repentinamente, mas foi fruto de um processo: em meados de 2004, proibiu-se a venda da droga por *irmãos* (membros batizados do PCC), que depois foram proibidos de consumi-la. Mais tarde, a população prisional também não podia vendê-la e quem quisesse teria que conseguir por conta própria; finalmente o consumo foi extinto no interior das *cadeias do PCC*. Segundo ela, antes disso, muitos consumidores contraíam **dívidas impagáveis**[155], o que gerava episódios violentos de cobrança, restando a muitos prisioneiros só habitar o *seguro*[156]. O fim tanto do uso quanto da venda da droga foi registrado posteriormente em um manuscrito que circulou no interior das prisões, justificando o benefício dessa proscrição que, junto com outras medidas[157], marcava um momento menos conflituoso nos recintos prisionais[158].

Recuperando depoimento de Marcola[159] à CPI do Tráfico de Armas[160], a autora mostra que para chegar a esse tipo de decisão foi preciso a produção de

---

sujeitos perdem algo muito precioso na escala de valor criada pelos rappers para a classificação dos sujeitos: eles se tornam motivos de vergonha para os pais e para os próprios filhos e, mais importante, perdem o controle sobre o próprio destino" (op.cit:104-105). **Uma diferença parece ser relevante: boa parte das músicas indica que a sociedade mais ampla tem "culpa" neste quadro, o que de alguma forma afasta a responsabilização individual.** Outra letra de música é contundente nesse sentido: "*Tá aqui a receita/O Brasil dá o revólver/Põe no seu cachimbo uma pedra e adiciona a cinza*" (Facção Central, Nada é mais como antigamente). A título de exemplo, algumas outras frases de canções que mostram o repúdio ao crack: *"Deixe o crack de lado/ escute o meu recado"* (Racionais MCs Periferia é Periferia,); *"Então prefiro sim um fininho* [cigarro de maconha] *do que o diz que me diz/Do que a pedra no cachimbo e o pó no nariz."* (Sabotage, Cocaína); *"puxa fundo/ vai morrer num segundo quer o que?/eu não quero ver o mal de um irmão que não sabia o que era o crack"* (Conexão do Morro, Super Billy); *"são pessoas boas que estão se transformando em pessoas más, não posso acreditar que se deixou levar ao ponto de pelo crack estar dominado/ foram 26 anos perdidos em poucas horas, e pelo crack você ignorou a sua própria vitória"* (Consciência Humana, Lembranças).

155 Também segundo Dias (in Manso, 2009), a dívida de drogas era um dos principais motivadores de mortes violentas na prisão.

156 Trata-se aqui de fazer referência à divisão espacial existente nos presídios entre *convívio* e *seguro*. Para mais detalhes, cf. Marques (2009).

157 Entre elas: diminuição no número de homicídios e das agressões entre presos, fim dos abusos sexuais, fim da venda de espaço na cela, fim da troca de favor com agentes penitenciários em benefício próprio em detrimento de outros, repúdio ao uso de palavrões. (Cf, Biondi in Manso, 2009).

158 De acordo com Dias (2009), ao longo do processo do estabelecimento do PCC nos presídios, vê-se um movimento de recrudescimento de espetáculos simbólicos de demonstração do poder através do horror, seguido do desenvolvimento de formas mais *"racionais"* (termo da autora) de regulamentação dos conflitos.

159 Marcos Willian Herbeas Camacho, acusado por muitos de ser o líder do PCC em São Paulo. Liderança que é negada por ele. Importante aqui destacar, como mostram Marques e Biondi (in Manso, 2009), que Marcola teve um papel decisivo na guinada histórica do PCC, criticando e

um *consenso*[161] – o que, por sua vez, corrobora com outros de seus argumentos de que o PCC é constituído de relações travadas artesanalmente, nas quais tudo está em constante negociação, transformação, discussão. Mais importante: consensos e orientações não podem ser confundidos com leis, regras, ordens ou julgamentos; devem ser observados à luz de um incessante debate sobre ***"o que é certo"*** – isso implica que, se de um lado, *"ninguém é obrigado a nada"* e não são previstas punições a quem transgride o suposto código; de outro, é preciso saber que *"tudo vai ter conseqüências".* Ou seja, se ninguém tem autoridade para punir, todos têm que ser responsáveis pelos próprios atos, e por suas decorrências.

Para exemplificar a auto-responsabilidade pelos atos e *conseqüências,* a antropóloga narra um episódio **posterior** ao banimento do crack nas cadeias, ocorrido com Silas, um preso que teria ligado para a mãe pedindo dinheiro para pagar o PCC senão seria assassinado. Silas foi denunciado pelo seu companheiro de cela, que sabia que esse era um dinheiro para quitar uma dívida com drogas. Iniciou-se então um *debate*, onde se comprovou a acusação. Como *conseqüência*, Silas ficou *interditado*: a ele não se venderia e não se ofereceria drogas; ninguém também consumiria junto com ele.

Se o exemplo é interessante para percebermos a dinâmica das *conseqüências,* no que se refere às *ideias* sobre drogas resta algo inexplicado, na medida em que, como podemos ver, a possibilidade de contração de dívidas não se restringe ao crack – justificativa que esteve, na acepção da autora, na base de seu banimento. Silas se endividou – e sofreu as *conseqüências* – pelo

---

"batendo de frente" com Geleião e Cesinha, últimos fundadores vivos do coletivo que, contudo, abusavam dessa condição. Para esse *"bater de frente",* Marcola teria recebido amplo apoio da população carcerária. Desde então, o ideal de *igualdade* foi acrescentado ao lema do PCC e foi extinguida a figura do *fundador* ou de *líder*, baseada numa hierarquia piramidal. Na sequência dos crimes ocorridos em maio de 2006, a Revista de Estudos Avançados da USP produziu um número – 21 (61), 2007 – destinado ao tema. Nele, um breve perfil de Marcola foi feito por Marcos Antônio Coelho. Para conferir, ver ps. 71-75.

[160] O depoimento pode ser acessado em sua íntegra pela internet; foi realizado em 08/06/2006; durou 4hs13' e consta de 205 páginas. Também tive acesso a ele e o utilizarei na exposição.

[161] A autora fez uso do seguinte diálogo do depoimento:

> "DEPUTADO PAULO PIMENTA - Agora, para se chegar a uma decisão sobre isso, é preciso que haja um comando.
> MARCOS WILLIAN HERBAS CAMACHO (Marcola) – Um consenso.
> DEPUTADO PAULO PIMENTA - Um consenso, um comando.
> MARCOS WILLIAN HERBAS CAMACHO (Marcola) – Um consenso, o senhor não acha?
> DEPUTADO PAULO PIMENTA - Certo, um consenso. Agora, há necessidade de ter uma…
> MARCOS WILLIAN HERBAS CAMACHO (Marcola) – Alguém dá uma idéia, por exemplo. Alguém pensa, raciocina e fala: 'Ô, gente, o que que vocês acham de a gente abolir o *crack* dentro da prisão?' Isso é mandado pra todas as penitenciárias, todas as penitenciárias do Estado. (…) Aí os presos de todas as penitenciárias vão expor suas opiniões, contrárias ou a favor. Se a maioria for a favor de abolir o *crack*, o *crack* vai ser abolido, conforme o caso."

seu consumo de cocaína e maconha. Dúvidas pairam, então, sobre essa extinção: o crack, diferente da cocaína e da maconha, teria um potencial ainda maior de aumentar as dívidas e os conflitos? Quais são os outros aspectos que circunscrevem essa supressão?

Outro trecho do depoimento de Marcola, não utilizado por Biondi, pode nos oferecer pistas para complementar um caminho interpretativo:

> O SR. MARCOS WILLIAN HERBAS CAMACHO (Marcola) – (...) Por exemplo, dentro do sistema penitenciário de São Paulo é proibido o uso de *crack*, de uma droga chamada *crack*.
> O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Isso foram os próprios presos que estabeleceram essa regra.
> O SR. MARCOS WILLIAN HERBAS CAMACHO (Marcola) –- Foi essa organização criminosa, **que viu a degradação a que os presos estavam chegando e viu que estava totalmente sob... em falta de controle. Não tinha como controlar o *crack* dentro da prisão**. **Então foi simplesmente abolida, pro cara... Como se abole uma droga que faz o cara roubar a mãe, matar a mãe e tudo o mais? É difícil. Então, tem que mostrar a violência e falar: *"Ó, cara, se você usar isso, pode te acontecer..."*. (grifos meus)**

Tal trecho do depoimento nos obriga a olhar para outras questões que não se resumem à contração de dívidas comerciais. Ele revela um terreno moral: degradação, falta de controle, desrespeito aos laços mais elementares, dos quais "a mãe" é figura emblemática. O próprio Marcola, em outro trecho do depoimento, deixa claro que o PCC, além de certas orientações de convívio e disciplina, teria também estabelecido orientações relativas à higiene – o que, como mostrarei no capítulo V, também se liga a questões morais[162]. O relato aponta ainda para a possibilidade dessa extinção não ter ocorrido apenas consensualmente; mas também por meio da violência[163]. Não entrarei em tal discussão porque não realizei pesquisa no interior de presídios.

O foco aqui é apontar, na esteira de Biondi, o fato de que, entre as drogas, há, nas *ideias* do PCC, uma gradação valorativa. Como se nota no caso de Silas, todas as drogas podem gerar endividamento, mas o consumo

---

[162] "O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Quanto tu fala aí essa organização, é o PCC, não é?
O SR. MARCOS WILLIAN HERBAS CAMACHO (Marcola) - Então.
O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Essa organização, ela estabeleceu regras de convívio.
O SR. MARCOS WILLIAN HERBAS CAMACHO (Marcola) – **De convívio, de higiene...**
O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - De disciplina.
O SR. MARCOS WILLIAN HERBAS CAMACHO (Marcola) - Disciplina." (grifos meus)

[163] Reiterando o que já foi escrito, ao contrário de Biondi, Dias (2009) define o PCC como instância alternativa de imposição de normas e de resolução de conflitos no interior das unidades prisionais, em seu início operando a partir da violência e só posteriormente operando a partir de formas por ela chamadas mais "racionalizadas", isto é, os tribunais.

continuado de cada uma delas envolve apreciações de comportamentos considerados mais ou menos *certos*. Sabendo disso, outra questão é colocada pela autora: se o fim do consumo e do comércio do crack ocorreu e foi bem sucedido no universo prisional, porque ele continua a se realizar fora das prisões?[164]

Biondi escreve que, em 2005, ela teria ouvido relatos sobre a proibição da venda de crack nas *quebradas*. Segundo ela,

> Diziam que o consumo abusivo de crack por pessoa da comunidade, por um lado, a faria perder a dignidade; por outro, iniciar conflitos em função, por ex., da violência e do roubo dentro da comunidade. Na época chegou-se a noticiar queda do consumo de crack, mas logo depois a venda voltou a ser praticada, "o dinheiro teria falado mais alto". (Biondi, op.cit)

Interessante é o fato de que o endividamento, que parece ter motivado a extinção do crack nos presídios, não aparece para justificar uma tentativa de proibição de crack nos bairros. Considerando obviamente as diferenças de escala e intensidade dos conflitos nos dois espaços, nas *quebradas* as pautas eram a *"perda da dignidade"* e a *"violência e o roubo dentro da comunidade"*; mais uma vez, a falta de um suposto auto-controle e o desrespeito aos laços comunitários (enunciados também por Marcola). Ainda assim, e apesar de tais valores morais, a justificativa econômica, aparentemente contraditória à moral, se sobrepõe: nos bairros, *"o dinheiro teria falado mais alto"*. A antropóloga lembra que, embora a *ideia* de manter o crack longe das *quebradas* não tenha tido o mesmo alcance e a mesma eficácia que teve nas prisões, também nos bairros há o mesmo mecanismo da *interdição*, que é exemplificado por ela a partir de relatos de mães que, vendo os filhos se destruírem na droga ou sendo vítimas de agressões, vão até o traficante que, por sua vez, *interdita* o filho dela, isto é, não vende drogas e orienta a comunidade a não oferecer drogas nem usar com ele. Segundo a autora, tal

---

[164] Outro trecho do depoimento de Marcola é também ilustrativo do que se passa fora das prisões:

> O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - ...Vocês mesmos chegaram à conclusão de que o *crack* tinha que ser proibido, porque senão ele ia destruir as pessoas.
> O SR. MARCOS WILLIANS HERBAS CAMACHO (Marcola) - Exato. E tava destruindo mesmo.
> O SR. DEPUTADO PAULO PIMENTA - Então vocês também devem ter algum tipo de interesse que o *crack* não destrua as pessoas fora dos presídios.
> O SR. MARCOS WILLIANS HERBAS CAMACHO (Marcola) - Se eu pudesse coibir o tráfico do *crack*, o senhor pode ter certeza, fora do presídio, eu faria. Só que eu não tenho força pra isso, não. São poderes muito grandes.

mecanismo implica que a venda será feita apenas aos que *"sabem usar"*, portanto, aos que não deixam os efeitos da substância comprometerem sua *"dignidade"*.

Se, abusando da comparação, fizermos um paralelo com os modelos de terapêuticas observados no capítulo anterior, o modelo adotado aqui, para quem *"não sabe usar"*, é o da abstinência, não o da redução de danos. Expressões que vêm sendo pronunciadas publicamente, com um tom de chacota, de que *"as cadeias são as melhores clínicas de recuperação do Estado"* merecem, com isso, ser levadas em conta e observadas na complexidade envolvida. Ou seja, este campo das *interdições* parece envolver não só um processo histórico de novas regulações nesses territórios, como também noções muito particulares de comportamento desejável e respeitável, de cuidado corporal e de ajustes a orientações, consensuadas pelo PCC, em torno do que é o *certo*.

De seu lado e visando evitar mais punições, aos usuários de crack não resta outra alternativa que não se esforçar para não atrapalhar as negociações do tráfico, nem cometer infrações que tenham como *conseqüências* o prejuízo do próprio uso ou, como pude observar ao longo de minha pesquisa de campo, a restrição de frequentar e circular por tais espaços. Pois, como também já mostrou Biondi, a *interdição* nas ruas não tem a mesma eficácia que nas prisões, porque há a possiblidade de deslocamento. É mais fácil para os usuários procurarem outros pontos de vendas de drogas, bem como outros fornecedores, que nem sempre se conhecem (mesmo que sejam ambos *irmãos* do PCC). Outras vezes, se os traficantes se conhecem, o usuário precisa se afastar mais da região para conseguir sua droga. Muitas vezes, segue ela, é assim que se chega ao centro da cidade, após sucessivas recusas de venda nos bairros.

Diferentemente do que ocorre em bairros como os descritos pela antropóloga, cujas gestões se dão sob o consumo de moradores do local, nesta linha de trem em que fiz o meu estudo estão usuários de crack vindos de outros locais. Seu João, por exemplo, veio do Rio de Janeiro. Muitos moravam em outros bairros periféricos de Campinas. Alguns, como Roger, tinham histórico de abrigamento e institucionalização e vários vinham de outras cidades da Região Metropolitana, como Jundiaí, Vinhedo, Hortolândia, Sumaré.

Centrada na gerência mais cotidiana e miúda, não tenho dados para afirmar que esta linha de trem concentrava aqueles cujas andanças eram resultantes de uma série de *interdições,* acionadas, como vimos, em casos mais extremos. No entanto, pude notar uma diferença considerável: os moradores do entorno que usavam a droga **ocasionalmente** não eram objetos desse mecanismo, nem tinham sua circulação e espaço de consumo vigiados e regulados; também não eram tratados com descaso pelos vendedores. Eram ações fundamentalmente dirigidas às pessoas que lá estavam utilizando crack constantemente e sobre as quais era atribuído o rótulo de *nóias,* vistas como pessoas que *"não sabem usar".* Ainda assim, chama atenção o fato de que os usuários de crack mais assíduos não sejam moradores oriundos do local.

Além disso, é importante ressaltar que não apenas os consumidores de crack podem sofrer *interdição.* Segundo Biondi, o que está em questão não é a substância, mas o controle de si e a interferência do consumo na rede de relações. De acordo com ela, não há problemas no consumo continuado de cocaína, desde que *"o consumidor seja capaz de manter sua dignidade, sua hombridade, que permaneça sujeito-homem, que tenha controle de si e que seu consumo não comprometa a qualidade de suas relações" (op.cit).* No entanto, continua a antropóloga, o crack é a substância vista como a maior destruidora da *"dignidade"* de seus usuários, é a droga que *"mais facilmente transforma um sujeito-homem em nóia".* Por isso, seu consumo é mal visto, mesmo que não sejam visíveis os efeitos que transformariam o usuário em *nóia.* Cogita-se que, mais cedo ou mais tarde, ele se transformará em um *nóia.*

Vê-se, pois, uma postura ambígua: de um lado, evoca-se a capacidade do consumidor em manter a própria *"dignidade",* mas ao mesmo tempo se reconhece o grande poder da substância (do crack) em transformar um *"sujeito-homem em nóia".*

É bem verdade, ainda, que indivíduos mais circunscritos ao *"mundo do crime"* também podem ser *nóias.* Mas isso não se mantém sem que se tente o encobrimento dessa condição, de que é ilustrativo o caso de Ricardo, descrito por Feltran (2010b). Numa ocasião, acompanhando a visita domiciliar de um educador do CEDECA, Feltran teria visto Ricardo saindo do banho e depois se enxugando nu. O autor se surpreendeu, a silhueta denunciava: era um *nóia,* tinha *"o corpo genérico do viciado"*, *"corpo muito magro, pele branca e osso"*, estava com o rosto ganhando os ângulos do crânio, olhos fundos, cabelos sem

brilho, pele pálida; *"a toalha velha dava quase duas voltas nele"*. Contudo, este era um aspecto apenas visível em âmbito doméstico. Enquanto se preparava para sair, Ricardo buscava uma vestimenta que cobria o *"corpo nóia";* camiseta listrada bem larga, calça vermelha de moletom por cima da bermuda, tênis, corrente no pescoço, boné, óculos escuro. Conta Feltran:

> paramentado, o corpo de "noia" se disfarçava bem – ser "noia" é perder o respeito dos pares, Ricardo sabe que para manter seu *status* entre os amigos, era preciso parar com o crack. Falou disso algumas vezes.
> Vestido, Ricardo cobria seu corpo na estética típica dos meninos da periferia de São Paulo nos anos 2000; "estilo ladrão", como um outro adolescente me disse. Dei-me conta, enquanto o via se vestir, que aqueles "noias" que reconhecemos como tais, nas ruas, estão em estágio ainda pior do que Ricardo. Com as roupas largas e coloridas, ele disfarçava bem sua condição. A tatuagem no antebraço ganhava coerência estética – compunha o "estilo". (Feltran, 2010b)

Em suma, a partir dos textos de Karina Biondi, do exemplo de Ricardo apontado por Gabriel Feltran e da etnografia colhida no Paranapanema, é possível argumentar que estamos diante dos seguintes modos de gestão: 1) auto-vigilância para os que não querem perder o respeito dos pares; 2) vigilância constante dos que já o perderam, o que, por sua vez, implica em limitar a circulação e o consumo no espaço, bem como ser ríspido durante as negociações e 3) em casos de usos extremos, *interdição,* o que, no limite, pode resultar em expulsão dos bairros. Juntos, mas avaliados caso a caso, são esses os princípios que orientam a gestão dos *nóias* em bairros marcados pelo tráfico de drogas e nos quais circulam as *ideias* do PCC.

Ainda vale considerar, embora sem me estender tanto, o modo como a ação policial nesses territórios interfere em tal gestão. Biondi escreve que *"algo está acontecendo com as quebradas"*, pois teria ouvido muitas queixas de que *"a quebrada está largada"*, em referência a situações que envolviam consumo excessivo de drogas que culminaram em mortes por overdose de rapazes menores de idade, moradores dos locais. Isso teria acontecido quando *irmãos* foram presos, em decorrência de incursões policiais. Ou seja, a ausência de membros do PCC deixaria a *"quebrada largada";* sem eles as mortes por overdose ocorriam em maior quantidade,

> afinal, é responsabilidade deles garantir a vigência da *disciplina do Comando*, da ética por meio da qual o problema não é a venda e nem mesmo o consumo de substâncias entorpecentes. **O problema é o**

> **consumidor perder o controle sobre si, deixar de ser responsável pelos seus próprios atos, perder sua dignidade, sua hombridade, seu *proceder*.** E isso precisa ser evitado, nem que para isso sejam adotadas medidas como a *interdição*. (Biondi, op.cit, grifos meus)

Também ouvi essa mesma expressão quando da viagem repentina de Chico, em referência ao fato de que os *nóias* não estavam respeitando o que fora acordado sobre os locais restritos para o consumo. O interessante aqui é perceber, em ambos os casos, que parece ser justamente a presença de forças policiais, portanto da face repressiva do Estado, que produz o fenômeno do sentimento de abandono nas *quebradas.* Para Biondi, a fuga ou a prisão de pessoas encarregadas de garantir a ética do *comando* impede ou prejudica a gestão sob os *nóias,* logo, os consumidores "perdem-se" mais.

Por essa provavelmente ninguém esperava.

3. Trocas e dívidas, ou uma economia.

Afora ser um fenômeno que demanda gestão "política" dos traficantes, o crack, enquanto mercadoria, ainda movimenta uma economia codificada como ilegal. De uma perspectiva **empírica**, no caso do Estado de São Paulo, há poucas informações sobre esta dinâmica econômica e se sabe menos ainda sobre aquilo que, no tocante ao comércio de crack, parece movimentar um importante imaginário simbólico: as trocas. Afinal, a obtenção do crack implica numa troca monetária; mas não só. Muitos outros intercâmbios estão envolvidos. Comumente se fala sobre a entrega de relógios, de equipamentos eletrônicos, de roupas, de tênis e de alimentos em troca da droga; usualmente se comenta sobre a desproporção de valores nesse câmbio (alguém que está, por exemplo, com vinte reais e se sujeita a receber uma quantidade em mercadoria correspondente a cinco reais); e habitualmente se fala que o usuário, em estágio avançado de compulsão, rouba "o que vê pela frente" para trocar por drogas. Nesse sentido, acredito serem necessários mais esforços investigativos, pois uma série de questões está em aberto na bibliografia: a troca é feita diretamente com o traficante ou há uma intermediação? Quais objetos são mais valorados? Há critérios consensuados pelo PCC sobre essas trocas ou elas estão sujeitas a negociações, e portanto variações, pessoais?

Na medida em que são poucas as informações sobre isso, buscarei aqui um exercício de refletir acerca de algumas observações feitas ao longo do meu

estudo, a partir do já apontado em outros cenários e em outras economias que igualmente se movimentam nas frestas entre o legal e o ilegal, o lícito e o ilícito. O que orienta esse exercício ainda é a pergunta feita pelo redutor: *"por que tão tratando o cara como se fosse lixo, se eles vivem do cara?"*.

Se no item anterior, seguindo os trabalhos de Karina Biondi (op.cit), mostrei que disputas valorativas em torno do que é *certo* parecem elucidar esse maltrato, a intenção agora é observar a mesma questão a partir de um ângulo comercial. O que se segue é, portanto, uma tentativa de discorrer acerca dessas trocas. Baseada em uma série de estudos (alguns apresentados na sequência), apontarei um emaranhado complexo que conecta pessoas, substâncias, lógicas capitalistas de mercado ou de exploração locais e globais, valor de troca e de uso, concepções sobre o humano e, ainda, reflexões sobre o que é uma dívida.

Apenas nessa linha de trem, eu presenciei, por exemplo, a tentativa de um usuário freqüente ali que procurou o *vendedor* com a proposta de trocar a droga por um par de patins do tipo *roller*. Os patins eram relativamente novos e estavam em uma mochila específica para acomodá-los. Os *vendedores* observaram os patins, pegaram-nos na mão, manusearam a mochila e recusaram a troca. O usuário de crack, caladamente, foi embora.

Em outra ocasião, a troca foi consentida quando uma grande ripa de madeira, já desgastada, provavelmente descartada em uma construção, entrou em negociação. Escambo levado a cabo, relações jocosas presentes. O usuário de crack que veio oferecer a madeira tinha uma voz bastante fina beirando à infantil. Ao ouvi-lo propor a troca, os *vendedores* riram muito e o gozaram (*"que voz é essa? Nem parece de homem!"*). Aceita a permuta, o usuário se dirigiu a uma viela próxima ao ponto de venda onde tinha deixado a madeira e veio carregando-a. Teve que fazer um grande esforço para trazer a ripa que, no mínimo, pesava duas vezes mais que ele mesmo.

Os dois exemplos em questão mostram a aparente arbitrariedade dessas trocas. O que faz uma negociação ser bem-sucedida não é o valor dos bens em si. Certamente o par de patins valia mais. Nem mesmo o aparente uso instantâneo da madeira para alguma construção é resposta satisfatória, pois observei que outros objetos com usos semelhantes já foram igualmente recusados. Também não está em questão apenas o apreço pelo propositor da

troca. O homem que veio com os patins era Neno (que será descrito ao fim desta parte), um usuário que estava constantemente na linha e que, na medida do possível, mantinha uma boa interação com os *vendedores*. O outro rapaz, de voz fina, era pouco visto no local. Não era, portanto, o conhecimento de alguém, ou a proximidade com essa pessoa, que favorecia a troca. Ao contrário, era justamente com esses que ali estavam mais frequentemente que a discricionariedade se impunha. O fato é que, sem dinheiro em mãos, nunca era possível prever qual objeto seria avaliado e aceito, nem qual pessoa conseguiria concluir o intercâmbio. Ainda, muitas vezes presenciei nessa extensão usuários de crack dechavando fios de cobre, os quais obtinham pegando[165] da indústria abandonada que ficava na encosta da linha. E na região da "cracolândia", a fonte de busca privilegiada era o lixo do comércio do entorno de Santa Ifigênia, o qual vasculhavam frequentemente à noite. Em ambos os lugares, confirmaram a troca por crack.

Também, como já escrito, narrativas que mostram uma dificuldade em entender o que de fato está em jogo nessas relações são volta e meia encontradas em livros e notícias sobre uso de crack. Apenas para fornecer mais uma ilustração, trago um relato acontecido em Brasília, retirado do livro *Cabeça de Porco* (2005)[166], numa ocasião em que Celso Athayde passou a noite na casa de *"Gordinha"*, uma mulher vendedora de *merla*, droga também subproduto da pasta base da cocaína, cujos efeitos são muito semelhantes aos do crack. Para facilitar a compreensão da narrativa, é necessário dizer que *"Gordinha"* vendia a droga em sua própria casa[167]. Durante a noite, ela

---

[165] O termo *pegar* é o mais propício. Não se tratava de roubo. Eles diziam ter acordo com os seguranças contratados para vigiar a indústria falida e que esses os deixavam entrar em troca de parcela de dinheiro, ou de alguma quantidade de maconha. Mais ao fim da pesquisa, os usuários me disseram que o cobre estava acabando, pois já tinham *rateado* tudo.

[166] Como notei em nota de rodapé anterior, o livro *Cabeça de Porco,* assinado com o antropólogo Luiz Eduardo Soares, é precursor do filme *"Falcão: meninos do tráfico"*, produzido por MV Bill e Celso Athayde. Contrapondo-se a visões particularistas desses territórios, o livro narra uma série de histórias de pessoas (sobretudo jovens) envolvidas na *"vida do crime"* em diversos estados do país. Nas palavras dos autores, *"o propósito do livro é traçar um vasto painel* ***realista*** *sobre a violência instalada em vários estados brasileiros"* (Athayde et al., 2005:14, grifos meus). Chama atenção a estratégia de não datar nenhum desses relatos, o que parece uma tentativa de fornecer uma interpretação atemporal. É preciso lembrar, mais uma vez, que tal perspectiva compõe aquilo que vem sendo apreendido como disputas políticas pela representação (Frúgoli Jr, 2005; Hamburguer, 2007).

[167] Importando como narrativas que são constantemente retomadas, há um paralelo inclusive na escolha e construção dos personagens; este é o caso de Soraia, descrita por Marcos Uchoa (1996): "*Soraia distribui as pedras para três revendedores, seus funcionários, e o que sobra vende tudo. 'Vem gente de tudo quanto é lugar. O chato nessa área é que craqueiro não tem hora. Aparece aqui quatro, cinco da manhã. É um inferno, mas não posso me queixar', afirma. Há cinco anos no ramo, a* ***'gorda da pedra'****, seu apelido na região, consegue faturar R$ 9 mil por mês,*

trancava a casa e aos usuários só restava comunicar-se com ela a partir de abertura feita numa das portas. Segue-se, então, o relato:

> Mais tarde, surgiu outro homem. (...) colocou a cara e depois o braço pela portinhola. Portava um cheque de cinqüenta reais. A Gordinha se levantou, pegou o cheque e começou uma negociação:
> —Troca esse cheque pra mim? – perguntava ele com um sotaque carregado.
> — Tá doido é? – retrucou a Gordinha, com firmeza.
> — Ói, tem 50 contu aí; me dá cinco potocas de merla.
> Isso representaria para o rapaz um prejuízo de 50%, considerando que a mercadoria custava R$5,00. A Gordinha disse que não, que ela não trabalhava com cheque, que só aceitava se ele levasse uma potoca. Fiquei puto com ela. Porra, era pura exploração. O rapaz era cliente dela; ele tinha dito, inclusive, que não era a primeira vez que trocava e que o cheque era quente. O cara ficou nervoso e travou uma breve discussão com ela, até que ela perguntou se ele estava a desrespeitando. Ele se calou, amansou a voz, pediu o cheque e disse que não queria mais. Agradeceu e foi embora, ostensivamente puto da vida. A Gordinha se voltou pra nós, sentou no sofá ao meu lado e fez críticas ao rapaz: "Esses caras são muito espertos. Eles querem moleza". **Realmente, aquilo era uma outra lógica.** (...)
> Na sequencia, outro homem bate à porta desesperado. Aliás, desespero era o que todos os clientes tinham em comum. As batidas eram fortes. A Gordinha levantou, em seu estilo briguento, mas ao mesmo tempo acolhedor. Dependia sempre das circunstâncias. Foi até a porta. O homem colocou pelo buraco da porta um vestido preto, parecia novo. Ela disse que não queria. O sujeito insistiu, pediu pelo amor de Deus. (...)
> A Gordinha me olhou. Ela deve ter se lembrado que tinha me falado dessa realidade e resolveu abrir a porta.(...) A porta se abriu e a esperança do homem se intensificou. Ele abriu o vestido – um desses que as meninas usam nas festas de 15 anos. O sujeito tremia e mal conseguia falar. Pedia merla, merla, merla... Ele, no máximo, sussurrava (...)
> — Não! – sentenciou a Gordinha. E bateu a porta em sua cara. Antes de sair ele demonstrou um desconsolo que só nos enterros eu tive chance de ver. A Gordinha era grossa, mas eu aprendi a aceitar. **Não era racional** ser cortês em circunstâncias como aquela. (...)
> Antes mesmo que eu me refizesse do baque, o braço do rapaz do cheque invadiu a sala através da portinhola. Ele dizia que estava arrependido e que aceitava a proposta da Gordinha.
> Ela se levantou com má vontade e com ar de vencedora, como se tivesse certeza de que ele voltaria. **Era uma teoria comercial que eu aprendia naquele momento, mas que convém esquecer. Às três da manhã, um cheque de 50 reais vale, no máximo, cinco reais** (ou uma potoca). (Athayde et al, 2005:28-29, grifos meus)

Também no relato de Athayde se revela uma sensação de confusão diante das relações comerciais envolvidas. O que inicialmente ele considerava

livres, já descontada a caixinha de R$ 3 mil por semana para policiais civis e militares que, segundo ela, dão cobertura ao seu negócio" (Uchoa, 1996:37, grifos meus).

uma exploração (lucrar 50%), para Gordinha significava não cair na *esperteza*, não *"dar mole"* para esses usuários. Ao fim, esse mesmo cheque de 50 reais acaba valendo 5 reais, ou uma *potoca de merla*; o usuário aceita aquilo que Athayde entendia como exploração e ainda se mostra arrependido de ter discutido com a vendedora. O segundo exemplo, do "vestido de 15 anos" que foi recusado, mais uma vez reforça, para Athayde, a aparente "irracionalidade" envolvida nessas trocas; prova inconteste de uma *"outra lógica"* comercial, determinada sempre de um único lado, e *"que convém esquecer".*

Ainda é preciso considerar que, para além da troca não equivalente de dinheiro, assim como da suposta arbitrariedade dos objetos que serão aceitos, outros intercâmbios estão envolvidos: os usuários de crack podem oferecer mão-de-obra barata para os traficantes de drogas (como mostra o caso de Roger e o estudo de Batista[168], 2011) e, de modo mais complexo, também negociam seus próprios corpos. Especialmente no caso das mulheres, essa condição envolve situações por vezes bastante delicadas em que se mesclam desejo sexual e violência. Ou seja, para obter a droga uma série de negociações podem ser empreendidas. Dinheiro, objetos, trabalhos e corpos são cambiados e valorados situacionalmente, muitas vezes de modo discricionário e até despótico. Por meio deles, trocam-se também proximidades, distâncias, autoridades, poderes, submissões, vontades e complacências.

Seguindo na reflexão, proponho um deslocamento de escala, que é necessário para minar a ideia de que as trocas aí envolvidas se limitam

[168] Liniker Batista (2011), também mostra, a partir de pesquisa em um bairro periférico da cidade de São Paulo, a prática de recrutar o que ele chama de *"trabalhadores viciados"* para trabalhar em regime de hora-extra, a fim de pagar dívidas contraídas. Em nota, o autor faz uma relação com a escravidão por dívida, bastante relatada nos estudos sobre população camponesa. Ainda, lembro aqui que essa cadeia de subcontratações foi também observada por Rosana Pinheio-Machado (2008) em seu trabalho acompanhando *sacoleiros* e camelôs em compras na Ciudad del Este, no Paraguai. Ela observou que o ofício de *sacoleiro* era o mais alto dentro deste universo de contrabando. Assim que chegavam na cidade para as compras, os *sacoleiros* contratavam um *laranja* (alguém que por 15 reais carregará o dia todo suas compras e que ainda atravessará a *Ponte da Amizade* com eles). Em caso de as sacolas estarem muito pesadas o *laranja* contrata por 3 reais um *carrinheiro* (alguém que possui um carrinho de ferro para transportar mercadorias) – se seu lucro era de 15 já é de 12. Ao atravessar a ponte, tem que despensar o carrinho e quando a quantidade de mercadoria for maior que o regulamento (à época 3 sacolas), o *laranja* contratará outro *laranja* por 5 reais e esse segundo *laranja,* por sua vez, pode contratar outro assistente, frequentemente criança ou adolescente que faz a travessia por 1 ou 2 reais. A autora notou que os que estão em postos superiores frequentemente tratavam os de baixo de forma ríspida, e esses por sua vez sanavam desentendimentos pedindo *"desculpa patrão".* Segundo a antropóloga, *"nesse universo de 'patrões', a cadeia de subcontratações só finda quando se chega ao limite da precariedade. Trata-se de um processo de terceirização do serviço informal por excelência, sem qualquer respaldo formal"* (Pinheiro-Machado, 2008: 123)

somente aos cenários investigados. Como outros estudos vêm apontando (Epele, 2010; Bourgois, 2003; Bourgois &Schonberg, 2009), tais trocas, em alguma medida, se inserem nas correlações entre o surgimento de novas drogas como o crack e as estruturas macro-estruturais que estão na base da produção das atuais pobrezas urbanas. Mais longinquamente, elas, de certo modo, retomam, num cenário novo, aquilo que a literatura antropológica já observou acerca da experiência econômica que se movimenta nas franjas do legal e do ilegal, do lícito e do ilícito: o uso dos corpos de uns para o empoderamento de outros (Taussig, 1993, 2004; Comaroff e Comaroff, 1999; Scheper-Hughes e Biehl, 2000; Pinheiro-Machado, 2008). Termos como *economia marginal* (Epele, 2010), *economias ocultas* (Comaroff e Comaroff, 1999), *economia do terror* (Taussig, 1993) vem sendo usados para conceituar esses processos. De minha parte, sem tentar adjetivar o fenômeno que me interessa descrever, apreendo-o pura e simplesmente pelo que ele também é: *uma economia*. Parto então para essa vista ampliada e depois volto aos casos concretos.

María Epele (2010) utiliza o termo *"economia marginal"* para pensar o crescente consumo e comércio de *paco* (modo como a pasta base de cocaína é chamada na Argentina) em bairros pobres da grande região metropolitana de Buenos Aires. Segundo ela, o termo abarca o processo de expropriação que, na perspectiva dos atores sociais, é experenciado em termos de *perda*, *tomar vantagem*, *abusar* e *roubar,* mas que, analiticamente, só é inteligível se relacionado aos fluxos globais de acumulação de capital. Ou seja, através da ideia de *"economia marginal"*, a autora visa apreender sistemas econômicos que nublam definições estanques porque, vistos empiricamente, envolvem grande violência e exploração que, estranhamente, nos fazem esquecer as estruturas maiores que os constituem. Tais sistemas teriam em comum o fato de desenvolverem economias (nesse caso, proscritas por políticas nacionais e internacionais) que, no limite, se caracterizam pelo desenvolvimento de mecanismos e táticas que exploram recursos humanos, econômicos e naturais em determinados contextos e populações, extraindo deles bens e direitos.

Igualmente comum é o fato de que a moldura mais ampla desses empreendimentos econômicos não se mantém sem uma remontagem local de relações sociais determinadas que abarcam trabalho, vínculos pessoais, práticas corporais. Para tanto, a produção de dívidas e de novos trabalhos em

condições abusivas ocupam um lugar central. Ainda segundo Epele (2010), uma das estratégias de tais economias é a chamada conquista pelo consumo – o que envolve a produção de novas dependências e se relaciona diretamente à feição mais extrema, e segundo a autora *"selvagem"*, do desenvolvimento do próprio capitalismo. Desse modo, ela conclui:

> Em vez de ser considerada exceção 'exótica', consequência inesperada, reação espontânea frente a circunstâncias extraordinárias, a extração através do consumo (...) se converte em âncora de uma economia que, longe de estar fora do capitalismo, pode ser entendida como um dos paradigmas de sua face mais selvagem[169]. (Epele, 2010:51)[170]

Ou seja, para a antropóloga, o avanço do capitalismo neoliberal inclui a produção e o progresso de novas economias (muitas delas ilegais) que, de modo bastante paradoxal, mostrando seu lado mais perverso, se tornam quase irreconhecíveis como capitalismo. Com isso, o ensinamento é claro: tirando de vista este panorama mais amplo e estrutural, corremos o risco de nos perder procurando a causa de tal *"exploração"* nas relações imediatas entre os pequenos traficantes (certamente não os que mais lucram com essa venda) e usuários. Se, de perto, elas podem parecer (como pareceram para Athayde) uma *"outra lógica";* vistas pelo ângulo proposto por essa literatura, elas se tornam práticas totalmente previsíveis no capitalismo[171].

Mas é preciso ainda centrar nas drogas e atentar para a peculiaridade dos efeitos de cada substância. Nesse sentido, Epele (2010) argumenta que, em tais economias, substâncias de pior qualidade e mais prejudiciais à saúde,

---

[169] Tradução livre minha.

[170] No caso brasileiro, provas ainda mais contundentes desta feição *"selvagem"* parecem ser as denúncias que a *frente parlamentar de enfrentamento ao crack e outras drogas* tem levado a cabo. De acordo com elas, trabalhadores de plantações de cana-de-açúcar no interior do Estado de São Paulo estariam usando o crack e sendo incentivados a consumirem-no pelos usineiros, com fins de aumentar a capacidade de produção. Sob efeito da droga, trabalhariam em média 14 horas por dia sem interrupção. De acordo com notícia veiculada no site Terra, os funcionários, pagos pela produtividade, fazem uso da droga para agregar valor físico e aumentar a produção, mas após quatro ou cinco anos são afastados e demitidos em decorrência da dependência química. Como em grande parte não possuem vínculo formal de trabalho, nada recebem depois da prestação do serviço, restando-lhes apenas a saúde debilitada pelo crack. (Fonte: SP-usineiros incentivam crack para cortadores trabalharem 14hs, http://noticias.terra.com.br/brasil/noticias/0,,OI5360490-EI306,00-SP+usineiros+incentivam+crack+para+cortadores+trabalharem+h.html, último acesso em 21/09/2011às 09:33hs).

[171] Nas palavras de Mike Davis (1993), *"o comércio contemporâneo de cocaína é um exemplo assombroso do que alguns economistas políticos (...) estão chamando agora de 'acumulação flexível' numa escala hemisférica. As regras do jogo são combinar o máximo de controle financeiro com a instalação flexível ou permutável de produtores e vendedores em vários contextos nacionais"* (Davis, 1993:274). Para mais informações sobre a "economia política do crack", cf. Davis, op.cit:273-280.

assim como os modos de produção e de uso mais perigosos, se concentram e se decantam em corpos específicos. Não à toa ela considera o *paco* uma *"droga de extermínio"* ao atingir com grande vigor (tanto em termos estatísticos quanto corporais) populações urbanas mais pobres.

Philippe Bourgois há muito vem se preocupando com semelhante questão. Em seus estudos sobre traficantes de crack em Nova York (1993)[172] e sobre usuários de heroína em São Francisco (2009)[173] nota-se a tentativa de, num escopo mais amplo, também perseguir os modos como a política neoliberal opera ao nível da vida cotidiana e inflige sofrimento. Especificamente no segundo trabalho (realizado em conjunto com o fotógrafo Jeff Schonberg), o autor tem a explícita intenção de construir uma *"teoria do abuso"*, a partir de um diálogo com autores como Marx, Foucault e Bourdieu. Nessa teoria, a experiência individual de sofrimento ligada ao abuso de substâncias é apreendida no contexto de forças estruturais, sobretudo políticas e econômicas. Em outras palavras, a *"teoria do abuso"* propõe que o sofrimento físico e psíquico, crônico e cumulativo, dos usuários de crack e de heroína pode ser melhor entendido se observado como um fenômeno envolto em diversos relacionamentos sociais, pessoais e corporais abusivos ao mesmo tempo que politicamente estruturado.

Mais voltados para o contexto e práticas sul-africanos, também Comaroff e Comaroff (1999) estão preocupados com a proliferação de narrativas que parecem dar mostra da *"nova magia do capitalismo"*, isto é, a produção de economias que se movimentam nas fronteiras do lícito e do ilícito e que tentam o máximo de lucro a partir de quase nada. Recorrendo a exemplos etnográficos, eles mostram como as situações de exploração, sobretudo dos corpos de pessoas, só são possíveis porque se ligam intimamente à criação de um léxico que as aloca no reino da natureza ou em um imaginário monstruoso. Trazendo para o meu contexto, mais uma vez, não é de estranhar então as narrativas que visam tirar a "humanidade" dos usuários de crack, colocando muitos deles na categoria de *"zumbis"*[174]. Como

[172] Recomendo a resenha de Daniel De Lucca (2011) sobre a edição francesa deste livro.
[173] Resenhei este livro para a Revista Tempo Social (Rui, 2011).
[174] Recorrência narrativa e expressiva quando se fala dos usuários de crack, congregando e potencializando a representação de um tipo social fora da humanidade, de que é exemplo o seguinte trecho: *"Farrapos enrolando restos de humanidade (...). Durante o dia dormem espalhados em qualquer lugar, à noite tornam-se* ***zumbis*** *alucinados em busca de alguma coisa que a droga coloca na sua frente. (...) São fantasmas urbanos, às dezenas espalhados pela área,*

mostram os Comaroff, isso também é parte da economia, por eles chamada de *"oculta"*, que borra as desigualdades, bem como os custos humanos e sociais envolvidos no processo de obtenção de lucro. De novo, um olhar demasiadamente localizado não dá conta dessa percepção.

No entanto, e já começo aqui o meu retorno, o maior desafio de fazer esses vôos analíticos é o fato de que, em situações históricas e espaciais diversas, eles ganham colorações concretas bastante particulares. No meu caso, o que eu via empiricamente era apenas uma suposta arbitrariedade presente nas trocas que não envolviam dinheiro em espécie. Via também a delimitação espacial e simbólica, bem como o descaso dos traficantes em relação aos que eles chamavam de *nóias* (já relatados ao longo do capítulo). Ampliando um pouco mais o olhar, argumentei, à luz dos trabalhos de Biondi (op.cit), que essa gestão da circulação e este modo de tratamento estão *em sintonia* com as *ideias* do PCC sobre o consumo de crack e sobre os *nóias*. Contudo, analiticamente, foi preciso aumentar ainda mais o escopo indutivo para lembrar que a suposta arbitrariedade das trocas não está restrita apenas à relação diária entre traficantes e usuários, mas repõe práticas já observadas pelos que se dedicaram ao estudo das economias *marginais* ou *ocultas*, preocupados em observar a ponta de comércios globais.

Ou seja, o olhar também foi se ampliando por camadas; cada uma delas iluminando aspectos distintos desse cenário. Sobretudo, e talvez mais importante, cada uma dessas camadas tem a vantagem de frear explicações por vezes simplistas e apressadas que advogam a "irracionalidade" dessas práticas. Se seguirmos o que já foi observado por essa literatura, veremos que não há nada de "irracional" aqui: é como opera o capitalismo nas arestas confusas que separam e unem o legal e o ilegal, o lícito e o ilícito, também o formal e o informal.

Mas eu ainda continuo interessada na pergunta do redutor (*"Por que tão tratando o cara como se fosse lixo, se eles vivem do cara?")*. Uma última vez, agora com fins de escarafunchar os sentidos simbólicos que subjazem tais práticas (se é que eles existem), recorro a Taussig, pois foi ele que, no contexto dos seringais peruanos, enfrentou indagação formalmente semelhante: *"Eles [os índios] trazem tanta borracha e ainda assim são mortos?"* (Taussig,

subcidadãos desclassificados e sem destino ou rumo, perdidos num delírio desesperado" (cf. Luiz Caversan, "Fantasmas Urbanos". Folha de S.Paulo, 29/01/2011, grifo meu).

1995:65). Pois era também no seio da economia estudada pelo autor que se contavam histórias muito semelhantes às narradas na abertura desse item; histórias que alegravam os comerciantes: um índio pedira um machado em troca de determinado objeto e, em outro momento, trocara o mesmo objeto por um simples anzol sem levar em conta qualquer desproporção entre os valores.

O antropólogo adverte que, para refletir sobre essas situações, é preciso, antes, solapar a separação entre práticas "racionais" e "irracionais" (o que já fiz), bem como deixar em suspenso a tentativa de compreender intelectualmente atos de violência e terror (o que não pretendo fazê-lo), já que esta é por excelência a tarefa dos "*relatores de tortura",* que precisam descrever tais situações de modo a *"fazer sentido"* para os políticos e para a opinião pública e que, não raras vezes, encontram *"sentido"* no *"bom senso comum da economia política"*, como se uma *"racionalidade de mercado eficiente"* estivesse por detrás do morticínio[175]. Porém, e aqui reside o aspecto mais instigante para a análise, mesmo a suposta *"racionalidade"* do comércio merece mais explicações, pois muitos poderiam ver solução totalmente oposta como também "*lógica e natural".* Em termos concretos, isso significaria pensar que os índios trabalhariam melhor se não fossem açoitados e se recebessem um salário digno, logo, seria mais sensato e *"racional"* tratá-los com consideração.

Relações semelhantes envolvem traficantes e *nóias*. O redutor me pergunta por que tais usuários são tratados com descaso se os traficantes vivem de seu consumo. Uma forma de enfrentar a questão, tentada através da leitura econômica exposta anteriormente, é indicar que esse comportamento é, afinal, uma possibilidade previsível nesse tipo de economia que se movimenta nas fronteiras do ilegal. No entanto, amparada em Taussig, tal resposta é insuficiente: por que tratá-los com descaso se a lógica oposta, em termos de mercado, é igualmente tão "racional"? Os chamados *nóias* não mereciam ser tratados com mais consideração já que alimentam ferozmente esse comércio?

[175] Partindo da ideia de que conhecemos e tememos o *"terror"* a partir das palavras dos outros, Taussig (1993) examina narrativas que o tematizam, ou seja, narrativas que visam entendê-lo a fim de fazer com que outros (os leitores) também o entendam – essa era a principal tarefa dos *relatores de tortura.* Especificamente, os relatos de Roger Casement recebem grande atenção de Taussig. Casement era cônsul britânico e foi enviado às regiões dos seringais Putamayo em 1910, depois de grande repercussão pública causada pela publicação de uma reportagem, na revista londrina *Thruth,* que denunciava brutalidades praticadas pelas companhias de borracha que atuavam no local, e que eram consórcios de interesses peruanos e britânicos. Ou seja, Casement foi imbuído da tarefa de ir ao local e narrar às autoridades inglesas o que se passava em terras peruanas, por isso o epíteto de *relator de tortura.*

Outras narrativas vêm à tona. É preciso lembrar, por exemplo, que por muito tempo se disse que, enquanto a venda de crack esteve restrita ao estado de São Paulo (por cerca de uma década), traficantes do Estado do Rio de Janeiro se recusavam a vender a droga porque consideravam que seus consumidores morreriam rapidamente. Ou seja, nessa "lógica" não fazia "sentido" um comércio que tinha tempo limitado de duração. Igualmente o debate sobre o crack ser uma droga "barata" animou jornalistas e pesquisadores. Enquanto uns insistiam que a causa da dependência era o baixo preço, outros argumentavam que o consumo continuado fazia o barato sair bastante caro[176].

Com esses exemplos, não estou tomando partido nem refutando possíveis interpretações acerca do mercado de crack. Estou apenas sugerindo que todas essas "lógicas" têm o seu próprio "sentido". Mais que tudo, quero indicar que a explicação "racional" de mercado, justamente porque pode ser "racional" em muitos "sentidos", também precisa ser observada com bastante suspeita. Para sair dessa aporia, lanço mão de uma sugestão interpretativa (também inspirada na leitura de Taussig e da literatura antropológica acerca do "mundo dos bens"), que abre um viés que me parece bastante interessante: comércio, trocas, cobranças e débitos implicam interações, produzem relações.

Taussig segue uma trama, e não é o caso de detalhar o caminho, até mostrar que a **dívida** era o essencial à organização da mão-de-obra durante o ciclo da borracha e também ao seu terror; ela mantinha em relação índios e administradores de seringais e, por vezes, os confundia na mesma medida em que os assemelhava. Ela deixava vivo o *"imaginário colonial"*. E, enfim, ela

[176] Exemplos de trechos de reportagem que corroboram tais narrativas: *"A chegada do crack ao Rio teve 'atraso' de uma década em relação a São Paulo. Traficantes impediram a entrada em grande escala devido ao alto potencial de mortalidade, que não dava lucros por muito tempo"* (Cf. "No Rio, 90% dos meninos de rua usam crack", jornal Folha de S.Paulo, 25/7/2009); ou a crônica de Ruy Castro: *"Bem que o tráfico carioca dizia: o crack é mau negócio. É barato, pega o sujeito de saída e mata rapidinho. É droga de pé-de-chinelo - uma pedra custa R$ 5, o efeito passa num instante e o fulano logo precisa fumar outra. Se alguém na boca começa a usar, arrebenta com o esquema. Além disso, 'suja' a vizinhança: no desespero por mais uma pedra, o usuário achaca quem puder, inclusive parentes e amigos. Donde, se o Rio passou a década de 90 sem crack, não foi porque a lei reprimiu, mas porque o traficante não quis.* (Cf. "Prazeres Fatais", Folha de S.Paulo- 14/11/2007). O debate ainda está em aberto. Reportagem de junho de 2012, publicada no Jornal O Globo, mostrou que traficantes botaram aviso notificando que, "em breve", a venda de crack será proibida nas favelas do Jacarezinho, Mandela e Manguinhos. Segundo essas informações, a ordem teria partido de chefes do tráfico, que estão presos. É preciso, ainda, considerar que, no Rio de Janeiro, tais opções passam por cálculos bem mais complexos, na medida em que o uso de crack em determinadas áreas atrai projetos públicos e pode servir de pretextos para invasão da Força Nacional. Para mais detalhes, cf. "Trafico proíbe a venda de crack em favelas do Rio", disponível em:' http://oglobo.globo.com/rio/ancelmo/posts/2012/06/19/trafico-proibe-venda-de-crack-em-favelas-do-rio-451154.asp#.T-EbsKv75wA, último acesso 21/06/2012 às 11:41hs.

ainda revelava que se estava diante de uma **negociação entre seres humanos.** Pois se, de um lado, os índios, na visão dos colonizadores, espelhavam projeções da selvageria; de outro, era por serem humanos que podiam dever e negociar, ao mesmo tempo em que servir como mão-de-obra e instrumento de tortura. Desse modo, nesse contexto,*"em relação à pergunta 'o que torna um homem um homem?', a resposta que surge com maior presteza é: 'sua dívida'. (Taussig, 1995: 82).*

Mais uma vez, as aproximações são inúmeras: narrativas que surpreendem, atemorizam ou divertem muitos traficantes e também espectadores de TV (afinal, diz-se frequentemente que, por uma *pedra*, se vende *"até a mãe"*); retirada da "humanidade" com a consequente alocação no reino dos *zumbis*, utilização e exploração da mão-de-obra, fortalecimento de um imaginário fantástico que serve à ridicularização, à pedagogia sanitária e, também, ao terror. Do mesmo modo, os *nóias* não estão de todo submetidos ao jugo dos traficantes, ao contrário; como observei em campo, tentam de muitas e variadas formas evitar o encontro. Porém, precisam da mercadoria e, para tanto, precisam se relacionar. Os traficantes, por sua vez, ainda que desprezem as condutas daqueles, também precisam que a mercadoria seja vendida. Se seguirmos com Taussig, é nesse jogo entre precisar comprar e precisar vender que a relação se estabelece, é neste jogo que os usuários de crack saem do reino dos *zumbis* e são devolvidos à humanidade, é neste jogo que, em alguns casos, eles podem ser incorporados, por baixo, na estrutura do tráfico. É, paradoxalmente, neste mesmo jogo que se tira os usuários da vitimização completa e, mais que tudo, é devido a ele que se pode ser responsabilizado pelos débitos e que se pode estar sujeito às *consequências*.

O fenômeno é, nesse sentido, curioso. O que saiu pela porta retorna pela janela. Localmente, tenta-se circunscrever e limitar a circulação e o consumo. No âmbito das *ideias*, se julga o *nóia* pela perda do auto-controle, da *dignidade* e do *respeito* dos pares. Um *zumbi* é lançado ao mundo fantasmagórico. Mas é o comércio que instaura a relação e, ainda, que os devolve à "humanidade", posto que, para ser levado a cabo, prescinde de um mínimo reconhecimento do estatuto de sujeito, necessário para negociar, trocar, contrair débitos e, no extremo da dívida, arcar com as suas implicações.

Mas há uma diferença importante entre o contexto observado por Taussig e este que descrevo. Muito se fala sobre mortes decorrentes de endividamento. Em campo, essas narrativas deixaram cada vez mais de ser ouvidas, o que, obviamente, não implica o fim de ameaças e de agressões físicas, mas revela que novas gestões sobre a morte e sobre as dívidas financeiras estão sendo tentadas e testadas. O débito se paga em vida; a morte não o salda. Como nota Feltran,

> um princípio instituído nos territórios em que o PCC está presente é que a morte de alguém só se decide em sentença coletiva, e legitimada por uma espécie de "tribunal" composto por pessoas respeitadas do "Comando." Esses julgamentos são conhecidos como "debates," (...) Há uma série de reportagens de imprensa e estudos acadêmicos tratando deles. O que importa é que esses debates produzem um ordenamento interno ao "mundo do crime," que vale tanto dentro quanto para fora das prisões. Evidente que a hegemonia do PCC nesse mundo facilitou sua implementação. Com esses debates, aquele menino que antes *devia* matar um colega por uma dívida de R$ 5, para ser respeitado entre seus pares, agora *não pode* mais matar (in Manso, 2009: 170).

Nessa mesma direção, sugiro a outros estudos perseguir empiricamente as correlações entre novas maneiras de negociar dívidas e novas regulações de conflitos nas periferias.

Para encerrar, resumo o argumento do capítulo. Empiricamente, o que mais se destaca é a relação jocosa que marca a interação entre traficantes de drogas e os que eles chamam de *nóias*; interação esta que materializa e é materializada por uma divisão espacial. Parte importante da explicação encontra correspondência, como notou Karina Biondi (op.cit), em concepções de condutas valoradas pelo PCC como *certas*. Assim, a relação entre traficantes e *nóias* fixa posições espaciais e morais relativamente bem definidas neste intercâmbio que, ainda, tem como base um interesse comercial.

Ampliando o olhar para outros contextos, nota-se que práticas semelhantes de comércio e de tratamento foram também relatadas por pesquisadores interessados nessas economias situadas nas fronteiras do legal e do ilegal. Porém, sob o prisma analítico aberto por Taussig e, de modo geral, por uma literatura antropológica afeita ao "mundo dos bens", nota-se que é preciso complexificar a própria obviedade do comércio, posto que mesmo ele

pode parecer "lógico" e "racional" em muitos "sentidos". Com base nisso, a mim me pareceu mais interessante reter a ideia de que relações comerciais envolvem trocas, cobranças, débitos e supõem mínimas relações.

É esse aspecto que embaralha o que aí se passa e que (re)instaura a ambiguidade. Pois se as apreciações morais excluem o *nóia* como um *outro*, as relações comerciais (justo elas que parecem tão auto-explicativas) o incluem e, minimimamente, os restituem como um sujeito. Assim, na mesma medida em que é alteridade radical fundada numa aparente exclusão, num aparente descarte, o *nóia* também desempenha um importante papel, que precisa ser ainda mais pesquisado: o de oferecer os contornos do *certo.*

Enfim, a estada no Paranapanema me permitiu refletir acerca do modo como esses usuários são geridos cotidianamente (e não em situações críticas ou emergenciais) pelos participantes do tráfico de drogas. Ao contrário do que se imagina, a história de Roger mostra que esses que são chamados de *nóias* podem eventualmente ser incorporados na estrutura da venda, mas por baixo, tendo, contudo, sua circulação e, principalmente, o seu consumo no espaço limitados. No dia-a-dia, tal gerência quase não se dá por meio de métodos violentos e autoritários; ela ocorre sobretudo por intermédio de fofocas, boatos, escárnios e, ainda, julgamentos morais – tudo aquilo de que o terror se alimenta. Em termos práticos, trata-se de gerir a circulação; em termos morais, trata-se de hierarquizar e valorar atitudes consideradas *certas*; mas é em termos comerciais que se restaura a possibilidade de uma ínfima interação.

IV. "Cimento não cura crack"[177]: enfrentamentos urbanos

Fotografia: É de Lei/SP

[177] Frase comumente erigida em manifestações contrárias ao projeto Nova Luz (descrito mais adiante), em São Paulo.

O capítulo que segue apresenta dois outros cenários de uso de crack: 1.) o prédio da Vila Industrial, localizado em bairro homônimo na cidade de Campinas e 2.) a "cracolândia" paulistana, que se movimenta pelo entorno do bairro da Luz. Se a linha de trem do Paranapanema, descrita anteriormente, me permitiu pôr em relevo e destaque a relação entre participantes do tráfico de drogas e os usuários de crack rotulados de *nóias*, os dois cenários subsequentes oferecerão sólo empírico para desvelar tentativas de gestões estatais de controle dessa *população*, nas quais, como se verá, encontram-se mesclados gerenciamento do espaço com diferentes tipos de assistência e repressão, cuidado e vigilância.

Focarei o olhar em ações desenvolvidas nestes dois cenários em litígio que, a meu ver, dão "pano pra manga" para a discussão acerca da visibilidade, inclusive midiática, de programas modelos das prefeituras municipais, especificamente, o *Tolerância Zero* em Campinas e o *Nova Luz* em São Paulo. Ambos visam a promoção de intervenções urbanas, que, entre outras coisas, podem ser caraterizadas pelo confronto entre usuários de crack e órgãos assistenciais e repressivos, bem como entre aqueles e os moradores circunvizinhos. Tais embates podem ocorrer ora de forma esporádica (por meio das operações performáticas), ora de forma cotidiana (através de vigilância e encaminhamento). Ao me deter sobre eles, o intuito é mostrar como tais usuários estão sujeitos, mas também impulsionam e (re)criam, aparatos e técnicas políticas de manejo dos territórios e das populações.

Importante para a construção do argumento dessa parte da tese, que realizou um caminho dos bairros em direção ao centro das cidades, este capítulo pretende mostrar que tais enfretamentos retomam e, além disso, reatualizam, no plano público, o horror pela abjeção.

1. O prédio da Vila Industrial

Foto retirada do sítio:
http://www.campinas.sp.gov.br/toleranciazero/acompanhe-as-acoes2.php

Subimos a passarela do Terminal Central e fomos em direção ao prédio que a redutora me disse ser conhecido como *Treme-Treme*, um prédio de duas torres, com oito andares, cuja construção ficou inacabada. Como se nota na fotografia, está com os tijolos à vista, sem reboque, piso cimentado e carece de qualquer revestimento. Localizado na Vila Industrial, numa rua de fácil acesso ao centro da cidade de Campinas, o prédio foi ocupado por usuários de crack, pessoas em situação de rua e travestis.

Assim que chegamos nele, tivemos que falar com dois homens que montavam uma espécie de guarda. Pedimos autorização para subir a fim de distribuir camisinhas. Eles nos autorizaram a entrar apenas na primeira torre e só até o primeiro andar. Enquanto estávamos subindo as escadas, ouvi um grito *("salve na ponte!")*. Fiquei alerta. Algo poderia acontecer?

Chegamos ao primeiro andar e outro homem veio nos receber. A redutora falou o nome da pessoa que procurava e ele orientou: "*espera aí que eu vou chamar*". Notei que haviam construído repartições no local. Cada pessoa tinha seu espaço delimitado, ora com um risco, ora com biombos feitos de papelão. Semelhante aos outros *mocós* que visitara, restos de alimentos se misturavam aos pertences das pessoas e aos destroços da construção interrompida.

Dois ou três homens nos olhavam. A eles, a redutora distribuiu camisinhas enquanto esperava. Quando as duas travestis chegaram,

distribuímos rapidamente o material e fomos embora. Também era um local em que não podíamos permanecer muito tempo.

Passamos cerca de dez minutos ali. Confesso que não consegui observar muito, estava me sentindo deslocada, com vergonha, não sei se de mim, se deles. Permaneci o tempo todo de cabeça baixa, evitando o cruzamento de olhares, evitando que eles vissem que eu os vi. De alguma forma, e sem saber por que, não queria compartilhar aquela condição. Acho que também não queria estar ali.

Também sem saber o porquê, o fato é que os espaços de uso fechados me deixam com medo. Apavoro-me; o pensamento voa enquanto o corpo segue parado: é como se não tivesse pra onde ir, me sinto vulnerável, tendo de confiar na disponibilidade das pessoas aceitarem a minha presença e garantirem minha segurança. Depois dos infinitos dez minutos de espera, agradeci por voltar à rua.[178]

*

Os espaços de consumo fechado me causavam verdadeiro pavor. Além da ida a esse prédio, um sentimento de pânico muito parecido me tomou quando adentrei num galpão abandonado próximo à antiga estação rodoviária. Trechos do diário de campo revelam a semelhança do sentimento:

> Hoje senti medo. Pela primeira vez não escrevo na ordem cronológica dos acontecimentos. A sensação de medo imperou e foi maior. Fazíamos atividade próximos à antiga rodoviária e entramos, sei lá por qual caminho, depois de descer por um barranco, em um galpão abandonado. Assim que chegamos, três homens rapidamente vieram ao nosso encontro. Não tivemos tempo de nada. Um dos redutores falou, comunicativo e sorrindo: *"salve, rapaziada"*. O outro emendou: *"secretaria de saúde chegando; viemos trazer uns preserva pra vocês"*. Um dos homens nos olhou e, ainda encarando, falou: *"da última vez que alguém deu um salve aqui dentro saiu morto"*. Desse momento em diante, eu não consegui prestar atenção em mais nada. Tudo o que eu queria era sair daquele lugar. Os redutores, para contornar a situação, imediatamente distribuíram os folders e falaram do trabalho.
> Só fiquei um pouco aliviada quando uma menina, que estava bem no fundo do galpão, nos reconheceu e gritou: *"nossa tios, quanto tempo, hein!"*. Eu fui para perto dela, mas fiquei quieta. Evitava encontrar o olhar. Ainda assim senti que estava sendo observada por um moço loiro, que vestia apenas um shorts, um boné e calçava chinelos. Os

[178] Caderno de campo, 03/11/2009.

> redutores seguiram distribuindo preservativos e folders para as cerca de dez pessoas que estavam ali. Uma delas aproveitou a oportunidade e foi se queixar da fimose que tinha estourado e doía muito. Eu estava impaciente, queria que aquilo acabasse logo. A menina, sentada num tijolo e fumando crack, tentava puxar papo comigo, dizia para eu me sentar, falou do tempo que não nos víamos, falou do que anda fazendo, da procura por trabalho. Mas eu não conseguia conversar. Queria sair dali.
> O moço loiro saiu por uma das aberturas do galpão e gritou para cinco pessoas que fumavam crack do lado de fora: *"acabaram de mandar um salve pra não fumar aqui fora"*. Essa abertura estava cerca de um metro acima da calçada, o que nos obrigou a pular para sair – e o que também fazia com que as pessoas que chegassem por aquela entrada tivessem que subir. De dentro, cada pessoa que chegava dava a impressão de estar se arrastando.
> Chegou um menino muito bem vestido. De camisa pólo, calças de jeans e tênis. Veio também se arrastando, se levantou, bateu com as mãos na roupa para tirar o pó. Sendo a primeira pessoa que ele viu, veio me perguntar se eu vendia maconha. Ainda estava em outra dimensão e nem consegui elaborar uma resposta; o moço loiro já veio recebê-lo, nem tive tempo de me explicar.
> Saindo, conversei com os dois redutores e disse que fiquei com muito medo. Um deles levantou a hipótese de que a polícia teria acabado de passar – por isso estariam assustados, outro de que talvez teria havido uma demora na nossa identificação.
> Antes disso, tínhamos passado por debaixo de uma ponte que dava acesso à antiga rodoviária. Ali há dois meses estão morando Alessandro e Bruna. Ela é de Valparaíso, uma cidade do interior paulista, e ele é de São Paulo. Conheceram-se em Campinas, para onde ela veio depois de ter saído da prisão. Ele tem 25. Ela 29. Estava grávida, conversamos sobre a criança, ela se mostrava angustiada dizendo que tinha que sair da cidade antes de ter o bebê porque assistentes sociais já tinham dito a ela que tomariam a criança. Ela tem mais dois filhos, que estão com sua mãe, e teve outro, que morreu aos cinco anos de embolia pulmonar.
> Naquele momento, eles estavam bravos porque a polícia tinha passado por ali e levado a maioria de seus pertences. Ela só conseguiu guardar uma sacola com coisas que considerava mais significativas, entre as quais o álbum de fotos de quando morava no interior. Pedi pra ver, me sentei no chão perto dela e, uma a uma, ia me contando dos lugares e das pessoas que apareciam retratados. Fotos dos filhos, dela e de Alessandro no começo do namoro, com alguns amigos, tomando banho de cachoeira e de um desfile em que participou na cadeia. Foi uma conversa bastante amistosa.
> Assim que saímos dessa conversa, contornamos a ponte e chegamos ao galpão apresentado no início. Como é possível que minha postura mude tanto de um espaço a outro? Como entender sensações tão diferentes? Há especificidades em cada um desses espaços?[179]

O sentimento de medo, pânico e pavor contrastava-se com o modo como eu me sentia à vontade em espaços abertos. Não sofro de claustrofobia e esse "diagnóstico" está totalmente descartado. Os espaços é que possuem especificidades. A possibilidade de sair a qualquer momento, o fato de outras

[179] Caderno de campo, 13/08/2009.

pessoas estarem observando e a atmosfera mais descontraída diferem significativamente os lugares abertos dos mais reclusos. Estes, por sua vez, são uma espécie de esconderijo, de refúgio, acessível propositadamente a poucas pessoas. Lugar de proteção e de muita tensão. Não era apenas eu quem ficava receosa. Também os redutores. Também os usuários. Igualmente os traficantes e todos aqueles que os ocupavam.

Muitas vezes perguntei aos usuários o que achavam dos espaços fechados, bem como o local onde preferiam consumir crack. Ouvi, durante a pesquisa, opiniões bastante divergentes quanto a esse aspecto. Alguns usuários disseram preferir usar a *pedra* em locais assim, pois, diferentemente do uso a céu aberto, ali, de certa forma, ficam imunes aos constantes olhares dos transeuntes e às irrupções diárias dos policiais; além disso, não correm o risco de serem interrompidos durante o uso, nem precisam circular todo o tempo. Outros, contudo, me disseram que não gostam de espaços fechados porque, se algo acontecer, ficam mais suscetíveis à violência bruta de policiais, de grupos de extermínio, de traficantes e de pendências entre eles mesmos. Sabem que, no limite, nenhuma morte ocorrida em tais espaços será reclamada. O meu receio não era, assim, nenhum pouco descabido. Estar naquele local num momento de desentendimento, tensão ou chegada de policiais poderia ser muito arriscado.

Ambiguidades que não se contradizem; são espaços que garantem maior privacidade e abrigo durante o uso, mas também, em caso de alguma intervenção – o que não ocorre todo dia –, esses espaços potencializam e encobrem a violência física e até mesmo letal. Podem ser os mais seguros e os mais perigosos. Como me disse certa vez um usuário, *"fumar pedra nos galpões é complicado porque a polícia pode chegar, matar todo mundo e ninguém vai saber de nada; mas por outro lado posso ficar quieto, de boa, sem que as pessoas fiquem me olhando"*. Da parte dos usuários, portanto, a escolha pelo espaço de uso envolve um cálculo de vantagens e desvantagens, riscos e danos, medos e necessidades, que nem sempre é simples de ser feito.

Sobretudo a desconfiança de a polícia chegar, tal como narrada pelo usuário, longe de ser infundada, é bastante real. As incursões policiais a locais como o prédio da Vila Industrial e este galpão (que foi demolido ao longo da pesquisa) são parte do campo de situações possíveis de ocorrer neles. Com o intuito de mostrar essa realidade, narro, a partir de agora, uma operação

policial que pretendeu desocupar o prédio. Aproveito para apontar outros atores sociais aí envolvidos e, perseguindo o objetivo inicial, apresento um tipo de conflito urbano.

*

Um mês depois desta única visita que fiz ao prédio, enquanto realizava trabalho de campo em outro bairro da cidade de Campinas, passando em frente a uma banca de revistas, me deparo com as seguintes manchetes nos dois principais jornais da cidade: *"Esqueleto é esvaziado na Vila Industrial"*[180]; *"Polícia põe invasor pra fora de prédio com ajuda do céu"*[181]. As fotos eram do prédio que visitei. Imediatamente comprei os jornais e os li quando cheguei em casa.

As reportagens, uma em tom mais sensacionalista, outra tentando uma vã parcialidade descritiva, narravam que, de posse de ordem judicial e integrando os esforços das ações do Programa Municipal de *Tolerância Zero*, cerca de quinze homens da Força Tática da Polícia Militar comandaram a operação de esvaziamento do prédio, com apoio de rádio patrulhamento, do helicóptero Águia e de agentes da Guarda Municipal. O despejo ocorreu por volta das sete horas da manhã. No local, foram apreendidos "*quinzes facas, cinco cachimbos de fumar crack e cinco tesouras".*

De acordo com esses registros, vinte e cinco pessoas foram expulsas. Dessas, vinte e três teriam antecedentes criminais, por atos que *"vão de furtos e roubos até tráfico de drogas"*. Numa conexão imediata, escrevem: *"além disso, sete são portadoras do vírus HIV"*. Com a operação, algumas dessas pessoas teriam sido enviadas a abrigos e instituições municipais, outras foram presas e outras ainda "re-encaminhadas" para suas cidades de origem. As notícias dizem também que a polícia investigava três homicídios que poderiam ter acontecido dentro do prédio e, de posse de dados estatísticos, apontaram quarenta e oito boletins de ocorrência (BOs) por furtos e roubos nas proximidades do prédio no último ano.

Os jornais afirmam que o dono do imóvel teria sido identificado e intimado tanto a arcar com os gastos da limpeza feita pela Prefeitura após a

[180] Correio Popular (CP), 02/12/2009.
[181] Notícia Já (NJ), 02/12/2009.

desocupação, quanto a erguer um bloqueio de alvenaria na construção. Ouvido pelos jornalistas, o proprietário teria dito que o prédio foi arrolado no processo de uma dívida com o banco Itaú e que dificuldades financeiras o impediram de concluir a obra. Afirmou também que foi procurado por incorporadoras imobiliárias interessadas em dar sequência à construção.

Segundo declarações dos moradores circunvizinhos aos jornalistas, a "invasão" começou há três anos. Quatro meses antes desta operação, em agosto de 2009, os próprios moradores do bairro teriam levado à prefeitura um abaixo-assinado com duzentas e cinqüenta assinaturas pedindo a desocupação do prédio. As notícias dizem ainda que,

> segundo denúncias, os ocupantes do prédio costumavam andar nus pelo terreno, praticavam atos obscenos durante o dia e consumiam drogas. Não raras vezes, eles hostilizavam a população. (CP)

Outros detalhes do interior do "esqueleto" aparecem:

> Dentro do prédio, havia fezes, urina e até um corpo de um animal em decomposição. O mau cheiro era sentido de longe. "O cenário encontrado lá dentro é horrível e vimos também animais como ratos e baratas. Essa ação, com certeza, é muito benéfica para a população da região", afirmou o capitão da PM. (CP).

De acordo com as mesmas notícias, os moradores e comerciantes da Vila Industrial estavam aliviados com a operação.

Ainda assim, em um box no lado esquerdo da página, um dos jornais também registra que dois homens recentemente expulsos, apesar da ação, retornaram ao prédio no fim da tarde, por volta das 18h30. Para entrar, quebraram os tapumes. Segundo o que a reportagem teria presenciado, o capitão da PM solicitara que uma viatura da GM permanecesse no local até o dia seguinte. Mas os moradores do bairro teriam novamente procurado a imprensa para dizer que já às 17hs não havia qualquer policiamento na área. O secretário municipal de assuntos jurídicos negou o acordo com a PM e disse que a responsabilidade da área, após a desocupação, era do proprietário.

A seguir, fotos da operação.

Carlos Sousa Ramos/A

Moradores de rua são cadastrados ainda na área do prédio: proprietário terá de garantir a segurança e fechar os acessos a partir de hoje

Carlos Sousa Ramos/AAN

Gustavo Magnusson/AA

Policial Militar faz a vistoria na parte interna de um dos edifícios

O secretário Carlos Henrique Pinto diante dos tapumes derrubados

Fotos , legendas e créditos divulgados no Jornal Correio Popular em 02/12/2009

Fotos retiradas do sítio:
http://www.campinas.sp.gov.br/tolerancia zero/acompanhe-as-acoes2.php

Lendo as notícias é impossível não recordar o livro *Cidade Febril,* do historiador Sidney Chalhoub (2006), que se inicia com o relato jornalístico da demolição do cortiço *cabeça de porco*, no centro do Rio de Janeiro, em fins do século XIX. No caso específico por ele estudado, a demolição justificava-se por concepções de que a pobreza, por si mesma, parecia oferecer riscos de contágio; e por percepções de que as habitações coletivas seriam focos de irradiação de epidemias, além de terreno fértil para a propagação de *"vícios de todos os tipos"*. Os cortiços eram, então, um problema para o controle social dos pobres e uma ameaça para as condições higiênicas da cidade.

Ao re-narrar o acontecido, o autor diz: *"o que mais impressiona no episódio do 'Cabeça de Porco' é sua torturante contemporaneidade"* (op.cit:19), dado que intervenções violentas das autoridades no cotidiano dos habitantes da cidade, sob todas as alegações possíveis e imagináveis, são hoje lugar-comum nos centros urbanos brasileiros. Como historiador ele sabe que, definitivamente, não foi sempre assim; *"essa tradição foi algum dia inventada, ela também tem a sua história"* (op.cit:19).

O episódio de destruição do *cabeça de porco*, mostra Chalhoub, se transformou numa espécie de mito de origem brasileiro de toda uma forma de conceber a gestão das diferenças sociais na cidade, que envolve dois pontos fundamentais: 1) a construção da noção de que classes pobres e classes perigosas são expressões que denotam a mesma realidade; 2) o surgimento da ideia de que uma cidade pode ser apenas administrada e gerida de acordo com critérios técnicos e científicos.

Continuidades e descontinuidades que dão o que pensar. Não é o caso cá de esmiuçá-las. Mas há diferenças que precisam ser consideradas. O prédio em destaque não é uma habitação coletiva, nos moldes de um cortiço. Trata-se de uma construção que ficou paralisada e que foi ocupada por pessoas em situação de rua e usuárias de crack – o que dá um contorno novo a fenômenos historicamente recorrentes. Menos ainda é ocasião também de discutir sobre a veracidade destas informações ou, principalmente, a intenção subjacente à veiculação de tal reportagem; o importante é ter em vista que tais ações, também elas, fazem parte de um jogo público e político, que merece atenção.

Bem diferente do que se passa na linha de trem do Paranapanema, observada no capítulo anterior, a desocupação do prédio da Vila Industrial

revela que muitas outras gestões e interesses estão arrolados: o programa modelo da gestão municipal (o *Tolerância Zero*), o abaixo-assinado dos moradores do bairro, a cobertura midiática de uma igualmente fantástica operação policial (que envolveu cooperação e disputa entre diversos órgãos policiais), os interesses imobiliários, (ao que parece) a falência financeira do proprietário do imóvel e, *last but not least*, o destino das pessoas que ocupavam o prédio, o qual dependia de como eram feitos os encaminhamentos.

Iniciemos pelo adensamento de algumas especificidades desse bairro. De modo diferente do das vilas operárias já conhecidas (em sua maioria erigida pelos industriais), esta Vila Industrial é um bairro formado por imigrantes que, nos primeiros anos do século XX, construíram eles mesmos pequenos *"agrupamentos, becos e vilas com características comuns à habitação operária: aproveitamento máximo dos terrenos, economia por meio do uso de paredes comuns, ausência de recuos, áreas livres irrisórias*" (Rubino, 2006). Um dos mais antigos bairros da cidade, que se liga ao centro por um túnel próximo à Estação Cultura e por uma passarela construída próxima ao terminal de ônibus central. Tanto o túnel quanto a passarela impedem que os transeuntes tenham de cruzar, a pé, a linha de trem. Inicialmente moradia dos operários das ferrovias, continua a abrigar membros das camadas populares.

O bairro já foi objeto de inúmeros projetos de "revitalização", mas, como mostrou Silvana Rubino (2006), quer em função do desinteresse das construtoras e dos especuladores imobiliários, quer porque o bairro, de certo modo, esconde-se de uma maior visibilidade pública, quer ainda em função da mudança política municipal, nenhum investimento foi levado a cabo. Apenas duas dezenas de imóveis foram tombados pelo *conselho de defesa do patrimônio municipal.*

Reportagem publicada no jornal *Correio Popular* em 2011[182] descreve como os moradores esforçam-se para manter a pintura das fachadas e orgulham-se delas, mesmo sem qualquer investimento público. Ainda assim, as paredes externas reformadas escondem graves problemas de infraestrutura no interior dos imóveis. A Foto abaixo mostra essa *outra* Vila Industrial, objeto de interesse oscilante de projetos de restauro:

[182] Cf. Jornal Correio Popular, 04/09/2011, "Reduto da Campinas de outros tempos".

Foto: César Rodrigues, CP 02/09/2011

Em contraste com a cidade *"de outros tempos"*, o box de final de página (com o título de *"Abandono e violência: o lado moderno da região"*) retoma o episódio da desocupação do prédio descrito anteriormente, ocorrido quase dois anos antes. Fora da área tombada, escreve o box, o bairro seria uma *"profusão amalucada de estilos"*; *"quem trabalha ou mora naquelas quadras conturbadas convive com drogados, bêbados, mendigos, pedintes"*. Diz ainda o texto:

> A decadência chegou a um ponto insuportável em 2009, quando as forças policiais tiveram de desocupar um prédio de apartamentos abandonados na construção. (...) O Programa Tolerância Zero removeu duas dezenas de rapazes e moças que, entorpecidos, passavam dias e noites esparramados pelas lajes ou perambulando.
> Na época, os dependentes foram encaminhados para atendimento na rede pública de saúde. A administração exigiu que o proprietário do imóvel bloqueasse os acessos com muros e tapumes. Acontece que o programa Tolerância Zero regrediu depois que denúncias de corrupção envolveram a alta cúpula do governo municipal. Com o tempo, o tapume foi arrebentado. E a vizinhança voltou a conviver com os trôpegos craqueiros. 'Tudo voltou a ser como era'.

A Vila Industrial está, portanto, num entremeio: local de moradia das camadas populares, é um dos bairros mais antigos da cidade, de fácil acesso ao centro e, logo, aos mais diversos tipos de serviço e infraestrutura públicos, com construções pouco valoradas e valorizadas que são, de modo intermitente, objetos de interesse de projetos de restauro. Essa configuração aumenta o capital político do bairro e confere maior legitimidade às demandas de seus moradores. O convívio com os indesejados habitantes do prédio é um dos grandes conflitos locais. Esse conflito ganha densidade porque para a grande maioria dos moradores do bairro é pouco viável, sobretudo em termos materiais, a mudança para apartamentos ou condomínios que proliferam pela cidade. Embora ganhe ares ideológicos hegemônicos, a *"cidade de muros"*

(Caldeira, 2000) não é alternativa factível para todos. Assim, sem a opção de saírem do bairro, nem de se isolarem em ilhas residenciais, o *"desgosto com a mistura"*[183] (Galdeano, 2009) desencadeia confrontos sociais e existenciais, o que, segundo Ana Paula Galdeano, contribui para a eleição de "tipos sociais" que se convertem, efetivamente, em objetos de disputas políticas.

Estrategicamente pensada ou não, pouco importa, a reivindicação dos moradores vai de encontro aos interesses das ações do *Tolerância Zero*[184], programa modelo e carro-chefe da gestão municipal (2009-2011), cujo decreto criado em outubro de 2009[185] tinha como "finalidade primordial" a integração das ações executadas pelos órgãos públicos, de modo a

> combater a vulnerabilidade social da população em situação de rua, o uso nocivo da propriedade pelo não cumprimento de sua função social e o uso e ocupação irregular do solo, das vias e demais espaços públicos, primando, portanto, pela manutenção da ordem social e urbana[186].

Para tanto, de modo normativo, o programa diz atuar em três frentes: 1) fiscalização e autuação de bares e estabelecimentos comerciais que *"prejudicam a saúde"* ou *"não respeitam o sossego da população"*; 2) *"proteção de quem vive em situação de vulnerabilidade"* (diga-se, *"pessoas que vivem nas ruas e consumidores de álcool e drogas"*), visando *"resgatar a auto-estima do cidadão de bem e identificar os infratores"*; 3) combate à exploração e abandono de idosos e proposta de erradicar o abuso sexual de *"menores"*. Importante dizer que o Comitê Gestor dividiu suas ações entre a assistência e a repressão: a primeira, dotada de cunho social, denomina-se *Bom Dia Morador de Rua*; a segunda, de cunho fiscalizatório, intitulou-se *Tolerância Zero*.

---

[183] A *mistura* é tanto um fato social quanto analítico, e não é de hoje; Elias e Scotson (2000) promoveram um modelo de ordenação intelectual em torno da configuração *estabelecidos* e *outsiders*, com o intuito de pensar relações de proximidade e distâncias entre os moradores de um mesmo bairro inglês, de origem operária. Galdeano (2009) fez o mesmo para refletir acerca de representações sociais da violência e suas interrelações com marcadores de gênero, faixa etária, classe social, religião, local de moradia e proximidade com os chamados *"agentes de insegurança"*.

[184] Todas as informações oferecidas na sequência foram retiradas do site oficial do Programa municipal de Tolerância Zero http://www.campinas.sp.gov.br/toleranciazero/; último acesso em 21/09/2011 às 09:42hs.

[185] Decreto Municipal nº 16.823, de 28 de outubro de 2009.

[186] http://www.campinas.sp.gov.br/toleranciazero/; último acesso em 21/09/2011 às 09:42hs.

Em suma, de acordo com o site de propaganda da gestão municipal, visa combater os problemas dos grandes centros urbanos para rumar à conquista do *"pleno desenvolvimento"* de uma *"metrópole de grande expressão no cenário nacional"* e com elevados *"índices de desenvolvimento industrial, científico, econômico e urbano"*. Necessário esclarecer, seguindo o mesmo site, que as ações do programa dirigem-se apenas às *"demandas de grande repercussão no município", "em especial aquelas que desafiam a lei e a ordem social e urbanística"*. Ainda esclarece que elas revestem-se de uma *"força tarefa",* que age *"em casos extremos"* – *"o que não se confunde com as ações corriqueiras executadas pela Administração Municipal"*.

Não há nada novo aqui. As ideias de *Tolerância Zero* – que nada mais são, nos dizeres irônicos de Loic Wacquant (2001), que a versão erudita do ditado popular *"quem rouba um ovo, rouba um boi"* – foram geradas no interior do centro de pesquisa Manhattam Institute em meados da década de 1980 e ouvidas com grande interesse por Rudolph Giuliani e Willian Braton, que posteriormente viriam a se tornar, respectivamente, prefeito e comandante da polícia de Nova York. A cidade serviu de vitrine mundial da doutrina que se globalizou e foi levada a muitos outros municípios e países, popularizando o discurso e os dispositivos que visam reprimir os *"distúrbios"* provocados pelas populações urbanas que, usando termos de Wacquant, *"sujam e ameaçam"*. Em suas palavras:

> De Nova York, a doutrina da Tolerância Zero, instrumento da gestão policial e judiciária da pobreza que incomoda – a que se vê, a que causa desordens no espaço público, alimentando, por conseguinte, uma difusa sensação de insegurança, ou simplesmente incômodo tenaz e de inconveniência – propagou-se através do globo a uma velocidade alucinante (Wacquant, 2001:19).

Ainda seguindo o autor, tal doutrina é também indicativa de um Estado que se preocupa menos com as causas da violência do que com suas consequências; e, por fim, radicaliza Wacquant, a *Tolerância Zero* é o complemento policial do encarceramento em massa.

Especificamente no que se refere ao mercado de drogas, Wendel e Curtis (2002) mostraram que, durante a vigência do programa em Nova York, a venda de drogas nas ruas ficou impossibilitada – o que, contudo, não deve ser lido como redução ou eliminação desse mercado. Este se reconfigurou,

restringindo-se a lugares de acesso mais difícil e, sobretudo, se ramificando a partir da estratégia de venda a domicílio.

Dito isso, a versão campineira do programa apenas reforça localmente *best practices* que se multiplicam nas gestões das cidades. No entanto, o olhar focalizado tem a vantagem de pôr em relevo os diversos modos de operacionalização, os distintos jogos de forças, assim como os atores sociais mais diretamente envolvidos. Sobretudo, um olhar focado no particular põe em confronto o que se diz e o que se faz. Ao longo do estudo, tive acesso apenas aos dados oficiais disponibilizados em site da prefeitura. Tais informações mostram que, no caso de Campinas, as principais ações realizadas por esse programa foram as intervenções em imóveis abandonados ou ocupados, motivadas pelo propósito de *"acabar com o consumo e o tráfico de drogas nesses locais"*. Ou seja, em termos políticos, o combate a essa *população* é, mais que tudo, um combate aos seus espaços de concentração.

O site oficial apresenta números e fotos das operações apenas até dezembro de 2009. Contado do início do decreto, o fôlego fiscalizatório e de publicidade durou no máximo três meses – o tempo exato de uma estação. Graves denúncias de corrupção na gestão municipal, entre elas as acusações de supostas irregularidades na cobrança de propina para a liberação de alvarás de bares e estabelecimentos comerciais da cidade que deveriam ter sido fechados pelo *Tolerância Zero*, culminaram na cassação do mandato do prefeito municipal (Helio de Oliveira Santos, o "Dr. Helio", do PDT), em agosto de 2011. Um mês depois foi anunciado o fim do *Tolerância Zero*[187]. Junto com a notícia de seu término, explicita-se:

> O Tolerância Zero foi criado pelo governo Hélio com objetivo principal de dar visibilidade ao então secretário de Cooperação nos Assuntos de Segurança Pública, Carlos Henrique Pinto, que chegou a se candidatar a deputado federal no ano passado, mas não conseguiu ser eleito.

Obviamente, não se trata aqui de mais uma denúncia, mas de ter em vista o fato de que as ações públicas destinadas ao combate ao uso de crack e aos seus usuários, intervindo em seus territórios, ligam-se diretamente a

[187] Cf. "Programa Tolerância Zero é extinto em Campinas", in: http://www.rac.com.br/noticias/campinas-e-rmc/97975/2011/09/16/programa-tolerancia-zero-e-extinto-em-campinas.html, último acesso em 21/09/2011 às 10:29hs

fatores de ordem política e a controles urbanos, que, por sua vez, se inscrevem para muito além da atenção ou do repúdio a tais usuários e, certamente, não visam apenas o benefício da população moradora do bairro, que não quer mais conviver com eles.

Nesse contexto, é de chamar a atenção que a desapropriação do prédio e sua posterior, embora apenas midiática, interdição só sejam possíveis e só ganhem inteligibilidade a partir da conexão (inventada e nem por isso menos real) de que os imóveis abandonados são espécie de criadouros propícios à proliferação do consumo, do tráfico de drogas e, nos termos de Challoub, *"aos vícios de todos os tipos"*. Ainda que, mais uma vez, como também já mostrou o historiador, tal conexão não seja propriamente uma novidade, é importante considerar que, num cenário crescente de demandas por respostas políticas que coíbam o consumo e o tráfico de crack, intervenções como essa reaparecem com bastante vigor e violência. Desocupação de prédios e construções abandonados, erguimento de barreiras físicas e, em casos mais extremos, demolição de imóveis têm se tornado intervenções constantes nas cidades.

Seguindo na análise e incorporando outros aspectos, é igualmente relevante dizer que, distante cerca de não mais que cinco quarteirões desse prédio está localizada a grande sede do *Oitavo Batalhão da Polícia Militar*, onde são oferecidos cursos de preparação e treinamento para os policiais de todo o interior do estado de São Paulo[188]. A localização do batalhão bem como a operação midiática realizada em torno do prédio instigam.

De modo semelhante ao que se passa com atividades que envolvem e constituem os diversos tipos de mercados ilícitos, dois modos de consecução de operações estatais são realizadas: as de caráter público e as de caráter privado. Conforme Rosana Pinheiro-Machado (2008), a primeira é efêmera e concerne aos processos fiscalizadores; muito semelhantes à ocorrida nesse prédio: tratam-se basicamente de esporádicas e performatizadas incursões policiais. Segundo a autora, *"o poder estatal materializa-se nessas grandes operações midiatizadas, e os seus agentes encarnam o papel público que representam"* (Pinheiro-Machado, 2008:128). Como também aponta Feltran (2010c), no caso das operações desse tipo, os policiais chegam de surpresa,

[188] Foi no interior desse batalhão que realizei a pesquisa que originou na minha monografia de conclusão de curso, intitulada *Polícia de verdade: só na prática?*, defendida em abril de 2005.

integrando ações das diversas polícias. Frequentemente, e isso é interessante, são policiais que vêm de fora. Nessas ações de grande efeito midiático, eles são pressionados por seus superiores para "mostrar serviço". Depois de tais ações, há um período de silêncio, até que uma nova operação surja, compondo um fenômeno cíclico. A outra dimensão é contínua e envolve diariamente negociações de pagamentos das chamadas "mercadorias políticas" (Misse, 2007): propinas, chantagens, extorsão, rede de proteção. Dela, pouco se sabe.

Em resumo, a operação policial realizada de modo extraordinário, e nada eficiente, me interessa especialmente porque põe a nu uma série de outros atores sociais envolvidos na mediação, denúncia, incriminação e rejeição dos usuários de crack. A partir do olhar focalizado neste caso, foi possível acionar uma cadeia bastante complexa que envolve escolha pelo lócus de consumo, tensão de habitá-lo, possibilidade real de intervenção policial forçada e violenta, clamor público da vizinhança, tentativas fracassadas de encaminhamentos sanitários e assistenciais, programas efêmeros da gestão municipal, visibilidade pública de concorrentes a cargos políticos e manifestações performáticas dos agentes policiais.

Como pretendo demonstrar na sequência, essa situação foi brevemente descrita aqui porque repõe, numa micro-escala e na esfera do espetacular, tensões e negociações que se dão cotidianamente no espaço público que ficou conhecido como "cracolândia", na cidade de São Paulo; terreno fértil de muitas disputas, para onde migro agora.

2. "A" terra do crack.

Fotografia:
É de Lei

Na sede do *É de Lei* me emprestaram a camiseta amarela. Fomos eu e dois redutores de danos em direção à "cracolândia". Era uma sexta-feira, perto das 15hs, imediatamente depois da derrota do Brasil para a Holanda na copa do mundo de 2010, na África do Sul.

Av. São João, Av. Rio Branco, Av. Duque de Caxias, chegamos.

Próxima à sede do corpo de bombeiros, era grande a quantidade de pessoas que circulavam por ali. Usuários de crack, transeuntes, pessoas na esquina de um bar ainda comentando a perda da partida de futebol. Não havia dúvidas acerca da semelhança física entre esses usuários e aqueles com os quais eu já estabelecera contato através do PRD-Campinas. Mas ali estavam em maior número, caminhando, no centro de São Paulo. Só na rua Dino Bueno eram trinta pessoas, em pé, porque pequenos canos instalados por comerciantes nos edifícios pingavam água continuamente, impedindo a aglomeração nas calçadas, que, por sua vez, estavam molhadas.

Chamou minha atenção um casal discutindo. Novos, ambos não tinham mais que vinte anos. Assim que me viu e sem que eu tivesse tempo de me apresentar, o rapaz disse à namorada: *"fique conversando com a tia. Ela vem aqui todos os dias"*. E se achegaram perto de mim. Ela, que estava no local também pela primeira vez, contou que veio buscar o namorado porque tinham combinado que ele se internaria em uma *comunidade terapêutica* naquele dia. Ele concordava em ir, mas, antes, dizia precisar cobrar um dinheiro que lhe deviam. Aí estava o motivo da discussão: ela queria sair dali e ele, antes de ir,

precisava resolver a pendência. Foi então que me pediu para ficar perto dela até voltar com o dinheiro.

Enquanto o aguardávamos, conversamos bastante. Morena, com o corpo esguio, vestia uma blusa vermelha que deixava à mostra o abdômen e o *piercing* no umbigo; a calça justa de jeans e a sandália rasteira completavam o visual. O cabelo preto era artificialmente liso e estava bem arrumado com chapinha. Parecia bastante vaidosa. Comentei que estava bonita e, antes de qualquer resposta, ela foi logo dizendo que não usava droga, *"só ele"*. Em questão de segundos, passou a reclamar do namorado, dizendo que não aguentava mais vê-lo naquela situação: *"ele era bonito, trabalhava, a gente morou junto um ano no fundo do barraco da mãe dele, tinha plano de casar. De repente ele se envolveu com isso, foi sumindo"*.

Contou que estava ali junto com a mãe dele, que os esperava na Praça Princesa Isabel. Disse que não deixou a sogra chegar até o local porque certamente ela ficaria muito nervosa. As duas vinham de Santos, a cidade onde moram, para buscá-lo a fim de iniciar o tratamento. Ele voltou logo, me agradeceu por ficar com ela, falou que ia ficar *limpo* porque a ama. Estava com o dinheiro em mãos, se despediram e foram embora.

Os redutores também precisavam seguir, já fazia mais de meia-hora que estávamos só naquele ponto. Contei a um deles o que se passou e ele me disse que ouvira a conversa, pensou em falar com a moça sobre o tratamento em um CAPS, sem internação, em regime aberto, mas eles pareciam tão fixos na ideia de tratamento fechado, que o redutor desistiu da sugestão.

Demos meia-volta no quarteirão até a outra rua paralela. Muitas pessoas novamente, provavelmente cinquenta. Alguns em pé, outros acocorados; os "chuveiros" não funcionavam ali. Com tanta gente, eu ficava confusa, sem saber para onde olhar. Só conseguia pensar que essa dinâmica confusa e heterogênea aliada à grande quantidade de pessoas tornava vã qualquer tentativa de compreensão daquele lugar. Fiquei seriamente pensando porque estava me metendo nisso e tornando a minha pesquisa ainda mais difícil.

Mas qualquer ensaio de encadear um pensamento era improfícuo diante da quantidade de situações que aconteciam. Um menino chegou com um par de tênis *Nike* já usado, tentando trocá-lo; ofereceram-lhe um pedaço de *pedra* que custava R$1,50; ele topou. Outra menina passava pedindo uma tragada

por um real, um rapaz que estava com um par de chinelos na mão, dando passos titubeantes no asfalto quente, olhou pra mim e falou que não ia conseguir andar descalço naquele chão; desistiu de trocar os chinelos.

Em meio a tantos acontecimentos, enquanto distribuíamos os insumos, éramos observados por um homem que depois veio se auto-apresentar como Alemão. Já chegou dizendo que fumava crack *"desde que o crack existe"*, mas que ficava *de boa* e, apontando para alguns que passavam, comentou não ser como *eles*, não ter essa *paranóia* de sair andando. Vestia camiseta, shorts e tênis, que ganhavam o adorno de muitos anéis, pulseiras, colares e um boné. Para afirmar sua diferença em relação aos demais, nos mostrou seu cachimbo, feito de cobre, e cujo bocal possuía uma leve peneira, *"para filtrar"*. De fato era um utensílio muito bem construído. Teria sido comprado em uma loja de materiais de construção próxima dali pelo custo de dezessete reais. Ele ainda se orgulhava em não compartilhá-lo com ninguém. Os redutores disseram-lhe que o cobre é um dos melhores materiais para a confecção do cachimbo: não provoca intoxicação como o alumínio; aguenta o calor, diferentemente do plástico; não quebra como o vidro; mas tem a desvantagem de ser mais caro. Alemão escutou atentamente e fez um histórico evolutivo dos seus utensílios: antes usava na lata, depois no copo plástico, depois no iogurte, depois no isqueiro, depois no cano de PVC, depois no alumínio e agora no cobre. Mais à vontade, enfatizou não ser *"viciado": "o meu negócio aqui é dinheiro"*. Contou-nos ainda que passara seis anos preso e que na cadeia não fumou crack.

Outro homem chegou perto e, igualmente, se apresentou: *"sou Rodrigo, mais um adicto"*, disse estar freqüentando a reunião de *"NA"* (Narcóticos Anônimos) e não usava mais nada há um ano e quatorze dias. Estava muito bem vestido. Camisa social por dentro da calça, também social, sapatos; segurava uma maleta preta. Deu mais uma vez a entender que seu negócio era a venda. Disse que já pegou *RDD*[189] e que estava no Carandiru no dia do

[189] Trata-se de sigla para *Regime Disciplinar Diferenciado*, que foi instituído pela Resolução 26, de 04 de maio de 2001, depois de mega-rebelião em fevereiro de 2001. Segundo Juliana Carlos (2011:82-84), o RDD foi resposta estatal *"à pressão para que se endurecesse ao máximo o tratamento dos presos envolvidos com facções criminosas"*. Ainda de acordo com Carlos, o RDD possui características de regras de exceção e dispositivos que colidem diretamente com a Constituição Federal e a Lei de Execução Penal de 1984. Os artigos da Resolução 26/01 dispõem ainda *"sobre o número de horas diárias de completo isolamento do detento neste regime (23 horas), além dos prazos durante os quais ele poderia ficar submetido ao RDD (180 dias na primeira inclusão e 360 dias em caso de reincidência"* (Carlos, idem). Tais fatores somaram para que o pesquisador Adalton Marques afirmasse que O RDD nada mais faz do que reeditar o isolamento que, no nascimento da prisão moderna, *"fora fixado como princípio basilar para cumprir a contento o papel de transformar os indivíduos"* (Marques, 2009:11), com a diferença de

massacre, forneceu detalhes da quantidade de pessoas mortas, *"uma cena que não gosto nem de lembrar"*. Contou ainda ter sido cabo do exército por quatro anos antes de entrar para o *crime*. No exército, era *armeiro*; tentou engatar uma conversa sobre armas, mas a minha ignorância no assunto fez com que não avançássemos muito.

Eu conversava com Rodrigo sentada no beiral de um apartamento cuja porta de entrada dá direto para a rua. Enquanto isso a polícia apareceu duas vezes, passou de carro, apontou revólver, pediu para um homem parar, fez revista e depois o liberou. Quando ela chega, todos os que estão ali se dispersam, a rua fica vazia, mas, em poucos minutos, voltam todos[190].

*

Esses foram os relatos da minha primeira ida à "cracolândia". Fui embora conversando com os redutores sobre a dificuldade do campo, as impressões, as diferenças e semelhanças com o que tinha experenciado e percebido em Campinas. Sem entender quase nada, a minha fala era única: "é muita coisa!". Chegamos à sede da ONG por volta das 18hs. Guardei o material utilizado, despedi-me dos funcionários e caminhei até a estação de metrô São Bento. Dali para a Rodoviária do Tietê, para a Rodoviária de Campinas. No ônibus, fui tomada por um grande cansaço. Não conseguia pensar. Dormi a viagem toda.

O cansaço era real. Uma única ida à "cracolândia" paulistana, a mais famosa territorialidade de uso de crack do país, já dá uma pequena mostra da quantidade de situações que acontecem num espaço curto de tempo, bem como dos diversos tipos de associação e interação que marcam o cotidiano desses usuários: negociações ora hostis, ora amigáveis com os comerciantes locais, grande assédio de instituições, heterogeneidade maior dos usuários e traficantes de crack, que, por outro lado, diferentemente do Paranapanema, mais frequentemente se confundem, tensa convivência com as diversas polícias (civil, militar, guarda metropolitana e, até, seguranças privados). São apenas breve parcela de uma série de outros atores sociais que, cada um a

que a *"inovação"* atual é que não se trata de modificar os indivíduos submetidos a essa disciplina diferenciada, mas conter os suspeitos de pertencerem a *"organizações criminosas"*.

[190] Caderno de campo, 02/07/2010.

seu modo, também assombram, circundam e constituem toda a região. A lista segue: moradores do local, das imediações e das pensões, comerciantes e frequentadores do bairro, transeuntes, trabalhadores dos arredores, profissionais de imprensa, estudantes realizando os mais diversos trabalhos de conclusão de curso (inclusive eu), membros de várias instituições religiosas, fiscais da prefeitura, associações civis de moradores e comerciantes, ONGs, grupos de artistas e suas intervenções, urbanistas, movimentos sociais de luta por moradia, defensores dos direitos humanos, serviços públicos de saúde e de assistência, PCC, interesses político-eleitoreiros, construtoras imobiliárias, investidores internacionais.

Tantos personagens e interesses envolvidos fizerem Raupp e Adorno (2011) pensar a região como um *"campo de forças"*, pois o que se passa aí envolve conflitos tão "entramados" e ao mesmo tempo tão independentes e espontâneos, que zombam de qualquer tentativa de entendimento. Não à toa o esforço de ordenação demanda grande energia, até mesmo física – e isso, literalmente, cansa.

Impossível apreender todas as interações existentes no local. Igualmente impraticável é tentar elencar qual dessas interações é mais relevante para sua caracterização. São tão múltiplas, diversas e heterogêneas, atendem a tantos interesses que é difícil precisar apenas uma, como foi possível na linha de trem. Principalmente as ONGs, os agentes de evangelização, as igrejas, os serviços de assistência e a imprensa não puderam receber tratamento analítico adequado. Seria preciso também investigar com mais rigor o PCC e sua atuação local, pois também ele está ali e parece ter importante destaque na condução das transações comerciais, das orientações de comportamentos avaliados como *certos* e na regulação de conflitos[191]. Porém, lanço como hipótese para investigações futuras que, diante de tantos

[191] Faço tal afirmação com base no trabalho de campo. Os usuários frequentes no local e que, portanto, desenvolveram um saber sobre ele, são insistentes em dizer que se engana quem imagina que a "cracolândia" seja um sinônimo de caos. Ali, segundo eles, tudo tem ordem e modo correto de *proceder*: *"ninguém ameaça ninguém", "ninguém rouba"; "ninguém fuma quando passa criança ou mulher grávida", "se tiver 'trairagem', tem que pagar"*. Fazem muitas referências ao PCC ou ao *comando* quando falam dessas orientações, passadas adiante e repetidas constantemente. É comum, por exemplo, quando uma mãe passa com seu filho pelo local (há uma escola infantil nos arredores), ouvir uma série de *"salve de criança passando"*, ou seja, um aviso para que os usuários evitem o uso da droga nesse momento. E quando dois redutores tiveram seus celulares roubados por dois usuários, imediatamente foram aconselhados a procurar as *irmãs* para contar o ocorrido, indicando aí tentativas e instâncias de resolução de conflitos.

outros atores sociais, o seu alcance é bem mais rarefeito do que, por exemplo, na linha do Paranapanema. Deste modo, não tenho a pretensão de esgotar todos os intercâmbios aí existentes. Muitos outros trabalhos seriam precisos para tal empreitada. De maneira mais modesta, respeitando os limites da minha etnografia e do confronto e diálogo entre ela e o que pude captar em jornais, relatos e outros trabalhos acadêmicos, discorro acerca da dinâmica local e escolho as funções estatais de controle e cuidado, a fim de mostrar como, diferentemente do Paranapanema e da Vila Industrial, um maior número de atores sociais numa área urbana bastante visível (e visada), cenário estratégico de inúmeras disputas, confere outros contornos à dinâmica do consumo.

Para seguir na descrição, caminho, antes, para trás.

A ocupação desse espaço não é nova. Desde os primeiros anos da década de 1990, há registros de que o centro de São Paulo, especialmente as ruas do bairro da Luz, atrai e concentra consumidores de crack (cf., por ex, Silva, 2000; Goulart e Mingard, 2001). A data é bem próxima a dos registros iniciais da entrada da droga no país que, contudo, de modo bastante instigante, teria chegado primeiro à Zona Leste da cidade (sobretudo à região de São Mateus e, posteriormente, às regiões de Cidade Tiradentes e Itaquera). Segundo Uchoa, em *O caminho das pedras*,

> o bairro de São Mateus, na Zona Leste, com seus três distritos populosos, (...) ficou conhecido como ponto de partida do crack na cidade. A partir de 1989, a palavra crack passaria a ser uma espécie de sinônimo do bairro. (Uchoa, 1996:103)

Não há como averiguar a veracidade dos registros jornalísticos de Uchoa. Uma vez em livro, eles importam porque figuram como narrativa de origem da entrada e da rota da droga na cidade e, de algum modo, no Brasil. Tal narrativa é interessante porque nos leva a indagar, mesmo que a resposta seja inalcançável, sobre o processo que fez com que um pedaço da região central da maior metrópole brasileira se tornasse nacionalmente conhecido como a "terra do crack", a "cracolândia". Se deslocando da periferia para o centro e ali se territorializando, não há como negar os efeitos e as consequências dessa aparição pública.

Arrisco dizer que não há quem, no país, não tenho ouvido falar da "cracolândia". Ela é fonte inesgotável de notícias, de histórias e, não sem

contradição, de pânico. Inspira espetáculos de danças, fotografias, intervenções artísticas, vídeos, programas de TV, sites, charges, gibis, estágios missionários ou assistenciais; também artigos científicos e monografias (como a minha). Lugar que se deve evitar, lugar de perigo, lugar degradado. Também de degredo. E, por isso mesmo, em muitos aspectos, lugar de grande atração.

Porém, não foi sempre assim. Em princípio, quando se falava da "cracolândia" era sobretudo como *"reduto de venda"* (Uchoa, 1996:73); hoje ela é o local em que menos se apreende crack na cidade de São Paulo[192]. Relato de Selma Silva dá mostra de que houve um tempo ainda em que o número de pessoas consumindo a droga nas ruas era pequeno, principalmente depois de uma operação policial realizada em 1997[193]:

> Atualmente, depois de uma operação policial que começou no final de 1997, entre outras que se seguiram, a região [da "cracolândia"] mostra uma presença menor dessa população [usuários de crack]. Existe alguma circulação, mas é muito pequena em comparação com a que ocorria anteriormente. Hoje a busca e o uso das pedras acontecem dentro dos hotéis ou espalhados pelas ruas próximas. (Silva, 2000:45)

Anos depois, o perambular desses usuários pelas ruas desafia tudo e, por conseguinte, cria uma série de aparatos públicos e privados de gestão, intervenção, auxílio, incriminação e repressão.

Mas é preciso ter em conta que a "cracolândia" está longe de ser um mero logradouro físico. Ela foi se alterando e se deslocando no correr dessas duas décadas, pelas imediações do bairro da Luz[194]. Ruas Guaianazes, Triunfo, Vitória, Mauá, Glete, Helvétia, Ana Cintra, dos Protestantes, dos Gusmões, dos Andradas e General Couto de Magalhães; Largo General Osório, Alamedas Dino Bueno e Barão de Piracicaba; trechos das Avenidas Cásper Líbero, Duque de Caxias, Rio Branco e Ipiranga; Praças Princesa Isabel e Julio Prestes; todos endereços que já nos deram indícios das adjacências e concentrações dos usuários de crack. Tamanha quantidade de pessoas

---

[192] Cf. "Em SP, apreensão de crack é maior longe da área da cracolândia". Folha de S.Paulo, 27/06/2010.

[193] Ao que tudo indica trata-se da *"Operação Dignidade"*, descrita por Frugoli Jr, iniciada como um cerco aos camelôs e estendendo-se a outros segmentos, dando início ao que se chamou *"guerra no centro"*. Para mais informações, cf. Frugoli Jr, 2006: p.99-103.

[194] Relatos de que a "cracolândia" tem se estendido para as imediações do bairro de Santa Cecília frequentemente aparecem na imprensa, de que é exemplo a reportagem de 10/10/2011, "Usuários de crack invadem rua no Centro de SP e ampliam Cracolândia", publicada no portal G1, in: http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2011/10/usuarios-de-crack-invadem-rua-no-centro-de-sp-e-ampliam-cracolandia.html, último acesso em 20/10/2011, às 10:38hs.

fumando a droga por essas imediações e, durante a pesquisa, grande parte delas concentrada na Rua Helvetia, alterou até o itinerário de ônibus municipais[195], dos caminhões de coleta de lixo[196] e de muitos habitantes da cidade, que evitam passar pelo local, sobretudo no período da noite. Não há avisos de que se está na "cracolândia". Há apenas, conforme a manchete de um grande jornal, a sensação de que a cidade por ali *"é mais feia e cheira a vício"*[197].

A prática de mapear esse deslocamento é bastante recorrente quando se estuda ou se fala sobre a área; é procedimento metodológico, quase obsessivo, tanto de estudiosos quanto de jornalistas. As ilustrações abaixo, provisórias como todas as outras, oferecem um exemplo dessa movimentação e a consequente tentativa, nesse caso da imprensa, de apreendê-la geograficamente.

Fonte: Jornal Folha de S.Paulo, 07/04/2005: "Cracolândia resiste, agora em novo endereço".

[195] Linha 719-P, metrô Armênia-Pinheiros, informação publicada em 15/11/2011, "Crack muda trajeto de ônibus em São Paulo", in: http://www1.folha.uol.com.br/multimidia/videocasts/1006076-crack-muda-trajeto-de-onibus-em-sao-paulo.shtml, último acesso em 22/11/2011 às 18:13h.
Cf. também reportagem do jornal O Estado de S.Paulo de 07/11/2011, "Viciados em crack desviam tráfego e acampam em rua", in: http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,viciados-em-crack-desviam-trafego-e-acampam-em-rua,795400,0.htm#bb-md-noticia-tabs-1, último acesso em 22/11/2011 às 19:20hs

[196] O que, obviamente, deve ser relativizado, na medida em que parece haver uma intenção oficial de não limpar o local.

[197] Cf. O Estado de S.Paulo, 10/03/2005, "Um lugar onde a cidade é mais feia e cheira a vício".

Fonte: Jornal Folha de São Paulo,08/02/2012: "Bairros de Classe Média abrigam cracolândia", disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1031469-bairros-de-classe-media-abrigam-cracolandias-prives.shtml acesso em 08/03/2012, às 10:33h.

Visando apreender conceitualmente essas movimentações, Frúgoli Jr e Spaggiari (2010) postulam que a região hoje chamada de "cracolândia" deve receber atenção analítica tanto como uma *"territorialidade itinerante"* (termo emprestado de Perlongher, 2008[198]), quanto como um *"campo de relações"*. Como uma *"territorialidade itinerante"* está situada numa certa área urbana, mas é sujeita a deslocamentos que variam de acordo com a repressão e intervenção exercidas, além da dinâmica das relações internas. Como um *"campo de relações"*, a região também passou a ser sinônimo de degradação e criminalidade urbanas decorrente da grande presença de usuários de crack, homens, mulheres, meninos e meninas em situação de rua ou prostituição nas ruas dos bairros; todos eles, como se sabe, atores urbanos associados simbolicamente a uma série de estigmas como sujeira, perigo, ameaça, drogas, encrenca, vergonha; o que também gerou uma série de ações envolvidas tanto na repressão quanto na mediação. Os autores destacam ainda que, como uma territorialidade itinerante e relacional, a sua identificação se dá pela corporificação dos usuários ou consumidores de crack, isto é, *"a cracolândia é onde eles estão"* – simulacro mais que perfeito que mimetiza corpo e espaço.

Mas não se pode deixar de mencionar que se os usuários de crack são figuras importantes para o entendimento da dinâmica local, eles não são,

[198] que, por sua vez, o empresta de Deleuze e Guatarri para pensar a *"territorialidade itinerante do gueto homossexual"* e para lê-la como uma *"manifestação de formas mais clássicas de nomadismo urbano"*: *"um dispositivo de sedentarização, 'que se propunha a vencer ao mesmo tempo uma vagabundagem de bando e um nomadismo de corpo' (Deleuze e Guatarri, 1980), vai converter a errância espacial em errância social e exprimi-la consequentemente em categorias sociopatológicas."* (Perlongher, 2008: 197).

contudo, os únicos atores sociais que frequentam, habitam, e até mesmo disputam, a região. Ou seja, a "cracolândia" constitui uma *"territorialidade itinerante"* que possui a característica de ser móvel, mas relativamente passível de ser mapeada na cidade de São Paulo (como mostra a ilustração jornalística). E ela também integra ou se movimenta por um perímetro que foi tomado como prioritário para uma política de requalificação urbana iniciada pelo governo estadual há mais de duas décadas, e, recentemente (a partir de 2004-2005), também pelo governo municipal, na tentativa de transformar a Luz num bairro cultural, com o potencial de atrair integrantes das classes médias e altas para o consumo de bens culturais e, futuramente, empresas, investimentos e novos moradores (Frugoli Jr, 2005; Frugoli Jr e Skair, 2009; Frugoli Jr e Spaggiari, 2010, Schicchi, 2011). Está criado, então, um primeiro descompasso, que vem sendo apontado por toda a literatura específica: a "cracolândia" tem a característica de ser itinerante, mas as ações do poder público estão voltadas para um território fixado – mais especificamente o entorno da Estação da Luz, que, nos mapas acima, é delimitado pelo tracejado de um pentágono.

Bem mais relevante: não se trata de uma circunscrição qualquer na história da cidade, pois o bairro da Luz já foi cenário da primeira expansão do centro e local da esplendorosa estação ferroviária que ligava o interior do Estado ao Porto de Santos; marco arquitetônico dos ganhos da economia cafeeira, em meados do século XIX. Era ali a porta de entrada tanto da imigração quanto da modernização e permaneceu assim, quando a estação se tornou também a rodoviária da metrópole, só transferida de lá no começo dos anos 1980.

Conhecida vulgarmente como *"boca do lixo"*[199] já nos anos 1950 e considerada região "decadente" desde então (num processo bastante complexo que envolveu, entre outras coisas, a criação de novas centralidades na cidade, a construção de eixos de circulação de transporte público e de automóvel, bem como a saída das elites das áreas centrais – cf. Frugoli Jr., 2006), hoje comporta vários equipamentos culturais importantes, que, ao longo do tempo, foram recebendo intervenções e reformas.

[199] Referência história à *"boca do lixo"* pode ser encontrada em Perlongher (2008:69-71; 93-95).

Se seguirmos o roteiro pelo bairro da Luz traçado por Heitor Frugoli Jr (2008) e uma equipe de pesquisadores, veremos que, num mesmo dia, é possível sair da estação de metrô Luz, passear no Parque da Luz e na Pinacoteca do Estado (hoje local de exposições artísticas), adentrar na Estação Julio Prestes e, quando possível, ver a Sala São Paulo, reduto da Orquestra Sinfônica do Estado. A caminhada pode seguir observando as ruas comerciais de Santa Ifigênia e, com algum contato (o que era o caso), visitando a ocupação de um edifício na Rua Mauá. Só nessas caminhadas, veem-se as mais variadas situações, cenários e personagens urbanos: prostitutas, população em situação de rua, compradores das lojas, apreciadores das exposições, turistas, moradores da ocupação. Isso tudo sem passar pela "cracolândia".

Estamos falando, portanto, de uma região central não só em termos espaciais, mas sobretudo simbólicos, tal como formulado por Frugoli Jr (1995): espaços densos *"não só porque concentram atividades e grupos, mas também porque abrangem várias significações, que ao mesmo tempo se entrecruzam, complementam-se, contradizem-se"* (Frugoli Jr, 1995:12).

Alguns estudiosos da área, como Maria Cristina Schicchi (2011), salientam que ainda que os equipamentos e os usos distintos do espaço estejam lado-a-lado, entrecruzados, isso não deve ser confundido com integração; ao contrário. Para ela,

> os bairros de comércio especializado possuem dinâmica própria e seus próprios transeuntes, funcionários, consumidores, assim como os que se destinam aos museus e salas de comércio parecem ignorar a pulsação dos que passam pela estação dirigindo-se a outras cidades. Os inúmeros edifícios institucionais e educacionais representam outra lógica de circulação, assim como o percurso dos moradores dos bairros envoltórios [e], os lugares escolhidos pela população de rua... (Schicchi, 2011:48)

Por sua vez, Frugoli Jr e Aderaldo (2010) vêm dando visibilidade etnográfica para o entremeio dessas relações, observando a interação de moradores e frequentadores do entorno com os usuários de crack. Desta perspectiva (a dos atores sociais), deslocam o lugar do conflito, apontam conexões e indicam que há muito mais que apenas dois lados.

Esta região de grande fluxo que se entrecruza, que às vezes se integra e que às vezes não, ao longo de sua história, foi sendo recusada pelas elites

paulistanas, se popularizando e gradativamente se degradando. Atualmente vem sendo, como já mencionado, objeto de tentativas de reforma urbana e social, a principal delas materializada no projeto *Nova Luz*, encabeçado pela prefeitura paulistana e pelo *Consórcio Nova Luz* que prevê, em seu texto oficial, *valorização dos prédios históricos, reforma das áreas livres públicas, criação de espaços verdes e de lazer e a melhoria do ambiente urbano da região*[200]. Trata-se de um projeto com forte referência a modelos externos considerados bem-sucedidos (os mais citados são as reformas urbanas nas áreas centrais de Chicago e Barcelona e, com menor referência, a região de Puerto Madero, em Buenos Aires).

Tal projeto divide pesquisadores, mas não ativistas, acerca da atualização de políticas de caráter cada vez mais global, como a de *gentrification*, nas palavras de Frugoli Jr e Sklair (2009), caracterizadas pela criação de residências para classes médias e altas em áreas urbanas centrais num processo articulado à expulsão de setores das classes populares, com o intuito de produzir mudanças na composição social de um determinado lugar, gerando segregação sócio-espacial e controle da diversidade[201].

Critica-se comumente que o que está em jogo no projeto *Nova Luz* é a tentativa de resolver, através de uma reforma do espaço em questão, um problema antigo do uso do espaço público dessa área, ou seja, a grande concentração de usuários de crack, população de rua e de atividades ligadas ao tráfico de drogas e à prostituição – todas elas questões sociais. Em suma, critica-se o uso da intervenção e da reforma urbana para resolver uma "questão social". Se tal crítica é de suma relevância em termos políticos, ela perde seu vigor em termos analíticos, posto que, para ser bem apreendida, é preciso ter em conta que toda reforma urbana é sempre uma reforma social.

Com o projeto em curso – o que vem gerando, entre outras coisas, compra subvalorada, interdição, desapropriação e demolição de vários imóveis

---

[200] Mais informações oficiais sobre o projeto estão em seu sítio na internet: http://www.novaluzsp.com.br/; último acesso em 20/10/2011, às 15:49hs.
E, para constraste, a visão da associação de moradores e comerciantes do bairro, cf. http://www.brasildefato.com.br/novaluz; último acesso em 22/11/2011, às 19:45hs. Cf., ainda, o documentário *Luz,* disponível em http://vimeo.com/32513151 e o blog http://apropriacaodaluz.blogspot.com; últimos acessos em 27/12/2011 às 07:50hs.

[201] Para Frugoli Jr e Sklair (2009), o bairro da Luz não cabe dentro dos modelos de *gentrification,* por duas razões: **1**. o bairro não se encontra em meio a um processo de mudança estimulado pela chegada de parcelas das classes médias e por novas configurações do mercado imobiliário (como no caso europeu e norte-americano); **2.**também não se trata da efetiva expulsão da população em moldes já feitos na América Latina.

do local – associações de moradores, proprietários de imóveis e comerciantes da região temem o fim do comércio e do pequeno comércio setorial de eletrônicos na área (e na rua) conhecida como Santa Ifigênia, e sua consequência mais imediata, o desemprego. Embora defendam pautas próprias divergentes, tais associações civis e comerciais concordam na crítica à desvalorização dos imóveis e ao fato de não serem comunicados pela prefeitura das decisões e dos planos para o entorno, nem chamados a participar deles – o que também provocou análises de muitos urbanistas atentando para a falta de participação popular, transparência e clareza na elaboração do projeto.

Desse modo, não é difícil notar que a "cracolândia" é a parte com a qual o todo (o bairro da Luz) não quer se sentir confundida, sobretudo porque ela incomoda, perturba, provoca e, de algum modo, produz e é desculpa para esse tipo de intervenção. Ela é, portanto, componente de um território em litígio, que envolve muita contenda; expressão empírica mais bem acabada da *"guerra de lugares"*, já refletida mais de uma década e meia atrás por Antônio Augusto Arantes (1994): há nesse entorno fronteiras contraditórias que, a um só tempo, separam práticas e visões de mundo antagônicas e as põem em contato – por meio da disputa[202].

Por tudo isso, o uso do termo "cracolândia" é, em si mesmo, um perigo, na medida em que pode confundir todo o bairro, estigmatizá-lo e contribuir ainda mais para sua depreciação tanto material quanto simbólica. Esta situação gera um quadro político que torna imperioso que alguns textos (como o de Schicchi, escrito em 2011) sejam formulados sem a utilização, uma vez sequer, do termo "cracolândia" (ainda que ele conste do título das matérias jornalísticas que embasam o argumento da autora). Embora não explícito, o objetivo é claro: evitar a identificação entre a Luz e a "cracolândia", o que, por sua vez, gera discussão acerca das conexões entre a produção acadêmica e a política.

Embora reconheça o esforço empregado, no meu caso, trata-se de procedimento inviável. Não só porque os usuários de crack que ali estão assim

[202] Importante ressaltar, mais uma vez, que todo este parágrafo refere-se à "cracolândia" enquanto territorialidade e não aos usuários de crack. Essa é a separação que deve ser considerada analiticamente, pois uma coisa é associação direta entre o bairro da Luz e a cracolândia, outra é a interação entre os moradores e freqüentadores da Luz e os usuários de crack. Da perspectiva dos atores sociais, como bem notam Frugoli Jr. e Aderaldo (2010), há conflitos, mas há também muitas mediações.

se referem ao espaço, nem apenas porque esse nome tem consequências e efeitos que estão para além dessa localidade, mas também, e sobretudo, porque nas ruas mais circunscritas a esse consumo, constituídas pelo trânsito dos usuários e suas interações com uma série de outros atores sociais, também uma sociabilidade é criada. Ou seja, estar nas imediações da "cracolândia" significa estar atento a aspectos da vida social muito diferentes dos visíveis na Estação Pinacoteca, ou nas ruas comerciais de Santa Ifigênia – e isso tem consequências, inclusive analíticas e experenciais. Ciente, pois, dessas lutas, mas considerando que nesse estudo é impossível não utilizar tal termo, fiz a opção de sempre indicá-lo entre aspas com o intuito de lembrar esta percepção.

Somado a isso, há algo que é ainda mais abstruso: o termo "cracolândia", paulatinamente, vem transbordando dessas imediações pela Luz e tem passado a nomear, até mesmo no diminutivo, outros cenários de uso e outros agrupamentos em torno do consumo de crack, em várias cidades brasileiras[203]. Tem-se tornado até a forma descritiva (também analítica) pela qual a pesquisa oficial sobre crack no país, coordenada pela Fiocruz, contabiliza os espaços de uso da droga. Segundo a pesquisa, o Brasil teria pelo menos vinte e nove grandes "cracolândias"[204]. Estranhamente, então, crack e "cracolândia" parecem cada vez mais se tornar sinônimos: onde há usuários de crack, brotam "cracolândias" – o que parece denotar a construção de um espaço-sede imaginário, edificado a partir daquilo que se fala sobre ela; trata-se, pois, de um lugar social e também de um lugar discursivo.

Dado que minha pesquisa pouco tem a dizer sobre essa extensão imaginária e discursiva, resta-me retornar ao que é possível de ser apreendido localmente.

---

[203] De que dá exemplo os títulos das reportagens "Pelourinho [em Salvador-BA] também tem sua cracolândia" (cf. Folha de S.Paulo, 06/11/2011) e "Minicracolândias se espalham por áreas do interior de São Paulo" (cf. Folha de S.Paulo, 06/02/2011).

[204] Cf. divulgação preliminar da pesquisa publicada pelo jornal O Estado de S.Paulo sob o título "Brasil já tem pelo menos 29 grandes cracolândias, dispersas por 17 capitais", disponível em http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,brasil-ja-tem-pelo-menos-29-grandes-cracolandias-dispersas-por-17-capitais,809340,0.htm, último acesso em 12/12/2011 às 11:18hs.

2.1 Vigiar e cuidar

Pelo menos uma vez ao ano, grandes operações policiais, urbanas e assistenciais ocorrem na "cracolândia" [205]. Em todas elas, o mais comum é que o trabalho policial de abordagem, averiguação e apreensão caminhe junto com os trabalhos de assistência para adolescentes e adultos, que realizam encaminhamentos para abrigos e albergues e, no limite, reenvio à cidade de origem. Somados a esses esforços, membros dos serviços de saúde também promovem referenciamento dos usuários a centros de saúde, centros de atenção psicossocial (CAPS) e, ainda, buscam vagas em leitos hospitalares ou indicam tratamento em instituições fechadas. Em algumas dessas ações, conta-se também com a participação de ONGs e de *comunidades terapêuticas*, que se "oferecem" para acomodação dos usuários.

Como já mostrei a partir do caso do prédio da Vila Industrial, esse tipo de ação é esporádico, frequentemente ocorre acompanhado de cobertura midiática, previamente informada sobre a operação. Polícias (sobretudo militar e guarda civil), assistentes sociais e seus auxiliares, diversos tipos de profissionais da saúde e jornalistas se juntam, algumas vezes se encontram em determinado espaço, e chegam em grupo ao local. Faz-se o balanço das operações, prendem-se algumas pessoas, apreendem-se alguns quilos de droga ou objetos "suspeitos" e todos esses números ficam computados, disponíveis para consulta pública. Da mesma maneira que a já mencionada anteriormente, o resultado dessas ações é quase nulo. Passado uns dias, tudo tende a voltar a ser como antes. Quando a repressão se torna mais incisiva, os usuários se deslocam na procura por outros territórios.

Tais ações importam porque revelam, nessa esfera do espetacular, que, definitivamente, a "cracolândia" não é um local com ausência de Estado. Ao contrário, ele está ali. Por vezes, em demasia. Com suas mãos direita e

[205] Apenas para uma mostra da dimensão do que se passa aí, vale à pena resgatar trechos jornalísticos recuperados por Frugoli Jr. e Spaggiari (2010) sobre a **Operação Limpa** em 2005, realizada pelo poder público e que envolveu a polícia, a vigilância sanitária e setores ligados ao assistencialismo, saúde, limpeza pública. A operação resultou em *"2.216 abordagens, 426 papelotes de crack apreendidos, 12 flagrantes de tráfico ou porte de drogas, 3 hotéis lacrados com concreto, 3 armas apreendidas, 50 celulares apreendidos, 369 adultos e crianças recolhidos para abrigos, 2 procurados presos e 5.200 CDs apreendidos"* (Folha de S. Paulo, 10/3/2005 apud Frugoli Jr. e Spaggiari, op. cit). Informações divulgadas em vídeo no site da Folha de S.Paulo também mostram que ações semelhantes, entre julho de 2009 e setembro de 2011, tiveram o saldo de 1105 pessoas presas por tráfico; 107 adolescentes detidos; 353 kg de drogas apreendidos; in: http://www1.folha.uol.com.br/multimidia/videocasts/1006076-crack-muda-trajeto-de-onibus-em-sao-paulo.shtml; último acesso em 22/11/2011 às 18:16.

esquerda (Bourdieu, 1993). Reprimindo e ajudando. Punindo e encaminhando. Deixando morrer e fazendo viver (Foucault, 1999, 2005). Portanto, a questão menos interessante de ser feita é "por que o Estado não está lá?" Ele está. Não há como refutar isso. Considero mais relevante saber "*como* ele está lá", o que, acredito, só um olhar mais próximo é capaz de responder. Trata-se, logo, de saber *como*, no dia-a-dia (e não apenas esporadicamente), policiais, serviços de assistência e de saúde, todos com propostas bastante divergentes entre si, mídias, usuários de crack e traficantes interagem nesse espaço.

Para tanto, ao invés de me centrar nessas operações performáticas, que pouca resposta dão à minha pergunta, foco agora a interação mais miúda e cotidiana; aquela diária que, porque é rotineira, é sempre menos conhecida. Escolherei, nesse item, acompanhar as ações dos policiais e dos serviços médicos que parecem situar-se em pólos opostos de tratamento público da questão: de um lado, repressão e segurança (orientadas para a prevenção de delitos e identificação dos traficantes de drogas); de outro, assistência médica e direito à saúde (norteados pela defesa da vida do usuário e pela concepção do abuso de substâncias como uma questão de saúde pública). Ambas as esferas (junto com a assistência social) constituem as principais atividades estatais no local que, como se verá, muito longe de atuarem conjuntamente, têm suas relações pautadas por desentendimentos, disputas e desacordos tanto profissionais quanto políticos.

Inicio com a face repressiva. Assim como os usuários, a presença de policiais militares (com a ronda de automóveis ou com a cavalaria) e de guardas civis (GCM) é parte da paisagem da "cracolândia". Eles estão ali todos os dias, vigiando os usuários, tentando diferenciá-los dos traficantes e testando técnicas mais eficientes para o controle desse território.

De maneira semelhante ao que se passa no Paranapanema, mas dessa vez pelas gestões estatais, igualmente o que está em questão são problemas relativos aos modos de controle da circulação desses usuários. Duas táticas se destacam: 1) a ronda contínua, a pé, de carro ou com cavalos, que faz com que os usuários tenham que ficar o tempo todo circulando, num incansável "jogo de gato e rato" pelos quarteirões próximos; 2) o cerceamento; que consiste em cercar um quarteirão, impulsionando a concentração dos usuários, deixando-os circunscritos a determinada delimitação e, logo, passíveis de terem suas ações monitoradas.

A primeira estratégia (a ronda contínua) é assumida publicamente, na medida em que o trabalho de policiamento ostensivo ali é, como me disse uma inspetora-chefe da GCM, *"não deixar as pessoas fazerem mau uso do espaço urbano para não causarem nenhuma sensação de insegurança*". Por isso a necessidade de, nas suas palavras, ficar "tocando boi"[206]. A segunda tática (o cerceamento) jamais é admitida em discursos públicos pelo alto oficialato, que prefere dizer que a concentração dos usuários em apenas uma parte da rua, ou em uma única rua, se dá de forma espontânea[207], fundamentalmente por regulações internas. Importa notar que não há opção exclusiva por uma ou outra: elas se sobrepõem e coexistem. Pela minha experiência de pesquisa, nunca foi possível prever qual seria escolhida. Depende dos policiais que estão de plantão, bem como da pressão do poder público – o que, por sua vez, é variável de acordo com a conjuntura política e, portanto, sofre com suas oscilações.

O convívio entre agentes de segurança e usuários é tamanho que a mesma inspetora-chefe da GCM me disse: *"no meu plantão, todos os usuários têm nome. Eu sei o nome de todo mundo aqui".* Outra guarda civil, também mulher, me contou que conseguiu, durante dois meses, no seu plantão, desenvolver um *"trabalho de desenho"* com as crianças que usam crack. Com o próprio dinheiro, comprou folhas de sulfite, canetinhas, lápis de cor e, quando ali estava, convidava as crianças para desenhar. Disse-me que sabia que não resolveria o assunto, mas que pelo menos nesse tempo elas não usavam crack. Fiquei confusa com suas falas; que deixavam tudo, aparentemente, de cabeça para baixo: policiais fazendo trabalho de educação, conhecendo as pessoas pelos nomes (aquilo que nem os serviços de assistência conseguiam fazer, embora se esforçassem para).

Mas já na sentença seguinte uma primeira confusão se desfez: a guarda não poderia continuar o trabalho com os desenhos; fora repreendida pelos seus superiores. Mais um pouco e, de novo, um usuário colocou as coisas em

---

[206] Caderno de Campo, 20/10/2010.

[207] Como exemplo, cito trecho de uma reportagem do Estado de S.Paulo: *"Cercar os viciados em uma rua sem comércio e moradores seria uma forma de evitar que eles voltem a se espalhar por áreas residenciais ou redutos de lojas. Quem admitiu a estratégia foram PMs ouvidos pelo Estado.* ***Mas o comando nega.*** *"Essa aglomeração ocorreu de forma espontânea. Talvez porque a área está desabitada. Não foi uma ação da PM", disse o coronel Pedro Borges, comandante da PM no centro.* Cf. O Estado de S.Paulo de 07/11/2011, "Viciados em crack desviam tráfego e acampam em rua", grifos meus, in: http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,viciados-em-crack-desviam-trafego-e-acampam-em-rua,795400,0.htm#bb-md-noticia-tabs-1, último acesso em 27/11/2011 às 10:09hs.

seus devidos lugares. Enquanto conversávamos com essa guarda, ele passou e nos repreendeu: *"nós é que somos seus amigos. De que lado estão, afinal?"*[208]. Tal fala torna possível pensar que trata-se de um tipo de interação que supõe um conhecimento do cotidiano e às vezes revela formas de aproximação sem, contudo, implicar um relacionamento amistoso. A mesma fala também diz que, uma vez estando ali, tais personagens não podem ser vistos na sua complexidade e sim pelo que eles representam: um guarda civil não é um profissional de saúde, e isso, disse o usuário, precisa ficar claro. Segundo ele, há que se escolher um lado.

A estada contínua torna essa decisão mais imperativa, visto que, na maior parte das vezes, o que de fato se manifesta é o conflito. Num dos dias de pesquisa, por exemplo, dois homens da polícia militar vieram questionar o trabalho da equipe do *É de Lei*. A princípio, receosos, aventaram a hipótese de que os redutores fossem passadores de drogas, já que guardavam "materiais estranhos" em caixas de óculos e chamavam a atenção dos usuários. De saída, é possível notar que o conhecimento que os policiais têm desses usuários não se amplia para os serviços de atenção, que igualmente são parte constituinte do local. Por conta disso, serviços de saúde e assistência frequentemente têm que esclarecer aos policiais o que fazem ali. É bem comum estarem todos os serviços e órgãos numa mesma rua sem que um tenha a menor noção do trabalho que o outro desempenha no local. Frequentemente podem ser vistos se apresentando uns para os outros.

Nesse dia em específico, vendo tratar-se de piteiras, perguntaram a utilidade daquilo. Os redutores deram a resposta sanitária prevista: evitar o compartilhamento dos cachimbos e, com isso, prevenir a transmissão de doenças. Sem conseguir entender o propósito, os policiais disseram que aquele tipo de material incentivava o uso e de nada adiantava. O redutor foi firme: *"o meu trabalho não incentiva, assim como o de vocês não resolve"*. Diante da resposta firme do redutor, estranhamente, o policial passou a tratá-lo com mais respeito. Baixou o tom de voz, pediu para chegarmos mais perto, disse-nos que falaria um "*segredo*", mas que não poderíamos passá-lo adiante. Calmo, contou:

[208] Caderno de Campo, 03/12/2010.

> sabe qual é a verdade? É que há muitos interesses aqui. Tem um monte de gente que quer os usuários aqui por um tempo para desvalorizar a área. Daí o terreno custa barato. Todo mundo compra por uma mixaria, bota segurança privada. Depois tira esses *nóias* daqui e espera valorizar. Essa é a verdade.[209]

Estando ali frequentemente, muitos dos policiais se vêem como depositários dos "saberes secretos" da região. O *"segredo"* e a *"verdade"*, isto é, o fato de que a área teria sido propositadamente abandonada para ser vendida a preços módicos e depois revalorizada, bem como que os *nóias* seriam deixados ali para acelerar esse processo de especulação, lembram, em muitos aspectos, a versão das associações de moradores e comerciantes, já mencionada antes – o que, mais uma vez, revela a interação e a circulação de ideias.

Mas especificamente no que tange às funções de vigilância do local, esses *"segredos"* contados a pouca voz parecem dizer algo acerca do real sentido de exercê-las. Ou seja, eles indicam que também os policiais questionam, debatem e procuram saber o que de fato fazem ali. De maneira mais clara, ao nos narrar tal *"segredo"*, este policial estava nos dizendo, depois de se acercar do que fazíamos, que o seu trabalho era bastante funcional e provisório: duraria enquanto tivesse que zelar pelos muitos interesses envolvidos na degradação da região. Concordara, em outras palavras, com o diagnóstico do redutor. Também, de algum modo, sabia que o seu trabalho não resolveria a questão. São outros interesses que contam.

Paradoxalmente, no entanto, guardar *"segredos"* e, em certa medida, ter consciência da pouca eficácia de suas ações também confere poder. Se práticas de violência e arbitrariedade, tratamento desigual para integrantes de distintos grupos sociais, desrespeito aos direitos e impunidades dos responsáveis por esses atos são práticas constitutivas da polícia brasileira, em graus variados, desde sua criação (Caldeira, 2000), o atual cenário da "cracolândia", como se verá, é um campo fértil para que os policiais exerçam toda a arbitrariedade que lhes foi historicamente concedida. Isto significa dizer que a associação que se faz automaticamente entre uso de drogas e criminalidade, somada à retórica compartilhada que desumaniza os *nóias,* tem justificado, nesse espaço, prisões, abordagens, violações de direitos,

[209] Caderno de Campo, 22/09/2010.

demonstração despótica de mando e também aquilo que um redutor, com formação em psicologia, chamou de *"sadismo gratuito",* em sua face mais radical. Em suma, nesse local, usando os termos de Arantes (1994), *"o controle social assume a forma ritualizada de policiamento ostensivo",* por meio da *"sinalização da autoridade e teatralização do controle".*

Exemplo extremo de tal assertiva é a cena descrita abaixo, que já me havia sido narrada oralmente por dois redutores, quando não pude ir a uma atividade e perguntei sobre o seu andamento. Certa de que ela era importante para o entendimento da dinâmica local, pedi para que um deles me fizesse a gentileza de escrevê-la. O relato do que se passou, tal como ele me encaminhou, foi assim:

> Como de praxe, estávamos acessando os usuários, orientando, dialogando e distribuindo os insumos. Estávamos na esquina da Duque de Caxias com a Rua x (não lembro o nome), ali onde fica aquela loja de pneus, que inclusive instalou canos de pvc e constantemente dispara água gelada para espantar os usuários.
> De repente a maioria dos usuários se levantou e começou a correr, muitos tropeçavam em outros usuários, caíam, se levantavam rapidamente e voltavam a correr. Espantados, e pra nossa segurança, seguimos para dentro de um bar, para não sermos atropelados pelos próprios usuários.
> Já dentro do bar, avistamos um grupo de policiais trajando roupas esportivas, porém com arma em punho, praticando cooper. Entoavam cantos/gritos da corporação e partindo para cima dos usuários, aqueles que não levantavam eram chutados até se levantar e correr. Um rapaz que havia tropeçado e caído, sofreu nova queda, esta devido a uma voadora que um dos policias desferiu nele, uma cena de puro sadismo gratuito, pois os policiais pareciam se divertir, rindo e comentando entre eles a cena que geraram.
> Atônitos, tentamos conversar com alguns usuários, os aparentemente mais calmos, coisa difícil de encontrar, nos relataram que são policiais do 15º batalhão do choque que protagonizaram a cena e que não era a primeira vez que ocorria.
> (relato enviado por e-mail por um redutor em maio de 2011, sobre um acontecimento de setembro de 2010).

Escrita oito meses após o acontecimento, sua narrativa perde o vigor da fala oral, bem como a gestualidade e entonação de voz que lhe é própria. Inicia-se pela atividade rotineira do trabalho (acessar, orientar, dialogar e distribuir insumos), localiza-a e ao mesmo tempo critica o comerciante que criou o aparato de expulsão dos usuários. Passa então à descrição dos usuários que, em grande número, cambaleiam assustados pela rua. Vê-se primeiro eles para depois chegar à diversão dos policiais em fazer *cooper* no local, com arma em punho, continuando o ritmo, a contrapelo das pessoas à

frente que, se não são rápidas o suficiente na corrida, são logo agredidas com uma *"voadora"*. A cena termina com a averiguação do fato e com a confirmação de que não se tratava de um ato isolado. Se, ao escrever posteriormente a experiência, sua memória não foi boa o bastante para guardar o nome da rua em que faziam atividade, ela foi precisa o suficiente em lembrar o número do batalhão que praticou o ato.

A partir do ocorrido, visando um enfrentamento público e uma "disputa pela verdade", os redutores começaram a ir à "cracolândia" munidos de máquina fotográfica. O objetivo era registrar qualquer espécie de abuso da autoridade pública que voltasse a acontecer no local. Diante das rondas e revistas, os redutores não hesitaram em fotografar. Em alguns momentos, paravam o trabalho e se transferiam para o local de abordagem. Mais uma vez, as coisas pareciam deslocadas: redutores deixam o trabalho de prevenção para juntar provas contra policiais, objetivando a denúncia à violação de direitos. E, como era de se supor, à toda ação corresponde uma reação. Os redutores começaram a partir de então a ser constantemente revistados ou abordados pelos policiais que pediam explicações sobre as fotos e sobre o trabalho realizado no local. O impasse havia sido criado; o diálogo impossibilitado.

Ficar buscando sentido em ações como o *cooper* é, como já vimos com Taussig no capítulo III, tarefa que deve ser descartada. Cabe mais na pena de um *relator da tortura* do que na de um antropólogo. Há pouco "sentido" no terror, justamente porque pode haver muitos. Contudo, quero chamar a atenção para a ideia de *"sadismo gratuito"* lançada pelo redutor. Já disse que ele era psicólogo e, como tal, outras referências enquadravam sua fala. Mas eu me permitirei lançar mão das minhas para pensar um pouco mais.

Deleuze (2001) mostra que nada é mais alheio ao sádico[210] que a intenção de persuadir, de convencer ou de ser pedagógico. O que está em jogo é o *"mais assombroso desenvolvimento da faculdade demonstrativa"* (op.cit:22-23): uma demonstração que se confunde com a onipotência do demonstrador e que destaca a relação entre violência e demonstração. E, para tanto, os corpos submetidos ao sádico não cumprem mais que o papel de figuras sensíveis ilustrativas de demonstrações abomináveis. Não são esses corpos que deixam

[210] Importa notar que a reflexão sobre o *sadismo* se beneficia da reflexão literária de Sade, assim como parece já não ser mais possível ler Sade sem as referências ao *sadismo* (enquanto conceito psicanalítico).

o sádico excitado[211] e sim um objeto que não está aí e, por isso mesmo, só pode ser objeto de demonstração: a ideia de mal. Com Deleuze, tem-se que o sadismo vinculado à violência objetiva não a dor do outro, mas o próprio triunfo.

O redutor ainda adicionou ao sadismo o termo "gratuito". Interessante, pois, diferentemente do que se passa na relação entre traficantes e usuários (pautada no comércio da substância) ou entre traficantes e policiais (baseada na compra de "mercadorias políticas"), a relação entre usuários e policiais implica a quase ausência de comércio, de troca ou de proteção. Parece-me aqui que a ideia de gratuidade amplia o próprio sadismo e contribui para um tipo de cena cuja finalidade última é demonstrar poder, autoridade, capacidade de humilhar e, o que me parece mais relevante, ostentar a diferença, quase ontológica, entre ambos.

Enquanto função particular do Estado, espera-se que a polícia assegure o policiamento ostensivo, bem como que garanta uma vã figura jurídica: a ordem pública[212]. Mas ela é mais. É um instrumento de poder, um serviço público e uma profissão (Monjardet, 1996); máquina capital de funcionamento do Estado; organismo de regulação das relações e dos conflitos sociais, que atua em meio a relações complexas e contraditórias com a opinião pública e com o governo; comunidade de interesses particulares e autônomos, ainda que heterogêneos (Bèrliere, 1996). Todas essas variáveis devem estar presentes quando se busca o entendimento de suas ações. E a elas há que se acrescentarem fatores não passíveis de quantificação, como *"as concepções dominantes sobre a disseminação do mal, o papel da autoridade e do corpo manipulável"* (Caldeira, 2000).

De modo ainda mais complicado, sabe-se igualmente que a polícia, longe de oferecer uma solução, é o ponto nodal do problema da violência urbana, porque frequentemente tem abusado da agressividade como padrão regular e cotidiano de controle da população, não como uma exceção, mas – e o que é desafiante – frequentemente sob a proteção da lei, e com pelo menos

[211] Ressalta-se que, embora referentes ao campo da sexualidade, tanto o *sadismo* quanto o *masoquismo* não estão definidos pelo vínculo dor-prazer sexuais e sim pelo relacionamento mais profundo entre escravidão e humilhação; o que permite que seja possível transpô-los para pensar outras interações.

[212] Artigo 144, parágrafo 5º da Constituição Federal*: "Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública".*

algum apoio das autoridades públicas e de determinados setores da população.

Nesse sentido, a "cracolândia" é um cenário fértil para observar toda a complexidade exposta, na medida em que põe a nu, de maneira um tanto quanto conflituosa, desastrada e violenta, as contradições internas e as divisões de tarefas próprias às corporações. As rondas contínuas e o cerceamento expressam o papel de vigilância e a tentativa de regulação das relações e conflitos sociais, bem como a dificuldade de tornar explícito o uso dessas técnicas – o que revela um jogo ambíguo com a opinião pública. As duas guardas municipais encarnavam as tarefas do policiamento ostensivo, do serviço e ordens públicas, e representavam também as tentativas de reformas do trato policial diante das pressões externas exercidas: eram as policiais mais "humanizadas" que atuavam no local. Por sua vez, o policial que nos revelou o *"segredo"* local questionava-se quanto a sua profissão, sua função no local e a eficácia do trabalho de vigilância diante dos tantos interesses que cercam a região. E, finalmente, os policiais que, em bando, se divertiam em fazer *cooper*, e em demonstrar o *"sadismo gratuito"*, nos atentam para questões simbólicas acerca do mal e da autoridade, que estão bem longe de serem irrelevantes e que precisam ser seriamente enfrentadas se se quiser de fato entender as práticas policiais. Parece, portanto, que, nesse cenário, todas as facetas da polícia se atualizam, ou, como quer Arantes (op.cit), se teatralizam.

E se uma mão estatal fere, a outra socorre (Bourdieu, 1993; Agier, 2006). Passemos agora aos serviços de saúde que, assim como os policiais, também integram a paisagem local e com eles concorrem pelo atendimento e encaminhamento dos usuários, bem como pelos modos específicos de atuar sobre a questão. Sobretudo, os trabalhadores da saúde disputam o reconhecimento da autonomia profissional – o que é bastante dificultado nesse espaço.

Não retornarei mais à relação específica da equipe de redução de danos que acompanhei, posto que já foi explicitada em vários outros momentos da tese. Lançarei mão de uma polêmica que culminou no afastamento de um médico psiquiatra que trabalhava no CAPS infantil de referência para o local e dos escritos, disponibilizados em blog, de um médico que coordenava uma equipe de saúde de família no entorno. Ambas as experiências, como viso

mostrar, são recheadas de conflitos e, por isso mesmo, também são boas para pensar.

Antes de seguir quero chamar atenção, primeiramente, para as *ideias* de redução de danos que, como mencionei no capítulo II, têm encontrado espaço institucional no interior dos CAPSad, viabilizados por programas governamentais. Para seguir na reflexão, importa lembrar que, nesse novo *lócus* de tratamento e atenção, conjugando princípios da RD e da reforma psiquiátrica, a maior parte de seus profissionais não considera que a internação seja a melhor opção para tratar o abuso de drogas. Para eles, esse tipo de intervenção deveria acontecer apenas em casos mais extremos e de crises agudas e, ainda assim, com episódios de hospitalizações bastante breves. Isso é relevante porque, como se verá abaixo, tal perspectiva de atendimento produz, na prática diária de atuação na "cracolândia", inúmeros confrontos. Alguns deles extravasam o cotidiano de trabalho e se tornam públicos.

Trago como exemplo a polêmica ocorrida em abril de 2010 que envolveu o médico psiquiatra e professor da Unifesp Raul Gorayeb, ex-coordenador do CAPS infantil do centro de São Paulo. Ao ser afastado do cargo, o médico afirmou aos jornais, em entrevista[213], que estava sofrendo pressões da prefeitura para internar crianças e adolescentes que ficam na "cracolândia", mesmo quando o laudo clínico concluía que eles não precisavam de internação. Ao portal G1, o médico deu a seguinte declaração:

> A gente ficou três meses avaliando crianças e nenhuma delas tinha indicação de internação. Eram pegos usando crack, fumando maconha, cheirando cola. Isso não é certo, mas não quer dizer que eu tenha o direito de trancá-las num hospital psiquiátrico.
> (...) O erro de querer interná-las está no fato de que para cuidar do problema eu não tenho que internar.

O médico afirmou que seria irresponsabilidade internar sem critérios. Para o psiquiatra, a prefeitura tinha intenção de *"limpar"* o centro da cidade e deixava o problema para os médicos do CAPS. Na sequência do ocorrido, outros profissionais de outros CAPS confirmaram a prática de pressão por

[213] Cf., por exemplo, reportagem publicada no portal G1 e retransmitida no blog de Luis Nassif em 24/04/2010, "Psiquiatra afirma sofrer pressão para internar menores da cracolândia", em: http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2010/04/psiquiatra-afirma-sofrer-pressao-para-internar-menores-da-cracolandia.html, último acesso em 15/02/2011, às 09:38hs.

internação. O promotor de Justiça ouvido pela jornalista, coordenador da área do Ministério Público de São Paulo, afirmou que a recomendação médica deve ser respeitada em casos de internação. Raul Gorayeb assegurou, ainda, que a Guarda Civil Metropolitana era quem recolhia os adolescentes e os levava para o CAPS, quando a abordagem deveria ser feita pela Assistência Social ou pelos agentes de saúde.

Tal polêmica ilumina, mais uma vez, o cenário de disputas por modelo de tratamento e intervenção que envolve tanto brigas internas às entidades públicas e privadas de atendimento a usuários de drogas (já ressaltadas no capítulo II) quanto forças externas que questionam a eficácia de sua atuação. Medicina, justiça, polícia e assistência social, ao serem colocadas em contato, brigam e concorrem entre si pelo melhor modo de lidar com a questão.

Para ser tratado, o abuso de drogas não necessariamente exige a reclusão. Essa era a posição do médico que acabou sendo afastado do cargo, bem como dos profissionais dos CAPS, que se juntaram a ele para "denunciarem" a pressão da prefeitura por internação. Mais uma vez, tudo parecia se deslocar, pois, já de início, o encaminhamento, que deveria ser feito por profissionais de saúde ou assistência social, era realizado por policiais. Eles recolhiam os usuários e os levavam para o CAPS, sem se basearem em qualquer indicação mais especializada. Certamente também os policiais sofriam a mesma pressão da prefeitura por internação.

Mas se o tratamento não exige o retraimento, a lógica da limpeza urbana aparece, nesse discurso, para justificar esse tipo de proposição. Ou seja, é como se os profissionais da saúde estivessem ali não para tratar questões referentes à dependência química, mas para sanar e, de alguma forma, autorizar, a partir de critérios médicos, a retirada dos usuários do local. O médico e toda a equipe que o acompanhou em sua denúncia explicitavam o problema: utilizava-se da "saúde" para justificar práticas de "limpeza urbana". Mais uma vez, são evocadas disputas e, não sem contradição, incertezas quanto às ações e às funções profissionais.

O dilema das *ideias* de redução de danos aplicadas a esse local é que, ainda que elas pleiteiem um modelo de atenção ao usuário considerado mais "humanizado", ali ele tem que se confrontar menos com outras terapêuticas e mais com um problema urbano, que visa a não concentração desses usuários no local. Por isso, tanto desentendimento. A linguagem do acesso à saúde não

dá conta da quantidade de pessoas que permanece no local e se choca com a linguagem de revalorização dos espaços, pouco afeta ao cuidado dessas pessoas.

Além dos profissionais dos CAPS, outros personagens muito comuns no local são os agentes de saúde, que, uniformizados frequentemente com camisetas coloridas ou jalecos brancos, andam em meio aos usuários, dispostos a ouvir as demandas, fazer encaminhamentos e ajudar no curativo de pequenos ferimentos. O trabalho que funciona sob a lógica e parâmetros do SUS é, mais que tudo, o de iniciar e aprofundar um contato com os usuários, para depois viabilizar uma ponte entre eles e os serviços de saúde, garantindo um médico, uma equipe e um centro de saúde de referência com o qual os usuários possam contar. Muitos desses serviços integram o organograma da política de saúde municipal, em moldes do Programa de Saúde da Família (PSF).

É nesse contexto que aparece outro personagem importante para entendermos essas interações. Ele é Marcelo dos Santos Clemente, médico de uma das equipes de PSF, que atua na *craco* – como ele chamava o local. Trabalhou ali menos de um ano, mas anotava o que via e, depois que morreu, teve seus relatos organizados por sua mulher e disponibilizados em um blog (*"cracolândia dia-a-dia"*[214])[215]. Sua mulher nota que todas as noites, desde que começou a trabalhar lá, ele se sentava na varanda de casa, com seu computador e seu cigarro, e escrevia: *"escrevia relatórios, escrevia suas angústias, escrevia seus projetos"*.

O relato do Dr. Marcelo é, por vezes, tocante. Há no blog reflexões que começaram a ser escritas dois dias depois de o médico iniciar suas atividades profissionais no local. Desde o começo, é possível notar sua confusão em meio à dinâmica assistencial e à política sanitária para a área. Já na primeira semana de trabalho teve de participar de sessões grupais de *psicodrama*, ocasiões nas quais os profissionais explicitavam as dificuldades do trabalho realizado e as ansiedades diante dele. Não entendia nada daquele procedimento, que já virou rotina na política pública. A dinâmica só fez sentido quando tiveram que simular um corredor polonês. De um lado,

[214] Cf. http://blogdacraco.blogspot.com/, último acesso em 01/12/2011 às 11:27hs.
[215] Sua morte aconteceu durante a noite. Ele tinha 27 anos. No blog, sua mulher não aponta as causas. Escreve apenas: *"O autor destes textos me deixou no dia 09 de abril de 2011. Encontrei-o às seis horas da manhã em nossa cama com um fio de vida. Ele se foi em meus braços (...)"*.

policiais; de outro, os frequentadores do local. A equipe de profissionais tinha que passar pelo meio, para *"sentir a pressão de ambos os lados"*. O médico então conta:

> Achei que ia ser uma bosta como tudo até agora, mas quando passei senti medo. Medo. Quando o cara perguntou o que senti, inventei alguma outra coisa. Senti pela primeira vez o que seria trabalhar na cracolândia, junto com os viciados, prostitutas, marginalizados. Do lado DELES. Contra a polícia. (setembro de 2010, maiúsculas do autor)

"Do lado DELES, contra a polícia". Mais uma referência indicando a importância de tomar partido. Conhecimento aprendido já no início do trabalho, incorporado pelas equipes de saúde e materializado nas dinâmicas orientadas que teatralizam o acontecido.

Os escritos seguem refletindo acerca da rotina do ambulatório, algumas conversas com os pacientes, outras na própria "cracolândia", a qual passaria a visitar quase que diariamente. Com o tempo, ele já não precisava iniciar as abordagens, nem se esforçar para se apresentar. Era requisitado pelos usuários assim que botava os pés na *craco*. Tinha também posturas políticas, questionava os representantes públicos pela *"situação da cracolândia"*. No blog, há uma colagem dos e-mails que ele enviou à Dilma Roussef, presidente da república (que marcou uma reunião com ele dias depois de sua morte) e ao secretário de saúde do prefeito Gilberto Kassab, questionando se deveria dar mais atenção aos pacientes da cracolândia ou aos do entorno da Luz, que também estavam a cargo de sua responsabilidade. Questionava o secretário quanto a um dos princípios do SUS: a equidade, isto é, o trato desigual das desigualdades. Ainda no blog, tem-se também uma série de notações clínicas, que parecem feitas na tentativa de encontrar uma síntese para o trabalho, visando sua comunicação.

Mas, na maior parte das vezes, vê-se um médico que se deixa tocar pelas histórias dos usuários e que, a partir delas, realiza questionamentos sobre a própria vida. Nas tintas do Dr. Marcelo, os acontecimentos ganham relevância humanitária; médico e pacientes são descritos pelo que possuem em comum. Pelos seus relatos, é possível acessar dores físicas e simbólicas bastante profundas, pouco acessíveis a pesquisadores[216], bem como o

[216] De que é exemplo esse trecho: *"Éramos iguais, mas não íamos ao posto pedir xilocaína gel pra passar no ânus cheio de feridas de sífilis pra aguentar continuar fazendo programa"*.

desespero que as acompanha, narradas ora de forma comovente, ora de maneira agressiva, ora inda divertida. Ao lê-las nos perguntamos o que um corpo pode suportar.

A linguagem só pode ser enquadrada como médica pelos vocábulos técnicos; de resto, o doutor compartilha gírias e modos de proceder caros aos seus pacientes. Especificamente, o relato abaixo (copiado do blog), dá mostra da interação estabelecida com usuários e traficantes e, em alguma medida, é emblemático em indicar os desafios e constrangimentos do exercício médico no local. Os explicativos em colchetes foram adicionados por mim[217].

> Tava fazendo visita na rua e chegou um dos moradores, me puxou de lado e começou a me contar que tinha rolado uns tiros na noite anterior. Um dos caras, de 16 anos, sobreviveu, e isso de certa forma é algo tão ruim quanto morrer, porque ele passou de corpo a testemunha e tinha que ficar escondido, se procurasse o PS [Pronto Socorro] ele já era, então ele tava nessa pensão escondido, tomando amoxa [amoxicilina] e comendo arroz e feijão com um FAF [ferimento de arma de fogo] infraumbilical [embaixo do umbigo] com saída em nível de L4 [quarta vértebra lombar] havia quase 12 horas.
> Bom, os caras precisavam de um médico, ou pelo menos alguma orientação; isso eu ia ouvindo numa construção abandonada onde eu vou ver os caras da "craco" quando a polícia aparece por lá e eles usam pra se esconder. Falei que ia, depois de ter certeza que os caras não iam mesmo levar o cara pro PS.
> Que que eu podia fazer, deixar o cara lá? Sei lá, sei que acabei combinando que ia no dia seguinte (isso já era umas cinco da tarde e o cara precisava avisar com antecedência os caras que tavam com o baleado), liguei pro Pr. [um amigo de faculdade] e encontrei com ele no HC [Hospital de Clínicas], pedi algumas dicas, ele me deu, arrumou uns materiais e tal. Dia seguinte fui pra lá, sem avental (exigência dos caras), nenhuma identificação, boné na cabeça e uma garrafinha dessas redondinhas de pinga na mão (exigências...), subi no quarto, cinco caras daqueles que a gente vê no Datena ou no Marcelo Rezende, sabe, armados, pistolas na cintura, armas e um monte de cocaína pelo quarto, o cara deitado com cara de dor numa cama podre.
> Me apresentei, fui dar uma olhada no faf, infraumbilical mesmo, orifício de entrada do tamanho de uma moeda de 1 centavo, limpo, sem sangue, orifício de saída do tamanho de uma de 50 centavos, bordas chamuscadas, necróticas, hiperemiadas [queimadas, com tecido morto e avermelhadas]. O cara tava cagando, tava sem hematúria [urina sanguinolenta], sem vômitos, só reclamava de dor na perna. Fui pegar as coisas que tinha levado num saco de supermercado preto, um dos caras se sobressaltou e já pôs a mão na cintura, eu fiquei parado achando que ia levar um tiro e os caras "suave, Dr, faz tudo suave", avisei o que ia fazer, pus duas dipironas na boca do cara e falei pra ele mastigar, lavei com iodopolvidine [antisséptico a base de iodo] o da frente, pus a luva estéril e comecei a explorar, enfiei o dedo lá dentro, o cara começou a querer gritar e já enfiaram uma toalha pra ele morder, explorei, senti umas alças, até botei uns epiplons [gordura da alça do

[217] Algumas das explicações estavam indicadas no blog, por sua mulher. Para as outras recebi ajuda de um médico.

> intestino] pra fora (chamuscados!...), cheirei meu dedo: nada de cheiro de bosta, nada de sangue vivo. Enfiei um monte de soro, aspirei tudo de volta com uma seringa que enfiei lá dentro (e dessa vez ele se contorceu mais ainda), tudo limpo. Atrás, cortei as bordas necróticas com um bisturi, limpei bastante mas nem enfiei o dedo pra explorar, o Pr. falou pra deixar atrás do jeito que tava. Meti um penrose [pinça cirúrgica] no orifício de entrada, prescrevi CFTX IM e MTDZ VO [ceftriaxone intramuscular e metronidazol via oral], os caras compraram e começaram a ATB [antibiótico] no mesmo dia. Isso foi terça ou quarta, não me lembro. Na sexta já não fazia mais febre, a ferida de trás sem flogismo [sinais inflamatórios], vamos ver se ele resiste o fds[fim de semana].
> Acho que vai. Sorte de bandido ou de irmão de bandido, rs.

O roteiro não é necessariamente novo[218]: um dos usuários do local vem falar com ele, conta a troca de tiros ocorrida durante a noite. Como se precisasse oferecer uma explicação para o atendimento no local, o médico justifica sua ida apenas depois de ter se certificado de que esse era o único jeito: só o fez diante da impossibilidade de que o ferido se deslocasse até um serviço de saúde; mais que sobrevivente, era uma *"testemunha"*, o que seria *"algo tão ruim quanto morrer"*. Para chegar ao local e fazer o procedimento, realiza, um dia antes, uma consulta ao amigo de faculdade que fazia residência em cirurgia. Posteriormente, se molda às exigências dos que ofereciam retaguarda à sua estada no local, coloca o boné e tira o avental (para não dar "bandeira"), leva pinga, parece se assustar diante de um cenário e de pessoas as quais só via nos programas sensacionalistas de jornalismo policial. Diante de uma cena, e de uma situação raramente acessível a pesquisadores, compartilhava também ali um "segredo" e, mais uma vez, demarcava de que "lado" estava.

A descrição, contudo, só ganha densidade ao narrar o que fez como médico. A bala tinha atravessado o rapaz de 16 anos. Entrara abaixo do umbigo e saíra pela lombar. Há uma precisão em descrever o tamanho desses orifícios e o estado em que se encontravam. O rapaz parecia bem. Não tinha sinais fisiológicos alterados, apenas dor na perna. Após a anamnese, inicia a intervenção física. Bota luva, banha o ferimento de entrada da bala com iodo, explora internamente. Sente as alças do intestino, joga fora algumas das gorduras dessas alças que ficaram queimadas. Sente mais o interior do corpo. Cheira o dedo: sem o odor de excreções e de sangue sinaliza que o órgão não

[218] A descrição é similar àquela que abre o livro de Caco Barcellos, *O abusado* (2009, pp. 22-28). Na cena, o chefe do tráfico do morro Dona Marta é baleado em um confronto com a polícia e, diante da recusa a ir a um hospital, um médico se desloca até o barraco em que ele se recupera.

fora afetado mais seriamente – o que é confirmado pela aspiração do soro limpo. Retira o pedaço de tecido morto do ferimento na lombar e prescreve antibióticos. Faz o que é possível em cenários como esse, a febre cede. Ainda assim, há que se contar um pouco com a sorte.

Os exemplos de enfrentamento e prática profissional dos dois médicos apresentados acima também complexificam o próprio cenário. Ali eles têm de realizar outras funções que não apenas as restritas ao abuso de drogas e decorrências desse consumo. O psiquiatra não faz apenas laudos, acompanhamentos e indicação de tratamentos. O Dr. Marcelo, médico de saúde de família, não tem apenas a função que lhe cabe de prevenção, de acompanhamento, de orientação. O primeiro tem que disputar espaço e autonomia profissional com policiais, assistentes sociais e, mais que tudo, com a política local e sua ótica de resolução da questão por meio da internação. O segundo têm que lidar com as intempéries ocorridas no local, disputas que envolvem muitas outras coisas além do consumo de drogas. Está sujeito às exigências dos *caras* que garantem sua segurança e que reconhecem a sua função no local. O primeiro, após o afastamento, denuncia a interferência em sua prática profissional e resiste em ver a técnica médica tendo que se subordinar a outras regulações. O segundo realiza o possível e descobre que também ali é um cenário fecundo para o aprendizado da medicina.

Suas ações estão em lado oposto às das perspectivas dos policiais e dos executores do projeto *Nova Luz*. Os policiais parecem se desentender mais quanto às suas funções, ao passo que os médicos se mostram mais aguerridos na tentativa de manter autonomia quanto ao próprio trabalho. O psiquiatra é claro: o procedimento médico não pode estar sujeito às pressões políticas. Igualmente o Dr. Marcelo sabia que estar ali é estar do lado "deles", contra a polícia. Certamente o movimento histórico que possibilitou a percepção do consumo de drogas como uma questão de saúde pública contribuiu decisivamente para tal postura. E, seguramente, o prestígio profissional dá um grande resguardo à sustentação de tal atitude.

Estamos, portanto, muito longe da medicina social que serviu de *"alavanca ideológica das mais eficazes"* às ideias higienistas de fins do século XIX e começo do século XX. Na ocasião, tais profissionais agiam à semelhança de uma *"polícia médica"*, invadindo casas e condenando os que não obedeciam

regras higiênicas. Estamos distantes também daqueles médicos higienistas, braços direitos das intervenções de Pereira Passos na então capital federal (o Rio de Janeiro) e que tematizaram, em teses acadêmicas, os "nós górdios" concernentes à vida urbana, contribuindo decisivamente para criação de normas, interdições e leis (cf. por ex, Benchimol, 1992).

Novos cenários, novas disputas. Contrapondo-se a esses estereótipos, os médicos atuantes no local, como os dois aqui apresentados, vêm tomando frente nas disputas públicas acerca do tratamento mais adequado e mais respeitoso aos usuários. Brigam com outros médicos, com policiais, com assistentes sociais e com a prefeitura. Escolheram um lado.

E se não podemos esquecer que há muitos profissionais de medicina que, em alguma medida, reatualizam aquela *"polícia médica"*, creio ser plausível dizer que os que se incubem de tal tarefa são, não contraditoriamente, os que estão mais afastados do cotidiano local, logo, mais longe dos usuários, assim como de todas as injunções externas que se refletem e, em grande medida, limitam a ação profissional.

Para finalizar essa seção, penso que o mais interessante em toda a descrição foi esmiuçar os embates cotidianos que tornam a "cracolândia" um cenário bastante complexo. Em torno do consumo de crack e do que fazer diante dele, é possível observar embates internos e externos que envolvem as secretarias de saúde e de segurança, a autonomia das profissões, as atribuições policiais e as incumbências médicas. É possível ainda observar fatores simbólicos situados em pólos radicalmente opostos: de um lado, o gosto pela demonstração da violência; de outro, o bel-prazer pelo aprendizado da medicina. Embates habituais que nos indicam que o Estado, na sua ponta, é algo bem mais complicado.

Da parte dos usuários, é preciso ter claro que eles, diariamente, se deparam e têm de negociar ou optar, de acordo com suas necessidades, expectativas e demandas pelas mais diversas ofertas de atenção, de caráter público ou privado, bem como pelos muitos discursos que podem variar entre a garantia e a proteção aos direitos ou à sua violação, o acesso à saúde ou à repressão.

“Cracolândia” - Fotos

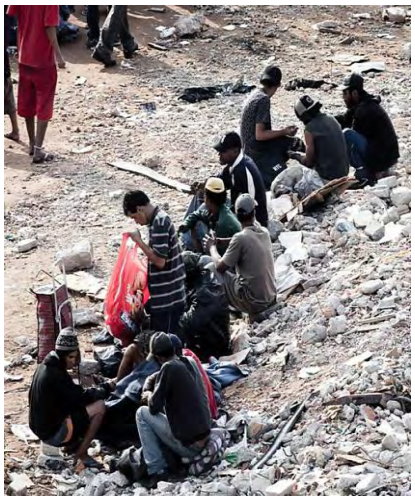


Foto: Danilo Verpa/Folha Press, Setembro de 2010.

Foto: É de Lei/SP, novembro de 2010

Foto: Juca Varella, Folha Press, Junho de 2011

Foto: É de Lei/SP, novembro de 2010

2.2 Usos

"Proteção, cuidado e controle"; princípios componentes das intervenções humanitárias apontados por Michel Agier (2006, 2011). Encarregar-se das *"vítimas"* e instaurar, ao mesmo tempo, seu controle e cuidado são práticas aplicadas idealmente nos campos de refugiados, apreendidos pelo autor como dispositivos policiais, alimentares e sanitários eficazes para o tratamento das *"populações vulneráveis"*, que ali se mantêm em grande tensão.

Segundo Agier, os espaços em que vivem os refugiados, frequentemente afastados dos grandes centros urbanos, são *a priori* um *"não-lugar"* e um vazio no plano sociológico e político, que, com o tempo, tornam-se espécies de projetos de cidades largados ao abandono, preenchidos por relações. Transformam-se também em espaços de identificação para aqueles que vivem lá há vários anos, que lá nasceram ou que lá enterraram seus mortos. Em suma, lugar quase sempre precário, mas também um espaço no qual uma condição relativamente estável tende a se formar. Para tanto, a passagem temporal importa, pois:

> um campo que tem cinco anos de existência não é mais um alinhamento de tendas, pode assemelhar-se a um bairro de lata, como pode lembrar um museu etnográfico onde cada um tenta, com os materiais que encontra, reconstituir o melhor possível de seu habitat de origem. O resultado é, por vezes, uma paisagem feita de retalhos, de formação híbrida. (Agier, 2006:131)

De acordo com o autor, todas as tentativas materiais e simbólicas de reordenar esse espaço acabam por produzir *"a imagem de um bairro da cidade em miniatura"*. Agier nota ainda que os *campos* têm se decomposto em uma urbanização bastante próxima daquilo que se conhece das periferias urbanas no mundo, tanto no plano da organização social quanto das práticas econômicas e do aspecto material, o que borra os limites entre um e outro. Para ele, *"a distinção entre citadinos e refugiados está separada por um fio"*.

Esta forma de perceber os *campos*, nomeada pelo autor como uma *"etnografia dos campos",* se contrapõe ao que ele apreende como *"filosofia dos campos"*, cujo maior expoente é certamente Giorgio Agamben (2002) e sua proposição do *campo* como o *"espaço biopolítico absoluto"*, que contrasta radicalmente com o cosmopolitismo da cidade. Pensado como a versão defeituosa da forma urbana, Agamben nota que o *campo* é o espaço em que a

ordem normal está de fato suspensa e no qual o Estado de exceção se torna regra, isto é, um espaço *"sem lei"*, criado por um Estado que combina controle com cuidado, vida com morte e no qual a violência é constantemente empregada em nome da paz e da ordem. O *campo* seria, nessa visão, espécie de exterior constitutivo; excepcionalismo que institui as estruturas da "normalidade".

O debate está posto: para Agier, ao invés de insistir no "excepcionalismo" do campo, deveríamos começar a perceber *algumas dimensões da cidade no campo.* Tal querela teve suas nuances recuperadas e recebeu acréscimo bibliográfico de Alsayyad e Roy (2009), que ainda sugeriram que prisões, prisões de guerra, abrigos para sem-teto, campos de trabalho, campos de concentração e campos de refugiados são, todos eles, exemplos de *"campos modernos"*[219].

Diante dessa discussão bibliográfica e das descrições apresentadas no item anterior me pus a pensar se a "cracolândia" também poderia ser apreendida como um exemplo de *"campo moderno"*. A princípio, a íntima conexão entre controle e cuidado existente no local parecia apontar para a resposta afirmativa, posto que práticas gestionárias concernentes ao humanitário são, como vimos, atualizadas ali, ainda que sob conflito constante. Os policiais e os clínicos destacados anteriormente parecem ser os equivalentes simbólicos de guerrilheiros e "médicos sem fronteiras", personagens tão característicos em cenários devastados por guerras.

Mas uma pergunta ainda desafiava essa assunção: se a "cracolândia" é esse local prenhe de disputas, conflitos e tensões, gerida politicamente a partir da combinação tumultuada entre vigilância e cuidado, por que tanta gente ainda insiste em ficar e consumir crack ali? Longe de querer ensaiar uma resposta, é a própria elaboração da pergunta que interessa. Pois, sabe-se que, diferentemente dos *campos*, este cenário é relativamente mais aberto e, para chegar até ele, algum tipo de disposição individual é necessária. Ainda que se mantenha a hipótese da *interdição* e expulsão das periferias, não há semelhança entre isso e os constrangimentos decorrentes do exílio forçado em

[219] Adentrando na discussão atual sobre cidades e cidadania, os autores em questão surpreendem ao abordá-la a partir da referência conceitual oferecida pela *"cidade medieval"*. O intuito é, de um lado, lembrar que a relação entre cidade e globalização não é nova; de outro, trazer à tona os paradoxos, as exclusões e as segmentações que sempre estiveram associados à estrutura da cidade e à organização urbana. O intuito dos autores não é fazer uma espécie de *"teoria da regressão"* (por oposição ao progresso), e sim destacar as idas e vindas da urbanização.

uma situação de guerra, bem como do aprisionamento (legal ou ilegal). Vale dizer, não se trata de uma concentração de todo impelida, o que, em alguma medida, abre brechas para maior possibilidade de recusa e para a criação de outros trânsitos. Há, com isso, múltiplas mediações que precisam ser levadas em conta – o que complexifica demasiadamente a análise.

Ao invés então de aplicar forçosamente a ideia de *campo* à "cracolândia", fico com outra sugestão de Agier: perseguir os modos de se *"fazer cidade"* em condições precárias. Sem negar o evidente grau de sofrimento aí envolvido, proponho olhar um pouco mais e incorporar outros aspectos à observação, entre eles, a grande quantidade de pessoas que circulam pelo entorno, bem como os distintos usos que se pode fazer desse espaço.

Além disso, urge considerar as interações entre a "cracolândia" e, sobretudo, o centro da cidade de São Paulo. Pois, uma vez que se move pelas ruas desse espaço, é de se conjecturar que, como tal, a "cracolândia" incorpora e recria em sua dinâmica muitos dos aspectos de uma grande região central, estando apta a abranger múltiplas significações (Frugoli Jr, op.cit), que podem ou não estar integradas (Schicchi, op.cit). Aqui assumo meu ponto de vista. Não considero que a primeira seja uma "versão defeituosa" do segundo, nem uma exceção que ilumina a regra, menos ainda um espaço "sem lei". Não partilho do suposto de que a "cracolândia" exista à semelhança de um gueto, capaz de existência autônoma ou da fundação de redes sociais e morais que se limitam unicamente a essa territorialidade.

Mais que tudo, seguindo a sugestão de Agier (mesmo que para depois negá-la), me interesso pelas conexões, integrações e intercâmbios entre tais espaços. Como buscarei mostrar a partir de agora, também ali, quão nos centros, é possível observar um ponto centrífugo de fluxos de populações e de desejos (Perlongher, 2008) e notar a vida acontecendo *"em toda a sua inesgotável riqueza de variações"* (Benjamin, 2000).

*

Semelhante aos locais de grande afluxo, a "cracolândia" atrai e concentra uma ampla diversidade de usuários de crack, atestada num simples golpe de vista. Assim que se chega às ruas do entorno, a leitura corporal da

multidão é procedimento que antecede a reflexão. Veem-se aqueles que passam apenas para comprar a droga, que é vendida explicitamente; aqueles que param rapidamente para consumi-la e logo saem, aqueles que acabaram de chegar, aqueles que parecem estar ali há mais tempo, os que se mostram mais à vontade, os que andam desconfortavelmente. Alguns riem, outros estão preocupados, a grande parte parece só olhar. Notam-se os que passam de bicicleta, os que estão parados em pé, os que estão sentados, os acocorados e os que, bastante cansados, deitam-se nas calçadas. Esses ainda se diferenciam entre os que deitam em colchões, os que deitam em papelões e os que se assentam diretamente sobre o chão. Alguns estão sozinhos, outros agrupados em pequenos conjuntos de três ou quatro pessoas, encostados nos muros e parapeitos das calçadas, próximos às sarjetas, ou mesmo no meio da rua.

Seguindo esta visão imediata, é possível distinguir os que estão mais sujos dos que estão mais limpos; os que calçam sapatos ou chinelos dos que estão descalços; alguns com roupas rasgadas, outros com vestimentas em bom estado e os enrolados em cobertores. Bonés, agasalhos, óculos escuros são adornos que se destacam. Uns comem alimentos doados, outros fumam crack, alguns pedem cigarros. Montam cachimbos, pedem-nos emprestados, arrumam piteiras. Há os que estão acompanhados de seus cachorros e carregando pertences, há os que levam consigo suas carroças de materiais recicláveis, há os que reviram o lixo em busca de algo que possa ser valorado na troca por droga, há os que não têm nada além da roupa do corpo. Na multidão, destacam-se os homens jovens, que possuem entre vinte e quarenta anos. Olhando mais, veem-se os adolescentes, as crianças, os idosos, as mulheres.

Na maior parte das vezes estão falando muito, conversando, revendendo, trocando objetos, contando histórias ou lançando desaforos. Há os que querem falar, mas a voz rouca já não os deixa. Alguém quer droga por um real, outro quer só um trago, um vende sapatos, outro comercia roupa e produtos alimentícios e há aquele que procura alguma lasca da droga que foi esquecida no chão. Um discute sobre a repressão policial, outro pede ajuda dos serviços de assistência. Há o que parece estar adoentado, acoado num canto, com um semblante de dor. Um conta da noite anterior, outro resolve ir atrás de uma pendência. Alguns estão sob o efeito da droga, movimentando

demasiadamente a mandíbula. Muitos estão à procura dela, tentando uma negociação. Alguns caminham, indo de um lado a outro da rua. Os corpos se tocam, se entreolham, ora se cumprimentam, ora se provocam. As vozes juntas são barulhentas, falam ao mesmo tempo.

Nada, porém, é mais desconcertante do que quando silenciam. Observar mais de duzentas pessoas juntas, caladas, foi uma das piores sensações que experimentei no local. Lembrei de Walter Benjamin citando Simmel: *"quem vê sem ouvir fica muito mais inquieto do que quem ouve sem ver; eis algo característico da sociologia da cidade grande"* (Benjamin, 2000:36)[220].

Por ali, passam também alguns transeuntes, motoristas, muitos catadores de materiais recicláveis, moradores do entorno, garis e fiscais da prefeitura, pais e mães levando crianças para a escola do *Sagrado Coração de Jesus*, que fica numa rua próxima e, como já vimos, os mais variados tipos de serviços de assistência, de saúde (públicos e privados), os diversos policiais e membros das mais distintas igrejas. Não fosse a grande quantidade de lixo nas ruas, o consumo explícito de crack e a aparência maltrapilha de muitos usuários, não haveria ali nada que diferenciasse essa movimentação daquela que se vê nos centros das grandes cidades.

Contudo, aquilo que de longe configura uma multidão, e é dado à observação "de longe", começa a receber nuances. Gradações vão sendo mais percebidas com a contínua estada no local. Os corpos que se concentram pelas ruas passam a ter nomes de pessoas, as pessoas possuem suas histórias e tudo vai ganhando ainda mais complexidade. Aquele que, por exemplo, ali está parado com roupas rasgadas, magro, sujo e com cabelos engordurados já é o Paulo, que morava em Guaianazes, perdeu os pais, deixou o filho com a ex-mulher, os quais não vê há doze anos, quando foi preso pela primeira vez. O Paulo, que é amigo do Jurandir, e que, ao longo da vida, só conseguiu trabalhos bastante precários e mal pagos. O Paulo, que passou os últimos quatros anos de sua vida na "cracolândia", que conhece muitos dos que aí estão e que desenvolveu um modo de lá se manter sem incomodar e sem ser

[220] Benjamin, concordando com Simmel, observa que as relações nas cidades são marcadas por uma notória preponderância da atividade visual sobre a auditiva. Atribui a isso o desenvolvimento dos meios públicos de transporte. Citando Simmel, diz: *"antes do desenvolvimento dos ônibus, dos trens, dos bondes no século XIX, as pessoas não conheciam a situação de terem de se olhar reciprocamente por minutos, ou mesmo por horas a fio, sem dirigir a palavra umas as outras*". (Benjamin, 2000:36).

muito incomodado. O Paulo, que já viu muita gente chegar e ir embora, mas que também já viu muita gente chegar e ficar.

Diferentes usuários de crack e, o que me interessa especialmente nesse item, diferentes usos também do próprio espaço da "cracolândia". Ainda que agrupadas em torno do consumo e comércio de crack, é preciso ter claro que as pessoas não estão ali fazendo as mesmas coisas, nem com o mesmo objetivo e menos ainda consumindo a droga com a mesma intensidade.

Gomes e Adorno (2011) já escreveram sobre isso e apresentaram três distintos usos desse espaço a partir dos casos de Vejota, Oseias e Shirley. Vejota, desde que saiu da cadeia, fuma apenas maconha e vende crack no local. Se ali vende drogas e é reconhecido como traficante pelos que compram, passa-se por usuário no trato com policiais. Não vê muito sentido em estar entre os usuários, mas se mistura com eles para se proteger da polícia e retirar seu sustento. Oseias é usuário de crack, que se posta corporalmente como *nóia*, mas que em sua narrativa se distingue deles, dizendo não fumar descontroladamente e não fazer qualquer coisa para consegui-lo. Sem ter para onde ir ou com quem contar desde que também saiu da cadeia, decidiu se passar por *nóia* e ficar na região enquanto pensa no que vai fazer. Shirley, com a saúde debilitada, contou que se recusa a procurar os serviços de atenção e que prefere ficar sem fumar, mas no *"fervo com a galera"*. Ali tem amigos, assuntos e, mais que tudo, uma história comum.

Eu sigo com muitos outros exemplos, registrados em meus cadernos de campo. Como descrevi já no primeiro dia de pesquisa no local, Alemão e Rodrigo vieram me dizer que o *negócio* deles lá era a venda. O primeiro dizia usar crack *"desde que o crack existe",* mas insistiu em notar que não era como *"os outros"*, que não tinha a paranoia de ter que sair andando. O segundo dizia não usar mais nenhuma droga e se auto-apresentou como mais um *adicto*, participante assíduo das reuniões semanais dos Narcóticos Anônimos. Da mesma forma que Vejota, mencionado acima, embora ambos tenham dito a mim que são vendedores, é como usuários que se apresentam aos policiais. Sempre com pouca quantidade de drogas em mãos e agindo de forma pulverizada sem uma localização determinada (visando confundir os policiais), realizam o tipo de tráfico mais comum na região.

Há aqueles que passam, fumam o crack e logo vão embora. Quaisquer poucos minutos no local e é bem possível presenciar cenas como a do rapaz

que chegou e foi identificado de longe por outros usuários como *playboy*: agasalho de tactel preto e camiseta branca, adornados com mochila *adidas* e tênis *puma*. Limpo, cabelo aprumado com gel. Ele comprou o crack, pipou-o por não mais que dez minutos e saiu[221].

Como aconteceu com esse jovem, é comum que quando alguém possui algum traço corporal ou social mais distintivo seja logo identificado. Todos notam a presença e comentam-na à "boca pequena". Essa identificação é rápida, instantânea e, como era de se esperar, segue juízos valorativos do senso-comum. Durante a pesquisa, esse caso era semelhante ao do rapaz alto, de porte esguio, branco, cabelos castanhos cheios de cachos. Diferentemente do outro rapaz, contudo, ele já estava mais habituado ao local e era bastante conhecido. Eu o vi na região durante três meses consecutivos. Todos ali diziam que ele era modelo e todos o apontavam. Estava constantemente maltrapilho, com calça de jeans surrada, camiseta branca bastante suja e chinelos. Mas qualquer um o notava quando ele se levantava e começava a andar, era muito bonito e tinha um sorriso que ainda não estava impregnado com as manchas características do consumo. Muito rapidamente, o seu passado em passarelas era demonstrado.

O apontar da distinção acontecia também com uma série de outras pessoas que eram notadas sobretudo por suas profissões anteriores. Havia *o auxiliar de enfermagem, o médico, o advogado, o publicitário, a estilista*. Todas essas categorizações indicavam trajetórias diferentes das da grande maioria dos que ali estão. Os analistas temos que nos precaver diante delas porque elas são frequentemente evocadas assim que se chega ao local, justamente porque têm a potencialidade de "comprovar" a suposta degradação sofrida com o consumo continuado da droga e, principalmente, para reafirmar a diversidade de pessoas que ali estão.

Ainda para dar conta dessa heterogeneidade de usos e fluxos é preciso considerar os muitos usuários ocasionais de crack que não adentram com facilidade no local, mas que recorrem a ele para comprar a droga. Ficam esperando pelas imediações até que alguém já conhecido busque a porção desejada. Esta pessoa realiza o serviço de mediação em troca de uma comissão em dinheiro ou de uma pedra de crack. Trata-se de um modo de angariar

[221] Caderno de Campo, 13/10/2010.

recursos bastante concorrido entre os usuários mais habituados ao local, que disputam entre si essa "clientela".

Há também aqueles que não vieram de longe, mas que conhecem e frequentam a área desde que eram crianças. Como Mariano, usuário de crack, que morou toda a infância e adolescência (nos anos 1980) num dos cortiços das imediações da Luz, onde brincou com os amigos, onde cresceu e onde experimentou crack pela primeira vez, *"ainda quando era feito na panela de pressão"*. O centro é o seu bairro. Contou-me que, assim como ele, muitos dos que ali estão são conhecidos de longa data, mas que a maioria, e essa é uma tese bastante comum por ali, vinha dos bairros periféricos da cidade de São Paulo.

Falas contadas que não são infundadas. Pois, de fato, a grande parte das histórias envolve fluxos das periferias para o centro, do interior para a capital, das regiões norte e nordeste para a região sudeste. Históricos que mesclam pobreza, esgarçamento e rompimento dos laços familiares, empregos precários, violências cometidas ou sofridas. Ao enredo se somam histórias de institucionalização, de rua, de prisão, de desavenças – o que, em certa medida, guarda muitas semelhanças com as reflexões sobre o deslocamento dos meninos de rua (Gregori, 2000), dos moradores de rua adultos (Frangella, 2009), dos trabalhadores temporários, dos michês (Perlongher, 2008), dos camelôs.

Histórias compostas por esses elementos podem ser acessadas perguntando sobre as cicatrizes no corpo. Joana, por exemplo, tem uma grande "lembrança" na mão. Fizera um programa sexual, o homem recusou-se a pagar por ele, ela insistiu na cobrança e ele foi pra cima dela com uma faca. O alvo era seu rosto, mas ela foi rápida e conseguiu se proteger com a mão. Ouvir um acontecimento como esse abre brechas para depois saber que ela vem se prostituindo, usa crack e está nesse entorno há dois anos e meio, desde que saiu da casa da mãe aos 14 anos. Segundo ela, o estopim para sua vinda à rua se deu depois de ter sido violentada sexualmente pelo padrasto. Na ocasião, a mãe teria lhe culpado pelo episódio.

Histórias recorrentes. Atentar para elas não significa assumir associações apressadas, já rechaçadas pelas ciências sociais, entre pobreza, criminalidade e uso de drogas. Menos ainda implica em desenterrar teses já moribundas acerca da "desestrutura familiar". Mais salientes, histórias como

a de Joana importam porque nos fazem problematizar e adicionar um olhar cuidadoso à própria diversidade. Se, de um lado, para entender o que aí se passa, há sim que se apreender as distintas experiências individuais, de outro, há que se investigar aquilo que faz dessa uma experiência social.

Temos até aqui então que a "cracolândia" pode ser considerada, com todos os cuidados já indicados, o ponto centrífugo mais radical das pobrezas urbanas, assim como o local por excelência da variedade dos usuários e dos usos de crack. Mais uma vez enfatizo que esta variedade, para ser bem apreendida, necessita de por, em íntima correlação, as diversidades individuais e as invariantes sociais. Esse é o primeiro ponto.

Mas, além disso, a "cracolândia" é também um grande "balcão de informações": ali se descobre quem são os fornecedores de drogas, os melhores modos de tragá-las, as diferenças de qualidade, de preço e de coloração. Por ali se descola meios de conseguir dinheiro para viabilizar o consumo, bem como se aprende com quais pessoas se pode (ou não) contar. Por essas imediações, correm muitas notícias: a troca de tiros na noite anterior, o usuário que teve alguma complicação de saúde, os policiais que são mais truculentos, o segurança privado que resolveu andar à paisana dando cobertura a um jornalista e que foi escorraçado do local, a usuária que teve de ser encaminhada às pressas a um hospital para dar à luz, a *patricinha* que acabou de chegar na região, a mãe que está procurando o filho, quem foi preso ou quem acabou de sair da prisão.

Em contato constante com os diversos serviços de atenção e assistência, fica-se sabendo também como tratar algumas doenças bastante comuns por ali; descobre-se como reduzir os danos causados pelo consumo de crack, a quem recorrer em caso de alguma complicação, como resolver pendências na justiça, como refazer documentos perdidos, como receber encaminhamento para albergues. Ali aprende-se também sobre as especificidades de cada serviço e seus horários de funcionamento: aquele que oferece comida, aquele onde é possível tomar banho e fazer uso do vaso sanitário, aquele em que se pode dormir, aquele que entra em contato com *comunidades terapêuticas*, aquele que auxilia na procura de emprego. E, no local, tem-se ainda acesso às mais diversas igrejas e credos, podendo inclusive se agenciar a própria "conversão".

A "cracolândia" é, também, um lugar de negociação e que favorece empreendimentos, uma "terra de oportunidades". Trocam-se, com muita facilidade, sapatos, roupas, cigarros, alimentos, achados eletrônicos do lixo de Santa Ifigênia, materiais recicláveis. Uma vez ali e já ciente da rede de fornecedores, é possível comprar uma pedra de crack grande por 10 reais ou 15 reais, fazer lascas dela, que, por sua vez, podem ser revendidas por um mínimo de cinquenta centavos. A grande variedade do tamanho impede que as porções sejam embaladas. Bem comumente e de maneira espontânea, pode-se fazer lasca a granel, na frente do comprador e disputar com outra pessoa o melhor preço. Escuta-se muito: *"tenho de um real",* de *"cinquenta centavos"*, de *"dois reais",* etc. Se o traficante pode se confundido com o usuário, o inverso também é verdadeiro.

Até mesmo alguns serviços se criam em torno do local: pensões oferecem banho a cinco reais, outras cobram preços módicos de aluguel, outras ainda arrendam o quarto que pode ser usado para o consumo privado da droga e para a feitura de programas sexuais. Algumas lojas passaram a vender materiais que são usados na confecção de cachimbos, os bares aumentaram o estoque de cigarros, de pingas e isqueiros, investiram na diferenciação entre os copos de plástico e os copos de vidro (que variam de acordo com o gosto do freguês) e até um casal de aposentados, que foi depois seguido por uma série de outros micro-empreendedores, resolveu vender bolos, cafés e sucos no local.

Só que zona de grande concentração de pessoas é, como se pode imaginar, também local de muitas contendas. Novamente, essas podem ser "ditas" através das cicatrizes. Márcio apareceu com o rosto todo descascado, marcas da tijolada que recebera semanas antes. Pedro chegou ostentando dois cortes, um em cada lado de suas narinas, frutos de uma briga no local no mês anterior: tentou morder o primo, mas foi mordido antes e como resultado seu nariz ficou apenas grudado. Foi socorrido, a irmã veio em seu auxílio e, graças ao bom plano de saúde dela, passou por uma cirurgia plástica.

Mais tempo na "cracolândia" e é possível, quando menos se imagina, estar diante de uma dessas brigas. Rapidamente eu vi se formar uma roda composta por cerca de trinta pessoas que queriam bater em um homem, considerado o guardador do dinheiro da *patroa*. A ela, ele tinha dito que recebera uma batida da GCM e que os guardas teriam levado o dinheiro.

Algumas horas depois, descobriu-se que a quantia estava em seu próprio bolso. Todos concordaram que ele deveria apanhar, mas só um jovem forte se encarregou da agressão. Fechou os punhos e começou a socar o homem, que, com as costas curvadas, tentava se desvencilhar dos socos, mas era impedido pela multidão, que aprovava a surra. Não consegui ver o desfecho da situação. Pedi ao redutor para irmos embora[222].

E na mesma intensidade em que se briga, também se festeja. Durante a pesquisa, quando a repressão policial amenizava, era frequente ver a formação de uma roda de pagode. Os usuários se agrupavam numa espécie de círculo (geralmente em pé), dando início a uma cantoria e, logo, a uma confraternização[223]. Rapidamente peças recolhidas da rua se transformavam em chocalhos ou serviam de superfícies para percussão. O que se via eram pessoas dançando, cantando e consumindo crack ao mesmo tempo. Não era incomum tudo isso acontecer ao lado de grandes montes de entulho.

Esta cena, tantas vezes repetida, quando presenciada pelo antropólogo norte-americano Philippe Bourgois, em sua visita ao local, ganhou destaque de um grande jornal[224]. Segundo a matéria, esta era a *"mais sociável e amigável cena de crack"* que o especialista já vira; não era tão violenta quanto as cenas colombiana e canadense; era muito mais povoada do que a norte-americana e só se assemelhava aos locais de uso de drogas assistidos em Amsterdan. Não demorou para ligá-la ao *"caráter sociável do brasileiro"*.

Embora alguns leitores tenham se posicionado contrários a esta "avaliação", não havia, no comentário de Bourgois, nenhuma valoração positiva que pudesse soar ingênua. Ao entrevistador, o antropólogo disse:

> Falamos em sociabilidade, mas claro que nem tudo é positivo. Se há pouca violência entre eles, isso também significa uma forma de sedução. E, apesar de parecer um local mais leve, a devastação causada pela droga está toda ali: os mesmos corpos magros, a prostituição, mulheres grávidas, crianças dependentes.

Não é verdade que há pouca violência entre eles. A única visita que fez ao local não foi o bastante para que o antropólogo pudesse observá-lo em sua

[222] Caderno de Campo, 20/10/2010.
[223] O programa Globo Repórter, da rede globo, filmou uma dessas rodas. Cf: http://g1.globo.com/platb/programaprofissaoreporter/2010/11/16/profissao-reporter-aborda-dependencia-do-crack/; último acesso em 26/12/2011 às 12:57hs.
[224] Cf. "'Nunca vi cracolândia tão sociável', diz expert", O Estado de S.Paulo, 10/12/2010, in: http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,nunca-vi-cracolandia-tao-sociavel-diz-expert,652090,0.htm, último acesso em 26/12/2011 às 13:09hs.

complexidade. Longe de ser irrelevante, instiga o fato de que essa violência não deva ser vista em contraposição à sociabilidade aparentemente "mais leve" ou à deterioração corporal. Fazem parte de um mesmo *continuum* e campo de possibilidades. A meu ver, estar atenta a conexões como essas é importante para entender com mais rigor este cenário. Não para enaltecê-lo.

Não há também como não lembrar, com Agier (op.cit), que o passar do tempo vai sedimentando relações e, ainda, que ele é capaz de trazer consigo suas marcações: feriados e acontecimentos da vida nacional e da cidade, datas relevantes para a história pessoal, como o dia do nascimento. Todos são ali rememorados.

Tive a sorte de estar com Joyce no momento exato em que ela "descobriu" que fazia aniversário. Sabia que nascera no dia oito de dezembro, mas ainda não havia conectado o dia oito com a quarta-feira, imaginava que *"era amanhã"*. Várias noites sem dormir utilizando crack dificultam a contagem dos dias, ela me disse. Joyce ficou emocionada, tinha pensado na mãe o dia todo, estava sentindo uma coisa boa; vai ver era por isso, *"ela veio me dar os parabéns"*, comentou. Falou um pouco a sua história: a mãe morrera por complicações de aids quatro anos atrás, o irmão foi assassinado oito meses depois. Os três filhos que teve estão hoje *"num ambiente familiar"*. Mas a reflexão durou pouco: começou a andar e a pedir blocos de crack para todos os que passavam, de presente de aniversário[225]. Não presenciei alguém lhe dando o presente que pedia, mas a vi recebendo muitos abraços.

Da mesma forma que o aniversário, aí se vivencia o natal e o ano novo. Fiz trabalho de campo até 22 de dezembro de 2010. Ao longo de todo esse mês muitos começaram a dizer que iam procurar a família, tentar refazer os laços esgarçados, passar as festas juntos, arriscar viver de outro jeito. E, de fato, com o correr das semanas finais fui percebendo que o número de usuários estava diminuindo. Se em parte isso ocorre porque o fim de ano é momento de renovar esperanças, em parte também ocorre porque há o comentário bastante difundido de que esta é uma época de grande repressão policial. Segundo se comenta ali, a polícia pede mais dinheiro aos traficantes para engordar o décimo terceiro salário e as "operações papai-noel" retornam com força, já que, para atrair consumidores às lojas da região central e reforçar a segurança

[225] Caderno de Campo, 08/12/2010.

desses, há o esforço da gestão municipal de tirar de visibilidade esta população.

Existem, então, muitas continuidades com o ritmo da cidade e da vida "normal". A "cracolândia" não é uma ilha cercada de "centro" por todos os lados. Ao contrário, da mesma forma que nele, diversos usos do espaço são possíveis. Ela é tanto um ponto de confluência dos fluxos de pessoas e de dinheiro quanto um balcão de informações e uma "terra de oportunidades". Local de conflitos, de festejos e, sobretudo, um grande mercado no interior do qual o crack é vendido, comprado, trocado, negociado e, fundamentalmente, explorado. Tudo isso a um só e mesmo tempo.

Por todo o exposto, me parece bastante adequado **pensar** (não conceituar) tal espaço, não a partir da noção de *campo,* mas através da noção de *bazar*, lançada por Ruggiero e South (1997), para igualmente refletir acerca dos locais de atividades ilícitas e criminais[226]. Para tecê-la, os autores partem do princípio de que a esfera irregular/ilegal provê tudo o que se buscaria em um mercado regular/legal especializado em oferecer sensações. Com tal suposto de base, eles apreendem os *bazares* como espaços onde se vende tudo, de coisas mundanas a espetaculares, onde é possível buscar e encontrar demandas, necessidades, prazeres e diversão. Ao usarem o termo *bazar* têm-se o duplo propósito de atentar tanto para uma provocação que nos remete ao "orientalismo" de origem quanto para a "modernidade" do *"departament store"*, angariando os sentidos comuns a ambos de multiplicidade, troca, barganha, movimento e, principalmente, necessidade de mão-de-obra astuta.

Bem mais, a utilização da ideia de *bazar* visa afrontar, dado que a imagem de "orientalismo" carrega consigo uma sensação de alteridade e desvio, de estranho ou "outro mundo" que parece sempre nos desafiar. Essa sensação guarda muitas semelhanças com a visão que se faz comumente sobre espaços como a "cracolândia", na qual se nota um predomínio das narrativas da falta, da miséria humana, da alienação com o entorno, do *"reino dos zumbis"*, da ausência estatal, do exótico, do feio, daquilo que se deve evitar.

[226] Esta noção já recebeu atenção de Telles e Hirata (2007), que a utilizaram para pensar conceitualmente as "tramas" da cidade e fornecer elementos para um novo modo de fazer sociologia urbana, desprovido de noções estanques como legal/ilegal, formal/informal, centro/periferia.

E não à toa. Essa visão tem uma história e as ciências sociais têm parte nela. De modo específico, a crítica de Ruggiero e South está endereçada às teorias norte-americanas do desvio, produzidas nos anos 1950 e 1960, cunhadoras de termos que se tornaram populares como *"cultura de rua"*, *"submundo das drogas"* ou *"cultura do uso de drogas"*. Para os autores, tais proposições falharam ao não evocar os nexos entre legalidade e ilegalidade no interior desses territórios, tratando tais áreas como se existissem isoladas fisicamente e, pior, moralmente. Postulam, com isso, que é urgente reconectar esse apenas aparente "outro mundo" da ilegalidade com toda a cidade, botar ambos em contato e borrar suas fronteiras.

O *bazar* tem, ainda, outras potencialidades. Por toda a heterogeneidade que lhe é cara, já destacada por Clifford Geertz (2001), oferece a chance valiosa do exercício prático da alteridade – o que, contudo, não deve ser visto com ingenuidade. O ponto não é romantizar o *bazar*. Se ele é certamente o lugar da aquisição e da apreciação do outro e da diferença, ele também tem sua face preconceituosa. Como notam brilhantemente Ruggiero e South, *"um dos problemas das economias ilegais é o fato de que, de muitas maneiras, elas são bem similares às economias legais".* (op.cit, 1997:68). Nesse sentido e em muitos casos, é desconcertante constatar que também a estrutura da economia ilegal das drogas se espelha em características da economia legal e que reproduz alguns dos seus piores aspectos, mais evidentemente a exploração – assunto já abordado no capítulo anterior. Importante frisar que, na economia do *bazar,* assim como em todas as outras economias, não há uma igualdade de oportunidades.

Os ganhos analíticos da utilização da noção *bazar* para **pensar** a "cracolândia" me parecem evidentes. Sobretudo porque ela nos ajuda em demasia a expandir a visão sobre este cenário e a deixar de estigmatizá-lo como um "outro mundo" incrustado no centro de São Paulo. Ao invés de tomar tais espaços como se fossem alheios ou como se tivessem dinâmicas espaciais e morais independentes, optei pelo exercício descritivo dos nexos que ligam, unem e vinculam um ao outro. Já aqueles que os diferenciam são "ditos" todos os dias nos jornais. Não seria preciso uma pesquisa para apontá-los.

Como espero ter mostrado ao longo da descrição, creio ser possível dizer que há aí inúmeras conexões que culminam em uma *"riqueza de variações"* (Benjamin, op.cit): múltiplos atores sociais, disputas pelo local, formas

concorrentes e aparentemente contraditórias de trato estatal, diferentes maneiras de utilização desse espaço. Em resumo, trata-se de um cenário em litígio, gerido a partir da combinação conflituosa entre vigilância e cuidado, semelhante às ações em cenários de guerra. Mas, diferentemente desses, a "cracolândia" é melhor pensada se vista como um grande mercado onde se busca sensações, provindas de fontes legais e ilegais e que favorece múltiplos empreendimentos. É também um balcão de informações, local de exercício da alteridade e, não sem contradição, local de grande exploração. A "terra do crack" se move em meio e de acordo com todas essas contendas e significações e, tal como a percebo, é aí que reside seu fascínio e poder.

Perder de vista a dimensão plural desta territorialidade ou insistir levianamente no seu fechamento interno é ignorar todas as disputas, influências e conexões que fazem uma cidade.

*

Finalmente termino um movimento iniciado com a suscinta descrição do Prédio da Vila Industrial. Lá expus brevemente uma série de atores, práticas, disputas e sentimentos; úteis por indicar, numa escala bem menor e na esfera do extraordinário, problemáticas e problemas recorrentes nos grandes centros urbanos, advindos da aparição mais publicizada do uso e dos usuários de crack. Também ali se notava um debate social sob manto urbanístico e um projeto municipal importador de ideias de gestão cada vez mais globais para a contenção dessa *população*. Exatamente essas mesmas dimensões podem ser percebidas no cotidiano da "cracolândia", que, contudo as potencializavam em decorrência da combinação, nem sempre harmônica, entre espacialidade privilegiada (num dos corações da metrópole) e simbologia elevada (que emprestou o nome a tantos outros espaços de consumo de crack no país).

Com essa descrição, acredito ter encontrado sólo empírico para argumentar que, ao invés de pensar nos espaços de consumo de crack como alijados das dinâmicas urbanas, ou das suas formas de governo, os casos do prédio da Vila Industrial e da "cracolândia", quando observados de perto, parecem nos dizer que é justamente aí, nesses espaços mais precários e desprezados, que se nota a cidade (e a vida) acontecendo em *"toda sua inesgotável riqueza de variações"* (Benjamin, 2000), enfrentamentos e, também, atrocidades.

ESCRITAS E TEORIAS

Como se viu nos dois capítulos anteriores, em cada um dos cenários apresentados os usuários de crack, coisificados de formas específicas por distintos atores sociais, estão sujeitos a, e também impulsionam, diferentes tipos e escalas de gestão, controle, atenção e acusação, da mais privada e local à mais pública e global. Em comum, o fato de tais gestões elegerem os *nóias* como alteridade radical, cuja circulação no espaço precisa ser administrada. Mais que tudo, geri-los implica em alocá-los em determinados espaços e circunscrever seus trânsitos.

Organizar a circulação não é nenhum pouco banal. Aliás, é um tipo de questão que é tão antiga quanto as urbes. Como bem notou Foucault (2008), essa já era a grande temática das cidades no século XVIII: *"eliminar o que era perigoso nelas, separar a boa circulação da má, maximizar a boa circulação diminuindo a má"* (op.cit: 24). Isso era pensado para as pessoas, mas também para os produtos (que precisavam ser devidamente escoados, contendo o contrabando), para os municípios (que precisavam se interligar através de estradas) e até mesmo para o ar (foi necessário abrir eixos e construir ruas largas, visando higiene, arejamento e diminuição de doenças). O controle da circulação é problema político, pois, da maior relevância.

E o problema segue sendo político. Nesse sentido, nos capítulos anteriores mostrei as especificidades que coíbem, limitam ou impulsionam a circulação em cada um dos cenários – o que nada mais é que a tentativa de descrever distintas atualizações espaciais de enfrentamento de uma problemática política que parece ser comum.

A despeito dessas diferenças, quero aqui chamar atenção para as frequentes e semelhantes acusações de "perda de controle", que parecem estar na base de cada uma dessas gestões. Acusados de perder o controle sobre o próprio corpo, sobre o próprio consumo, sobre a própria dívida e sobre as relações com os mais próximos, os *nóias* estariam na contramão do bom convívio, da boa higiene, da boa negociação e, também, da boa circulação.

Enfim chegamos ao que me parece ser o cerne do problema colocado por esses usuários: a suposição de ter perdido o controle vem acompanhada da suposição e do risco de que os outros também percam o controle sobre eles – o que, em certa medida, pode ajudar a explicar o porquê de tanta gestão.

*

Mirando considerações parciais, não creio ser necessário recuperar novamente elementos já expostos durante a descrição da linha de trem do Paranapanema, do prédio da Vila Industrial (ambos na cidade de Campinas) e do espaço que ficou conhecido como "cracolândia" (em São Paulo). A meu ver, o que foi apresentado me exime da abreviação.

De outra maneira, opto por finalizar esta parte da tese explicitando reflexões nativas acerca da relação entre consumo de crack, espacialidades e (auto)controle, decorrentes de respostas dadas a duas insistentes perguntas que lancei aos usuários: "faz diferença consumir crack nos espaços abertos e nos espaços fechados?", "faz diferença consumir crack nas regiões centrais ou nas periferias?".

A resposta à primeira questão já foi especificada quando da descrição do prédio da Vila Industrial. Para os usuários, os espaços de uso fechados tinham a potencialidade de serem, a um só tempo e sem contradição, os mais seguros e os mais perigosos. Protegiam das constantes investidas policiais e dos constantes olhares dos transeuntes (frequentes em espaços abertos), ao passo que os deixavam sujeitos a intervenções mais violentas, no limite, letais. Uma vez neles, é preciso contar um pouco com a sorte de não se estar aí no momento exato de detonação de algum conflito.

Quanto à relação "centralidades-periferias", que para eles era nomeada em termos de "centro-periferia", havia unanimidade em proferir que no *centro* era mais difícil parar de usar crack porque era mais fácil conseguir dinheiro. E que na *periferia* eles se cuidavam mais, porque era mais complicado aparecer *sujo*, *feio*, *muito magro*, já que os traficantes e os moradores *"pegam muito no pé"* e tem *"sempre alguém te chamando de volta à realidade"*.

A comparação instiga.

Haveria, segundo eles, infinitas formas de obter dinheiro nos centros das cidades: pedindo nos semáforos, solicitando dos transeuntes, fazendo pequenos roubos, procurando moedas esquecidas nas calçadas das ruas, buscando drogas para terceiros, comprando uma pedra de crack depois a debulhando em ínfimas porções; produzindo e vendendo cachimbos. Também era possível vender a mão-de-obra para, por exemplo, limpar calçadas, carregar caixas para comerciantes, assim como revirar o lixo em troca de algo que pudesse ser revendido, catar materiais recicláveis, vender CDs e DVDs

piratas, etc – sem contar o dinheiro que poderia ser obtido através da prostituição.

Enfim, havia uma série de ofertas que poderiam aparecer e possibilitar o ganho de algum trocado que depois seria dado para obtenção de qualquer porção de crack que, como já mostrado, é vendido, em tais espaços, em diferentes pedaços e a preços variados. A maior "abundância" de recursos faz aquecer ferozmente o ciclo entre busca de dinheiro, exploração da venda, compra, uso e descuido corporal.

Também dizem que *no centro* os laços sociais são mais fugazes, posto que há um grande fluxo de pessoas, que chegam, ficam um pouco e depois vão embora. Tal dinâmica levaria a um menor controle sobre o uso e a aparência corporal alheios. Sem laços mais duradouros, haveria pouco compromisso em chamar o outro *"de volta à realidade"*, o que também contribuiria para deixar o usuário mais sujeito ao desgoverno de si. Desse modo, *o centro*, lugar da diversidade, dos fluxos e das muitas possibilidades de ganho, é percebido também como o lugar da "perdição".

Em contraponto, contavam: "*na periferia* não é assim". As oportunidades de ganho são menores, restringem-se aos pequenos serviços para os moradores das redondezas e a incorporação como mão-de-obra barata às *biqueiras*. Pedir dinheiro ou oferecer-se para programas sexuais não são atividades bem vistas. Além disso, como já foi notado, em muitas dessas regiões haveria uma reordenação do tráfico de modo a evitar problemas com os *nóias:* vender somente *pedra* inteira e, sobretudo, não aceitar moedas; pagar somente com notas bastante próximas as do valor do produto.

A essas dificuldades se juntava o olhar constante dos vizinhos e dos traficantes. Em tais locais, redes de proteção e cuidado, mas também de acusação são bastante fortalecidas e o descontrole punido mais severamente. Além da perda do respeito, casos extremos, como notou Biondi (op.cit), poderiam ocasionar a *interdição* e, pior, a expulsão dos bairros. Pondo essas dinâmicas em perspectiva, os usuários enfatizavam que na *periferia*, ao contrário do *centro*, seria mais difícil perder o controle.

Como se pode notar, há nessas falas teorizações, que como tais, estão no campo das percepções abstratas que precisam ser contrapostas às realidades práticas. Três advertências, ainda assim, se fazem necessárias: 1)entre o *centro* e a *periferia* idealizados há um mundo de espacialidades

concretas; 2) o *centro* e a *periferia* não existem em si, mas partir das correlações e disputas que ligam e separam um do outro; 3)os usuários transitam por tais espaços.

Feitas as ressalvas, considero que tais ideias são bastante reveladoras para esta pesquisa por indicarem uma astúcia reflexiva produzida no interior dessas distintas dinâmicas de consumo e venda, bem como por advertirem que a opção por estar em cada um desses locais envolve, da parte dos usuários, a tentativa de calcular ganhos e perdas materiais e morais. Lembram-nos também da relevância da opinião e do julgamento de outrem para a introjeção (ou não) da condição ignóbil.

De acordo com essas ideias, o cuidado de si (que será explorado com mais detalhes no próximo capítulo) se liga intimamente às interações sociais e materiais possibilitadas em cada um desses espaços. Portanto, quando se pensa em produção de corporalidades abjetas, parece que a dinâmica espacial não é, nesse sentido, nenhum um pouco trivial.

*

Para concluir, apresento o anseio, demonstrado por dois usuários de crack, de escrever um livro a partir da vivência em tais espaços. Eles são Neno e José Wilson. Em 2010, o primeiro estava há três anos na linha de trem; o segundo frequentava intermitentemente a "cracolândia" há um ano e quatro meses. Falar sobre essas pretensões importa aqui porque elas resumem, também de outra maneira, percepções já indicadas ao longo da segunda parte do trabalho. Seguindo o mesmo movimento da tese, que caminha da linha do Paranapanema e chega à "cracolândia", apresento primeiro Neno[227], depois José Wilson[228].

Alto, branco, magro, loiro, olhos azuis com os cabelos na altura dos ombros, **Neno** tinha na época (2010) quarenta e oito anos. Contava-se que, vindo de uma família de classe média, ele era formado em educação física,

[227] As informações sobre Neno foram colhidas na linha de trem do Paranapanema e anotadas em meu caderno de campo nos dias 19/07/2010 e 27/07/2010.
[228] As informações sobre José Wilson foram colhidas na "cracolândia" e anotadas em meu caderno de campo, nos dias 27/10/2010 e 24/11/2010.

tendo sido funcionário do Guarani Futebol Clube. A mim, ele disse já ter sido *bandido*, já ter sido muito *mal* e já ter feito muita gente sofrer. Fez parte do grupo de Andinho. Preso acusado de formação de quadrilha e homicídio foi condenado a 39 anos de prisão. Passou sete anos encarcerado. Contou-me que, durante os anos em que esteve preso, rezava cerca de quatro horas por dia, prometendo salvar vidas, se solto. Quando isso aconteceu, não procurou a antiga família (mulher e duas filhas) e foi direto à linha de trem para cumprir sua promessa de se *"entregar a uma missão"*. Está lá desde então.

Num dia de pesquisa, Neno me procurou. Estava mais limpo, com a barba feita, tinha tomado banho e amarrado os cabelos. Parecia muito disposto a conversar. Começou dizendo que estava aflito, que as coisas ali no Paranapanema estavam complicadas, que até a polícia (que há tempos não aparecia) dera para perturbá-los. Falava mal do crack, dizia não saber o que fazer porque seus companheiros estavam se *"afundando"* na droga. Falava em *"doença espiritual"* e de uma droga completamente *"anti-social"*. Segundo ele, todo mundo ali estava sofrendo, a situação estava tensa e o clima *"muito pesado"*. Disse não saber até quando aguentaria, se sentia muito responsável pelas pessoas do local. Era um dos que estavam há mais tempo ali e sabia ser visto como uma referência.

O conteúdo de sua fala era de desabafo. A expressão do rosto revelava muito cansaço. Parecia querer alguém que simplesmente o ouvisse. Como num monólogo, seguiu dizendo que estar ali era como estar numa prisão. Contava que há semanas estava reunindo os usuários e dando dicas para que eles se cuidassem mais. Muitas das recomendações dos redutores apareceram na fala de Neno: *"falo para eles evitarem compartilhar cachimbo, usar menos crack, às vezes misturar no cigarro com maconha"*. Também estava procurando um jeito de trazer água para a linha e de arrumar um barraco na favela para que eles conseguissem ao menos tomar banho. Mostrava preocupação especial com Fernanda, que estaria transando com muitos homens em troca de crack, se envolvendo com *"gente errada"*. Temia pela manutenção física dela.

Contou que começou a ter também altos *debates* com os usuários sobre ficar sustentando *"o luxo do pessoal da biqueira":*

> eles ficam chamando a gente de casqueiro, de nóia, mas é a gente que sustenta eles. Você pensa que eles vão no brechó, que nem eu, comprar uma roupa? Você pensa que eles se viram com o que eles encontram

> pela rua? Você pensa que eles vivem de doação de comida? Não. Eles só querem roupa nova, tudo do bom e do melhor, banho quente, TV no fim do dia, comida farta...

Continuou me perguntando: "*você tem noção do que é sair dessa linha de trem, ir a uma padaria comprar pão e, de repente, ter um monte de gente atrás querendo bater em você?*". Sem que eu tivesse tempo de responder, ele ainda disse que qualquer roubo que acontece no bairro alguém vem logo colocar a culpa nos *nóias*. Dizia não aguentar mais toda aquela situação. Estava conversando com os outros usuários para ver se começavam a fazer um movimento diferente. Dizia que não queria deixar de usar crack, ao contrário, queria estar ali, seguir com o uso, mas sem deixar que ele lhe tirasse a *consciência* do que se passa ao redor. Enfatizou que sua *missão* no local era tentar ajudar os usuários a perceberem que não podiam continuar sendo humilhados.

Semanas depois, ele veio me contar que pensou bastante na nossa conversa. Havia tomado uma decisão. Ia escrever um livro detalhando tudo o que me disse, mostrando o quanto a vida ali é penosa. Seria uma espécie de porta-voz desse sofrimento. Já tinha até arranjado o título, **Linhas com fronteiras** e o justificou: *"é porque aqui é tudo dividido, separado, rachado, tem que saber o que fazer, onde andar, com quem falar"*. Seu livro teria até uma personagem principal, Fernanda, *"a rainha da linha"*.

Na ocasião, eu o incentivei a levar a cabo o projeto do livro. Dispus-me a ajudá-lo na tarefa, gravar um depoimento e depois transcrevê-lo. A princípio ele gostou da ideia, mas depois foi novamente se afastando, evitando o contato, se distanciando, até que não mais nos vimos.

Falemos agora de **José Wilson**. A primeira vez que eu o vi, ele vestia shorts, agasalho esportivo, tênis e carregava uma mochila. Alto, não muito magro, estava com o cabelo bastante oleoso e sujo, cheio de pequenas tranças amarradas, escondidas num boné. Tinha cinquenta e quatro anos.

Achegou-se perto de mim. Mostrou ter uma piteira e disse que não a compartilha com ninguém. Para ele, a piteira era como a seringa: *"cada um tem que ter a sua"*, disse. Contou que usou cocaína injetável por muito tempo em circuitos mais privados e que, desde então, não compartilha nenhum dos seus apetrechos – o que o fazia ser considerado *fresco* pelos amigos. Não tinha

muito como escapar desses rótulos. Também era visto assim na "cracolândia", onde era frequentemente apontado como *o publicitário*.

Contou que tinha deixado de trabalhar e tentava a aposentadoria. Desde os vinte anos atua na área de propaganda e marketing, profissão na qual se formou, tendo *rodado* por quase todas as emissoras de TV da capital paulista. Está separado da esposa há sete anos, uma promotora pública, com quem ainda divide um apartamento em Moema. Diz ficar no quarto da empregada e nem ver a ex-mulher que, segundo ele, ainda quer reatar o casamento. Ele diz que não nutre o mesmo sentimento, porque já viraram *amigos*. Juntos têm quatro filhos e dois netos. Sua primogênita está com trinta e dois anos e mora na França, o segundo está nos Estados Unidos e os dois mais novos ainda fazem faculdade no Mackenzie.

Disse ser natural da cidade do Recife-PE e que veio a São Paulo fazer faculdade de comunicação social na Casper Líbero, a contragosto do pai, para quem só serviam as profissões de agrônomo, engenheiro, advogado e médico – esta última foi seguida pelas duas irmãs. O desejo do pai era que ele desse continuidade aos negócios da família e ao cuidado das terras que tinham no interior de Pernambuco. Ele jamais demonstrou interesse por isso e, numa briga, disse ao pai que venderia tudo quando ele morresse. Estão há mais de dez anos sem se falar.

Contou que, por muito tempo, enquanto utilizava drogas injetáveis e cocaína aspirada, nutriu grande preconceito para com os usuários de crack, até que começou a conviver com eles, utilizar a droga esporadicamente e entender melhor como funcionava a "cracolândia". Contou também que vinha frequentando esse entorno *"toda semana ou a cada quinze dias"* há um ano e quatro meses porque gosta do ambiente e se sente atraído por ele. No último mês, teve a ideia de escrever um livro. Para levar a cabo esta ideia fixa, estaria ficando direto na rua há 20 dias.

Seu livro também já tinha título, **Do luxo ao lixo**. Contaria sua trajetória de filho de uma família bem situada do Recife, que seguiu circulando pelas casas das famílias ricas paulistanas, mas que *sempre* flertou com a marginalidade e com o que chamava de *submundo*. Não era uma história de falência pessoal ou de decaída para este *submundo das drogas*. Seria uma história que tinha o objetivo de refletir sobre a vida e lançar questionamentos para a importância dada, nos dias de hoje, aos bens materiais.

Um mês depois dessa conversa eu o vi novamente. Contou que diminuíra o uso da bebida, fumava apenas uma pedra de crack a cada dois dias e que alugara um apartamento na rua Conselheiro Nébias, próxima à "cracolândia". Queria ficar sozinho. Estava no *pique* de se cuidar, de comer, de escrever. Já tinha começado algumas páginas do livro.

Muitos poderiam duvidar das falas de **Neno e José Wilson**, de suas seleções, de seus históricos passados, de suas intenções. Muitos duvidariam até mesmo, sobretudo no caso de Neno, de sua sanidade mental[229]. Muitos ainda perceberiam em tais histórias uma espécie de *"fala pronta"* elaborada especialmente para convencer o interlocutor. Bastante relatada nos estudos que envolvem a etnografia de moradores de rua [cf. Frangella (2009:31-34)], a *fala pronta* envolve a tentativa de conferir inteligibilidade a uma história de perdas e uma explicação para o alto grau de vulnerabilidade em que se encontram. Perdas de trabalho, de laços familiares, desilusões amorosas, projetos de migração e ascensão social fracassados, bem como histórias de uso excessivo de álcool e drogas entram no rol das descrições mais freqüentes.

Como espero ter deixado claro já no primeiro capítulo, não estou atrás do desvendamento desse tipo de verdade. Ainda assim, estou bastante ciente de que boa parte das histórias que se conta sobre si mesmo é elaborada a partir de um misto de invenção e seleção específica de elementos do passado, visando invariavelmente o encadeamento dos acontecimentos, acrescido do desejo de persuadir quem escuta. Nesse sentido, as narrativas de Neno e de José Wilson não diferem em nada de tantas outras que se escutam por aí.

Não há também nenhuma excepcionalidade nelas. A narrativa de Neno é exemplo muito comum nos tempos atuais, em que a conversão religiosa de indivíduos envolvidos em atividades criminais se tornou corriqueira, sendo até mesmo aproveitada para alimentar uma grande indústria cultural[230]. Figura

[229] Durante uma das aulas de capacitação dos novos redutores, uma terapeuta ocupacional que trabalha em um CAPS orientou os redutores a ficarem atentos caso os usuários se expressassem a partir de um léxico religioso. Segundo ela, isso seria indicativo de um distúrbio mental.

[230] Mariana Cortês (2007) mostra muito bem como a conversão religiosa e a carreira de pregador têm se apresentado como alternativas factíveis e recorrentes para sujeitos cujas histórias de vida eram antes marcadas por carreiras criminosas. A esse processo social se ajunta uma poderosa indústria simbólica de propaganda e marketing e uma grande produção de meios próprios de comunicação (material impresso, jornais e revistas, programas radiofônicos e televisivos) que alardeiam os supostos sucessos obtidos na conversão de "bandidos". Esses, por sua vez, narram suas histórias e seus testemunhos de transformação radical em fitas-cassete, CDs, DVDs. Os mais bem sucedidos nessa performance conseguem até viver exclusivamente do

bastante presente no mundo pentecostal, *"o bandido que virou pregador"* já foi tema e título até de belo livro ganhador de prêmio acadêmico nas ciências sociais (Cortês, 2007)[231]. Por sua vez, a narrativa de José Wilson repõe um enredo semelhante ao do filme de Mel Brooks *(Que droga de vida)*, que recebeu atenção analítica de Simone Frangella (2009: 58-60): a história do homem rico que aceita a proposta de passar um mês na rua e ali enfrentar o desafio de se deparar com uma realidade radicalmente diversa. Para Frangella (op.cit), esse é um tipo de situação que se encaixa à imagem das vidas nas ruas como um espaço que potencializa um experimento radical e existencial, um universo que provoca temor e curiosidade e a partir do qual se pode aprender *"lições de vida"*.

Mesmo retomando enredos previstos, é necessário lembrar que nenhuma narrativa pode ser arrancada de seu piso empírico e histórico. Observação relevante, pois é justamente nesse aspecto que as falas de Neno e de José Wilson interessam: porque elas são capazes de expor mundos que, a mim, só foram revelados bem aos poucos.

Pela narrativa de Neno passa quase tudo que foi abordado no capítulo III: as redes de solidariedade que se formam entre os usuários (a despeito da insistência em falar do caráter anti-social do crack), o aprendizado das técnicas de redução de danos, a constatação de ser alvo de vigilância dos traficantes, dos moradores circunvizinhos e dos policiais, a culpabilização por todos os distúrbios ocorridos no local, a limitação da circulação, a reflexividade acerca da própria abjeção. Ela ainda acrescenta a esses elementos a temática da complexa injunção entre conversão religiosa e atividade criminal, sobre a qual eu não tenho nenhuma competência para discorrer.

Neno, apesar de ter uma origem social que difere da dos outros usuários, optou por deixar sua trajetória em segundo plano e enfatizar as fronteiras que emergem dessas linhas. O suposto título do seu livro (Linhas com fronteiras) coroa um aprendizado adquirido ao longo da estada no local.

---

expediente de falar em igrejas, escolas, presídios, cultos, emissoras, enfim, em vários eventos. Não é demais notar que tais "carreiras" só são possíveis num contexto bem mais amplo de transformação das periferias, do "mundo do crime" e da própria religião (cf. nesse sentido Feltran, 2008a; Almeida, 2009). Outro exemplo, nesse mesmo sentido, é ainda a conversão de Ourinho, narrada por Zaluar (1994).

[231] O livro de Mariana Cortês, *O bandido que virou pregador (2007),* é fruto de sua pesquisa para obtenção do título de mestre em sociologia pela USP. Em 2006, Cortês ganhou o Concurso Brasileiro ANPOCS de Teses e Dissertações em Ciências Sociais, na categoria Melhor Dissertação de Mestrado.

Neno sabe que a linha que liga esta localidade ao restante do bairro e da cidade é a mesma que o separa deles, permeada que está por uma série de fronteiras físicas e simbólicas bastante miúdas, mas significativas, na lide cotidiana. Uma vez ali, diz Neno, há que se ter ciência do que fazer, por onde andar e com quem falar. Se, de um lado, podemos ver aí circunscrições e limitações que constrangem a ação; de outro, podemos notar o esforço dos usuários em refletir acerca delas.

Já a narrativa de José Wilson fala menos sobre a "cracolândia" e mais sobre ele mesmo. A opção de tomar a sua história pessoal como fio condutor do livro deve ser vista não apenas como um desejo dele, mas também à luz das constantes valorações locais pelo traço distintivo e do constante apreço midiático (e às vezes até científico) em apontar a diversidade de usuários do crack, frequentemente contada e invocada para provar a potencialidade da droga em apagar marcações sociais. Como argumentei no capítulo IV, e considero útil relembrar aqui, pondero mais uma vez que a presunção da diversidade precisa ser observada com bastante cautela e sempre a partir da sua correlação com as invariantes sociais.

Mesmo demasiadamente pessoal, considero a fala de José Wilson útil para ajudar a refletir um pouco mais acerca dos rendimentos de pensar a "cracolândia" como um *bazar* especializado em oferecer sensações, no interior do qual é possível o encontro com a alteridade: observar outro modo de vida certamente nos faz refletir sobre o nosso próprio. É essa "cracolândia"-*bazar* que atrai José Wilson, que o puxa para perto e que o faz reconsiderar a própria existência, assim como a importância atual conferida aos bens materiais.

Porém, José Wilson está aí com os planos de ter uma experiência intermitente, transitória e só intensificada no momento de busca pela magnitude do experimento; aquela magnitude que lhe permitiria escrever um livro. Ironicamente, é justamente neste ponto que a questão da diversidade pode ser bem problematizada, posto que é nela que se inscreve a desigualdade de oportunidades. Como já mostrou Frangella (2009), perceber a rua como espaço a partir do qual se repensa a existência humana é um tipo de visão que exige a transitoriedade. Pois, sem esse caráter provisório, se estará sujeito à passagem temporal, capaz de acentuar processos de perdas, despojamentos corporais, materiais e simbólicos que culminam em estigma. Sacada a

transitoriedade, se estará sujeito também às malhas concorrentes e contraditórias que atrelam assistência e repressão.

Nesse sentido, se casos como os de José Wilson nos dão mostra de que é possível se ir *do luxo ao lixo*, bem mais raros são os casos que podem trilhar o caminho contrário – o que, em parte, se verá na sequência.

Parte 3

Sobre pessoas, substâncias, corpos e coisas

"Se temos (como admito que tenho) mais do que uma simpatia por aquele obstinado índio norte-americano, não é por compartilharmos as ideias dele. (....) Nossa simpatia deriva de sabermos a que preço ele conquistou o direito a suas opiniões e, portanto, o sentimento de amargura que existe nelas; deriva de nossa compreensão da estrada terrível que ele teve de percorrer para chegar a elas".

(Clifford Geertz, 'Os usos da diversidade')

V. Alteridades Corporais

"L' abject n'a qu'une qualité – celle de s'opposer à je"

(Julia Kristeva,
Pouvoirs de L'Horreur)

> Cena 1- Durante a capacitação dos novos redutores do PRD/Campinas foi pedido para que eles relatassem a primeira ida a *campo* – que acontecera na semana anterior – e expressassem o que sentiram depois dela.
> Uma das redutoras disse que tinha ido à linha de trem e que, enquanto conversava, numa roda de usuários, chegou mais um deles, comendo marmita. A redutora imediatamente notou que o pé direito do rapaz, coberto apenas com chinelos do tipo havaianas, estava com uma ferida enorme, inchado, com muito pus. *"Sujo, arroxeado e com aquele amarelo nojento",* disse ela para justificar a pergunta que lhe fez: *"você não vai cuidar do seu pé?"*, ao que ele lhe respondeu: ***"que pé? Esse resto?".***
> Mais do que o ferimento, foi a resposta dele que a impactou. O restante da sua fala foi uma tentativa de refletir sobre como alguém podia se referir assim ao próprio pé. (Caderno de Campo, 02/08/2010, grifos meus)

> Cena 2- Na oficina de fotografia, realizada na sede do *É de Lei*, a professora perguntou aos participantes como interpretavam as câmeras na "cracolândia". Eles foram unânimes em dizer que, sempre que vêem alguém com o maquinário, saem de perto, recusam a aproximação. Um deles disse: *"imagina se alguém da minha família me ver* ***nessa situação****?"* (Caderno de Campo, 11/08/2010, grifos meus)

> Cena 3- Os muros da "cracolândia" apareceram pichados: ***"Não estou tão bem quanto você pensa, nem tão pior quanto você deseja".*** (Caderno de Campo, 03/12/2010, grifos meus)

As cenas instigam. Na primeira delas, a redutora se espanta com a postura do usuário em observar-se à distância, como se o pé infeccionado não fizesse parte de seu corpo, como se pudesse ser descartado. Um resto. Uma

sobra. Algo que atrapalha. Na segunda, a oficina de fotografia dá margens para a conversa sobre a visibilidade da própria imagem. Um dos usuários explicita que não quer ser visto *"nessa situação"* pelos seus familiares. Que *situação* é esta? Por que ela pode ser vista na sede da ONG ou enquanto ele anda pelo centro da cidade, mas não pode chegar ao ambiente doméstico? E, na terceira, a pichação que apareceu em um muro da "cracolândia", claramente indica uma comunicação, dirigida que está a um interlocutor (você), que parece servir de parâmetro à comparação e ao estado em que se encontra o "eu". O que significa não estar *tão bem*, mas nem *tão pior*? Tão bem quanto quem? Tão pior quanto o quê? O que o pensamento e o desejo do outro têm a ver com o modo como o "eu" se encontra?

*

Ao longo de toda a tese, venho mostrando que o *nóia*, tomado externamente como abjeto, é limite de uma série de relações, produto e produtor de várias e diferentes gestões. Atiça e se submete a disputas terapêuticas (cap.II). Demanda e tolera ingerências do tráfico de drogas (cap.III). Incita e padece de intervenções urbanas, ora repressivas, ora assistenciais (cap.IV). Meu principal argumento (indicado já na introdução) é o de que não é possível pensar em todo esse efeito público e político sem levar em conta o fato de que ele se liga intimamente à rejeição ou à comiseração diante de uma corporalidade específica, que materializa um tipo social, uma pessoa, que, por sua vez, nos obriga a refletir acerca dos limites da experiência humana.

Não há, assim, como separar corpo e substância da construção da pessoa. São atos de consumo, ou melhor, *eventos*[232] (como quer Vargas, 2006), continuamente repetidos que se materializam e se corporificam. Sem a substância química não se constrói esse tipo de corpo, sem esse corpo não se constrói essa pessoa, sem essa pessoa não se acionam os feixes de relações já

[232] Eduardo Viana Vargas (2006) propõe a noção de *evento* para deslocar questões e observações comumente feitas sobre o consumo de drogas. Ao invés de *"por que as pessoas usam drogas?"* ou *"qual o significado do uso de drogas?"*, o autor se questiona acerca do que ocorre em experiências como essas. Para ele, o que ocorre são *eventos*, ou aquilo que os usuários chamam de *barato, viagem, onda*. Tais *eventos* frequentemente fogem à linguagem *("difícil explicar")* e implicam experimentações intensivas e auto-abandono, ou o paradoxo de ações que deliberadamente visam sair de si. Apenas acrescento a essa proposição o fato de que em alguns casos, como o do consumo continuado de crack, os *eventos,* quando muitas vezes repetidos, ao invés de se remeterem somente à ordem dos acontecimentos, se materializam corporalmente.

observados e sem essas relações não se constrói territorialidades que se tornam igualmente abjetas. Está tudo imbricado.

Embora não pretenda me alongar em uma digressão teórica, é de suma relevância explicitar que tal formulação analítica dialoga e também concorda com discussões e leituras mais contemporâneas (relativamente consensuais) acerca do estatuto do corpo na teoria social.

Corroborando proposições recentes (cf., por ex., Csordas, 1990, 2008), Eduardo Viana Vargas (2001) aponta para a necessidade de uma postura de análise não dual, isto é, que não se reduza nem a uma abordagem considerada "naturalista" (que postula uma autonomia natural e material dos corpos) nem a uma abordagem "culturalista" (que percebe os mesmos como resultado de uma construção social, efeito de uma realidade simbólica que varia histórica e culturalmente). Vargas nota que, isoladas, ambas as perspectivas incorrem em interpretações equivocadas[233].

Embora corrente nas ciências sociais, a ênfase na ideia de que os corpos são socialmente constituídos possui inconvenientes que precisam ser evidenciados: é que tal realce culmina na renúncia de se levar em conta muitos processos que se desenvolvem com a materialidade dos corpos, mas que nem por isso são menos simbólicos. E mesmo a ideia de materialidade precisa ser vista com bastante cautela. As perguntas ardilosas de Judith Butler (2002a) desarranjam esse suposto: por que a materialidade dos corpos se tornou um signo de irredutibilidade, excluída do processo de sua construção? Não seria melhor pensar que também esta materialidade foi construída através de uma prática discursiva generalizada?

Desse modo, bem mais interessante e rentável analiticamente, diz Vargas (2001), é ter em conta o que se passa **entre** as duas perspectivas, nos seus interstícios, *"lá onde o corpo é subjetivado e o sujeito é encorporado"*, lá *"onde as distinções entre sujeitos e corpos ou entre material e simbólico perdem toda a nitidez"*. Para o autor, a temática do uso de drogas é uma excelente via para adentrar em tal interface.

Importante notar que o movimento de busca por melhor compreensão analítica acerca da interrelação entre corpo e mundo social data, sobretudo,

[233] Outros ótimos balanços bibliográficos, nesse mesmo sentido, podem ser encontrados em Bryan Turner (1995), Ane Fausto-Sterling (2001) e Vincent Crapanzano (2004). O "The Aberdeen Body Group" (Blaikie et al,2003) realizou útil compilação, em cinco volumes, dos principais textos sobre a temática.

de meados da década de 1970 em diante. Em âmbito acadêmico, contribuíram para ele os estudos feministas (por. ex, Butler, 2003 e Haraway, 2000) e os trabalhos de Pierre Bourdieu (2001) e Michel Foucault (2009). Mudanças sociais também colaboraram com esse processo, entre elas se destacam os movimentos de diversidade sexual, as complexas questões em torno das novas tecnologias médicas, a ansiedade pública em torno da aids, a aplicação das ciências biológicas no conhecimento da dietética e da nutrição e o desenvolvimento de uma estética corpórea que move grande indústria de consumo.

Estranhamente, observa-se, de ambas as partes, um grande desencontro entre esta bibliografia, alinhada a todo um processo social do "ocidente" e os textos etnológicos acerca da região conhecida como terras baixas sul-americanas, que há muito já propõem que a construção da pessoa é inseparável da construção do corpo (Seeger, Da Matta e Viveiros de Castro, 1979). O contrário também é verdadeiro. E tanto aqui quanto lá essas construções coincidem, ainda que seus conteúdos cosmológicos possam diferir significativamente. Assumo que não comungo dessa partição bibliografia e que farei uso de algumas reflexões aí ensejadas porque elas também me ajudam a pensar.

Porém, como salientou Bryan Turner (1995), mesmo com tantos avanços conceituais, ainda permanece a dificuldade metodológica de como explorar **empiricamente** a ambiguidade do corpo simultaneamente enquanto corporalidade, sensibilidade, objetividade e pessoalidade, construídas histórica e socialmente. No Brasil, o trabalho empírico realizado por Simone Frangella (2009) é bastante inspirador. Nesse sentido, as linhas que seguem e, em boa medida, toda a minha tese, é um grande experimento.

Tendo então trilhado e justificado o meu caminho, creio enfim ter encontrado base para perseguir os modos como os usuários, nos cenários etnográficos, observam, produzem, experimentam, escondem ou gerenciam sua deterioração corporal, que é real, ainda que, em muitos casos, reversível; bem como as maneiras que empregam o termo *nóia*. Tal é o objetivo deste capítulo.

Não tenho a pretensão de responder todas as questões lançadas a partir das cenas descritas. Interessam-me as perguntas, que são relevantes porque me permitem sugerir, já de partida, aquilo que foi ficando cada vez mais claro

ao longo da pesquisa: os usuários de crack não assistem passivamente ao definhamento de seus corpos. Ao contrário, eles *fazem* isso com os próprios corpos – o que não significa que se trata de um projeto pessoal, tampouco os impede de manifestarem uma abjeção consigo mesmos.

Como notam as três cenas, eles refletem sobre esta *situação* (que, como se verá, pode ou não coincidir com a idéia de ser um *nóia*) e por vezes se envergonham dela; eles tentam tomar distância do próprio corpo; e, principalmente, eles se vêem em relação e em perspectiva a supostos "vocês", também a imaginados pensamentos e desejos dos outros. Podem não estar tão bem, mas dizem que não estão tão pior. Seguindo esta dica, deixada por eles mesmos, produzi as linhas subsequentes.

1. *"Nessa situação"* : variações do termo *nóia.*

A oficina de fotografia foi apenas uma ocasião, entre diversas outras, que escutei de usuários de crack que eles estavam *"nessa situação"* e evitavam expô-la aos familiares. Ouvi igual expressão quando em uma praça, próxima ao terminal de ônibus central na cidade de Campinas, Gabriela me contou que sua mãe teria estado ali acompanhada do filho de Gabriela para visitá-la. Ela me falou ter se recusado a encontrar com o filho *"nessa situação"*. Disse à mãe que os procuraria quando não estivesse *tão nóia*[234]. O mesmo se passou quando Adriana soube que a mãe tentara entrar em contato com a assistente social de uma instituição para mediar o encontro entre as duas. Ela se recusava terminantemente a ver a mãe, dizendo *"olha a minha situação, imagina se vou deixar ela me ver assim, parecendo uma nóia..."* [235].

Igualmente, notei a recusa a aparecer *"nessa situação"* diante de conhecidos. Na "cracolândia", Genivaldo me contou da ocasião em que andava pelo centro da cidade de São Paulo, perto da praça do Patriarca, quando viu um conhecido de sua cidade natal passar de terno e gravata. Ele imediatamente tratou de achar um lugar para se esconder, evitando ser identificado *"nessa situação"*[236]. Igualmente, em um ponto de consumo próximo à antiga rodoviária de Campinas, enquanto distribuíamos os materiais de prevenção, percebi, de repente, minha blusa sendo puxada por

[234] Caderno de Campo, 13/11/2009.
[235] Caderno de Campo, 30/05/2006.
[236] Caderno de Campo, 24/11/2010.

trás. Quando me virei, vi Ricardo atrás de mim, com as costas bastante curvadas, segurando na minha cintura e escondendo o rosto. Falando bem baixo ele me disse para olhar a menina que passava do outro lado da rua. Há um tempo ele vinha paquerando-a, escondido, não deixaria que ela o visse *"nessa situação"*[237].

Também Michel, quem já conhecia quando fiz pesquisa no centro de Campinas, abdicou de conversar comigo por duas vezes quando o vi na linha de trem. Dias depois, ele fez questão de me mandar o recado de que queria me ver em outro espaço. Acabamos nos encontrando em um viaduto, próximo ao semáforo da Avenida Norte-Sul, onde ele lavava os vidros dos carros que passam no farol em troca de algum dinheiro. Quando nos encontramos, ele disse que queria me fazer um pedido formal de desculpa por estar *"naquela situação"*, *"completamente na nóia"*, *"muito louco de crack"*. Eu falei que ele não precisava se preocupar porque nos encontramos tão rapidamente que eu nem havia notado alguma alteração – o que era verdade –, ao que ele me respondeu: *"você não, mas eu sim. Por isso que tô te pedindo desculpa"*[238].

Ainda, a mesma expressão foi também proferida por um rapaz que estava sozinho em um *mocó* na linha de trem e que recusou a aproximação do programa de redução de danos. Disse-nos apenas que estava *"dando um tempo"* ali enquanto o efeito do crack passava. Insistindo em querer ficar sozinho, proferiu, entre bravo e envergonhado: *"estou na nóia, a sociedade não precisa me ver nessa situação"*[239].

Em todos esses enunciados, me chamava a atenção o fato de que a expressão *"nessa situação"* e o termo *nóia* pareciam ter o ar de auto-evidentes, como se fossem tão óbvios a ponto de não demandarem mais explicações. Bastava apenas proferir uma dessas palavras para que o interlocutor soubesse do que se tratava e, de alguma forma, concordasse com a constatação. Isso pôde ocorrer porque nesse tipo de interação a imagem corporal aparecia em primeiro plano. Ela se destacava.

A questão aqui não é apontar a dificuldade de uma manipulação discursiva diante da impossibilidade de uma manipulação corporal – o que poderia ser sintetizado pelas idéias de que burlar o discurso parece ser mais fácil do que burlar o corpo, ou mesmo de que seus corpos trairiam seus

[237] Caderno de Campo, 17/12/2009.
[238] Caderno de Campo, 09/04/2009.
[239] Caderno de Campo, 29/09/2009.

discursos. A questão é que, diante de uma imagem corporal tão destacável, lembramos aquilo que enquanto pesquisadores frequentemente ignoramos: o fato de que os discursos habitam e se acomodam em corpos (Butler, 2002). Nesse sentido, apenas apontando ou indicando a si mesmos, os usuários encontraram um jeito de *dizerem* tudo.

Entretanto, pouca coisa é evidente. Como os exemplos já mostram, a expressão *"nessa situação"* e a palavra *nóia* foram empregadas em ocasiões distintas. No caso de Gabriela, Adriana, Genivaldo e Ricardo, a idéia de estar *"nessa situação"* abarcava um campo semântico que dizia respeito imediato a não estar em condições que eles consideravam adequadas diante dos familiares e virtuais conhecidos. Porém, apenas Gabriela e Adriana utilizaram a palavra *nóia:* Gabriela para se referir ao seu próprio estado; Adriana para indicar que poderia estar *"parecendo uma nóia"*. No caso de Michel e do rapaz que estava sozinho em um *mocó* na linha de trem tanto o termo "*nessa situação"* quanto *nóia* faziam referência a estar sob efeito do crack. Todavia, como mostrarei, apenas o evento do rapaz indicará um estado momentâneo e pontual, ligado exclusivamente ao instantâneo intervalo entre o consumo e seus efeitos.

Sigo, pois, perseguindo estas expressões, agora caso a caso. Para tanto, apresento mais elementos, garimpados aqui e acolá, entre um e outro encontro com cada um desses usuários.

No dia em que me contou da visita da mãe, **Gabriela**, que tinha 19 anos, apresentava-se bastante magra e estava sem tomar banho há oito dias. Contou que durante todos esses dias não parara de usar crack. Vestia-se com um mini-shorts de jeans, chinelos do tipo havaianas e uma camiseta justa. O ressecamento das pernas, pés e braços era tão profundo que deixava cortes e manchas brancas destacados na sua pele negra. O cabelo curto estava bastante oleoso e o odor da sujeira misturado com suor era bastante forte. Tinha um sorriso bonito. Embora os incisivos já estivessem marcados pelo uso de crack, ainda contava com todos os dentes. Os lábios estavam fraturados por fissuras que deixavam escapar um pouco de sangue.

O que lhe incomodava mesmo era a magreza. Medindo cerca de 1,60m, já estava pesando 38kgs (lembrou que quando era uma *"magra normal"* pesava 48kgs). Dizia que os ossos pareciam querer sair da pele e que agora

deram *"pra doer"*. A sensação era a de que a cada torção de punho ou flexionar de joelhos eles se afiavam, machucando-a. Ao meu ouvido contou que estava sem menstruar há pelo menos seis meses.

Gabriela tem dois filhos, um de quatro anos e outro de um ano e meio e ambos estão sob os cuidados de sua mãe. Esta ter-lhe-ia levado o mais velho e foi diante dele que Gabriela não quis se postar *"nessa situação"* (*"ele está grandinho, já percebe as coisas")*. Combinou com a mãe que, em outro momento, quando não estivesse *tão nóia*, procuraria por eles.

Antes desse episódio, ela já havia me contado que também recusou a tentativa de aproximação de sua irmã mais velha, que, segundo diz, *"trabalha e tem uma vida direita"*. A irmã teria ido à praça para conversar, mas Gabriela teria mandado a irmã embora, ameaçando-a, dizendo que os outros usuários de crack iriam roubá-la, ainda que soubesse que isso jamais aconteceria *("eles não fariam isso com um familiar meu"*). Diz ter agido dessa forma para proteger a irmã, justificando que quem passa pelo local ou o observa, não sabe diferenciar quem é quem. *"Podem começar a falar que minha irmã tá usando crack e vai que ela perde o emprego. E aí?"*

Num novo encontro, em dia de muito calor, ela me contou que se prostitui para consumir crack: *"com esse calor não dá vontade de transar, é ruim. Eu suo, fico melecada, depois não tenho onde tomar banho. Mas mesmo assim eu prefiro vender meu corpo do que roubar as pessoas para conseguir crack"*.

Assumia-se como estando *nóia,* na seguinte "situação": anda suja e está muito magra, tem os dentes e os lábios marcados pelo crack, passa grande parte do tempo em um ponto notório de uso da droga na cidade e diz se prostituir com frequência para obter o crack. Não era assim que queria ser vista pelo filho. Afastava qualquer possibilidade de semelhança entre si e a irmã.

Adriana, outra que também não quis ser vista pela mãe *"nessa situação"*, *"parecendo uma nóia",* era mais nova que Gabriela. Conhecida durante a pesquisa de mestrado (2006), tinha 15 anos quando saiu de casa, segundo ela porque o padrasto, evangélico, era muito rígido: não a deixava fazer as atividades que ela prezava, como usar roupas curtas, colocar brincos e sair com as amigas. Junto com a mãe e mais três irmãos, eles moravam na

região da represa de Guarapiranga em São Paulo e apenas ela veio a Campinas para ficar na casa de um amigo que conhecera pela internet. Passadas duas semanas, o recém-amigo se recusou a abrigá-la. Por uns meses ela recebeu proteção de uma senhora que tinha uma banca de frutas no terminal de ônibus central, mas depois essa mesma senhora teria lhe roubado a mochila com os poucos pertences que possuía. Entre eles, o secador que era sempre usado por Adriana para escovar os cabelos crespos e sua máquina fotográfica. Ela acabou ficando na rua, onde conheceu o namorado, de 19 anos, que era consumidor de crack. Os dois passaram a consumir a droga juntos.

Segundo ela, seu consumo de crack era mais intermitente que o do namorado. Muitas vezes ela dizia que ficava tentando tirar a droga da mão dele, outras vezes ela dizia que só ia até os locais de consumo para vigiá-lo. Quando usava, falava que o fazia para que ele sentisse "na pele" o que ela sente quando o vê consumindo crack. Já o namorado usava bastante, segundo ele, sempre que tinha. Contava-se que ele já roubou dinheiro de Adriana e que teria sido expulso de casa pelo pai porque estava vendendo objetos de casa para sustentar o próprio uso. De fato, ela parecia manter-se fazendo cálculos e apreciações. Uma vez me contou a circunstância de já ter usado duas *pedras* de crack num mesmo dia e ao voltar para nova compra a *pedra* que Adriana considerava *boa* tinha acabado. Só restava outra de qualidade inferior. O namorado comprou e usou mesmo assim. Adriana disse que não. Ela também me contou que não gosta muito de cerveja, que nunca usou drogas como *ácido* e ecstasy, porque são caras, e que não gosta da sensação de quando cheira cocaína. Segundo ela, *"parece que tudo que acontece você já viu em algum lugar, fica tudo meio repetido"*. Das últimas vezes essa sensação se intensificou e ela tem ficado muito triste quando cheira.

Ainda que Adriana insistisse em dizer que estava no controle – o que não deve ser ignorado – acompanhei-a tempo suficiente para observar o seu definhamento corporal, que se deu a olhos vistos: ela passou a não tomar banho e não pentear os cabelos. De gordinha que era, tornou-se magra (tinha os números exatos: 1,70m; *"antes do crack: 80kgs"*; *"depois do crack: 60kgs"*). Desprovida de qualquer bem, vestia-se com as roupas que buscava em uma instituição assistencial. Usava-as até ficarem muito sujas, depois as descartava. Na hora de buscar outras, aproveitava para tomar um banho.

A recusa em ver a mãe tinha, no seu caso, dois motivos: temia que ela tentasse convencê-la a voltar para casa e também receava que a encontrasse *"nessa situação"* de falta de higiene diária e bastante emagrecida, "*parecendo uma nóia"* – o que poderia confirmar a hipótese materna de que a filha estava sofrendo.

Diferentemente de Gabriela, Adriana não se prostituía. Em certa medida, o vínculo com o namorado a protegia disso. Ele era bastante ciumento, não gostava de vê-la com roupas curtas nem conversando com outros homens. Ele se encarregava de conseguir crack para os dois, pedindo nos faróis, praticando pequenos furtos ou levando drogas para outras pessoas. O dinheiro era sempre o do dia. Se sobrava um pouco mais, eles ficavam em pensões baratas na cidade que custavam em torno de 20 reais por pernoite. Se não sobrava, eles ficavam na rua.

O namorado que parecia protegê-la da prostituição, era o mesmo que frequentemente a ofendia verbalmente. Presenciei, por exemplo, a cena em que ele contava, em voz alta, que já quis vendê-la na *boca,* mas que ela não valia nem um real. Ela ficou brava, enquanto ele seguia falando que ela não valia nada, mas que uma mulher já teria se oferecido para pagar mais de mil reais para dormir uma noite com ele. Os outros usuários que ouviam a conversa disseram para ele parar de mentir, que o valor exato era dez reais. Todos tinham visto ele sair com a mulher, voltar e comprar uma *pedra.* Sua postura machista não o impedia de fazer programa para sustentar seu uso de drogas. Nessa hora, Adriana saiu chorando, foi sentar um pouco distante da roda. Fui atrás dela e ela começou a se lamentar. Falou sobre os maus bocados pelos quais estava passando. Dizia que estava a ponto de desistir. O namorado só queria saber de usar *"essa maldita droga".* Eles estavam já há doze dias dormindo na rua. Ela estava com medo, pois, frequentemente, enquanto dormiam de madrugada, ele a deixava sozinha para comprar droga e não voltava. Nessa conversa, ela disse que não volta para casa por ter vergonha de que todos os seus parentes a vejam *"magra, suja, sofrida e feia".* Também porque não queria deixar o namorado.

Por intermédio de uma assistente social e depois de muita insistência, o encontro entre mãe e filha acabou acontecendo em um sábado. Na semana seguinte, encontrei Adriana com roupas novas da moda, um pouco grandes. A visita tinha sido boa, a mãe demonstrara saudades, chorara, pedira desculpas

pelos erros, falara que estava disposta a enfrentar o marido, mas não fora exitosa em trazer a filha de volta para casa. Foi embora, deixando com Adriana uma certa quantia em dinheiro e um álbum de fotografias. Adriana me mostrou as fotos, tiradas na ocasião de um aniversário do primo. A diferença era gritante. Mais gorda, com a pele mais viçosa, os olhos brilhantes, cabelo escovado e roupas limpas. Um contraste enorme com a Adriana de então, bem mais magra, com a pele suja, ressecada e cheia de espinhas, olhos opacos e cabelos despenteados. Passando uma a uma as fotos, ela foi rápida em dizer, antes de qualquer manifestação minha, que *"o crack estraga a pessoa; olha agora para minha situação, nem pareço a mesma".* De novo, repetiu que *parecia uma nóia.*

Dormindo nas ruas com o namorado, sem ter condições de manter um asseio diário, dizia controlar o uso, mas ainda assim emagrecia. Ao fugir da rigidez do padrasto estabeleceu outra relação possessiva com o namorado. Adriana, ao fim, reconhecia que ela parecia ser outra pessoa, uma *nóia.* Não era esse seu plano quando saiu de casa. De acordo com ela, algo se estragara.

Acompanhei-a até ela engravidar desse namorado, prestes a completar 17 anos. Continuou com ele, consumindo crack intermitentemente até por volta do sétimo mês de gestação, quando deixou de ser vista. Soubemos depois que ela tomara a decisão de voltar para São Paulo e ter o bebê na casa da mãe. O namorado seguiu fazendo uso de crack.

Genivaldo, que tem 49 anos, me contou, em visível estado de embriaguez, que se escondeu para evitar ser identificado por um conhecido de sua cidade natal, no interior do estado de Minas Gerais, que passava pelo centro de São Paulo, *"alinhado, de terno e gravata".* Descrevendo-me o ocorrido, ele se lembrou de que ambos estudaram juntos os três primeiros anos do ensino escolar, os únicos formalmente cursados por ele, que teve depois de acompanhar o pai no trabalho rural. *"Naquela época, nosso café da manhã era cuscuz com açúcar, café preto e ia direto pra roça".*

Falar sobre o encontro repentino com este conhecido fez Genivaldo reavivar a lembrança de uma série de fatos do passado, que a mim pareciam encadeados numa tentativa de explicar os rumos tão distintos tomados pelos dois. O conhecido tinha uma condição de vida melhor, *"era tipo de uma família que todo mundo conhecia na cidade, que frequentava a igreja, que tinha carro".*

Família composta de quatro pessoas, *"pequena",* segundo Genivaldo. Diferente da dele, *"só com pai e sete irmãos"*. A mãe morrera quando ele tinha cinco anos, durante o parto do irmão caçula. O conhecido seguira frequentando a escola, depois quando entrou para o colegial (atual ensino médio) foi estudar numa cidade próxima à sua, porém maior. Genivaldo, nessa época, já estava *calejado* de trabalhar com o pai *na roça* e tinha como grande objetivo ser jogador de futebol. Até treinava duas vezes por semana num time do município. O pai não botava muita fé nele e insistia para que ele fosse bom no serviço rural. O conhecido ficou mais velho, Genivaldo até soube que ele tinha estudado *"pra contador"*, soube que ele se casou, formou família e ainda morava numa casa boa, *"perto da Sorveteria Solange".* Já Genivaldo decidiu, aos 23 anos, vir para São Paulo arrumar trabalho em alguma das fábricas que *"falavam que davam emprego bom, com carteira, né?"*. Sem ter nenhum curso que pudesse lhe dar acesso ao tal bom emprego, trabalhou como *assistente geral* em várias *firmas*, mas nunca conseguiu se estabilizar. Ou era mandado embora. Ou pedia demissão. Foi casado por quatro anos, diz que sempre gostou de beber muito. A mulher rompeu o casamento e, segundo contou, foi expulso de casa, antes mesmo de terem um filho.

Feito esta retrospectiva comparativa, Genivaldo seguiu refletindo:

> Você vê como são as coisas, né? Esse conhecido se esforçou, estudou, conseguiu ter uma vida boa, normal, anda bem vestido e tá aí, né meu? Trabalhando honestamente, andando decentemente. E eu? Uso essas roupas que você tá vendo, bebo que nem um condenado, trago crack de vez em quando, conheço os *nóias*....
> Eu não devia ter saído daqui, eu não devia ter ido andar pela cidade, porque aqui nessas ruas é todo mundo mais ou menos igual, meio fracassado que nem eu e a gente meio que saca isso, a gente se entende assim.

Genivaldo fazia tais considerações com os olhos lacrimejados. Tentei argumentar que sua vida foi mais difícil que a de seu conhecido, que as pessoas nem sempre são responsáveis pelo que lhes acontece e que há "forças maiores" (embora eu quisesse dizer algo como "estruturas sociais maiores") que orientam um pouco a nossa trajetória. Ele, contudo, era insistente em dizer que era um fracassado e teimava em me fazer observar *"sua situação"*, que lhe era tão evidente. *"Olha a minha situação"*, *"olha a minha situação",* ele dizia.

Sentado na calçada, escorando as costas em um muro, ele apresentava-se com roupas sujas e rasgadas, os olhos bastante remelosos, avermelhados e com as pálpebras inchadas. Não era magro, ao contrário, tinha uma barriga bastante inchada que ganhava protuberância na blusa já agarrada. Por duas ou três vezes repetiu ser *"bem mais chegado"* no álcool que no crack, mas que preferia ficar com os *nóias*, naquelas ruas, onde todo mundo é *"mais ou menos igual"*.

A fala reproduzida me fez observar esta outra possibilidade de se estar na "cracolândia". Embora nem todos ali se conhecessem, muitos poderiam partilhar de um sentimento tácito de que possuíam histórias e trajetórias comuns de "fracassos". Aí a *situação* não precisava ser o tempo todo contraposta. Sair dessas ruas implicava ter que se deparar com o próprio passado, com as próprias escolhas sem, contudo, conseguir contextualizá-las – o que só os fazia se auto-responsabilizarem ainda mais pelo próprio insucesso. Genivaldo encontrava-se nesta *situação.*

Ricardo, bem mais novo, com apenas 21 anos, tinha um histórico semelhante ao de Genivaldo. Fui apresentada a ele quando contei a alguns dos usuários, depois que eles me perguntaram, que minha família era de Bebedouro, uma cidade do interior paulista. Rapidamente, um deles chamou Ricardo, repetiu a informação e em seguida falou que Ricardo era de Barretos, um município vizinho. Discorremos um pouco sobre as duas cidades, eles perguntaram a quantidade de habitantes que cada uma possuía, se eram quentes, se tinham possibilidade de trabalho, se tinham "lazer". Durante a conversa, perguntaram o que eu estava fazendo em Campinas, eu disse que tinha vindo estudar e acabei me sentindo à vontade para indagar a Ricardo o porquê de ele ter saído de Barretos.

Ele me disse que estava cansado de trabalhar em plantações de cana, que ficava constantemente exausto, sujo, ardendo de sol, com o rosto e braços sempre marcados por cortes das folhas. Disse que acompanhava o pai e ajudava no corte desde os doze anos, *"vida de bóia-fria, sabe? Levanta quatro, quatro e meia da manhã, almoça às dez, chega em casa quatro, cinco e não dura acordado nem pra ver uma televisãozinha no fim do dia de tão cansado. Não aguentava mais".* Enquanto ele falava, dessa vez fui eu quem, em pensamento, iniciava uma comparação (*Em que sua vida melhorara? Não*

queria mais ficar em Barretos sujo, ardendo de sol e com os rostos marcados, mas também aqui se envergonhava da sua condição....).

Embora vestisse roupas simples e estivesse calçado apenas com chinelos, Ricardo se esforçava em manter certo zelo corporal. Para tanto, era assíduo frequentador de albergues noturnos da cidade. Ao fim do dia, se dirigia para eles com intuito de tomar banho, se alimentar e dormir em uma cama. Durante o dia voltava para a rua, limpava carros no semáforo próximo à antiga rodoviária e durante os intervalos consumia crack. Mantinha boa relação com outros usuários e constantemente era visto entre eles.

Ficava tanto nessa região, que começou a observar com mais interesse a menina que passava continuamente ali, *"na certa indo para o trabalho"*, disse-me ele, acrescentando que ainda ia descobrir onde era. Ela era uma moça muito bonita, cabelos loiros longos, magra, estava maquiada, tinha ares de se preocupar bastante com a própria aparência. Estava vestida discretamente, com um vestido estampado, calçando uma sandália rasteira. Depois de ter se escondido atrás de mim e depois que ela passou, Ricardo disse que há um tempo a observa, tem vontade de falar com ela, mas tem que ser de outro jeito, *"não nessa situação"*. Perguntei o porquê, comentei que ele estava bem apresentável, não precisava se envergonhar, que podia até ser um incentivo para ele diminuir o uso de crack, já que ele consegue se controlar. Ele me disse: *"isso até que é, mas de todo jeito eu ainda tenho que arrumar um trabalho, parar de ficar no farol e parar de ficar com os nóias, porque quem olha não sabe fazer essa diferença que você tá fazendo"*. Só depois de ajeitar tudo isso, de sair *"dessa situação"* é que ele procuraria por ela. Enquanto isso, seguiria paquerando-a escondido.

Michel é, como Adriana, conhecido de longa data, desde a pesquisa que realizei para o mestrado (2005-2006). Contando 29 anos, passava a maior parte do seu tempo em semáforos da cidade de Campinas. Natural do interior do Paraná, veio para Campinas aos 22 anos, depois de ter sido preso no Paraguai (foi pego realizando contrabando na fronteira). Mesmo adulto, ele seguia em contato com instituições assistenciais destinadas ao cuidado de crianças e adolescentes em situação de rua, ocasião em que o conheci. No nosso primeiro contato ele já se auto-apresentou a mim, estendendo a mão e

dizendo: *"prazer, eu sou Michel, mais um dos que fica no sinal e usuário do bagulho"*.

Durante todo este tempo, o vi dormindo em ruas, depois em casas abandonadas próximo ao centro de Campinas. Mais tarde, soube que estava em um barraco no bairro do São Fernando, e ainda acompanhei quando ele começou a residir em um projeto de moradia assistida bancado pela prefeitura; visitei-o nessa casa, estive presente na cerimônia de inauguração do projeto. Enfim, tínhamos uma relação de bastante tempo e mais próxima.

Comigo ele comentava pouco sobre o consumo de crack, algumas vezes se preocupava com o assunto, mas preferia falar de outros aspectos da sua vida: da infância no Paraná, dos irmãos e sobrinhos que ainda estão lá e dos quais sente saudades, do filho que teve mas com quem não pôde conviver, da mãe que era boa em pintar quadros de flores, do gosto por animais, e, principalmente, de comida.

Ele adorava falar de comida, me passava receitas, dizia detalhadamente o modo de preparar diversos pratos, chamava atenção para temperos e misturas e cuidava do ponto exato de cada alimento. Dias e horas falávamos só nesse assunto. Ele já havia trabalhado como cozinheiro em muitos restaurantes, parecia ser bom. Nunca, porém, conseguiu se firmar em emprego algum, segundo ele porque sempre arrumava confusão com colegas de trabalho. Dizia que era *estourado*, que não aguentava o mínimo desaforo. Mesmo na rua, seguiu mantendo o gosto pela cozinha, praticando-o e desenvolvendo técnicas para se safar das dificuldades estruturais impostas. Era mestre em *"fazer feijão sem fogão e sem panela de pressão"*. Primeiro, deixava o feijão de molho na água por dois dias, sempre trocando o líquido, *"para ficar bem macio e para não pesar no estômago"*. Depois fazia um fogão de tijolos, botava o feijão na panela e temperava. Não mais que vinte minutos e o grão estava pronto. Nesse ritmo, ele frequentemente contava dos furtos que fazia a supermercados, a fim de arrumar ingredientes para cozinhar. Dizia que esse era seu grande *barato*.

O crack aparecia tangencialmente na sua fala. Era disciplinado com os horários no farol, e o consumo da droga só ocorria depois das 16hs, ele falava que era hora de seu *lazer*. Às vezes chegava dizendo que exagerara na noite anterior. Contudo, tinha uma postura ambígua. Sumia por um tempo desse circuito e depois reaparecia. Quando estava ausente, corria o boato de que ele

estava *hibernado.* Parecia conhecer quem, segundo ele, *"corre com o crime"*, mas insistia em se afastar, discursivamente, de tais pessoas: *"eu até respeito os irmãos, peguei cadeia, conheço muitos, conheço as ética, mas não é a minha não. Sou mais livre, meio bicho solto".* Se virava bem, era bom conversador.

E, de fato, se imbuía de práticas que marcavam essa diferença: andava com uma certidão de *objeto e pé* [240] na carteira, que mostrava com frequência, para afirmar que já estava quite com a justiça. Gabava-se de dizer que quando a mostrava a policiais, ouvia de volta que *"vagabundo não anda com isso não, pode ir, tá liberado".* Também possuía a prática curiosa de estar sempre lixando os dedos da mão. Andava com uma lixa de unha. Ele dizia que era para não ser confundido com um *nóia* pelos motoristas no farol. Eu lhe disse certa vez que ninguém prestava atenção, que ninguém olhava para os dedos de quem limpa o carro, e ele me disse: *"pode ser que eles não olhem, mas eu sei disso".* Tinha esse discurso.

Pela relação que tínhamos desenvolvido não é de estranhar o constrangimento que demonstrou nas duas vezes que o vi na região do Paranapanema. Na primeira vez, ele estava bem vestido, camiseta azul clara, calça de jeans e tênis, ficou sem graça e me disse rapidamente que estava de passagem, tinha ido fazer uma entrevista de emprego e só tinha passado ali para ver uns conhecidos. Apresentava-se tão bem que até os redutores se confundiram, comentando depois que ele se foi: *"é, você vê, né? o crack é usado até por quem a gente menos imagina".* Acharam que ele podia ser alguém que eu conhecia da faculdade. Eu apenas disse que não fôramos apresentados na Unicamp. Na segunda vez, de fato, ele estava bastante sujo, de shorts, sem camisa, descalço e muito suado; o vi quando saía de um barraco. Foi depois dessa ocasião que ele mandou recado, por educadores sociais, de que precisava me ver.

Acabei indo em uma atividade de rua, num sábado pela manhã, duas semanas depois do pedido. Quando enfim o vi, ele veio me pedir as desculpas já relatadas. Vestia shorts, camiseta regata e tênis. Estava sem os três dentes superiores frontais, olhos roxos e boca bastante inchada. Dizia que, naquele

[240] Trata-se de um documento, elaborado pela vara judicial, que relata sinteticamente o andamento de um processo, bem como o pé em que ele se encontra. Tal certidão permite que alguém que não consultou os autos tenha informação a respeito dos atos já praticados, bem como da(s) sentença(s). De acordo com os escritos do site do Tribunal de Justiça de São Paulo, trata-se de certidão elaborada pela vara judicial a pedido da parte – o que confirma o relato de Michel que me dizia orgulhoso que ele mesmo tinha ido atrás de fazê-la.
Cf. http://www.jfsp.jus.br/certidoestipos/, último acesso em 16/02/2012, às 17:54hs.

dia, depois que eu o vi, apanhou de policiais no barraco onde estava. Os policiais teriam aparecido lá e pedido para ele e os que ali estavam delatarem o lugar de embalo da droga. Diante da recusa, eles apanharam. Não me contou o desfecho da situação. Apenas anotou tais fatos para justificar os hematomas e a perda dos dentes. Não havia um pedido de desculpas em relação a isso e nenhum constrangimento de narrar essa agressão. Mas insistiu em dizer que não queria que eu o tivesse visto *"naquela situação"*, *"completamente na nóia"*, *"muito louco de crack"*.

Fazia sentido. Já nos conhecíamos, já tínhamos conversado bastante em outras situações e ele, bem mais do que eu, não se sentiu confortável de eu tê-lo visto sob efeito de crack. Ainda que eu sempre soubesse desse uso, eu até então não o havia presenciado, o que tornava tudo, para ele, mais vexatório.

Mas, como frequentemente fazia, ele dizia que já estava parando de usar. Já tinha voltado a entrar em contato com as instituições assistenciais, já estava morando na residência assistida e já voltaria a procurar algum trabalho em restaurante. Pedido de desculpas feito, ainda passeamos pela feira de artesanato do centro de convivência, ocasião na qual ele apontou os quadros semelhantes aos que sua mãe pintara, me mostrou a tal moradia da prefeitura, próxima à av. Brasil, e me acompanhou até o ponto de ônibus da mesma avenida. Fui depois à inauguração formal da casa.

Não o vi mais na linha de trem e só o reencontrei em 2011, quando deixei meu carro em um lava-jato próximo à Unicamp. Qual não foi minha surpresa quando o vi trabalhando lá, disse-me que já tinha arrumado uma casa e que a vida estava andando bem. Ele fez questão de se responsabilizar pela lavagem do meu carro. Quando voltei para pegá-lo, ele observou que tinha separado umas moedas que estavam caídas no banco traseiro. Um pouco embaraçada com a situação, eu acabei lhe dando as moedas, embora ele tivesse enfatizado que não queria. Diante da minha insistência, ele aceitou. Voltei para casa pensando que talvez, ao juntá-las, Michel quisesse dar mostra de sua honestidade, de que não me roubaria. Eu é que talvez não estivesse preparada para a sua nova *situação* de poder se manter sem as pequenas quantias dadas no sinal. Talvez ele não tenha reparado em tudo isso. Mas eu sim.

2. Marcados pela rua e pelo crack

À exceção do rapaz visto por mim uma única vez e que recusou a aproximação utilizando-se da expressão *"estou na nóia, a sociedade não precisa me ver nessa situação"* para indicar que estava sob efeito de crack e que, portanto, queria ficar sozinho, os outros cinco usuários apresentados **(Gabriela, Adriana, Genivaldo, Ricardo e Michel)** volta e meia estavam nesses espaços. Esta frequência me possibilitou entender um pouco mais, tendo em conta alguns aspectos de suas trajetórias, a *situação* a qual eles se referiam tão negativamente, de modo um tanto quanto auto-evidente. Esses cinco casos serão explorados, a partir de agora, à luz de vasta gama empírica e teórica de possibilidades de engajamento com o crack, com a vida nas ruas e com o próprio corpo. Ao fim, eles importarão ainda por revelarem distintos usos do termo *nóia.*

Tal como a apreendo, uma boa análise dessas *"situações"* supõe, primeiramente, não separar o que se refere ao consumo de crack do que se refere à ausência de possibilidades de zelo corporal dada pela própria condição de estar nas ruas, não só porque esta é a experiência desses sujeitos, mas também, aumentando o escopo indutivo, porque já é sabido que, desde que chegou ao país, o crack é uma droga que se liga fortemente ao cotidiano da população urbana desabrigada[241] (embora não só). Enfatizo que me abstenho da procura por uma causalidade, ainda que saiba dos efeitos significativos dela tanto para a história biográfica quanto para a história urbana. Aqui, porém, trabalho com a dupla via: o crack pode tanto ser uma possibilidade

[241] Gregori, que fez pesquisa etnográfica nos cinco primeiros anos da década de 1990, já relata o uso de crack por crianças em situação de rua. Ela nota, no entanto, uma procura pela droga de acordo com a quantia que possuíam: *"quando o dinheiro era pouco, cola ou esmalte de unha; quando tinham mais dinheiro, maconha, coca ou crack"* (Gregori, 2000:153). Frangella, em sua dissertação de mestrado, defendida em 1996, notou que o crack *"é uma das atividades mais recorrentes desses meninos e meninas nas ruas"* (Frangella, 2000:224). O uso de crack por esse mesmo segmento entre os anos de 2004-2005 me fez iniciar a pesquisa que culminou na minha dissertação de mestrado, defendida em 2007 e, de alguma forma, segue dando base para as reflexões de agora. Recorrente nas experiências das crianças, parece haver, contudo, marcadores etários/geracionais significativos. Mariana Martinez (2011) observou, em sua pesquisa com adultos nas ruas, a preferência pela *pinga* entre os mais velhos (como ilustra também o caso de **Genivaldo**); segundo ela, drogas como crack e maconha eram mais comuns entre os jovens. A conexão pode chegar ao tráfico de crack. Durante a operação de 2012, reportagem da Folha de S.Paulo mostrou que um terço das pessoas presas por suspeita de tráfico na "cracolândia" mora na rua (cf. http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/1044500-um-terco-dos-suspeitos-de-trafico-na-cracolandia-mora-na-rua.shtml, último acesso em 08/02/2012, às 16:37hs). Obviamente, há que se desconfiar dessa associação automática, mas o ponto que quero destacar é que o crack e as ruas fazem parte de um mesmo continuum, que não convém ser apreendido de modo separado.

para quem já frequentava as ruas, quanto pode levar indivíduos a esta condição.

Uma vez na rua, o despojamento corporal, o consumo contínuo da droga, a falta de asseio diário e a ausência de proteção noturna, juntos, denotam com mais evidência a *situação* a que chegaram. Do modo como os usuários a observam, ela materializa as escolhas realizadas ao longo da vida, o envolvimento com a substância, a estada nas ruas; materializa, ainda, uma falha moral. Longe de configurar apenas um constructo analítico, olhar para esses corpos *"nessa situação"* é condição *sine qua non* para o entendimento desses atores sociais.

Para compreender com rigor essa corporalidade, em seus *"flashes de diversidade"* (Frangella, 2009), enveredo por um grande atalho, seguindo os empreendimentos descritivos e analíticos já trilhados por Simone Frangella (1996, 2000) e Maria Filomena Gregori (2000) para descrever a experiência de meninos e meninas nas ruas, bem como os esforços de Frangella (2009) e Mariana Martinez (2011) para refletir acerca das distintas formas de se estar nas ruas na idade adulta. É possível seguir nesse caminho porque uma série de elementos aqui se repõe.

Dentre esses elementos, um dos principais, e sobre o qual me detenho um pouco, é a **sujeira**[242]. Construída ao longo de um gradual processo de ausência diária de banho e de cuidados com a higiene, decorrentes tanto da falta de um lugar para fazê-los, da insuficiência de utensílios materiais para tal, do pouco contato com a água[243], da ausência de estrutura pública que permita práticas de higiene regulares e mesmo de *"um grau de desânimo geral*

[242] Para seguir na descrição é preciso reconhecer que estamos bem longe de um tempo em que a sujeira não se ligava à falta de banhos completos, displicência, ausência de auto-estima. Entretanto, não há espaço aqui para recuperar o longo processo histórico e civilizador que culminou na associação entre asseio, boa educação e distinção social (para isso, cf. o já clássico livro de Elias, 1994; e para se lembrar dos receios de tomar banho no Brasil Imperial, cf. Sant'Anna, 2011). Recordar tal processo é importante porque nos permite considerar que nem mesmo o corpo é matéria inerte e que sua apresentação é constituída por significações antecipadas (Butler, 2002a).

[243] Muitas vezes ao longo da pesquisa presenciei a dificuldade de obtenção da água, tanto para beber quanto para limpar. Na linha de trem, por exemplo, Fernanda me pediu água de uma garrafinha que eu carregava comigo e fez questão de usar exatamente a mesma porção para beber e para lavar os pés. Próximo ao terminal de ônibus central, em Campinas, enquanto um redutor aconselhava alguns usuários a, se usarem crack na lata, que ao menos lavassem-na antes, uma das pessoas retrucou: *"você fala como se fosse fácil conseguir água"*. Igualmente nas ruas da "cracolândia" era muito comum que os usuários viessem com garrafas *pets* vazias pedindo-nos o favor de enchê-las em algum comércio local. Eles diziam: *"se me virem desse jeito, não me ajudam, se for você, eles dão"*. Após essas observações, e sem falar explicitamente com os redutores, passei a ir a campo sempre com uma garrafa de água com o intuito de dá-la ao primeiro usuário que me pedisse.

que toma conta do cotidiano" (Frangella, 2009:133); tal sujeira é também, segundo Frangella:

> fruto do suor, de restos de comidas que grudam em seu corpo e cabelo, das aventuras das *pipadas* [uso de crack], que os levam muitas vezes a cair ou se arrastar em qualquer lugar. É fruto também do descuido que vem da rapidez com que circulam de um lugar a outro (Frangella, 1996:244).

Vem, ainda, do contato rotineiro com lixo urbano, da proximidade corporal com cachorros e gatos de rua, com os ratos que invadem suas habitações provisórias. Vem da conjugação entre o local de excreção e o de alimentação, e, ainda, de dormir direto no chão ou sob papelões encontrados na rua, enrolados ou não em cobertores. Vem da exposição ao sol, ao frio, ao vento, à chuva, à poluição e ao asfalto duro que tudo arranha. Vem, por fim, da adesão completa à movimentação e dinâmica das ruas (Frangella, 1996, 2009).

Quanto maior o tempo em que passam a ficar continuamente na rua, maior a espessura da sujeira. Nesse processo, os pés vão se tornando ásperos e empoeirados, as unhas ficam pretas, grossas e grandes, os cabelos apresentam-se rançosos, as peles se tornam encardidas, manchadas, opacas e ressecadas, em alguns casos, cheias de espinha ou feridas, os olhos e os ouvidos apresentam-se com remelas. Quem vivencia no corpo esse processo não fica alheio a ele. Ao contrário, e como venho apontando, com grande freqüência os indivíduos assumem que estão "sujos". Inclusive, segundo Frangella, o desejo de se desconectarem dessa imagem estigmatizada ocorre justamente quando tomam consciência dessa classificação, ou seja, *"na medida em que são alvos de condenação pela aparência suja* [e, acrescento, na medida em que também se incomodam com a aparência suja]*, passam a requisitar o direito de estarem limpos. No entanto, não vinculam a limpeza com a saída das ruas"* (Frangella, 1996: 255).

Assim, quando a sujeira chega ao ponto de ficar insuportável ao próprio sujeito, o sentimento de vergonha o move na busca por banho e roupas limpas, exatamente como na história de **Adriana**. Esse movimento gera um ciclo de constante busca por casas de familiares ou conhecidos, bem como por instituições, a fim de realizar o asseio. Após passar por tais espaços, voltam limpos, depois seguem até o limite de sujeira que cada um tolera, procuram instituições ou casas de conhecidos para então aparecerem de novo limpos.

Algumas vezes, o ciclo se alonga tanto que quando a pessoa aparece asseada provoca a sensação de que houve uma grande transformação. Como num dia em que descobri que os cabelos de Fernanda formavam lindos cacheados. Nunca a vira assim, observei isso a ela, perguntei o que havia feito e ela me respondeu: *"vai ver é porque eu lavei"*. Antes disso, eles se apresentavam compactados, duros e sebosos, completamente sem forma. Vê-se, pois, que tal ciclo denota uma relação ambígua com os universos da sujeira e da limpeza, indicada por Frangella: *"se, por um lado, o acúmulo da sujeira é evidenciador de muitas das suas práticas e também de sua relação com o meio, há sempre o contraponto que é a projeção no mundo da limpeza"* (Frangella, 1996:249).

Mais que tudo, como bem diz esta antropóloga (1996), as marcas da sujeira dizem respeito não apenas ao tempo que estão nas ruas, mas também à gradual vinculação até o ponto de apropriar-se delas como moradia (ainda que não permanente ou fixa). Aqueles que são recém-chegados às ruas, ou aqueles que procuram albergue, como **Ricardo**, ou mesmo os que ficam nela por breves períodos têm uma aparência bem mais asseada e, consequentemente, menos marcada. Nesse sentido, quanto maior o contato com a casa ou com as instituições, maior o cuidado com a própria feição.

Semelhante observação pode se estender ao cuidado dos espaços, que é proporcional à proximidade desenvolvida com os outros atores sociais. Maria Filomena Gregori, descrevendo crianças que costumavam ficar na região do prédio da Gazeta na Avenida Paulista, observou que elas tinham maior familiaridade com donos de restaurantes locais que lhes doavam restos de comida em sacos plásticos. A cena é interessante:

> Os sacos eram abertos no chão e todos os alimentos vinham misturados. As crianças faziam uma concha com a mão, enfiavam-na no saco, enchiam-na de comida e engoliam rapidamente. A "operação" durava segundos. O chão ficava repleto de cascas de banana e restos de alimentos. Como a "sujeira" era um dos fatores que incomodavam os moradores e comerciantes, eles procuravam limpar a área (Gregori, 2000:119).

Não há, na descrição, porém, menção à limpeza das mãos das crianças. Mas é de chamar atenção o cuidado delas em assear o espaço a fim de contarem com a doação dos alimentos e, logo, manter essa relação.

Igualmente, o uso das roupas segue o mesmo procedimento. Possuir uma roupa limpa e ajeitada, e não roupas rasgadas e encardidas, às quais eles

se referem como *"trapo",* confere prestígio e marca diferenças internas bastante significativas.

A alteridade é, em boa parte, dada pela sujeira. Ao longo da pesquisa, muito do sentimento de vergonha demonstrado por mim e pelos usuários, expresso no silêncio rápido, mas constrangedor, no desviar de olhos, num certo embaraço, estava ligado ao fato de eu estar limpa. Não poucas vezes, quando estendia a mão para cumprimentá-los, ouvia de volta o pedido de desculpas, quase de recusa, por estarem sujas, seguido de uma mão que se juntava à minha de forma bastante tímida. Um tanto inconscientemente, comecei a ir a campo com roupas desgastadas e calçando tênis velhos, passei a não lavar os cabelos nos dias de pesquisa, não soltá-los, não utilizar adereços (como brincos ou colares) e não passar perfume. Achei que assim a minha limpeza não os afrontava tanto e não precisava gerar tanto desconforto. Em Campinas, como sempre fazíamos atividades no período da tarde, era comum eu almoçar em casa antes de seguir para o PRD. Uma vez, fiz macarrão com molho de tomate e alguns pingos grandes do molho sujaram minha camiseta. Nem passou pela minha cabeça trocá-la. Senti-me muito à vontade de transitar com ela pela linha férrea, ainda que tenha sido observada com certo estranhamento pelas pessoas que estavam no ônibus que me levou até lá. Nesse mesmo dia ainda, me vendo chegar suja para a atividade de *campo*, um dos redutores brincou: *"é, já tá pegando o espírito da linha, hein?".*

Por tudo isso é que se pode dizer que, nas ruas, a sujeira é o atributo corporal mais destacável, mais até que a cor da pele[244] (Frangella, 2009). A autora nota que a epiderme fica tão encardida a ponto de se confundir com os cobertores cinzas, *"em alguns casos, o grau do encardimento propicia o mimetismo com as ruas"* (Frangella, 2009:129).

Tal colagem entre rua e sujeira detona, ainda, um duplo processo: se, por um lado, *"a sujeira os configura enquanto um 'sujeito da rua'"* (Frangella, 1996: 249) e torna possível, de forma positiva, a sensação de pertencimento e identificação com ela; por outro, a sujeira também, de maneira negativa, torna plausível a introjeção do preconceito que lhes é projetado. Nesse sentido, o seu

[244] Nesse sentido, a experiência de estar nas ruas em São Paulo se diferenciará radicalmente da experiência de São Francisco-EUA, tal como etnografada por Bourgois e Schomberg (2005). Os autores mostraram como a dependência física e psicológica, longe de se reduzir a uma experiência de seres humanos numa condição comum de indigência, receberá nas ruas da cidade divisões étnicas profundas entre afro-americanos, latinos e adultos brancos. Os dois primeiros grupos serão por excelência os consumidores de crack e o último grupo demonstra predileção pela heroína. A essa separação, os autores darão o nome de *"apartheid íntimo".*

oposto correlato, a limpeza, produz efeitos interessantes: pode tanto nuançar a visibilidade de alguém que está nas ruas (o que facilita sua caminhada pelos espaços da cidade, o ato de roubar e de passar sem ser notado por policiais e, mais que tudo, atenua as agressividades físicas e verbais), quanto dificultar a posição de pedinte, de "vítima" e de solicitante dos serviços assistenciais e de saúde.

É preciso, portanto, saber jogar com a ocasião de estar limpo ou sujo. Não poucas vezes durante a pesquisa nos sinais da cidade de Campinas observei-os trocar de roupas para realizar essa atividade. Chegavam com vestimentas limpas, botavam outras sujas e rasgadas, que depois, ao fim do expediente, eram substituídas pelas vestes primeiras, as *"roupas de andar na cidade"*, como me disse uma moça que costumava ficar no farol. Esse exemplo só ilustra o que já foi muito bem apresentado por estudos anteriores (Frangella, 1996, 2000, 2009; Gregori, 2000), que mostraram que o limiar entre o sujo e o limpo, entre o abjeto e o "decente" é constantemente manejado, de forma ambígua, nas ruas[245].

Além disso, a ampla composição da imagem de acordo com o grau de sujeira ou de limpeza também cria tipos de *moradores de rua*, ou, como prefere Martinez (2011), tipos de *"trajetórias de rua":* desde os freqüentadores de albergue (que se dissimulam na movimentação das ruas e para os quais o estigma de *morador de rua* perde a força) até os considerados *mendigos* e *loucos de rua* (que expressam a imagem mais expoente e radical do desgaste corporal)[246]. Essa distinção, observou Frangella (2009:130), vai afirmar representações internas que diferenciam os que se deixam "*abandonar nas ruas"* e os que querem *"sair dela".* Ainda assim, é importante considerar que há um trânsito entre estas possibilidades, posto que elas não são estanques. Frangella avisa que *"uma mesma pessoa pode se acomodar na rotina dos*

[245] Com referência específica à experiência dos meninos e meninos nas ruas, Maria Filomena Gregori (2000) cunhou, a partir da fala nativa sobre esse jogo da manipulação, a noção de *viração*, que se refere tanto ao ato de conquistar recursos para a sobrevivência (que pode variar entre se tornar pedinte e ladrão até se comportar como "carente" nos serviços de assistência social) quanto à tentativa de manipular recursos simbólicos e "identificatórios" para dialogar, comunicar e se posicionar – o que implica, por sua vez, em assumir várias posições de forma não excludente. Mais que tudo, a *viração* sugere uma comunicação persistente com os vários personagens urbanos e se fundamenta em uma "leitura" da cidade. Em síntese, a *viração* fornece a aquisição de bens para a sobrevivência imediata, mas, principalmente, ela fornece um traquejo relacional.

[246] Essa diferenciação pode ser notada também pelos pertences que mantêm consigo, tais como: tesourinha de unha, pente, escova de dente, sabonetes e, em alguns casos, papel higiênico. (Frangella, 2009)

banhos diários de albergues e, semanas depois, ser encontrada dormindo suja nas ruas." (Frangella, 2009:129). Esse processo contraditório e ambíguo ocorre, portanto, de modo dramático e é vivido cotidianamente. Ele exige cálculos acerca das perdas e dos ganhos materiais e simbólicos.

Quanto ao grau de sujeira e de limpeza, a diversidade entre os cinco usuários de crack descritos neste capítulo segue esse mesmo padrão. Há os que se esforçam em burlar essa condição, há aqueles que sabem estar em uma *situação* que pouco os apetece. **Gabriela, Adriana e Genivaldo** eram os que se encontravam, durante a pesquisa, em estado mais avançado de sujeira e de desprendimento corporal. Os três passavam semanas inteiras na rua, antes de procurar um modo de se limpar. **Ricardo**, freqüentador de albergues, era o que se apresentava mais bem asseado. Seu disfarce diante da menina que paquerava devia-se menos à aparência e mais ao fato de estar no farol, convivendo com os *nóias,* ainda que não se identificasse como um. Por sua vez, **Michel** era o que mais oscilava entre períodos de zelo consigo e de auto-abandono. Porém, quando em uso contínuo, preocupava-se com a própria apresentação, tentando literalmente apagar as marcas que pudessem identificá-lo com um *nóia* (lixando os dedos, sobretudo) e pedia desculpas por assim estar. Do mesmo modo como acontece com as *"trajetórias de rua"* (Martinez, 2011), a ampla possibilidade de composição da imagem também cria tipos distintos de usuários de crack. O *nóia* é o mais extremo deles e aquele do qual, discursivamente, todos tentam se afastar. Voltarei a esse ponto mais adiante.

À sujeira se soma ainda o mau odor, igualmente fruto do suor, da falta de assepsia bucal e corporal, das fezes nem sempre possíveis de serem limpas adequadamente, da proximidade com bueiros e esgotos (Frangella, 2009) e, principalmente, do álcool e do crack. Como lembrou **Gabriela**, a sujeira pode ser também produto de restos de sêmen que melecam os corpos. Contribui para tal a ausência de banheiros públicos. Mas também aqui, a ambigüidade se instala, pois, como nota Frangella (2009), o forte cheiro que exala desses corpos é, a um só tempo, motivador de vergonha, forma de isolamento e veículo de proteção, uma vez que o mau cheiro pode, em seu auge, atuar como uma forma de defesa voluntária (ainda que não necessariamente consciente) e de delimitação de um espaço físico próprio e afastado.

Somam-se também as doenças de pele, que são recorrentes. Muitas estão ligadas ao contato com as muquiranas, piolhos, sarnas que grudam e proliferam nos cobertores, nas roupas, nos cabelos e, sobretudo, nas orelhas (reclamação freqüente dos usuários, não é incomum notá-las carcomidas nos cantos). Do mesmo modo, vários são os casos de micoses que coçam, criam manchas e chegam a ferir o rosto, os braços, os pés, as barrigas. Frequentemente estão marcados por cicatrizes e por sinais de pancadas, queimaduras, facadas; machucados que, devido à falta de cuidado e de higiene, podem se tornar chagas purulentas, vermelhas (Frangella, 2009) com um aspecto bastante impactante – que o diga a redutora descrita na cena 1 que abre este capítulo.

Em suma, como um primeiro processo, a construção de uma corporalidade ignóbil ocorre gradualmente, por meio da perda de vínculos com as instâncias sociais e familiares que proporcionam as condições de limpeza, asseio e saúde, bem como da consequente exposição às intempéries do clima, à aspereza da rua, aos conflitos corporais, ao uso crescente de drogas e, por fim, à adesão à rua. Como efeito dessas condições define-se a imagem degradada, repulsiva e amedrontadora, frequentemente associada a esse segmento (Frangella, 2009). Todavia, mesmo aí há diferenças que são demasiado relevantes: estar mais limpo que os outros, cuidar-se mais que os outros são práticas que marcam distinções nas formas de estar nas ruas, indicam a heterogeneidade presente nesse universo e se refletem em distintas interações com outros atores sociais. Como dito, esse é o ponto em que a experiência de rua e a experiência do consumo continuado de crack convergem inteiramente[247].

Mas há marcas específicas do crack. Enquanto especialistas na área biomédica estão absortos em analisar as alterações pulmonares (Mancano

[247] Com graus mais ou menos semelhantes, outras aproximações são possíveis: os modos de reinvenção criativa e inusitada das práticas do doméstico (um exemplo disso é o feijão feito por **Michel**), além da procura por formas de satisfazer necessidades básicas como urinar, defecar e ter relação sexual. Convergem também a dificuldade de proteger os próprios pertences e, no limite, o alto grau de sujeição à violência. Por fim, é preciso ainda considerar a dificuldade de reverter o processo de adaptação corporal à rua. Durante a pesquisa com adolescentes, em contato constante com pernoites e abrigos, os educadores relatavam ter dificuldade de lidar com duas situações: o fato de que muitos deles se recusavam a dormir em camas, mais especificamente, sobre o colchão. Diziam que as costas doíam. Muitos, durante a noite, se deitavam no chão dos abrigos. Também muitos faziam suas excreções no banheiro, ao lado da privada, mas não nela. Indicavam uma dificuldade de usá-la, preferindo a posição de cócoras durante a defecação.

et.al, 2008), cognitivas (Cunha, 2004) ou o nível de alumínio sérico no organismo de usuários de crack (Pechansky, 2007) – preocupações, é preciso que se diga, bastante legítimas – estes, nos cenários de uso, são unânimes em ressaltar três "simples" conseqüências do uso contínuo da droga: dentes e dedos das mãos marcados, lábios machucados e perda de peso. Com menos ênfase, acrescentam uma quarta: a voz rouca. Tais marcas, como se verá, ao se aliarem a um determinado grau de sujeira, são capazes de criar minúsculas, mas importantes, variações nos modos de engajamento com a droga – o que, por sua vez, resulta em distintas maneiras de se aproximar ou se afastar da condição de *nóia.*

Necessário ressalvar que nem eu, nem os usuários ao indicar estas marcas, estamos nos referindo aos efeitos momentâneos do uso (pupilas dilatadas, mandíbulas em deslocamento, vontade de sair andando, etc). Por ora, me atenho a estes quatro aspectos diacríticos produzidos com o correr do uso **contínuo** de crack, para seguir analisando esta(s) corporalidade(s).

Primeiro, é preciso que se saiba que a maior parte das pessoas que estão nas ruas *"não possui muitos dentes"* (Frangella, 2009: 130). Desse modo, respeitando essa ocorrência, não são todos, dentre os consumidores de crack, que podem ser notados pelas marcas aí deixadas. O sinal concentra-se mais fortemente nos dois dentes incisivos superiores (de quem os têm), que ao meio são grafados por um traçado horizontal irregular, amarelado ou marrom. Durante a pesquisa, percebi que muitos usuários riam timidamente, botando as mãos na frente da boca, visando esconder esta marca. Como visitei regularmente tais lugares e observei as pessoas ao longo do tempo, pude perceber a formação de algumas manchas e a acentuação de outras – que também variam de acordo com a possibilidade de escovar os dentes.

Já os lábios estão constantemente secos, fraturados, apresentando micro-fissuras e rachaduras, as quais originam pequenos sangramentos – como era o caso de **Gabriela**. As roturas são produzidas, principalmente, por micro-queimaduras sucessivas, ocasionadas pelo contato com os cachimbos aquecidos. Se há uso do crack em latas de alumínio, o ferimento pode ser maior e se estender ao redor de toda a boca. Em campo, é bem recorrente ver os usuários passando a língua por toda esta extensão, em movimentos circulares, como que tentando hidratar as rachaduras, que incomodam. Também se vê muitos deles cutucando a boca, tentando retirar as peles que

vão se desprendendo no processo natural de renovação celular. Não é incomum observar aí a formação de grandes feridas purulentas[248].

O constante aquecimento dos cachimbos fere ainda os dedos utilizados para bem posicionar o instrumento durante a tragada. Além disso, o contato contínuo com as cinzas de cigarro (sob a qual fumam o crack), bem como o esforço em macerar a pedra também contribuem para amarelar, engrossar, queimar e rachar o lado interno dos dedos[249]. Esta visibilidade – e imagino todo esse processo – é que **Michel** queria disfarçar com a raspagem dos dedos, sobretudo polegar, indicador e dedo médio. Muitas vezes o vi nesse procedimento. Tão grosso estava o dedo que a pele, ao ser friccionada, parecia esfarelar-se. Ele lixava até o ponto em que os dedos voltavam a ficar lisos e vermelhos, até o ponto em que eles voltavam a ficar sensíveis. Ele me dizia que esse era o *"ponto bom"*, o ponto que não o fazia ser identificado como *nóia* pelos motoristas.

A voz rouca, produzida pelas complicações próprias da via de administração do crack (isto é, o fato de que ele é fumado), é bastante reclamada pelos usuários, que indicam a rouquidão acompanhada da sensação de perda da voz. Durante a pesquisa na "cracolândia", pude notar uma moça que, vendo a recorrente cena da viatura policial se aproximar seguida da dispersão de muitos usuários, foi até o meio da rua e, brava, começou a discursar. Gritou com os policiais que estava cansada daquela rotina, depois se dirigiu aos usuários falando que eles não tinham que sair andando, que o que eles tinham era uma *doença*, que eles não eram *bandidos*. Enquanto ela falava a voz sumiu. Começou alta, alguns escutaram e olharam

[248] O estudo de Dias et al (2011) também anota que os usuários relatam o uso de álcool para "molhar" a secura da boca. Por isso, me parece ser interessante e necessária a oferta de água. Lembro aqui que este tipo de ocorrência, sabido das equipes de redução de danos, é dos que mais se tenta reduzir. Isto porque tais fissuras são terrenos fecundos para contrair e transmitir doenças e infecções (dentre elas, a temida Hepatite B, contra a qual o PRD/Campinas oferece vacinação). Nesse sentido, os redutores esforçam-se em orientar os usuários a não consumirem o crack em latas e a não compartilharem os cachimbos. A primeira prática é desencorajada sobretudo pelo aumento da superfície queimada (também porque pode majorar a ingestão de alumínio, Mancano et. al, 2008), a segunda prática é mais perigosa porque favorece contágios diversos. Visando atenuar tais danos, a ONG *É de Lei* distribui piteiras que têm o intuito de, caso haja o compartilho de cachimbos, que ao menos elas sejam anexadas individualmente. Tais piteiras são produzidas com silicone, material bem mais resistente ao calor que o alumínio, portanto, que tem a possibilidade de ferir menos. Ainda nessa direção, a ONG também distribui manteigas de cacau, com fins de hidratar os lábios e auxiliar/acelerar na/a cicatrização.

[249] Tal marca é, inclusive, utilizada para indicar suspeita do uso de crack durante a clínica médica. Relato de caso descrito por Mancano et al (2008), em publicação especializada em pneumologia destaca: *"ao exame físico, o paciente estava em bom estado geral, sem sinais de agitação psicomotora, corado, hidratado, acianótico [sem rouxidão], sem rash cutâneo ou petéquias [pintas vermelhas],* ***sendo observada a presença de queimaduras nas pontas dos dedos, fato que levantou suspeita quanto ao uso da droga"***.(op.cit: p. 324, grifos meus).

para ela. Passados segundos, a voz já não era ouvida nem por mim que estava a quatro passos afastada dela. A cena era inquietante. Muitos policiais e usuários que ali estavam riam do que viam: uma moça, que não tinha mais que vinte e cinco anos, no meio da rua, em pé, gesticulando, esbravejando, pronunciando palavras que não eram audíveis a ninguém. No caso dela, o crack literalmente lhe tirou a voz[250].

As três marcas (dentes e dedos marcados, lábios machucados e voz rouca) aliadas à sujeira da pele podem parecer miúdas, mas são significantes para os usuários. Concretamente, elas se combinam a partir de diversos modos e graus, que variam tanto quanto os indivíduos. Contudo, analiticamente, há que se atentar para o fato de que são marcas que se concentram na superfície, ou seja, na pele, na boca, nas mãos, naquilo, em suma, que indica uma fronteira visível, aparente e exposta a outrem, logo, difícil de camuflar. Mary Douglas já nos provocou quanto a isso. Para ela, os analistas passamos muito tempo observando as *"margens sociais"* e esquecemos de dedicar análoga prudência às "*margens corporais"*, igualmente investidas de poder e perigo:

> Saliva, sangue, leite, urina, fezes, ou lágrimas atravessaram pela simples saída física o limite do corpo. Assim, também, as coberturas do corpo, a pele, a unha, mechas de cabelo e o suor. O erro consiste em tratar as margens corporais isoladas de todas as outras (Douglas, 1976: 149-150).

Aqui essas marcas (e cada uma delas) serão fundamentais para indicar tipos de usos e usuários de crack, que, por conseguinte, se correlacionam a tipos de pessoas mais ou menos valoradas. Mas antes de refletir sobre elas, é preciso somar a essas marcas e à sujeira, a característica que, sem dúvida, é para os usuários a mais emblemática do alto consumo, e também do auto-abandono: a perda de peso, que, gradualmente, produz um corpo demasiadamente emagrecido, que não só envergonha e é apreciado negativamente, como também, tal qual me contou **Gabriela**, dói.

Em um dia de pesquisa, na "cracolândia", observei um usuário que estava com a calça de jeans caindo; ela não se sustentava mais em seu corpo tão magro. Ele procurava de todo jeito algo que a fizesse parar na cintura.

[250] Caderno de Campo, 29/09/2010.

Tinha um pequeno alfinete que já vinha usando há algum tempo para prendê-la, porém emagrecera ainda mais e o artefato já não era suficiente para suportar o tanto de pano que sobrava; tentava prendê-la e não conseguia. Ele então teve a idéia de tirar a camiseta, que já estava bem gasta, rasgar uma tira grossa e amarrá-la entre dois passantes da calça; só então a prendeu. Saiu dizendo que ia tentar conseguir uma camiseta grande o suficiente para encobrir o empapuçado da calça, fruto da estranha amarração. Assim que deu de costas, observei todo o dorso afinado e anguloso, ausente de curvas, com os ossos sobressalentes. Havia cicatrizes e marcas roxas. A pele parecia esticar-se apenas para cobrir o esqueleto. Outro usuário, percebendo minha observação, fez questão de me advertir: *"é, quem usa muito crack fica só o pó"*[251].

Este tipo de magreza não tem coisa alguma em comum com as projeções contemporâneas, espalhadas a todo momento em capas de revistas e outdoors publicitários, que associam o corpo magro ao corpo belo, disciplinado, elegante, conquistado por meio do esforço combinado entre dieta, exercícios físicos e auto-controle. Não é também a emaciação que, no campo artístico, permite a burla das inflexões de gênero e idade, bem como a maleabilidade de estilos de composição de um personagem; afinamento corpóreo do qual tão bem soube se valer grandes atrizes como Cacilda Becker (Pontes, 2004). Não é nem mesmo a magreza, como a de Evita Perón (descrita brilhantemente por Sarlo, 2005), que aliada à doença (o câncer) pôde conferir à primeira-dama argentina uma pose aurática. Aqui a dureza e a secura dos ossos em nada lembram as idéias de imaterialidade, de transcendência ou de ascetismo, tão apreciadas pelas anoréticas (Silva, 2004).

Ao contrário, a magreza, para os usuários de crack, é o símbolo máximo de que o consumo há muito ultrapassou qualquer nível que eles entendem como razoável. Prova incontestável de que já não se pode mais disfarçá-lo. Esse emagrecimento exagerado não é belo, não é santo e não carrega consigo nenhum fascínio. Longe de levar ao pólo transcendental, indica uma perigosa descida ao mundo dos abusos sujos e fétidos dos prazeres carnais.

Tão preocupante é este magrém, que muitos observam-no à risca, por isso indicam de pronto, como **Gabriela** e **Adriana**, os números exatos dos

[251] Caderno de Campo, 22/09/2010.

quilos perdidos. Contabilizam-nos com exatidão. Os quilos perdidos, somados às fotos que carregam consigo, atestam a materialidade da mudança; funcionam, para eles, à semelhança de um "antes e depois", auto-explicativo da *situação.*

Essa magreza, inclusive, corre o risco de ser contagiosa, pois mesmo para quem convive com os usuários, mas não usa a droga, o emagrecimento é visto sob grande suspeita. Certa vez, uma travesti moradora do Jardim São Fernando, conhecida da equipe de *redução*, apareceu muito magra, contou ter perdido oito quilos em duas semanas. Perguntei o que acontecera e o redutor, brincando, se antecipou à resposta, dizendo que *"era crack"*. Ela ficou extremamente nervosa. Seu olhar foi fulminante e bradou com redutor, que depois lhe pediu desculpas:

> Cê é besta, hein? Já chega meu irmão, tenho raiva dele, porque ele usa essa merda e vendeu tudo o que era meu, tudo o que tinha em casa, TV, computador, celular, trocou tudo ali na *boca* por 5, 10 reais. Nem me fale uma coisa dessas. Eu tô magra porque escovo os dentes, enfio o cabo da escova na garganta e vomito. Tô magra porque quero emagrecer (Caderno de Campo, 22/09/2009).

A travesti não teve vergonha de assumir a prática da vomição, nem hesitou quando me disse que sentia prazer em provocá-la, mas odiou ter sua magreza confundida com a de quem usa crack.

E se a magreza tem, nesses contextos, outras significações, o mesmo deve ocorrer com a gordura, que, para eles, não é jamais associada à gula, à indulgência, à preguiça. Tampouco é coligada à falha moral que conjuga um excesso de apetite a um desejo desmedido (Silva, 2004; 2011). O ganho de peso, em tais cenários, indica positivamente a tentativa de reabilitação. Semelhante ao que foi descrito por Eduardo Viveiros de Castro (1979; 2002) para os Yawalapiti, também aqui toda reclusão é sempre concebida como uma mudança substantiva do corpo, um dispositivo de re-construção da pessoa.

Pois é durante os períodos de grande perda de peso e de grande debilidade física que os pedidos de tratamento e de hospitalização, bem como o retorno à casa se tornam mais comuns. Ironia das ironias no campo dos direitos humanos, em casos limites até se provoca o próprio encarceramento. Com freqüência, ir para esses espaços significa voltar a se alimentar e a se hidratar regularmente e, melhor ainda, engordar.

Este quadro cria situações contraditórias no interior dos programas de tratamento. Equipes de auxílio e psicólogos reclamam que, logo que recompõem o corpo, os usuários deixam os estabelecimentos, como nota este trecho de entrevista apresentado por Medeiros (2010):

> Ele vem porque ele tá desidratado, ele tá sem comer, ele tá há três dias sem dormir, ele tá sem tomar banho. (...) **A gente trata ele aqui, ele recupera o corpo e sai** e vai comprar crack na esquina. Aí se detona todo, fica de novo sem dormir, sem comer...(*apud* Medeiros, 2010:201, grifos meus)

Para este profissional entrevistado, tal fato é indicador de que a demanda é mais por recuperar o corpo do que por fazer um tratamento para parar de usar a droga. Regina Medeiros, a antropóloga que analisou tal fala, a interpreta como indícios de que *"o usuário quer se ver livre dos sintomas, e não da droga"* (Medeiros, 2010:201). Sim, pode ser isso. Mas pode ser mais.

Diferente do que comumente se pensa, o emagrecimento contínuo não é, para os usuários, decorrente do consumo diário de crack e sim do tipo de uso que eles apreendem como mais destrutivo: aquele que atiça e retro-alimenta o movimento que chamam de *hibernação* (ou *invernação,* como me lembrou Gabriel Feltran), já observado na parte 2. Apenas relembrando, trata-se da alternância entre períodos de consumo intenso com períodos de resguardo. Durante o "turno" do consumo, relatam passar de dois a três dias (alguns dizem cinco dias) consumindo a droga ininterruptamente. Não bebem, não comem e não dormem. Usam o crack até o corpo se exaurir.

Enquanto alguns conseguem, durante a exaustão, voltar para os lugares de descanso ou procurar instituições a fim de adormecer, se alimentar e se hidratar, outros acabam se ajeitando nas ruas. Outros ainda desmaiam. Tão esgotados, não é incomum vê-los imóveis, deitados e esparramados por ruas e calçadas, inclusive sob sol forte[252]. Em campo, certa vez um usuário me contou que usara tanto crack *"duas semanas atrás"*, que ficou desacordado, desmaiado no calçadão, bem no centro de São Paulo. Disse-me que não sabia

[252] Um ocorrido, que me foi contado por um jornalista que acompanhava uma atividade na "cracolândia", parece ser, nesse sentido, ilustrativo dos impasses de relativização que cercam esta cena. Disse-me ele que uma *patricinha* de Los Angeles postara em seu facebook a foto de um usuário de crack deitado de bruços com braços e pernas abertas em pleno calçadão comercial, sob um sol bastante forte. À foto ela adicionou a seguinte observação: *"Só em Los Angeles que se vê viciados tomando sol"*. Em seguida, a foto teria recebido o comentário: *"Só em Los Angeles que se vê alguém em tão grande estado de desolação e se pensa que ele pode estar tomando sol"*.

como chegou ao hospital. Quando acordou, já estava lá. Provavelmente algum transeunte chamou o Serviço de Ambulância Móvel para atendê-lo no local.

Quanto a tais cenas, há que se observar que a ausência de uma efetiva tentativa pública de acolhê-los nesse momento também contribui para o descanso nas ruas. Não há, por exemplo, locais públicos aos quais os usuários possam se dirigir para repousar quando sentem necessidade, assim como os *chill-outs* (espaços de descanso e lazer) presentes em toda festa *rave*. Os albergues existentes, além de não possuírem vagas suficientes, trabalham geralmente com horários fixos para entrada e saída. Tais horários nem sempre correspondem aos horários de exaustão.

Especialistas na área da saúde entendem que esse movimento ocorre em decorrência da *fissura* provocada pela droga. A *fissura* é considerada por esses estudiosos como um forte impulso para utilizar uma substância e, consequentemente, fator crítico do *"uso compulsivo e da dependência"*. De acordo com Chaves et al (2011):

> O padrão de consumo intenso, contínuo e repetitivo de crack, (...), é provocado pela fissura e pode durar dias até que o suprimento da droga termine ou que haja a exaustão do usuário. Esses ciclos intermitentes de doses repetidas de crack, seguidos de parada abrupta, estão associados a sinais e sintomas da retirada, caracterizados por mal-estar físico e psicológico. (Chaves et. al, 2011:1169)

O fenômeno é, portanto, cíclico. Passam dias em recomposição e depois voltam ao consumo. Durante o período de descanso, pude notar várias tentativas de dosar a quantidade consumida. Elas iam desde a parada repentina do uso, à substituição por drogas que eles consideram mais "leves", como o álcool e a maconha, até à mistura de crack com maconha no cigarro (*mesclado).* Os que ainda tinham contato amistoso com familiares procuravam voltar para casa durante a noite.

Contudo, o constante movimento de recomposição não dura muito; é só até o desejo de consumir a droga retornar de novo com grande força. É nesse momento que, segundo dizem, a situação se torna mais crítica. Contam que nessa hora de vontade incontrolável, mas sem a droga, "perdem a noção" e fazem de "tudo para consegui-la". É nesse momento que aparecem as narrativas de roubo a parentes, conhecidos, vizinhos, seguidas de eventuais agressões.

Um parêntese. Ao longo da pesquisa e observando os noticiários, me chamou atenção uma proliferação narrativa de uma mesma prática utilizada frequentemente por familiares, principalmente pelas mães, em alguns casos a pedido dos usuários, comumente os filhos: o acorrentamento em casa[253]. Essas ocorrências são instigantes. De um lado, porque notam com unanimidade a agressividade dos usuários, sempre indicada neste intervalo da *fissura,* ou seja, quando estão **sem** usar a droga, e não sob efeito dela. Conta-se que os amarram para que eles não batam em familiares, nem "quebrem tudo" da casa por querer a droga. De outro, passa batido pelos noticiários uma reclamação reiterada: os familiares dizem que começaram fazer uso da prática de acorrentamento depois que os filhos passaram a roubar os vizinhos. Sobretudo as mães são explícitas em dizer que o ato desesperado se justifica pelo temor de terem os filhos assassinados. Se levarmos em conta observações já feitas no capítulo III, a partir dos trabalhos de Karina Biondi (op.cit), (ainda que seja preciso ressalvar os contextos locais) lembramos que o roubo dentro da comunidade é extremamente mal-visto. Em São Paulo, ele é um dos motivos para a *interdição* do usuário.

---

[253] Impossível indicar todas as reportagens em que essa mesma ocorrência é narrada. Chama atenção o alastramento geográfico. Apenas para exemplo, cf. as reportagens:

- "Mãe acorrenta filho usuário de crack em Araraquara" (Araraquara-SP), Folha Online, 05/01/2008, disponível em: (http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u360450.shtml);
- "No Espírito Santo, mãe acorrenta filho de 20 anos viciado em crack", (Vitoria-ES), O Globo, 29/11/2010; disponível em: http://oglobo.globo.com/pais/no-espirito-santo-mae-acorrenta-filho-de-20-anos-viciado-em-crack-2918936;
- "Mãe acorrenta filho drogado" (Recife-PE), Jornal do Commercio, 15/04/2010; disponível em: http://ne10.uol.com.br/canal/cotidiano/pernambuco/noticia/2010/04/15/mae-acorrenta-filho-drogado-219298.php
- "Mãe prende filho dependente de crack" (Capão da Canoa-RS), Correio do Povo, 23/12/2011, disponível em: http://www.correiodopovo.com.br/Impresso/?Ano=117&Numero=84&Caderno=0&Noticia=373918

Cf., também para exemplos, os vídeos:

- "Mãe acorrenta filho usuário de drogas". (Uberlândia –MG), programa Linha Dura, 24/09/2010 (vídeo disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=kGHCOg9iJNI);
- "Mãe acorrenta filha viciada em crack". (Paranaíba-PI), TV Costanorteonline, 06/07/2010, vídeo disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=zOt731b-g6I&feature=related;
- "Mãe acorrenta filho". (Piracicaba-SP), Programa Em cima do fato, exibido em17/03/2010, video disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=_z0fRJkCnAI;
- "Mãe acorrenta o próprio filho, usuário de crack". (Baixada Fluminense-RJ), RJ Record, exibido em 01/02/2011; vídeo disponível em: http://videos.r7.com/mae-acorrenta-o-proprio-filho-usuario-de-crack-na-baixada-fluminense-rj/idmedia/fa2484808b9e7f4f3d01ec7370bba7a7.html;

Voltemos aos usuários e à pesquisa empírica. Eles consideram que o uso até a exaustão é o mais radical, não só porque definha, mas também porque pode levá-los a cometer atos desaprovados por familiares, vizinhos e traficantes. A idéia é que o consumo à exaustão predomina-se sobre todos os outros consumos. Portanto, a magreza vem, nessa visão, do desejo insaciável que move o uso da droga até sugar, até gastar o corpo ao máximo – o que, por sua vez, abre espaço para a realização de ações desaprovadas. Ou seja, a magreza não vem do consumo diário que permite com que o crack seja consumido junto com outras substâncias, que, segundo eles, são capazes de abastecer o corpo e não os deixam abater, entre elas os alimentos, a água ou mesmo as bebidas alcoólicas. Também não o deixam deslizar moralmente. Por isso, enunciam que devem evitar o movimento de *hibernação.* Dizem que o *"ideal mesmo*" seria conseguir consumir crack todos os dias, mas realizando outras atividades, como se fosse uma espécie de *lazer*. Um usuário falou:

> sabe que nem trabalhador que chega do serviço e toma uma garrafa de cerveja? Pra mim, que gosto de crack, tinha que ser assim. Fumar só uma pedra no final da tarde. Esse é o meu sonho. Mas eu não consigo. Começo e não paro. Acho que sou dependente mesmo[254].

Ou como me disse outro, de modo ainda mais sintético: *"a diferença é que as outras pessoas sabem a hora de parar. Eu não sei".* Também tais falas provocam confusão entre os profissionais que trabalham em clínicas de tratamento. Recorro, novamente, à pesquisa de Medeiros (2010):

> Alguns pacientes solicitam ajuda e inclusive oferecem dicas para os profissionais que parecem não querer ouvir ou não conseguem compreender essa linguagem: *"Eu vim aqui porque eu quero aprender a usar uma pedra só".* Ou simplesmente por não acreditar nessa possibilidade: (...) *"ele tenta fumar uma pedra só, só que a cada três meses mais ou menos, ele cai nas drogas e ele usa toda a reserva dele"* (Medeiros, 2010:202-203)

Para Regina Medeiros, essa "confusão" indica que *"em geral, os especialistas não acreditam em outra forma de tratamento diferente da abstinência"* (Medeiros, 2010:203). Concordo com ela, mas creio que, acompanhando os usuários (e não os especialistas), podemos ir além.

[254] Caderno de Campo, 03/12/2010.

Em campo, se vê com freqüência os usuários de crack apontando aqueles que conseguem o envolvimento diário, mas não extenuante, e por quem eles devotam certa admiração. De outro lado, não é incomum observar os que são notados se vangloriando pelo controle que possuem e fazendo questão de afirmar corporalmente essa diferença. Apresentam-se bem mais asseados e menos magros. Dizem que não são *"como eles"*. Representam o controle que outros não conseguem manter. Conversando um pouco mais, se descobre que *"o segredo é não deixar a droga te dominar"*. Melhor ainda se tiver outra coisa para fazer além daquilo, se tiver, como me disse um, *"mulher, trabalho, casa e lazer"*.

Não há nada estranho, pois, no desejo de *"fumar uma pedra só"*. Este parece ser o consumo desejado: usar a droga moderadamente sem que ela implique uma debilidade corporal. Porque esse tipo de uso é que permite manter a sensação de prazer sem ultrapassar a fronteira que descamba para o sofrimento. Também não é de estranhar o desejo que demonstram em recuperar o corpo, que traz consigo a capacidade de observar-se à distância e a pretensão de habitar um corpo mais aprazível. Porque ambos indicarão uma valoração moral. O fenômeno aqui é mais uma vez semelhante ao que ocorre entre os Yalapiti: *"mudanças corporais são ao mesmo tempo causa e instrumento das transformações das relações sociais"* (Viveiros de Castro, 2002:72).

Por isso, lutam consigo mesmos para moldar a própria pessoa. Todavia, esse esforço de remodelação dura pouco e quase sempre fracassa, porque está tragicamente enlaçado a um embate constante entre sensações físicas, representações discursivas, adequação a práticas sociais e busca por prestígio moral.

Mas, é importante ter em vista que, entre o consumo exaustivo e o consumo de *"uma pedra só"*, há uma vasta gama de possibilidades de experimentar e materializar o envolvimento com a droga. Bem mais, o ato de consumo que pode induzir a *nóia* (enquanto efeito instantâneo), não é, porém, o que caracteriza um *nóia* (enquanto um tipo de pessoa).

Já podemos voltar a esse ponto.

Um *nóia* é, segundo os usuários e abstratamente, uma pessoa que traz em primeiro plano uma imagem degradada, produzida gradualmente a partir da combinação de uso intenso da droga, sujeira, marcas de desgaste e

emagrecimento. Ou seja, porções extremas de todos esses "ingredientes" resultam em uma corporalidade repulsiva, a qual se atribui falhas morais. Figura tão deplorável, é mais um atributo do que propriamente uma materialização: um *nóia* é aquilo que não se deve ser, aquilo que o próprio *nóia* não quer ser, ou, convocando Kristeva (1980), é aquilo que se opõe ao "eu", Por isso, se ouve com muito maior freqüência a acusação de que alguém é *nóia,* do que alguém chamando a si mesmo de *nóia.* É como se sua existência fosse tão ilegítima, tão desconsiderada enquanto "vida", que não consegue nem se materializar (Butler, 2002a, 2002 b).

Estamos diante, pois, de uma categoria extrema, útil não só por revelar este extremo, mas também porque a partir dele podemos depreender toda uma série de modos concretos de usos do crack. Tais usos, ao agruparem diferentemente traços, marcas, posturas, asseio e perda de peso, materializam múltiplas corporalidades e, por conseguinte, criam várias *situações.* Em cada uma delas, se opera a partir da comparação, indicando variações entre estar "melhor" ou "pior" a algo ou alguém, num exercício de alteridade constante – o que, veremos, é de suma relevância para compreender o modo como os sujeitos percebem a si mesmos.

Assim, é possível estar sujo, mas não estar magro, consumir crack eventualmente e ter outra substância de predileção – como **Genivaldo**, que dizia preferir a *pinga* ao crack. A *pinga,* substância das mais consumidas e valoradas na rua, como observou Martinez (2011), pode tanto promover descontração, alterar a consciência, relaxar e deixar mais à vontade para pedir dinheiro ou roubar, quanto pode ser responsabilizada pelo descontrole das ações e pela perda das capacidades individuais. A *pinga,* substância que permite acesso *"aos malefícios da memória"* (Martinez, 2011), isto é, às más lembranças, aquelas que remetem à trajetória dos sujeitos antes de *"cairem na rua"*, às lembranças de famílias, às brigas, às frustrações e às perdas. Genivaldo deu mostra disso. Diz não consumir crack em demasia (o que em parte se materializa nas suas feições inchadas e na barriga protuberante) e não se percebe como *nóia.* Se não está tão bem quanto seu conterrâneo, ao menos possui um corpo que o permite se afastar dos *nóias,* o que, contudo, não o impede de intuir que partilha com eles, num plano subjetivo, fracassos e insucessos mais ou menos comuns. É tal intuição que garante a estada, nesse caso harmônica, num mesmo espaço.

É também possível, tal qual **Ricardo**, estar magro, mas asseado, consumir crack eventualmente, conviver amistosamente com os que ele chama de *nóias* e ainda não se perceber como um. Entretanto, e mesmo sem trazer em primeiro plano qualquer marca, Ricardo se dá conta de algo muito relevante: o fato de que, externamente, essa diferenciação pouco vale. Quem o vê parado no farol e próximo aos *nóias*, logo os homogeneíza. É bem difícil provar para os *outros* que não se é *um*. A condição de Ricardo, tal como ele a formula, já não é mais tão ruim quanto a que ele tinha como cortador de cana, nem é certamente tão pior quanto a dos *nóias* com os quais convive. Contudo, ele ainda não está tão bem a ponto de paquerar sem esconder sua *situação*. Para fazê-lo, segundo ele, ainda é preciso deixar de freqüentar tal espaço e arranjar outro tipo de ganho.

Igualmente, é possível, como **Michel**, oscilar entre os períodos de uso com os de auto-abandono; até mesmo *hibernar* e ainda assim não descambar para o desprendimento total. Nesse caso, será preciso lançar-mão de técnicas que encubram essa *situação,* a fim de disfarçar corporal e discursivamente o uso. Michel apagava o engrossamento e a amarelidão dos dedos, vestia-se bem para procurar serviço e andava com um documento que a ele, e (ao que parece) também aos policiais, indicava distinção. Mais que tudo, era bom de conversa e, em seu discurso, enfatizava não ser como os *nóias*. A possibilidade de identificação, dada quando o vi em uma situação que lhe pareceu embaraçosa e que "traía" seu próprio discurso, o fez me pedir desculpas. Sua *situação,* contudo, melhorou. Passou a residir na moradia assistida bancada pela prefeitura e depois foi visto em novo emprego, quando me disse que estava bem, já em endereço próprio. O meu embaraço diante do que fazer com as moedas que Michel achara em meu carro, e toda a reflexão que se seguiu depois, acentuou em mim o esforço de entender, com seriedade e respeito, a preocupação que ele tinha para com seus dedos. Tanto eu quanto ele demos atenção aos nossos próprios "fantasmas".

É possível, à lá **Adriana,** apresentar-se magra, suja, fétida e ainda assim assumir discursivamente que seu uso de crack não é tão intenso quanto o de *outros* (a comparação mais imediata que fazia era com o uso de seu namorado e, conseqüentemente, com os atos dele de roubar conhecidos e familiares). A mãe pode achá-la *parecida* a uma *nóia* e Adriana sabia que sua *situação* de fato contribuiria para tal semelhança. Por isso, tentava evitar um

encontro com ela. Dizia ser mera aparência. Não era. Pois foi através da "mera aparência" que anunciou que algo em sua trajetória se desviou do plano inicial, que algo se estragou. Sua passagem pelas ruas teve a duração de um ano e oito meses. A gravidez durante a adolescência, grande pesadelo de muitas famílias, foi o que a tirou dessa *situação.*

É possível, ainda, que se faça o tipo de uso extremo do crack, isto é, até a exaustão, e que tal uso de fato se materialize num corpo sujo, emagrecido e marcado – o que era o caso de **Gabriela,** que se recusou a ver o filho por estar *tão nóia.* Ela tinha consciência dessa *situação.* Também sabia que os de fora pouco diferenciam os usuários – por isso, afastou sua irmã do cenário de uso. Dos cinco, Gabriela foi a que mais aproximou a si mesma da condição de *nóia.* Só há um ponto no seu discurso que a distancia de algo "pior". É quando ela fala que prefere vender o próprio corpo a roubar para consumir crack. Tal expressão, constantemente pronunciada por essa *população* e em igual proporção repetida em tom jocoso por uma série de outros atores sociais que a escutam de fora, merece atenção. Independente do que de fato faz para conseguir a droga, ao dizê-la Gabriela anuncia um cálculo moral. Se faz mal, faz mal apenas a si mesma. É por isso que sua *situação* ainda não é a mais ultrajante.

E, mesmo quando se está na pior condição, e que se assuma como *nóia* (o que não raras vezes é feito retrospectivamente), é possível extrair dela alguma positividade. Na sede do *É de Lei*, um usuário me contou que gostava de ser *nóia.* Enquanto me fazia essa afirmação, sentado ao meu lado, se levantou e começou a andar, com passos lentos, arquejando as costas. Disse-me que adorava se mover de tal modo pelo centro de São Paulo, *"adorava ver as pessoas com medo de mim"*[255].

Igualmente, o estar assim não deve indicar que o sentimento de repulsa esteja ausente, ou que qualquer tipo de serviço lhes basta. Na "cracolândia", certa vez, um usuário me disse que acabara de sair de uma igreja assistencial, que fica nos arredores. Sua expressão era de nojo. Falava que estava com vontade de vomitar. Contou que no local os banheiros não tinham porta, que dava para ver todos fazendo côco, que o cheiro era horrível

[255] Caderno de Campo, 03/12/2010.

e que impregnava o refeitório. Repetiu por duas ou três vezes a vontade de vomitar, tamanho era o seu asco[256].

Em conjunto, os casos mostram que, da perspectiva dos usuários e nos cenários de uso, há níveis distintos de engajamento com o crack. Cada um deles é produto e produtor de diferentes atributos físicos e morais, que, por sua vez, demarcam fronteiras internas bastante miúdas. Se há sempre alguém melhor, há também alguém que se encontra em posição pior. Independente de serem conscientes ou não, o ponto é que, com suas práticas, corpos e discursos, os usuários de crack vão tentando se posicionar em meio a esses atributos e reinventando sua própria existência.

Não se deve, contudo, ignorar o incômodo que eles demonstram com a própria *situação*. Nesse sentido, o despojamento corporal, ou sua largação, jamais deve ser confundido com uma total ausência de preocupação com a auto-imagem ou com a imagem que oferecem a outrem. Pois é no processo mesmo de notarem que seus corpos chocam quem os vê que também criam e experimentam ambíguas sensações de vergonha e embaraço, mas também de poder. É nesse processo que tentam, mesmo fracassando muitas vezes, re-fazerem a si mesmos.

Todavia, ainda que distintos entre si, ainda que trilhando trajetórias específicas de uso, percebem que são homogeneizados quando vistos de fora. Por isso, tanto disfarce. Ser capaz de burlar essa homogeneização se liga intimamente tanto àquilo que podem fazer com os próprios corpos quanto à capacidade de sustentá-lo fora desses cenários.

3. Tópico Inoportuno

Parece então haver um descompasso entre as diferenciações internas que os usuários fazem entre si e o modo como eles são vistos pelos que os observam de fora. Entre os usuários, o *nóia* é uma figura quase impossível de apreendida empiricamente (porque é mais descrita e evocada do que praticada). Não é assim, definitivamente, que ela é "lida" externamente: n*óia* tem passado a ser termo agregador e rótulo pejorativo dos efeitos imediatos do

[256] Caderno de Campo, 06/10/2010.

uso de crack e, também, dos usuários cuja corporalidade abjeta ganha destaque.

Analiticamente, é difícil fugir dessa ambigüidade. Há que se trabalhar tanto com a idéia de que é possível construir internamente ínfimas variações a respeito dessa experiência, quanto com a idéia de que essas diferenciações são pouco percebidas do exterior. Ignorar este último aspecto é perigoso. Corre-se o risco de perder de vista aquilo que venho argumentando ao longo de toda a tese, isto é, que o efeito visível de tal corporalidade produz sérias conseqüências a esses mesmos sujeitos: ficam expostos às intervenções de outros, aos esforços disciplinadores, à violência física e à ironia. Ou seja, é tal visibilidade que provoca níveis distintos de gestão e que os impele a ocupar territorialidades igualmente abjetas. Ignorá-la seria, portanto, desconsiderar que este tipo de corpo está também mergulhado num campo político, ou seja, que as relações de poder têm alcance imediato sobre ele: elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam e ainda o sujeitam (Foucault, 2009).

Mais que nunca, é chegada a propícia hora de voltar à introdução da tese e recuperar a *"velha definição de sujeira como um tópico inoportuno"*, como idéia que está em relação e que é capaz de confundir ou contradizer classificações imaginadas (Douglas, 1966). Também é preciso retomar Julia Kristeva (1980) e sua proposição de que o abjeto deve ser entendido não só pela falta de limpeza, mas fundamentalmente porque perturba ficções de identidade, sistema e ordem e porque não respeita fronteiras, posições e regras; porque é ambíguo. Já antecipando o argumento final deste capítulo, indico que é também por esta ambigüidade e pela capacidade de promover confusão, inclusive classificatória, que a visibilidade corporal do usuário de crack merece e provoca tanta atenção.

Para corroborar esta afirmação, apresento três exemplos etnográficos.

3.1

Durante o campo na "cracolândia", **Bruno** nos procurou com a reclamação de que estava com gonorréia. Andava muito vagarosamente, tinha uma expressão de sofrimento e dizia que estava com o pênis demasiadamente inflamado. Procurou-nos não para obter um diagnóstico (já o tinha – não era a primeira vez), mas para o alívio da dor e, provavelmente, para mediarmos seu encontro com um serviço de saúde.

Seus pés, descalços, estavam grossos e encardidos. Ele também estava bastante sujo, vestia uma calça de jeans surrada, uma camiseta preta desgastada os quais adornava com uma tira de lençol florido envolvendo o pescoço, em moldes de uma echarpe. Estava de boné preto. Por trás da barba grande, via-se um bonito rapaz com os dois dentes incisivos amarelados.

Um dos redutores disse a Bruno que havia um posto de saúde ali perto, perguntou se ele conseguia andar duas quadras. Ele topou e nós o acompanhamos. Tivemos que conter os passos e diminuir a caminhada. Enquanto andávamos, ele disse que estava *"com isso"* há dias e que, desde então, vinha bebendo muita *pinga* para fazer a dor passar.

Chegamos à recepção do posto de saúde. Sua imagem se destacou e rapidamente foi notada. Era preciso atendê-lo logo. Perguntaram a Bruno se ele tinha documentos. Ele não tinha. Precisavam abrir uma ficha em seu nome. O recepcionista, sem saber o que fazer, chama outro funcionário que começa a lançar a Bruno as perguntas necessárias ao preenchimento do formulário. Ele, devagar, fornece seu nome, o nome da mãe e do pai (os quais comentou não ver há cinco anos), bem como a sua data de nascimento (27/09/1986 – exatos dois dias antes completara 24 anos).

Para ser atendido, teve primeiro que passar por um *acolhimento* com a assistente social, que lhe explicou como funcionava o centro de saúde e, inicialmente, o orientou a voltar na próxima sexta-feira, para colher exame de sangue. Depois esperou ser chamado pelo médico. Não mais que cinco minutos para ser atendido e não mais que três minutos para ter o diagnóstico confirmado: era mesmo gonorréia. O médico abriu a porta para que Bruno saísse e ele veio sentar-se de frente pra mim na sala de espera, enquanto o redutor foi chamado ao consultório médico para conversar sobre a receita de medicamentos e os futuros procedimentos.

Enquanto esperávamos, ele me disse que nunca mais ia transar sem camisinha. Comentei que seria importante ele contar para a sua parceira, porque provavelmente ela também estaria infectada. Ele disse que não tinha como saber quem foi. Brinquei dizendo: *"então você é o cara, pega muita mulher"*. Ele, rindo e faceiro, falou: *"é o crack, né, meu, não tem jeito. Vem uma mulher junto com uma pedra e fala 'vamo?', daí não tem jeito"*.

Fomos interrompidos pela assistente social, que voltou e disse que seria melhor ele tirar sangue naquele momento mesmo, senão ele não voltaria.

Bruno disse que não ia. Tinha medo. Falou que nunca tirou sangue, mas que já tomou injeção benzetacil na infância, quando quebrou o pulso. Ela explicou que era um procedimento importante: estava com gonorréia, mas era bom investigar se não fora acometido por outra infecção.

O redutor voltou com a prescrição médica: três comprimidos de azitromicina 500mg para serem tomados todos de uma vez. Promessa de ficar bom entre dois e três dias.

Seguimos então para a coleta de sangue, onde Bruno novamente demonstrou às enfermeiras que tinha medo. Elas brincaram com ele, que já ria, mais à vontade. Foi bem tratado. Esperei-o lá fora e presenciei um médico que, acabando de passar pela sala de coleta, falou: *"esse aí tá bom, hein? Tem que lavar. No outro posto de saúde onde eu trabalho, as enfermeiras colocam a pessoa numa salinha e esguicham água. Como é que vai examinar uma pessoa dessa? Não dá, tem que lavar"*. A enfermeira, parecendo ficar brava, disse: *"isso não se faz. Um esguicho mata alguém de susto"*. O médico, irônico, comentou: *"o que mata é a sujeira"*. Bruno não ouviu a discussão porque, na sala de coleta, estava se certificando com as enfermeiras se o seu sangue era vermelho ou preto. Tinha dúvidas, disse que já escutou que o crack deixava o sangue preto.

Quando acabou, fomos à farmácia do centro de saúde pegar os remédios. Os três comprimidos foram entregues por uma senhora, juntos com um copo de água para ele tomar ali mesmo. Bruno deu um passo atrás: *"eu não vou tomar os três não, vai que eu passo mal, vai que me dá um troço"*. Depois de nossa insistência, ele tomou.

Após duas horas, fomos liberados. Era quase 18hs. O centro de saúde fica ao lado da estação Júlio Prestes. Muitas pessoas passavam para pegar o trem, caminhavam rápido, enquanto seguíamos no passo lento de Bruno. Ao vê-las passar tão rapidamente, ele comentou: *"agora é hora de chegar em casa, tomar banho, comer e dormir"*. Isso certamente aconteceria com a maioria das pessoas que passavam por nós. Não com ele. O deixamos na esquina da R. Helvetia e de lá fomos para nossas casas [257].

*

[257] Caderno de Campo, 29/09/2010.

Essa ocorrência poderia ser bastante desdobrada. Embora experenciada de modo particular, ela instiga a reflexão sobre um certo *modus operandi* da interação entre os serviços de saúde e essa *população*. Também estimula a indagar acerca das doenças físicas que lhes acometem, assim como a discutir sobre a centralidade (ou não) do crack em toda essa história. Indico tais possibilidades, porém foco meu olhar nas "confusões" classificatórias, corporais e pessoais que tal caso alude.

Comecemos. Bruno chama atenção assim que põe os pés no centro de Saúde. Seu corpo diz muita coisa. Ele é alguém que não se quer ali por muito tempo (porque incomoda outros pacientes), alguém que demanda mais atenção (porque parece estar bem afastado de noções básicas de higiene e cuidado) e, ainda, alguém que precisa ser logo atendido, pois, com a experiência, os profissionais de saúde aprenderam que a demora no atendimento faz pacientes como ele irem embora. Uma série de funcionários é então imediatamente mobilizada: os recepcionistas, a assistente social, o médico que o examinou, as enfermeiras que colheram seu sangue, a senhora que trabalhava na farmácia.

Para pessoas como Bruno um protocolo de atendimento rotineiro não funciona. Faltam-lhes documentos, assiduidade, limpeza e, algumas vezes, suspeita-se até da capacidade de compreensão.

Sem os documentos, a identificação deixava de ser um mero procedimento burocrático. Funcionava à semelhança de um diálogo. Cada pergunta do recepcionista implicava numa resposta que se alongava com a lembrança dos eventos passados. A orientação da assistente social também não lhe servia: ele não voltaria na sexta-feira para fazer coleta de sangue. Diante de uma primeira recusa, enfermeiras foram hábeis e simpáticas para convencê-lo a colher sangue. Assim que terminou o procedimento, pediu para ver a cor, se preto ou vermelho. A pergunta impensável, sobre o sangue, as comove. Ele é bem tratado.

Não vê médico e enfermeira discutindo sobre a sua sujeira. O primeiro zomba dele, a segunda pede respeito. O que está em questão não é o conteúdo da fala e sim o seu tom. O médico poderia estar correto (sabe-se que grandes avanços na saúde pública, o mais importante deles o aumento da expectativa de vida, foram feitos com a introdução cotidiana de atos simples de higiene; e,

ainda, deve ser mesmo muito difícil examinar alguém que está sujo). Mas o modo como proferiu seu pensamento o desautorizou diante da enfermeira, que está igualmente correta (ninguém merece ter seu corpo submetido a um esguicho que, se não mata de susto, viola e desumaniza). A discussão é fértil por mostrar como tal corpo pode estar aberto a doenças e infecções, mas também e não sem contradição, a abusos.

Por outro lado, este mesmo corpo parece estar fechado para maiores avaliações. A rapidez do exame médico ilustra isso. Tão logo entrou na sala já saiu com o mesmo diagnóstico de quando chegou. O médico não repassou a ele nem as orientações, nem a receita. Não o considerava um interlocutor. Provavelmente a deterioração corporal que só ele viu contribuiu para esta desconsideração. Espontaneamente, foi criada uma associação entre falta de zelo corporal e falta de compreensão. Chamou o redutor, que atuou de fato como um mediador.

Faltava apenas tomar os antibióticos. Todos tinham de ser tomados de uma só vez. De novo, tratava-se de uma readequação à sua condição. Imaginava-se que Bruno não daria conta de voltar para tomá-los, nem se lembraria de tomar um a cada oito ou doze horas. Por isso tomá-los ali, diante de todos, era uma garantia da ingestão. Mas também aí, Bruno dá um passo atrás e confunde a todos. Teme que os remédios, que deveriam curá-lo, o façam mal, embora já viesse fazendo uso da *pinga* para controlar a dor e embora fosse assumidamente consumidor de crack.

Saindo do centro de saúde, ele segue em passos lentos, enquanto o restante da cidade caminha rapidamente. Nós o deixamos naquele que será seu espaço de cuidado e resguardo: a rua. E voltamos para nossas casas.

Essa história é, toda ela, um embaraço. E só é assim por oposição a normatividades. Bruno parece estar bem distante das valorosas projeções de aparência, saúde e sexualidade constituinte do projeto do self que permeia a construção de corpos contemporâneos (Giddens, 1993; Frangella, 2009). Apresenta-se sujo, procura um serviço de atenção apenas no auge de sua infecção (quando já dói muito e impede sua movimentação), tem uma vida sexual que seria considerada promíscua, não possui documentos, não tem um abrigo onde repousar. Mais que tudo, habita um corpo que está sujeito a uma série de doenças e infecções, que, em alguns casos, lhe tira a capacidade de ser um interlocutor legítimo e que, ainda, o expõe ao risco das violações. O

que se viu no centro de saúde, diante de tal embaraço, foi ora a zombaria e o descaso, ora a tutela e a comiseração. Entretanto, é de notar que é justamente por assim estar que mobiliza todo um aparato de profissionais e que promove o rearranjo dos protocolos de atenção.

3.2

No terminal de ônibus central de Campinas, enquanto esperava com os redutores para ir a um bairro de atuação da equipe, notei um homem de camiseta pólo suja, calça de jeans com barro até o joelho e chinelos do tipo havaianas protegendo os pés igualmente embarreados. Assim que ele viu uma mulher com a filha se assentarem para esperar o ônibus, ele foi na direção delas pedir dinheiro. A menina ficou um pouco espantada, se escondeu atrás da mãe, que logo disse que não tinha o que dar. Outra mulher, que estava um pouco mais à frente, próxima a uma banca que vendia chicletes, balas e refrigerantes, gritou com ele: *"Para de pedir **Marquinho**!"*. Olhando para a mãe e para a filha, ela disse: *"Não dá dinheiro não que ele pede pra comprar crack"*.

Logo veio um guarda municipal que tratou de mandar Marquinho sair dali, não sem antes lhe dar três tapas fracos nas costas, como se estivesse tocando-o. Marquinho foi seguindo, mas deu meia-volta, insistiu e um pouquinho adiante pediu dinheiro para outro homem. A mulher próxima à banca de novo falou alto, de forma generalizada: *"ele não tem jeito, a polícia bate nele não sei quantas vezes e ele volta sempre"*.

O clima já não era mais de espanto, ou de braveza, mas de deboche. Todos que estavam próximos à situação começaram a rir. Marquinho continuava a pedir dinheiro para os que chegavam a fim de esperar o ônibus. Perto das votações para segundo turno da presidência, um homem disse, também alto: *"eu não tenho dinheiro, se você quer alguma coisa, vai pedir pro Serra"* – o que foi seguido de risadas altas e generalizadas. Todos já comentavam sobre Marquinho que, ainda assim, continuou com os pedidos.

Até que ele chegou próximo a mim. Mirei seus olhos e havia neles uma ameaça. Como todos os que ali estavam, também eu disse que não tinha dinheiro. Ele então foi pedir dinheiro para um motorista de um dos ônibus que acabava de chegar e que também se recusou a lhe dar qualquer quantia.

Observando a cena, e rindo, o Guarda Municipal disse: *"Você tá demais hoje, hein, Marquinho?"*[258]

*

A cena de Marquinho é corriqueira. Poderia ser observada em quaisquer lugares de afluxo nos grandes centros urbanos: um usuário de crack que pede dinheiro aos transeuntes. Mas só porque é corriqueira, não significa que ela não mereça atenção.

Assim como na história de Bruno, também aqui notamos uma série de atores sociais: os que aguardam os ônibus, os que trabalham no terminal, o guarda municipal. Ele pede dinheiro e é unanimemente ignorado nesse pedido. Mas ele segue pedindo. A menina fica com medo, a mãe o afasta; a mulher da banca de balas grita com ele (para ela, não se deve dar dinheiro que será gasto com crack), o policial parece que vai agredi-lo, mas seus tapas são fracos, acaba tocando-o. O ato é quase um desdém. Porém, Marquinho é insistente. Repetindo a mesma súplica, ele logo vira motivo de piada, de zombaria, de ironia. Pede dinheiro para quem também tem pouco dinheiro (ao contrário do candidato a governador).

A ameaça dos olhos, notada por quem os encara, não convence ninguém. O aspecto ameaçador não funciona, o de pedinte necessitado tampouco. Possui uma expressão que mistura essas feições, mas não se encaixa perfeitamente em nenhuma delas. O efeito é o inverso do desejado: os outros não dão valor ao seu pedido, não sentem pena; apenas riem.

Foi diante desta cena que me dei conta de que o abjeto não provoca só repulsa. Provoca também muita risada.

De repente, aquilo que era só a espera de um ônibus se torna uma grande movimentação. Todo o terminal já tem os olhos voltados para Marquinho. Se, de um lado, a sua súplica nos leva a pensar na persistência de uma condição de humilhação, de outro, também há que se reconhecer que só assim ele experimenta estar no centro de toda a atenção. Só assim tem nome próprio.

[258] Caderno de Campo, 17/10/2010.

3.3

Em 30/07/2009, **Roseane** apareceu por dezoito segundos no Programa Profissão Repórter, da Rede Globo. Enquanto o experiente repórter Caco Barcellos faz uma incursão à "cracolândia", ela aparece chorando, com duas fotos em mãos, de uma criança, impressas coloridas em um papel sulfite. Como se ela tivesse aparecido repentinamente, diz ao jornalista: *"roubaram meu anjinho, o nome dela é Caroline. Vocês podem me ajudar, mostrar na televisão? É minha filha".* O jornalista pergunta: *"Roubaram quando a sua filha?* A câmera dá um close na fotografia, enquanto ela responde: *"Ontem, era umas cinco da manhã".* Teria feito uma mamadeira, deitado a menina em seu braço, dado o peito, coberto a cabeça de ambas. O choro interrompe a narrativa. Caco Barcelos pergunta se ela é usuária de drogas. Ela diz que não, mas que já usou. Ele pergunta se ela já usou crack. Ela diz que sim. Mas que agora não usa mais.

Um ano depois (16/11/2010), ela volta aparecer no mesmo programa. Um minuto é dedicado somente a Roseane. De novo, ela aparece repentinamente, dessa vez carregando uma carroça com materiais para reciclagem, enquanto Caco Barcellos conversa com alguns usuários sobre a eficácia das clínicas de tratamento. Ela diz ao jornalista: *"Minha filha que roubaram. Você lembra dela? Consegui ela de volta, graças a Deus".* Um flash relembra a matéria anterior. Escreve-se uma legenda, com seu nome, indicando que ela é catadora de recicláveis. Ela conta a história novamente. Teriam roubado a menina dentro de sua carroça, enquanto dormiam. Depois de onze dias, ela recuperou a criança. O jornalista conta que já é três horas da madrugada e que Roseane está há vinte horas empurrando a carroça. Ele faz uma brincadeira, se esforça para levantar a carroça do chão, mas não consegue. Ela diz: "*tem muito homem que não aguenta"* e ele pergunta qual o segredo para dar conta de tanto peso. A resposta dela é a de que o faz pensando na menina. Ele pergunta de novo: "*Você fuma com esse pessoal?"* Ela torna a dizer que já usou, mas que não usa mais, *"como falei da outra vez"*. O jornalista insiste: *"Agora não mais?"* E ela repete: *"Não"*. Ele se mostra contente em revê-la e ela sai puxando a carroça[259].

[259] Reportagens exibidas respectivamente em 30/07/2009 (17:04' -17:22') e 16/11/2010 (5:44'-6:44'). Podem ser acessadas no site do Programa Profissão Repórter (http://g1.globo.com/profissao-reporter/), última visualização em 09/12/2011, às 12:58hs.

Encontrei com Roseane no dia seguinte à exibição do segundo programa[260]. Magra, bem asseada, ela estava com um agasalho de moletom, vestido de modo que o capuz cobria todo o seu rosto. Achegou-se perto de mim e me contou que as pessoas a viram na televisão e que ela não queria mostrar o rosto porque tinha dito ao jornalista que parou de usar crack. Mas que na verdade nunca parou, continuava usando. Contou que parou de usar a droga às câmeras porque a outra filha dela, de quinze anos, poderia assistir. Ela não queria isso. Novamente, me recontou a perda do bebê. Disse que tinha trocado sua fralda, dado de mamar e deitou com a neném e dois cachorros na sua carroça (onde recolhe materiais para reciclagem) e lá dormiu com ela entre os braços. Quando acordou, a menina não estava mais. Disse ter certeza de que *"quem roubou a minha filha era alguém que me conhecia porque os cachorros não latiram".* Contou ainda que assim que a bebê nasceu um homem veio lhe oferecer vinte mil reais pela criança. Mas ela recusou. Teria achado a menina onze dias depois do desaparecimento porque alguns usuários viram a criança e a trouxeram de volta. O caso também já estava em todos os jornais (Globo, Record) e não dava pra ir muito longe com o bebê. Depois do ocorrido, agora deixa a filha com a mãe.

*

Também a história de Roseane é um embaraço. Uma mãe procurando pela filha que desapareceu não é o que um jornalista busca encontrar na "cracolândia". Práticas do doméstico e exercício da maternidade parecem não combinar com o cenário. Tão impensável é essa cena que, vendo a primeira reportagem, fica-se com a sensação de que o experiente Caco Barcellos desacredita do clamor de Roseane – o que se consolida no pouco espaço que confere a ela no programa. "Mais uma das tantas histórias elaboradas para impressionar", ele deve ter pensado. Perguntar sobre o consumo de crack se ligará intimamente ao questionamento sobre a veracidade da história. Se ela confirma esse uso, abre espaço para uma série de desconfianças (o roubo de uma criança de fato aconteceu? Seria uma invenção de alguém cujo consumo de crack já comprometeu sua sanidade mental? Se confirmado o

[260] Caderno de Campo, 17/11/2010.

desaparecimento da menina, será que foi roubo ou ela perdeu? Uma mãe que consome crack consegue cuidar do filho?). Se ela não confirma, como fez, a desconfiança se mantem, mas é possível ter espaço no programa. Nesse caso, seu pedido funciona como exemplo de coisas "exóticas" e "surreais" que acontecem por essas imediações.

Na segunda reportagem, a fala de Roseane agradecendo a visibilidade é mais ouvida (e de fato ganha mais espaço). A carroça de materiais recicláveis é elemento importante na composição da imagem. Pois parece devolver as coisas a seus devidos lugares: tira a ambiguidade de uma mãe consumidora de crack e forma outra mais publicamente aceita – a da mulher pobre, trabalhadora, que carrega peso por vinte horas para garantir o sustento da filha. Se convive com os usuários, não é porque é uma deles, mas porque é alguém que precisa trabalhar. Ao contrário da primeira exibição, nesta o jornalista faz uso de tal depoimento para criar uma empatia no espectador e para mostrar a relevância do trabalho de retorno ao local. É esta segunda imagem que parece ter mais legitimidade de fala e também de dor.

Roseane soube utilizar-se de uma aparência não tão marcada para aparecer na TV, informar inicialmente o desaparecimento da filha e depois voltar para agradecer o jornalista pela ajuda na divulgação. O trabalho de campo mostrou que Roseane nunca deixara de consumir crack e que também carregava materiais recicláveis. O ponto não é questionar quem Roseane de fato era. Pois ela é tudo isso: cata materiais recicláveis, consume crack e é mãe de duas filhas. E bem pode ser mais.

Se uma mãe que tenta cuidar da filha na "cracolândia" parece ser um grande embaraço, o que dizer então de uma mãe que diz camuflar a imagem de usuária de crack para que a filha mais velha não a veja como tal na TV?

Se ela usou da imprensa, o inverso também é verdadeiro: a imprensa também usou de Roseane. Contudo, é de notar que ela só foi bem sucedida nesse jogo porque, com uma aparência nem tão marcada, soube a ocasião de mostrar e de esconder o próprio rosto. Certamente não é um tipo de camuflagem possível a todos que ali estão.

*

Não creio ser necessário, para finalizar este capítulo, retomar os três exemplos. Apenas teço breves pontuações sobre o porquê de eles serem apresentados. Tanto o caso de **Bruno** quanto de **Marquinho** indicam que a sujeira e o emagrecimento corporal não só incomoda, atrapalha ou indica modos extremos de engajamento com o crack, como borra fronteiras classificatórias, sociais e, sobretudo, morais. Trata-se de visibilidade forte demais para passar despercebida. O caso de **Roseane**, por sua vez, ilustra um disfarce de tal corporalidade: o modo como uma aparência não muito marcada pode ser capaz de compor e se adequar a tipos de vida nas ruas que garantem maior legitimidade de reinvindicação – o que em muitos casos significará também maior reconhecimento de dor. Em conjunto, os três exemplo repõem as ambiguidades do corpo como o lugar da performance (Butler, 2003) e *lócus* aonde são inscritas as mais sérias injunções sociais (Bourdieu, 2001).

Creio, enfim, ter chegado ao ponto de poder explicitar aquilo que me parece diferenciar, historicamente, a experiência da *população* de rua da usuária de crack, não em termos subjetivos ou identificatórios, mas em termos de visibilidade simbólica, pública e, também, política.

Com relação à primeira, já foi descrito um longo processo histórico (Frangella, 2009 e De Lucca, 2007, 2009) que culminou na visibilidade política que constituiu um sujeito de direitos. Nesse processo, usando as palavras de Daniel De Lucca (2009), *"a vida nas ruas deixou de ser vista como um fenômeno individual, de que a pessoa está ali porque é preguiçosa ou louca* [e passou a ser vista] *como um problema coletivo, estrutural",* que não deve ser "*extirpado, mas* [que precisa ser] *entendido, regularizado, normalizado"* e, acrescento, protegido. Ou seja, nessa visão, a *população* de rua se torna um interlocutor político – e de fato já formou seus próprios quadros (De Lucca, 2010) – porque foi possível conjugar discursivamente a experiência de habitar as ruas à crítica das políticas habitacionais, assistenciais, trabalhistas. Ou seja, tornou pública e política a ideia de que a *situação de rua* é o expoente máximo de uma falha social.

O surgimento (ou a produção) de uma *população* usuária de crack embaralha novamente esse processo histórico. A mínima, mas importante diferença, de que algum tipo de disposição individual é necessária tanto para o uso quanto para a reabilitação, permite que a existência dessas pessoas seja

novamente pensada e publicizada como fracasso pessoal, corporal e, como não poderia deixar de ser, moral. Trata-se de uma *população* que representa o descontrole que "nós" conseguimos evitar – é contra essas ideias que a elaboração do crack como uma "questão de saúde pública" parece ser mais eficaz.

Recuperar essa diferença me parece importante para afastar qualquer possibilidade de que o escrito até aqui possa ser apreendido a partir da ideia de uma espécie de "liberdade das margens". Corpos fugidios e rebeldes, existindo na contramão dos mecanismos disciplinadores e dos ideais estéticos e sexuais contemporâneos; nada poderia parecer mais "transgressor".... A tragédia é que nem isso os usuários de crack atingem. Ao não conseguirem romper a tênue fronteira entre o que é dito sobre eles e aquilo que eles pensam sobre si mesmos, todos os mecanismos e ideais dos quais parecem escapar são, duramente, reafirmados.

Nesse sentido, quando parece que chegamos ao limite do corpo, ao impensável que quase não se materializa, ao que não é o "eu"; é então que notamos toda a força dos projetos discursivos, toda a força do mundo simbólico. E é também aí que nos deparamos com os riscos de fracassos corporais, sociais, morais e políticos a que estamos todos expostos. Diante da ameaça e do perigo de cruzar a fronteira, as nossas reações só podem ficar demasiado confusas: da comiseração à tutela, da legitimidade do sofrimento ao seu descrédito, da luta política à responsabilização individual, da violência ao riso.

VI. Não é (só) um cachimbo, à guisa de síntese[261]

"Já achei a receita do melhor cachimbo:
é aquele que não entope e que não rouba a brisa"

(fala de um usuário de crack,
na "cracolândia")

Em uma roda, Vivian, o namorado Roger e mais um homem preparam os seus cachimbos num *mocó* na linha. Com muita concentração esfarelam a pedra e a acomodam em cima das cinzas de cigarro, num cachimbo feito por eles mesmos. O de Vivian foi confeccionado a partir de um cano de PVC marrom, o de Roger a partir de um isqueiro cortado ao meio. O do terceiro homem foi produzido com uma lâmpada: ele havia feito um furo na parte cilíndrica dela e, em cima, tendo tirado o seu bocal, depositava as cinzas e a pedra. Um dos redutores se interessa por essa feitura incomum e fala: *"deixa eu ver o seu **Bóris**?"*. O homem olha com um aspecto assustado de quem fica surpreso diante do fato de saber que o redutor compartilhava da sua forma de nomear o cachimbo e prontamente o oferece para observação. O redutor elogia a feitura e diz a ele que seria mais interessante se conseguisse colocar água dentro do **"Bóris"** e o adverte: *"a borra do cachimbo faz muito mal para o corpo. Se você colocar água, ela se dissolve, daí você não fuma isso, entendeu?"* [262]

*

A situação acima, ocorrida já no meu segundo dia de pesquisa, foi a primeira de muitas semelhantes presenciadas ao longo do meu trabalho de campo. Era uma terça-feira, por volta de quatro horas da tarde. Sete pessoas: três usuários de crack, três redutores de danos e eu. Os três primeiros preparavam o crack e o fumavam, enquanto os redutores ofereciam os materiais educativos de prevenção. Eu apenas observava. A feitura de um cachimbo até então incomum, produzido a partir de uma lâmpada, chamou a

[261] Uma versão anterior deste texto foi publicada no primeiro volume da Revista Askesis (PPGS-Ufscar), sob o título de *"Isso não é um cachimbo": sobre usuários de crack, seus artefatos e suas relações"* (Rui, 2012).
[262] Caderno de Campo, 10/03/2009.

atenção do redutor, que pediu para ver o *Bóris*. Em fração de segundos, o olhar rápido dos dois, a um só tempo surpreso e cúmplice, despertou meu interesse. O cachimbo tinha nome, um nome próprio.

Como uma antropóloga avisada, já sabia – pela leitura dos textos Bourdieu e Delsaut (1975), Pina Cabral (2008), Pontes (2008) – que o nome identifica, referencia, comunica e, no auge da sua consagração, produz uma *"curiosa contaminação de prestígio"* em tudo e todos que estão ao seu redor. Ali, naquela linha de trem e naquela situação precária, não foi diferente. Saber o nome do cachimbo (e partilhar de vocabulário tão cifrado) garantiu ao redutor o privilégio de poder observar aquele objeto nas mãos e abriu portas para que suas ideias sobre saúde fossem transmitidas. Por um momento, partilharam um segredo e uma informação. Sete pessoas conversando sobre o cachimbo e o cachimbo pondo todos nós em relação.

O cachimbo é também o tema a partir do qual eu decidi finalizar esta tese e, principalmente, sintetizar algumas das principais ideias contidas nela. Menos pelo que ele é e mais pelo que ele conecta[263]. A relação estabelecida entre os usuários de crack e os objetos mediadores do consumo da droga e o que essa interação informa acerca das relações que configuram esse universo são os principais objetivos desta reflexão. Pois é sobre os cachimbos que versaram a maioria das minhas conversas com esses usuários, é em torno deles (e de seus usos higiênicos) que boa parte da política de redução de danos se assenta e, além disso, chamam atenção as apreensões policiais desses objetos, num processo metonímico para classificar seus portadores e justificar a ação dos órgãos de segurança pública.

É importante ressalvar que o cachimbo não é algo dado ou próprio unicamente a este universo e não nasceu nesse contexto. Historicamente, foi criado para outros fins e meios sociais, ainda que sempre ligado à mediação

[263] Lição aprendida com Levi-Strauss que, no seu estudo sobre as máscaras, escreveu: *"Fui incapaz de responder a todas estas interrogações enquanto não compreendi que, tal como os mitos, as máscaras não podem ser interpretadas em si e por si, como objetos isolados.(...) Nesta perspectiva, portanto, dever-se-á constatar que as funções sociais ou religiosas atribuídas aos vários tipos de máscaras que opomos para comparação se encontram entre si na mesma relação de transformação que a plástica, o grafismo, e o colorido das próprias máscaras, encaradas como objetos materiais"* (Levi-Strauss, 1979:15-16).

da ingestão de substâncias[264]. Ainda assim, é interessante pensar que, num momento histórico em que se acredita cada vez mais nos "super-poderes" do crack, que parecem sempre vencer o usuário que o fuma, esquecemos de observar que entre a *pedra* e o sujeito que a traga situa-se o cachimbo – elemento mediador que nunca é questionado. Nesse sentido, especular mais sobre este objeto pode operar como um interessante contraponto à potência, normalmente atribuída ao crack, assim como à falta de agência, normalmente atribuída ao usuário[265].

Como buscarei mostrar, uma análise mais atenta desses artefatos também permite vislumbrar outros atores participantes do complexo social e material do qual os usuários de crack são parte. E, ainda, esses objetos e seus restos merecem atenção porque eles são inseparáveis da constituição e identificação de uma cena de uso (como escrito na parte 2), são sinais que orientam a caminhada dos usuários, dos redutores de danos, de um cem número de instituições assistenciais e religiosas, da polícia e, também, desta antropóloga. Enfim, ao falar do cachimbo, falo também, mas de outro modo, do consumo de crack e revelo como ele está imerso em relações corporais e sociais com coisas, lugares, pessoas, instituições e ideias.

Seguindo o ensinamento de Appadurai (2008), o objetivo de centrar a atenção nos cachimbos é, sobretudo, **metodológico.** Assim como o autor, não tenho dúvidas de que as coisas não têm significados afora os que lhes conferem as transações, atribuições e motivações humanas. Contudo, essa *"verdade formal",* diz ele, não lança qualquer luz sobre a circulação das coisas no mundo concreto e histórico. É por isso, para entender o que se passa, que Appadurai nos pede para seguirmos as coisas em si mesmas, pois os seus significados estão inscritos em suas formas, seus usos e suas trajetórias. Ou seja, embora do ponto de vista **teórico** atores humanos codifiquem as coisas por meio de significações, de um ponto de vista **metodológico** são as coisas em movimento que elucidam seu contexto humano e social[266].

---

[264] Saindo desse cenário estrito de consumo, o cachimbo já moveu a história da arte e reflexões em torno do estatuto da representação – como a brilhante abordagem de Foucault (1988) sobre os quadros de Magritte; e também é usado em expressões que se tornaram correntes: *"cachimbo da paz"* (para sinalizar acordo, pacificação e fim da hostilidade) *e "ser cachimbo apagado"* (em referência a algo ou alguém que não tem mais utilidade ou serventia).

[265] Agradeço a Daniel De Lucca que me ajudou a formular esta reflexão.

[266] Um longo e complexo debate marca o modo como a antropologia aborda a relação entre pessoas e coisas, bem como o chamado mundo material. Não é o caso de retomá-lo. Para um panorama da questão, recomendo, entre outros, a leitura da entrevista que o antropólogo britânico Daniel Miller concedeu à Vianna e Ribeiro, publicada na Revista de Antropologia da

Além disso, essa *"verdade formal"* não impede que, em alguns casos, haja um trânsito de agência entre coisas e pessoas, dado que a agência, tal como formulada por Alfred Gell (1998), é a capacidade de pessoas ou coisas incitarem relações sociais. O seu exemplo não poderia ser mais claro: uma garotinha que ama a sua boneca e que a tem como melhor amiga. Se a boneca e o irmão da garotinha estivessem se afogando, ela salvaria sua boneca? É mais provável que não. Mas o fato de ela saber que a boneca não é um ser humano não a impede de ter relações afetivas com ela. O mais importante é termos em conta que os objetos são seres sociais com os quais interagimos. Nesse sentido, o caso dos cachimbos a ser analisado na sequência se assemelha muito, usando os termos de Jackson (2004:19), *"à forma como tendemos a incluir na nossa humanidade as coisas que nos são queridas, que nos acompanham nas dificuldades e incorporam as nossas memórias".*

E se em alguns momentos as coisas podem ser pessoalizadas, ainda é preciso considerar o fato não menos verdadeiro de que as pessoas também podem ser tratadas como coisas. Nas palavras de Sônia Silva (2004:36), *"sermos pessoas implica sempre a possibilidade de sermos ignorados, esquecidos, esmagados, abandonados, postos de parte, maltratados, destruídos, como se fôssemos ninguém. O risco de nos tornarmos uma coisa está sempre presente".* Nada mais descritivo da realidade dos usuários de crack, cujas histórias de sofrimento não cabe novamente recuperar. Ainda assim, é de notar o contraste entre o pouco que falam sobre suas vidas e o muito que dizem e fazem com os cachimbos. Tal contraste não me parece aleatório. É assim, num contexto em que pessoas coisificadas interagem com coisas pessoalizadas, que a minha reflexão encontra espaço.

De agora em diante e partindo fundamentalmente de dados empíricos, pretendo mostrar como a inteligibilidade da experiência do uso de crack é inseparável da interação com esses cachimbos. Para tanto, dividi esta síntese em quatro partes. Começo por mostrar como os cachimbos constituem e se diferem de acordo com a cena de uso e de comércio (o que já foi descrito na parte 2), depois os apresento como *insumos* oferecidos pelos programas de redução de danos (retomando observações dos capítulos II e V), em seguida

USP (2009), bem como o número especial da Horizontes Antropológicos (vol.13, n.28, 2007) dedicado ao assunto. Cf., ainda, os interessantes exercícios etnográficos realizados por Gregori (2010), acerca dos objetos eróticos e por Farias (2010), acerca dos uniformes.

parto para a noção de *vínculo* estabelecida entre os profissionais de saúde e os usuários (capítulo II), onde também discorro acerca de uma possível demarcação da fronteira da humanidade e, ainda, mostro exemplos de apreensão policial (capítulo IV). Com tal movimento, espero, ao fim, contribuir com uma descrição mais acurada da complexidade desse universo.

1. Cenas de uso e comércio

Já anotei em outros tantos momentos da tese que um dos principais trabalhos dos *PRDs* observados consiste em ir até os locais de consumo de drogas e levar informações preventivas para os usuários. Ao fazê-lo, estão baseados em preceitos de cidadania e direito à saúde, sem ter como foco o ideal de abstinência. Na cidade de Campinas, andei por muitos *mocós*, becos, casas abandonadas, linhas de trem, regiões específicas de bairros periféricos e galpões desocupados que garantem aos consumidores de crack uma certa privacidade e radicalidade da experiência. No caso de São Paulo, me centrei na região que ficou conhecida como "cracolândia", por agrupar grande quantidade de pessoas consumindo crack publicamente. Esta região é alvo dileto das políticas de segurança, de saúde, assistenciais e urbanísticas. Dois tipos de territorialidades, uma mais privada, outra mais pública, têm implicações bastante significativas no consumo da droga, na interação com os traficantes e também na relação com os cachimbos.

Em muitas das visitas que fiz em Campinas, eu e os redutores levávamos cerca de quarenta minutos a uma hora e meia de ônibus ou a pé para chegar aos locais e, ao fim, era frequente encontrá-los vazios. Apenas relembro que, nesses espaços, a um só tempo repudiados e excessivamente vigiados pelo poder público, mas que proporcionam privacidade no consumo da droga, o que se vê, além de materiais de construções abandonados, são muitos papéis que embrulham o crack, palitos de fósforo, isqueiros, restos de alimentos e de roupas, cobertores, excreções, latas de refrigerante e embalagens de iogurte usadas como cachimbo. Novamente digo que a constante ida a esses lugares re-orientou minha forma de caminhar pela cidade, a minha "enunciação pedestre" (De Certeau): passei a andar de cabeça baixa, olhando para o chão, procurando papéis quadriculados verdes e pretos, cápsulas de embalagem de cocaína, restos de alumínio e de materiais que

pudessem formar um cachimbo de crack. Andava em busca de pistas onde os usuários pudessem estar. Desse modo, sabíamos que um lugar era um espaço de consumo de "drogas" não só pelas pessoas que ali estavam, mas também pelos objetos deixados no local.

A relação entre espaço e os tipos de cachimbos é estreita. A feitura de um cachimbo, por exemplo, não é possível de ser realizada em qualquer cenário. Pois há que se ter um tempo e um espaço específico para tal. Com folha de alumínio, isqueiro cortado ao meio, cano de PVC, porcas de parafuso, sacolas plásticas, pedaços de bambus, de antenas de rádio ou de guarda-chuvas, é possível fazer um recipiente que, ao receber uma base, em muitos casos protegida por um papel alumínio picotado com algum material cortante, está pronta para que o pó de crack, ou a pedra inteira, se misture às cinzas de cigarro. O uso de latas de refrigerante ou embalagens de iogurte também é comumente observado.

A territorialidade de uso importa aqui porque, quando o cenário não possibilita a feitura desses objetos, o cachimbo se torna mercadoria. Na região mais pública da "cracolândia", cachimbos são fabricados e vendidos por alguns comerciantes do local, por comerciantes de drogas que fazem a *venda casada* da *pedra* com o cachimbo e por outros usuários. Dependendo do material utilizado, o valor pode chegar até dezessete reais (caso do cachimbo feito de cobre mostrado por Alemão no capítulo IV). No local, uma estranha semelhança dos cachimbos chama a atenção; em sua maioria, os canudos são feitos com pedaços de antenas de rádio e o recipiente onde será realizada a queima é feito a partir de peças vendidas em lojas de materiais de construção ou de materiais elétricos. As fotos abaixo mostram a diferença dessa fabricação:

Foto: Neger Borges (PRD/Campinas)

Foto: Neger Borges (PRD/Campinas)

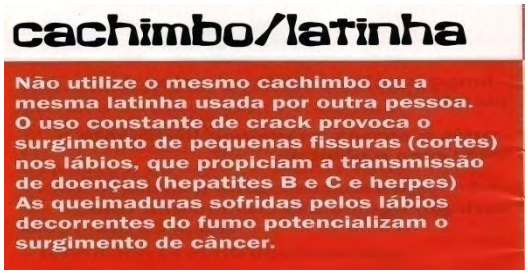
Foto: Taniele Rui (PRD/Campinas)

Foto: Thiago Calil (É de Lei/São Paulo)

Ainda, é de se notar que, num cenário de uso itinerante como o é a "cracolândia", os cachimbos são mais facilmente descartáveis, ora pelo constante trânsito dos usuários, ora pela excessiva abordagem policial – o que, de um lado, estimula a procura e a venda desses objetos, de outro, nos remete ao tópico da distribuição de *insumos* levada a cabo pelos programas de redução de danos, uma vez que os usuários, sem cachimbo e sem dinheiro para comprá-lo estão mais suscetíveis a compartilharem-no. Preocupados com esse uso comum, os *PRDs* tentam formas de diminuí-lo. Para seguirmos adiante na reflexão, é necessário, mais uma vez, retomar as ações de saúde pública.

2. Quando os cachimbos podem transmitir doenças

Os programas de redução de danos usam a palavra *insumo* para designar os materiais preventivos e educativos disponibilizados aos usuários durante as abordagens. Nos folders oferecidos aos usuários (de que é exemplo o ilustrado abaixo), os cachimbos também merecem destaque. Nota-se uma preocupação especial e uma orientação específica ao não compartilhamento deles, com o intuito de evitar a transmissão de doenças como hepatites B e C e herpes.



Folder elaborado e distribuído pelo PRD/Campinas

Já escrevi que, para realizar o trabalho, os redutores se deslocam aos locais de consumo, oferecem folders e camisinhas e, numa linguagem mais popular, repetem as informações. Na cidade de São Paulo, os redutores oferecem piteiras de silicone para serem anexadas ao cachimbo e manteigas de cacau para a cicatrização e hidratação de feridas bucais. Cada vez mais se desestimula o uso de latas para a inalação de crack porque, como dito, elas aumentam a superfície de contato ao redor da boca, aumentando as queimaduras (o que torna a região propícia tanto à transmissão quanto ao contágio de doenças). Além disso, não sabendo a proveniência da lata esta poderia transmitir diversas infecções. Assim, frequentemente os redutores também aconselham a, se usar a lata, lavá-la antes. Já ouvi também redutores aconselharem o uso de crack no cigarro, misturado com maconha, com o objetivo de diminuir a quantidade de crack fumada. Por fim, ainda aconselham os usuários a não fumarem as cinzas que ficam no cachimbo: a chamada *borra* que, quando já está entupindo o bocal, é raspada e reaproveitada, isto é, fumada novamente. Esse hábito é o que provoca maiores discussões e, segundo os redutores de danos, é o mais difícil de ser modificado.

Além disso, entre os redutores há um grande debate sobre a distribuição (ou não) de cachimbos porque ela poderia ser vista como um *assistencialismo*. Alegam que, diferentemente das seringas (que não podem ser fabricadas), o cachimbo pode ser reproduzido manualmente. Segundo os redutores, essa prática deveria ser incentivada porque faz com que os usuários, ao confeccionarem os próprios utensílios, desenvolvam uma *"prática de auto-cuidado"*.

A discussão sobre a possível distribuição dos cachimbos como *insumos* é fruto de uma série de mudanças ocorridas na política de redução de danos a usuários de drogas (apresentada com mais detalhes no capítulo II), iniciada no país no começo dos anos 1990 e à época mais direcionada aos *usuários de drogas injetáveis (UDI)*, em função da epidemia de AIDS. O crescimento do uso de crack, acompanhado do decréscimo de uso injetável, fez com que os programas repensassem o público alvo atendido, bem como os *insumos* oferecidos. A fórmula da troca de seringas ficou bastante conhecida, nesse sentido, a oferta cachimbos seria o equivalente em uma nova cena de uso. Vê-

se assim que, do ponto de vista da atual política de redução de danos, a produção de um corpo higiênico e saudável para o consumo de crack passa por uma forma específica de utilização dos materiais. Cabe, ainda, indagar como e se as "dicas" de saúde estão sendo incorporadas pelos usuários, como e quais materiais estão sendo substituídos.

Nessa direção, um importante documento que pode nos dar pistas para entender tal interação é a tese de doutorado de Andrea Domanico (2006), dedicada à análise do processo de implantação e desenvolvimento das estratégias de redução de danos para usuários de crack em **cinco projetos-piloto** desenvolvidos no Brasil e financiados, à época, pelo Programa Nacional de DST/Aids do Ministério da Saúde. Sua tese é, nesse sentido, um registro histórico das estratégias de enfretamento, uma avaliação desses projetos e um relato minucioso das negociações políticas de condução dos planos de ação.

Para os meus propósitos, sua tese é também um documento empírico que mostra a relação entre os projetos, os cachimbos, os usuários, a política ministerial e os diversos atores sociais que interagem com a questão. Importante notar que a autora não explicita os nomes dos projetos, nem indica sua localização, apenas procede numerando-os. Para apresentá-los, seguirei, assim, a sua própria ordenação. Em negrito marco a descrição de Domanico, seguida da minha observação sem grifo especial[267]. Por fim, convém observar que, por uma série de razões (algumas delas descritas na sequência), todos os projetos foram apenas pilotos e a tentativa de produzir um cachimbo que pudesse, posteriormente, ser distribuído pelos PRDs no país foi abortada.

> ***No projeto 1, Domanico diz que* a ONG observada estava distribuindo cachimbos para usuários de crack e recebeu uma intimação para prestar esclarecimentos sobre o trabalho desenvolvido. A queixa foi registrada por um advogado que teve acesso ao kit para uso de crack e o considerou inadequado para ações de saúde pública. O fato teve repercussão ainda maior quando o apresentador de um programa televisivo sensacionalista convidou tal advogado para uma entrevista e**

[267] Necessário ressalvar que a descrição dos projetos constitui parte importante da tese de Domanico (op.cit, cap. 5, p. 95-170). Neste texto, utilizei minhas próprias palavras a fim de resumir apenas os pontos que considerei relevantes para meu argumento.

fez colocações extremamente agressivas sobre o projeto, assim como à redução de danos como política pública de saúde.

Logo de cara, percebe-se que a distribuição de cachimbos aciona um dilema moral: a oferta de cachimbo é uma "apologia" ou incentivo ao uso de crack? De primeira, se está diante de um dilema que, como já mostraram Vargas (2001, 2006) e Fiore (2006), longe de se circunscrever a este objeto, permeia todo o debate público e político sobre o assunto e impede uma discussão mais complexa da questão. Nada mais emblemático que um advogado e um jornalista sensacionalista, representantes da lei e do senso-comum, para nos lembrar de tal fato.

O projeto 2 iniciou a distribuição de um cachimbo de madeira, mas ele não foi bem aceito pelos usuários, que alegaram vários problemas: acharam o cachimbo muito grande e, por isso, muito difícil de esconder no caso de uma batida policial; acharam também que, quando raspavam a borra, ela vinha com pedacinhos de madeira, ficando com gosto na hora de fumar; alegaram, ainda, que o cachimbo "roubava" a droga na hora do uso porque sua grelha não era vedada e, por fim, criticaram o fato de ele não ser desmontável, o que dificultava a raspagem da piteira. Diante dessas informações, a ONG propôs, então, a distribuição de piteiras de silicone, que deveriam ser usadas individualmente e adaptadas aos diversos tipos de cachimbo, criados pelos próprios usuários.

O cachimbo, no projeto 2, repercute a ameaça de perseguição policial (tema que será abordado mais adiante) e também, ao ser distribuído, passa por uma avaliação dos usuários. Inicia-se, então, a tentativa de fazer os saberes da saúde pública interagirem com os dos usuários de crack. É a distribuição do cachimbo de madeira que começa a tornar mais explícito os hábitos de consumo e, uma vez de posse deles, vê-se o quanto o *insumo* planejado era ineficaz. Nada seria feito de cima para baixo. A *piteira* (hoje distribuída efetivamente pelo *É de Lei*) nasce, pois, como uma mediação entre os dois pólos: os usuários fariam seus próprios cachimbos (ou, num cenário

que não possibilita isso, o comprariam de alguém que conhece melhor o hábito de consumo) e o *PRD* distribuiria a *piteira* individualizada.

> **No projeto 3, a equipe de redução de danos assustou-se com o material utilizado pelos usuários para a confecção de seus próprios cachimbos, feitos a partir de pilhas usadas, isqueiros, cápsulas de bala de revólver e seringas que tinham sido utilizadas para injetar droga anteriormente. Diante do susto, a equipe decidiu fazer uma reunião com os usuários para discutir sobre a confecção de cachimbos mais apropriados. Segundo Domanico, os cachimbos produzidos nessa reunião ainda eram inadequados (a autora, contudo, não explicita o porquê), mas a equipe entendeu que tal estratégia poderia servir para aumentar o *vínculo* com os usuários – o que de fato aconteceu, embora não tenham conseguido elaborar um cachimbo menos danoso.**

O que se passou com esse projeto é interessante na medida em que explicita que, mais que um mero *insumo*, falar sobre o cachimbo é também um modo de entrar em contato com o usuário, de estabelecer uma proximidade, de criar aquilo que as políticas sociais chamam de *vínculo*. Por meio de um objeto concreto, cujo uso correto pode implicar em mais ou menos riscos de contrair infecções, também se estabelece laços de afinidade que, segundo os profissionais de saúde, são fundamentais para que os usuários cuidem dos próprios corpos. Voltarei a esse tema.

> **O projeto 4 também promoveu conversas com os usuários, perguntando-lhes a respeito do material necessário para o "cachimbo ideal". A associação de moradores da comunidade emprestou a sede para que a oficina acontecesse. Os usuários disseram que preferiam fumar em tubos de PVC e numa dobra de tubo também chamada de joelho. O cachimbo era complementado por um laminado com uma espessura específica para a grelha, que ainda deveria ser presa com fita crepe. Os redutores logo trataram de angariar recursos para**

produzir tal cachimbo em maior quantidade. Teriam contado a Domanico que, ao comprar os tubos, o dono do armazém forneceu gratuitamente alguns a mais, pois compreendeu que os cachimbos confeccionados ajudariam a evitar que os usuários utilizassem qualquer material pego no lixo. Depois da oficina, o cachimbo de PVC tornou-se um "sucesso" e sua circulação na rua começou a crescer. Por conta disso, a equipe passou a temer uma intervenção mais repressora da polícia. Só com o decorrer do tempo, a equipe percebeu que aquele não era o "cachimbo ideal", pois na hora da raspagem havia ingestão de PVC. Mas, da mesma maneira que a criatividade na confecção dos cachimbos, os usuários do projeto, depois de acirradas discussões sobre os malefícios da raspagem, criaram uma maneira de retirar a borra sem precisar raspar e começaram a chamar tal forma de limpeza de "ciência". O coordenador do projeto disse à autora:

"Eles perceberam que a raspagem era furada, porque vinha um monte de coisas junto, e aí começaram a lavar os cachimbos com álcool. Então, eles enchem o cachimbo com álcool, fecham com os dedos e chocalham o álcool dentro deles, aí eles despejam o líquido num prato e colocam fogo, aí fica um óleo no prato que eles misturam com cinza de cigarro, raspam tudo junto, colocam no cachimbo e fumam." (apud Domanico, 2006: 155)

O movimento aqui é um pouco diverso: primeiramente, o *PRD* assentiu quanto ao conhecimento dos usuários para só depois perceber o risco da ingestão de PVC e, num movimento bastante interessante, após várias discussões, os usuários teriam elaborado a sua própria "ciência", fruto, portanto, de uma interlocução bem-sucedida, embora não o suficiente para erradicar o consumo da *raspa,* da *borra*. Ainda, nesse projeto, chama atenção outros atores sociais, como a associação de moradores e o dono do armazém que começam a ajudar na causa.

Por último, a coordenadora do projeto 5 contou com a ajuda de uma redutora do projeto, que era usuária de crack e de cocaína injetável, e que falou para a equipe que sabia fazer um cachimbo de bambu. A coordenadora solicitou que ela fizesse alguns cachimbos, foi para *campo* e os distribuiu para os usuários testarem. Eles aprovaram e iniciaram uma discussão mais direta com a equipe sobre o uso de crack e os insumos necessários para seu uso.

No início do projeto, os cachimbos foram feitos de bambu, mas depois, com o aumento da demanda e das conversas, foi sugerido que se criasse um cachimbo desmontável. Optou-se então pela madeira e tiveram a ajuda de um marceneiro e de um torneiro mecânico que criaram com eles o cachimbo que foi distribuído até o segundo semestre de 2005. A confecção do cachimbo era barata, porque a parte aonde vai a grelha era doada por uma fábrica de cabos de vassouras, e a piteira, também de madeira, era confeccionada pelo marceneiro. O custo maior estava na compra do laminado para fazer a grelha e da fita crepe para prendê-la. Nesse projeto, os usuários vinculados disseram à Domanico, em entrevista, preferir o cachimbo à lata, que se sentiam mais seguros por causa do herpes e das hepatites. Já outros usuários revelaram usar o cachimbo procurando diminuir as fissuras labiais e que, após a orientação dada pela equipe do projeto, começaram a percebê-las como sendo causadas pelo crack. Passaram então a usar os cachimbos e notaram que isso diminuía as lesões.

A atuação do projeto 5 também chama atenção pelo contato com os usuários e pela reflexividade que acompanha a experiência. Esta interação parece ter sido bastante relevante na preferência dos usuários pelo cachimbo, assim como para iniciar a percepção de que fissuras labiais eram decorrentes do uso e da queima da droga. Apropriaram-se também de um saber técnico, ao afirmarem preferir o cachimbo para evitar herpes e hepatite.

A observação conjunta dos projetos descritos por Domanico mostra, de um lado, como os cachimbos evocam dilemas morais, fantasias sobre perseguição legal e policial. De outro lado, as conversas sobre os cachimbos apontam para um duplo movimento reflexivo entre os programas de redução de danos e os usuários. Visto mais de perto, esse diálogo complexifica as tradicionais visões sobre o poder disciplinar do saber biomédico e também coloca em xeque as idéias de que usuários e profissionais de saúde fazem parte de realidades estanques e autônomas. Como se vê, há um trânsito de informações, que torna mais difícil precisar um suposto "mundo dos usuários de crack", indicando, assim, que um conhecimento mais detalhado dos seus hábitos de consumo implica ter em conta as redes de profissionais de saúde que passam a fazer parte de seus cotidianos. A recíproca também é verdadeira. O conhecimento é tão misturado a ponto de deixar a antropóloga presa num emanharado de informações em que já não é possível mais distinguir um "conhecimento nativo" de um "conhecimento especializado", como revela o trecho de uma entrevista que um *redutor* me concedeu:

> [fumar o crack] não é legal para o pulmão, devido à cinza. Acho que se tivesse outro jeito de usar o crack seria muito mais saudável. Porque no outro dia você tá tossindo umas pastas de pó preta. Se você fumar com alguém, você pode pegar pneumonia, tuberculose.
> (...) É mais saudável fumar no cachimbo, porque você fuma menos. Na lata, que eles fumam por onde sai o líquido é um buraco enorme, sai mais. No cachimbo não, você rega a quantidade. O efeito é o mesmo, mas é mais saudável pelo cachimbo. Você fuma menos, puxa menos, economiza, vem menos cinza, né? Porque na latinha tem gente que faz uns buracões e no cachimbo, às vezes, faz uma redinha de aço bem fininha e fica mais saudável, de preferência de madeira, se der pra fazer cachimbo de madeira, é melhor. [Entrevista 6]

E se os cachimbos põem em destaque a circulação de saberes entre representantes da saúde pública e usuários de crack, eles também apontam os diversos atores sociais, sobretudo representantes de um comércio considerado "legal" (de que são exemplos o dono do armazém, o marceneiro, o torneiro mecânico e o dono da fábrica de vassoura) que participam da fabricação de um produto cuja utilização só faz sentido e só se completa no seio de uma economia ilegal. Como já afirmou Rosana Pinheiro-Machado (2008: 126), *"as mercadorias, dependendo por onde transitam e como transitam, assumem ora a face da legalidade/formalidade, ora da ilicitude/informalidade".* São os cachimbos, bem mais que os usuários e os

redutores, que conseguem transitar de modo radical, com liberdade e segurança, por pólos moral e legalmente opostos.

Desse modo, com o até aqui exposto, em termos analíticos podemos dizer que o que o cachimbo é está indissociavelmente ligado a quem o usa, onde e de acordo com quais ideias sanitárias. Falta ainda descrever a relação afetiva que o envolve e os casos em que ele se torna alvo de represália policial.

3. Construção do *Vínculo*, Fronteira da Humanidade

Se por um lado, como descrito acima, os *redutores* se esforçavam em encontrar cachimbos capazes de tornar o uso de crack menos danoso à saúde ou até mais "saudável" (como atesta a entrevista citada), por outro lado, eles não gostavam, e não gostam até hoje, de serem confundidos com *"meros doadores de insumos"* – o que também foi abordado no capítulo II. Em entrevistas, conversas e relatos fica clara essa inquietação. Os redutores assumem fortemente a proposta política da atividade que realizam e vêem o cachimbo (e também a distribuição dos materiais educativos) como uma forma de induzir a aproximação, visando o estabelecimento de um *vínculo* entre o profissional e o indivíduo atendido que dote o segundo de recursos materiais, mas sobretudo emocionais, para iniciar uma reflexão sobre a situação na qual se encontra. Baseado numa relação intersubjetiva, o *vínculo* é descrito a partir de uma linguagem política fortemente fundamentada no respeito aos direitos humanos. Nota-se, assim, que o cachimbo é importante porque aciona esta proximidade, cujo objetivo é fazer o usuário perceber que tem "direito a ter direitos". Por meio do cachimbo, pode-se então até chegar à "consciência política".

Agora já podemos voltar à cena de abertura, na linha de trem, e devolvê-la ao seu solo histórico, social e político. Como já escrito, contrastando com a dificuldade de obter informações detalhadas sobre as trajetórias pessoais e sociais dos usuários, observa-se uma grande ênfase em conversas que giram em torno dos objetos utilizados para o consumo de crack. Não me parece, contudo, que seja aleatório que se fale desses objetos justamente para aqueles profissionais que buscam fortalecer laços de confiança e afeição, sobretudo se tivermos em conta que, junto com a droga, esse é o principal objeto que deve ser escondido ou deixado de lado em caso de abordagem

policial. Portanto, essas conversas dizem muito mais. Elas ganham a esfera da intimidade. E, ainda, para meus propósitos elas são importantes porque mostram que a relação entre os usuários e seus utensílios está muito longe de ser meramente instrumental. No vocabulário local, escutei muitas vezes os nomes *Bóris*, como já dito, e *Catarina* como referência aos cachimbos. Mas a cena abaixo, descrita por um redutor durante entrevista, parece indicar uma ainda mais complexa e delicada interação:

> Um dia eu cheguei em um lugar e conheci uma senhora que usava crack, até traficava no local também. No primeiro dia que eu tava no ambiente com as pessoas do redução de danos, um dos primeiros dias em campo, ela chegou em mim e falou: *"vem cá, vem cá, vem cá, vou te apresentar o perninha"*. Eu falei: *"legal, vamo conhecer o perninha"*, achando que o perninha era um filho dela, um cara. Daí ela tirou do bolso o cachimbo de crack e falou: *"eu sou o perninha, muito prazer"*. E eu olhei e pensei: *"como assim perninha?"* daí eu percebi que a relação dela com aquele cachimbo de crack era realmente uma relação pessoal com aquilo, não era simplesmente um instrumento, um cachimbo de crack só, não. Eu tive que catar o cachimbo na mão, dizer: *"prazer perninha"*, sabe? E ela: *"cheira o cachimbo pra você ver o cheiro gostoso que tem"*, né? E eu assim, poxa, cru, falei: *"vamos aí, né, meu?"*, cheirei o cachimbo, aquele cheiro forte de crack, de cinza e refletindo: *"ela gosta disso"*, né meu? *"Esse é o barato dela"*. E ela perceber que eu tive essa relação, que eu conheci o perninha, fez com que ela não ficasse com um pé atrás comigo e a gente conversou, sentou e trocou maior idéia...[Entrevista 4]

Para além de mostrar a relação próxima estabelecida entre a usuária e o *redutor* por meio da atitude amistosa do segundo, a cena revela uma afeição entre a usuária e aquele cachimbo, chamado por ela de *perninha*. Se a cena nos parece estranha ou digna de algo que beira a irracionalidade, recuperemos o exemplo que Gell (1998) dá acerca de si mesmo e da sua relação com seu carro, um toyota, chamado de "toyolly" por sua família, ou simplesmente "olly". O carro é muito bem cuidado e, em troca, só quebrou em situações que não deram aos seus donos um grande inconveniente. Contudo, se o Toyota quebrar uma noite, longe de casa, Gell diz que considerará tal feito uma traição, ingratidão e considerará o carro culpado por isso. O autor diz, *"eu sei que tais sentimentos são um tanto quanto bizarros, mas eu também sei que 99% dos donos de carros, assim como eu, atribuem pessoalidade aos seus automóveis"* (Gell, 1998: 18-19, tradução livre minha). E é por essa razão que ele diz respeitar formas de interação entre pessoas e objetos que ele não é capaz de compartilhar.

Assim, para compreender a relação dessa usuária com o seu cachimbo é preciso, primeiro, afastar a ideia de irracionalidade. Depois, há que se suspender o caráter utilitário do cachimbo, como já nos alertaram Sahlins (2003) e Douglas & Isherwood (2009). E, por fim, é necessário que se leve em conta a possibilidade de identificação entre a coisa e a pessoa, o gosto, assim como o contexto social no interior do qual a relação é estabelecida.

Ao longo desta pesquisa apresentei uma série de representações que se fartam em estigmatizar o uso e, consequentemente, os usuários de crack. Por sua vez, os usuários não escapam de observar a si mesmo à luz dessas mesmas representações (o que mostrei no capítulo V). Creio que recuperar este contexto de reprodução discursiva e também lembrar das constantes situações de agressão e de descaso que marcam a vida de grande parte dessas pessoas é relevante para entender a relação dessa mulher com seu cachimbo.

Mas acredito que seu entendimento só se completa com a descrição de outra cena que presenciei entre três meninos e uma menina, todos em situação de rua e todos usuários da droga. Na minha frente, eles começaram a tirar sarro da menina dizendo *"ela fumou naquela lata nojenta, que passa barata"*. Riam muito enquanto ela, entre envergonhada e indignada, gritava para mim com os olhos lacrimejados: *"é mentira, tia, eu só fumo no cachimbo"*. A fala da psicóloga do PRD/Campinas, em entrevista, pode indicar um primeiro modo de entender o que se passou aí:

> [se fala que] o crack é a nóia, o crack é fedido, o crack é porco e dentro dos que usam crack, tem ainda os que usam no cachimbo e os que usam na lata, os que usam na lata são a podridão da podridão, né? [Entrevista 5]

Tais experiências somadas me mostraram também que o cachimbo marca hierarquias e diferenciações internas entre os próprios consumidores; mas ao observá-las todas em conjunto elas parecem dizer mais. Levando em conta a precariedade que marca as suas vidas, não seria o uso de crack no cachimbo a fronteira última de humanidade e dignidade de que podem dar prova esses usuários? Se assim for, a menina que chorava pra mim porque fumava no cachimbo – e não numa lata nojenta que passa barata – pedia para que eu reconhecesse a sua capacidade de discernimento e de escolha, portanto sua capacidade de ser gente. Se assim for, também consigo

contextualizar a relação daquela senhora com o *perninha*. Ter o próprio cachimbo pode revelar o grau máximo de até onde alguém pode se assujeitar.

4. Apreensão policial

Por fim, através dos cachimbos ainda podemos rever as disputas entre as secretarias de saúde e a de segurança (já analisadas no capítulo IV), como nota este trecho retirado também da tese de Domanico (op.cit):

> Numa visita a campo no projeto dois pudemos constatar o despreparo policial. **Enquanto a equipe** [de redução de danos] **estava num lado da rua conversando e distribuindo insumos, no outro lado, a polícia passava e com um alicate quebrava os cachimbos dizendo: *"A secretaria de saúde distribui e a secretaria de segurança recolhe".*** (Domanico, 2006:189, grifos meus)

E uma vez que os cachimbos também falam sobre seus portadores, eles podem se voltar contra eles e acusá-los[268]. Esses mesmos materiais passaram a ser objeto de apreensão policial, informações adicionais na caracterização e explicação de atos infracionais, como mostram as reportagens abaixo:

> Acusada de roubar a carteira do porteiro Evangelista Oliveira, 49, uma garota de 16 anos foi apreendida e espancada por dois policiais militares ontem à tarde na avenida Manuel Bandeira, na Vila Leopoldina (zona oeste de São Paulo).(...)
> Antes de deter a jovem, os PMs deram-lhe vários socos e chutes. Quando já estava algemada e dentro do carro da polícia, ela bateu com as algemas nos vidros e um dos PMs jogou gás pimenta em seu rosto. (...)
> **Os PMs disseram à Polícia Civil que encontraram com a jovem um cachimbo usado por viciados em crack, isqueiros e uma chave de fenda.[269]** (grifos meus).

> Com o objetivo de inibir a criminalidade, encaminhar e promover o resgate à autoestima dos cidadãos em situação de rua, a Prefeitura realizou nesta terça-feira, dia 19 de janeiro, mais uma edição da ação integrada do mutirão "Bom dia morador de rua", a primeira em 2010. Os trabalhos tiveram início às 6h30.
> (...)

[268] Um dado apontado por Antonio Rafael Barbosa (1998:38) é interessante: a primeira restrição à entrada da maconha no Brasil não recaiu propriamente sobre o cultivo da planta, mas sobre a venda e o uso do "pito de Pango", o cachimbo de barro usado para fumá-la, geralmente por escravos e seus descendentes.

[269] Cf. Folha de S. Paulo, 15/09/2009, "PMs agridem jovem acusada de roubar carteira", reportagem disponível para assinantes, índice em: http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/inde15092009.htm, acesso em 22/02/2012, às 22:41hs.

> Segundo Darci Silva, os cidadãos passaram por triagem e foram identificados pela Polícia Militar. Segundo o Major João Carlos Arraes, foram apreendidos na operação desta manhã objetos cortantes como facas e facão, **além de isqueiros e cachimbos para uso de craque**(sic), e também objetos perfurantes e pontiagudos[270] (grifos meus).

Como se vê, nesses cenários, os cachimbos passam também a ser emblemas metonímicos da "marginalidade urbana". Nos dois casos exemplificados acima, apreendê-los significa dar mostras do trabalho policial e da luta dos órgãos de repressão em conter os "desvios de conduta". É quando cachimbo denota sua face mais radical, ou quando a violência simbólica pode adquirir forma e concretude física. O processo de desumanização desses usuários, enfim, se intensifica.

*

Com o exposto ao longo de toda a tese e chegando ao seu fim, espero ter mostrado ainda a relevância de observar o mundo material para o entendimento do mundo simbólico e das relações sociais face-a-face. Como essa afirmação não faz sentido sem o enfrentamento de um conjunto de fatos concretos e específicos, a minha análise nessas mais de trezentas páginas privilegiou a descrição empírica.

Terminar esta tese com uma reflexão sobre os cachimbos é também outro jeito de resumir meu principal argumento, posto que os cachimbos põem em relevo as cenas de uso, a criação de um mercado, o dilema moral presente na sua distribuição e no próprio consumo de crack, o trânsito de saberes entre os profissionais de saúde progressistas e os usuários, os diversos atores envolvidos em tais dinâmicas, a busca de direitos políticos, as fronteiras móveis entre pessoas e coisas e, mais que tudo, a ameaça sempre presente da violência física e simbólica. Ou seja, alguns dos elementos componentes do cotidiano desses usuários; alguns dos laços que constituem essa existência.

Desse modo, articulei aqui uma multiplicidade de personagens, instituições e discursos que podem ser vislumbrados também a partir do cachimbo. Ainda assim, acho importante considerar que inclusive esse tipo de

[270] Cf.19/01/2010 "Tolerância Zero realiza primeira operação 'Bom dia morador de rua em 2010"; reportagem em: http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=445, em 30/07/2010, ás 09:10hs.

abordagem é tão somente mais uma perspectiva sobre o assunto, que nem o fecha, nem o resolve facilmente.

Neste estudo, me esforcei para trabalhar com vários registros e níveis reflexivos em torno da questão do "crack", sobretudo em torno da figura do *nóia.* Nesse sentido, espero ter mostrado, de diversos modos, que há lutas macro e micropolíticas, em escalas variadas – individuais, grupais, institucionais, locais, municipais e nacionais – sobre o que é e como deve ser uma política de saúde, sobre quais comportamentos merecem ser avaliados como *certos,* sobre como deve "funcionar" a "boa" circulação e ocupação urbanas, sobre como se produz um corpo e ainda sobre o que é e como deve ser um "bom" cachimbo. Com esta tese, espero ter mostrado que, em cada um desses registros, também a própria "questão do crack" se transforma.

REMATE

Na hora que dá o 'tuim', preenche, a gente entra na nóia, os olhos ficam arregalados. São uns cinco segundos de prazer, dali a pouco acaba. É mais gostoso do que Leite Moça. É mais prazeroso, mas o crack deixa uma sensação de que alguém está querendo correr atrás da gente, que tem polícia atrás, que tem bicho te olhando debaixo da porta, que sua língua vai enrolar, que tem bicho entrando na sua roupa. Eu começava a correr, tinha mania de perseguição. Quando acaba essa mania de perseguição, em seguida vem a obsessão. 'Quero mais, quero mais, quero mais'. Isso não para. Quanto mais você fuma, mais vontade vai dando. É pior que uma sede. A gente tem que ter a droga toda hora mesmo.
(...)
A insatisfação era enorme. Formava-se um triângulo: obsessão, compulsão e uso. Cada vez que eu usava, mais eu queria. Eu vivia para usar e usava pra viver, e assim eu mergulhava na monotonia. Às vezes ficava uns dois meses sem tomar banho. Perdi o amor próprio e pelas pessoas, e o pior: perdi a dignidade.

(Esmeralda Ortiz, Por que não dancei)

Alguém me disse uma vez que o crack é como uma garota bonita e complicada. Enquanto você está apenas saindo com ela, tudo é maravilhoso, tudo é só alegria e prazer. Quando você assume o namoro, assina sua sentença de morte.
(...)
No começo, o crack proporciona uma sensação de prazer, de euforia. O medo só vinha depois e era rapidamente afastado pelo consumo de mais uma pedra. No estágio em que me encontrava não havia mais a parte boa. Só pavor, tormento, dor. Quando não havia confusão, eu procurava (...) A vida se tornava cada vez mais difícil e a morte poderia ser um descanso (...) Não tinha mais um único minuto de paz. Queria o colo do papai, precisava ouvir suas histórias, correr na grama verde, voltar a sorrir. Andava sujo, de bermuda, camiseta e sandália, ossos à mostra, pálido que nem uma múmia. Não. Ele não podia me ver naquele estado. (...) Pensava no papai e tentava reagir. Faltava-me forças, porém. O poder tentador de minha fraqueza mostrava-se maior e muito mais poderoso que eu.

(João Blota/Rafael Junior, Nóia)

Entro no saguão elegante e silencioso e me aproximo da recepção. (...) Ele [o recepcionista] imediatamente me diz: "Sinto muito, mas não há nada aqui para você" (...) Levo alguns segundos para entender o que está acontecendo (...).
De alguma maneira, sem perceber, tropecei numa fronteira qualquer e passei do lugar onde ninguém sabe que sou viciado em crack para o lugar onde o fato é óbvio o suficiente para me recusarem um quarto. Olho para as minhas mãos para ver se elas estão tremendo. De repente, pela primeira vez, acho que talvez eu esteja agindo e falando de uma maneira que não sou capaz de perceber. Assim como o cheiro do meu corpo ou o mau hálito que só os outros notam, meus gestos e toda a minha conduta talvez estejam invisíveis para mim. Tento ver se as pessoas estão me olhando. Se estão fazendo cara de nojo quando passam por mim. Minhas calças estão muito frouxas. Já faz mais de uma semana que mandei fazer um buraco novo no cinto e meu suéter azul-marinho de gola rolê está largo nos ombros e deve, com certeza, estar fedendo muito. Embora eu venha fumando crack, bebendo litros de vodca por dia, passando noites em claro e correndo de hotel em hotel sem parar há um mês, levo um enorme choque ao pensar que a minha aparência talvez seja mesmo a de um drogado. Sinto que a capacidade que já tive de me movimentar pelo mundo se esvaiu, que as palavras 'viciado em crack' foram escritas com cinza na minha testa e que todo mundo pode vê-las.
(...)
Lembro de um prédio de apartamentos baratos construído pelo governo na rua 23, onde uma vez vi o que pensei ser um grupo de viciados. A lembrança acende dentro de mim como um facho de esperança.
(...)
Aperto o passo e, quando chego à rua 23, vou para leste, na direção da Segunda Avenida. Vejo a loja de móveis usados e, logo depois, o prédio. Também vejo – como dizer isso? – pessoas do meu tipo por todos os cantos. Andando de um lado para o outro. Encostadas nos prédios. Discutindo nos telefones públicos. Elas são tão evidentes que para mim é como se estivessem usando macacões laranja. Eu exalo e começo a relaxar. Encosto no prédio e deixo o sol bater em meu rosto. É maravilhoso sentir aquele calor e um alívio poder parar de me movimentar. Pela primeira vez, naquele dia, eu me sinto seguro.

(Bill Clegg, Retrato de um viciado quando jovem)

Os excertos anteriores foram retirados de três livros que possuem em comum a característica de serem narrativas autobiográficas centradas em trajetórias marcadas pelo consumo de crack. Esmeralda Ortiz e João Blota consomem o crack (ela nas ruas, ele em casa e em *biqueiras)* na São Paulo de meados dos anos 1990; mesmo período em que Bill Clegg gasta setenta mil dólares usando a droga em hotéis luxuosos de Nova York.

Considerada e considerando a si mesma como *menina de rua*, Esmeralda do Carmo Ortiz publica sua biografia em 2000 e, auxiliada pelo jornalista Gilberto Dimenstein, descreve seu uso de crack ao longo de um plano mais amplo de toda a sua história de pobreza, de mendicância nas ruas, de constituição de relações nesse espaço, de circulação por instituições. Nove anos depois (2009), quando o crack já recebe grande atenção midiática, são publicadas as memórias de João Blota, escritas em primeira pessoa pelo jornalista Rafael Junior. A ênfase descritiva no envolvimento com a droga também se dá à luz de sua história familiar: um menino rico, paparicado pelo avô (o famoso jornalista esportivo Geraldo Blota, a quem chamava de "papai") e que arrastou a mãe para intermináveis noites em pontos de tráfico, na busca por crack. Ambos os livros, escritos e publicados após a *recuperação* dos autores, são exemplos de *histórias de superação*, carregam consigo um caráter pedagógico e de auto-ajuda que permitiu aos autores alçar vôos em direção à carreira de palestrantes.

O livro de Bill Clegg é publicado nos Estados Unidos em 2010, quando ele já estava há cinco anos sem consumir crack. Após receber elogios da crítica literária norte-americana, foi traduzido para o português e publicado em 2011 no Brasil, por uma importante editora (a *Companhia das Letras*). Diferente das outras duas narrativas, que se preocupam em narrar linearmente uma história de vida que, em determinado momento, se entrelaça à substância, Clegg concentra-se em oferecer, com méritos literários, "apenas" detalhes de seu consumo de crack, da transformação do seu corpo e da perda de todo o dinheiro que possuía. Breves fragmentos acessam o seu passado. Reconhecido pela crítica como um promissor escritor, o texto também vem

sendo alvo da investida de produtores e diretores de cinema que buscam adaptá-lo para as telas[271].

A despeito das distintas histórias de vida, dos diferentes contextos de uso, dos díspares recursos de divulgação, do desigual reconhecimento da crítica especializada e das várias formas estéticas encontradas para transformar a experiência em texto, os três livros marcam dois momentos importantes desta pesquisa. Quero explicitá-los, antes do fecho desta tese, para reiterar algumas das minhas opções metodológicas e analíticas.

Quando os li pela primeira vez, ainda no começo desse estudo, fiquei um tanto desconcertada, pois observei uma ênfase na individualidade do escritor, encadeada de modo a construir uma personalidade "desde sempre" transgressora. Também fiquei ressabiada, pois os três livros tinham como fundo a sugestão (mais ou menos explícita) de que problemas familiares justificariam o início e a continuidade do consumo da droga. Esmeralda Ortiz apresenta-se como uma menina extremamente esperta que, para fugir da relação ambivalente que possuía com a mãe (a quem descreve como *bêbada*), prefere refugiar-se nas ruas do centro de São Paulo, onde experimenta e faz uso constante de cola, maconha e crack. João Blota narra o fascínio desde muito cedo (aos nove anos) pelas substâncias psicoativas. As mortes do pai biológico quando ele tinha sete anos e a da avó materna, com quem morava, durante a sua adolescência, são relembradas como duros golpes do destino que intensificaram o seu consumo de drogas, sobretudo de crack. As cenas de Bill Clegg misturam uso de crack e homossexualidade. O namorado, as transas fortuitas com outros homens, uma relação mal resolvida com o pai são invocados ao longo da descrição de sua consumação física.

Os lugares em que tais usos aconteceram, as relações com outros usuários, o envolvimento com o tráfico de drogas e com a polícia apenas compõem as narrativas, mas não ganham destaque. Ou seja, nessas rememorações da experiência, como está escrito na orelha do livro de João Blota, *"não há espaço para descrições detalhadas de ambientes, cenários, fatos históricos. O foco está sempre na mente do personagem, seus conflitos, seus sofrimentos, suas lembranças"*.

[271] Cf. texto entrevista de Ivan Finotti com o autor em: "Livro relata descida ao submundo do crack em Nova York", Folha de São Paulo, 19/03/2011.

Com o correr da pesquisa, me chamou atenção o fato de que esta escolha narrativa se diferenciava significativamente daquela observada ao longo do meu trabalho empírico. Pois, como espero ter mostrado, nos cenários de uso havia pouca menção ao passado biográfico e familiar e raramente se falava sobre as primeiras experiências de consumo. O que mais interessava aos usuários com os quais convivi eram conversas sobre o cotidiano do local: desentendimentos, reclamações do estado de saúde, observações sobre os colegas, vigilância de policiais e de traficantes, qualidade da droga, incômodo com o próprio corpo, preparação e feitura de cachimbos. Ou seja, se a leitura das (auto)biografias fornecia elementos para compreender distintas trajetórias de uso, diferentes dramas pessoais e familiares, assim como reflexões aparentemente mais subjetivas de um consumidor de crack, ela não era suficiente para auxiliar na compreensão da trama social que, do mesmo modo, constitui essa experiência.

Esse suposto descompasso me inquietou por muito tempo e, ao fim da pesquisa, ficou mais claro por quê. O desconforto se ligava ao próprio movimento da investigação (descrito no capítulo I), quando eu fui atrás dos programas de redução de danos e adentrei nos cenários de uso justamente para me afastar das narrativas e explicações cada vez mais crescentes que focam excessivamente o indivíduo e sua história familiar – tão ouvidas nos locais de tratamento, nos quais eu fizera pesquisa anteriormente e que, a meu ver, simplicavam demasiadamente a questão. Como cientista social me incubi da tarefa de observar com muita atenção isso que tantos chamavam de "contexto social", mas para o qual efetivamente pouco se olhava. Como antropóloga, achava que tinha que privilegiar o trabalho de campo e, mais que tudo, o ponto de vista dos sujeitos investigados.

Desse modo, por muito tempo me questionei se deveria ou não fazer o levantamento das histórias de vida desses usuários, no sentido mais estrito. Para fazê-lo, porém, eu tinha que diminuir o foco (também o fôlego) analítico em relação à corporalidade, aos espaços de uso e aos múltiplos atores sociais que circundam e igualmente compõem a experiência dos usuários de crack – o que, a meu ver, era um diferencial metodológico deste trabalho. A escolha ficou em suspenso ao longo do trabalho de campo. Após a sua finalização e com algumas reflexões já mais sedimentadas, eu tornei a ler esses escritos para, novamente, prestar atenção nas narrativas biográficas.

Dessa vez, o desconforto desapareceu e deu lugar a certo contentamento. Em meio a variações e lembranças pessoais, familiares e sociais, notei que mesmo fazendo outro movimento de pesquisa consegui manter a perspectiva dos usuários e lançar luz aos que pontos que mais lhes tocam. Pontos que, após a experiência do uso, ainda permanecem em suas memórias.

Mais especificamente, faço referência, primeiro, ao modo como articulam a dor e o prazer constituintes desse tipo de experiência. Tal como formulado pelos autores em tela (e também pelos usuários – o que, em parte, mostrei no cap. V), o consumo de crack embaraça, mistura, nas palavras de Esmeralda Ortiz, o gosto mais gostoso do que o de *"leite moça"* ou, nas palavras de João Blota, a maravilha de transar eventualmente com uma *"garota bonita e complicada"* às terríveis sensações de perseguição, de medo, de sede insaciável, de intranquilidade, de vergonha e de desajuste com o próprio corpo. Isto significa que, também de uma perspectiva sensorial, o crack é pura ambigüidade. Tanto é que essa miríade de sensações se apresenta ao mesmo tempo, na sequência, compondo por vezes um único parágrafo. O leitor desses textos, ou aquele que escuta essas histórias, nunca sabe quando é que se passa de uma sensação a outra, quando é que o *"simples encontro"* se torna um *"namoro"*. Desse modo, ao relê-los, percebi então porque também a mim era difícil falar do prazer (aquele que a bibliografia tanto me cobrava). Provavemente, porque nessas experiências e nessas falas ele não existe em separado da dor. Na abordagem, ambos têm que vir juntos.

Um segundo ponto foi a percepção de que esse jeito confuso de relacionar dor e prazer parece ter ligação direta com uma transformação corporal da qual se envergonham e a qual evitam expor a conhecidos, posto que, como apontado no capítulo V, está coligada a uma falha moral, entendida como perda da *dignidade*. Se nem sempre essa transformação é de todo provocada ou consciente, há, como mostra a descrição de Bill Clegg, um momento em que ela se evidencia: quando, de repente, se tropeça em uma *"fronteira qualquer"* balizada por esta corporalidade específica que, como a de quem usa *"macacão laranja"*, é forte demais para não ser notada. Estar do outro lado dessa *"fronteira qualquer"*, tão bem notou o escritor, limita a capacidade de se movimentar livremente pelo mundo, sem ser interdito, sem

ser observado, sem ser evitado. Só aí é que se descobre a importância dos lugares que os agrega e, uma vez neles, o alívio de poder parar de se movimentar sem ter que se confrontar consigo e com os outros o tempo todo; o conforto de parar, olhar o sol e, ao menos uma vez no dia, se sentir "seguro".

*

Assim, por outros caminhos, cheguei a aspectos que eram relevantes inclusive aos próprios usuários. E então fiz as pazes com esses escritos e com minha escolha metodológica. Foi quando eu constatei que, para falar daquilo que move e toca as pessoas, nem sempre é preciso ficar escarafunchando suas histórias de vida. Às vezes, é só olhar, com bastante seriedade e respeito, para as relações que elas estabelecem com outras pessoas, com substâncias, com corpos, com sensações, com objetos, com instituições, com ideias e com espaços.

Índice das Entrevistas citadas:

Entrevista 1: redutor de danos, em 10/12/2009, na sede do PRD/Campinas.

Entrevista 2: redutor de danos, em 17/12/2009, na sede do PRD/Campinas.

Entrevista 3: redutor de danos, em 20/01/2010, na sede do PRD/Campinas.

Entrevista 4: redutor de danos, em 04/05/2010, na sede do PRD/Campinas.

Entrevista 5: psicóloga do PRD, em 11/05/2010, na sede do PRD/Campinas.

Entrevista 6: ex-redutor de danos, em 18/05/2010, no centro de Campinas.

Entrevista 7: médica do PRD, em 16/07/2010, na sede do PRD/Campinas.

Entrevista 8: presidente do *É de Lei,* em 24/03/2011, em sua casa em Perdizes-SP.

Entrevista 9: redutor de danos, em 07/12/2011, em um restaurante no centro de São Paulo.

Referências Bibliográficas:

Abreu, Carolina de C. *Raves:* encontros e disputas. São Paulo. Dissertação de Mestrado. PPGAS-USP, 2005.

Aderaldo, Guilhermo A. Das ruas à tela: a representação da violência na mídia eletrônica. Campinas- SP. Dissertação de Mestrado PPGAS-Unicamp, 2008.

Agamben, Giorgio. O poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2007.

Agier, Michel. Refugiados diante da Nova Ordem Mundial. Revista Tempo Social (USP), vol.18, n.2, 2006.
_____. "Rascunhos de cidade". Antropologia da cidade: lugares, situações e movimentos. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011.

Almeida, M. Isabel M. e Eugenio, Fernanda. "As cápsulas mágicas da balada perfeita: jovens e consumos de ecstasy no Rio de Janeiro." Texto do site: http://www.insightnet.com.br/inteligencia/pdf/29/cap03.pdf, último acesso no dia 03/10/2005 às 15hs.

Almeida, Ronaldo, D'Andrea, Tiarajú e De Lucca, Daniel. "Situações periféricas: Etnografias comparadas de pobrezas urbanas". Novos Estudos do Cebrap, 82, 2008.

Almeida, Ronaldo. "Dez Anos do "Chute na Santa": a Intolerância com a diferença".In: Gonçalves da Silva, Vagner (org.). Intolerância Religiosa: impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro. São Paulo: EDUSP, 2007.
_____**.** A igreja universal e seus demônios: um estudo etnográfico. São Paulo: Ed. Terceiro Nome, 2009.

Alsayyad, Nezar e Roy, Ananya. "Modernidade medieval. Cidadania e urbanismo na era global". Novos Estudos Cebrap, 85, 2009.

Alvim, MRB e Valadares, L.P "Infância e Sociedade no Brasil: uma análise da literatura" in: BIB, n.26, 1988.

Andrade, Marconi Tabosa. Política de proibição às drogas: solução ou problema?. Campinas – SP. Dissertação de Mestrado. IFCH-Unicamp, 2003.

Appadurai, Arjun. A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói, Editora da UFF, 2008.

Arantes, Antonio Augusto. "A guerra dos Lugares. Sobre Fronteiras Simbólicas e Liminaridades no Espaço Urbano". In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. IPHAN, 1994.

Arruda, Rinaldo S. Pequenos Bandidos: um estudo sobre a gestação de menores infratores na cidade de São Paulo. São Paulo: Global, 1983.

Barbosa, Antônio Rafael. Um abraço para todos os amigos: algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Niterói, EDUFF, 1998.

Barcelos, Caco. Abusado: O dono do morro Dona Marta. Rio de Janeiro, Record, 2009.

Barcinski, Mariana. "Protagonismo e vitimização na trajetória de mulheres envolvidas na rede do tráfico de drogas no Rio de Janeiro". Revista Ciência & Saúde Coletiva, 14(2), 2009.

Bastos, Francisco I. Ruína e Reconstrução: AIDS e drogas injetáveis na cena contemporânea. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ABIA/IMS-UERJ, 1996.
_____.**Mesquita, Fabio; Marques, Luiz Fernando.** Troca de seringas: ciência, debate e saúde pública. Coordenação Nacional de DST e Aids. Brasília, Ministério da Saúde, 1998.

Batista, Liniker. "O 'mundo do crime' e a produção do espaço nas periferias: um estudo etnográfico da sociabilidade em torno dos pontos de venda de droga", Relatório de iniciação científica apresentado à Fapesp, 2011.

Becker, Howard. "Como se llega a ser fumador de marihuana". Los extraños: sociologia de la desviácion. Buenos Aires, Tempo Contemporâneo: 1971 [1963].
_____."Consciência, poder e efeito da droga". Uma Teoria da Ação Coletiva. RJ: Zahar ed, 1977.
_____. "A Escola de Chicago". Revista Mana, vol.2, n.2, 1996.

Benchimol, Jaime. Pereira Passos: Um Haussmann tropical. A renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte. Dpto. Geral de Documentação e Informação Cultural. Divisão de Editoração, 1992.

Benjamin, Walter. Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 2000.

Bèrliere, Jean-Marc. Le monde des polices en France. Bruxelles: Éditions Complexe, 1996.

Berridge, Virginia. "Aids and British drug policy: a post-war situation?" in: Bloor, M. Wood, F. Addictions and Problem Drug Use: issues in behavior, policy and practice. London and Philadelphia. Jessica Kingsley Publishers, 1998.

Biehl, João Guilherme "The activist state: global pharmaceutical, aids and citizenship in Brazil". Social Text 80, Vol. 22, N. 3, 2004.
_____. "Antropologia do devir: psicofármacos - abandono social – desejo". Revista de Antropologia, São Paulo, USP: vol.51, n.2, 2008.

Biondi, Karina. Junto e misturado: uma etnografia do PCC. São Paulo, Ed. Terceiro Nome, 2010.
_____. "Consumo de drogas na política do PCC", (14/03/2011http://coletivodar.org/2011/03/cartas-na-mesa-consumo-de-drogas-na-politica-do-pcc/; ultimo acesso realizado em 02/08/2011, às 14:52hs), 2011.

Bisneto, Victor B. Formação territorial e planejamento urbano. Por um uso mais solidário do território de Campinas-SP. USP. Dissertação de mestrado, 2009.

Blaikie, Andrew et al. The Body: critical concepts in sociology/edited by the Aberdeem Body Group. V.1(Knowing bodies), V.2 (Sociology, nature and the body), V.3 (Body history), V.4 (Living and dying bodies), V.5 (Alternative bodies). London. Routledge, 2003.

Blota, João. Júnior, Rafael. Nóia: o poder tentador de nossas fraquezas. São Paulo. Editora 300, 2009.

Bourdieu, Pierre. "La démission de l'État". La misère du monde. Paris. Éditions du Seuil, 1993.
_____. "Espaço social e espaço simbólico". Razões Práticas. Campinas, SP, Papirus, 1996.
_____. "A ilusão biográfica" in: Amado, Janaína. Ferreira, Marieta M. Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro. Editora da FGV, 1998.
_____. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000.
_____. "O conhecimento pelo corpo". Meditações Pascalianas. RJ: Bertrand Brasil, 2001.

Bourgois, Phillipe. In search of respect: selling crack in El Barrio. Cambridge University Press, 2003[1996].
_____ **e Schonberg, Jeff.** "Un 'apartheid intime': dimensions ethniques de l´habitus chez les toxicomanes sans-abri de San Francisco". Actes de la Recherche en Sciences Sociales. 160, 2005.
_____**.** Righteous Dopefiend. University of California Press, 2009.

Braz, Camilo Albuquerque de. Além da pele: um olhar antropológico sobre a body modification em São Paulo. IFCH-Unicamp. Dissertação de mestrado, 2006.
_____. À meia-luz... uma etnografia imprópria sobre clubes de sexo masculinos. IFCH-Unicamp. Tese de doutorado, 2010.

Butler, Judith. "Cuerpos que importam: sobre os limites materiais e discursivos do sexo. Buenos Aires. Paidós, 2002a.
_____. "Como os corpos se tornam matérias: entrevista com Judith Butler". (Entrevista concedida a Prins, B. e Meijer, I.). Revista Estudos Feministas, ano 10, 1, 2002b.
_____**.** Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
_____. Performatividad, Precariedad y políticas sexuales. AIBR. Revista de Antropologia Ibero-Americana. Vol.4, 13, set-dec, 2009.

Calafat, A. (et al). Risk and control in the recreational drug culture. IREFREA, Palma de Mallorca (Espanha), 2001.

Caldeira, Tereza P. A Política dos Outros. São Paulo, Ed.brasiliense, 1984.
_____. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34/ Edusp, 2000.

Campos, Gastão W. e Amaral, Márcia Ap. "A clínica ampliada e compartilhada, a gestão democrática e redes de atenção como referenciais teórico-operacionais para a reforma do hospital". Revista Ciência & Saúde Coletiva, 12 (4), 2007.

Carlos, Juliana O. Experimento de Exceção: Política e Direitos Humanos no Brasil Contemporâneo. PPGS-USP. Dissertação de Mestrado, 2011.

Carrara, Sérgio. Tributo a vênus: a luta contra a sífilis no Brasil da passagem do século aos anos 40. Rio de Janeiro. Editora da Fiocruz, 1996.

Cefai, Daniel. "Provações corporais: uma etnografia fenomenológica de moradores de rua de Paris". Revista Lua Nova, n.79, 2010.

Chalhoub, Sidney. Cidade Febril. Cortiços e Epidemias na Corte Imperial. SP, Cia das Letras, 2006 (4ª Ed).

Chaves, Miguel. Casal Ventoso: Da gandaia ao narcotráfico. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 1999.

Chaves, Tharcila V. et al. "Fissura por crack: comportamentos e estratégias de controle de usuários e ex-usuários". Revista de Saúde Pública, 45 (6), 2011.

Clastres, Pierre. "Da tortura nas sociedades primitivas". "O dever da palavra". A Sociedade contra o Estado. São Paulo: Cosac&Naify, 2003 [1973].

Clegg, Bill. Retrato de um viciado quando jovem. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Coelho, Marco Antonio. "De batedor de carteira a assaltante de banco". Revista Estudos Avançados, USP, 21 (61), 2007.

Cortês, Mariana. O bandido que virou pregador. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, Anpocs, 2007.

Coutinho, Tiago. Festivais de música eletrônica: uma festa juvenil. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2005.

Crapanzano, Vincent. Imaginative horizons: an essay in literary-philosophical anthropology. Chicago e Londres: The University of Chicago Press, 2004.

Csordas, Thomas. "Embodiment as a paradigma for anthropology" (1990) in: **Aberdeen Body Group.** The Body: critical concepts in sociology. London, Routledge, 2004.
_____. Corpo/Significado/Cura. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

Cunha, Manuela Ivone. Entre o bairro e a prisão: tráfico e trajectos. Lisboa: Fim de Século, 2002.

Cunha, Paulo J. et al. "Alterações neuropsicológicas em dependentes de cocaína/crack internados: dados preliminares". Revista Brasileira de Psiquiatria, vol.26, n.2, 2004.

Das, Veena. "Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos". RBCS, vol.14, n.40, junho/1999.
_____. Life and words. Berkeley and Los Angeles: University of Califfornia Press, 2006.
_____**e Poole, Deborah.** "El estado y sus margenes. Etnografias comparadas". Cadernos de Antropologia Social, n.27, 2008.

Davis, Mike. Cidade de Quartzo: escavando o futuro em Los Angeles. São Paulo, ed. Página Aberta, 1993.

De Lucca, Daniel. A rua em movimento: experiências urbanas e jogos sociais em torno da população de rua. PPGAS-USP. Dissertação de Mestrado, 2007.
_____. "Vida e morte na rua" (entrevista). O Estado de S.Paulo (Caderno Aliás), 12 de julho de 2009.
_____. "Morte e Vida nas Ruas de São Paulo: a biopolítica vista do centro", 2010, mimeo.
_____. "Crack, exclusão e sociabilidade". (Resenha de Bourgois, P. Em quête de respect: le crack à New York. Paris, Seuil, 2007). Revista Contemporânea, n.1, jan-jun, 2011.

De Certau, Michel. A invenção do cotidiano. 1. Artes de fazer. Ed. Vozes, Petrópolis, 1994.

Deleuze, Gilles. Presentación de Sacher-Masoch. Lo frio y lo cruel. Amorrortu, Buenos Aires, 2001.

Dias, Camila C. N. "Ocupando as brechas do direito formal: o PCC como instância alternativa de resolução de conflitos". Revista Dilemas, n.4, 2009.

Dias, Andréa Costa; **Araujo, Marcelo Ribeiro e Laranjeira, Ronaldo**. "Evolução do consumo de crack em coorte com histórico de tratamento". Rev. Saúde Pública, vol.45, n.5, 2011

Domanico, Andrea. Craqueiros e cracados: bem-vindo ao mundo dos nóias. Estudo sobre a implementação de estratégias de redução de danos para usuários de crack nos cinco projetos-piloto do Brasil. UFBA. Tese de doutorado, 2006.

Douglas, Mary. Pureza e perigo. São Paulo: Editora Perspectiva, 1976. [1970].
_____."Los dos cuerpos". In: Símbolos Naturales – exploraciones en cosmologia. Madrid: Alianza, 1978.
_____."Do Dogs Laugh? A cross-cultural approach to body simbolism" (1971) in: Aberdeen Body Group (ed). The Body: critical concepts in sociology. London, Routledge, 2004.
_____**& Isherwood, Baron.** "O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo". Rio de Janeiro, editora da UFRJ, 2009.

Duarte, Luis F.D. e Gomes, Edlaine C. Três famílias: Identidades e Trajetórias Transgeracionais nas classes populares. Rio de Janeiro, Editora da FGV:2008.

Elias, Norbert. O Processo civilizador (vol 1, "Uma história dos costumes"). Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1994.

Epele, María. Sujetar por la herida: una etnografia sobre drogas, pobreza y salud. Buenos Aires, Paidós, 2010.

Faleiros, Vicente."Infância e Processo Político no Brasil". In: **Pilotti, F. e Rizzini, I. (orgs)**. A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Ninõ, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora, 1995.

Farias, Rita. "Transubstanciação simbólica do uniforme de trabalho em signo de prestígio". Anais do Museu Paulista. São Paulo, vol.18, n.2, jul-dez, 2010.

Fassin, Didier. "Politiques des corps et gouvernement des villes: la production locale de la santé publique". In: **Fassin, Didier (org).** Les figures urbaines de la santé publique. Enquête sur des experiénces locales. Paris, La Découverte, 1998.

Fasson, Karina; Puccinelli, Bruno. "Pensando o crack na cidade de São Paulo: cracolândia, intervenções públicas, saúde e marginalização" in: IX Concurso Nacional de Monografia sobre Drogas, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, Brasília, 2010.

Feltran, Gabriel. "Trabalhadores e bandidos: categorias de nomeação, significados políticos". Revista Temáticas, ano15, 2007.
_____. "O legítimo em disputa: As fronteiras do "mundo do crime" nas periferias de São Paulo". Revista Dilemas, n.1, 2008a.
_____. Fronteiras de Tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo, IFCH/Unicamp. Tese de doutorado, 2008b.
_____. "A fronteira do direito: política e violência na periferia de São Paulo" In: Dagnino, E.; Tatagiba, L.. (Org.). Democracia, Sociedade Civil e Participação. Chapecó: Editora Argos, 2007.
_____. "Margens da Política, fronteira da violência: uma ação coletiva das periferias de São Paulo". Revista Lua Nova, 79, 2010a.
_____. "The Management of Violence on the São Paulo Periphery: the repertoire of normative apparatus in the 'PCC era'", Vibrant - Virtual Brazilian Anthropology, v.7, n.2, july-december 2010b.
_____. "Periferias, direito e diferença: notas de uma etnografia urbana". Revista de Antropologia, USP, vol.53, n.2, 2010c.
_____. Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo.São Paulo: Editora da Unesp: CEM: CEBRAP, 2011.

Fernandes, Luís e Pinto, Marta. "*El espacio urbano como dispositivo de control social: territorios psicotrópicos y políticas de la ciudad*". Monografías Humanitas; disponível em: http://www.fundacionmhm.org/pdf/Mono5/Articulos/articulo10.pdf, 2006.

Fernandez, Osvaldo Ribas L. "Redes juvenis, subcultura da droga injetável e o HIV/Aids". Revista USP (Dossiê Aids), número 33: USP-CCS, 1997.

Finamori, Sabrina. "Pesquisando a própria família". Campinas, Cadernos Pagu, n.33, julho/dezembro, 2009.

Fiore, Maurício. Uso de "drogas": controvérsias médicas e debate público. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006.
_____. Uso de drogas: sujeitos, substâncias, eventos e o dispositivo. Texto elaborado para exame de qualificação, mimeo, 2008.
_____. "O lugar do Estado na questão das drogas: o paradigma proibicionista e as alternativas". Revista Novos Estudos Cebrap, edição 92, 2012.

Fonseca, Claudia. Caminhos da Adoção. São Paulo, Cortez editora, 2002 [1995].

Foucault, Michel. História da Loucura. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1978.
_____. Isto não é um cachimbo. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1988.
_____. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1990.
_____. História da Sexualidade. Vol. I (A vontade de saber). Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1999 (13ª edição)
_____. O nascimento da clínica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004 (6ª edição).
_____. Em defesa da sociedade. SP, Martins Fontes, 2005.
_____. Vigiar e Punir. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009 (37ª edição)

Frangella, Simone Miziara. Capitães do asfalto: a itinerância como construtora da sociabilidade de meninos e meninas "de rua" em Campinas. Campinas – SP. Dissertação de Mestrado. IFCH/Unicamp, 1996.
_____. "Fragmentos de corpo e gênero entre meninos e meninas de rua". Cadernos Pagu, 14, 2000.
_____. Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo. São Paulo: Anablume, Fapesp, 2009.

Frúgoli Jr, Heitor. São Paulo: espaços públicos e interação social. São Paulo, Marco Zero, 1995.
_____. "O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia". Revista de Antropologia, São Paulo, USP, V. 48 Nº 1, 2005.
_____**.**Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole. SP: edusp, 2006.
_____. "Roteiro pelo bairro da Luz". Ponto urbe, ano 2, fev.2008.
_____**e Sklair, Jessica.** "O bairro da Luz em São Paulo: questões antropológicas sobre o fenômeno da *gentrification*". Cuadernos de Antropologia Social, UBA, n.30, 2009.
_____**e Aderaldo, Guilhermo.** "Abordagens etnográficas no bairro da Luz (SP): frentes articuladas de investigação". Paper apresentado na 27ª. RBA, 2010.
_____**e Spaggiari, Enrico.** "Da "cracolândia" aos nóias: percursos etnográficos no bairro da Luz". Nau-USP, Ponto Urbe, n.6, 2010.

Galdeano, Ana Paula. "O desgosto da 'mistura' com prostitutas e favelados: mudanças e paradoxos no campo dos direitos humanos". Revista Dilemas, vol.2, n.4, abr-jun, 2009a.
_____**.** Para falar em nome da Segurança: o que pensam, querem e fazem os representantes dos conselhos de segurança. IFCH-Unicamp. Tese de Doutorado, 2009b.

Geertz, Clifford. "Os usos da diversidade". Nova Luz sobre a antropologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

Gell, Alfred. Art and Agency: an anthropological theory. Clarendon Press, Oxford, 1998.

Giddens, Anthony. A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: editora da Unesp, 1993.
_____. Modernidade e identidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed, 2002.

Gimeno, Patrícia C. Poética versão: a construção da periferia no rap. IFCH-Unicamp, Dissertação de mestrado, 2009.

Gomart, Emilie. "Six effects in search of a substance". Social Studies of Science. Vol. 32, n.1, 2002a.
_____."Towards generous constraint: freedom and coercion in a French addiction treatment". Sociology of Health & Illness, vol.24, n.5, vol.2, 2002b.

Gomes, Bruno R e Adorno, Rubens. "Tornar-se 'nóia': trajetória e sofrimento social nos 'usos de crack' no centro de São Paulo". Revista Etnográfica. Vol.15 (3), 2011.

Graciani, Maria Stela S. Pedagogia social de rua: análise e sistematização de uma experiência vivida. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 1997.

Gregori, Maria Filomena. Viração: experiência de meninos nas ruas. São Paulo. Companhia das Letras, 2000.
_____ **e Silva, Cátia A.** Meninos de Rua e Instituições. São Paulo: Contexto, 2000.
_____. Prazeres Perigosos: erotismo, gênero e o limite da sexualidade. Tese de livre docência, IFCH-Unicamp. 2010.

Grillo, Carolina Christoph. Fazendo o Doze na Pista: um estudo de caso do mercado ilegal de drogas na classe média. Rio de Janeiro- RJ. Dissertação de Mestrado. IFCS/ UFRJ, 2008a.
_____**.** "O 'morro' e a 'pista': um estudo comparado de dinâmicas do comércio ilegal de drogas". N.1, vol.1, 2008b.

Grillo, Carolina C. Policarpo, Frederico. Veríssimo, Marcos. A "dura" e o "desenrolo": efeitos práticos da Nova Lei de drogas no Rio de Janeiro. Revista de Sociologia e Política. Vol.19, n.40, 2011.

Hamburger, Esther. "Violência e Pobreza no Cinema Brasileiro Recente: Reflexões sobre a idéia de espetáculo". Revista Novos Estudos Cebrap, n.78, 2007.

Haraway, Donna. "Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX". In: Silva, Tomaz T. (org). Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano. Ed. Autêntica, Belo Horizonte, 2000.

Hirata, Daniel. Sobreviver na Adversidade: entre o mercado e a vida. USP, tese de doutorado, 2010.

Jackon, Michael. "Prefácio". In: Silva, Sonia. Vidas em jogo: cestas de advinhação e refugiados angolanos na Zambia. Imprensa de Ciências sociais, Lisboa, 2004

Kristeva, Julia. Pouvoir de l'horreur: essai sur l' abjection. Paris, Editions Du Seuil, 1980.
_____. Powers of Horror: an essay on abjection. Nova York, Columbia University Press, 1982.

Labate, Beatriz et al. Drogas e Cultura: novas perspectivas. Salvador, EDUFBA, 2008.

Le Breton, David. Anthropologie du corps et modernité. Paris: PUF, 1990.
_____.La sociologie du corps. Presse Universitaires de France. Paris, 2000 [1992]

Leite, Marcos da Costa. "História da cocaína" in: Leite e Andrade et al. Cocaína e Crack: dos fundamentos ao tratamento. Porto Alegre, ArtMed, 1999.

Levi-Strauss, Claude. A via das máscaras. Editorial Presença, Lisboa, 1979.

Lima, Janirza C. R. Passageiros da fantasia. Recife: Fundaj, ed. Massangana, 1990.

Luppi, Carlos. "Metralhados e estrangulados, a vergonhosa rotina". Agora e na hora de nossa morte: o massacre do menor no Brasil. SP: Editora Brasil Debates, 1981.

Machado da Silva, Luiz Antonio (org). Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MacRae, Edward e Simões, Júlio A. Rodas de fumo – o uso da maconha entre camadas médias urbanas. Salvador, UDUFBA, 2000.

Macrae, Edward e Vidal, Sergio Souza. "A Resolução 196/96 e a imposição do modelo biomédico na pesquisa social. Dilemas éticos e metodológicos do antropólogo pesquisando o uso de substâncias psicoativas". Revista de Antropologia, São Paulo, USP, V. 49, Nº 2, 2006.

Magnani, José Guilherme Cantor. "De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana". Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.17 n.49, 2002.
_____. "Os circuitos dos jovens urbanos". Tempo Social, USP, vol17, n.2, 2005.

Malfitano, Ana Paula S. A tessitura da rede: entre pontos e espaços. Políticas e Programas Sociais de Atenção à juventude. FSP-USP, tese de doutorado, 2008.

Malvasi, Paulo. Interfaces da *vida loka:* um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo. FSP-USP, tese de doutorado, 2012.

Mancano, Alexandre et al. "Complicações pulmonares após uso de crack: achados na tomografia computadorizada de alta resolução do tórax". Jornal Brasileiro de Pneumologia, vol.34, n.5, 2008.

Manso, Bruno Paes (entrevistador). "Um debate sobre o PCC: Entrevista com Camila Nunes Dias, Gabriel de Santis Feltran, Adalton Marques e Karina Biondi". R@U, Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar,v.1,n.2, 2009.

Marcelin, Louis, M. "A linguagem da casa entre os negros no recôncavo baiano". Revista Mana, vol. 5, n.2, 1999.

Marcílio, Maria Luiza. "Parte II-Brasil". História Social da Criança Abandonada. São Paulo. Editora Hucitec, 1998.

Marques, Adalton. Crime, proceder, convívio-seguro: um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões. USP, dissertação de mestrado, 2009.

Martinez, Mariana M. Andando e parando pelos trechos: uma etnografia das trajetórias de rua em São Carlos. UFSCAR: Dissertação de mestrado em Antropologia Social, 2011.

Mauss, Marcel. "As técnicas corporais" (2003b). "Relações reais entre a sociologia e a psicologia" (2003a). Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac & Naify, 2003 [1934].

Medeiros, Regina. "Clínica e Croni(cidade): impactos do uso/abuso de crack na configuração urbana e nos tratamentos da toxicomania". In: Sapori, Luis F. Medeiros, Regina. Crack: um desafio social. Belo Horizonte: Editora Puc-Minas, 2010.

Melgaço, Lucas de Melo. A geografia do atrito: dialética espacial e violência em Campinas. USP. Dissertação de mestrado, 2005.

Mello, Kátia Sento Sé. "O último elo da corrente": uma experiência de redução de risco na Association Espoir de la Goutte D'Or. Comum - Rio de Janeiro, v.13, nº 30, 2008.

Merleau-Ponty, Maurice. "O corpo". Fenomenologia da percepção. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

Mesquita, Fábio e Bastos, Francisco Inácio. Drogas e Aids: estratégias de redução de danos. São Paulo. Ed. Hucitec, 1994.

Misse, Michel. "Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. Revista de Estudos Avançados, USP, 21(61), 2007.

_____ **e Vargas, Joana Domingues. "**Drug Use and Trafficking in Rio de Janeiro: some remarks on harm reduction policies". Vibrant. Volume 7, n.2, 2010.

Monjardet, Dominique. Ce que fait la police: sociologie de la force publique. Paris: La Decouvert, 1996.

Moreira, Fabio Mallart. Cadeias dominadas: dinâmicas de uma instituição em trajetórias de jovens internos. USP, dissertação de mestrado, 2011.

Oliveira, Adriano e Zaverucha, Jorge. "Tráfico de drogas: uma revisão bibliográfica". BIB: Revista Brasileira de informação Bibliográfica em Ciências Sociais. São Paulo, n. 62, 2 Semestre de 2006.

Oliveira, Marcelo Nahuz. "Avenida Paulista: a produção de uma paisagem de poder". In:Arantes, Antônio (org). O espaço da diferença. Campinas, SP, Papirus: 2000.

Oliveira, Roberto Cardoso de. "Da comparação". Caminhos da identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo.SP, editora da Unesp: 2006.

Ortiz, Esmeralda do Carmo. Esmeralda. Por que não dancei. São Paulo, Editora do Senac, 2000.

Park, Robert. "A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano". in: Velho, O. O fenômeno urbano. Rio de Janeiro, Zahar ed., 1967.

Passetti, Edson. "Crianças Carentes e Políticas Públicas". In: *Priore, Mary Del. (org).* História das Crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 1999.

Pechansky, Flavio et al. "Brazilian female crack users show elevated serum aluminum levels". Revista Brasileira de Psiquiatria, vol.29, no.1, 2007.

Pereira, Maria Odete. A Política do Ministério da Saúde do Brasil para atenção integral a usuários de álcool e outras drogas. Tese de doutorado, Escola de Enfermagem-USP, 2009.

Perlongher, Nesthor. O negócio do michê: a prostituição viril em São Paulo. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2008.

Piccolo, Fernanda D. Se deixar a droga levar...: um estudo sobre as trajetórias sociais de usuários de drogas em uma vila de Porto Alegre. Dissertação de Mestrado em antropologia Social. Porto Alegre: UFRGS, 2001.
_____. "Memórias, histórias e representações sociais do bairro de Vila Isabel e de uma de suas favelas (RJ, Brasil)". Revista Etnográfica, vol.13, n.1, 2009.

Pina-Cabral, João. "Outros nomes, histórias cruzadas: apresentando o debate". Revista Etnográfica, vol.12, n.1, 2008.

Pinheiro-Machado, Rosana. "China-Paraguai-Brasil: uma rota para pensar a economia informal". Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.23, n.67, 2008.

Pontes, Heloísa. "A burla do gênero: Cacilda Becker, a Mary Stuart de Pirassununga". Tempo Social: Revista de Antropologia da USP. Vol.16, n.1, 2004.
_____."Som e fúria: estudo faz etnografia do boxe", *Jornal de Resenhas* (Suplemento da Folha de S. Paulo), 14 de setembro de 2002.
_____."Inventando nomes, ganhando fama: as atrizes do teatro brasileiro, 1940-1968". Revista Etnográfica, vol.12, n.1, 2008.

Raupp, Luciane Marques. Circuitos de uso de *crack* nas cidades de São Paulo e Porto Alegre: cotidiano, práticas e cuidado. Faculdade de Saúde Pública, USP (Tese de Doutorado), 2011a.
_____**e Adorno, Rubens**. "Circuitos de uso de crack na região central da cidade de São Paulo". Ciência e Saúde Coletiva, 16 (5), 2011b.

Rizzini, Irene. "Crianças e Menores – Do Pátrio Poder ao Pátrio Dever: um histórico da legislação para a infância no Brasil". In: **Pilotti, F. e Rizzini, I. (orgs)**. A arte de governar

crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Ninõ, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora, 1995.

Rubino, Silvana. "Os dois lados da linha de trem: história urbana e intervenções contemporâneas em Campinas". In: Frugoli Jr (et al). As cidades e seus agentes: práticas e representações. Belo Horizonte: Puc Minas, Edusp, 2006.

Ruggiero, Vincenzo e South, Nigel. "The late-modern city as a bazar: drug market, ilegal interprise and the barricades". The British Journal of Sociology, vol. 48, n.11, 1997.

Rui, Taniele. "Só se vive uma vez: uma reflexão acerca de distintas concepções e práticas do uso de 'drogas'". Revista Mediações, vol.11, n.2 (jun/dez.2006). Londrina: midiograf, 2006.
_____**.** Uso de 'drogas', marcadores sociais e corporalidade: uma pesquisa comparada. Dissertação de mestrado. Unicamp/IFCH, 2007.
_____. "A inconstância do tratamento: no interior de uma comunidade terapêutica". Revista Dilemas–UFRJ, n.8, 2010.
_____. "Uma fotoetnografia do abuso". (Resenha de Bourgois, P. & Schonberg, J. Righteous Dopefiend. Berkley/LA, University of California Press, 2009). Revista Tempo Social, USP, 23, 1, 2011.
_____. "Isso não é um cachimbo": sobre usuários de crack, seus artefatos e suas relações. Revista Askesis (PPGS-Ufscar), v. 1, 2012.

Sahlins, Marshall. Cultura e razão prática. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed, 2003**.**

Sant'Anna, Denise B. "Higiene e higienismo entre o Império e a República". In: Del Priore, Mary. Amantino, Marcia. (orgs). História do corpo no Brasil. São Paulo. Editora da Unesp, 2011.

Sarlo, Beatriz. A paixão e a exceção: Borges, Eva Perón, Montoneros. São Paulo: Companhia das Letras. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

Scheper-Hughes, Nancy e Bielh, João Guilherme. "O fim do corpo: comércio de órgãos para transplantes cirúrgicos" in: Debert, Guita G. e Goldstein, Donna M. (orgs). Políticas do corpo e o Curso da Vida – São Paulo, Ed. Sumaré, 2000.

Schicchi, Maria Cristina S. "Pela 'Luz' dos nossos olhos: uma interpretação do bairro paulistano". Resgate, vol.XIX, n.21, jan-jun, 2011.

Seeger, Anthony. Da Matta, Roberto. Viveiros de Castro, Eduardo. "A construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras". RJ. Boletim do Museu Nacional, n.32, 1979.

Seligmann-Silva, Márcio. "Novos Escritos dos cárceres: uma análise de caso. Luiz Alberto Mendes, Memórias de um Sobrevivente". Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, n.27, Brasília, jan/jun, 2006.

Sennett, Richard. Respeito: a formação do caráter em um mundo desigual. Rio de Janeiro: Record, 2004.
_____. Carne e Pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro, BestBolso, 2008.

Silva, Daniela Araújo da. Do outro lado do espelho: bulimia e anorexia. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Campinas – SP: IFCH-Unicamp. Dissertação de Mestrado, 2004.
_____. Histórias de vida com transtornos alimentares: gênero, corporalidade e a constituição de si. Campinas –SP: IFCH-Unicamp. Tese de Doutorado, 2011.

Silva, Hélio e Milito, Claudia.*"Dos fios soltos ao risco da trama".* Vozes do meio-fio. Rio de janeiro, Relume Dumará, 1998.

Silva, Selma Lima. Mulheres da Luz: uma etnografia dos usos e preservação no uso do crack. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Saúde Pública, USP. São Paulo, 2000.

Silva, Sonia. Vidas em jogo: cestas de advinhação e refugiados angolanos na Zambia. Imprensa de Ciências sociais, Lisboa, 2004.

Simmel, Georg. "O estrangeiro", in: **Moraes Filho, Evaristo de (org).** Simmel – Sociologia. São Paulo, Ática, vol.34, 1983.
_____. "As grandes cidades e a vida do espírito (1903)". Revista Mana, vol.11, n.2, outubro de 2005.

Siqueira, Domiciano. Mal(dito) cidadão numa sociedade com drogas.São Caetano do Sul, King Gráfica e Editora Ltda, 2006.

Sterling, Anne Fausto. "Dualismos em duelo". Cadernos Pagu (17/18) 2001.

Taussig, Michael. "Terror as usual". A talk delivered at conference "Talking Terrorism: ideologies and paradigms in a postmodern world. Stanford University, Humanities Center, February 4-6, 1988.
_____. Xamanismo, Colonialismo e o Homem Selvagem. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1995.

Teixeira, Pedro P. Música Eletrônica e Xamanismo: técnicas contemporâneas do êxtase. Campinas. IFCH/Unicamp. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, 2008.

Telles, Vera da Silva e Hirata, Daniel. "Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito". Revista Estudos Avançados: 21 (61), 2007.

Turner, Bryan. "The expanding field of the sociology of the body". Medical Power and Social Knowledge. London, Thousand Oaks, New Deli, 1995 (2ª. Ed).

Uchoa, Marco A. Crack: o caminho das pedras. Ed. Atica, 1996.

Vargas, Eduardo Viana. Entre a extensão e a intensidade: corporalidade, subjetivação e uso de drogas. Tese de doutorado-UFMG. Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia e Política, 2001.
_____. "Uso de drogas: a alter-ação como evento". Revista de Antropologia, USP. Vol.49, n.2, 2006.

Vasconcelos, Luis Almeida. Heroína: Lisboa como território psicotrópico nos anos noventa. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

Velho, Gilberto. Nobres e anjos – um estudo de tóxicos e hierarquias. Rio de Janeiro. Ed. FGV, 1998.

Vianna, Adriana R. O mal que se adivinha: polícia e menoridade no Rio de Janeiro, 1910-1920. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

Vianna, Catarina e Ribeiro, Magda (entrevistadoras). "Sobre pessoas e coisas: entrevista com Daniel Miller". Revista de Antropologia – USP, vol.52, n.1, jan/jul, 2009.

Villela, Jorge M. Resenha a: WACQUANT, Loïc. 2002. *Corpo e Alma Notas Etnográficas de um Aprendiz de Boxe*. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 294 pp. Revista Mana, v.8, n.2, Rio de Janeiro, 2002.

Violante, Maria L. *V.* O dilema do decente malandro. 4ed. Cortez: Autores Associados, 1985.

Viveiros de Castro, Eduardo. "Esboço de cosmologia yawalapíti". "Perspectivismo e Multiculturalismo na América Indígena". A inconstância da Alma Selvagem. São Paulo: Cosac& Naify, 2002.
_____. "A fabricação do corpo na sociedade xinguana". RJ. Boletim do Museu Nacional, n.32, 1979.

Waiselfisz, Julio J. e Athias, Gabriela. Mapa da violência de São Paulo. Brasília: Unesco, 2005.

Waiselfisz, Julio J. "Mapa das mortes por violência". Revista Estudos Avançados 21 (61), 2007.

Wacquant, Loic. "Três premissas perniciosas no estudo do gueto norte-americano". Mana 2(2), 1996.
_____. As Prisões da Miséria. Rio de Janeiro, Zahar ed, 2001.
_____.Corps et ame. Carnets ethnographiques d'un apprenti boxeur. Marseille. Agone, 2002 (2a. edição).
_____. "O corpo, o gueto e o Estado Penal". (Entrevista concedida a Susana Durão). Revista Etnográfica, Lisboa, vol.12, n.2, 2008.

Weinberg, Darin e Koegel, Paul. Impediments to recovery in treatment programs for dually diagnosed homeless adults: an ethnographic analysis. Federal Legal Publications. Contemporary Drug Problems/ Summer 1995 (Special Reprint).

Wendel, Travis. Curtis, Ric. "Tolerância Zero: a má interpretação dos resultados". Revista Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 8, n.18, 2002.

Whyte, William Foote. Sociedade de Esquina. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005.

Zaluar, Alba. "A criminalização das drogas e o reencantamento do mal". Condomínio do diabo. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.
_____. "Exclusão e Políticas Públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas". RBCS, vol.12, n.35, 1997.
_____. A máquina e a Revolta: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo, Brasiliense, 2000 (2ª ed).
_____. "Pesquisando no perigo: Etnografias voluntárias e não acidentais". Revista MANA 15(2): 557-584, 2009.

Zaluar, Alba e Alvito, Marcos (orgs). Um século de favela. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004 (4ª ed).

Zukin, Sharon. "Paisagens do século XXI: notas sobre a mudança social e o espaço urbano". In: Arantes, Antônio (org). O espaço da diferença. Campinas, SP, Papirus: 2000.